

ORGANIZADORES | JOSÉ MAIA BEZERRA NETO | FRANCIVALDO ALVES NUNES

**ESTUDOS
AMAZÔNICOS
EM REVISTA
VOLUME 2**



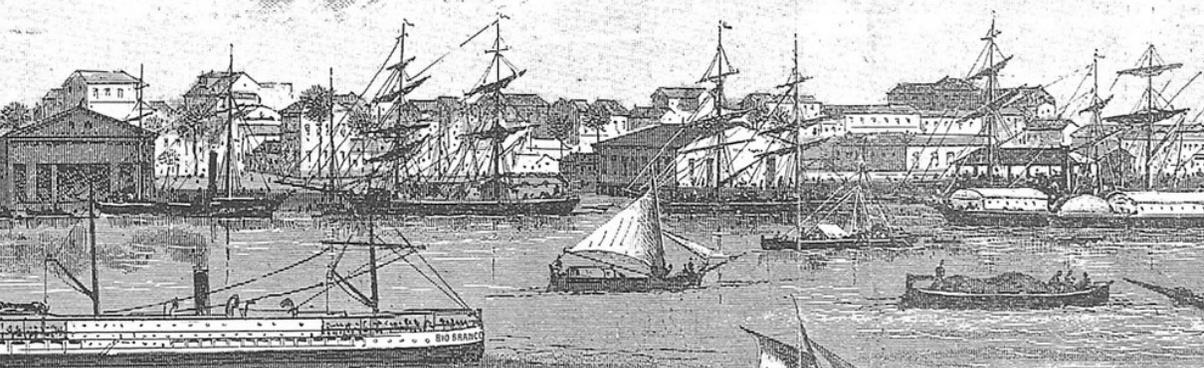


**ESTUDOS
AMAZÔNICOS
EM REVISTA**

Volume 2

Organizadores:
José Maia Bezerra Neto
Francivaldo Alves Nunes

**ESTUDOS
AMAZÔNICOS
EM REVISTA**
Volume 2




Editora
CABANA

Copyright © by Os organizadores
Copyright © 2022 Editora Cabana
Copyright do texto © 2022 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2022, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro
Edição e diagramação: Helison Geraldo Ferreira Cavalcante
Coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto
Revisão: Bruna Fernanda Soares de Lima Padovani

Crédito da imagem da capa: Nazareth – Mr. Campbells House, Ilha de Mexiana, Pará, década de 1840. In: Álbum de desenhos originais, desenho 17, acervo digital da Biblioteca Nacional.

Crédito da imagem das páginas 2 e 3: gravura contida na obra de Pierre-Emile Levasseur, intitulada “Le Brésil”, publicada em Paris, em 1899. Obra rara do acervo bibliográfico do Arquivo Nacional.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E82 Estudos Amazônicos em Revista [livro eletrônico]: volume 2 / Organizadores Francivaldo Alves Nunes, José Maia Bezerra Neto. – Ananindeua, PA: Cabana, 2022.
369 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89849-55-1

1. Amazônia – História. I. Nunes, Francivaldo Alves. II. Bezerra Neto, José Maia.
CDD 981.1

Elaborado por **Maurício Amormino Júnior** – CRB6/2422



[50022]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N.º 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (011) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Apoio e coordenação:



*A alegria não chega apenas no encontro do achado,
mas faz parte do processo da busca.
E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura,
fora da boniteza e da alegria.*

Paulo Freire

Sumário

Apresentação:

Estudos amazônicos sobre os séculos XIX, XX e XXI:
olhares e perspectivas.....10

*José Maia Bezerra Neto
Francivaldo Alves Nunes*

Capítulo 1:

As “reformas em sentido federal”. A atuação dos representantes do
Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em
torno do Ato Adicional.....16

André Roberto de A. Machado

Capítulo 2:

“V. S.^a não manda em casa alheia”: disputas em torno da implantação dos
Corpos de Trabalhadores na Província do Pará, 1838-1844.....51

Claudia Maria Fuller

Capítulo 3:

Casas de negócios, tabernas e quintais: o controle social sobre
os agentes do comércio no pós-Cabanagem.....79

Siméia de Nazaré Lopes

Capítulo 4:

Fazendo política, contando história: experiências sócio literárias de um barão
amazônico e seus Motins Políticos - 1865-1890.....93

*Luciano Demetrius Barbosa Lima
Magda Ricci*

Capítulo 5:

Irmandades escravas e experiência política
no Grão-Pará do Século XIX.....115

Márcio Couto Henrique

Capítulo 6:

Entre a lei e costume: A revolta de colonos no Núcleo
Agrícola de Benevides (Pará, 1879).....140

Francivaldo Alves Nunes

Capítulo 7:

Uma história do tráfico em verbetes: etimologia e história conceitual do tráfico a partir dos dicionários.....159

José Maia Bezerra Neto

Capítulo 8:

A maçonaria paraense e a imprensa no século XIX.....172

Élson Luiz Rocha Monteiro

Capítulo 9:

As Vozes do ilícito: cidade, trabalho e insultos na Belém do Pará(1850 – 1900).....197

Conceição Maria Rocha de Almeida

Antonio Otaviano Vieira Junior

Capítulo 10:

Sem Padroado e sem Primaz, a igreja no Brasil no início da república.....207

Fernando Arthur de Freitas Neves

Capítulo 11:

Invenção republicana no Pará: entre datas, ruas e festas.....225

Daniella de Almeida Moura

William Gaia Farias

Capítulo 12:

Photografia Fidanza: um foco sobre Belém (XIX/XX).....239

Maria de Nazaré Sarges

Rosa Cláudia Cerqueira Pereira

Capítulo 13:

Riqueza, alianças e contratos de dotação em Belém, 1870-1920.....251

Cristina Donza Cancela

Capítulo 14:

Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20.....265

Aldrin Moura de Figueiredo

Capítulo 15:

The Amazon Awakens: Uma Modern(ização) de conto de fadas.....279

Barbara Weinstein

Capítulo 16:

O carimbó e a história social da Grande Vigia, Pará, 1900-1950.....290

Oscar de la Torre

Capítulo 17:

Do Nacional ao Local: O meio musical paraense

na Era do Rádio (1940-1950).....319

Antonio Maurício Dias da Costa

Capítulo 18:

Manaus na rota da Copa e o dilema de mudar com o passado

ou contra o passado.....335

Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Sobre os autores.....359

Apresentação

Francivaldo Alves Nunes
José Maia Bezerra Neto

Estudos amazônicos sobre os séculos XIX, XX e XXI: olhares e perspectivas

Em 2021, o Doutorado em História Social da Amazônia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, completou 10 anos de existência. Como parte dessa comemoração surgiu a ideia de reeditarmos alguns artigos publicados no extinto periódico acadêmico do programa, a *Revista de Estudos Amazônicos*. A *Revista* havia sido criada em 2006, com a publicação de seu primeiro número, tendo como objetivo “evidenciar no cenário historiográfico nacional trabalhos que versam sobre a região”, buscando ser (e efetivamente foi) “um ponto-de-encontro e de debates entre diversos pesquisadores do Brasil e do Exterior, que tenham como foco central de seus estudos a história da Amazônia”. Assim fora explicado pelos editores da *Revista* na época, na Apresentação do volume 1, número 1, de julho-dezembro de 2006, de cujas palavras nos apropriamos aqui.

Sendo, então, organizada a Coleção *Estudos Amazônicos em Revista*, sob a coordenação dos professores Francivaldo Alves Nunes e José Maia Bezerra Neto, a tarefa de escolha dos textos publicados na *Revista* não foi fácil. Acreditamos, contudo, que o resultado foi bastante proveitoso. Com certeza, ficaram-nos ideias para novas coletâneas. Neste segundo volume, reunimos 18 textos acerca de temas relativos aos séculos XIX e XX, abarcando ainda alguma coisa do tempo mais recente, sobre os quais vamos conversar agora.

Iniciamos nossa coletânea com o capítulo 1 de André Roberto de Arruda Machado, denominado: *As “reformas em sentido federal”. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional*. Neste, o autor analisou a atuação dos representantes paraenses no Parlamento e as expectativas na província em torno das medidas de descentralização administrativa que, iniciadas ainda no primeiro reinado, culminaram no Ato Adicional, em 1834. Ainda discorrendo sobre a primeira metade do século XIX, quando do processo de formação do Estado nacional brasileiro, no capítulo seguinte, “*V. Sª não manda em casa alheia*”: *disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na Província do Pará, 1838-1844*, Claudia Maria Fuller investigou as disputas entre autoridades provinciais, proprietários e trabalhadores nos primeiros anos de implantação e existência dos Corpos de Trabalhadores, intercalando a análise da documentação dessa instituição com as interpretações dadas pela historiografia sobre o tema.

No capítulo 3: *Casas de Negócios, Tabernas e quintais: o controle social sobre os agentes do comércio no pós-Cabanagem*, Siméia de Nazaré Lopes, estudando o período de 1840 a 1860, demonstrou como o Governo provincial buscou arrecadar receita para recompor as finanças públicas abaladas pelas lutas sociais. Ao passo também que se pretendia inibir a ação do comércio clandestino. Assim, a autora discutiu as formas de controle social sobre as relações comerciais, percebendo a singularidade da ação dos sujeitos inseridos no comércio fluvial na sociedade paraense. No capítulo seguinte, *Fazendo política, contando história: experiências sócio-literárias de um barão amazônico e seus Motins Políticos - 1865-1890*, escrito por Luciano Demetrius Barbosa Lima e Magda Ricci, a Cabanagem também se faz presente quando os autores analisam as experiências sócio-literárias que envolveram o processo de produção da obra *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, obra escrita por Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará).

No capítulo 5, *Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do século XIX*, Márcio Couto Henrique investigou um aspecto pouco conhecido acerca da presença negra na Amazônia: a especificidade das formas associativas e dos laços de solidariedade existentes entre os negros nessa região. Sendo sua intenção perceber como ocorreu a experiência religiosa de escravos nas irmandades do século XIX, não apenas como associações de matriz conservadora e assistencialista, mas como locais de atuação cultural e política, nas quais os escravizados construíram identidade de interesses, oriunda da experiência de exploração. No capítulo 6, *Entre a lei e costume: A revolta de colonos no Núcleo Agrícola de Benevides (Pará, 1879)*, Francivaldo Alves

Nunes analisou o conflito de 20 de julho de 1879 envolvendo as autoridades provinciais e os colonos do núcleo agrícola Benevides na província do Pará, destacando as diferentes interpretações dadas à revolta e como o posicionamento do judiciário brasileiro frente ao movimento, marcada pela busca em pautar suas decisões no cumprimento da lei, não deixou de considerar os costumes desenvolvidos pelos colonos. Este posicionamento, segundo o autor, era também reflexo dos diferentes interesses construídos em torno da revolta, ou seja, ao mesmo tempo em que legitimou as ações dos colonos, possibilitou que outras demandas por melhores condições de vida no interior desses espaços de colonização fossem asseguradas.

No capítulo 7, *Uma História do Tráfico em Verbetes: Etimologia e história conceitual do tráfico a partir dos dicionários*, de José Maia Bezerra Neto, o autor analisou o caráter polissêmico da palavra *Tráfico* e sua ressignificação a partir de uma análise diacrônica, associada ao comércio de escravos africanos, fazendo uso dos verbetes de dicionários publicados no século XIX e início do XX. A associação entre as lutas sociais contra o tráfico de escravos e as mudanças conceituais nos usos da palavra tráfico são abordadas no texto. No capítulo que segue: *A maçonaria paraense e a imprensa no século XIX*, Élson Luiz Rocha Monteiro demonstrou a existência de uma imprensa maçônica no Pará e no Brasil na segunda metade do século XIX com jornais produzidos e financiados por importantes membros dessa instituição. Além disso, examinou a participação dessa imprensa maçônica e de seus proprietários nas campanhas abolicionista e republicana, assim como o debate travado entre maçons e católicos na chamada “Questão Religiosa”. No capítulo 9, *As Vozes do ilícito: cidade, trabalho e insultos na Belém do Pará (1850 – 1900)*, escrito por Conceição Maria Rocha de Almeida e Antonio Otaviano Vieira Junior, os autores trabalhando o período situado entre os anos cinquenta a noventa do século XIX, investigaram o viver na cidade de Belém do Pará, a partir de múltiplos sons que preencheram os espaços que definiram a cidade. Ao longo daqueles anos, a palavra falada foi alvo da atenção do poder público e instigador das marcas sociais. Até porque tais ruídos compõem as faces desta cidade. Ou seja, em qualquer período, os sons também imprimem suas marcas, diversamente, nos espaços múltiplos das urbes.

No Capítulo 10: *Sem Padroado e sem Primaz, a igreja no Brasil no início da república*, de Fernando Arthur de Freitas Neves investigou as relações entre estado e igreja na passagem da monarquia à república, demarcadas pela compreensão e tensão. Segundo o autor, a reprodução da ordem institucional selou a aliança do bloco de poder. Ou seja, o estado e a igreja continuaram estabelecendo um conjunto de controles sobre as práticas sociais e mentais, instituindo regras

de bem viver. Aqueles que foram ao estado e à igreja reclamar sua proteção encontraram respostas semelhantes, mas há uma diferença fundamental – estado e igreja estavam objetivamente separados. No capítulo seguinte, *Invenção republicana no Pará: entre datas, ruas e festas*, de autoria de Daniella de Almeida Moura e William Gaia Farias, temos a abordagem de elementos relacionados ao poder simbólico nos seus primeiros anos da república no Pará evidenciados na mudança dos nomes de algumas ruas e na formulação do calendário republicano. Assim, os autores analisam seus significados, organização e ações voltadas ao fortalecimento do novo regime perante a sociedade.

No Capítulo 12, *Fotografia Fidanza: um foco sobre Belém (XIX/XX)*, as autoras Maria de Nazaré Sarges e Rosa Cláudia Cerqueira Pereira analisam a produção do fotógrafo Felipe Augusto Fidanza, acervo documental importante para a história da cidade e dos agentes sociais de Belém do século XIX e início do XX. Na maioria destas fotografias, são retratadas cenas do cotidiano dos transeuntes nos espaços dos mercados, das praças e das principais avenidas e ruas. Embora existindo fotografias excluindo a presença humana, às vezes as pessoas aparecem apenas em primeiro plano, deixando-nos a percepção de que o fotógrafo estava ciente da presença humana, mesmo quando a deixava no cenário como detalhe secundário. Sendo possível afirmar que a fotografia foi um dos meios de comunicação e informação que pontuou e acompanhou as transformações urbanas ocasionadas pela modernidade, pois revela a intensidade e a rapidez das mudanças que ocorreram no ambiente urbano de Belém. No capítulo 13, *Riqueza, alianças e contratos de dotação em Belém, 1870-1920*, de Cristina Donza Cancela, ainda se trata do tempo marcado pela economia e sociedade da borracha. A autora discute a transformação do patrimônio de indivíduos e de famílias ao longo das décadas de 1870 a 1920, observando as mudanças no perfil e no valor dos itens arrolados nos legados, evidenciando, de que forma, a exploração da borracha ou os negócios a ela associados vão sendo introduzidos no portfólio das famílias tradicionais da elite paraense. Discute ainda o perfil das alianças matrimoniais realizadas em meio a essas famílias, particularmente com homens de negócio estrangeiros ligados ao comércio da borracha, bem como, os contratos de dotação estabelecidos pelos nubentes.

No capítulo 14, *Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20*, de Aldrin Moura de Figueiredo, é analisado o processo histórico de constituição de um grupo intelectual no Pará dos anos de 1920, responsável pela revisão e atualização do campo literário e artístico local, a partir de um diálogo com as matrizes intelectuais do chamado modernismo. Nos quadros das comemorações do Cente-

nário da Independência do Brasil, em 1922, esses literatos ajudaram a inventar não somente o que chamavam de literatura moderna, mas também dada leitura da história da nação, balizada em premissas estéticas e nacionalistas, assim como no intenso cotidiano de festas e datas cívicas. No capítulo seguinte, *The Amazon Awakens: Uma Modern(ização) de conto de fadas*, de Barbara Weinstein, a autora analisa as convenções do gênero e do espírito do filme *The Amazon Awakens*, um documentário produzido em 1944 por empreendimento conjunto do Escritório do Coordenador de Negócios Interamericanos (encabeçado pelo jovem Nelson Rockefeller), e os Estúdios Disney. Era então parte de um extenso corpo caracterizado por filmes documentários dedicados a promover a “Política da Boa Vizinhança” na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. Esta coleção incluía desenhos de Disney e vários trabalhos não fictícios, dentre os quais *The Amazon Awakens*. No caso de *Amazon Awakens*, explica a autora, provavelmente foi distribuído para instituições educacionais e organizações empresariais nos EUA, visando promover a “compreensão hemisférica” dos investimentos estrangeiros. A decisão de fazer um filme específico sobre a Amazônia, segundo a autora, “refletia a antiga (e contínua) fascinação norte-americana com a região, bem como o intenso interesse pela Bacia Amazônica inspirado pela campanha para reavivar a produção da borracha durante o esforço de guerra”.

No Capítulo 16, *O carimbó e a história social da Grande Vigia, Pará, 1900-1950*, Oscar de la Torre argumenta que a coleção de letras de carimbó reunidas pelo folclorista paraense José Soeiro, em meados do século XX, constitui um documento muito valioso, pois traz ao presente algumas chaves para entender os horizontes sociais das camadas populares da Vigia (Pará), no período. Assim, analisando letras dos carimbós e da trajetória de um agricultor local na década de 1930, o autor demonstra algumas características dos mundos do trabalho, do lazer, da roça, da pesca, das relações raciais e de gênero que marcaram o cotidiano dos vigienses que dificilmente nos deixaram documentação escrita. No capítulo seguinte, *Do Nacional ao Local: O meio musical paraense na Era do Rádio (1940-1950)*, Antonio Maurício Dias da Costa, o autor trata do duplo papel das emissoras de rádio paraenses, em meados do século XX, ou seja, fazer divulgação musical de estrelas da canção tanto de alcance nacional como local. O autor argumenta que coube também às emissoras de abrangência regional conectar o cenário de recepção e difusão de música popular local ao repertório de músicas e ritmos de sucesso propagado pelo *broadcasting* nacional.

No capítulo 18, *Manaus na rota da Copa e o dilema de mudar com o passado ou contra o passado*, Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro analisa e debate as intervenções urbanísticas motivadas pela Copa do Mundo de 2014. Desta forma, segundo

o autor, se enfoca “preliminarmente uma síntese da evolução histórica da cidade de Manaus atenta ao estabelecimento de marcos do seu patrimônio histórico, para então estabelecer preocupações e ponderações ao mais recente projeto modernizador, notadamente quanto à possibilidade de a implantação do *Transporte Modal Monotrilho* vir a causar impactos e danos significativos ao patrimônio histórico da cidade de Manaus”. Uma contribuição importante para se pensar o passado no presente, o presente a partir do passado e suas expectativas quanto ao porvir.

Estes são os capítulos, esperamos que os leitores possam fazer bom proveito dos textos aqui apresentados!

Capítulo 1



André Roberto de A. Machado

As “reformas em sentido federal”. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional

Na história do Império do Brasil, a distância e as grandes dificuldades de locomoção entre o Grão-Pará e o Rio de Janeiro sempre foram mais do que um dado geográfico: tinham o peso e o *status* de um problema político. Durante a Assembleia Constituinte de 1823, não havia representantes da província porque o Grão-Pará permanecia ligado a Portugal. Uma vez que o projeto de Constituição, ignorando este fato, listava o Pará e o Maranhão como partes do Império do Brasil¹, houve protestos por parte daqueles que consideravam incerto o destino político dessa parte da América. Nesse sentido discursou José de Alencar, não por acaso um personagem que terá papel destacado na Confederação do Equador no

¹ Projeto de Constituição para o Império do Brasil (Projeto Antonio Carlos), elaborado pela Comissão da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, de 30 de setembro de 1823. IN: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (org.). *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª edição, Brasília: Senado Federal, 2002. Vol. 8 – Constitucionalismo, doc. 316.2.

Ceará e na defesa das reformas da Constituição na década de 1830.² Assim como ele, outros tinham em mente que a maior facilidade de contatos com Lisboa e a inexistência de vínculos comerciais daquela parte da América com o Rio de Janeiro dificultavam o projeto de incorporação daquelas províncias ao nascente Império.³ Já durante a Assembleia Constituinte, houve quem defendesse que apenas uma federação seria capaz de agregar em um novo corpo político partes tão distintas da antiga América Portuguesa. Contudo, esta proposta foi derrubada com uma alegação que retornará durante os debates do Ato adicional: argumentava-se que o sistema federativo era incompatível com o regime monárquico.⁴

Mesmo depois de fazer parte do novo Estado, o Grão-Pará estará sempre associado à distância, ao isolamento e às dificuldades do governo central em manter o controle sobre as partes do Império. Não por acaso, essa província era citada com alguma frequência nos discursos daqueles que defendiam o sistema federativo de governo. Em 1832, *O Federalista*, jornal oficial da Sociedade Federal de Pernambuco dizia que a opção por esta forma de governo obedecia a uma lógica natural, uma vez que o Império do Brasil era composto por províncias maiores que reinos da Europa, que estavam separados por obstáculos geográficos e enormes distâncias que faziam cada parte não saber da outra. A consequência disso, segundo *O Federalista*, era que um mineiro e um paraense não pareciam pertencer à mesma nação por não terem nada em comum, a não ser a língua.⁵

Antes de chegar a esse período em que as reformas da constituição do Império eram abertamente discutidas, o Grão-Pará e o Maranhão expunham cotidianamente os limites do modelo de Estado altamente centralizado com o qual deputados e senadores se deparam no início dos trabalhos parlamentares. Contraditoriamente, para contratar um professor para dar aulas a estudantes paraenses era necessário convencer a Câmara e o Senado na Corte, enquanto o mi-

² Sobre o discurso de José de Alencar na Constituinte, veja de RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974, pp. 113-117. Sobre a atuação de José de Alencar na Confederação do Equador no Ceará, veja de ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. Ceará: 1824. A Confederação das Províncias Unidas do Equador contra o Império do Brasil. São Paulo: USP, 2006. Dissertação de Mestrado, p. 39-46.

³ Sobre esta questão, veja de MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: USP, 2006. Tese de doutorado. Disponível em: www.teses.usp.br; COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993; SOUZA JR., José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Felipe Patroni (1820-23)*. Campinas: Unicamp, 1997. Dissertação de mestrado.

⁴ ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. *Ceará: 1824*. *Op. Cit.*, p. 23.

⁵ Citado em FONSECA, Sílvia C. P. de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-34). *SAECULUM – Revista de História*. Número 14, João Pessoa: jan/junho, 2006, pp. 64-65.

nistro da fazenda admitia, em 1828, não ser capaz de obrigar o Maranhão a pagar sua cota na dívida do Império, já que nem mesmo tinha notícias desta província há um ano e meio.⁶ Mesmo depois de algumas medidas tomadas na primeira legislatura que aumentaram a descentralização, especialmente os Conselhos Gerais de Província, no Parlamento continuava-se a mencionar fatos sobre o Grão-Pará que beiravam a tragédia. Em 1830, o deputado Lino Coutinho, eleito pela Bahia, dizia ser absurdo que viúvas de militares do Pará tivessem que gastar mais de 20 mil réis para viajar até o Rio de Janeiro, pois só assim receberiam a pensão a que tinham direito e que não passaria de 6 mil réis mensais.⁷ Além dos gastos realizados para tal empreitada, havia o sacrifício de percorrer tamanha distância para resolver uma pendência burocrática. Apesar da melhoria das viagens entre o Pará e as outras partes do Império ter sido uma bandeira comum dos representantes eleitos pelo Grão-Pará na primeira legislatura, chegando o deputado paraense Romualdo Seixas a defender que da eficiência da comunicação entre as partes dependia a unidade do Império, nada mudou.⁸ A despeito dos vários projetos apresentados pelos parlamentares paraenses, sobretudo na primeira legislatura, no começo da década de 1830 ainda se reclamava na Câmara dos deputados do fato de uma viagem de Belém a Corte demorar cerca de três meses e de não se ter notícias dessa parte do Império por mais de 14 meses.⁹

Em 1831, quando se iniciavam as discussões para a reforma da constituição do Império, que tomaram forma no Ato Adicional, o Pará era citado de modo recorrente para justificar medidas para descentralização administrativa e legislativa. Um exemplo disso ocorreu durante os debates sobre a lei das atribuições da Regência: nessa ocasião, um grupo de deputados tentou aprovar um artigo que dava ao presidente da província a condição de sancionar interinamente as resoluções propostas pelos Conselhos Gerais da Província, o que aparentemente prescindiria da sua aprovação pelo Parlamento, como era feito até então. Sob os protestos de parlamentares, que acusavam os autores do artigo de quererem reformar toda a constituição através de uma lei destinada apenas a definir as atribuições da Regência, o já citado Lino Coutinho se manifestou. Defendendo o artigo em questão, Lino

⁶ MACHADO, André Roberto de A. Redesenhando Caminhos: o papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-29). *Almanack Braziliense*. N. 10, São Paulo, novembro de 2009 (no prelo). Estará disponível em: www.almanack.usp.br

⁷ *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1830. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1878. [APB (1830)], em 03 de junho.

⁸ Sobre esses projetos e a atuação dos representantes paraenses na primeira legislatura, veja de MACHADO, André Roberto de A. Redesenhando Caminhos. *Op. Cit.*

⁹ APB (1830), em 08 de julho.

Coutinho dizia que a Inglaterra permitia que até suas colônias, como a Jamaica, tivessem um corpo legislativo “verdadeiramente representativo” que tinham suas medidas sancionadas pelo governador. Comparando com as províncias brasileiras, mostrava que aqui o grau de autonomia era menor, pois tudo tinha que passar pela Corte, o que seria especialmente trágico para província como o Pará:

E nós, senhor presidente, governados pelo sistema representativo havemos de negar isto as nossas províncias que não são colônias? Atentem bem a desigualdade do nosso governo em relação com o da Inglaterra, cujo interesse é conservá-las debaixo de vara de ferro para as conservar sujeitas. Atentem bem a posição geográfica das províncias do Brasil: é mais fácil ir da Inglaterra a Jamaica e do Pará a Portugal, do que vir do Pará ao Rio de Janeiro. (...) Se não for dada liberdade às províncias para poderem reger-se até certo ponto, se formos com o princípio rigoroso de sujeitar as províncias em tudo e por tudo a capital do Império, vejo mais pronto e próximo o princípio da separação, a qual só se pode evitar-se afrouxando mais o nó.¹⁰

Se fora da província o Pará era recorrentemente lembrado para justificar medidas de descentralização ou o sistema federativo, quando a possibilidade de reforma da Constituição se tornou concreta os paraenses não ficaram indiferentes. Na província, o grupo político liderado pelo cônego Batista Campos, na primeira metade da década de 1830, fez uma intensa campanha pelas “reformas em sentido federal” ou em “sentido liberal”, como então se dizia. Nos jornais controlados por essa facção, as reformas chegaram a serem louvadas como “o Anjo da paz que nos arrancará das bordas do precipício”.¹¹

Apesar de tudo isso, contraditoriamente, nenhum representante eleito pelos paraenses teve papel destacado na defesa de projetos que promovessem a descentralização administrativa e legislativa do Império, quer antes dos debates sobre a reforma da Constituição ou mesmo depois de eleita a legislatura com poderes para alterar os artigos constitucionais apontados como passíveis de mudanças. Ao invés disso, os paraenses chegaram a eleger até opositores do Ato Adicional, o que demonstra a complexidade das disputas em torno desse tema.

Esse artigo pretende discutir a atuação dos representantes paraenses e as expectativas na província em torno do Ato Adicional. Será demonstrado que os

¹⁰ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos sr. Deputados. Sessão de 1831. Rio de Janeiro: Tipografia H. J. Pinto, 1878. [APB (1831)], em 21 de maio.

¹¹ Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [IHGB] – PER 32.12 – *A Luz da Verdade*. Edição de 30 de março de 1833.

trabalhos parlamentares eram acompanhados com atenção em território paraense e que diante dos limites propostos para a abrangência da reforma constitucional abriu-se, inclusive, um debate sobre o sistema representativo. Pretende-se discutir também os diferentes significados políticos pelos quais eram compreendidas as propostas de reforma e, especialmente, a ideia de federação. Como buscará se demonstrar, os debates em torno da federação e da extensão das reformas, após o Ato Adicional, acirraram os ânimos na província, estando diretamente relacionada com a crise aberta imediatamente antes da Cabanagem.

Antes de chegar a esse ponto, contudo, no próximo tópico serão discutidos os ensaios de descentralização no período anterior às reformas e a atuação dos representantes paraenses no Parlamento em torno desses temas.

AFROUXANDO O NÓ DA CENTRALIZAÇÃO

Como dito acima, no início da primeira legislatura do Império do Brasil, em 1826, deputados e senadores começaram seus trabalhos em meio a um Estado que tinha suas decisões políticas e administrativas altamente centralizadas.¹² Não havia uma instância legislativa de âmbito provincial e mesmo o poder do presidente da província, este nomeado pelo Imperador, tinha limites muito claros. Ao ler os anais da Câmara e do Senado nestes primeiros anos, impressiona a quantidade de questões administrativas corriqueiras das províncias que gastavam boa parte da pauta dos parlamentares. Discutia-se, por exemplo, a contratação de professores e juízes locais, aberturas de estradas e até a cessão de um terreno para um Seminário.¹³ Tudo tinha que passar pelo Parlamento, dado que norteou a atuação dos três deputados e do senador eleitos pelo Pará.

Assim como outros representantes, especialmente de províncias periféricas como Maranhão e Goiás, os parlamentares paraenses tiveram justamente como sua principal estratégia o uso dos instrumentos desse Estado centralizado para efetuar mudanças nas províncias que os elegeram. Ao invés de se

¹² José Murilo de Carvalho observa bem a contradição: enquanto a colônia portuguesa na América tinha fracas ligações entre partes, o Estado independente que o sucede é centralizador. CARVALHO, José Murilo de. *Federalismo e centralização no Império Brasileiro: história e argumento*. IN: _____. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

¹³ A doação de um terreno de armazéns demolidos ao Seminário de Belém, assunto aparentemente pouco relevante, foi feito por D. Romualdo Seixas, o mais expressivo dos parlamentares eleitos pelo Pará na primeira legislatura. A validade da sua proposição pode ser observada pelo fato dela ter seguido para a análise e aprovação da comissão de fazenda. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1827. Rio de Janeiro: Tipografia de Hypólito José Pinto, 1875. [APB (1827)], em 15 de julho e 10 de agosto.

destacarem na proposição de medidas de descentralização política e administrativa, como poderia se supor, os deputados e o senador do Pará marcaram seus mandatos pela proposição de vários projetos que visavam benefícios pontuais e de rápida execução em suas províncias.¹⁴ Nesse quesito, João Candido de Deus e Silva, deputado eleito pelo Pará, foi o mais destacado: nos primeiros dois meses no cargo, Deus e Silva apresentou 25 medidas legislativas que se concentravam em propostas de construção de vias, escolas e criação de cargos no Pará e em outras províncias em que ocupou funções públicas.¹⁵

De modo geral, assim como a maioria das outras propostas feitas por representantes paraenses, os projetos de Deus e Silva eram apresentados de maneira isolada, sem estarem vinculados a propostas maiores de comissões específicas, geralmente esta última a forma de tramitação que garantia maior chance de aprovação das proposições na Câmara e no Senado. No caso específico de Deus e Silva, também havia pouca estrutura em suas proposições que não expunham detalhes da estrada que era pretendida ou até de um curso superior que estava sendo pleiteado. Deus e Silva, em resumo, comportava-se como um peticionário ao governo central, de quem esperava que viessem os recursos e a logística para implementar os benefícios que sugeria. E, ressalte-se, fazia isso como um peticionário especial: até mesmo pela forma como eram redigidas suas proposições, fica claro que este deputado acreditava no poder do parlamento, considerando que as decisões ali tomadas passavam a obrigar o Executivo a cumpri-las.¹⁶

Na mesma legislatura, outros deputados eleitos pelo Pará fizeram projetos mais detalhados, mas mantinham muitos pontos de conexão com a estratégia de Deus e Silva. D. Romualdo Seixas, o futuro Arcebispo da Bahia e Marquês de Santa Cruz, pode ser usado como exemplo a partir dos dois principais projetos que apresentou neste quadriênio: a transformação da comarca do Rio Negro em província independente e a concessão de exclusividade a uma companhia para navegação de barcos a vapor na Amazônia.¹⁷ No caso da criação da Província

¹⁴ Esta forma de atuação dos representantes paraenses na primeira legislatura está explorada em MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando Caminhos. Op. Cit.*

¹⁵ Além do Pará, os benefícios destinavam-se ao Maranhão e ao Piauí. Sobre aspectos da biografia de Deus e Silva e sua atuação na primeira legislatura, veja de MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando Caminhos. Op. Cit.*

¹⁶ Era comum em várias das suas proposições, que Deus e Silva as formulasse de maneira bastante imperativa: “Indico que se oficie ao governo para que mande concluir a estrada...” ou “indico que se oficie o governo para que mande avaliar e arrematar...”. Entre outros exemplos veja, APB (1827), em 08 de junho.

¹⁷ Apesar de ter sido o único representante paraense nesta legislatura a ter voz importante em assuntos de âmbito nacional, o próprio Romualdo elegeu estes dois projetos que beneficiavam sua região com as

do Rio Negro é justamente um detalhamento do projeto que chama a atenção: Seixas propunha que o Maranhão repassasse 12 contos de réis anuais à nova província para mantê-la viável economicamente.¹⁸ Da mesma forma, em relação à navegação a vapor na Amazônia, Seixas projetava uma companhia com direitos de exclusividade que seria organizada pelo poder central.¹⁹ Nos dois casos, estava manifesto o desejo de utilizar a força do governo na Corte para realizar uma intervenção no Pará. Por essa lógica, de nada adiantava criar uma província como o Rio Negro sem os aportes de recursos necessários, o que só poderia acontecer com a força do poder central para obrigar que partes superavitárias da nação cobrissem essa demanda. Da mesma maneira, via-se o poder central como o único capaz de oferecer privilégios e angariar grandes capitalistas para a empreitada da navegação a vapor na Amazônia. Dessa forma, os representantes do Pará, por diversas vezes, deixaram nas entrelinhas a ideia de que dar liberdade às províncias para realizarem projetos sem os recursos necessários era entregá-las à própria sorte. Por isso, os representantes do Pará insistiam na contínua apresentação de projetos pontuais ao Parlamento, ao invés de proporem a este, maior autonomia administrativa das partes do Império.

Isso não significa dizer que estes parlamentares fossem contrários à descentralização. D. Romualdo Seixas, personagem conhecido não só por seu conservadorismo, mas também por ser cioso na defesa do poder do monarca, manifestou-se favoravelmente a esta causa. Em 1834, eleito deputado pela Bahia, discursou na Câmara a favor das reformas do Ato Adicional, dizendo que a sua aprovação era a única forma de barrar uma revolução.²⁰ Anos mais tarde, em seu livro de memórias, Seixas já tinha como melhor avaliar o impacto das mudanças: destacando a criação das Assembleias Provinciais, o Arcebispo da Bahia dizia que as reformas tinham sido muito importantes, especialmente nas províncias do norte.²¹ Contudo, tanto ele quanto os demais representantes paraenses pouco fizeram para afrouxar o nó da centralização administrativa do Império durante a primeira legislatura, omitindo-se em relação a matérias discutidas no Parlamento sobre esse tema.

mais importantes do seu primeiro mandato na Câmara. SEIXAS, Romualdo A. *Memórias do Marquez de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia, D. Romualdo de Seixas, Metropolitano e Primaz do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

¹⁸ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874. [APB (1826)], em 27 de maio.

¹⁹ APB (1826), em 12 de junho.

²⁰ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1834. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1879. [APB (1834)], em 16 de junho.

²¹ SEIXAS, Romualdo A. *Memórias do Marquez de Santa Cruz*. *Op. Cit.*, p 83-90.

Um bom exemplo está nos debates sobre o judiciário. Esta era uma questão crítica em todas as partes, mas especialmente na região do Maranhão e do Pará, de onde vinham ao Parlamento constantes queixas contra as dificuldades de acesso à justiça, algo especialmente agravado pelas distâncias em relação às cortes de apelação. Esse era um problema antigo e sensível que já tinha feito o próprio regente D. João, em 1809, revogar um alvará do ano anterior que obrigava paraenses e maranhenses recorrerem à Casa de Suplicação recém-instalada no Rio de Janeiro. As dificuldades de acesso fizeram a Coroa portuguesa retroceder e conceder a estas duas capitânicas o direito de recorrer em Lisboa.²² Apesar de não resolver o problema da distância das cortes de apelação, uma iniciativa que poderia aumentar o acesso à justiça dos paraenses era a criação do cargo de juiz de paz. Regulamentado em 1827, o juiz de paz era um leigo eleito localmente que, sobretudo, tinha o papel de promover conciliações.²³ Considerada por alguns autores como a primeira grande conquista dos liberais no Parlamento, o juiz de paz foi um passo importante para diminuir a centralização política do Império.²⁴ Contudo, não houve uma só ação de relevo de representantes paraenses para aprovar essa medida, nem mesmo uma declaração pública de apoio à nova lei. O máximo que existiu foram observações pontuais: em 1827, Deus e Silva apoiou um debate sobre as emendas ao projeto que vieram do Senado, sob o vago argumento de que a discussão poderia evitar problemas na criação da nova instituição.²⁵ Já em 1829, Seixas apresentou uma proposição que proibia párocos de serem juizes de paz.²⁶ Nada mais que isso.

²² SLEMIAN, Andréa. *A vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 43-44.

²³ No início, ao juiz de paz também cabia reunir provar e interrogar suspeitos. Leis de 1828, 1831 e, sobretudo, de 1832 ampliaram essas atribuições iniciais, de modo que este juiz passou até aplicar pequenas detenções de, no máximo, seis meses. FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil Imperial: control social y estabilidad política en el nuevo estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, cap. 4.

²⁴ Thomas Flory considerou que a criação do juiz de paz foi o marco para o início do que ele chamou de década liberal (1827-37). Veja, de FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil Imperial*. *Op. Cit.*, p. 19-23; Veja também de DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 83-86.

²⁵ APB (1827), em 28 de agosto.

²⁶ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1829. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1877. [APB (1829)], em 14 de agosto. José Joaquim Nabuco de Araújo, o futuro Barão de Itapoã e senador eleito pelo Pará, não só deixou de se manifestar em relação a criação dos cargos de juiz de paz, como dedicou uma grande defesa à manutenção da Junta de Justiça Militar, um tribunal muito combatido por outros parlamentares e que colecionava denúncias de despotismo vindas do território paraense. Sobre esta questão, veja de MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando Caminhos*. *Op. Cit.*

No entanto, parece ser ainda mais importante o fato de os representantes paraenses não terem se mobilizado em torno da criação dos Conselhos Gerais de Província, esta a grande medida deste período favorável à descentralização. Assim como os juízes de paz, o Conselho Geral de Província já estava previsto na Constituição, mas só foi regulamentado em 1828. Os conselheiros desta nova instituição eram eleitos e tinham poderes para propor resoluções que beneficiavam as respectivas províncias, mas que precisavam ser aprovadas pelo Parlamento para serem válidas.²⁷ Apesar da palavra final continuar nas mãos de deputados e senadores, a mudança não era pequena. Antes, por exemplo, era necessário que um deputado propusesse a criação de uma nova vila, como várias vezes fizeram os representantes do Pará e de diversas outras procedências. Depois da regulamentação da lei, cabia aos Conselhos Gerais propor essas mudanças ao Parlamento.²⁸ Isso significava que a primeira discussão dessas propostas não era feita mais por homens que não conheciam a região, não sendo possível ainda aos parlamentares fazer mais do que aceitar ou recusar na íntegra as resoluções vindas das províncias, uma vez que a Câmara dos deputados rejeitou a possibilidade de fazer emendas aos projetos dos Conselhos Gerais.²⁹

Apesar do peso dessa mudança, para muitos logo ficou evidente que esta ainda não era a solução adequada: rapidamente as resoluções vindas de diversas partes do Império foram se acumulando nas mesas de deputados e senadores, esperando que o Parlamento desse a palavra final sobre seu mérito. Em 16 de junho de 1832, já havia pedidos na Câmara para que fosse dedicado um dia de trabalho dos parlamentares apenas para julgar as resoluções, uma vez que estava aumentando o

²⁷ Sobre os Conselhos Gerais de Província, veja de SLEMIAN, Andréa. “Delegados do chefe da nação”. A função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-34). *Almanack Brasileiro*. São Paulo: n. 06, novembro de 2007. Disponível em: www.almanack.usp.br; SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1823-34)*. São Paulo: USP, 2006, p. 154-181. Tese de doutorado. Disponível em: www.teses.usp.br; e de LEME, Marisa Saenz. *Diâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado Monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 197-215, 2008.

²⁸ Durante a discussão do projeto de lei para que os Conselhos Gerais pudessem propor a criação de província, um grupo de deputados queria ainda ampliar a liberdade desta instituição neste tema: sugeriam que o Parlamento oferecesse uma autorização para que os Conselhos Gerais criassem as novas vilas sem precisar submeter essa decisão ao parlamento. Esta idéia foi derrubada justamente por uma emenda de Lino Coutinho. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876. [APB (1828)], em 21 de julho.

²⁹ Enquanto a Câmara adotou a postura de não permitir emendas às resoluções, o Senado manteve esta prática por um tempo, apenas a abandonando quando percebeu que a outra casa parlamentar recusava sistematicamente todas as resoluções que tinham sido alteradas pelos senadores, algo que gerou um mal-estar na dita “Câmara Alta”. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Sessão de 1832. Rio de Janeiro: s. i., 1914. [ASIB (1832)], em 24 de maio e 30 de junho.

número das que aguardavam algum tipo de encaminhamento.³⁰ Um ano depois, Paula Souza, deputado eleito por São Paulo, propunha que as comissões priorizassem as resoluções mais importantes para levar a votação, contando para isso, inclusive, com a ajuda dos representantes das províncias. Para Paula Souza, essa seleção era necessária porque já existiam mais de 200 resoluções no Parlamento esperando uma decisão sobre elas, algumas ainda de 1829.³¹ Já em 1835, depois de aprovado o Ato Adicional, senadores chegaram a decisão de que não deveriam mais discutir as resoluções que até então não tinham sido votadas, estando entre elas até um projeto enviado por Alagoas em 1830.³²

Além da impossibilidade do Parlamento conseguir julgar as resoluções na mesma velocidade em que eram encaminhadas pelas diversas províncias, para muitos estava claro também que não cabia ao legislativo central decidir sobre assuntos corriqueiros de vilas do interior do Império. Um debate no senado em 23 de maio de 1832 expôs de forma clara as diferentes perspectivas em torno dessa questão. Nesta ocasião, o já citado senador José de Alencar propôs uma alteração na tramitação das resoluções dos Conselhos Gerais de Província que daria maior autonomia às partes do Império enquanto não se votasse a reforma da Constituição: por este projeto, as resoluções aprovadas localmente que fossem consideradas urgentes por dois terços do Conselho Geral, por dois terços do Conselho Presidencial e ainda pelo presidente da província passariam a ter efeito imediato. Prontamente, a proposição foi censurada pelo Visconde de Cairu que considerava que isto deixaria o governo central às cegas, sem saber o que estava se decidindo no interior do país.³³ A partir daí Alencar fez uma apaixonada defesa do projeto, dizendo que, fora do Rio de Janeiro, os corações desejavam uma organização federativa e que isto não tinha nenhuma contradição com o regime monárquico, algo frequentemente alegado.³⁴ Para Alencar, era um absurdo que

³⁰ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1832. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1879. [APB (1832)], em 16 de junho.

³¹ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto e Filho, 1887. [APB (1833)], em 04 de junho.

³² Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de 1835. Brasília: Senado Federal, 1978. [ASIB (1835)], em 09 de maio.

³³ Este confronto sintetiza os dois projetos políticos que, segundo Miriam Dolhnikoff, estavam no centro do debate na primeira metade da década de 1830: de um lado aqueles que pretendiam dar às “elites regionais” mecanismos para participar do jogo político com real poder decisório. Do outro lado, segundo Dolhnikoff, estava aqueles que se filiavam à ilustração pombalina e acreditavam que o país só chegaria ao estágio de civilização ideal se as reformas fossem conduzidas pelo centro do Império. DO-LHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Op. Cit.*, p. 23.

³⁴ Marcelo Basile afirma que o grupo político conhecido na Corte como “Moderados”, que foi protagonista no processo que levou ao Ato Adicional, insistiu que a Monarquia poderia existir independen-

enquanto a Câmara dos Estados Unidos detinha-se em torno das grandes questões nacionais, o Legislativo do Império do Brasil perdia-se em discussões sobre reformas de pontes que os parlamentares nunca tinham visto.³⁵

Todos esses inconvenientes da estrutura em torno dos Conselhos Gerais da Província e o trâmite burocrático das resoluções aplicavam-se ao Grão-Pará. Na província, a nova instituição ganhou importância rapidamente, agregando no seu colegiado as principais facções da elite política paraense.

Nos primeiros anos de funcionamento, de um lado, um grupo de conselheiros foi cada vez mais fechando suas posições em torno da figura de Marco Antonio Rodrigues Martins, um dos líderes do golpe que derrubou o Visconde de Goiana da presidência da província em 1831. Esta facção estava ligada a setores mais conservadores da província como ex-presidente Araújo Rozo, os comandantes militares e setores do comércio. Antes do golpe e depois dele, Marcos Martins e seus aliados buscaram relacionar seus atos com o do grupo de parlamentares identificados como “moderados”, chegando a justificar a queda de Goiana como uma prevenção ao crescimento de grupos radicais.³⁶

Do outro lado, no Conselho Geral, vários membros aglutinaram suas posições em torno do cônego Batista Campos, protagonista político no Pará desde o período da independência.³⁷ Esse último grupo era acusado pelos aliados de Marcos Martins de formar um partido que incitava as “classes ínfimas” para o conflito, com a conivência do Visconde de Goiana. Por conta disso, com a queda do presidente, todos os partidários de Batista Campos foram deportados para partes remotas da província, em um evento central da história política da região. Durante os trabalhos do Conselho Geral entre o final de 1831 e o começo de 1832, com a ausência dos deportados, o partido de Marcos Martins tentou impor o seu ponto de vista sobre matérias já discutidas no Conselho sobre as quais não se tinha conseguido um consenso mínimo, como o controle

temente do sistema de governo, fosse ele mais centralizado, mais descentralizado, ou até mesmo uma federação. BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em Construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Tese de doutorado, p. 55

³⁵ ASIB (1832), em 23 de maio. A discussão sobre o projeto de Alencar foi adiada sob protestos deste senador que alegava ser o adiamento apenas uma manobra regimental para nunca julgar o mérito da proposta.

³⁶ IHGB – PER 32.13 – A Opinião. Edição de 15 de junho de 1831 e suplemento n. 18. Ver também de MACHADO, André Roberto de A. *O Fiel da Balança: o papel do Parlamento Brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Pará* (Inédito).

³⁷ Sobre Batista Campos, veja entre outros, de SILVA, João Nei Eduardo. Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense. IN: BEZERRA NETO, José Maia; GUSMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Madura: Historiografia & História social na Amazônia*. Belém: Paka-tatu, 2002.

da mão-de-obra indígena.³⁸ Depois da posse de Machado de Oliveira como o novo presidente nomeado pela Corte, os deportados voltaram a Belém e acusaram os moderados do Rio de Janeiro de serem tolerantes com os golpistas. Apesar de reivindicarem para si a condição apenas de liberais, este partido chegou a se identificar como “exaltado” para demarcar sua distinção em relação aos moderados.³⁹ Nesse processo de partidização da província, ressaltou-se ainda que as facções estavam se organizando em sociedades a partir de 1831, tal como vinha acontecendo em todo o país.⁴⁰ O grupo mais conservador congregou-se na Sociedade União, enquanto os partidários de Batista Campos criaram a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica.⁴¹

Apesar do aspecto positivo do Conselho Geral da Província conseguir reunir representantes das principais facções da elite política do Pará, seus resultados práticos foram muito modestos, tornando-se pífios ao se aliam à morosidade da apreciação no Parlamento das resoluções enviadas. Ao analisar o resumo das atividades relacionadas pelo Conselho entre 1829 e 1830, percebe-se uma grande dificuldade em estabelecer um padrão de relacionamento com o Parlamento, em definir quais seriam suas funções. São enviadas muitas matérias que não se encaixavam no rótulo de resoluções, como as várias representações que visavam denunciar

³⁸ Durante esses trabalhos do Conselho tentou-se aprovar uma resolução para a implementação de um projeto de Civilização dos Índios oferecido por Antonio Ladislau Monteiro Baena, um militar português historicamente ligado a grupos mais conservadores da província. Este projeto visava preservar o uso compulsório dos chamados “índios cristãos”, garantido pela lei de 1798, ainda limitando o trânsito desses indivíduos e permitindo novos descimentos de indígenas que estavam nas florestas. Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação (CEDI) – Lata 68, maço 37, pasta 4. Atas das sessões do Conselho do Pará (1831-32); BAENA, Antonio L. M. Representação ao Conselho Geral da Província do Pará sobre a especial necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província. *Annaes da Bilblioteca e Arquivo Público do Pará*. Tomo II. Belém: Imprensa Oficial, 1902; Uma análise mais detida desse episódio pode ser encontrada em MACHADO, André Roberto de A. *O Fiel da Balança*. Op. Cit.

³⁹ Sobre o golpe de 1831, a disputa entre os partidos no Pará e a sua busca de identificação com grupos da Corte, veja de MACHADO, André Roberto de A. *O Fiel da Balança*. Op. Cit.

⁴⁰ A partir de 1831, este foi um processo comum em todo o país. Na Corte existiram algumas sociedades, freqüentemente identificadas cada uma com um grupo político. A mais famosa delas foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, associada ao grupo dos moderados, que exerceu imensa influência no Parlamento na primeira metade da década de 1830. Menos influentes, na Corte também existiam outras, como a Sociedade Federal e a Sociedade Conservadora. WERNET, Augustin. *Sociedades políticas da província de São Paulo na primeira metade do período regencial*. São Paulo: USP, 1975. Tese de Doutorado; BASILE, Marcello O. N. de Campos. *O Império em Construção*. Op. Cit.; GUIMARÃES, Lucia M. P. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial. IN: GUIMARÃES, L. M. P.; PRADO, Maria E. (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Renavam /UERJ, 2001, p. 103-126.

⁴¹ SALLES, Vicente. Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992, p. 46-47; RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1970, p. 197-200.

atos despóticos. Estava claro que para alguns conselheiros este era um dos papéis da nova instituição e vale lembrar que algumas denúncias desse tipo, inclusive vindas do Pará, repercutiram no Parlamento e causaram estragos políticos para os denunciados.⁴² Da forma como vieram do Conselho nesta ocasião, no entanto, não tiveram acolhida entre os deputados e senadores que alegaram não ser o legislativo o órgão competente para aquelas demandas, ou que estavam diante de requerimentos e não de resoluções.⁴³ Além disso foram enviadas também, as resoluções não aprovadas que serviam apenas para constatar que a extrema divisão no Conselho impediu que os assuntos capitais tivessem um projeto vitorioso.⁴⁴

Fora essas matérias já citadas, a menor parte dos trabalhos era formada pelas resoluções aprovadas e encaminhadas ao Parlamento, no total de quatro propostas. Todas elas foram lidas em 16 de junho de 1830 e três delas votadas já em 18 de setembro, agilidade que jamais se repetirá nos anos seguintes.⁴⁵ Duas delas foram prontamente rejeitadas: a primeira desejava instalar uma tipografia pública para dar publicidade aos atos do governo. Os deputados vetaram a proposta alegando que Conselho Geral não tinha o direito legal para criar os empregos para essa tipografia e que uma lei anterior tinha mandado vender as tipografias nas províncias. A segunda resolução rejeitada propunha que os membros do Conselho Geral fossem dispensados dos seus trabalhos civis e militares durante as sessões, mas continuassem ganhando seus salários.

A única resolução aprovada pela Câmara dos deputados, nessa ocasião, obrigava que estrangeiros, ao chegarem na província, tivessem que se apresentar ao Juiz de Paz em até três dias, sendo que ainda seria obrigatória uma certidão do mesmo juiz para que o forasteiro deixasse o Pará. Um mês depois essa resolução foi discutida e aprovada no Senado, sendo levada para sanção.⁴⁶ O detalhe perverso desta história é que esta foi a primeira e única resolução paraense que conseguiu vencer todas as etapas para tornar-se uma medida com valor legal:

⁴² Entre outros exemplos de denúncias que causaram grande repercussão no Parlamento, pode-se citar a enviada pela Câmara Municipal de Belém, em 1833, contra o ex-ministro Lino Coutinho. A Câmara acusava Lino Coutinho de não ter censurado uma felicitação enviada pelo Conselho Geral da Província logo após a deposição do Visconde de Goiana, em que os executores do golpe comparavam esta ação com a queda de D. Pedro I. Lino Coutinho não foi punido, mas houve uma grande repercussão entre os deputados. CEDI – Lata 84, maço 7, pasta 1 – Petições sobre províncias (Pará – Visconde de Goiana). APB (1833), em 06, 07, 11, 21 e 30 de maio.

⁴³ APB (1830), em 25 de setembro.

⁴⁴ CEDI – Lata 49, maço 21, pasta 1 – Lista dos trabalhos do Conselho Geral do Pará (1829-30).

⁴⁵ APB (1830), em 16 de junho e 18 de setembro.

⁴⁶ Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de 1830. Rio de Janeiro: s. i., 1914. [ASIB (1830)], em 11 e 27 de outubro.

ser aprovada no Conselho Geral, na Câmara dos Deputados, no Senado e ir para sanção. Analisando os Anais da Câmara e do Senado pode-se constatar que nenhuma outra resolução enviada pelo Pará em todos os anos em que funcionou o Conselho Geral conseguiu ser aprovada em todas as instâncias e seguir para sanção. Deve-se considerar ainda que esta era uma medida de pouca valia administrativa, ainda que parecesse ter peso político.⁴⁷

Não por acaso Batista Campos, já em aberta campanha pelas reformas da constituição, reclamava em seus jornais que medidas úteis ao Pará morriam nas gavetas do Parlamento, o que demonstrava os inconvenientes do sistema vigente. Além disso, Campos criticava a incapacidade dos representantes do Pará em conseguir aprovar na Câmara e no Senado as resoluções enviadas pelo Conselho Geral ou mesmo pedir para que benefícios concedidos a outras províncias também fossem estendidos aos paraenses.⁴⁸ Certamente, o cônego desejava que os parlamentares paraenses exercessem pressão pela aprovação de medidas a favor da província, tal como fez o senador Visconde de Alcântara: após ser reprovada a concessão de terras para uma Câmara no Maranhão, o Visconde queixou-se, dizendo que havia má vontade em relação a algumas províncias, enquanto outras conseguiam ter absurdos aprovados. Menos de quinze dias depois, o Visconde de Alcântara voltava à carga: dizia, em tom ameaçador, que as províncias do norte tinham razão para ter ressentimento, já que era claro que se faziam mais benefícios para as províncias do sul.⁴⁹

Se os representantes do Pará não foram hábeis o suficiente para conseguir aprovar as resoluções enviadas pela província, tampouco se destacaram como críticos desse modelo. Ao longo da segunda legislatura, num período em

⁴⁷ No final de 1834, pouco antes da Cabanagem, Batista Campos estava sofrendo várias represálias, inclusive do então presidente da província. Lavor Papagaio, redator do *Sentinela Maranhense* na Guarita do Pará, resolveu listar no número 60 aquilo que considerava uma série de serviços prestados por Batista Campos. Entre elas, lembra que o Cônego era autor da resolução que obrigava os estrangeiros a se apresentarem ao juiz de paz. A evocação disso, tantos anos depois, mostra o peso político que ela tinha em um ambiente em que eram comuns manifestações contrárias a estrangeiros, sobretudo portugueses. Biblioteca Nacional (BN) – PR SOR 4750 – A *Sentinella Maranhense* na Guarita do Pará. Edição de 04 de outubro de 1834.

⁴⁸ IHGB – PER 32.14 – O *Publicador Amazoniense*. Edições de 22 de dezembro de 1832 e 7 de fevereiro de 1833. Manoel Barata aponta Batista Campos e o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra como os redatores de *O Publicador Amazoniense*. Contudo, nos números pesquisados e em outros documentos a autoria de Batista Campos é evidente, mas não a de Silvestre Antunes Pereira da Serra. BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973.

⁴⁹ Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de 1833. Rio de Janeiro: s. i., 1916 [ASIB (1833)], em 17 e 31 de maio. O Visconde de Alcântara não era o único a ter essa postura: o senador Alencar mostrou sua indignação após ser rejeitada uma proposta do Conselho Geral do Ceará que permitia que os presidentes contratassem 12 homens que soubessem ler e contar para navegar e conhecer a costa. Dizia ser um absurdo a rejeição da proposta porque já havia sido aprovada uma resolução semelhante para o Maranhão sem nenhuma oposição. ASIB (1833), em 5 de julho.

que se tornaram cada vez mais frequentes as censuras àqueles que insistiam na necessidade do Parlamento dar a palavra final em relação às medidas aprovadas nos Conselheiros Gerais, os deputados e o senador eleitos pelos paraenses não fizeram nenhuma manifestação crítica a esse respeito. Aliás, também não usaram a palavra na Câmara e no Senado para apreciar as propostas de reforma da constituição, nem declararam seus votos em assuntos polêmicos, prática que alguns representantes utilizaram para marcar sua posição.

Era, sem dúvida, uma contradição em relação à campanha que se fazia pelas reformas no Pará através dos jornais ligados aos partidários de Batista Campos, como se verá adiante. Ainda mais porque na segunda legislatura os paraenses trocaram dois dos seus três deputados, elegendo justamente homens menos ligados aos conservadores. Apenas no Senado, onde vigorava a vitaliciedade, manteve-se um quadro como José Joaquim Nabuco de Araújo que a exemplo dos outros dois deputados não reeleitos, seu irmão José Thomaz Nabuco de Araújo e D. Romualdo Seixas, teve na primeira legislatura uma posição de total fidelidade a todos os ministérios e, sobretudo, de submissão à Coroa.⁵⁰

Deus e Silva, o deputado reeleito e justamente aquele que votou medidas desfavoráveis ao partido de Batista Campos, foi o único que se posicionou mais claramente a favor das reformas, numa extensão do seu alinhamento na Câmara ao grupo liderado por Evaristo da Veiga.⁵¹ É possível saber isso em relação a esse deputado, assim como em relação aos outros representantes do Pará, a partir das votações em que ficaram registrados os posicionamentos de cada parlamentar.

Um exemplo pode ser encontrado por conta das discussões em torno da resposta à fala da Regência de 1832. Evaristo da Veiga, apoiado pelos deputados Feijó e Honório Carneiro Leão, defendeu uma resposta favorável ao governo que, na verdade, era também uma defesa das reformas da Constituição.⁵² Deus e Silva

⁵⁰ Para um perfil e atuação desses destes parlamentares na primeira legislatura, veja de MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando Caminhos. Op. Cit.*

⁵¹ Deus e Silva votou desfavoravelmente ao grupo de Batista Campos em relação às punições aos executores da deposição do Visconde de Goiana. Também deve se ressaltar que ele estava alinhado ao grupo identificado como moderado, então visto no Pará como aliado dos golpistas. Sobre este assunto, o perfil e a atuação dos deputados paraenses na segunda legislatura, veja de MACHADO, André Roberto de A. *O Fiel da Balança. Op. Cit.*

⁵² APB (1832), em 12 de maio. Marcello Basile demonstrou, especialmente a partir dos periódicos, que os ditos moderados se tornaram favoráveis às reformas da constituição apenas depois da Abdicação e, mesmo assim, foram cautelosos. BASILE, Marcello. Unitários e federalistas: a “a questão federal” na imprensa da Corte (1830-34). IN: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-89)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. Veja também de CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-40. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 2, Vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.25-28.

votou a favor da resposta proposta por Evaristo da Veiga, um dos líderes dos moderados.⁵³ Assim como ele, também votou a favor outro deputado eleito pelo Pará, Manuel José de Araújo Franco. Contudo Araújo Franco ausentou-se em muitas sessões por motivo de doença, aparentemente não estando presente nos momentos decisivos das votações da reforma. Por último, votou contra a resposta à Regência, o deputado João Fernandes de Vasconcelos.

Este deputado paraense em vários momentos na legislatura deixou explícito o seu alinhamento na província à facção de Batista Campos, o que talvez explique a sua oposição sistemática aos moderados. Contudo, esta postura de estar sempre contra as votações lideradas por Evaristo da Veiga, acabou colocando-o também no lado mais conservador em temas centrais das reformas constitucionais.⁵⁴ Por exemplo, Fernandes Vasconcelos votou contra o fim da vitaliciedade para o cargo de senador, um dos pontos de discórdia no projeto das reformas constitucionais.⁵⁵ Na província, justamente este foi um dos pontos não aceitos para reforma mais lamentados pelo partido de Batista Campos. No periódico *O Publicador Amazoniense*, o cônego lamentava:

“(...) quem jamais esperou que a vitaliciedade do senado seria vencida por um voto, continuando essa Câmara de Aristocratas, criaturas do ex-Imperador (com exceção dos exmos. Borges, Alencar e Vergueiro) que além dos males que nos causou naquele tempo, faz a nação a horrorosa despesa de 9 mil cruzados anuais para cada senador! De todos os artigos caídos, este foi o que mais deu no gota! Pois há de conservar-se este senado, votando ele mesmo ao seu favor contra a vontade geral da nação que não o quer vitalício?”⁵⁶

Para esses homens, a repulsa em relação aos senadores certamente aumentou pelo fato deles serem identificados como responsáveis por restringir a abrangência das reformas constitucionais em relação ao que tinha sido proposto na Câmara dos Deputados. Vale lembrar que pelo entendimento a que se chegou no Parlamento, cabia à segunda legislatura apenas indicar quais artigos da constituição seriam passíveis de serem reformados, enquanto os representantes eleitos para a

⁵³ APB (1832), em 22 de maio.

⁵⁴ Marcello Basile aponta que parlamentares tidos como exaltados em alguns momentos se aliaram aos restauradores para fazer oposição aos moderados. Talvez isso explique o comportamento de João Fernandes de Vasconcelos em algumas votações. Veja de BASILE, Marcello O. N. de Campos. *O Império em Construção. Op. Cit.*, p. 142.

⁵⁵ APB (1832), p. 283. Além de Fernandes de Vasconcelos, pelo Pará o senador Nabuco de Araújo também votou pela manutenção da vitaliciedade do posto de senador. Deus e Silva votou pelo fim da vitaliciedade. Araújo Franco não consta em nenhuma das listas, provavelmente por estar afastado em razão de doença.

⁵⁶ IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 4 de fevereiro de 1833.

legislatura seguinte teriam poderes para fazer as mudanças ou não. A proposta de reforma aprovada na Câmara teve pontos considerados radicais pelos senadores, entre eles a redação de um artigo que definia o Império do Brasil como uma monarquia federativa.

A verdade é que depois da Abdicação do Imperador, emergiram reivindicações que atingiam o cerne do sistema político e social. Emília Viotti da Costa lembra que o jornal *Nova Luz Brasileira* defendia, entre outras coisas, a eleição para todos os cargos, inclusive o de monarca.⁵⁷ O Parlamento costumava ser bem mais moderado que os jornais, mas ainda foi palco de discussões extremadas. Nesta legislatura, por exemplo, a Câmara encampou um debate sobre a anulação de todos os títulos nobiliárquicos concedidos pelo ex-Imperador, discussão que não vingou.⁵⁸ Também não foi incorporado ao projeto de reformas da Câmara reivindicações mais radicais, como a emenda sugerida pelo deputado Ferreira França que propunha que cada província elegeisse sua própria assembleia que elaboraria uma constituição particular para aquele território.⁵⁹ Mesmo mais ameno, o projeto de reformas aprovado na Câmara tinha muitos pontos que não foram aceitos pelos senadores que, por sua vez, propuseram emendas. Entre os vetos da Câmara Alta, estavam as propostas de extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do cargo de senador.⁶⁰

Além dos pontos destacados acima, o Senado recusou também o artigo proposto pela Câmara que definia o Império do Brasil como uma monarquia federativa. O Visconde de Cairu, eleito pela Bahia e um dos senadores mais influentes do período, dizia que as reformas estavam se fazendo numa imitação aos Estados Unidos e que isto abriria caminho para a independência das províncias.⁶¹ A posição de Cairu acabou sendo adotada pelo Senado, de alguma maneira influenciada pela ideia usada recorrentemente no Parlamento de que a monarquia e a federação eram incompatíveis. Isto

⁵⁷ COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. IN: _____. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª edição, São Paulo: UNESP, 1999, p. 149-150. Em 1834, na Bahia, o jornal *O Democrata*, ao fazer uma análise da Revolução Francesa, dizia que ela ainda não tinha acabado e que só teria fim quando os reis tivessem exterminado os povos ou quando os povos tivessem dado cabo dos reis. FONSECA, Sílvia. Federação e república na imprensa baiana (1831-36). IN: LESSA, Mônica L.; FONSECA, Sílvia C. P. de B. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia* (1822-89). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

⁵⁸ APB (1831), em 20 de junho.

⁵⁹ APB (1831), 12 de outubro.

⁶⁰ Estes eventos estão bem explicados em DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Op. Cit.*, p. 93-94. A autora também lembra que diante da resistência dos senadores, tentou-se um golpe liderado por Feijó que pretendia aprovar o projeto de reformas tal como tinha sido aprovado na Câmara. Contudo, o golpe fracassou.

⁶¹ ASIB (1832), em 03 de julho.

não significa que não tenha havido defesas em contrário: José de Alencar, por exemplo, ironizava dizendo que se fazia um cavalo de batalha pela palavra federação, mas não se poderia manter o país unido se não fosse diminuído o jugo sobre as províncias.⁶² Em favor dos senadores que apoiavam as reformas estava o argumento de que existiam manifestações em toda a parte que demonstravam o desejo da realização dessas mudanças. Com base nisso, o Marquês de Barbacena, eleito por Alagoas, afirmava que se as reformas não viessem pela Assembleia viriam de maneira violenta.⁶³ Pouco depois, o Marquês de Caravellas, eleito pela Bahia, também apoiaria a descentralização, alegando que havia insatisfação nas províncias por existirem maços e maços de resoluções enviadas pelos Conselhos Gerais que não eram votados no Parlamento.⁶⁴

Dos vetos feitos pelo Senado através de emendas, apenas a manutenção do Poder Moderador foi aprovada pela Câmara.⁶⁵ Como todas as outras emendas dos senadores foram rejeitadas pelos deputados, seguiu-se o procedimento constitucional de fundir as duas casas e pôr as matérias novamente em votação. Como cada membro do Parlamento tinha um voto, podia se supor que as posições da Câmara iriam prevalecer. Contudo, nem sempre foi assim: os deputados conseguiram manter a extinção do Conselho de Estado e a eleição para o Regente único. Por sua vez, prevaleceu a posição da Câmara Alta em outros pontos: assim foi mantida a vitaliciedade dos senadores, como já citado, e suprimiu-se o artigo que definia o Império do Brasil como uma monarquia federativa.⁶⁶

Ao contrário do que aconteceu em relação à vitaliciedade dos senadores, não ficou registrado nos Anais da Câmara e do Senado como votaram cada um dos parlamentares em relação à supressão ou não do artigo que definia o Império do Brasil como uma monarquia federativa. A essência das reformas foi mantida com a proposição que a legislatura seguinte criasse as Assembleias Provinciais. Com essas Assembleias, dava-se um grande passo na descentralização política e administrativa do Império, já que estas novas instituições poderiam votar leis para as respectivas províncias que teriam validade sem a necessidade de aprovação do Parlamento, ao

⁶² ASIB (1832), em 29 de maio.

⁶³ ASIB (1832), em 30 de maio.

⁶⁴ ASIB (1832), em 30 de junho.

⁶⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Op. Cit.*, p. 94. Vale lembrar que, mesmo no Senado, houve oposição à manutenção do Poder Moderador. Provavelmente, o Senador Vergueiro foi o mais incisivo nesta oposição, chegando a dizer que os defensores do Moderador eram favoráveis ao Absolutismo, ao despotismo. Ao falar sobre o poder de veto do Moderador, chegou a dizer que era um absurdo acreditar que uma pessoa podia estar certa, graças à causalidade seu nascimento, contra 150 que tinham sido eleitas. ASIB (1832), em 07, 25 e 27 de junho.

⁶⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Op. Cit.*, p. 94; BASILE, Marcelo. Unitários e Federalistas. *Op. Cit.*, p. 90-91.

contrário do que acontecia com os Conselhos Gerais. Mesmo assim, o artigo que definia o Brasil como uma monarquia federativa tinha um grande peso simbólico. Por conta disso, como não ficou registrada nominalmente a posição de cada parlamentar em relação a esse artigo, vários representantes fizeram questão de declarar seu voto de maneira aberta, prática comum em disputas capitais. Os representantes do Pará que durante todo o debate sobre as reformas constitucionais não fizeram discursos a favor ou contra, também se omitiriam nessa ocasião: nenhum deputado ou senador eleito pelos paraenses declarou seu voto sobre esse artigo, nem manifestou publicamente seu regozijo ou inconformismo com a supressão dessa ideia.⁶⁷

No Pará, as restrições feitas pelo Senado foram lamentadas pela facção liderada por Batista Campos. Mesmo assim, as possibilidades que restavam eram promissoras o suficiente para movimentar a política na província, como se verá abaixo.

A CAMPANHA PELAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS NO PARÁ

Pouco mais de dois meses depois do projeto de reforma da Constituição ser aprovado nas sessões conjuntas da Câmara e do Senado, este assunto e as eleições para a próxima legislatura passaram a dominar as páginas de *O Publicador Amazoniense*, periódico redigido no Pará pelo cônego Batista Campos. Em 22 de dezembro de 1832, o jornal do cônego era praticamente todo preenchido pela transcrição de três artigos de um periódico pernambucano, referido nesta edição como *Bússola*. Certamente, tratava-se da *Bússola da Liberdade*, periódico que circulou entre 1831 e 1832 e que tinha como seu redator um padre com envolvimento conhecidos na revolução de 1817 e na Confederação do Equador.⁶⁸ A *Bússola da Liberdade* estava estreitamente ligada à Sociedade Federal, instalada em Pernambuco em outubro 1831, chegando a publicar as sessões desta instituição.⁶⁹ Primeira fundada no país, a Sociedade Federal de Pernambuco teve congêneres criadas em várias províncias, inclusive na Corte e no Pará⁷⁰, e tinha como seu objetivo declarado alcançar a federação dentro dos meios legais.⁷¹

⁶⁷ ASIB (1832), em 18 de setembro.

⁶⁸ FONSECA, Sílvia C. P. de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-34). *Op. Cit.*, p. 59. Nessas ocasiões, o padre João Barboza Cordeiro, o redator da “*Bússola da Liberdade*”, participou desses movimentos políticos não em Pernambuco, mas em províncias vizinhas.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 57.

⁷⁰ A Sociedade Federal Fluminense é criada em dezembro de 1831, enquanto a Sociedade Federal é instalada no Pará em abril de 1833. BASILE, Marcello O. N. de C. *O Império em Construção. Op. Cit.*, p. 229; RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos. Op. Cit.*, p. 288.

⁷¹ FONSECA, Sílvia C. P. de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-34). *Op. Cit.*, p. 57-58.

O primeiro artigo da *Bússola da Liberdade* transcrito nessa edição de *O Publicador Amazoniense* festejava que tivesse sido aprovado o projeto de reformas, que apontava quais artigos da Constituição poderiam ser alterados, ainda que lamentasse que as mudanças propostas fossem tímidas perto do que desejavam, segundo o periódico, a maioria dos brasileiros. Ao invés de fomentar a indignação, especialmente com as restrições feitas ao projeto no Senado, o artigo tentava serenar os ânimos. Dizia que o que podia ser alcançado era melhor do que nada e que se devia trabalhar para que as próximas legislaturas ampliassem as conquistas. Nessa linha, pedia que os federalistas insistissem na via pacífica e não dessem atenção aos seus inimigos. Segundo o jornal, esses adversários passaram a ridicularizar os defensores do federalismo pelo fato do projeto de reformas ser restrito, perguntavam para que tinham valido as tantas Sociedades Federais abertas e desafiavam os federalistas a pegarem em armas para impor as mudanças que desejavam. A estas provocações, o artigo ponderava com uma confissão de fé na eficácia do sistema representativo:

“Haja pois discrição e prudência, continuem as Sociedades Federais a trabalhar para conseguirem seus fins a que se propuseram que eles se conseguirão. Não é preciso e nem mesmo útil que haja agora uma revolução, pois que primeiramente se devem preparar os elementos. Além disso, que melhor revolução que as próximas eleições? Elas são na verdade uma completa revolução que periodicamente praticamos, segundo a lei. É chegado o tempo de fazermos. Façamo-la como devemos que por ela ficarão punidos os especuladores de empregos populares que se valeram de vossa boa fé para promoverem seus interesses pessoais, abusando de vossa confiança. (...) E o que é isto senão uma verdadeira revolução?”⁷²

A grande importância dada pelo artigo às eleições para a próxima legislatura não era apenas pela preocupação de que fossem, de fato, alterados os artigos considerados passíveis de mudança pelo projeto de reformas da Constituição. Esperava-se que fossem escolhidos os homens certos para o cargo de deputado porque deles dependia dar um passo além do que tinha sido proposto pela segunda legislatura. Isto fica claro no terceiro artigo da *Bússola da Liberdade* publicado nesta edição de *O Publicador Amazoniense*.⁷³ Se o redator da *Bússola* insistia que não se devia pegar em armas para ampliar as reformas constitucionais, isso não significava que não pretendesse alcançar esse objetivo por outros meios.

⁷² IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 22 de dezembro de 1832.

⁷³ O segundo artigo da *Bússola da Liberdade* publicada nesta edição de *O Publicador Amazoniense* descrevia com razoável grau de detalhamento os debates que ocorreram durante a fusão da Câmara e do Senado para discutir as emendas ao projeto de reforma da Constituição.

Dessa maneira, este artigo da *Bússola* levantava a tese de que os eleitores poderiam dar poderes aos seus representantes para que fizessem reformas além das que tinham sido previstas pela segunda legislatura. Seu raciocínio era claro: a soberania vinha da nação e, portanto, os parlamentares não podiam restringir o poder daqueles de quem eram apenas representantes. Ou seja, seu argumento era o de que senadores e deputados tinham extrapolado suas funções ao dizer que os eleitores só poderiam dar poderes a seus representantes para que uma parte da Constituição fosse alterada. Nessa análise típica dos exaltados, portanto, ainda era possível reverter o retrocesso imposto pelos senadores ao projeto de reformas.⁷⁴

A transcrição desses artigos demonstra como os paraenses estavam integrados aos debates que ocorriam em outras partes do país. Durante a década de 1830, podia-se encontrar em jornais paraenses, de todas as filiações políticas, transcrições de artigos de periódicos publicados em outras províncias ou comentários sobre eles. Aparentemente, havia uma espécie de rede entre redatores com o mesmo pensamento político. Batista Campos, por exemplo, gabava-se de ser conhecido e de ideias suas serem aplaudidas por periódicos de outras províncias.⁷⁵ Além disso, quando encerrou as atividades de *O Publicador Amazoniense*, por estar doente, Campos pediu para que os redatores correspondentes de outras províncias mantivessem os mesmos procedimentos agora com a *Sentinella Maranhense, na guarita do Pará*.⁷⁶

Abaixo da transcrição dos artigos da *Bússola da Liberdade*, Campos buscava manter o mesmo tom: as reformas eram uma conquista. Para ele, a criação de Assembleias Provinciais pela próxima legislatura seria a principal mudança, uma vez que, em suas palavras, as “leis serão sancionadas pelo poder moderador independentemente de discussão da Assembleia Geral, onde tempos empatados tantos projetos do Conselho Geral”.⁷⁷ Ainda nesta linha otimista, o cômego afirmava que agora na Corte os liberais e exaltados estavam unidos aos moderados contra os caramurus e os absolutistas para fazer passar as reformas. Além de exemplificar a corriqueira utilização dos termos “exaltados”, “moderados” e “caramurus”, entre outros, para designar grupos políticos especialmente no Rio de

⁷⁴ Marcello Basile faz esta distinção: para ele, os exaltados acreditavam em direitos que eram anteriores a existência das leis e que a soberania vinha do povo. Enquanto isso, segundo Basile, os moderados acreditavam que a soberania estava na nação e se expressava por meio da maioria parlamentar. BASILE, Marcello. *Império em Construção. Op. Cit.*, p. 153-158.

⁷⁵ Um exemplo pode ser encontrado em IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 25 de março de 1833.

⁷⁶ BN – PR SOR 4750 – A Sentinella Maranhense, na guarita do Pará. Edição de 26 de setembro de 1834.

⁷⁷ IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 22 de dezembro de 1832.

Janeiro, o comentário também aponta uma tentativa de aproximação dos partidários de Batista Campos com os moderados, até então identificados como aliados dos executores do já citado golpe de 1831 que depôs o Visconde de Goiana da presidência da província.⁷⁸ Por fim, esta edição de *O Publicador Amazoninense* terminava com Batista Campos pedindo para que todos adotassem as ideias do redator da *Bússola* que tinham sido transcritas ali.

Pode-se dizer que ninguém foi mais fiel a esta última instrução do que o próprio cônego. Nos meses que se seguiram, as ideias da *Bússola da Liberdade* orientaram claramente o seu projeto político e dos seus partidários. A partir daí, a eleição de deputados para a próxima legislatura mais afeitos às ideias do seu grupo tornou-se prioridade.

Antes mesmo da edição em que foram transcritos os artigos da *Bússola*, *O Publicador Amazoniense* já buscava um processo de convencimento dos eleitores sobre quais eram os candidatos que mereciam votos. Em 15 de dezembro de 1832, alegava que José Felix Pereira de Burgos, ex-presidente da província, e José Maria da Silva Bittencourt, ex-comandante de armas, não podiam receber votos para deputado. Burgos, quando presidente, tinha imposto derrotas ao grupo de Batista Campos e Bittencourt tinha sido um dos principais responsáveis pelo golpe que derrubou o Visconde de Goiana.⁷⁹ *O Publicador Amazoniense* dizia que os dois estavam impedidos de receber votos por estarem pronunciados em processos judiciais, valendo lembrar que a esta altura Campos e o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, então seu aliado, ocupavam os postos de juiz de paz de Belém.⁸⁰ Mesmo com toda essa campanha contrária, Bittencourt conseguiu votos o suficiente para suplente, cargo que nunca ocupou.⁸¹

Progressivamente, a campanha ia aumentando o tom: em 22 de dezembro de 1832, *O Publicador Amazoniense* descrevia o perfil de quem deveria ser eleito:

⁷⁸ Essa tentativa de aproximação com os moderados irá durar pouco. Em março de 1833, o periódico *Luz da Verdade*, redigido pelo Cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, então aliado de Batista Campos, irá acusar novamente os moderados de tentar proteger os golpistas. O motivo para isso era uma carta de Vergueiro, então Ministro do Império, que fazia críticas aos processos que estavam se abrindo na província para julgar os responsáveis pela deposição do Visconde de Goiana. IHGB – PER 32.12 – A Luz da Verdade. Edição de 30 de março. Veja também de MACHADO, André Roberto de A. *O Fiel da Balança. Op. Cit.*

⁷⁹ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos. Op. Cit.*, 152-156 e 213-217.

⁸⁰ O fato deste partido ocupar os cargos de juiz de paz em Belém e de muitos processos terem sido abertos contra os executores do golpe de 1831 fez com que alguns membros do Parlamento e do Ministério dissessem que no Pará estava ocorrendo uma perseguição política. Veja de MACHADO, André Roberto de A. *O Fiel da Balança. Op. Cit.*

⁸¹ IHGB – 1,3,12 – Apontamentos relativos aos acontecimentos do Pará, de 1831 a 1836, que lhe oferece o seu amigo, o general José Maria da Silva Bittencourt (cópia feita para Manuel Barata de documentos da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional – RJ).

aqueles que tinham dado provas de patriotismo e adesão a instituições livres.⁸² Em 04 de janeiro de 1833, o periódico detalhava como seria o pleito para deputados, ressaltando que as atas eleitorais deveriam mencionar que estava se dando poderes especiais para que os representantes fizessem as reformas da constituição. Na sequência, transcrevia um artigo do jornal *Nacional* em que mais uma vez se dizia que no sul do país os moderados e os exaltados estavam unidos para derrubar os caramurus. Com base nisso, pedia para que na província o mesmo acontecesse, buscando dessa forma isolar os grupos mais conservadores.⁸³ Em 12 de janeiro de 1833, oito dias antes das eleições, Batista Campos dizia que os seus inimigos o difamavam e também a Camecram e Manoel Sebastião, ex-membros do Conselho Geral, e Antonio Correia Seara, o Comandante de Armas, ao espalharem boatos que misturavam a federação com a exoneração de empregados, o massacre de portugueses e a violência contra mulheres.⁸⁴

A dois dias das eleições, o periódico ainda usava um expediente para constringer possíveis dissidentes da sua linha de pensamento: dizia ter a felicidade de que quase todos os eleitores de Belém e seus termos eram patriotas, com algumas poucas exceções que ele passava a citar nominalmente. Finalmente, ainda nesta edição, o *Publicador* retomava a tese da *Bússola*: dizia que, no seu entendimento, os deputados que seriam eleitos iam ao Rio de Janeiro com poderes para modificar qualquer parte da constituição e não apenas os artigos que foram considerados passíveis de mudança pelo projeto de reformas. Argumentava que um senado e alguns deputados a ele alinhados não podiam impedir uma mudança mais ampla que, em suas palavras, “as luzes do tempo e as circunstâncias peculiares do Brasil exigem imperiosamente”.⁸⁵

Batista Campos não apenas expôs sua opinião, como teve força política o suficiente para colocá-la em prática. Na edição de 4 de fevereiro de 1833, *O Publicador Amazoniense* transcrevia a ata do Colégio Eleitoral de Belém, do qual o cônego foi o presidente. Nela ficou registrada que Campos propôs e foi aprovado que na ata eleitoral fosse explicitado que os membros daquele colégio não davam aos seus representantes o direito de fazer mudanças apenas dos artigos indicados

⁸² IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 22 de dezembro de 1832. As expressões “patriota” e “patriotismo” aparecem de maneira recorrente no Pará da década de 1830, ligando-se aos liberais. Magda Ricci lembra que os cabanos se reconheciam como patriotas. RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Revista Tempo*. 2007, vol. 11, n. 22, p. 05-30.

⁸³ IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 04 de janeiro de 1833.

⁸⁴ IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 12 de janeiro de 1833.

⁸⁵ IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 18 de janeiro de 1833.

pela segunda legislatura, mas para efetuar qualquer alteração na Constituição. Ao final dessa edição, o redator fazia uma análise em tom de desabafo:

“Por muito tempo nos temos poupado a emitir a nossa humilde opinião sobre a impressão que fez no espírito público as reformas da Constituição no sentido federal, propostas na Câmara dos sr. deputados, porque os mal intencionados absolutistas aristocratas caramurus tinham prevenido a gente ignorante e crédula de que os liberais ou Federalistas queriam proclamar a república para lançar fora do Brasil os portugueses e ficar com seus bens; e outras calúnias que argüirão para indispor os proprietários de escravos contra os ditos liberais, cujas calúnias arteiras e malvadas convém antes não as assoalhar pelo perigo que podem causar (...). Não queremos república ou separação da província, tornamos a dizer, queremos, sim, ter nela todos os recursos que forem necessários para o nosso regime interno, independente de estar recorrendo a Corte por qualquer incidente por que atenta a distância em que nos achamos, a decisão de qualquer negócio é obra de um ano. (...) Eis porque chamamos as Reformas, porque sem elas, existiríamos no estado de total dependência do Poder Central, como estávamos no tempo do ex-Imperador.”⁸⁶

Se Campos era enfático ao dizer que queria a federação, mas não a república, assim como gastava linhas e linhas em seus jornais para reforçar que as reformas deveriam ser conquistadas através da legalidade, contraditoriamente não há em nenhum dos documentos encontrados uma descrição sobre o que este grupo político entendia por federação, o que dificulta entender o quão distante estava este ideal em relação ao que estava sendo proposto por deputados e senadores. Dizer que se desejava ter na província “todos os recursos que forem necessários para o nosso regime interno”, era algo extremamente vago, podendo-se argumentar, dependendo do ponto de vista, que isto era atendido pela criação das Assembleias Provinciais, tal como projetado por deputados e senadores em 1832. Contudo, a pregação de Batista Campos, para que fossem dados aos novos representantes poderes para reformarem qualquer artigo da Constituição, deixava claro que as mudanças propostas pela segunda legislatura, especialmente após os vetos do Senado, eram consideradas insuficientes.

Mesmo assim, não é possível saber em que direção pretendia-se o avanço: desejava-se que as províncias tivessem Constituições próprias, tal como sugerido no já citado projeto do deputado Ferreira França? A eleição do presidente de província pelos habitantes da mesma era uma reivindicação? Infelizmente, não é possível saber se o partido de Batista Campos tinha um modelo definido do

⁸⁶ IHGB – PER 32.14 – O Publicador Amazoniense. Edição de 04 de fevereiro de 1833.

que seria uma federação. Isso não chega ser surpreendente, já que nos debates na Câmara fica claro que havia vários entendimentos sobre a matéria. Nesse sentido, em 1832, o deputado Honório Carneiro Leão chegou a afirmar que a Constituição de 1824 já consagrava, em parte, o federalismo.⁸⁷ Para Marcello Basile, retomando posições de José Murilo de Carvalho, neste período o federalismo era usado como simples sinônimo de descentralização política e administrativa já que muitas vezes reivindicações em seu nome não atendiam aos pré-requisitos que, segundo Basile, são essenciais a esse modelo como a eleição do chefe do executivo, constituições locais e a divisão de rendas em nacionais e das províncias.⁸⁸ Contudo, considerando que mesmo hoje diversos autores debatem sobre quais seriam os critérios mínimos para qualificar um sistema como federativo⁸⁹, parece mais acertado dizer que naquele período o termo “federação” podia ser a bandeira tanto para projetos políticos que não desejavam mais que uma pequena reforma, quanto para aqueles que almejavam grandes mudanças nas relações entre as províncias e o poder central. Mesmo sem a descrição de um modelo de federação que se pretendia, é possível saber que o partido de Batista Campos enquadrava-se nesse segundo grupo, uma vez foi pública a insatisfação desses homens em relação aos resultados obtidos pelo Ato Adicional, como se verá adiante.

Apesar do grande destaque dado aqui, é preciso reconhecer que não eram apenas as ideias do cônego Campos que circulavam na província. Contudo, elas ganharam muita força neste período porque seus adversários estavam acuados. Após a chegada de Machado de Oliveira, o primeiro presidente enviado pela Corte após a deposição do Visconde de Goiana, Campos e os outros deportados pelos executores do golpe haviam retornado para Belém e vários processos foram abertos contra os agostenses.⁹⁰ Exemplo desse cenário pode ser dado pelo destino de um dos líderes do golpe de 1831, o já citado Marcos Martins: ele e dois de seus aliados na imprensa tiveram que fugir de Belém, em agosto de 1832, para não serem presos por críticas feitas a Machado de Oliveira sobre a decisão de dissolver o corpo de voluntários comandados por Marcos Martins, tropa que havia sido uma das apoiadoras da queda de Goiana.⁹¹

⁸⁷ APB (1832), em 12 de maio.

⁸⁸ BASILE, Marcello. Unitários e federalistas: a “questão federal” na imprensa da Corte (1830-34). *Op. Cit.*, p. 92.

⁸⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Op. Cit.*, p. 286-292.

⁹⁰ Machado de Oliveira tomou posse em 27 de fevereiro de 1832. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos. Op. Cit.*, p. 260. Era termo corrente no Pará lembrar a deposição do Visconde de Goiana como “Agostada”, por ter acontecido em 7 de agosto de 1831. Da mesma forma, os executores do golpe eram chamados de agostenses.

⁹¹ SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem. Op. Cit.*, p. 113-114. RAIOL, Domingos A. *Motins Políticos. Op. Cit.*, p. 274.

Apesar de ter se tornado um dos mais ferrenhos inimigos de Batista Campos a partir do final de 1833, até essa altura dos acontecimentos Machado de Oliveira, se não foi exatamente um aliado, teve alguns de seus propósitos convergindo para a luta política do cônego. Danilo Ferreti lembra que, na década de 1830, Machado de Oliveira estava alinhado na Corte aos liberais moderados e era público defensor da descentralização administrativa.⁹² Quando se tornaram inimigos, Batista Campos ironizou Machado de Oliveira dizendo que, ao tempo das eleições para deputado, o ex-presidente vinha até ele com lágrimas nos olhos para que pedisse votos aos seus candidatos.⁹³ Ao que tudo indica, o cônego e o presidente aliaram-se na tentativa de eleger deputados afeitos as suas ideias.

De fato, um dos eleitos para terceira legislatura foi Antonio Correia Seara, então comandante de armas, que já tinha sido defendido por Batista Campos na imprensa e que sempre se manteve fiel a Machado de Oliveira. Se, conjunturalmente, este era um nome interessante para os dois lados, paradoxalmente o Comandante de Armas tinha um currículo terrível para aqueles que aspiravam avanços no sentido da federação. Nascido em Pernambuco em 1802, Seara começou sua carreira militar logo após a repressão à revolução de 1817. No período seguinte à independência, esse militar pernambucano foi um opositor a Pais de Andrade, engrossando o grupo de resistência que se formou em Alagoas em favor do Morgado do Cabo. Em seguida, faria parte das tropas comandadas por Lima e Silva que derrotariam a Confederação do Equador. Para arrepio dos liberais, ainda pesava contra Seara o fato conhecido de ter se recusado a renegar as condecorações que foram dadas a ele pelo ex-imperador, em um momento em que muitos tomavam esta atitude.⁹⁴ Os partidários de Batista Campos, no entanto, pareciam querer ignorar isto: ao lembrar o período que antecedeu a posse de Machado de Oliveira e seu Comandante de Armas, o jornal *O Paraguassu* dizia que os liberais da Corte deram pêsames aos paraenses quando souberam da escolha do governo, dizendo que o presidente era passável, mas que Seara era um déspota. *O Paraguassu* concluía que o governo de Machado de Oliveira e Antonio Correia Seara tinha sido o oposto da péssima perspectiva vislumbrada pelos liberais da Corte.⁹⁵

⁹² FERRETTI, Danilo José Zioni. *A Construção da Paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. São Paulo: USP, 2004. Tese de doutorado, p. 21.

⁹³ BN – PR SOR 4750 – A Sentinella Maranhense, na guarita do Pará. Edição de 04 de outubro de 1834.

⁹⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1982, p. 67-72. COSTA, Alfredo P. Maciel da. *Os Generais do Exército Brasileiro: 1822-1889*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Americana, 1840, 2º volume, p. 34.

⁹⁵ IHGB – PER 33.20 – O Paraguassu. Edição de 1 de março de 1833.

O segundo deputado eleito pelos paraenses foi Bernardo José da Gama, o Visconde de Goiana já citado aqui por ter sido deposto da presidência do Pará, em 1831, sob acusação de aproximar-se dos filantropos, como então se chamava o grupo liderado por Batista Campos.⁹⁶ Nascido em Pernambuco em 1782, o futuro Visconde de Goiana formou-se em Direito em Coimbra, voltando para América com a Família Real. Antes de ser presidente do Pará, já havia sido juiz de fora no Maranhão e Ministro do Império de D. Pedro I.⁹⁷ Na década de 1860, José Maria da Silva Bittencourt, o comandante de armas que o depôs da presidência no Pará, escreveu um longo relato sobre a província em que deixava claro que jamais poderia entrar em acordo com Goiana porque este último tinha “ideias liberais”.⁹⁸ Este era um requisito que o tornava o candidato ideal para aqueles que queriam aprofundar as reformas constitucionais. No entanto, como se verá, sua atuação parlamentar frustrou essa teoria.

Aparentemente, estes dois candidatos gozavam da simpatia dos partidários de Batista Campos, enquanto o terceiro eleito não. Ao anunciar os vitoriosos, *O Publicador Amazoniense* escreveu o nome do Visconde de Goiana e de Seara em letras maiúsculas e com grande destaque, tratamento visivelmente diferente da menção feita a José Thomaz Nabuco de Araújo, o terceiro escolhido pelos paraenses.⁹⁹

Não é difícil entender o porquê: o pai do futuro biografado em *Um Estadista do Império*, ao contrário dos demais, tinha raízes no Pará e uma histórica ligação com os grupos mais conservadores. Nascido na Bahia em 1785 e formado em Coimbra, Nabuco estava em território paraense desde de 1816 quando se tornou secretário de governo, cargo que ocupou até a reviravolta do Vintismo.¹⁰⁰ É alçado a esta posição novamente durante o governo de José de Araújo Roza¹⁰¹, o primeiro presidente do Pará nomeado por D. Pedro I e o responsável pela deportação de Batista Campos e vários dos seus aliados para o Rio de Janeiro,

⁹⁶ Entre outros, veja de MACHADO, André Roberto de A. *O Fiel da Balança. Op. Cit.*

⁹⁷ BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Volume 1; MELLO, Teixeira de. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1881, vol. 2, p. 62; VIANA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Editora Nacional, 1968, p. 31; SILVA, Manuel Francisco dias da. *Dicionário Biográfico de Brasileiros Célebres nas letras, artes, política, philantropia, guerra, diplomacia, indústria, sciencia e caridade desde o ano de 1500 até os nossos dias*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Lammert, 1871.

⁹⁸ IHGB – 1,3,12 – Apontamentos relativos aos acontecimentos do Pará, de 1831 a 1836, que lhe oferece o seu amigo, o General José Maria da Silva Bittencourt.

⁹⁹ IHGB – PER 32.14 – *O Publicador Amazoniense*. Edição de 25 de janeiro de 1833.

¹⁰⁰ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, s. d., p. 03-11. BARATA, Eduardo de A.; BUENO, Antonio H. da C. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Vol. 2. São Paulo: Ibero América, s. d., p. 1592.

¹⁰¹ Arquivo Público do Estado do Pará [APEP] – Códice 678, doc. 106, em 08 de agosto de 1824.

entre 1824 e 1825, sob a acusação de envolvimento com a Confederação do Equador.¹⁰² Rozo e Romualdo Seixas usaram sua influência para que Nabuco fosse eleito deputado na primeira legislatura, o que de fato ocorreu para triste lembrança dos grupos ávidos por mudanças.¹⁰³ A primeira atuação de Nabuco entre os deputados foi apática, pouco propositiva e quase sempre a reboque das posições de D. Romualdo Seixas, um dos membros mais conservadores do Parlamento e, em algumas vezes, a voz do trono no legislativo.¹⁰⁴

O desconforto dos federalistas paraenses, como então se reconheciam, em relação à eleição de Nabuco deve ter sido amenizado por uma ação estratégica: dois meses após a escolha dos deputados, em março de 1833, criou-se em Belém uma Sociedade Federal nos mesmos moldes da que já existia em Pernambuco.¹⁰⁵ Em carta a Vergueiro, então Ministro do Império, Machado de Oliveira dizia que a criação da Sociedade Federal tinha o objetivo de conciliar os dois partidos que existiam na província, o que pode ser verificado no preenchimento dos cargos da instituição.¹⁰⁶ Dessa forma, se Machado de Oliveira ficou com a presidência e o cargo de vice coube ao cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, então o mais ativo parceiro de Batista Campos na imprensa, não foram deixados de fora os dois deputados eleitos que estavam no Pará: Seara foi escolhido como secretário, enquanto Nabuco ficou com a função de escrutador.¹⁰⁷ Em tese, a incorporação dos dois futuros deputados na Sociedade Federal tornaria esses representantes comprometidos com as reformas.

De fato, isto ocorreu. Apesar de Seara e Nabuco terem biografias pouco louváveis da perspectiva dos federalistas, durante a terceira legislatura eles se mantiveram fiéis ao compromisso assumido em torno da aprovação do Ato Adicional. Fiéis, mas não entusiastas. É possível saber que Seara e Nabuco posicionaram-se favoravelmente às reformas constitucionais graças aos vários registros de votação transcritos nos Anais do Parlamento de 1834. Fora isso não há um único pronunciamento dos dois em defesa da descentralização administrativa do Império. A

¹⁰² Entre os deportados estavam o já citado cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra e Felix Malcher, este último o primeiro presidente cabano. Todos os acusados foram absolvidos no Rio de Janeiro. MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades*. *Op. Cit.*, cap. 5.

¹⁰³ SEIXAS, Romualdo Antonio. *Memórias do Marquês de Santa Cruz*. *Op. Cit.*, p. 33-41.

¹⁰⁴ Sobre a atuação de Nabuco na primeira legislatura, veja de MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando Caminhos*. *Op. Cit.*

¹⁰⁵ Raiol lembra, inclusive, que os estatutos das duas sociedades são praticamente os mesmos. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. Cit.*, p. 288-291.

¹⁰⁶ IHGB – Lata 286, pasta 3. Ofício de José Joaquim Machado de Oliveira a Vergueiro, Ministro dos negócios do Império sobre os acontecimentos que se deram naquela província em abril de 1833.

¹⁰⁷ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. Cit.*, p. 288.

única intervenção deles nos debates sobre o Ato Adicional foi a proposição de uma emenda por Seara que pretendia estender aos membros das Assembleias Provinciais as mesmas garantias constitucionais dadas aos deputados e senadores.¹⁰⁸ Era uma proposta com méritos, mas, sem dúvida, tratava-se de uma questão marginal diante do que estava sendo debatido. Nesse sentido, também é importante registrar que Seara e Nabuco posicionaram-se na Câmara favoravelmente às reformas, mas respeitando as regras que foram estabelecidas na segunda legislatura. Ou seja, nenhum deles seguiu ou defendeu a sugestão de Batista Campos de que os deputados começassem seus mandatos em 1834 com poderes para reformar quaisquer partes da constituição e não apenas os artigos apontados pela segunda legislatura.

Dentro desses limites, Nabuco e Seara assumiram o comportamento padrão da maioria parlamentar que aprovou o Ato Adicional. Em 17 de junho de 1834, seguiram a orientação dessa maioria em uma das votações mais simbólicas: a que decidiu que os senadores não participariam das decisões sobre as reformas constitucionais, sob a alegação de que não tinham recebido delegação dos eleitores para isso, ao contrário dos deputados eleitos para a terceira legislatura.¹⁰⁹ Sem dúvida, tratava-se de uma importante salvaguarda para os grupos políticos que ainda culpavam o Senado por restringir o alcance das reformas. Nas semanas seguintes, Seara e Nabuco sempre aparecem nas listas de votação juntamente com a maioria, até darem sua aprovação final ao Ato Adicional, em 30 de julho.¹¹⁰

Apesar de Seara e Nabuco terem colaborado para a aprovação das reformas, não só estavam longe de ser seus ideólogos como deixaram de colocar sobre a mesa problemas centrais para os paraenses. Por exemplo, além da descentralização administrativa, era um ponto chave definir melhor, dentro desse rearranjo, o que era renda provincial e o que deveria ser repassado ao Império. Isto era importante porque o Pará dependia de recursos enviados pelo Maranhão desde o período colonial e essa prática vinha se mantendo após a independência de maneira precária, com muitos atrasos e uma crescente resistência dos maranhenses.¹¹¹

Os vários conflitos no Parlamento sobre a divisão das rendas após o Ato Adicional demonstram que essa oportunidade foi perdida. Logo após a aprovação das reformas, essa tensão emergiu: o deputado Costa Ferreira, eleito pelos mara-

¹⁰⁸ APB (1834), em 29 de junho.

¹⁰⁹ APB (1834), 17 de junho. Por isso não será mencionado o posicionamento do senador eleito pelos paraenses em relação ao Ato Adicional.

¹¹⁰ APB (1834), 30 de julho.

¹¹¹ MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades*. Op. Cit.; MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando Caminhos*. Op. Cit.

nhenses, fez oposição ao projeto que propunha a transformação do Rio Negro em província, alegando que isso seria dar mais um filho ao Maranhão, em clara alusão à dependência do Pará em relação à sua vizinha. Em resposta a isso, Seara protestou dizendo que o dinheiro era para as despesas da nação.¹¹² Esse era um argumento recorrente, mas que não parecia sensibilizar as províncias superavitárias ou mesmo as outras, que sempre viam os repasses ao Império como um saque. Em 1836, no Senado, o Marquês de Caravellas dizia ser absurdo que o Sergipe tivesse decidido que os bens de mão morta (conventos) iriam para o tesouro da província, já que se tratavam de bens da nação. Para o Marquês, isso era a demonstração de que no Império essa divisão era pior do que nos Estados Unidos, do qual era crítico, pois aqui apenas o que não era reclamado pelas províncias pertencia ao poder central.¹¹³ Em 1837, em meio a um debate sobre déficits nas províncias e impostos do poder central, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos defendia que, mesmo em um governo federal, as províncias não podiam gastar tudo o que arrecadavam e dar sobras ao governo como se fizessem um favor.¹¹⁴

Se a atuação de Nabuco e Seara na defesa das reformas constitucionais não foi marcante no Parlamento, muito mais surpreendente foi a atuação do Visconde de Goiana. Como já citado, a biografia desse deputado o identificava como um liberal, o que lhe teria custado, inclusive, a sua deposição do cargo de presidente do Pará por grupos conservadores da província. Pois foi justamente o Visconde de Goiana o único representante eleito pelos paraenses a se opor sistematicamente ao Ato Adicional. As votações ao longo de 1834, sempre registram o Visconde juntamente com a minoria parlamentar, inclusive na sessão que aprovou em definitivo as reformas constitucionais.¹¹⁵ E se Nabuco e Seara apoiaram as mudanças de forma silenciosa, por sua vez, o Visconde de Goiana também não fez um só pronunciamento contra o Ato Adicional durante todos os debates de 1834. Apenas em 1837 faria uma consideração a respeito na Câmara: agora se opondo à necessidade de uma lei de interpretação do Ato Adicional, Goiana dizia ter sido contrário às reformas e que naquele momento estranhava que seus antigos defensores desejassem mexer no que fora estabelecido em 1834.¹¹⁶

¹¹² APB (1834), 02 de agosto.

¹¹³ Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de 1836. Brasília: Senado Federal, 1978. [ASIB (1836)], em 18 de junho.

¹¹⁴ Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1837. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto & Filho, 1887. [APB (1837)], em 29 de agosto.

¹¹⁵ APB (1834), em 30 de julho.

¹¹⁶ APB (1837), em 2 de setembro.

Em 21 de agosto de 1834, *O Publicador Amazoniense* dedicava todo o seu número para transcrever a lei que tinha criado as Assembleias Provinciais, a principal reforma constitucional aprovada.¹¹⁷ Contudo, no Pará a criação do Ato Adicional não pôs fim ao debate sobre a federação. Ao contrário, expôs toda a gama de significados que esta palavra carregava na época, de uma forma menos velada do que no período anterior a 1834. Apesar de não se ter encontrado nenhuma referência clara ao desejo de ampliar os avanços conquistados pelas reformas, sob quaisquer formas, é nítido o desapontamento com o resultado final do Ato Adicional, assim como também fica evidente que se tornava crescente a disposição para o enfrentamento por parte do grupo político liderado por Batista Campos.

Grupo, aliás, que sofrerá baixas, perda de prestígio e de influência. Desde o final de 1833, quando rompeu com o presidente Machado de Oliveira, Batista Campos foi cada vez mais se isolando na província.¹¹⁸ Exemplo disso, é a reunião do Conselho Presidencial de 23 de outubro de 1834: nela é aprovada por unanimidade o pedido do então presidente, Bernardo Lobo de Souza, de levar tropas para a região do Acará, sob o argumento de que lá havia revoltosos liderados por Batista Campos que pretendiam proclamar a república. O que chama a atenção não é só a aprovação unânime do pedido, mas, principalmente, o fato de vários dos antigos aliados de Campos terem assinado: o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, José Batista Camecran, Antonio Manoel de Souza Trovão e Manuel Sebastião de Mello Marinho Falcão.¹¹⁹

Talvez tenha sido por perceber esse crescente isolamento que Batista Campos começou a procurar aliados fora da província. Já no final de 1833, escreveu uma longa carta ao senador Alencar, que havia sido um dos líderes da Confederação do Equador no Ceará.¹²⁰ Na carta, o cônego reclamava justamente da constante intervenção do poder central na vida política da província, especialmente do perdão concedido pelo Parlamento aos homens que haviam deposto o Visconde de Goiana, quando estes estavam sendo processados por tribunais locais. Apesar de toda a campanha pelas reformas e a crença de que as intervenções do poder central seriam menores a partir de então, Campos deixava claro para Alencar que tinha o receio de ser reprimido e, talvez, até preso pelo próximo presidente da província por

¹¹⁷ IHGB – PER 32.14. *O Publicador Amazoniense*. Edição de 21 de agosto de 1834.

¹¹⁸ Sobre o conflito entre Batista Campos e Machado de Oliveira, veja RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. Op. Cit., p. 411-431.

¹¹⁹ IHGB – PER 27.12 – Correio Oficial Paraense. Edição de 5 de novembro de 1834.

¹²⁰ Sobre a participação de Alencar na Confederação do Equador no Ceará, veja de ALBUQUERQUE, Vinicius Carneiro de. *Ceará: 1824*. Op. Cit., p. 54-60.

ordens do ministério que, segundo ele, dava ouvidos aos seus inimigos. Ao senador pedia que buscasse intervir para que não fosse reprimido pelo próximo presidente, que seria justamente Bernardo Lobo de Souza, prometendo, em contrapartida, isolar-se no interior e abandonar as disputas políticas.¹²¹ Antes mesmo do desenlace do Ato Adicional, Batista Campos reconhecia que as mudanças que estavam em marcha não eram suficientes para dar a liberdade que ele almejava.

Não foi possível saber se o senador Alencar buscou atender o pedido do cônego, ou mesmo se respondeu à sua carta. Contudo, sabe-se que Batista Campos não cumpriu a promessa de isolar-se no interior. Ao contrário, tornou-se ainda mais incisivo na sua defesa da federação, agora com a colaboração de outro cearense: Lavor Papagaio, o redator da famosa *Sentinella Maranhense, na guarita do Pará*. Ainda que nos dois números publicados da *Sentinella* também não tenha existido um debate sobre o que se pretendia por federação, pode se afirmar que o seu tom é mais radical do que aquele empregado por Batista Campos em *O Publicador Amazoniense* quando se fazia campanha pelas reformas constitucionais. Entre outras coisas, a *Sentinella* trazia a público vários elogios sobre um tema tabu no Pará: a Confederação do Equador.

Como dito anteriormente, entre 1824 e 1825, o presidente José de Araújo Rozo havia prendido e mandado para o Rio de Janeiro grande parte dos seus oponentes políticos, inclusive Batista Campos, sob a alegação de que trabalhavam em favor da Confederação do Equador. Não resta muita dúvida de que Rozo utilizou este argumento para livrar-se dos seus adversários, mesmo sem provas.¹²² Contudo, nunca ficou totalmente esclarecido o envolvimento ou não de alguns personagens. Campos, por exemplo, sempre negou qualquer envolvimento ou simpatia até 1834. Em uma publicação mandada imprimir em sua defesa, em 1825, o cônego que também era acusado de ter feito uma escala no Recife insurreto e transportar idéias de Pais de Andrade até o Pará, dizia que só tinham contra ele o recebimento de um convite feito por Araripe, o irmão de Alencar e principal líder da Confederação no Ceará, e que a leitura deste documento, por si só, o abonaria de qualquer culpa.¹²³

¹²¹ BN – I,16,84 – Campos, João Batista Gonçalves. Carta ao senador José Martiniano de Alencar, enviando-lhe notícias políticas sobre o Pará, onde um movimento absolutista e restaurador tem atacado os políticos liberais através da imprensa. Pará, 19 de novembro de 1833.

¹²² Frente à indefinição do Maranhão em relação à Confederação do Equador, àquela altura era difícil saber com certeza quais eram os simpatizantes do movimento no Pará. O posicionamento do Maranhão era uma peça-chave, pois o Pará dependia economicamente da sua vizinha. Veja de MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades*. Op. Cit., cap. 4 e 5. Sobre a indefinição do Maranhão, veja de GALVES, Marcelo Cheche. Os “republicanos” do Maranhão: independência, Confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. IN: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (org.). *O Maranhão Oitocentista*. Imperatriz: Ética / São Luis : UEMA, 2009.

¹²³ BN – 102,2,10 – Campos, João Batista Gonçalves. Desagravo do arceprestre João Batista Gonçalves Campos contra José de Araújo Rozo. Belém, s.i., 1825.

No entanto, tudo mudou em relação a este tema, após a chegada de Lavor Papagaio. A Confederação do Equador passou a ser louvada como um exemplo, um lastro para a luta que então se dava pela federação. Neste sentido, já no primeiro número publicado no Pará, Batista Campos apresentava seu novo aliado como um colaborador da “federação” no Ceará, em 1824, e que por isso tinha sido “vítima dos inimigos da liberdade e do Brasil”.¹²⁴ Da mesma forma, ao pretender elogiar Batista Campos, Lavor Papagaio o colocava, no número seguinte da *Sentinella*, entre nomes de confederados conhecidos:

“Os serviços políticos do Arcipreste e os seus grandes sofrimentos pela causa brasileira o tem colocado na lista dos Imortais – Baratas, Carvalhos, Araripes, Canecas, Filgueiras e outros beneméritos Heróis da Independência e liberdade do Brasil.”¹²⁵

Contudo, é em outro trecho desse mesmo número da *Sentinella* que Lavor Papagaio faz uma ligação real entre Batista Campos e a Confederação do Equador, contradizendo tudo que o cônego dissera até então sobre esse fato. Essa edição do jornal, praticamente, fora toda dedicada a uma defesa escrita por Campos contra os ataques feitos a ele pelo ex-presidente da província, Machado de Oliveira, que desde o final de 1833 o acusava de ser um Restaurador.¹²⁶ Com uma nota de rodapé ao texto de Batista Campos, Lavor Papagaio ridicularizava a acusação de Machado de Oliveira, dizendo que o cônego se negou a submeter-se a D. Pedro I, quando este estava no auge do poder, justamente porque ele lhe pediu que cooperasse para que a Confederação do Equador não progredisse:

“O Arcipreste Vice Presidente Campos, é um Republicano Federalista por essência. Quando em 1822 (sic) arrastado à Corte, preso, e processo pelos inimigos do Brasil, foi ali despachado Dignidade desta catedral, condecorado com a Ordem do Cruzeiro pelo ex-Imperador e magnificamente tratado pelo ministério, propondo-se-lhe um bispado, do que são testemunhas os seus companheiros de prisão, que aqui existem, se cooperasse para não progredir a Federação do Equador, com que Pernambuco e Ceará estavam a braços. Mas ele recolhendo-se a sua pátria por escala das províncias esteve em Pernambuco e os Companheiros Francisco (deteriorado) Pin-

¹²⁴ Campos usa o termo “federação” ao invés de “Confederação do Equador”. BN – PR SOR 4750 – A *Sentinella* Maranhense, na Guarita do Pará. Edição de 26 de setembro de 1834.

¹²⁵ BN – PR SOR 4750 – A *Sentinella* Maranhense, na Guarita do Pará. Edição de 4 de outubro de 1834.

¹²⁶ Sobre as acusações de Machado de Oliveira contra Batista Campos, veja de REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 2, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.110. RAIOL, Domingos A. *Motins Políticos*. Op. Cit, p. 411-431.

to e José Joaquim de Figueiredo Vasconcellos, morando todos no Convento da Congregação de S.Felipe Neri, conjuntamente, com (deteriorado), ligado estreitamente ao Imortal Benemérito o Exmo. Manoel de Carvalho Paes de Andrade por cuja amizade e como seu emissário foi acusado e processado por ordem do falecido ex-presidente Rozo, que depois de 5 meses e meio de incomunicabilidade no bico de proa da Charrua Gentil Americana o remeteu a Corte; correndo impressas no Periódico Amigo do Homem, letras passadas pelo Arcipreste no dito Exmo. Carvalho por ordem do ex Presidente do Maranhão Pedro José da Costa Barros, cujas letras existem (deteriorado) no processo militar do Tenente Coronel (deteriorado). Agora pois que o Duque de Bragança caiu do trono Brasileiro para nunca mais o subir é que o Arcipreste havia de ser seu conivente? Oh! Estéril calúnia. Não pegam as bichas. Alertas Paraenses que isto é trama vinda da Corte por caramurus refalsados que tem na boca a Federação e no coração a restauração; pois em norte não vegeta o caramuruísmo, é planta exótica.”¹²⁷

O elogio contínuo à Confederação do Equador, certamente gerou um alerta para os inimigos de Batista Campos. Antes, durante a campanha pelas reformas da constituição, o cônego havia se esforçado para transmitir uma mensagem de que as mudanças deveriam vir pela ordem legal. Agora, tomava como exemplo de sua luta, uma revolução. Além disso, se antes havia o esforço em separar federação de república, agora Lavor Papagaio chamava Batista Campos de “Republicano Federalista”. Isso bastou para que o presidente Bernardo Lobo de Souza acusasse esse partido de dar à ideia de “federação” atribuições que iam além do seu sentido original. Em outubro de 1834, no *Correio Oficial Paraense*, Lobo dizia que o redator da *Sentinella* excitava os povos a obter pela revolução a “decantada Federação de República”, sem dizer o que era isto e, justamente, no momento em que se punha em execução o Ato Adicional.¹²⁸ Em novembro de 1834, Lobo escrevia para o Ministro do Império dizendo que Batista Campos estava insuflando a plebe com a pregação de uma “igualdade absoluta de condições”. Segundo o presidente, Lavor Papagaio espalhava a ideia de que o Ato Adicional que se publicara na província era falso, que o verdadeiro aprovado no Rio de Janeiro era republicano e previa a liberdade dos escravos e a expulsão dos portugueses.¹²⁹ Na verdade, não há nenhuma linha na *Sentinella* que corresponda

¹²⁷ BN – PR SOR 4750 – A Sentinella Maranhense, na Guarita do Pará. Edição de 4 de outubro de 1834.

¹²⁸ IHGB - PER 27.12 – Correio Oficial Paraense. Edição de 29 de outubro de 1834

¹²⁹ IHGB - Lata 286, livro 5. Coleção de documentos sobre a Cabanagem no Pará (1834-36) – Carta do presidente Lobo de Souza ao ministro do Império Antonio Chichorro da Gama em 24 de novembro de 1834 (cópia de Manuel Barata de documentos da BN).

a esta última acusação de Lobo de Souza. Mas é verdade, sem dúvida, que a ideia de “federação” foi utilizada com cores mais radicais do que quando foi empregada na campanha pelas reformas constitucionais. Além disso, mantinha-se o tom de que este era um objetivo a se conquistar, deixando evidente que as mudanças do Ato Adicional não foram suficientes para esse grupo.

Ou seja, o debate em torno da “federação” estava no centro da principal contenda política na província às vésperas da Cabanagem. Isso não passou despercebido dos contemporâneos. O jornal baiano *O Democrata* afirmou, em 1836, que a Cabanagem era uma reação dos paraenses à frustração causada pelo Ato Adicional que não reduziu suficientemente o centralismo do Império.¹³⁰ Certamente, isto não explica toda a complexidade desta revolta, mas também chama a atenção que poucos lembrem desta questão ao mencionar as razões da Cabanagem. O fato é que, alegando que Lavoura Papagaio preparava um terceiro número da *Sentinella* que incendiaria a província, o presidente Lobo de Souza determinou o fechamento do jornal e a prisão do redator.¹³¹ Papagaio fugiu para uma fazenda na região do Acará de propriedade de Felix Malcher, um protagonista nos primeiros anos da independência que pouco antes voltara a se aliar ao cônego Campos.¹³² Além de Malcher, também estavam organizando a resistência ao presidente os irmãos Vinagres e Eduardo Angelim, todos os três que presidiram a província durante a Cabanagem. Frente à repressão, Batista Campos também fugiu para o interior e acabou morrendo. Com a já citada autorização do Conselho Presidencial, Lobo armou tropas e iniciou uma batalha no Acará, sob a alegação de que precisa deter os rebeldes que, segundo ele, pretendiam proclamar a República. Após algumas baixas e prisões, poucas semanas depois os rebeldes entrarão em Belém, matarão o presidente e darão início à Cabanagem.

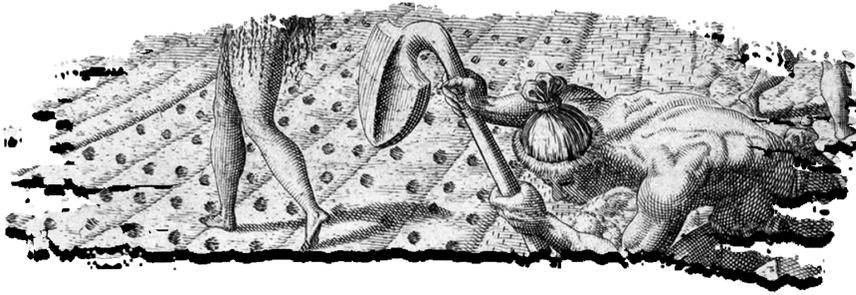
Ironicamente, em razão da guerra, as reformas constitucionais só serão aplicadas tardiamente na província. Apenas em 1838, os paraenses terão uma Assembleia Provincial instalada.

¹³⁰ FONSECA, Silvia. *Federação e república na imprensa baiana (1831-36)*. Op. Cit., p. 76-77.

¹³¹ IHGB – PER 27.12 – Correio Oficial Paraense. Edição de 29 de outubro de 1834.

¹³² RAIOL, Domingos A. *Motins Políticos*. Op. Cit., p. 493-505.

Capítulo 2



Claudia Maria Fuller

“V. S.^a não manda em casa alheia”: disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na Província do Pará, 1838-1844

SOBRE UM CONCEITO DE OCIOSIDADE: LEGISLAÇÃO E HISTORIOGRAFIA

Em 25 de abril de 1838, Francisco José de Souza Soares d’Andrea, Presidente e Comandante de Armas da Província do Pará, através da Lei nº 2, autorizava o governo a estabelecer em todas as vilas e lugares os Corpos de Trabalhadores.¹

Os Corpos de Trabalhadores, divididos em Companhias ligadas às diversas localidades, deveriam ser formados a partir do recrutamento de índios, mestiços e pretos que não fossem escravos, e não tivessem propriedades ou estabelecimentos a que se aplicassem constantemente. A mão-de-obra obtida através desses alistamentos seria destinada ao serviço de obras públicas, e também para trabalhar para particulares (através de contrato firmado perante o Juiz de Paz). Essas medidas, cujos objetivos estavam expressos no

¹ Arquivo Público Estadual do Pará (APEP), *Colleção das Leis Provinciaes do Pará promulgadas na primeira secção que teve princípio no dia 2 de março, e findou no dia 15 de maio de 1838*. Pará: Typ. Restaurada, 1838.

próprio texto da lei e de sua regulamentação², deveriam evitar que houvesse “vagabundos e homens ociosos” espalhados pela Província, controlando inclusive o espaço de circulação da população livre, pois proibiam os indivíduos recrutados de sair da localidade a que pertenciam sem que portassem uma guia de seus Comandantes explicitando o local para onde se dirigiam, e a finalidade de tais deslocamentos. Os trabalhadores que vagassem sem a guia exigida deveriam ser presos e remetidos a seus Comandantes.

Este artigo tem por objetivo analisar os embates entre autoridades provinciais, proprietários e trabalhadores durante os primeiros anos de implantação e existência dos Corpos de Trabalhadores, associando a análise da documentação relativa a essa instituição com as interpretações e explicações elaboradas pela historiografia referente ao tema.

Os Corpos de Trabalhadores são em geral analisados, em trabalhos que discutem a Cabanagem, uma vez que seu criador, o Presidente d’Andrea é conhecido como o principal responsável pela repressão ao movimento cabano, cujo início é oficialmente marcado em janeiro de 1835. Assim, essa instituição é discutida como uma estratégia de controle social e de prevenção a possíveis novas “cabanagens”.

Os Corpos (ou Companhias) de Trabalhadores estão presentes inicialmente na obra de Domingos Antonio Raiol, Barão de Guajará, cujos cinco tomos foram publicados entre 1865 e 1890. Raiol desenvolve a ideia de que os diversos tipos de recrutamentos instituídos por d’Andrea não só criaram valiosos recursos contra os rebeldes cabanos (no caso dos recrutamentos para os batalhões de guardas policiais), como tiraram-lhes os seus melhores auxiliares, ao mandar alistar todos os indivíduos residentes nos distritos. Com isso, dava-se ocupação regular aos ociosos e turbulentos, sujeitando-os à disciplina militar, e desenvolvendo entre eles o amor ao trabalho e o sentimento de moralidade. Dessa forma se combatia indiretamente a anarquia e se hostilizava de frente os rebeldes, conseguindo restabelecer a paz e o respeito devido ao “princípio de autoridade”.³

Raiol, político do século XIX, se propunha a evitar que o tempo apagasse a memória dos acontecimentos, legando-a às gerações vindouras. Seu testemunho está permeado por um discurso político preocupado com a manutenção da ordem e da disciplina numa sociedade que debatia os destinos da

² Sobre o Regulamento do Corpo de Trabalhadores, ver: SILVEIRA, Itala Bezerra da. *Cabanagem, uma luta perdida*. Belém: Secult, 1994, pp. 241-242.

³ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos - ou a história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 988 (3 vols.).

mão-de-obra livre e cativa (final do século XIX, momento em que sua obra foi escrita). Fazendo uma apologia contrária a qualquer perturbação da ordem, Raiol elaborou um discurso moralizador e civilizador.⁴

A partir da obra de Raiol, os Corpos de Trabalhadores passaram para a historiografia como uma hábil estratégia do Marechal d'Andrea para dizimar os cabanos, e para dar início à reconstrução da Província, particularmente das áreas devastadas pelos combates há pouco travados. Essa perspectiva pode ser encontrada nas obras de Vicente Salles, Pasquale Di Paolo, Júlio José Chiavenato.⁵ Estes autores, embora produzindo obras de caráter diferenciado, procuraram apontar a importância de se perceber a Cabanagem como uma revolução de cunho popular, duramente reprimida pelos “grupos dominantes” através das autoridades. A instituição dos Corpos de Trabalhadores nada mais seria do que um instrumento capaz de manter longe do poder aqueles que um dia, a duras penas e muita luta, tinham conseguido alcançá-lo: os populares. Seria um mecanismo de dominação de classe, bem como um instrumento de dominação racial, já que a lei era bem clara quanto aos indivíduos que deveriam ser recrutados para os Corpos, os quais deveriam ser índios, mestiços e pretos, como destacam Carlos Araújo Moreira Neto, e Vicente Salles.

Moreira Neto sugere que a Cabanagem teria sido um momento de emergência da massa de tapuios e outros mestiços, social e etnicamente degradados, que estariam buscando escapar dos duros moldes da sociedade colonial através de uma rebelião armada que possuía um profundo e revolucionário conteúdo de mudança social.⁶ Este autor destaca o recrutamento compulsório de índios e tapuios para os Corpos de Trabalhadores, que os obrigava a condições extremamente penosas de trabalho muitas vezes em locais distantes de suas povoações, como um elemento que contribuiu para “(...) dispersão ou transferência forçada de populações e depopulação que, em muitos casos, dizimou quase integralmente os grupos indígenas da região”.⁷

Assim como Moreira Neto se preocupa em analisar os processos de controle e dizimação da população indígena na Amazônia, Vicente Salles se

⁴ Sobre Domingos Antonio Raiol e sua obra ver: RICCI, Magda M. de Oliveira. “História Amotinada: Memórias da Cabanagem”. *Cadernos do CFCH*, vol. 12, n.1/2, 1993, pp. 13-28.

⁵ SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988. Do mesmo autor: *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana,3). DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1985. CHIAVENATO, J.J. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁶ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. “Igreja e Cabanagem (1832-1849)”. In: HOORNAERT, E. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992, pp. 262-295.

⁷ *Idem, ibidem*, pp. 273-274.

volta para a discussão dos instrumentos de disciplina e repressão desenvolvidos contra a população negra, livre ou cativa, enfatizando a importância dos Corpos de Trabalhadores para esses propósitos, nos anos que se seguiram à Cabanagem. Através dos recrutamentos para trabalhos compulsórios se impediria a dispersão dos libertos, afastando-os das grandes propriedades, garantindo o controle dessa população, e o fornecimento de mão-de-obra.⁸

Uma outra interpretação a respeito das Companhias de Trabalhadores e dos resultados de sua implantação no Pará é apresentada por Ítala Bezerra da Silveira.⁹ Esta autora propõe que o estabelecimento dos Corpos de Trabalhadores foi responsável pela desorganização das culturas de subsistência no Pará, uma vez que a maioria dos recrutados era formada por lavradores (posseiros) que, por não terem títulos de terras, foram considerados vadios. Isso teria gerado um desaparecimento das lavouras de abastecimento, além de possibilitar a constituição de um mercado de trabalho de acordo com as pretensões dos grandes proprietários. Esta era, segundo a autora, a vitória do capitalismo mercantil emergente, detentor do poder econômico e do aparelho repressor do Estado que obtivera um instrumento poderoso para transformar trabalhadores livres em “servos da gleba”. Ítala B. Silveira destaca ainda o fato de que o afastamento dos agricultores foi tão grande que se chegou a propor o recrutamento de mulheres para a lavoura de mandioca que seria usada para alimentação dos outros trabalhadores.¹⁰ Nesse contexto, o estabelecimento dos Corpos de Trabalhadores funcionaria como uma maneira de aprisionar uma mão-de-obra que se pretendia livre, e que poderia ter continuado a subsistir de maneira independente, dadas as condições objetivas da região.¹¹

A importância do aprisionamento da força de trabalho livre através das Companhias de Trabalhadores, em proveito de uma elite rural, também está destacada por Barbara Weinstein, com uma abordagem diferente da de Ítala B. Silveira. Para essa classe abastada, teria sido extremamente preocupante a extrema escassez de mão-de-obra no setor agrário que se seguiu à Cabanagem, devido às epidemias, às mortes no conflito, e às fugas de muitos trabalhadores rurais que se aproveitaram da desordem para se evadir das fazendas às quais estavam presos por dívidas ou onde haviam sido simplesmente escravizados. Durante o movimento cabano e seus conflitos teria ocorrido, segundo

⁸ SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*, pp. 272-275.

⁹ SILVEIRA, Ítala. *Cabanagem: uma luta perdida*.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 150-151.

¹¹ *Ibidem*, pp. 147-155.

Weinstein, um afrouxamento dos controles sociais e políticos, o que acelerou a tendência de formação de uma população rural Cabocla semiautônoma, que vinha rompendo a maior parte de seus vínculos ou obrigações para com a elite branca.¹² Nesse contexto, os Corpos de Trabalhadores funcionariam como uma forma de manter as atividades dessa população supervisionadas de perto, para que uma elite tradicional pudesse explorar sua força de trabalho.¹³

Diferentemente de outros estudiosos até aqui destacados (talvez com exceção de Domingos A. Raiol), Barbara Weinstein sugere ainda que, desde seu início, os Corpos de Trabalhadores teriam sido um “triste fracasso”, uma vez que a província não possuía força militar suficiente para patrulhar todo o território, nem para vencer a resistência à implantação dos recrutamentos.¹⁴ Esta dimensão de análise remete o estudo dos “Corpos” para uma perspectiva de discussão não só sobre as dificuldades de implementação da lei que autorizava a criação das Companhias, mas também dos conflitos que estiveram presentes nesse processo, e que iriam reger e dar forma ao funcionamento dessa instituição. Isso sugere ainda um diálogo com a historiografia que abordou os recrutamentos forçados por lei dentro de uma perspectiva de dominação e controle efetivamente implementados, que não permitiam escapatória por estarem determinados por uma legislação rígida. Instrumento de dominação de classe, de dominação étnica/racial, de aprisionamento de mão-de-obra necessária ao capitalismo que se instalava. Temos aqui três maneiras de se explicar as Companhias de Trabalhadores. Uma análise da lei que instituiu as Companhias favorece a discussão a respeito das intenções de seus criadores.

Lendo o texto da Lei nº 2 de 1838, e da sua Regulamentação, percebe-se que a definição de seus objetivos aponta em duas direções principais: obtenção de trabalhadores para as obras públicas, e prevenção contra o aparecimento de vadios e ociosos. Um terceiro objetivo que fica explícito nos artigos e parágrafos da legislação compreende a possibilidade de alocação dessa mão-de-obra para a realização de serviços para particulares.

O sistema de prestação de serviços, quer públicos, quer privados, estava condicionado ao pagamento de quantias definidas por lei (no caso de serviços requisitados pelo poder público), ou por valores estipulados nos contratos com particulares, e supervisionados pelos Juizes de Paz. Toda essa atenção na

¹² WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. SP: Hucitec/EdUSP, 1993, p. 59.

¹³ *Ibidem*, p. 61.

¹⁴ *Ibidem*.

definição dessas obrigações pode sugerir uma preocupação central com a falta de trabalhadores para os diversos serviços necessários à Província, especialmente após a tão propalada mortandade ocorrida nos conflitos entre os cabanos e as forças da legalidade.

O sétimo parágrafo do Regulamento dos Corpos de Trabalhadores, entretanto, apresenta novas pistas para uma discussão acerca dos objetivos da lei. Nele está indicado que quando não houvesse empregos para os vadios de um Distrito, por não serem requisitados nem pelo governo, nem pelos particulares, caberia ao Comandante Militar local escolher um terreno devoluto (com prévia aprovação do governo), no qual seriam forçados a trabalhar sob guarda “todos os que assim o merecerem”. O fruto desse trabalho destinava-se à venda no mercado pelo preço corrente. Daí sairia o dinheiro para a vestimenta dos trabalhadores, ficando as sobras para benefício das pessoas indigentes de todo o Distrito, devendo os Vigários intervir na distribuição feita por ordem do Comandante Militar.¹⁵

O texto da lei não explicita que diferenças haveria entre vadios, ociosos e indigentes, ou mesmo se haveria uma diferenciação. Entretanto, é possível perceber uma distinção entre vadios e indigentes, a partir da associação que é feita destes últimos aos domínios do Vigário, numa indicação de fins caritativos na distribuição dos rendimentos do trabalho dos ociosos.

A leitura de outros tipos de documentação, especialmente ofícios relativos às Companhias de Trabalhadores¹⁶, indica que os trabalhadores recrutados e enviados para prestar serviços não eram necessariamente indigentes. Grande parte deles poderia ser definida como habitantes do campo, dedicados ao cultivo do solo para produção de alimentos para consumo e troca. Isso significa que, do ponto de vista material, esses indivíduos talvez não se encaixassem na definição de indigentes (mesmo considerando que o conceito de pobreza no século XIX não correspondia necessariamente a um sentido atual do termo). Indigentes eram assunto do Vigário, da caridade e piedade, ao passo que vadios eram assunto dos Comandantes Militares que controlavam os Corpos de Trabalhadores.

A concepção de ociosidade, de vadiagem, que serve como definição e justificativa para a criação dos Corpos de Trabalhadores, precisa ser analisada a partir de sua contraposição à noção de “cidadãos idôneos” que delimitava o conjunto de candidatos ao comando das Companhias, que teriam controle sobre os indivíduos “índios, mestiços e pretos” que não tinham ocupação fixa e cons-

¹⁵ Ver: SILVEIRA, Ítala. *Cabanagem: uma luta perdida*, p. 242.

¹⁶ APEP, Fundo da Secretaria da Presidência da Província [SPP], especialmente as caixas de número 63, 95, 122, 138, 176, 196, 211.

tante segundo os padrões das autoridades provinciais. Uma chave para entender melhor essa questão está no parágrafo primeiro do Regulamento dos Corpos de Trabalhadores, que define um critério de isenção dos recrutamentos: “(...) todo o indivíduo que tiver officio ou Estabelecimento do qual subsista, e que além disto possa vender e vender effectivamente algum genero não será chamado a serviço algum particular ou publico a título de vadio. Só e necessariamente quando o bem geral o exija e chame também outros fazendeiros”.

Além de possuir uma ocupação fixa, o texto da lei destaca a importância da possibilidade de que o indivíduo venda “efetivamente” algum gênero. A definição da não-participação nos trabalhos destinados às Companhias, e da não-classificação como vadio, passava menos pelas atividades desenvolvidas, e mais por uma participação num mercado local ou regional. Os “fazendeiros” (produtores/vendedores), conforme destaca a regulamentação, só seriam chamados ao serviço público em casos muito graves quando o “bem geral” o exigisse, pois eles não eram ociosos que necessitavam de normas que tornassem suas atividades úteis e produtivas. Esses “fazendeiros” já estavam associados a funções que contribuíam para o crescimento da Província e consequentemente da nação.

A quem então se destinava a aplicação da lei que instalou as Companhias de Trabalhadores?

De acordo com a lei nº 2, seriam recrutados “todos os homens de cor”, ou “índios, mestiços e pretos” que não tivessem ocupação definida. Aqui faz-se necessário levantar duas questões: a primeira diz respeito ao caráter racial do texto legal; atrelado a esta problemática encontra-se um segundo ponto para reflexão, que se refere à capacidade de prevenir uma nova Cabanagem, ou mesmo conter o avanço da mesma creditado às Companhias de Trabalhadores por alguns colaboradores de jornais da época, bem como pela historiografia posterior.

Embora não seja possível comparar quantitativamente e proporcionalmente os habitantes da Província paraense na década de 1830, e os participantes do movimento cabano, é possível afirmar que houve uma participação significativa de pessoas classificadas como brancas na Cabanagem.¹⁷ Mesmo atribuindo à população mestiça o peso demográfico mais significativo, há que se imaginar que, se o objetivo da lei nº 2 fosse apenas aniquilar as possibilidades de continuidade do movimento cabano, talvez não fosse necessário definir

¹⁷ Os livros de registros de presos da Cabanagem fornecem dados a respeito dos cabanos passíveis de serem quantificados. Uma leitura dessa documentação indica a relevância da participação de indivíduos classificados como brancos no movimento. Ver: *APEP*, códigos 973, 974, 1130, 1131 e 1132, Relação nominal dos rebeldes presos, para os anos de 1836 a 1840.

os indivíduos sujeitos ao recrutamento a partir do critério da “cor”. Estaria esta especificação indicando uma preocupação com a criação de uma ideia de cidadania e civilização para descendentes de povos “bárbaros”? Cidadania e civilização que seriam conseguidas através da educação dessa população, que lhes inculcaria “amor ao trabalho, sentimento de moralidade e respeito ao princípio da autoridade”, atributos necessários, segundo o Barão de Guajará, para que a paz e a ordem voltassem a reinar na Província.¹⁸

Essas ideias permitem associar a criação dos Corpos de Trabalhadores a uma preocupação com a realização de um “progresso”, como sugeriu Izabel Marson, entendido durante o século XIX, “com o aumento da produção agrícola e das exportações, com a modernização técnica e com o trabalho livre operoso e disciplinado”.¹⁹ Esse teria se tornado o principal objetivo, e uma necessidade para os governos provinciais, especialmente a partir da Independência, e teria ganho mais força com a monarquia constitucional, incumbida de definir as normas e zelar por sua observância, com o objetivo de modelar o cidadão, o trabalhador disciplinado e membro de uma “sociedade fraternal”, modelo do “progresso moral”.²⁰

Esta historiadora encontrou, nos discursos de jornais de Recife da década de 1840, projetos de recuperação, através da disciplina e da repressão, da força de trabalho aprisionada no ócio e na pobreza, situação esta que só causava rebeldia e insubordinação inerente à índole dos indivíduos sem posses, devido à sua falta de civilização e de ilustração. Caberia principalmente ao Estado encaminhar a educação que instituiria o trabalho livre e a cidadania entre a “massa irrefletida e violenta”.²¹

O artigo citado levanta questões a respeito do processo de construção de uma ideia de vadiagem associada a uma tentativa de apropriação do tempo de trabalho do chamado homem livre pobre na Província de Pernambuco. A tentativa de inserir a população livre pobre na produção regular voltada para as necessidades dos proprietários não se restringe, porém a algumas poucas localidades ou regiões.

Uma série de propostas que vão no mesmo sentido, visando o aproveitamento da força de trabalho livre durante o século XIX foi analisada para a Província da Bahia por Walter Fraga Filho, que procura reconstruir o processo de associação da ideia de vadiagem à população livre pobre atrelado a diversas políticas que visa-

¹⁸ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos*, p. 988.

¹⁹ MARSON, Izabel A. “Trabalho Livre e Progresso”. *Revista Brasileira de História*, nº 7, 1984, p. 83.

²⁰ *Ibidem*, pp. 82-83.

²¹ *Ibidem*, pp. 87-90.

vam reprimir essa ociosidade. Nesse contexto, segundo o autor, a criminalização da vadiagem constituiria uma forma de procurar obrigar ao trabalho uma população que estava fora da tutela do poder senhorial.²²

As pesquisas acima destacadas, ao recuperarem variadas atitudes de tentativa de repressão e enquadramento dos livres pobres ao trabalho regular voltado para o mercado, propiciam algumas reflexões a respeito da situação da Província do Pará quando da implantação dos Corpos de Trabalhadores. Nesse sentido, é possível associar as Companhias não apenas a um contexto provincial, mas também a uma preocupação existente dentre as elites nacionais com os rumos de um Brasil já independente e que procurava se definir como uma nação “civilizada”, composta por “cidadãos civilizados”. Há que se indagar até que ponto essas ideias não estiveram presentes no momento em que o Barão de Guajará, nas últimas décadas do século XIX, ao escrever a respeito da repressão à Cabanagem, fez sua apologia ao caráter moralizador das Companhias de Trabalhadores.

A preocupação com a regulamentação e normatização das relações de trabalho, e das próprias atividades realizadas pelos homens livres considerados vadios, nesse caso, faria parte de projetos políticos e de sociedade de grupos de elite, mesmo que estes não concordassem entre si com relação a outras questões. Isso não significa que essas regulamentações fossem prisões inexoráveis, das quais a população livre pobre não conseguia jamais escapar. Ao contrário, é preciso considerar que as legislações são frutos de projetos e de embates que estão em constante transformação.

Como destaca Edward Thompson²³, a legislação pode ser vista como mediação e reforço das relações de classe existentes, e como sua legitimadora. Entretanto, é preciso perceber também que assim, as relações de classe serão expressas não de qualquer maneira, mas através das formas da lei, e que esta tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes de um simples sentido de mascaramento da dominação e das relações entre classes.²⁴

A forma de um determinado regulamento pode ser modificada ou adaptada às situações de tensão criadas a partir de contestações ou apropriações que diferentes grupos ou indivíduos fazem das leis.

²² FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo/Salvador: Hucitec/EdUFBA, 1996, pp.75-97.

²³ THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Ver especialmente a parte intitulada “O Domínio da Lei”, pp. 348-361. Ver também: FORTES, Alexandre. “O Direito na Obra de E.P. Thompson”. *História Social*. Campinas, nº 2, 1995, pp. 89-111.

²⁴ THOMPSON, Edward. *Senhores e Caçadores*, p.353.

Giovanni Levi nos lembra que “(..) nos interstícios dos sistemas normativos estáveis ou em formação, grupos e pessoas jogam uma estratégia significativa própria, capaz de assinalar a realidade política de uma marca duradoura, não de impedir as formas de dominação, mas de condicioná-las e modificá-las”.²⁵

Este argumento é muito importante para se analisar os Corpos de Trabalhadores, uma organização compulsória do trabalho de indivíduos livres, baseada numa lei própria, e que poderia funcionar como um instrumento de dominação, mas que também poderia ser apropriada e interpretada de maneiras desiguais por diferentes indivíduos ou grupos sociais. As situações de conflito engendradas em torno da aplicação da lei, que constituem o tema deste artigo, acabariam levando a uma “acomodação” da mesma a algumas expectativas da população livre pobre e dos proprietários da Província.

INSUBORDINAÇÕES DE OFICIAIS INFERIORES E DE TRABALHADORES

De maneira geral, a historiografia que trata dos Corpos de Trabalhadores volta-se para uma análise da aplicação da lei e suas consequências, ou então destaca a existência de resistência à implantação dos recrutamentos. Não se encontra, contudo, uma análise mais detalhada a respeito do funcionamento das Companhias, e talvez por isso a ênfase seja frequentemente dada ao seu caráter disciplinador e ordenador, que causaria conflito entre trabalhadores e autoridades, uma vez que estas últimas pretendiam controlar as atividades dos primeiros, impondo-lhes uma série de comportamentos e atitudes.

Situações de embate, e algumas diferentes interpretações em torno da legislação e sua aplicação, podem ser recuperadas a partir dos ofícios trocados entre os Comandantes de Companhias de diversas localidades e o Comandante Militar Geral, ou entre outros oficiais que faziam parte da hierarquia das Companhias, como Majores Fiscais, Sargentos e Cabos.²⁶ Os embates não se desenvolviam entre partes previamente definidas: autoridades e proprietários de um lado e trabalhadores de outro. Pelo contrário, podem ser recuperadas relações e conflitos de interesses envolvendo autoridades, trabalhadores e proprietários, que se “aliavam” nas mais diversas combinações, com o intuito de levar a Cabo seus projetos e expectativas, que nem sempre estavam de acordo com o que ditavam as leis.

²⁵ LEVI, Giovanni. “Prefácio”. Extraído de *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*. Torino: Einaudi, 1985, pp. 3-11. Tradução de Henrique Espada Rodrigues Lima Filho.

²⁶ Esse material está organizado no Arquivo Público Estadual do Pará, no fundo da Secretaria da Presidência da Província, no grupo dos Ofício das Companhias de Trabalhadores, guardados nas caixas de número 63, 95, 122, 138, 176, 196 e 211.

Os conflitos podiam ocorrer entre as próprias autoridades encarregadas de zelar pelo funcionamento das Companhias, o que tornava dificultosa a tarefa de coordenar os indivíduos sujeitos aos recrutamentos.

As dificuldades de controle dos trabalhadores se deviam, entre outras coisas, à precariedade de funcionamento dos instrumentos de repressão dos Corpos de Trabalhadores, uma vez que os Sargentos e Cabos das Companhias, que deveriam fiscalizar os recrutados, também evitavam muitas vezes prestar esse serviço, ou cumpriam-no sem muito empenho.

O Sargento da Companhia de Trabalhadores do rio Moju, Manoel Raimundo do Amaral, deveria ser enviado à presença do Comandante Geral em outubro de 1843, mas, quando foi intimado a se apresentar a seu capitão com esse fim, procurou “evadir-se politicamente” para a capital com a justificativa de que iria apresentar-se ao Comandante, desobedecendo ao que lhe fora ordenado.²⁷ Embora não se saiba qual o delito que o Sargento praticara, pode-se perceber um conflito entre este e o Capitão, quando o primeiro deixou de obedecer às ordens do segundo.

Um outro Sargento, agora da Freguesia de Abaité, não entregava ao novo Comandante os papéis e instruções concernentes ao serviço da Companhia. Com isso, aquele não conseguia se inteirar da situação dos trabalhadores e oficiais a ele subordinados, nem dar cumprimento às ordens superiores.²⁸ Por um motivo semelhante, no ano anterior, na mesma Freguesia ocorrera situação análoga, tendo o Comandante recém-empossado mandado prender um Sargento que não tinha entregue todos os papéis e informado sobre o estado da Companhia.²⁹

A insubordinação dos oficiais inferiores também ocorreu em Faro, em janeiro de 1844, quando da realização da mostra (chamada) dos trabalhadores realizada semestralmente, o que obrigou o Comandante a nomear trabalhadores para ocupar os lugares dos Cabos “amotinados”. De acordo com o Comandante da Companhia, dos cinco Cabos que havia, apenas um estava cumprindo seu dever. Os demais não haviam se preocupado nem ao menos em comparecer à mostra, e nem mesmo se desculparam, devido ao fato de serem brancos e de possuírem empregos civis, dizendo não quererem saber de suas Esquadras.³⁰

A leitura desses relatos sugere que os Comandantes das Companhias tinham pouco poder sobre seus subordinados, estando muitas vezes impotentes

²⁷ APEP, Secretaria da Presidência da Província, Ofícios das Companhias de Trabalhadores [OCT], caixa 63, documento 96 (anexo).

²⁸ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 66.

²⁹ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1842, documento 35.

³⁰ APEP, SPP, OCT, caixa 95, 1844, documento 3.

contra as rebeldias dos mesmos. São diversos outros ofícios solicitando a substituição de Cabos insubordinados, doentes ou incompetentes que atravancavam o funcionamento das Companhias.

Aparentemente, poucas vezes se conseguia efetivamente punir um desses oficiais. O Cabo Francisco de Santa Anna não conseguiu ficar isento de prisão devido à sua atitude relaxada para com os trabalhadores que conduzia, deixando-os sozinhos, o que deu chance para que um dele fugisse. O Comandante enviou preso o Cabo Santa Anna para a capital, para que o Comandante Geral o castigasse como “melhor entendesse”.³¹

A insubordinação e falta de interesse dos oficiais em desempenhar suas tarefas na contenção e ordenamento dos trabalhadores foi um dos fatores que dificultou o funcionamento dos Corpos de Trabalhadores, mas não foi o único. Mesmo nos casos de autoridades diligentes e interessadas em seguir a disciplina imposta pela legislação, as atitudes dos trabalhadores perante os recrutamentos forçados levavam a uma grande desorganização das Companhias e a graves falhas no seu funcionamento.

Se houve resistência por parte dos trabalhadores aos recrutamentos forçados, esta assumiu diferentes formas, e podia estar baseada tanto na ação direta do indivíduo, como na utilização e apropriação dos termos da lei.

Uma das formas mais comuns de boicote aos Corpos de Trabalhadores eram as deserções, que podem ser percebidas tanto através dos ofícios, como das listas de recrutamentos, nas quais estão discriminados a ocupação e paradiro de cada trabalhador. Essas ações deixavam os Comandantes em situações difíceis quando, devido às deserções, não conseguiam enviar para as obras públicas os trabalhadores que lhes eram solicitados. Diversos Comandantes apontam para a necessidade de se coibir as deserções, uma vez que elas constituíam uma ameaça à ordem social e das Companhias.

Nesta data tenho requisitado ao Ilmo Sr. Commandante Militar deste Municipio a prisão do Cabo João Gonsaga, e dos dezertores João Paulo = e Manoel dos Reis; este da 3a Esquadra, e aquelle da 2ª Companhia do meu Commando; por existirem no Districto acoitados, e refugiados do Servisso, sem Obediência as Leis, e respeito as Autoridades, e a seus superiores (...).³²

³¹ APEP, SPP, OCT, caixa 95, 1844, documento 16.

³² APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 77.

O enfurecido Capitão e Comandante da Companhia de Trabalhadores de Ourém Jose do Ó de Almeida reclamava da falta de obediência e respeito às autoridades não só da parte dos trabalhadores, mas também de seus acoitadores. Este grave problema deveria ser solucionado, pois ameaçava não só o funcionamento da Companhia, tirando-lhes seus alistados, como também subvertia as hierarquias sociais ao dar pouca atenção às “ordens superiores”. Um indivíduo que desobedece a seu Comandante direto, poderia vir a se insurgir contra autoridades provinciais ou até mesmo nacionais. O receio de novas insurreições como a Cabanagem pode ser uma explicação para o discurso deste e de outros Comandantes de trabalhadores que destacavam a “relaxação” em que se encontravam as Companhias devido à desobediência dos recrutados. Entretanto, a preocupação dessas autoridades poderia passar também por uma intenção de disciplinar e “civilizar” essa população livre, inserindo-a num mercado de trabalho.

Os desertores não se refugiavam necessariamente em locais inacessíveis ou desconhecidos. Diversos comandantes relatam a seus superiores a localização dos fugitivos, solicitando providências para sua captura. O Capitão de trabalhadores de Bahia do Sol relatava ao Comandante Geral que havia alguns trabalhadores de sua Companhia vivendo próximos de Belém, nos lugares denominados Igarapé da Fome e na ilha de Orubu-Oca, defronte a fortaleza da barra, os quais para esses locais se dirigiam a fim de não fazerem o serviço que lhes tocava.³³ O Capitão Comandante da Companhia do Rio Acará se reportou ao Comandante Geral por duas vezes, denunciando a localização dos desertados. Em março de 1842, avisava que um desertor chamado Antonio Joaquim estava vivendo na capital em companhia de um escravo.³⁴ Quase um ano depois, em janeiro de 1843, avisava que um outro desertor andava pelo Distrito da Bahia do Sol, e destacava o fato de que o desertor Antonio Joaquim continuava foragido no mesmo local.³⁵ Aparentemente, as ações de busca e captura de desertores, quando chegavam a ocorrer, não eram das mais eficientes.

Essas deserções (ou fugas, como também eram tratadas), se dariam, segundo os Comandantes, pelo receio que os trabalhadores teriam de realizar trabalhos mais pesados, especialmente nas obras públicas.

Em janeiro de 1841, mês de alistamentos, o Comandante interino da Companhia de trabalhadores de Igarapé-miri avisava ao Comandante Geral que

³³ *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1842, documento 46.

³⁴ *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1842, documento 29.

³⁵ *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 61.

não poderia enviar as listas de trabalhadores por causa da deserção dos mesmos, apesar das mais decididas ordens para que os Cabos das Esquadras trouxessem os trabalhadores, que deveriam ser remetidos para a fábrica de Jambu-açu e para as obras de um canal. Isso tudo seria devido ao receio, por parte dos trabalhadores, de serem enviados para o “serviço braçal”³⁶ (serviços nas obras públicas). O Comandante procura, a partir dessa recusa, explicitar e enfatizar o caráter ocioso dos indivíduos recrutados, que se recusariam a realizar serviços que exigissem algum tipo de esforço. Uma descrição do estilo de vida desses sujeitos, feita por um outro Comandante de Companhia pode ajudar a entender melhor as expectativas das autoridades com relação aos alistados.

(...) a Companhia de meu comando é composta de homens dispensados; os prompts que tinha tenho enviado para Jambu-Assu, e nunca mais voltaram a este Districto porque são homens que nada possuem sem estabelecimento algum, as pequenas choupanas em que existem nada tem, e nem delas fazem caso, e com pouco trabalho fazem outra em outro Districto, ou nas matas, e ali existem ate que tornem a serem puxados; porém autorizando-me V. S^a mandarei as escoltas as Ilhas das Onças, [Pequetá] e Cutijuba adonde me consta existirem refugiados trabalhadores, de diversos Districtos por não haver naquelas Ilhas quem os puxe para o serviço (...).³⁷

Homens que tinham receio do serviço braçal, despossuídos o suficiente para moverem-se facilmente de um local para outro carregando suas poucas tralhas, e construindo suas precárias habitações programadas para durar apenas o tempo de permanência num determinado lugar, precisando se “puxados” para o trabalho por alguém que tivesse consciência da importância do labor constante e produtivo: essa imagem difundida nas falas de diversos Comandantes de companhias coincidem com a descrição feita pela própria legislação que instituiu os Corpos de Trabalhadores na província. É difícil estabelecer até que ponto esses Comandantes assumiram o discurso da lei e da administração provincial, e até que ponto eles lançavam mão dessa caracterização por saberem que seriam aceitas e entendidas pelos seus superiores. Entretanto, é interessante notar, a partir da descrição acima transcrita, o tipo de gente que as autoridades provinciais acreditavam ter que disciplinar e civilizar, trazendo-os para o trabalho produtivo, e inculcando-lhes o interesse por esse tipo de atividade nem que fosse preciso usar a força, caçando-os através de diligências enviadas aos locais onde se sabia haver fujões, e castigando-os quando preciso.

³⁶ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1841, documento 8.

³⁷ APEP, SSP, OCT, caixa 95, 1844, documento 15.

Muitos Comandantes pediam providências a seus superiores, para “endireitar” os trabalhadores que teimassem em se manter afastados do serviço, e evitar que o estado de “relaxação” dos recrutados continuasse. As diligências enviadas para busca e prisão de fugitivos eram comuns, embora nem sempre de sucesso garantido. Faltavam gêneros alimentícios para os guardas que delas participavam, e até mesmo pessoas para remar (também desertadas) as canoas utilizadas nas perseguições dos desertores.³⁸

Apesar das dificuldades para apreender os trabalhadores fugidos, o castigo era visto como necessário, uma vez que a própria sobrevivência dos Corpos de Trabalhadores poderia estar dependendo de um pouco de repressão.

Levo ao cunhecimento de V. S^a que a insubordinação si vai intruduzindo entre alguns Trabalhadores desta Freguisia, e se V. Sa. Não lher dar hum castigo que elles sintão sedo não terei a quem mandar para osirviço como já esprimento e por isso pesso a V. S^a mandar ordem ao Comandante Militar desta Freguesia de Tumar aseu coidado acapeturação daquellis Trabalhadores de quem eu lhe der os nomes e fazer rimeça a V. S^a para lhes dar o castigo que merecerem.³⁹

Assim o Capitão e Comandante de Trabalhadores de Alenquer se dirigia ao Comandante Militar do Baixo Amazonas em março de 1844. Há mais de cinco anos os Corpos de Trabalhadores tinham sido criados, e os indivíduos sujeitos ao recrutamento continuavam insubordinados, dificultando o trabalho dos seus Comandantes, e o funcionamento adequado das Companhias, uma vez que elas não apenas fracassavam no projeto de disciplinar a população livre pobre, como também não estavam sendo capazes de suprir as necessidades de força de trabalho para as obras públicas. A importância da aplicação de castigos passava pela punição de fugitivos renitentes, e pela criação de modelos para outros trabalhadores que pudessem pretender seguir os maus exemplos.

O Major Fiscal do Corpos de Trabalhadores do Acará, em maio de 1843, pedia providências ao Comandante dessa Companhia, pois todos os trabalhadores ligados àquele Corpo estavam obrigados a comparecer à revista semestral, mesmo os que eram licenciados ou engajados nos serviços de particulares, e isso não estava acontecendo. Ele afirmava ainda que, no caso de faltarem, esses homens seriam castigados com todo o rigor, e mesmo que fosse preciso o uso da força, faria cumprir seus deveres aqueles que mal aconselhados não quisessem se apresentar.⁴⁰

³⁸ Ver por exemplo: *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1841, documento sem numeração, localizado entre os de número 17 e 18.

³⁹ *APEP*, SPP, OCT, caixa 95, 1844, documento 28.

⁴⁰ *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 68.

O mau exemplo devia ser punido, e a prisão dos “rebeldes” poderia evitar não só a falta de mão-de-obra como também a insubordinação.

O trabalhador Bernardino de Moraes, depois de muito tempo e esforço de diligências foi capturado em março de 1842. Entretanto, segundo o Comandante da Companhia do Acará, por sua má conduta não convinha que fosse enviado para a fábrica (apesar da necessidade de mão-de-obra), sendo por isso entregue ao Comandante Militar para ser devidamente punido. O mesmo ocorreu com Raimundo José, que apesar de ter conseguido ficar isento dos serviços argumentando ser filho único e ajudar sua mãe, não se conduzia como tal. Agia como um vadio, não sendo útil em nada à sua mãe, tendo péssima conduta e obediência.⁴¹ O castigo de Raimundo José foi sua inclusão entre os trabalhadores que deveriam ser mandados para as obras públicas, mesmo que seu estado de filho único pudesse isentá-lo dos serviços. O mau comportamento e insubordinação desses trabalhadores, que poderiam servir de exemplo para outros, foi punido, procurando-se assim evitar que outros agissem da mesma forma.

A “má conduta” podia não estar baseada apenas na vadiagem. Alguns trabalhadores reagiram mais violentamente aos recrutamentos, e à intervenção do estado em suas vidas e em suas atividades, como um trabalhador que desertou e que teve “o arrojo” de reagir a tiros contra a diligência que fora mandada para prendê-lo, conseguindo se safar do trabalho compulsório.⁴²

Interessante também é o confuso relato do Cabo Maximiano Lourenço, da Companhia de Trabalhadores do município de Ourém. O Cabo recebera ordens de avisar ao trabalhador Raimundo Bento Marreiro para que comparecesse ao quartel do Comandante pronto para marchar para o serviço das obras públicas. Ao receber o aviso, o trabalhador se exaltou, e puxando um terçado ameaçou cortar a cabeça de quem “lhe encostasse a mão”. Ameaçou ainda cortar a própria cabeça, dizendo que seu corpo não iria a lugar algum, só se fosse a cabeça, e que tinha muito o que fazer em sua casa.⁴³

Com essas palavras, Raimundo Bento Marreiro expressava seu descontentamento com o trabalho compulsório das Companhias de Trabalhadores e também com a interferência que estava ocorrendo em sua vida, em suas atividades associadas à sua casa e à sua forma de subsistir.

⁴¹ *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1842, documento 30.

⁴² *APEP*, SPP, OCT, caixa 95, 1844, documento 34 (anexo).

⁴³ *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 105 (anexo).

A implantação dos Corpos de Trabalhadores na província paraense, preocupada com o controle da força de trabalho livre e com o desenvolvimento do trabalho produtivo por parte desta, identificada pelas autoridades com a ociosidade, a vadiagem, a falta de interesse e vontade de trabalhar, esteve associada a variadas formas de embates em torno da aplicação e da implantação da lei. Muitos trabalhadores optavam por desertar, fugir para outros lugares, outros reagem de maneira mais violenta, enfrentando os oficiais que vinham recrutá-los. Contudo, ainda podem ser identificadas outras formas de se apropriar da legislação utilizadas pelos recrutados para tentar fugir (ou pelo menos minimizar) dos efeitos dos alistamentos compulsórios.

A “ARRAIA-MIÚDA” E A LEGISLAÇÃO

O texto da lei que criou os Corpos de Trabalhadores em 1838 afirmava que deveriam ser alistados todos os índios, mestiços e pretos que não fossem escravos, e que não tivessem propriedades ou estabelecimentos a que se aplicassem constantemente. Diante dessa determinação, talvez as fugas fossem a melhor alternativa para os candidatos a recrutados que não se dispusessem a servir nas obras públicas. Entretanto, em 24 de outubro de 1840 entrou em vigor uma nova resolução, que dispensava do serviço também os que tivessem mais de cinquenta anos e menos de quatorze, os oficiais e aprendizes de ofícios mecânicos que estivessem exercendo seus respectivos ofícios, os feitores de fazendas de agricultura e de gado, e os varões únicos que tivessem família a seu cargo.⁴⁴ A partir daí, podem ser percebidas outras formas de tentar burlar os recrutamentos, a partir da aplicação da própria lei. Essa situação tornou ainda mais difícil para os Comandantes conseguir trabalhadores para as obras públicas, e por outro lado, diversificou as possibilidades de justificativas que estes poderiam apresentar por não terem enviado os homens requisitados pelo governo.

(...) Não tenho praça alguma de meu commando na Fabrica de Madeiras, cuja rasão he que a Comp^a de meu Commando he composta de, uma parte de maiores de 50 annos, outra menor de 15, outra de officiaes, e aprendizes de officios, outra de emgajados, outra de estabelecidos, outra de Dezertores, e finalmente segundo a Lei estou sem Commando algum na Comp^a por não ter a quem commandar (...).⁴⁵

⁴⁴ Ver: *APEP, Collecção das Leis Provinciaes do Pará promulgadas na primeira secção que teve principio no dia 2 de março, e findou no dia 15 de maio de 1838. Pará: Typ. Restaurada, 1838; e também: Collecção de Leis e Rezoluções Provinciaes do Pará promulgadas na primeira sessão da segunda legislatura que teve principio no dia 15 de agosto e findou no dia 24 de outubro de 1840. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1840.*

⁴⁵ *APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1842, documento 37.*

Poucos anos depois de posta em aplicação a nova legislação de isenções, os Comandantes informavam o tempo todo a seus superiores, sobre as mais diversas formas de se safar dos serviços utilizadas pelos trabalhadores. Com exceção das deserções, todas eram absolutamente legais, autorizadas pela regulamentação existente. O capitão Jose Rodrigues Barata, em 1843, se desculpava por não enviar os quatro trabalhadores requisitados para trabalhar na limpeza da Capital pois, segundo ele, em seu Distrito não se encontravam trabalhadores que estivessem nos casos passíveis de serem empregados no serviço público, uma vez que quase todos eram pescadores, dispensados, meirinhos de Juizes de Paz e varões únicos, dos quais não estava autorizado a lançar mão.⁴⁶ Essas dispensas legais foram muito bem utilizadas pelos trabalhadores como argumentação para que ficassem isentos dos serviços públicos. Até que ponto os Comandantes locais aceitaram essas justificativas como válidas, e até que ponto não se valeram das mesmas para manter os trabalhadores em seus próprios distritos, são questões que precisam ser analisadas com atenção, pois implicam não apenas numa “resistência” por parte dos trabalhadores, mas também numa convivência e em relações de interesses entre trabalhadores, autoridades e proprietários em cada localidade.

Nem sempre as desculpas apresentadas pelos trabalhadores foram aceitas pelos Comandantes. As tentativas individuais de burlar os recrutamentos assumiam formas variadas, centrando-se especialmente na justificativa do casamento, de ser varão único, e de ter idade avançada ou doenças.

O Comandante da Companhia de Trabalhadores de Barcarena informava, em ofício de 23 de setembro de 1843, que estava dando cumprimento às determinações do Comandante Geral.

Julgo que o Ilmo Snr. Major Fiscal tera lavado ao conhecimento de V. S^a que mandei quatro trabalhadores pa a Fabrica, e dois p^a o Caes, que são ambos solteiros, que ai se acham.

Remmeto a V. S^a Francisco Jose da Silva, Solteiro e Jose Aurelano, que dis ser cazado, porem não combina nada no que dis, não tem domicilio certo, por vezes tem sido encontrado pelas Ilhas e não prova que he casado, nem apresenta licença.⁴⁷

Teria Jose Aurelano tentado se fazer passar por homem casado para não ser recrutado? Talvez nunca se possa responder a esta pergunta, mas o Comandante parece não ter acreditado muito na história, uma vez que o havia enviado para as obras públicas. Mesmo que este trabalhador fosse efetivamente

⁴⁶ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 82.

⁴⁷ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 85.

casado, não agia como tal, ou seja, não tinha moradia fixa e vagava pelas ilhas sem apresentar nem esposa e nem licença. O argumento do Comandante sugere que o casamento e uma consequente fixação do homem livre pobre poderia ser uma forma de começar a “civilizar” esse trabalhador, pois este se veria obrigado a trabalhar para sustentar sua família, buscando ocupações mais regulares. Por isso os varões que fossem a única fonte de sustento para suas famílias estavam isentos do serviço. Eles já estariam obrigados a trabalhar. Quando se mostravam errantes, como Jose Aurelano, tornava-se mais difícil convencer os responsáveis pelos recrutamentos de que não podiam ser enviados para os trabalhos em outras regiões, pois acabavam caracterizados como vadios.

Os pedidos de isenções por idade avançada e doenças nem sempre eram aceitos de bom grado pelos Comandantes. Além dos casos realmente válidos, diversos ofícios apontam para tentativas de “fraudes” que muito irritavam algumas autoridades. O discurso irado do Comandante da Companhia de Trabalhadores do município de Ourém e seus Distritos, datado de maio de 1843, apresenta parte da dimensão do problema:

Há uma parte de trabalhadores com despença do serviço, e [baixa] que estão na circunstancia de prestar serviços, e que o não prestam por terem iludido a boa fe do Governo (...) suas Petições (...) nas quais fingem molestias, roturas, Aleijões, e o mais: quando pelo contrario; Alguns se apresentam deste mesmo modo na [Comussão] rebelde, contra o Governo legal; e nessa Época de serviços ilegaes, não havia embaraços fisicos, e Moraes que obstassem tal modo de serviço, hoje porem para o serviço do Governo Legal, nada mais se offerece, que queixas, eximições de serviço, e o mais que he de costme aparecerem em tais casos, concordarei que seja eximido do serviço estes que o Governo assim tem entendido, porém não aqueles que incompetentemente existem eximidos pelos seus Comandantes Militares (...).⁴⁸

Diante dessa situação, o Comandante pede providências para evitar que as Companhias se esvaziem, fazendo com que não mais existissem trabalhadores para serem enviados para as obras públicas.

O argumento deste ofício, escrito vários anos depois da eclosão da Cabanagem, e da instalação dos Corpos de Trabalhadores, não apenas questiona as possibilidades de isenções e dispensas, mas principalmente a utilização que delas fazem os trabalhadores para fugir do serviço em prol do governo legal, o que se contrapunha à boa vontade dos mesmos homens em trabalhar nos “serviços ilegaes”

⁴⁸ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 70.

dos tempos dos governos cabanos. Para este Comandante, a resistência não é contra os recrutamentos em si, mas, o que era mais perigoso, contra o próprio governo legal, implantado na província após a derrota dos cabanos na capital por d'Andrea, o mesmo que criou as Companhias em 1838.

As insubordinações por parte de diversos indivíduos perante os recrutamentos para os Corpos de Trabalhadores não parecem representar atitudes coletivamente engendradas, mas principalmente práticas individuais que acabam por compor um conjunto de ações bastante similares.

AUTORIDADES, PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES: O PÚBLICO E O PRIVADO

Faz-se necessário ainda analisar estratégias que envolviam pelo menos duas partes interessadas. A proteção por parte de uma autoridade, ou de um proprietário local poderiam ser essenciais para que alguns efeitos dos recrutamentos fossem minimizados, principalmente o envio dos trabalhadores para prestar serviços nas obras públicas, e seu deslocamento para regiões distantes. Entretanto, isso poderia criar conflitos entre as próprias autoridades, uma vez que questionava as jurisdições de cada uma, e seus poderes reais.

Uma disputa desse tipo fora travada em Moju entre os anos de 1840 e 1841, entre o Comandante de Trabalhadores, e o Comandante Militar. Essa situação é narrada pelo primeiro, que se reporta ao Comandante Geral nos seguintes termos:

(...) cumpre-me dizer a V. S^a que muito me custa, observando as Instruções, fazer a remessa dos Trabalhadores para a Fabrica, porque aquelles, que estão nas circunstancias de ser applicados ao serviço Público sendo chamados, correm ao commandante Militar deste Districto; que lhes responde = Esta salvo..., e se os Cabos os buscam, são pelo mesmo Commandante Militar maltratados, injuriados e ameaçados!! Plantando assim entre meus subordinados a desobediência para com as minhas ordens; querendo evitar tão grande mal solicitei em 16 de julho do anno findo providencias ao antecessor de V. S^a, as quaes ate hoje tenho esperado sem efeito algum, e a impunidade tem feito o dito Commandante Militar perseverar no abuso de seus deveres, não sabendo os Cabos de Trabalhadores a quem devam verdadeiramente obedecer, visto que o supra dito commandante Militar (...) sem pejo, e respeito as leis e Autoridades legitima publicamente diz = Eu estou autorizado pelo Sr. Prezidente para fazer, e mandar tudo, quanto me parecer; e quem he um Juiz de

Paz, e um Commandante de Trabalhadores, meus subordinados! =
Eis aqui um verdadeiro sultão um senhor absoluto, temido ate das
mesmas formas, cujas obras deixo de referir por decencia (...).⁴⁹

O conflito de jurisdições entre as autoridades, e a disputa de poder entre elas, segundo o relato acima, estaria se materializando num controle sobre os trabalhadores do Distrito. O Comandante Militar estaria impedindo a remessa de trabalhadores para os serviços públicos, a despeito das ordens mandadas pelo comando provincial. O Comandante Militar, segundo o ofício, era a “salvação” dos trabalhadores, que a ele acorriam para se livrar do serviço, e por isso o Comandante de trabalhadores procura culpá-lo por não enviar trabalhadores para as obras públicas. O embate entre ambos estaria tão acirrado que nem os Cabos sabiam mais a que obedecer, segundo o atormentado Comandante.

Entretanto, os trabalhadores candidatos ao recrutamento não parecem confusos quanto a quem deveriam obedecer ou procurar. Esses indivíduos, aproveitando-se de um conflito entre seus superiores tentavam fazer valer suas expectativas de não serem mandados para as obras públicas em outras localidades. Isso muito aborrecia o Comandante de Trabalhadores, e ao mesmo tempo servia para o Comandante Militar reafirmar seu poder. Não se pretende com isso afirmar que os trabalhadores é que manipulavam seus superiores, mas pode-se sugerir que esta é uma relação de trocas, de reciprocidade, que não impede a dominação de um indivíduo ou grupo sobre outro, mas que torna a mesma “útil” para ambos. Dependia da habilidade dos indivíduos ou grupos envolvidos nos recrutamentos a possibilidade de conseguir alguma vantagem para si (mesmo que essa vantagem fosse simplesmente trabalhar compulsoriamente em seu próprio Distrito ao invés de fazê-lo em outro lugar).

Se os trabalhadores podiam ter algum beneficio desses embates entre autoridades, estas também poderiam tirar proveito da situação. Ao impedir o recrutamento e deslocamento de trabalhadores para outras localidades, o Comandante Militar poderia estar simplesmente resguardando mão-de-obra livre para executar trabalhos nas propriedades de seu Distrito, ou mesmo em seu próprio beneficio. Os trabalhadores, mesmo sabendo disso, recorriam à sua proteção, no intuito de não ir para as obras públicas. Essas relações de interesses envolvendo autoridades e trabalhadores, voltadas para a manutenção de um fornecimento regular de força de trabalho para os serviços particulares assumiam ainda outras dimensões, e desencadeavam outros tipos de conflitos de competência.

⁴⁹ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1841, documento 8A.

Estes embates podem ser percebidos nas explicações entre irônicas e acusadoras de alguns Comandantes a respeito das deserções dos trabalhadores sob seu comando. É o recurso de que lança mão o Comandante do município de Ourém, ao explicar que ultimamente o Cabo da 1ª Esquadra vinha lhe relatando que por ocasião de se fazer os serviços, os trabalhadores se refugiavam nos sítios de Bragança. Segundo o Comandante, isso ocorreria por que acreditava que ali as autoridades não procuravam guia ou documento que legalizasse sua passagem pelo distrito. O Comandante termina seu relato pedindo providências a esse respeito, a fim de que as autoridades bragantinas não mais consentissem refugiados por motivo de serviço em território de sua jurisdição, remetendo-os presos caso fossem lá encontrados.⁵⁰

Existem diversos outros ofícios de teor semelhante, e não é possível saber até que ponto as denúncias das autoridades são sinceras ou não. Sem descartar a possibilidade de descuido real por parte das pessoas encarregadas de manter sob controle os trabalhadores, interessa também a possibilidade insinuada de que as autoridades do município vizinho estariam dando cobertura para trabalhadores fugidos. Se isso efetivamente ocorria, poderia advir de um interesse mútuo (tanto de trabalhadores, quanto de autoridades e proprietários), de se manter essa força de trabalho na região, e não nas obras da capital. Se os trabalhadores não conseguiam permanecer em seus distritos, pelo menos podiam ficar em regiões próximas prestando serviços a particulares que os protegeriam das temidas obras públicas. Naquele momento essas relações de interesse beneficiavam ambas as partes.

Outras vezes, os trabalhadores se aproveitavam dos conflitos de competência entre instâncias distintas para não só deixar de ir para as obras públicas, como para deixar definitivamente de ser trabalhador recrutado, tornando-se membro dos batalhões de polícia. A circulação de indivíduos entre esses dois comandos foi bastante destacada pelos Comandantes das Companhias, que buscavam evitar que seus subordinados se retirassem de sua situação de trabalhador, tentando controlar as possibilidades dessa mudança. Era isso o que procurava o Comandante de Trabalhadores Theotônio José de Vila Lobo Barbosa, ao solicitar ao Comandante Geral que desse ordens ao Comandante Militar para que não permitisse a passagem para o Corpo Policial de nenhum trabalhador, sem que antes ele pudesse se manifestar e fazer valer seu parecer.⁵¹ O Sargento de trabalhadores de Cairary informava ao seu Comandante, em 18 de janeiro de 1843, que dois indivíduos da

⁵⁰ APEP, SPP, OCT, caixa 63, documento 102.

⁵¹ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1842, documento 41.

sua Companhia tinham passado para o Corpo de Polícia sem autorização.⁵² Essas mudanças aborreciam os Comandantes de Trabalhadores, que relatavam a falta de critérios dos responsáveis pelos recrutamentos, que permitiam a entrada de indivíduos pouco qualificados para a polícia.

Há hum abuso como já [...] disse, o qual e qualquer Índio, ou Pardo, que se quer eximir a qualquer Serviço Público, é quando toca a chamada para a mostra da Comp^a de Polícia o indivíduo ali se apresenta e é alistado sem mais indagação se tem ou não [proporções] de ser ali alistados, e o Comandante da Comp^a o não participa a Comp^a de Trabalhadores, de forma que o indivíduo existe Alistado em duas Companhias o que só com cuidado agora se foi eliminando seus nomes da lista dos Trabalhadores; de forma que hum 3^o [terço] da Comp^a de Polícia é composta de verdadeiros vagabundos, por nem huma pequena choça tem na Vila para Sua Residencias, e nos sítios vivem em pequenas Cabanas não contendo em Roda delas mais que 4 pés de maniva lavoura propria do Trabalhador alistado, e é desta forma que aquela Comp^a de Trabalhadores vai se extinguindo.⁵³

A aceitação indiscriminada de indivíduos nos Corpos Policiais estava transformando-os em rotas de fuga do trabalho compulsório para aqueles considerados vadios. O Comandante de Trabalhadores que escreveu o ofício acima transcrito advertia seus contemporâneos de que essa permissividade, mais do que causar um conflito de competências, estava servindo para extinguir a Companhia de Trabalhadores, e legitimando a continuidade de existência de indivíduos considerados ociosos fora do pretendido controle de suas atividades por parte das autoridades governamentais. Seria contraditório quando confrontado com o projeto inicial dos Corpos de Trabalhadores, e, portanto, perigoso.

Enquanto diversas autoridades responsáveis pelo funcionamento dos Corpos de Trabalhadores passavam por dificuldades para cumprir suas obrigações — o que as levava a relatar suas desventuras e expressar suas opiniões a respeito do que estava acontecendo —, muitos proprietários lançavam mão dos trabalhadores alistados para favorecer a produção de seus estabelecimentos.

A contratação dos serviços dos trabalhadores das Companhias podia assumir grande importância para a sobrevivência ou para o enriquecimento de muitos proprietários. Pode-se analisar a implantação, e principalmente atribuir a longevidade dos Corpos de Trabalhadores ao interesse em manter sob controle uma força de trabalho livre que podia ser empregada para as mais diversas ati-

⁵² APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 57.

⁵³ APEP, SPP, OCT, caixa 95, 1844, documento 3.

vidades. Isso gerou algumas divergências entre as autoridades, e entre estas e os proprietários, no que concerne à aplicação e à interpretação da legislação.

De acordo com o regimento dos Corpos de Trabalhadores, os trabalhadores poderiam ser engajados para prestar serviços a particulares através de um contrato firmado perante o Juiz de Paz, e somente se tivessem prévia autorização do Comandante da Companhia. Os trabalhadores assim engajados não seriam mandados para os serviços públicos. Além disso, os Comandantes dos Corpos de Trabalhadores, os oficiais e os Comandantes Militares não poderiam engajar para o seu serviço mais de dois trabalhadores.⁵⁴

Existem diversos documentos que sugerem o interesse dos Comandantes em manter em seus distritos a força de trabalho recrutada para que fosse utilizada nas propriedades e atividades locais, e mesmo em seu próprio benefício. O ofício enviado pelo Comandante da Companhia de Trabalhadores de Abaité, entre outras denúncias que faz contra o Sargento da mesma Companhia, destaca o fato de que muitas vezes “(...) não havendo trabalhadores para as estações públicas, havia-os para o dito Sargento mandar todos os meses barcadas de madeiras para a Capital, para ali ser vendida, sem ter escravos que com elle a fabricasse (...)”.⁵⁵ Por esse e outros motivos o Comandante pedia a demissão do Sargento. A utilização abusiva de trabalhadores em causa própria podia ser feita também por Comandantes de Companhias. A denúncia que um morador de Mojú faz ao Comandante Geral de trabalhadores traz indicações nesse sentido.

Felipe Pereira Maninho Falcão e Mello, representa a V. S^a que tendo obtido do Governo da Provincia o Despacho incluso para lhe serem dado seis Trabalhadores, pelo Comandante da Comp^a este iludiu aquela ordem dando-lhe apenas um capaz de serviço (...) ao mesmo tempo que ele tem no seu serviço quatro dos melhores (...).⁵⁶

Estes e muitos outros casos de Comandantes utilizando trabalhadores, até mesmo acima da quantidade permitida por lei, sugerem a importância dos Corpos de Trabalhadores como uma instituição que até certo ponto conseguiu garantir o suprimento de mão-de-obra de acordo com os interesses dos proprietários. Ao mesmo tempo, essa discussão indica a necessidade de se indagar a respeito do grau de aproveitamento do trabalho desses indivíduos que, recebendo um pagamento

⁵⁴ APEP, *Collecção de Leis e Rezoluções Provinciaes do Pará promulgadas na primeira sessão da segunda legislatura que teve principio no dia 15 de agosto e findou no dia 24 de outubro de 1840*. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1840.

⁵⁵ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1842, documento 35.

⁵⁶ APEP, SPP, OCT, caixa 95, 1844, documento 10 (anexo).

em troca de seus serviços, precisavam corresponder às expectativas dos patrões, com grandes possibilidades de serem ainda mais explorados do que os escravos, uma vez que não provinham de investimentos prévios por parte dos patrões. A imagem das Companhias como algo que reduziu os homens livres pobres a uma quase escravidão⁵⁷, ou a uma “servidão da gleba”⁵⁸, apresentada por alguns estudiosos, pode estar fortemente relacionada a esses tipos de relatos de utilização de trabalhadores, e a algumas avaliações pouco lisonjeiras sobre os Corpos de Trabalhadores feitas por contemporâneos.

Quando perguntado sobre a possibilidade de implantação de um Corpo de Trabalhadores na Freguesia de Cairary, em julho de 1841, o Capitão e Comandante da força policial respondeu ao Comandante Militar que, no caso de implementação do projeto, aquela nascente localidade iria sentir um golpe bastante destruidor em sua população, não só porque dos poucos homens que havia seria tirado um número significativo, como por que tirados estes, a lavoura e o comércio se atrasariam.⁵⁹ Esta avaliação negativa a respeito da instalação de uma Companhia de Trabalhadores na Freguesia de Cairary leva em consideração seu funcionamento dentro dos termos da lei, o que afastaria dali muitos homens para os serviços públicos, e causaria um atraso no desenvolvimento da agricultura e do comércio de uma localidade ainda jovem e precisando se consolidar.

Já a avaliação feita pelo presidente da província Jerônimo Francisco Coelho, e apresentada à Assembleia Legislativa em julho de 1848 questiona a adequação da própria estrutura de funcionamento das Companhias que, segundo ele, estariam ultrapassando os limites aceitáveis.⁶⁰

De acordo com o presidente da província, a intenção do legislador ao criar as Companhias era razoável e justa, ao proporcionar trabalho honesto aos miseráveis, e ao mesmo tempo garantindo a sociedade contra as consequências perniciosas que resultariam da existência ociosa de uma grande quantidade de indivíduos de “última classe, baldos de instrução, sem ocupação, e sem ofício, entregues a si mesmos, e a uma vida solta, sem sujeição e sem freio”. Entretanto, teria ficado faltando uma melhor regulamentação, o que ocasionara o surgimento de dois tipos opostos de abusos: opressão e relaxação. O presidente afirmava ser bastante comum ver os Comandantes dos Corpos e outras autoridades locais, a pretexto de serviços

⁵⁷ DI PAOLO, Pasquale. Cabanagem: a revolução popular da Amazônia; SALLES, Vicente. O Negro no Pará.

⁵⁸ SILVEIRA, Ítala. *Cabanagem: uma luta perdida*.

⁵⁹ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1841, documento 14.

⁶⁰ *Apud* SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*, pp. 274-275.

públicos, empregarem gratuitamente e com rigor os trabalhadores em seu serviço particular ou no de seus amigos. Assim, a obrigação do serviço criada como uma medida necessária e útil teria pouco a pouco se convertido numa servidão odiosa, dando aos recrutados uma vida opressiva e degradante, convertendo muitos daqueles infelizes em verdadeiros escravos.

Este relato é trabalhado por Vicente Salles como o “retrato sincero da situação”⁶¹, comprovando uma situação de extrema opressão da população negra ou mestiça da Província.

Sem deixar de considerar o caráter opressivo e controlador das Companhias, há que se questionar, entretanto, os motivos das afirmações do Presidente da Província. Não se pode esquecer que ele é um homem político, envolvido em disputas político-partidárias, que podia estar usando seu discurso para afrontar e atacar seus oponentes. Neste caso, o relato sobre os Corpos de Trabalhadores, mais do que o reflexo de um sentimento autêntico, funcionaria como um ataque contra inimigos políticos representados pelas administrações anteriores, e os Comandantes por elas nomeados. Esses conflitos de poder entre as autoridades podiam ser aproveitados pelos trabalhadores que tentavam tirar alguma vantagem, assim como o estado e o funcionamento deficiente das Companhias de Trabalhadores podiam ser utilizados pelas autoridades locais e provinciais para digladiarem.

Entretanto, a implementação das normas das Companhias e o aproveitamento dos trabalhadores não era motivo de disputa apenas entre as autoridades. O controle dos trabalhadores e a legitimidade da aplicação da lei era contestada por proprietários particulares que não queriam ver a intromissão do governo nas relações de trabalho que estes mantinham com os trabalhadores que desenvolviam atividades em suas propriedades ou negócios. Estes trabalhadores poderiam ser contratados ou agregados, e a situação destes últimos costumava suscitar dúvidas e criar problemas entre autoridades e proprietários.

Em novembro de 1843, o Comandante da Companhia de Trabalhadores do Rio Moju pedia esclarecimentos ao Comandante Geral a respeito de como proceder no caso dos agregados que não se encontravam engajados, uma vez que estes faziam grande falta para os “trabalhos da Nação”. O Comandante expunha seu receio de entrar em conflito com os proprietários a quem esses agregados estavam ligados, ao escrever que “(...) eu não hei de forçar sem ordem os proprietários que os tem (...)”.⁶²

⁶¹ *Ibidem*, p. 275.

⁶² *APEP*, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 106.

Esse conflito podia se materializar quando os “patrões” dos agregados simplesmente ignoravam os pedidos das autoridades para engajar esses agregados conforme mandava a lei, como ocorreu em Uricurituba nos primeiros meses de 1844. O relato do Comandante informa que

Quanto ao Numero de Agregados por engajar que menciono no mesmo Mappa, logo que tomei conta da Comp^a fis avisos aos patrões dos mesmos afim de requererem do respectivo Commandante para com o despacho Efectuar-se o engajamento conforme dispoem a Ley Provincial aeste respeito, assim praticaram alguns, cujos despachos existem em meo poder, porem deixarão inteiramente de comprirem essa formalidade do Engajamento, e outros athe aqui não me consta terem requerido (...).⁶³

Aqui as autoridades insistem no engajamento de agregados na forma da lei, ou seja, lavrarem um contrato perante o Juiz de Paz, que garantiria uma certa normatização na relação entre proprietários e agregados, desta feita tratados como trabalhadores que deveriam ter um contrato de trabalho regulando suas obrigações para com seus patrões e vice-versa. Essa é uma situação bastante diferente da dos agregados, que dependiam do favor de um proprietário para permanecerem morando num determinado local, e ficavam, portanto, devendo obrigações e prestação de serviços sem ter necessariamente algum retorno financeiro. A insistência por parte dos Comandantes em regulamentar essas relações poderia significar uma intromissão inadmissível nas relações entre proprietários e agregados, tradicionalmente pautadas em práticas costumeiras. Essa tentativa de interferência por parte da administração provincial tomou forma de uma ameaça verbal por parte de um proprietário irritado com os insistentes avisos provenientes do comando da Companhia de Trabalhadores, e que permaneceu registrado num ofício do Cabo de Esquadra que foi bombardeado pelos impropérios dirigidos ao Comandante.

Em consecuencia da Ordem de V. S^a em que me manda avisar as praças de trabalhadores da minha esquadra sou a participar a V. S^a que chegando em a fazenda da boa vista, pedi licença ao administrador para avisar aos trabalhadores Manoel dos Santos e Jose Antonio Leal, para estes comparecerem em 30 de Outubro do corrente anno em afreguesia, para acto de revista respondeu o administrador que V. S^a não mandava em casa alheia e como V. S^a se não [emboscava] e vinha buscar-los e como não Oficiava ao dono da fazenda sobre estes homens. E o que se me oferece participar a V. S^a.⁶⁴

⁶³ APEP, SPP, OCT, caixa 95, 1844, documento 45.

⁶⁴ APEP, SPP, OCT, caixa 63, 1843, documento 106 (anexo).

O embate entre o Comandante de trabalhadores e o proprietário da fazenda Boa Vista pelo controle das atividades e pela subordinação dos dois trabalhadores está claramente delineado nesta narrativa. Com seu estilo rústico, o Cabo Justino José narra uma situação experimentada ao longo do período de implantação e funcionamento dos Corpos de Trabalhadores: disputas em torno da interpretação e dos limites de uma legislação que procurava organizar, disciplinar e controlar o trabalho dos homens livres pobres não brancos, “civilizando-os” e proporcionando com isso o desenvolvimento da Província.

Refletir sobre a implantação dos Corpos de Trabalhadores no Pará implica em voltar-se para uma análise a respeito dos problemas relativos à mão-de-obra livre ao longo do século XIX, e das tentativas de controlá-la. É importante, contudo, ressaltar que apesar deste projeto estar baseado num conjunto de leis, sua aplicação e funcionamento estiveram na dependência de associações e conflitos de interesses envolvendo proprietários, trabalhadores e autoridades. Os embates prolongaram-se por vários anos, e seu estudo possibilita uma melhor compreensão da complexidade das relações tecidas entre os diferentes indivíduos ou grupos sociais. Proporciona também espaço para reflexão acerca da inserção do Estado nesse processo, e para a relativização do papel da legislação nas transformações sociais. O Comandante da Companhia, por mais que tentasse, nem sempre conseguia mandar em casa alheia sem recorrer a acordos e a concessões, práticas fundamentais quando se trata de relações que envolvem mais de um interessado, e que são reguladas por normas elaboradas por sujeitos reais.

Capítulo 3



Siméia de Nazaré Lopes

Casas de negócios, tabernas e quintais: o controle social sobre os agentes do comércio no pós-Cabanagem

O CONTEXTO DE “REFLORESCIMENTO” ECONÔMICO

Na Amazônia do século XIX, a exportação dos produtos coletados nos altos rios e os gêneros cultivados nas redondezas da cidade de Belém estavam em alta. A entrada de mercadorias propiciaria o crescimento econômico da província, através do aumento contínuo das trocas comerciais entre os produtos coletados e cultivados na região com os produtos manufaturados importados da Europa, Norte da América e das províncias limítrofes ao Grão-Pará.

A província do Grão-Pará experimentava um “reflorescimento” econômico após a pacificação da população abalada com as agitações políticas (Adesão à Independência e Cabanagem). Medidas foram tomadas para conduzir a melhoria do comércio e do movimento portuário, sem causar embaraços aos que objetivavam mercadejar. Esta foi a pauta principal adotada pelos diversos presidentes da província, assim como por deputados e militares. Na sessão da Câmara do dia 25 de abril de 1840, o Presidente da Província, Bernardo de Souza Franco, em discurso pronunciado para a posse do Dr. Antonio de Miranda, destacou entre os diversos

pontos apresentados a sua preocupação com o restabelecimento dos negócios e do comércio da região após a Cabanagem.¹

Porém, precisava-se realizar benfeitorias na entrada da cidade como o calçamento e pavimentação de ruas, adotar medidas fiscais para garantir o direito às rendas públicas, assim como a reestruturação dos portos para controlar este reflorescimento do comércio. O argumento consistia em agilizar a limpeza dos canais, lagos e igarapés, com o intuito de conseguir transformá-los em vias de transporte para os barcos e canoas, impulsionar a navegação interna e:

facilitar a descida por elles dos gêneros, que abundar, podem na grande bacia abraçada pelos dois grandes Rios Amazonas, e Prata, e seus afluentes, que virão a ser canaes por onde desção immensas riquezas, e na Província do Pará os depósitos, e portos de embarque da mor parte delles, e por tanto huma das mais florescentes do Império.²

A discussão chegava a um consenso sobre a utilização do comércio interno como importante motivador do progresso da sociedade. O comércio interno constituía uma das principais áreas de intervenção dos Presidentes da Província, setor que reclamava por melhorias diante do abalo que a revolta cabana causou na economia, na política e na vida social. As autoridades passavam a discutir medidas a serem adotadas para animá-lo, paralelo à institucionalização de formas de controle das relações comerciais que os produtores diretos teciam com regatões³ e com outros segmentos que participavam de trocas comerciais e sociais. Porém, o mundo do comércio clandestino escapava ao controle das autoridades, que temiam pela politização do cotidiano da população, motivo constante de preocupação inclusive pela compra de pólvora e armas.⁴ Tanto que, diante a necessidade de abastecer com

¹ Jornal *Treze de Maio*, n.º 7, 03.07.1840.

² PARÁ. Presidente da Província (1839-1840: Souza Franco). *Discurso recitado pelo Exc. Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará, quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de Agosto de 1839*. Belém: Typ. Santos & Menor, 1839, p. 12.

³ Comerciante que realizava trocas comerciais em canoas e/ou em outras pequenas embarcações, conhecido como comércio de regateio que teve influência na sociedade provincial na segunda metade do XIX. A Coletoria condenava este tipo de prática comercial devido a falta de impostos que esses comerciantes dos rios deixavam de pagar àquela repartição para movimentar produtos e diversos gêneros agrícolas em suas canoas.

⁴ Um fato comum é a denúncia de apreensão de armamento entre os cabanos e rebeldes capturados. Em uma diligência realizada pelo capitão João Francisco de Mello, nas cabeceiras do rio Itapicurui, conseguiram apreender “sento e noventa e sette patações, huma mexa nova de salla, duas mangas de vidro, huma purção de ballas soltas, e alguns retalhos de fazenda nova em hum bahu, e huma Canoa grande”. Segundo o relato de uma mulher refugiada entre os revoltosos da cabanagem, que foi presa, a intenção

viveres e outras mercadorias os destacamentos militares espalhados pelo interior, o presidente da província consentiu o livre comércio com os índios Maués, mas ressaltava a exceção do “comercio de pólvora, e chumbo”, sobre o qual o alferes deveria ter a máxima vigilância⁵.

O pós-Cabanagem é um momento de soerguimento econômico e social que contou com a constante vigilância e intervenção das autoridades, em especial no desenvolvimento das relações comerciais entre negociantes e pequenos produtores ao longo dos rios navegáveis da região amazônica. O controle sobre a abertura de “casas de negócio”⁶ onde quer que fosse, assim como a quantidade de tabernas em funcionamento em todas as vilas da província foram assuntos frequentes nos ofícios e correspondências diversas trocados entre os presidentes da província e os agentes do Fisco e das Coletorias. De fato, o conhecimento sobre essas práticas comerciais realizadas por pequenas embarcações e seus agentes também não escapou aos olhares atentos dos viajantes, que fizeram anotações pontuais sobre o mundo comercial.⁷

Outro alvo frequente das autoridades foi o comércio realizado nos quintais das casas ribeirinhas, diante da facilidade proporcionada aos negociantes para aviar mercadorias, sem apresentar manifesto ou qualquer outra forma que expressasse a “legalidade” do ato. As medidas fiscais incluíram também o controle sobre o comércio fluvial, além da construção de algumas obras públicas com o intuito de embelezar o cais da cidade e a instalação de postos de fiscalização, por onde navegavam as embarcações com as mercadorias que iriam abastecer os pontos comerciais da cidade.

dos rebeldes era atacar o acampamento do comando militar, para tanto haviam comprado pólvora de um cabo que era comandante de um destacamento. Avisava que os fez remeter “presos os escravos de D. Maria do Carmo, Domingos e Sebastião, q. forão presos servindo de espias dos Cabanos”. Mas a preocupação do capitão João Francisco de Mello foi resultante da quantidade de pessoas envolvidas nesse plano. Além do soldado que vendia pólvora aos cabanos e de saber que os escravos escondiam a pólvora nas senzalas das fazendas, acusou a existência de alguns escravos combinados com os da fazenda de Sta Maria “e os dessas com os Cabanos”. Exceto a canoa que poderia ser utilizada nas diligências, todo o armamento foi remetido ao comando (Arquivo Público do Estado do Pará - APEP, Fundo de Secretaria da Presidência da Província-FSPP, Caixa 42, 1836).

⁵ APEP, FSPP, Códice 1112, Ofício 15.08.1840.

⁶ Expressão usada na Coleção das Leis da Província ao referir-se à abertura de tabernas e botequins na cidade e nas vilas próximas à cidade de Belém.

⁷ Cf. ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas e Xingu*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1977. (Viagem realizada em 1842). AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: INL, 1962. BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979. (Viagem realizada entre 1848 e 1859). KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: províncias do Norte*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979. (Viagem realizada em 1839). MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. (Tradução de Antonio Porro). Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas e da Universidade do Amazonas, 2001. SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. (Viagem realizada entre 1848 e 1852).

Nesse sentido, objetiva-se discutir as formas de controle social acerca dessas práticas comerciais entre pequenos produtores, comerciantes e regatões. Nesse caso, o controle das autoridades não passava apenas pelo *quantum* transportado pelos pequenos produtores e comerciantes, mas também pelas formas como essa produção com frequência era negociada e aviada para o restante da população.

AS “CASAS DE NEGÓCIO”

Em 1839, o Presidente da Província Bernardo de Souza Franco sancionou a lei nº 43, para assegurar a comercialização, arrecadação e fiscalização dos gêneros transportados para os armazéns e casas comerciais estabelecidas na cidade de Belém. Para não haver dispersão no desembarque de qualquer tipo de gêneros agrícolas e o seu extravio de direitos às rendas provinciais, foi decretado no artigo 24 que “estes generos terão desembarque livre nos Portos do Sal, Ponte de Pedra, e Santo Antonio, ainda mesmo sendo Domingo ou dia Santo”.⁸ Pois a proibição para o desembarque em outros pontos navegáveis do centro já havia sido editada, o que não asseverou o controle das autoridades sobre o desembarque das canoas em quaisquer portos da cidade. À Recebedoria⁹ interessava controlar os produtos que chegavam pelos rios Moju, Acará, Guamá e, principalmente, do rio Pará, que fazia a ligação entre a cidade de Belém com as vilas do interior da província. Por isso a constante intervenção da Recebedoria no desembarque das canoas que retornavam dessas áreas, carregadas de produtos para abastecer o comércio da cidade.

Diante da necessidade de manter o controle sobre essas atividades comerciais nos portos da cidade e no interior das vilas, as autoridades provinciais e municipais se esmeravam em tentar conter esse constante movimento, pensando nos prejuízos que a falta de tributos poderia trazer à Alfândega.¹⁰ Havia diversos tipos de negócios, o realizado nas tabernas e “casas de secos & molhados” espalhadas pelas vilas ao longo dos rios navegáveis e das cidades portuárias tais como Belém, Santarém, Manaus; e o realizado

⁸ APEP, Coleção das Leis da Província do Grão-Pará - CLPGP, Tomo II, Parte 1ª, 1939.

⁹ Repartição criada em 1839 pelo Presidente da Província Bernardo de Souza Franco. Esta repartição serviria para a fiscalização e arrecadação dos impostos sobre os produtos agrícolas e pescado comercializados na frontaria da cidade. Cf.: CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial no Pará*. Belém: Editora da UFPa, 1996, p. 160.

¹⁰ Avé-Lallemant também relatou sobre essa chegada diária de embarcações na frontaria da cidade, assim como a circulação de pessoas e o movimento intenso no cais da Ponte de Pedra, onde se descarregavam os produtos coletados no interior. A importância comercial da cidade de Belém consistia no fato dela suprir os estabelecimentos comerciais da região com os produtos que precisassem, além de coordenar “toda a atividade comercial no portentoso rio”. AVÉ-LALLEMANT. *Op. Cit.* p. 55.

por meio de “canoas de regateio” que dominava rios, igarapés, furos e lagos, e utilizavam os quintais das casas ribeirinhas para desembarcar tais produtos.

Pensando no controle sobre o comércio realizado nas vilas do interior, o Presidente Francisco Soares d’Andrea sancionou a lei nº 12 de 05 de maio de 1839, na qual estabelecia os impostos para os estrangeiros que “não pertençam á Nação reconhecida” que se destinassem a “ter cazas, ou lojas com negocio, nem mascatear por qualquer forma sem licença previa” desta província. De acordo com os artigos 3º, 4º e 5º, fazia saber aos estrangeiros interessados em abrir estabelecimentos comerciais que ficariam sujeitos às seguintes disposições:

Art. 3º. Alem dos dispostos nos artigos precedentes ficão sujeitos aos seguintes impostos”:

§1º. De 100\$000 réis por cada huma caza, ou loja de fazendas secas, ou molhadas por grosso, ou atacado.

§2º. De 80\$000 réis por cada huma loja de fazendas a retalho, e miudezas.

§3º. De 60\$000 réis cada huma Taberna ou Botequim.

§4º. De 40\$000 réis por cada huma Padaria, ou Caza de Pasto.

§5º. De 100\$000 réis por cada huma Loja Ambulante.

Art. 4º. Quando se reunirem em uma só Caza os objetos acima especificados, cobrar-se-hão os impostos correspondentes á cada hum deles.

Art. 5º. Fica desde já vedada á taes Estrangeiros a venda de carnes verdes.¹¹

Com isso, o governo iniciava a determinação dos impostos destinados ao comércio na cidade, tanto como a organização para receber negociantes estrangeiros. O pagamento dos impostos do artigo 4º gerava dúvidas no momento em que os interessados faziam a requisição da licença. Os negociantes marroquinos Simão Benjó & Irmão solicitaram licença à Recebedoria para “poderem vender em huma Loja fazendas Secas por atacado, e a retalho, e generos mulhados (sic) somente inteiro”.¹² De acordo com o referido artigo, a licença custaria 280\$000 réis, visto que pagariam por três imposições (fazendas secas por atacado, e a retalho, e gêneros molhados por atacado), além dos 50\$000 réis de impostos anuais que as “Lojas de fazenda a retalho, e miudezas” deveriam pagar. Por isso, os negociantes com estabelecimentos comerciais burlavam as cobranças da Recebedoria afirmando o contrário ou o menor nos despachos que enviavam para requerer suas licenças.

Em Julho de 1838, o administrador da Recebedoria cobrou ao francês Estevão Amaro o “imposto de Leilão e Modas, do anno passado e presente, da caza que naquele anno tinha no Largo do Palácio, e ao presente na Rua Santo Antonio”.

¹¹ APEP, CLPGP, Tomo I, Parte 1ª, 1838.

¹² APEP, FSPP, Ofícios Caixa 46: sem data.

Estevão Amaro respondeu ao administrador que não pagaria, “porque não reputava a sua caza como tal (...) e sim Loja”. Diante do que lhe foi respondido, o administrador não soube qual atitude tomar, pois não estava com autorização para fechar a loja, tão pouco fazer a “tomadia nas fazendas, estas tem pago os Direitos”.¹³ Ficou o assunto à espera da resolução do Procurador Fiscal.

Outros ofícios de comerciantes que se recusavam a pagar os impostos continuavam a circular entre os despachos do presidente e à administração da recebedoria. Tanto que, o administrador voltou a informar ao Presidente sobre outra solicitação que chegara naquele mesmo mês, no qual oficiava que:

tendo mandado fazer lançamento como Cazas de Modas, da Loja de Cardulo Candido de Gusmão Borralho, onde se encontra a venda todos os objetos de Modas e venda também Chapelinhos e enfeites, feitos por sua Senhora, o dito Cardulo diz que julga não dever pagar o Imposto, por que aquelles enfeites são feitos no interior de sua Casa: Sobre isto pesso inteligência a VExa, assim como que se digne declarar-me quaes cazas que devo reputar de Modas para meu governo no lançamento e cobrança de direitos.¹⁴

A justificativa de Cardulo Borralho inquietou o administrador, pois argumentou que a sua mulher “não é modista, mas he hum Senra. Brasileira bem prendada e que os enfeites que faz elle os depozita, na sua Loja, allegando que as não vende á Janela, nem esta sobre o Balcão”. Diante do exposto concluía o seu argumento para não pagar o imposto alegando que “quem não vende bebidas à Porta da Rua ou à Janela, e os tiver em hum armazém, no Quintal a pezar de as vender não deve pagar o imposto”.¹⁵ Essas dúvidas seguiram com frequência para a Recebedoria, por isso que o Presidente da Província Souza Franco¹⁶ sugeriu a diminuição das taxas para licenciar as “casas de negócio”, por serem onerosas aos negociantes tanto na cidade como no interior.

Assim, o processo para a instalação de estabelecimentos comerciais no interior ficaria sob a tutela das Câmaras Municipais que agenciariam os locais e os tipos de produtos que deveriam ser aviados aos fregueses. Isso ga-

¹³ APEP, FSPP, Ofícios Caixa 46: 20.07.1838 e anexo.

¹⁴ APEP, FSPP, Ofícios Caixa 46: 24.07.1838.

¹⁵ APEP, FSPP, Ofícios Caixa 46: 26.07.1838. Ao final do ofício, o administrador reclamava das queixas feitas pelos negociantes B. Harmard e Diniz Crouan, que se julgavam no mesmo caso, não podendo o administrador “fazer excepções”. Ainda sobre o pagamento que os proprietários das casas comerciais deviam fazer na Recebedoria, assim o administrador expôs a sua dúvida: o que “tem proposto alguns Negociantes que não querem pagar a taxa de vinte mil reis de seus armazens onde disem ter só serveja”, mas não sabe se cerveja pode ser considerada “espirituoza”. Os donos de armazéns se esquivavam do pagamento do imposto, e quando o faziam pagavam apenas 50\$000 reis, mesmo que tivessem dois ou três armazéns. APEP, FSPP, Ofícios Caixa 46: 14.07.1838.

¹⁶ PARÁ. Presidente da Província (1838-1839: Souza Franco). *Op. Cit.* p. 9.

rantiria a cobrança de impostos sobre essas tabernas, porém no artigo 6º ficava proibido “aos mesmos estrangeiros o commerciar nas villas, e mais lugares da Província”, o que seria uma atividade estritamente urbana. Todavia, Souza Franco ressaltou que os estrangeiros apresentavam brasileiros como caixeiros de suas lojas para o trato no interior.¹⁷

O comércio realizado com os produtores do interior dos altos rios ganhava a configuração de ser, entre os diversos pontos da província, o mais lucrativo para a Recebedoria da Capital, em termos de oferta e circulação de produtos. Como afirmaram Spix e Martius¹⁸, dessas áreas é que aportavam, diariamente, as embarcações entulhadas com diversos gêneros para o abastecimento da cidade e os com destino certo para os portos estrangeiros.¹⁹

As autoridades responsáveis pelo controle fiscal perseguiam o contrabando pelo duplo crime que ele representava. Além de burlar o fisco, o contrabando tecia relações econômicas com os negros aquilombados e regatões, conhecedores dos rios da região e que abasteciam as tabernas com diversos gêneros.²⁰ Por isso, as autoridades solicitavam que fosse efetivada uma contagem em todas as vilas da província constando quantas “cazas há de venda nesta freguezia, e a quem ellas pertencem, enquanto a quantidade dos gêneros postos a venda são fazendas Seccas, e molhadas”.²¹ Diante dessas informações, a Câmara Municipal poderia lançar os impostos com maior rigor, assim como ter conhecimento sobre as práticas comerciais nessas vilas e quem delas participavam adquirindo o resultado do furto.

São comuns nos relatórios das autoridades e nas descrições dos viajantes do século XIX referências às tabernas e casas de negócio como espaços de ócio e de receptação de furto. Segundo José Carlos Barreiro, a historiografia tende a negar

¹⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁸ SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS. *Op. Cit.* p. 32.

¹⁹ Em relação ao controle sobre as transações comerciais, Maurice Dobb afirma (para o século XII) que o controle servia para beneficiar a cidade em suas transações entre o campo e os comerciantes estrangeiros. Como a cobrança de taxas de mercado que proporcionava uma fonte de renda segura para as autoridades, pois “como as autoridades tinham o direito de regulamentar quem podia comerciar e quando o devia fazer, possuía também um poder considerável de inclinar a balança de todas as transações de mercado em favor dos residentes urbanos”, isso quando não as limitava para seus próprios cidadãos, nesse caso, “a cidade manifestadamente possuía considerável poder de influenciar as relações de troca em sua própria vantagem”. DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Tradução: Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 118.

²⁰ Essas trocas comerciais entre escravos fugidos, fazendeiros e comerciantes fizeram parte do “campo negro” discutido por Flávio dos Santos Gomes para o Rio de Janeiro. Cf.: GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²¹ APEP, FSPP, Códice 1114: 22.01.1840.

esses espaços de politização do cotidiano sem lhes atribuir a relevância social e política, nos quais se entrecruzam culturas e extensas redes de produção autônoma que não estão vinculadas a um patrão.²²

Para Peter Lineaubaugh, certos usos costumeiros dos trabalhadores ingleses no século XVIII abonavam algumas práticas que, aos olhos das autoridades, eram verdadeiras infrações, o que motivou inúmeras tentativas de combater e punir aqueles que as praticavam. Era o caso da apropriação pelos trabalhadores portuários de parte das cargas dos navios, como o tabaco trazido da América. Durante a operação de descarregamento do produto, parte do tabaco costumava ser retirado e vendido, e o dinheiro dividido entre os trabalhadores do porto de Londres. Essa ação era qualificada pelas autoridades como furto. Houve então a prisão e enforcamento de alguns trabalhadores acusados desse tipo de conduta; tentou-se também implantar uma força policial para apreender mercadorias apropriadas e deter acusados. Essas medidas repressivas desencadearam a reação do “proletariado do rio” contra tais tentativas de criminalização dessa prática costumeira do transporte marítimo. Entre o final do XVIII e princípios do XIX, a campanha contra os “furtos” nos descarregamentos dos navios ganharia maior abrangência. Nesse contexto, marcado pela “decolagem” do comércio naval transatlântico, fazia-se necessário conter o extravio de lucros representado pelos costumes dos trabalhadores da área portuária do rio Tâmsa. Os administradores das companhias navais e as autoridades portuárias passaram então a reformar o espaço do porto, retirando as moradias ribeirinhas, pontos tradicionais de recepção de cargas apropriadas pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, finalmente foi posta em ação uma força policial na área portuária para combater os “roubos”.²³ Essas práticas nos rios e o controle da recepção das mercadorias foram comuns nas paragens da província do Grão-Pará, onde os empregados das coletorias se detinham em fiscalizar o embarque e desembarque das canoas.

No Pará, esse “comércio de travessia” foi considerado proibido no Código de Posturas. Nessa prática comercial ilícita,

as pessoas, que em tal se empregarem pelas praias, portos, e subúrbios das Cidades, e Villas, ou mesmo forem ao encontro das canoas, afim de mercadejar gêneros, commestiveis, e mais produtos, fazendo o monopólio delles para depois tornarem a vendel-os ao publico.²⁴

²² BARREIRO, José Carlos. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões, críticas e projeções”. In: *Revista: Projeto História*, São Paulo, nº 12, out/ 1995, p. 70.

²³ Cf. LINEAUBAUGH, Peter “Crime e Industrialização na Inglaterra do século XVIII”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 119-135.

²⁴ APEP, CLPGP, Tomo X, Parte 1ª, 1848.

Nesse sentido, o controle imposto pelo Código também atingia essa prática comercial comum nos portos da cidade, pois o monopólio que os atravessadores mantinham afetava o comércio dos negociantes estabelecidos próximos aos portos da cidade de Belém, por isso a negação a quem o praticasse.

Em 1847, foi entregue ao Subdelegado João Wilkens de Mattos uma relação com o Código de Posturas, para obstar essas possíveis práticas nas tabernas da cidade. O artigo 23 expressava que a polícia não devia permitir nas tabernas, armazéns e botequins “ajuntamentos de pessoas sem comprarem, quer seja de dia, ou de noite, e para evital-o farão que as sobreditas cazas se fechem as nove horas da noite até amanhecer, excepto as estalagens”. Assim como no artigo 77 ficava proibido “vender em loja, nem mesmo em particular a escravos, ou pessoas de suspeita, armas offensivas de qualquer natureza que sejam”.²⁵

Segundo Barreiro²⁶, as tabernas serviam como lugares de “tensão entre a pulsão do coletivo e a disciplina imposta pela instituição”, por terem os seus significados discutidos e recriados cotidianamente. Os pontos d’água também figuravam em motivo de controle para as autoridades, não só pelo abastecimento, mas por serem espaços de convívio social e de constante troca de informações.²⁷ Nesses casos, os fiscais da coletoria agiam, também no “policiamento de costumes”, sendo de interesse das autoridades dirimir seus espaços de atuação, seja através de práticas que estimulassem o trabalho, seja na interferência episódica das condições para liberarem a instalação de novos pontos comerciais fora das vilas.

Na apreciação das Câmaras sobre o Código de Posturas Municipais, versando no artigo 87, ficou estipulado que “ninguém poderá ter venda fixa, ou ambulante de fazendas secas, ou molhadas, generos, commestiveis, ou outros misteres, sem que previamente se tenham munido de licença da Câmara respectiva até o fim de Agosto”. Aos comerciantes que não apresentassem as licenças, quando solicitadas, ficavam obrigados a requerê-las “dentro de quinze dias depois de condenados, sob a pena de incorrer em reincidências”, a multa aplicada variava entre pagar o

²⁵ *Jornal Treze de Maio*, nº 678, 13.02.1847.

²⁶ BARREIRO, José Carlos. *Op. Cit.* p. 75.

²⁷ Os pontos d’água eram os igarapés, os rios ou poços públicos. Segundo Bates, “nesse local é lavada toda a roupa da cidade, trabalho esse que é feito por um bando de tagarelas escravas negras; aí também são enchidas as carroças de água, constituídas de pipas sobre rodas, puxadas por bois. De manhãzinha, quando a luz do sol tem de romper às vezes através de uma ligeira névoa e tudo goteja devido à umidade, essa parte da cidade se enche de animação”. BATES, *Op Cit.*, p.14. Frequentemente, os viajantes comparavam a prática do banho e da sesta, após as refeições, à ociosidade, fruto da idéia de modernidade associada aos costumes europeus, mas que representa a descrição de um fato comum: a falta de controle das autoridades sobre esses espaços públicos. Cf: BELTRÃO, Jane Felipe. “Belém de outrora, em tempo de cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores”. *Annaes do Arquivo Público do Estado do Pará*, Belém, 3 (1), 1997, p. 225.

dobro do valor da licença, ou ficar em detenção por oito dias. Os artigos seguintes enfatizam o controle que se voltava para esses estabelecimentos, nos quais ratificava-se a importância de ter em mãos o alvará de licença fiscal, quando solicitados. Isso valia para os donos, administradores e caixeiros de “cazas de venda”, fixa ou ambulante e oficinas, assim como para os donos de canoas de regatão.²⁸

Freqüentemente, as lojas ambulantes eram confundidas com as canoas de regatão. O Presidente da Província apresentava as explicações para diferenciar um e outro comércio: “lojas ambulantes só se devem entender as que, contendo os mesmos objetos de commercio das lojas são com tudo condusidas de uns para outros lugares por qualquer maneira, não se devendo considerar como taes as cazas de regatão, visto acharem-se estas prohibidas por lei”.²⁹ Entretanto, os mesmos impostos que se cobravam para as canoas de regatão cobravam-se para as lojas ambulantes, como na lei nº 43, art. 23, § 27, que cobrava imposto anual de “cincoenta mil réis por Lojas ambulantes e canoas de regatoens”.³⁰

Ao tratar do comércio de regatão e das lojas situadas no interior, Tavares Bastos³¹ argumentou que a imposição que esses tipos de comércio sofriam com a cobrança de impostos excessivos era prejudicial “à prosperidade daquela região”. Segundo o autor, o valor desses impostos seria repassado para as mercadorias, prejudicando o acesso da população à compra de certos produtos.

As lojas de “secos & molhados” pagavam impostos provinciais e municipais. As autoridades justificavam sua cobrança como uma das possíveis formas de assegurar que os tapuios³² não sofreriam espoliações desses comerciantes – como defendiam as autoridades. Porém Tavares Bastos³³ ressalta que os comerciantes estabelecidos nessas paragens não eram diferentes dos regatões e dos donos de lojas no que se refere ao trato com o tapuio, pois também prevalecia o lucro mercantil de comprar barato e vender caro. A diferença desses negociantes estabelecidos no interior se apresentava no gozo de influências políticas que exerciam junto às autoridades provinciais, tendo facilmente atendidas suas exigências de monopólio sobre o comércio que desenvolviam.

²⁸ APEP, CLPGP, Tomo X, Parte 1ª, 1848.

²⁹ APEP, CLPGP, Tomo XVI, Parte 2ª, 1854.

³⁰ APEP, CLPGP, Tomo II, Parte 1ª, 1839.

³¹ TAVARES BASTOS, A. C. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975, p. 200.

³² Segundo Carlos Moreira Neto, os tapuios seriam os índios destrribalizados e que constituíam a base da mão-de-obra da cidade. Cf.: MOREIRA NETO, Carlos Araújo. “Igreja e Cabanagem (1832-1849)”. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992, pp. 271-272.

³³ *Idem*, p. 201.

A regulamentação sobre essas “cazas de venda” no interior da província foi resultado do controle para tentar evitar o comércio de regatão. A resolução de número 182 determinava que as pessoas interessadas em abrir tais estabelecimentos “fora dos limites das cidades, Villa, e Freguesias”, só receberiam o consentimento após declarar perante as respectivas Câmaras Municipais

os fundos com que tem de as costear, e prestado fiança á multa a que ficão sujeitas, só poderão estabelece-las nos lugares que tiverem sido designados pelas mesmas Camaras, em conformidade do artigo 7º. Essas Cazes pagarão o imposto Provincial de 40\$000 Réis, e o Municipal de 16\$000 Réis por alvará de licença.³⁴

Essas medidas destinavam-se a obstar o comércio em canoas de regatão e “se não desviem as outras do fim que lhes he permitido”, isto é, as embarcações empregadas no transporte de mercadorias, gêneros e gado, no serviço de lavradores, fazendeiros, engenhos e fábricas e na extração de óleos, salsa e outros produtos naturais. Assim ficava a cargo das Câmaras Municipais dispor sobre essas casas. As câmaras deveriam marcar os limites e lugares onde permitiriam “abrir-se as Cazes de Venda declaradas no artigo 5º”³⁵, após os pagamentos dos devidos impostos à Recebedoria.

Um dos motivos da baixa arrecadação fiscal aos cofres da coletoria era a falta de pagamento das casas comerciais do interior da província, pois os proprietários em posse da licença para negociar não efetuavam os pagamentos da referida licença e demais impostos. A interferência mais comum, notada nas correspondências, entre as autoridades e as Câmaras Municipais, registrava-se na legislação para a liberação de licenças com a finalidade de conseguir a abertura de casas de venda. Tanto que, na legislação de 1847, determinava-se às Câmaras que não autorizassem licença às casas de venda para comerciarem, “ou quaesquer outras, sem que os requerentes juntem documentos de haverem pago os competentes impostos Provinciais e Municipais, a que estiverem sujeitos pelas ditas casas”, alertando aos fiscais que as pessoas que abrissem, “ou continuarem a ter aberta casa de venda, ou quaesquer outras sem as licenças e pagamento de imposto competente, pagarão o duplo do que deverião pagar”.³⁶ Caso apresentado, com certa frequência, nos ofícios trocados entre coletores e as autoridades fiscais, pois muitas das casas se valiam de requerer as licenças e não efetuarem o pagamento das mesmas, após a sua liberação.

³⁴ APEP, CLPGP, Tomo XII, Parte 1ª, 1850.

³⁵ *Idem, Ibidem.*

³⁶ APEP, CLPGP, Tomo IX, Parte 1ª, 1874.

Em 1855, o inspetor Tenreiro Aranha ressaltava este problema que logo foi noticiado ao Presidente da Província em Circular, na qual solicitava:

que haja de dar as necessárias providencias para que seus fiscaes não tolerem que se abram cazas de commercio em seus respectivos districtos, ou continuem a negociar no seguinte anno financeiro sem que seus donos lhes exhibam conhecimento de recibo, pelo qual mostrem haverem pago os respectivos impostos e taxas.³⁷

Nesse sentido, o controle sobre o local das “casa de negócio” e os regatões assumia uma forma legal de garantir aos comerciantes da cidade e aos donos de firmas aviadoras a oferta daqueles gêneros, assim como impedir a concorrência nesse comércio tão lucrativo que se operava nos sertões da província.

O CONTROLE SOBRE O COMÉRCIO FLUVIAL: AS MEDIDAS FISCAIS E OS QUINTAIS DAS CASAS RIBEIRINHAS

Ao assumir a presidência da Província em 1839, Bernardo de Souza Franco expressava em seu relatório que os trabalhos realizados em sua administração “concorrerão para a inteira pacificação, progresso e prosperidade da bella província”. Para tanto, questionava a forma como se efetuava a distribuição dos impostos e, para tornar a cobrança mais eficaz, sugeria que houvesse “nelles maior igualdade, e não sejam mui leves sobre certos generos e mui pezados sobre os outros”. Enfatizava não só a necessidade da eficácia na cobrança das décimas das casas de comércio e de diminuir o valor das taxas dos impostos sobre os produtos exportados, como também a necessidade de favorecer a navegação interna dos rios em direção ao Alto Amazonas. A eficácia dessa cobrança arrecadaria para as rendas públicas uma considerável quantia, tendo em vista que desde 1836 esses impostos não eram arrecadados, originando um déficit de 39:383\$989 réis para o ano financeiro de 1839. E para os devedores convinha decretar que a cada vencimento a dívida sofreria acréscimo de 1% sobre o total.³⁸

Sobre a distribuição de impostos, o negociante Francisco Pereira, da Vila de Muaná, declarava ao presidente Jozé Thomaz Henriques estar “comovido com o estado decadente” daquela vila, pois os “Direitos Subcarregados pelo arrematante dos Direitos Provinciais” recaíam apenas sobre os “fracos moradores deste Distric-

³⁷ PARÁ. Presidente da Província (1856-1857: Beaurepaire Rohan) *Relatório dirigido pelo Exc. Sr. Dr. Henrique de Beurepaire Rohan Presidente da Província à Assembleia Legislativa da Província do Pará na 2ª Sessão da XII Legislatura, em 15 de Agosto de 1856*, Belém. Typ. Santos & Filhos, 1856, anexo nº 6.

³⁸ PARÁ. Presidente da Província (1838-1839: Souza Franco). *Op. Cit.* pp. 3-9.

to”, atrapalhando o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria. O negociante afirmava que “as vendas, parte dellas fixando-se com Direitos de Balcões, Direitos Municipaes, e outros q. inteiramte, ferem e aniquilão seus poucos fundos, amiaçados de pagamto”. Os impostos autorizados pelas Leis Provinciais não podiam ser alterados pelos arrematantes e deviam ser aplicados a todos os distritos do Grão-Pará; na explicação apresentada ao presidente, Francisco Pereira descreve a situação das outras vilas e o comércio que as favorece e afirma que:

Eu Exmo Senr. entendo q. taes Direitos de vendas, deverão se entender conforme as forças, e Circunstâncias das Villas por que esta não pode competir com as de Cameté, Vigia, Macapá, Cachoeira, e outras que seu Comercio da Correspondência pa taes Direitos; Não digo (...) q. pr este motivo deixem os Negociantes, Lavradores, e outros de satisfazerem Direitos, mais sim seirão d’alguma maneira modificados.³⁹

para sustentar se em todos os nossos rios e necessário é conveniente são os cruzeiros dentro dos rios navegaveis, ao menos no Rio Grande e Amazonas (...) outras medidas, como ia dizendo ainda são preciosas (...) uma é a fiscalização sobre o contrabando que podem fazer os estrangeiros das nações vizinhas (...) lá teve ocasião de conhecer a facilidade com que os estrangeiros podem introduzir os seus contrabandos. Não digo tanto pelo rio Negro, por onde as [sic] embarcação, mas pelo Solimões até a Villa de Ega, e descendo a fronteira de Tabatinga, por isso é que digo que o cruzeiro com vapores ali é preciso e estes barcos podem também servir para transporte e para a rebocagens, e assim animar navegação e o commercio.⁴⁰

Nesse discurso, o deputado Tenreiro Aranha destacava a questão do contrabando fora das fronteiras nacionais. As canoas, por circularem pelas regiões de Tabatinga e Ega, precisavam ser controladas e fiscalizadas. Embora manifestasse opinião favorável à livre navegação, Tenreiro Aranha não deixava de apresentar a necessidade de haver um controle sobre os rios para que o contrabando não interferisse na política de “animar a navegação”, por isso sugeria o emprego de vapores para efetuar a fiscalização sobre as embarcações.

Nesse quadro de reflorescimento comercial, observa-se que o governo e comerciantes estavam agenciando as modificações necessárias para a exploração comercial em todas as vilas da província. A interferência política na organização da economia e da sociedade estava associada ao momento de mo-

³⁹ APEP, FSPP, Offícios Diversos Caixa 91: 1843.

⁴⁰ Jornal *Treze de Maio*, n.º 848: 01.11.1848.

dernização dos meios de transporte. No entanto, o controle sobre o comércio clandestino ainda pautava as discussões para essa modernização, para obstar práticas comerciais ilícitas entre as vilas e as outras províncias. As embarcações e canoas de regateio deveriam passar por um ordenamento para que houvesse o controle sobre a circulação das mercadorias e de pessoas.

As Câmaras Municipais trabalhavam para estipular os impostos, as multas e as taxas de licença para abrir e manter “casas de negócios” na cidade e nas vilas do interior. Os taberneiros e os donos de pontos de venda exerciam atividades muito visadas pelas autoridades, em função do controle sobre os lavradores e a estreita relação comercial que entretinham com quilombolas e soldados desertores, efetuando a apropriação dos excedentes almejados pelos grandes comerciantes. As recebedorias e as coletorias do interior da província trabalhavam para impedir a circulação de produtos e mercadorias pagando os devidos impostos. Os agentes do fisco tentavam controlar o deslocamento dos homens livres pobres para impedir o trato comercial entre pequenos comerciantes e regatões. Porém, a legislação visava exercer domínio sobre essas práticas comerciais, estipulando ações que garantissem o controle, não somente sobre o *quantum* negociado e auferido nessas transações, como também sobre a circulação dessas pessoas.

Capítulo 4



Luciano Demetrius Barbosa Lima
Magda Ricci

Fazendo política, contando história: experiências sócio literárias de um barão amazônico e seus Motins Políticos - 1865-1890

Se a articulação entre a política, a história e a literatura já renderam muitos livros de história fundamentais para o estudo de movimentos sociais como a Revolução Francesa ou Americana¹, a história destes círculos políticos e literários e das obras que por eles circulavam no Brasil Imperial ainda é tímida, sobretudo fora de grandes centros como a Corte carioca ou a cidade de São Paulo². Este estudo pretende contribuir para minimizar esta carência. Analisar obras como *Motins políticos do barão de Guajará* é, simultaneamente entender a junção entre a literatura e a política, entre a cultura letrada imperial na Amazônia da segunda metade do século XIX e os problemas sociais e de formação de identidade nacional ali expostos.

¹ Ver dentre outros: DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução. O submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1987; DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para os século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2005; GUSDORF, Georges. *As revoluções da França e da América*. Rio de Janeiro: Record, 1993; BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

² MOREL, Marco. *As transformações nos espaços públicos. Imprensa, atores, políticas e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005; ABREU, Marcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: EDUNESP, 2006.

Ao longo das últimas décadas do século XIX – época de riqueza e prosperidade durante as glórias econômicas e urbanísticas da época da borracha na Amazônia – Domingos Antônio Raiol dedicou muitos anos de sua vida à escrita de uma obra referente ao passado amazônico do primeiro reinado e Regência. Contudo, pouco se conhece sobre as relações intelectuais, além da aquisição de métodos e ideias que permearam a mente desse autor, e que tiveram influência na elaboração de seu livro intitulado *Motins Políticos*.

Domingos Antônio Raiol foi um dos mais conhecidos políticos liberais do Brasil Imperial e, certamente um destacado político e intelectual de sua geração no Norte do Brasil. Nascido em Vigia no Grão-Pará, ainda criança viveu a Cabanagem e se tornou órfão, sendo criado, já em Belém, no seio da família Souza Franco. Na capital do Estado do antigo Grão-Pará Raiol estudou no Liceu Paraense. Mais tarde, em 1849, seguiu para Pernambuco onde se formou Bacharel na área de Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Pernambuco. Além disso, “durante dois anos, exerceu a advocacia em Belém no escritório de Bernardo de Souza Franco”, seu padrinho de criação e também o influente primeiro presidente da província do Pará nomeado após a contenção dos cabanos em 1839³. Esta associação com Franco, da qual Raiol tornou-se uma espécie de “protegido”, também lhe rendeu frutos em sua posterior carreira política e intelectual.

Monarquista convicto, Raiol teve uma intensa vida política que extrapolou os limites das províncias do norte do Brasil. Durante o segundo reinado, sempre militando nas fileiras dos liberais, tornou-se “deputado à Assembleia Geral (1863-1866), fazendo parte da primeira comissão de orçamento”.⁴ Por indicação imperial, foi presidente das províncias de Alagoas (nomeado em 1882), Ceará (nomeado em 1882) e São Paulo (nomeado em 1883). Ele exerceu também as funções de promotor público “nomeado para a capital em 1856”⁵, procurador dos feitos da Fazenda Nacional no Pará e “vice-provedor do collegio N. S. do Amparo em 1881”.⁶ Ao longo de toda sua trajetória política e profissional Raiol nunca deixou de escrever obras históricas, sendo que sua maior foram seus cinco tomos sobre os

³ ILDONE, José. *Noções de História da Vigia*. 1ª Ed. Belém: Edições SEJUP. 1991. p. 57.

⁴ *Idem*, *Ibidem*. p. 57

⁵ *Exposição apresentada pelo Exm.º Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente da província do Gram-Pará ao Exm.º Senr. Tenente Coronel Henrique de Beaupaire Roham no dia 29 de maio de 1856*. Belém: Typ. De Santos & filhos, 1856. p. 14.

⁶ *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher 1º vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho em 27 de abril de 1881*. Belém: Typ. Do Diário de Notícias. 1882. p. 7

motins políticos ocorridos na província paraense entre os anos de 1820 e 1830. No ano de 1883, em razão de seus serviços (políticos e intelectuais) a favor do Império, foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Guajará.

A partir dessas considerações, o entendimento do contexto sócio-intelectual vivenciado por esse estudioso, durante o processo de produção do livro *Motins políticos* constitui em um bom tema para um artigo por várias razões. Primeiramente porque o político liberal Raiol teve uma vida e trajetória significativa para estudos da história social, participando de mudanças políticas e sociais desde o movimento cabano de 1835 até a proclamação da República e suas crises nos anos de 1889 até sua morte em 1912. Neste contexto, sua obra torna-se inseparável de seu percurso pessoal. Para, além disso, é relevante estudar os escritos de Raiol devido à sua importância para a historiografia amazônica contemporânea e posterior, essencialmente para a historiografia que se dedica sobre a primeira metade do século XIX e mais precisamente aqueles que analisam o movimento cabano. Além disso, embora os textos – e especialmente os documentos – localizados por Raiol tenham sido citados e enfocados em diversas obras⁷, nenhuma investigação mais sistemática foi realizada sobre as concepções que influenciaram na elaboração desse livro. O que se conhece de *Motins Políticos* normalmente corresponde às análises que se utilizam desse estudo em sua superficialidade, repetindo a descrição dos “eventos” e “heróis” citados pelo autor hora para corroborá-los hora para criticá-los. Por isso – mesmo com a existência de uma variada gama de trabalhos com enfoques diretos ou indiretos sobre os textos do Barão – é possível verificar lacunas que podem ser melhor trabalhadas.

Assim, o objetivo desse artigo será empreender um estudo sobre as interações de Domingos Antônio Raiol com a intelectualidade, associações, livros, métodos e pensamentos que circulavam em seu tempo. A investigação sistemática sobre a apreensão de um referencial teórico e metodológico por esse político e historiador consiste em um trabalho amplo, pois para compreender suas ligações com alguns integrantes da intelectualidade paraense e brasileira da época, esse estudo vê-se obrigado a adentrar em sua formação, leituras e inserção nos círculos e associações intelectuais no Pará e no Rio de Janeiro, durante as últimas décadas da monarquia e início da república.

⁷ Ver: HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936; CRUZ, Hernesto. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942; ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984; CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984; DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990; SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

Escrito em um longo espaço de tempo, o texto de *Motins Políticos* esteve imerso nos “jogos de poder” da política Imperial, de sua sociedade, e, intelectualmente, inserido dentro da interação de seu autor com salões, livros, jornais e concepções. Para compreender melhor este processo, este artigo propõe-se a analisar a relação entre o universo político e social de Raiol e a produção de seus *Motins Políticos*.

Ainda é preciso considerar que, metodologicamente, as percepções inseridas na obra desse autor tratam da sociedade e da história da Amazônia de dentro para fora e vice-versa. Isto porque, apesar de Raiol ser paraense, de certa forma os escritos dos *Motins políticos* foram idealizados a partir de certa exterioridade do autor. Chamo a atenção para o fato de que boa parte dos textos escritos pelo Barão de Guajará foi elaborada e publicada fora do Pará. Raiol descreveu diversas características dessa região em momentos no qual se encontrava, pelos afazeres políticos, em províncias distantes como Rio de Janeiro, São Paulo ou Fortaleza.

É preciso também assinalar que uma das vantagens de uma pesquisa como esta, caracterizada pela aproximação entre a história social com a intelectual, consiste em revelar as variadas dimensões das mudanças ocorridas nas concepções de pessoas como Raiol ao longo do tempo. É curioso perceber que muitos intelectuais contemporâneos ou posteriores ao Barão, criaram uma imagem “estática” e “superficial” do pensamento de Raiol, como se suas idéias político-sociais não sofressem transformações ao longo das quase três décadas em que publicou os tomos de *Motins Políticos*. Assim, o tópico a seguir apresentará alguns elementos sobre o processo de formação desse autor e as concepções que ele teve contato no período.

A FORMAÇÃO EM PERNAMBUCO

No final da década de 1840, em pleno segundo reinado, um jovem paraense chamado Domingos Antônio Raiol, sobrevivente das lutas político-sociais da Cabanagem, conseguia ingressar em um curso superior. Embora não tenha se tornado uma “figura reconhecida nas universidades brasileiras como fora seu amigo e conterrâneo José Veríssimo”⁸, ou mesmo não tenha obtido os “elogios narrativos de Inglês de Souza”⁹, Domingos Antônio Raiol se constitui num destacado expoente

⁸ RICCI, Magda. O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia. *IV: Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia* / José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán, (orgs.). Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 29

⁹ *Idem, Ibidem.* p. 29.

da inteligência paraense ou mesmo nacional de seu tempo, fazendo parte de uma geração de intelectuais do Norte, que na segunda metade do século XIX, empreenderam seus estudos na Faculdade de Direito de Olinda.

Criados por meio da Carta de Lei implementada pelo Imperador D. Pedro I, de 11 de agosto de 1827, “que versava sobre a formação de dois centros dedicados ao estudo do direito no país”¹⁰ os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um em Pernambuco e outro na província de São Paulo, visavam “atender às diferentes partes do país”.¹¹ As Faculdades de Direito simbolizavam a oportunidade dos filhos da elite em fazer um curso que os habilitassem nas leis e na constituição recém criada. Era, portanto fruto dos ideais ilustrados e de suas práticas.

Em suas primeiras décadas, a Faculdade de Direito de Olinda, esteve marcada pela influência do sentimentalismo e subjetivismo, que “tomou ascendência na época romântica”.¹² Após 1870, as atividades de um grupo de estudiosos, entre os quais faziam parte nomes como Silvio Romero e Tobias Barreto, foram responsáveis pela geração formadora da “Escola do Recife”, um dos mais conhecidos movimentos intelectuais brasileiros do segundo reinado, que contribuiu para a difusão no país de ideários científicos como o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo, pensamentos que ajudaram a valorizar as “noções de raça e natureza com o fim de dar fundamentos ‘objetivos’ e ‘imparciais’”.¹³

A lógica que caracterizou a difusão do pensamento cientificista por esse movimento pode ser sintetizada através das opiniões de Silvio Romero, para quem todo intelectual tinha de “preencher uma dupla função: (...) saber do que vai pelo mundo culto, isto é, entre aquelas nações européias (...) e incumbe-lhe também não perder de mira que escreve para um povo que se forma”.¹⁴

Apesar da denominação “escola” para esta “agitação intelectual” iniciada na cidade do Recife é fundamental ressaltar que não existia unidade de pensamento entre os seus participantes, pois cada um deles recebeu e difundiu ideias de variados “autores como Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon e Gobineau, entre outros”¹⁵, muitas vezes divergentes, mas que se constituíam como novidades de pensamento no cenário nacional.

¹⁰ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993. p. 142

¹¹ *Idem, Ibidem*. p. 142.

¹² ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980. p. 306.

¹³ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 11

¹⁴ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Vol. I. *Op. Cit.* p. 60.

¹⁵ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993. p. 148-149

Foi nessa Faculdade estabelecida inicialmente na cidade de Olinda, e posteriormente remanejada para Recife, cujo conhecimento do “latim e do francês era considerado um instrumento indispensável para o estudo do Direito”¹⁶, que Domingos Antônio Raiol obteve no ano de 1854 sua formação em Bacharel na área de Ciências Jurídicas e Sociais.

Mesmo tendo concluído sua formação sob a luz do pensamento romântico, cujo “maior impulso foi nos primeiros anos do reinado do segundo Imperador”¹⁷, Raiol não se absteve posteriormente das idéias científicas difundidas a partir de Pernambuco, apresentando em muitos momentos da narrativa da obra *Motins Políticos*, que iria começar a ser elaborada alguns anos depois, concepções próximas tanto do sentimentalismo e subjetivismo romântico, como também dos pensamentos disseminados a partir da “Escola de Recife”.

Na década de 1850, logo após ter encerrado seus estudos em Pernambuco, Raiol retornou à cidade de Belém, espaço que ainda não representava o que viria a ser nas últimas décadas do século XIX, a saber, um dos mais prósperos centros econômicos e culturais brasileiros, particularmente em razão da economia exportadora do látex. Naquele contexto, em que a economia paraense começava a dar seus primeiros sinais de crescimento, esse jovem bacharel em direito iniciava suas atividades de funcionário público e advogado.

No início da década de 1860, após ter sido eleito deputado, Raiol passou a frequentar mais sistematicamente a capital do Império, tornando-se um participante ativo tanto no Pará como na Corte, de espaços onde ocorriam debates políticos, científicos e “escritores recitavam e discutiam suas obras, como também se estabeleciam cumplicidades na rivalidade com outros grupos”.¹⁸ Além disso, no Rio de Janeiro, parte dos ex-alunos das faculdades de São Paulo e Recife “vinham publicar seus livros e realizar-se literariamente”¹⁹, pois na Corte, um jovem portador de algum talento intelectual, possuidor de contatos importantes e de muito prestígio socioeconômico, poderia angariar sem muitas dificuldades algum sucesso no mundo das letras, através da publicação de livros, artigos ou atuando em colunas de jornais.

Assim, o fato de possuir o “maior mercado de trabalho para os homens de letras, que encontravam alternativas no ensino, na política e no jornalismo”²⁰

¹⁶ CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *A Universidade Temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas*. 3ª Ed. São Paulo: Unesp, 2007. p. 113

¹⁷ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Vol. III. *Op. Cit.* p. 787.

¹⁸ VENTURA, Tereza. *Nem bárbarie nem civilização*. São Paulo: Annablume. 2006. p. 51

¹⁹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. *Op. Cit.* p. 97

²⁰ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. *Op. Cit.* p. 10.

contribuía para que o Rio de Janeiro atraísse os principais representantes da intelectualidade de outras partes do Brasil, como Norte e Nordeste, que muitas vezes não tinham oportunidades em suas regiões de origem.

José Veríssimo, outro paraense que se mudou do interior da Amazônia para a Corte, demonstrava ter conhecimento da restrita elite intelectual existente no país durante a monarquia ao expressar que os “poucos (...) livros entre nós publicados (...) o foram por sujeitos abastados e dados ás letras, ou por funcionarios bem remunerados pelo Estado ou que enfim, se viram em condição privilegiada para fazel-o”.²¹ Entre os principais representantes dessa elite, Veríssimo ressaltava os nomes do “Visconde de Porto Seguro, Pereira da Silva, Norberto Silva, Candido Mendes, Raiol, Couto de Magalhães, Caetano da Silva e outros”²², integrantes dos pequenos grupos de letrados existentes no Império.

No mesmo contexto da década de 1860, em que se envolvia na atividade política, Raiol começava a elaborar aquele que seria o seu maior desafio intelectual, reconstituir a história dos diversos “motins” deflagrados na Amazônia entre as décadas de 1820 e 1830. A realização dessa obra intitulada *Motins Políticos*, que iria de fato caracterizar a “estréia auspiciosa de Domingos Antônio Raiol, no campo vasto das letras históricas”²³, se constituiu em tarefa árdua, demandando aproximadamente 25 anos (1865-1890), na pesquisa e publicação de cinco tomos. De acordo com o Barão, esse estudo seria dividido em três partes:

A primeira compreende os sucessos ocorridos desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil. A segunda compreende os sucessos ocorridos desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I. A terceira, enfim, compreende os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de Abril de 1835.²⁴

Por meio dessa subdivisão, Raiol discorreu sobre o período que considerava o “mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais freqüentes as convulsões populares”.²⁵ Através da investigação desses acontecimentos, ele objetivava “compreender – a partir dos jogos da política

²¹ VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros (1877-1885)*. Belém: Editores Tavares Cardoso. 1889. p. 6

²² *Idem Ibidem*. p. 6.

²³ CRUZ, Ernesto Horácio da. Domingos Antônio Raiol (Barão do Guajará) patrono da cadeira nº 13. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. XIV, Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1966/1967. p. 134

²⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed., Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. Vol. I. *Op. Cit.* p. 7.

²⁵ *Idem, Ibidem*. p. 7.

e dos políticos imperiais – os erros e acertos que teriam levado a Amazônia, em especial o Pará a querer separar-se do Brasil e depois se associar a ele novamente”.²⁶ Essa obra, além dos eventos políticos e sociais presentes, representou também os percalços e experiências pessoais de seu autor em seu longo processo de escrita e publicação dos respectivos volumes.

Nos anos subsequentes, ao mesmo tempo em que iniciava a elaboração de *Motins Políticos*, interagiu cada vez mais com salões e associações em Belém e no Rio de Janeiro, onde se concentrava boa parte dos membros do restrito círculo intelectual imperial, como será observado no próximo tópico.

CONTATOS INTELECTUAIS E A CONTINUIDADE DA ESCRITA DE MOTINS POLÍTICOS

Durante os prósperos anos de 1870 a 1890, o impulso econômico gerado pelas exportações da goma elástica, foi responsável por promover as “bases das sociedades identificadas com a *Belle Époque* amazônica, quando as elites do Pará e do Amazonas – favorecidas pela crescente aplicação da borracha na indústria automobilística – ganham visibilidade nacional e internacional”.²⁷ Nesse contexto, nasceria na Amazônia uma pequena, mas atuante elite letrada possuidora de uma vida cultural caracterizada por almejar acompanhar o desenvolvimento socioeconômico da região e aproximá-la das nações consideradas “civilizadas”.²⁸ Essa intelectualidade regional, preocupava-se, sobretudo em apagar diante do Império que se estruturava melhor a mácula da Cabanagem e em buscar meios – como a abertura do Amazonas à navegação internacional²⁹ –

²⁶ RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia. Op. Cit.* p. 30.

²⁷ DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar Ed, 2000. p. 8

²⁸ De acordo com Norbert Elias, o termo civilização, começou a ser gradualmente utilizado pelos círculos nobres, letrados e burgueses europeus a partir de finais do século XVIII, para designar sinteticamente uma série de costumes, comportamentos e condições de uma sociedade como o todo. Posteriormente, passou a distinguir ou comparar povos e nações como “civilizadas” ou “bárbaras” e para expressar as diversas formas de desenvolvimento científico ou artístico dos povos. No Brasil, o termo “civilização”, adaptado realidade escravista foi amplamente utilizado no século XIX, cujas elites vislumbravam na França ou Inglaterra os principais “modelos” de “civilização” a serem imitados. Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁹ Implementado através de um decreto de 7 de dezembro de 1866, apoiado em grande parte pelos deputados pertencentes ao Partido Liberal, o projeto de Abertura do rio Amazonas a livre navegação internacional contribuiu entre outros aspectos para a expansão econômica da região, com a introdução sistemática de navios a vapor de diversos países. Ver: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade de navegação do Amazonas; relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

que pudessem levar a região a progredir dentro da paz imperial de D. Pedro II. É no seio desta elite, de suas relações políticas com o Império, com o perigoso mundo dos escravos de origem africana em Belém e o nascente emancipacionismo³⁰, com a Guerra do Paraguai que pouco mais tarde explodiria, pode-se perceber o berço do pensamento político e intelectual de Domingos Antonio Raiol. Ele nasceu na Cabanagem, estudou na penúria do que se seguiu a ela e tornou-se um intelectual respeitado e um político prestigiado no momento em que a economia Amazônica dava sinais de se tornar muito próspera com a borracha e que o mundo da escravidão africana sucumbia.

Assim, ao mesmo tempo em que o comércio da borracha ganhava gradativamente relevância no exterior, o desenvolvimento cultural de Belém podia ser observado entre outros aspectos pelo surgimento de inúmeras casas de diversão e encontros intelectuais como o “Café Chic, Café da Paz (local preferido de reuniões para discussão política), Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madri e Café Riche”.³¹

Nesses espaços, as relações intelectuais entre os membros das elites amazônicas, nas quais Raiol possuía um papel cada vez mais incisivo, misturavam muitas vezes reflexões e discussões que envolviam áreas variadas como: literatura, poesia, história, ciência e política, gerando muitas vezes opiniões inusitadas e escritos que caracterizam Raiol como um autor “polígrafo”³² preocupado com o desenvolvimento da produção literária no Pará.

Uma interessante situação para a compreensão desses aspectos ocorreu em 1868. Naquele momento, quando Raiol ainda iniciava seu caminho intelectual e institucional, ele demonstrou suas preocupações com o futuro da produção artística no Pará. Através de um texto de sua autoria, publicado no prefácio da obra “Monodias” de Vilhena Alves, Raiol culpava os efeitos danosos da atividade política como supostamente responsáveis por impedir a revelação de novos escritores e poetas no Pará:

Entre nós ainda pouco se cuida de ilustrar o espírito; o brilho do renome domina talvez menos do que o ouro. Ha mais de 200 anos que vivemos e quais são os homens que se têm enobrecido por trabalhos literários? Todas as províncias têm tido, mais ou menos, seus juriconsultos, seus publicistas, seus poetas. Mas o Pará, até hoje, que nome oferece, a par de Dirceu, Magalhães, Dias e outros? A polí-

³⁰ Sobre este mundo abolicinista nesta segunda metade do século XIX na Amazônia ver: BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil. Grão-Pará: 1859-1888). Tese de Doutorado. PUC/SP, 2009.

³¹ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu, 2002. p. 82.

³² RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia. Op. Cit.* p. 29.

tica, a infernal política, absorve tudo no império; é uma verdadeira esponja, que embebe todos os talentos.³³

O trecho escrito por Raiol, inserido em uma obra de poesias, se constitui num documento importante por vários motivos. Primeiramente por revelar outra faceta desse intelectual, quase sempre observado em seus papéis de político e historiador, mas que também era mais do que simpático à literatura e à poesia. Além disso, ele permite verificar as relações do Barão de Guajará com a intelectualidade paraense de seu tempo, independentemente da opção artístico-literária. E, por fim, deixa transparecer a insatisfação desse autor com as supostas consequências negativas do monopólio da atividade política em relação à produção intelectual paraense e brasileira.

Apesar de adotar uma postura crítica aos efeitos asfixiantes da política sobre a atividade intelectual em Belém, Raiol atuava como político durante boa parte do seu tempo. Ferreira Penna expressa que ele, por vezes interrompia “a continuação dos seus *Motins Políticos do Pará*”, por conta de “comissões políticas e administrativas a que tem sido chamado”.³⁴ Além disso, mesmo se opondo os supostos “impactos danosos” da atividade política para a produção literária, histórica e poética paraense, ele percebia a relevância do papel de pessoas como os historiadores e poetas, especialmente no mundo político. Isto pode ser notado em uma nota citada pelo Barão na obra *Motins Políticos*:

Quem quer que for bom historiador deve ter uma dessas duas principais qualidades: ser político ou poeta em que fala Felinto Elisio - homem que vive de medir linhas curtas e compridas, mas poeta d' alma e de sentimento, escreva prosa ou verso, chame-se Schiller ou Chateaubriand, Homero ou Platão.³⁵

Acreditando que as atividades de historiador e político eram complementares, Raiol reforçava por meio dessas palavras que as narrativas sobre o passado não deveriam ser produzidas apenas com objetivos de elaborar textos que reunissem fatos que atendessem a perspectivas políticas, sociais e ideológicas específicas, mas que também fossem permeadas pelos “sentimentos”, “elegância” e “sutileza” presentes muitas vezes na poesia e na literatura ficcional. Além disso, o fato de Raiol utilizar poesias como forma de legitimar suas opiniões deixa transparecer duas perspectivas aparentemente distintas, mas que interagem entre si. Primei-

³³ RAIOL, Domingos Antônio. Apud AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura Paraense*. 3ª Ed. Belém: SECULT. 1990. p. 42.

³⁴ PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Vol. II, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. p. 217

³⁵ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. *Op. Cit.* p. 412.

ramente ajudava a reafirmar o estilo ilustrado de sua escrita entre os membros da sociedade intelectualizada na época, e por último consistia em demonstrar pensamentos e leituras, pertencentes a áreas diversas, que este historiador tinha acesso.

Ainda que se envolvendo com as atividades de político e historiador, Raiol manteve-se constantemente presente em eventos, associações e salões, que mesclavam atribuições intelectuais e políticas, como por exemplo, durante o episódio da fundação em “7 de setembro de 1879”³⁶ da “*Sociedade 15 de Agosto*, cuja finalidade cívica era festejar anualmente a adesão do Pará a independência nacional”³⁷, e que “participava ativamente dos festejos comemorativos”³⁸ desse acontecimento.

O processo de formação e organização dessa sociedade teve a participação direta de Raiol, que se constituiu em uma de suas lideranças e referências. A sessão inaugural da *Sociedade 15 de Agosto* ocorreu no “solar da família Raiol (...) a uma hora da tarde, ali estavam reunidos os cidadãos: Domingos Raiol, José Henriques Cordeiro de Castro, Manuel Roque Jorge Ribeiro, Bernardino de Sena Lameira, Joaquim Vitorino de Sousa Cabral, José Antônio Ernesto Pará Assu”³⁹ entre outros. Essa sociedade, que tinha em Raiol a figura do “pioneiro da ideia de fundação daquele centro cívico”⁴⁰, não se limitava aos encontros realizados em ambientes fechados, na “noite de 14 de agosto, véspera do magno acontecimento, costumava a sociedade realizar uma grande procissão cívica, que percorria diversas ruas de Belém”.⁴¹ Além dessas ações, é válido salientar que essa sociedade teve como “primeiro presidente (...) o historiador Domingos Antônio Raiol, mais tarde agraciado com o título de Barão do Guajará”⁴², que no momento inaugural da mesma, pronunciou as seguintes palavras:

No altar da Pátria, devem calar as paixões partidárias que amesquinham os espíritos para dar lugar aos impulsos generosos do patriotismo que engrandecem os sentimentos. No banquete social em que a família paraense se reúne para festejar o primeiro dia de sua vida política, há e deve haver assento para todos os patriotas.⁴³

³⁶ CRUZ, Ernesto Horácio da. *Procissão dos séculos: vultos e episódios da história do Pará*. Belém: Imprensa Oficial 1952. p. 125.

³⁷ *Idem, Ibidem*. p. 125.

³⁸ CRUZ, Ernesto Horácio da. Domingos Antônio Raiol (Barão do Guajará) patrono da cadeira nº 13. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. XIV, Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1966/1967. p. 137

³⁹ CRUZ, Ernesto Horácio da. *Procissão dos séculos*. *Op. Cit.* p. 184

⁴⁰ *Idem, Ibidem*. p. 184.

⁴¹ *Idem, Ibidem*. p. 185.

⁴² *Idem, Ibidem*. p. 125.

⁴³ RAIOL, Domingos Antônio. Apud RÊGO, Clovis da Silva de Moraes. Obras de Domingos Antônio Raiol. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Tomo XII, Belém: SECDET, 1981. p. 328.

O trecho do discurso expressado por Raiol em 1879, momento no qual o Império brasileiro já convivia com críticas dos movimentos: abolicionista e republicano, se constitui em um indicativo de que muitas das associações, criadas nos salões frequentados pela elite do país, não possuíam objetivos unicamente intelectuais, mas também adequavam-se aos anseios políticos específicos de seus participantes.

Raiol, que vivenciava na época o auge de sua carreira política pelo Partido Liberal, aproveitava os vários encontros para reverenciar o regime Imperial e, ao mesmo tempo, tentar através das comemorações do dia “15 de Agosto” (no Pará), data correspondente à Adesão da província à monarquia brasileira, apaziguar a crescente oposição ao governo de D. Pedro II que se formava em solo paraense, pois naquele período já eram comuns a ocorrência de diversas “polêmicas e disputas entre os vários agrupamentos políticos”⁴⁴ no Pará, favoráveis ou não ao Governo de D. Pedro II, embora na cidade de Belém, o primeiro clube republicano só fosse fundado oficialmente em “11 de abril de 1886”.⁴⁵

O apoio de Raiol ao movimento destinado a homenagear o dia “15 de Agosto” não foi bem recebido por muitos membros da intelectualidade da época. José Veríssimo, responsável já naquele contexto pela realização de algumas críticas à monarquia, afirmou em sua obra *Estudos brasileiros* que através dessa data o “Pará fez apenas papel de méro figurante – e ainda assim, sinão a contragosto, um pouco obrigado – na comédia política que representava o paiz – comédia pela qual não tenho a mínima admiração, como também não a tenho pelos protagonistas, que pelos comparsas”.⁴⁶

Raiol parecia não abater-se com essas críticas, e, no início da década de 1880 aproximava-se cada vez mais do regime monárquico e do próprio D. Pedro II. Naquele contexto, esses encontros e reuniões envolvendo intelectuais, eram possivelmente facilitadores dessa convivência, pois os realizados no Rio de Janeiro envolviam os altos figurões da Corte e até possivelmente o próprio Imperador, que além de “mecenas da sciencia”⁴⁷ e ativo “frequentador de exposições, expedições e reuniões de cunho científico”⁴⁸, também se constituía num assíduo participante de:

Salões literários, alguns de caráter essencialmente mundano, com grande pompa e luxo; outros mais modestos; todos refletindo, po-

⁴⁴ NETO, José Maia Bezerra. *O passado colonial através de José Veríssimo*. In: *Terra Matura*. Op. Cit. p. 41.

⁴⁵ MEIRA, Octávio. *A primeira república no Pará; desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de estado de 1891*. Belém: Falangola, 1981. p. 15.

⁴⁶ VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros*. Op. Cit. p. 221.

⁴⁷ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 30-31

⁴⁸ *Idem, Ibidem*. p. 31.

rém, a influência européia. (...) Se havia barões e condes de poucas letras, a grande maioria da nobreza imperial era de homens cultos, amigos das artes e da literatura.⁴⁹

É difícil precisar o dia a dia de Raiol neste meio intelectual e literário. Afora sua inclusão na lista de Veríssimo, pouco sabemos, por exemplo, sobre a proximidade entre Raiol e D. Pedro II. O que é certo é que algum prestígio deveria existir, já que Raiol passou a receber Mercês e nomeações do Imperador entre finais da década de 1870 e início dos anos de 1880. Pedro II o nomeou consecutivamente para a presidência de três províncias e o congratulou com o título nobiliárquico de Barão de Guajará, consolidado por meio da seguinte Carta:

Dom Pedro, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, faço saber aos que esta Minha Carta virem que, querendo distinguir e honrar o Bacharel Domingos Antônio Raiol: Hei por bem fazer-lhe mercê do título de Barão de Guajará. E quero e mando que o dito Bacharel Domingos Antônio Raiol daqui em diante se chame Barão de Guajará e que com o referido título goze de tôdas as honras, privilégios, isenções, liberdades e franquezas que hão e têm, e de que usam e sempre usaram os Barões, e que de direito lhe pertencem. E por firmeza que dito é, lhe mandei dar esta Carta a qual será selada com as Armas Imperiais.⁵⁰

Embora fosse notório que a concessão de um título nobiliárquico no Império do Brasil envolvesse altos valores econômicos na época e as “cartas de mercês para títulos de tratamento”⁵¹, como a presente acima, “custavam pequenas fortunas”⁵², a aquisição da “mercê honorífica” de Barão de Guajará, pouco era vislumbrada por parte de Raiol a partir de seus custos. Assim, evidentemente Raiol tinha conhecimento da dificuldade que um intelectual ou político da região Norte possuía para adquirir alguma forma de titularidade nobiliárquica, pois segundo Arthur César Ferreira Reis na “Amazônia os integrantes da vida política, social e econômica vinham sendo tratados sem a devida consideração, não tendo merecido a homenagem pública do imperador, apenas se lhes fizera

⁴⁹ BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 80.

⁵⁰ Carta pela qual Vossa Majestade Imperial há por fazer mercê ao Bacharel Domingos Antônio Raiol do título de Barão do Guajará. Documentário. In: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol – Barão de Guajará*. Belém, GRAFISA. 1970. p. 418.

⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 172

⁵² *Idem, Ibidem*. p. 172.

em número bastante reduzido”⁵³. Além disso, na perspectiva de Raiol, caracterizada por acreditar na “aristocracia como o governo dos melhores”⁵⁴, a condição de Barão de Guajará representava uma grande “honra”, não apenas por aproximá-lo de D. Pedro II, como também pela mesma simbolizar uma forma de “recompensa aos serviços prestados a pátria”⁵⁵, ocasionando uma vitória importante nos campos intelectual, social e político.

Socialmente, o Barão do Guajará abria novas possibilidades de contatos e amizades mais próximos com as elites da Corte. No aspecto político, o prestígio de Domingos Antônio Raiol se tornou ainda mais evidente, principalmente na região Norte, que contava com pouquíssimas pessoas portadoras desses títulos; e no âmbito intelectual, o acesso aos salões, associações e círculos letrados ficava ainda mais facilitado.

Naqueles espaços, Raiol não se constituía apenas em mero frequentador, ele também possuía um papel ativo tanto na capital do Império, onde funcionava, por exemplo, o salão do paraense “jornalista e escritor Inglês de Souza, na Rua São Clemente”⁵⁶, quanto em sua residência localizada no centro de Belém, um dos principais pontos de reuniões da sociedade paraense no período. Habitualmente reuniam-se em “datas familiares, provinciais e nacionais, os titulares do Império aqui residentes, as famílias nobres daquele tempo, homens cultos, parlamentares de prestígio, médicos, advogados, sacerdotes, militares”⁵⁷ entre outros. Foi nesse ambiente caracterizado pela intensificação de encontros e reuniões envolvendo a “boa sociedade” regional ou nacional que Domingos Antônio Raiol deu continuidade a escrita e publicação dos sucessivos tomos da obra *Motins Políticos*, inserindo possivelmente muitas das ideias debatidas nesses ambientes sociais em seu texto.

O sucesso da narrativa de *Motins Políticos* no seio das elites letradas foi significativo, pois já em 1885, momento no qual o Barão de Guajará ainda não havia publicado o último tomo desse estudo, José Veríssimo expressava que todo “escriptor que enceta uma obra do gênero d’aquella do Sr. Raiol contráe com o publico uma obrigação moral de, salvo caso de força maior, leval-a ao cabo. Este incontestavel preceito de alta moralidade litteraria, não o desconhece o Sr. Raiol”.⁵⁸

⁵³ REIS, Artur César Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 176-177.

⁵⁴ RAIOL, Domingos Antônio. O Brasil Político. In: *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 181.

⁵⁵ *Idem*, *Ibidem*. p. 181.

⁵⁶ LEE, Anna. *O sorriso da sociedade: intriga e crime no mundo literário da belle époque*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2006. p.138.

⁵⁷ CRUZ, Ernesto Horácio da. *Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 137.

⁵⁸ VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros*. Op. Cit. p. 203-204.

Alguns anos após essas frases de Veríssimo, a República era iniciada no Brasil e a vida intelectual, até então sob hegemonia da corte sobre as demais províncias, aspecto resultante “em parte da centralização política”⁵⁹, começava a sofrer uma ruptura significativa. Durante o episódio de proclamação da República no Pará, a residência do Barão de Guajará, antigo “palco” de várias reuniões e encontros envolvendo a intelectualidade paraense, também se constituiu num espaço importante, pois serviu de refúgio para o último presidente provincial no Pará, Silvino Cavalcante, que durante o desenrolar dos acontecimentos que originaram a República em Belém, foi “cavalheirescamente acompanhado de Paes de Carvalho, supremo Chefe Republicano, desembargador José de Araújo Roso Danin, juiz de direito efetivo da capital, e de Joaquim Vitorino de Sousa Cabral, (...) hospedar-se no sobrado do velho liberal Domingos Antônio Rayol, Barão do Guajará”.⁶⁰

Contemporaneamente ao início da República no Brasil, Domingos Antônio Raiol publicava o último tomo de *Motins Políticos*, obra que expressava vivamente o ar dos debates, ações e discussões político-sociais vivenciadas no dia-a-dia por seu autor. Ademais, muito além de encontros intelectuais, essa narrativa do Barão de Guajará foi originada a partir do contato com livros e periódicos diversos, como será visto no próximo tópico.

UM BARÃO ENTRE LIVROS E JORNAIS

Predominantemente lembrado como o autor de *Motins Políticos*, Raiol não se restringiu durante o processo de elaboração dessa obra a participação em eventos de cunho intelectual e político. Além do envolvimento direto com a “boa sociedade”, esse autor também teve participação em diversos órgãos de imprensa em Belém, se constituindo, de acordo com o *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1867), em um “distincto collaborador da imprensa periodica, tem publicado muitos e conceituosos artigos nos jornais de sua provincia”⁶¹ escrevendo colunas ou artigos em periódicos como:

Diário de Belém, o Liberal, A Província do Pará, o Diário de Notícias e o Diário do Gram - Pará, bem como os que deixou no precioso espólio das Revistas locais de seu tempo (Revista da Sociedade de Estudos Paraenses - Tipografia do Diário Oficial, Pará, 1894 - a

⁵⁹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. Op. Cit. p. 97.

⁶⁰ MEIRA, Octávio. *A primeira república no Pará*. Op. Cit. p. 53.

⁶¹ SILVA, Inocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo IX, Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 136.

cujo corpo redacional pertenciam vultos da envergadura de Vilhena Alves, João Branco Pinheiro, Antônio Passos de Miranda Filho, Marcos Antônio Nunes e Bertino de Miranda Lima; A Revista - Magazine Ilustrado (...) de quem eram expressivos colaboradores Fran Pacheco, João de Deus Rêgo, Paulino de Almeida Brito, João e Antônio Marques de Carvalho, Barroso Rebelo, Acrísio Mota, Frederico Rhossard, Guilherme de Miranda, Teodoro Rodrigues Augusto Corrêa Pinto, Cantidiano Nunes e outros; e Revista Amazônica (...) uma das melhores que já circularam nesta terra, cuidando de ciência, arte, literatura, filosofia, viagens, economia e política, e da qual o grande José Veríssimo foi um dos operosos diretores, ao lado de Clementino José Lisboa, Joaquim Inácio Amazonas d'Almeida, José Cardoso Coimbra e Dr. Paes de Carvalho.⁶²

A produção sistemática de colunas, resenhas e artigos por parte de Domingos Antônio Raiol em jornais e periódicos, como por exemplo, na “*Revista da sociedade de estudos paraenses*, impressa nas oficinas do Diário Oficial”⁶³, na qual o Barão publicou alguns volumes do estudo: “*Um capítulo da história colonial do Pará*”⁶⁴, funciona como um indicativo das conexões desse autor em conjunto com uma pequena elite letrada de Belém, quanto à difusão das concepções científicas em voga no período.

Vale ressaltar que a imprensa paraense teve um relevante papel no plano intelectual da região em finais do século XIX, constituindo-se em um dos espaços de “desenvolvimento da cultura e literatura, agasalhando entre os seus redatores e colaboradores, o que havia de melhor na elite cultural da terra, nomes que chegaram a alcançar grande projeção na vida política, científica e nas letras do Pará”.⁶⁵ Essa experiência em associações político-culturais, publicação de colunas e artigos em jornais e revistas foi relevante para o crescimento da “bagagem” intelectual de Domingos Antônio Raiol no meio social regional e nacional de sua época, pois aproximou esse autor paraense de outros intelectuais, favorecendo sua penetração no seletivo grupo letrado que existia no país durante o Império.

Outra consequência dessa interação de Raiol com escritores, poetas, historiadores e jornalistas foi o contato com uma grande variedade de obras que circulavam no Brasil durante as últimas décadas do século XIX. Aspecto que se refletiu nas páginas de seu livro *Motins Políticos*. Assim, outro meio en-

⁶² MEIRA, Clovis. ILDONE, José. CASTRO, Acyr (Orgs.). *Introdução à Literatura no Pará*. Vol. I. Op. Cit. p. 325.

⁶³ *Idem Ibidem*. Vol. II. p. 73.

⁶⁴ *Idem Ibidem*. Vol. II. p. 74.

⁶⁵ *Idem Ibidem*. Vol. II. p. 72.

contrado pelo Barão de Guajará para conhecer as novas idéias em circulação foi o acesso a uma variedade de leituras difundidas no Brasil da segunda metade do século XIX, portadoras de concepções políticas, sociais e filosóficas, grande parte delas originárias da Europa e de difícil acesso.

Ao inserir na narrativa de *Motins Políticos* pensamentos sociais e políticos que acreditava serem os mais apropriados para explicar o processo de lutas e rivalidades que haviam abalado a Amazônia entre as décadas de 1820 e 1840, o Barão de Guajará expressava a experiência de leituras e estudos em uma bibliografia composta de autores nacionais e estrangeiros que simbolizavam o conhecimento científico de seu tempo. Dessa forma, Raiol pode ser considerado um típico representante dessas elites políticas e intelectuais, imperial e republicana nos últimos anos do século XIX e início do XX. Além das relações político-pessoais que conservava com a “boa sociedade”, procurava manter-se constantemente atualizado com as novas ideias e escritos em voga no período, se constituindo num assíduo leitor e conhecedor do pensamento europeu e nacional de *fin du siècle*.

Informado sobre os trabalhos científicos, históricos e literários publicados, Domingos Antônio Raiol acompanhou de forma intensa a difusão de novas concepções políticas e sociais, apresentando no livro *Motins Políticos* opiniões que demonstravam essa perspectiva.

A diversidade e quantidade de obras citadas em seus estudos pode ser considerada um indicativo dessa interação, ao reunir uma grande multiplicidade de livros pertencentes a autores ligados a temas regionais, nacionais, dicionários, enciclopédias etc. Como pode-se observar na tabela a seguir:

Autores, títulos e tipologia de algumas obras citadas por Raiol em *Motins Políticos*.

Nº	AUTOR	OBRA	CATEGORIA
1	Antônio Ladislau Monteiro Baena	<i>Compêndio das Eras da Província do Pará e Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará</i>	Est. regional
2	Bernardo Pereira de Berredo	<i>Anais históricos do Maranhão</i>	Est. regional
3	Francisco de P. Brito	<i>Juízo sobre a corografia paraense de Inácio Acioli de Cerqueira</i>	Est. regional
4	Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva	<i>Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Gram-Pará</i>	Est. regional

5	Ferreira Pena	<i>O Tocantins e o Amapá</i>	Est. regional
6	José Veríssimo	<i>Scenas da Vida Amazônica</i>	Est. regional
7	Abreu e Lima	<i>Compendio da historia do Brasil</i>	Est. nacional
8	Manuel Joaquim de Menezes	<i>Exposição histórica da Maçonaria no Brasil</i>	Est. nacional
9	Pereira Leal	<i>Correção à história do Brasil</i>	Est. nacional
10	Tavares Bastos	<i>Cartas do Solitário</i>	Est. nacional
11	A. J. Macedo Soares	<i>Liberdade religiosa no Brasil</i>	Est. nacional
12	João Manuel Pereira da Silva	<i>Historia da fundação do Imperio brasileiro</i>	Est. nacional
13	João Manuel Pereira da Silva	<i>Historia do Brasil de 1831 a 1840</i>	Est. nacional
14	Luiz Francisco da Veiga	<i>O Primeiro Reinado estudado à luz da sciencia ou a revolução de 7 de abril de 1831, justificado pelo direito e pela história</i>	Est. nacional
15	François-René Chateaubriand	<i>O Gênio do Cristianismo</i>	Lit. estrang.
16	C. B. Mansfield	<i>Ensaio Crítico sobre a viagem ao Brasil em 1852</i>	Obra de viagem
17	J. F. de Lisboa	<i>Apontamentos para a história do Maranhão</i>	Obra de história
18	L. Agassiz	<i>Conversações Scientificas sobre o Amazonas</i>	Obra de viagem
19	J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe	<i>Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil, 1 ed.1845</i>	Dicionário
20	Bergier, L'abbé	<i>Dictionaire de teologie</i>	Dicionário
21	Robert Southey	<i>História do Brasil</i>	Dicionário
22	Tácito	<i>Anais</i>	Obra geral

Tabela por mim organizada a partir da bibliografia presente ao longo da obra *Motins Políticos*, em todos os seus volumes. Ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos. Op. Cit.*

Essa pequena parcela conhecida do acervo bibliográfico disponível ao Barão de Guajará, portador de uma das maiores bibliotecas⁶⁶ particulares no Pará de seu tempo e um dos “doadores mais avultados”⁶⁷ do *Arquivo Público do Pará*

⁶⁶ Apesar da aquisição de algumas informações importantes relacionadas ao acervo da biblioteca pessoal de Domingos Antônio Raiol, não foi possível o acesso direto a mesma, em razão do Solar onde ela se localiza, antiga moradia do Barão e atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, encontrar-se fechado aos pesquisadores, em virtude de uma ampla restauração realizada sob a égide do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (IPHAN).

⁶⁷ *Annaes da bibliotheca do Archivio Publico do Pará*. Tomo primeiro. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902. p. XV.

(APEP), simboliza uma prova da constante interação que esse intelectual tinha com variadas ideias político-sociais que circulavam no Brasil durante a segunda metade do século XIX.

Foram os contatos com as concepções desses autores, expoentes de pensamentos difundidos tanto na Europa como no Brasil, que possivelmente auxiliaram Raiol a construir os textos de seus diversos estudos, particularmente *Motins Políticos*, apresentando referenciais teóricos e metodológicos que expressavam suas vivências político-sociais. Uma parte dessas leituras influenciou o Barão em seus métodos de pesquisa e investigação histórica, que tinham como característica a valorização do uso de documentos oficiais na intenção de apresentar a narrativa histórica como “verdade” e “lição” para as gerações futuras, aproximando-se do historicismo/positivismo em voga no período.

Nesse sentido, a perspectiva de Raiol em buscar a “verdade histórica”, aliada a uma vasta pesquisa documental por vezes parece aproximar da narrativa de *Motins Políticos* dos métodos de pesquisa e concepções do historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-1886), “maior e mais importante entre os historiadores e teóricos alemães da história do século XIX”⁶⁸ e responsável pela produção de trabalhos históricos que valorizavam a identidade nacional da pátria alemã, e para quem a história permitia “a visão de determinado momento, em sua realidade, em sua evolução específica (...) de um ponto de vista isento”.⁶⁹

Para Ranke, a “História Universal não apresenta apenas o espetáculo de combates fortuitos, ataques recíprocos, Estados e povos que se sucedem”⁷⁰, ela se constitui numa área de conhecimento muito mais ampla, pois, mesmo baseada no “estudo de novas fontes”⁷¹, particularmente na documentação oficial produzida nos gabinetes e assembleias dos estados nacionais, as percepções e investigações de Leopold Von Ranke em relação à narrativa histórica não se limitaram aos acontecimentos políticos, pois esse intelectual alemão escreveu sobre “a Reforma e a Contra-Reforma (...) não rejeitou a história da sociedade, da arte, da literatura ou da ciência”.⁷²

⁶⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. Trad. Bernardo Leitão... [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 89.

⁶⁹ RANKE, Leopold von. *Leopold von Ranke: história* / organizador Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1979. p. 146.

⁷⁰ *Idem Ibidem*. p. 179.

⁷¹ STONE, Lawrence. *O resurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: Revista de história. São Paulo: UNICAMP. 1991. p.15

⁷² BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997. p. 18

Não é difícil perceber a valorização das fontes documentais de origem oficial nas páginas do livro *Motins Políticos*. Seu autor, o Barão de Guajará, ressaltou em diversos momentos de sua narrativa a busca constante por uma “verdade dos fatos”⁷³, como enfatizou que sua pesquisa demandou muita dedicação pelo excessivo tempo nas visitas em “secretarias e arquivos públicos, na tradição e documentos, as searas abandonadas à voracidade dos daninhos e dos tempos”⁷⁴. Por vezes ainda Raiol, tal como afirmava Ranke pensava em uma história diplomática, só que no caso de Raiol seria aquela que estabelecia a relação entre o Pará e as demais províncias e que buscava um certo equilíbrio nacional e internacional.⁷⁵

Domingos Antônio Raiol, contudo, também, por vezes parece especialmente no último tomo de sua obra, que foi tocado pelo contato por ideais que chamaríamos de “Positivistas”. Sua fé nos documentos oficiais, nos homens de letras e na educação como agentes do progresso era muito ampla. Como enfatiza Francisco Falcon no século XIX os historiadores da escola metódica e positivistas insistiam em:

Distinguir a verdade histórica da ficção literária a partir da separação entre dois tipos de fatos – os verdadeiros, que podem ser comprovados, e os falsos, de comprovação impossível. Logo, a história – história política, como vimos – é ciência e não arte, consistindo a tarefa do historiador não evocar ou reviver o passado, como desejavam os românticos, mas sim em narrar/descrever os acontecimentos desse passado *tal como eles realmente se passaram*.⁷⁶

Como ressaltava Jacques Le Goff, o método adotado para alcançar essa “exatidão” na narrativa histórica centrava-se na chamada “escola metódica ou positivista”, desenvolvida ao longo da segunda metade do século XIX, e que se caracterizava por valorizar a lógica na qual “todo o historiador que trate de historiografia (...) recordará que é indispensável o recurso ao documento”⁷⁷, aqui compreendido em fontes como “memórias, diários, cartas, informes diplomáticos e narrativas originais dos testemunhos visuais”.⁷⁸

⁷³ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III . *Op. Cit.* p. 939.

⁷⁴ *Idem ibidem*. Vol. II. p. 414.

⁷⁵ *Idem ibidem*. Vol. II. p. 414.

⁷⁶ FALCON, Francisco. *História e poder*. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História*. *Op. Cit.* p. 66.

⁷⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. *Op. Cit.* p. 529.

⁷⁸ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Trad. Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006. p. 110.

No tocante a perspectiva da elaboração de uma pesquisa “imparcial” com fontes escritas oficiais visando a “verdade histórica”⁷⁹, as evidências indicam que o texto do Barão do Guajará teve perceptivelmente vários pontos de ligação com o modelo proposto por Leopold von Ranke e seus “seguidores” Ernest Lavisse, Fustel de Coulanges e Charles Seignobos, pertencentes ao historicismo francês que também “alimenta-se, em grande parte, na escola historiográfica alemã (...) que delas extraíram as bases teóricas”⁸⁰ cujos trabalhos se caracterizaram por serem “mais intolerantes que o mestre”⁸¹ em razão de excluírem a “história não-política da nova disciplina acadêmica”⁸². Contudo Raiol, sobretudo nos tomos iniciais de sua obra ainda abrigava em sua narrativa o romantismo nacionalista, a tipologia subjetivista de seus personagens, fazendo algumas vezes notar nele um pouco de intelectuais como Jules Michelet na França. A grande diferença é que longe de visualizar no povo paraense e brasileiro ares revolucionários positivos, Raiol percebia na revolução paraense de 1835 as raízes desagregadoras da nação. Raiol era, pois, um romântico pouco revolucionário e isto certamente está ligado a sua experiência pessoal e de militância política no Pará Imperial. Mesmo assim sua obra também é romântica. Por vezes privilegiava a temática política em termos macros para entender um cenário paraense. Outras vezes, não tratava desse tema de forma “exclusiva”, enfocando também outros pontos muitas vezes desprezados pelos mais conhecidos historiadores metódicos de sua época, como por exemplo, em suas referências sobre a natureza, o negro, o índio e a mulher, no texto de *Motins Políticos*. Raiol, finalmente deve ser mais compreendido no domínio de fronteiras do que como discípulo direto de qualquer um destes teóricos.

Ademais, mesmo considerando a enorme riqueza de concepções e métodos abordados na narrativa do Barão de Guajará, não há como dissociar a elaboração dessa obra das ligações intelectuais, sociais e políticas vivenciadas por esse autor, que dividia sua vida profissional entre o exercício político e o campo intelectual.

Formado num ambiente marcado pelo pensamento romântico, e depois influenciado pelas ideias científicas difundidas nos livros, jornais e salões, Domingos Antônio Raiol é um historiador e não apenas um organizador de documentos sobre a Cabanagem como grande parte de seus críticos e analistas apresentaram até recentemente. Sua obra *Motins Políticos* pode ser carac-

⁷⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. *Op. Cit.* p. 211.

⁸⁰ DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Oliveria Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 66.

⁸¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. *Op. Cit.* p. 18.

⁸² *Idem, Ibidem*. p. 18.

terizada como a prova evidente dessa afirmativa, ao possuir em suas páginas uma grande variedade de pensamentos políticos, sociais, científicos e literários difundidos no Brasil ao longo do segundo reinado.

Finalmente, se o Império entrou em colapso e os títulos nobiliárquicos hoje nada mais valem que a simples lembrança de uma época, ainda há razões para se estudar homens como Raiol e sua obra *Motins Políticos*. O presente estudo ajudou a consolidar a história de um súdito de D. Pedro II, mas também analisou a obra de um historiador atento com os avanços e modernidades de uma época e, sobretudo um homem de Estado envolvido com as questões mais relevantes de seu mundo, desde os estilos narrativos da época até problemas sociais como a escravidão e imigração. Desta forma, analisar a obra de Domingos Antonio Raiol não é fazer um elogio a um “grande homem”, mas compreender, a partir da vida desta pessoa pública imperial, os meandros do poder político e suas articulações com o universo das letras durante a segunda metade do século XIX.

Capítulo 5



Márcio Couto Henrique

Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do Século XIX¹

AS IRMÃS DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Na segunda metade do século XIX, uma das principais festas religiosas de Belém do Pará era organizada pela mais popular das associações religiosas da cidade, a irmandade de São Raimundo Nonato, no bairro da Campina. Fundada em 1870 pelo mulato Leopoldino do Espírito Santo Figueira de Andrade, filho de uma negra alforriada, a referida irmandade era composta basicamente por negros escravizados e forros, em sua grande maioria mulheres. Realizava sua festa maior aos 31 de agosto, dia dedicado a São Raimundo Nonato pelo calendário católico.

Mas nem sempre foi assim. Nos primeiros anos da irmandade, os irmãos eram obrigados a fazer a festa não no dia 31, mas no domingo seguinte a essa data. Isso ocorria porque, sendo escravas a maior parte de seus membros, os senhores não lhes permitiam o dia útil da semana para participarem dos festejos do santo. Essa proibição gerava insatisfações nas irmãs por não poderem homenagear seu santo patrono no dia próprio para a sua festa.

¹ Esta é uma versão resumida e modificada da monografia que apresentei ao Departamento de História da Universidade Federal do Pará, em 1997 (Henrique, 1997). Agradeço as contribuições de Aldrin Figueiredo, Rafael Chambouleyron, Raimundo Heraldo Maués, Flávio dos Santos Gomes e Eurípedes da Cunha Dias.

Foi então que a mulata Lucinda Maria da Conceição, livre do cativeiro por alforria e que ganhava a vida vendendo tacacá e mingau pelas ruas de Belém, sendo eleita Juíza da festa, decidiu insurgir-se contra o rigor da classe senhorial: “propôs que a Irmandade pagasse aos senhores o trabalho das escravas no dia 31 de agosto”.² Arthur Vianna, que escreveu uma extensa descrição da irmandade de São Raimundo Nonato, interpretou a atitude de Lucinda como uma “ideia generosa” que encontrou todo apoio no espírito “filantrópico” dos senhores, que “foram pouco a pouco compreendendo a injustiça daquele pagamento e a necessidade daquele dia de folga: a ideia tornou-se praxe”.³ Dessa forma, a análise de Vianna acaba por reforçar a visão paternalista da escravidão no Brasil, supostamente marcada por relações harmoniosas entre senhores e escravos. Se a atitude de Lucinda teve algum sucesso, na ótica deste autor, foi devido à generosidade dos senhores, que aos poucos se conscientizaram do seu próprio rigor. Mais do que um “fato filantrópico”, a resolução do conflito entre as irmãs de São Raimundo Nonato e seus senhores aponta para um espaço de barganha entre senhores e escravos, no qual cada uma das partes procurava impor suas vontades, seus ritmos e interesses. A conquista do dia do santo não foi fruto apenas de uma concessão senhorial, mas de um embate político em que os devotos reivindicavam autonomia e reconhecimento social às irmãs escravas.

As inúmeras estratégias articuladas pelos escravos em suas confrarias põem por terra as ideias de que as irmandades de negros eram espaços sem qualquer tipo de consciência política ou que eram apenas uma concessão dos senhores. Se atitudes como a de Lucinda não foram pensadas ou colocadas em prática dentro de uma organização politicamente organizada ou voltada diretamente para o fim da escravidão, nem por isso podemos deixar de perceber nelas ações políticas que, de uma forma ou de outra, expressavam atitudes que confrontavam o trabalho escravo. Por outro lado, reconhecer os escravos como sujeitos históricos não significa retirar os senhores desta condição. Afinal se os senhores cedem diante de alguma reivindicação escrava é porque eles também estão articulando estratégias que lhes permitam manter o controle sobre os escravos. Uma das formas de reforçar o controle e enfraquecer as lutas escravas consistia em não reconhecer suas conquistas como tais, definindo-as como concessões generosas e paternais. Mas para os escravos, esse paternalismo se traduzia ou era reelaborado na forma de conquistas que precisavam ser mantidas como direitos adquiridos

² VIANNA, Arthur. “Festas Populares do Pará”. *Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará*, vol. 4 (1905), p. 381-82.

³ VIANNA, *op. cit.*, p. 381.

no campo de batalha da escravidão. Pouco a pouco impondo limites à vontade senhorial, os escravos iam fortalecendo sua luta por melhores condições de vida.

Destacando-se como um espaço privilegiado de socialização, a influência das irmandades religiosas se fazia notar nos mais variados momentos da vida social dos paraenses. Conforme observou Julita Scarano, “todos os acontecimentos, do nascimento até a morte, eram comemorados nas confrarias e quem estivesse fora delas seria olhado com desconfiança”.⁴ Não ser membro de uma irmandade poderia, por exemplo, gerar a “desconfiança” de que tal pessoa não se encaixava nos critérios exigidos para ser aceito como irmão, coisas como não ter “bons costumes”, “boa conduta moral e civil”, ser suspeito de “heresias” ou participar de seitas condenadas pela Igreja Católica.⁵ Mas além dessa “desconfiança”, não pertencer a nenhuma irmandade poderia trazer problemas de caráter mais prático, como não poder contar com a assistência médica e espiritual fornecida por essas associações. Diante disso, os escravos também procuraram se organizar em suas confrarias a fim de poderem expressar sua religiosidade, bem como aproveitar as vantagens que a condição de membros associados lhes conferia.

IRMANDADES, ESCRAVIDÃO E HISTORIOGRAFIA

As décadas de 60 e 70 constituem-se momentos fundamentais no que diz respeito à discussão sobre a escravidão brasileira. Nesse sentido, autores como Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes⁶, entre outros, preocupados em desmistificar o caráter paternal e benevolente da escravidão no Brasil, acabaram por cristalizar certa leitura da sociedade escravista brasileira que identificava a violência como o principal mecanismo de dominação e exploração do escravo. No bojo dessa discussão, em que se enfatizou a brutalidade das relações entre senhores e escravos, estes últimos acabaram por ser definidos como sujeitos que apenas “reagem” diante das tensões da escravidão. Em outras palavras, as ações escravas eram relegadas ao campo da “reação” ou “resistência” frente a uma ação inicial que seria sempre dos senhores, descaracterizando os escravos enquanto sujeitos históricos. Mais recentemente,

⁴ SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 37.

⁵ Esse tipo de proibição passou a ser mais comum nos compromissos de irmandades a partir da chamada Questão Religiosa (1872-1875).

⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil... as relações entre senhores e escravos são frutos das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração.⁷

Ao criticar a chamada “teoria do escravo-coisa”, historiadores como Célia Marinho de Azevedo, João José Reis, Sidney Chalhoub, entre outros, têm contribuído sobremaneira para o questionamento de certas interpretações históricas tradicionalmente aceitas a respeito da experiência escrava no Brasil.⁸

Entretanto, este novo olhar sobre a experiência escrava no Brasil pouco tem se manifestado na análise das irmandades organizadas por escravos. As noções de “experiência” e “classe” que utilizo têm como base as discussões levantadas pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson em muitos de seus trabalhos. De fato, a noção de experiência é um “termo ausente” em grande parte da bibliografia que trata da participação de escravos nas irmandades brasileiras. Presos a uma análise estrutural das irmandades e a seu funcionamento, grande parte dos autores acabou por enfatizar demasiadamente o caráter assistencialista e conservador dessas associações, o que os levou a vê-las como um espaço onde os escravos não apresentavam nenhum tipo de consciência política. Por não perceberem a experiência tecida pelos escravos, estes aparecem não como sujeitos históricos, mas como “coisas”. Ao contrário, se pensarmos as ações escravas em torno de suas devoções como experiência humana e, portanto, histórica,

os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos.⁹

⁷ LARA, Sílvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo: 1995. N. 12. PUC-SP, p. 43.

⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; CHALHOUB, Sydney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁹ THOMPSON, Edward. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1981, p. 182.

Conforme assinalou Thompson, as lutas de classes também estão permeadas por conflitos de valores, sendo que a experiência de classe também pode ser percebida na cultura, pelo embate entre padrões morais ou convicções religiosas. Isto porque os valores de um determinado grupo não surgem ou não se constroem independentemente do processo histórico. Daí porque o autor afirma que “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto de interesse (...), que toda luta de classes é ao mesmo tempo, uma luta acerca de valores”.¹⁰ Dessa forma, todos os embates no campo religioso aqui apresentados e discutidos se situam, ao mesmo tempo, no contexto dos embates políticos que marcaram as relações entre senhores, autoridades religiosas e escravos na sociedade paraense do século XIX.

Nesse sentido, as irmandades de escravos serão tratadas não como meras associações de caráter conservador e assistencialista, mas como espaços de atuação cultural e política onde os negros escravos construíram certa identidade de interesses, fruto da experiência comum - mas não uniforme - de exploração em que viviam. Trata-se, portanto, de pensar os escravos como sujeitos históricos que em suas irmandades compartilhavam interesses e experiências sociais, definindo a si próprios em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas.¹¹ Dessa forma, a consciência de fazer parte de uma classe com interesses específicos se constrói na própria experiência dos escravos. Afinal,

as classes acontecem ao viver os homens e as mulheres suas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais, com uma cultura e uma expectativa herdadas, e ao modelar estas experiências em formas culturais.¹²

Grosso modo, as obras que tratam das irmandades - geralmente no período colonial - apresentam certas ideias que necessitam, ao menos, de uma discussão mais aprofundada. Algumas dessas ideias estão presentes em duas obras que, embora não tão recentes, podem muito bem nos dar uma noção de como tem sido tratada a temática das irmandades escravas no Brasil: *Devoção e Escravidão*, de Julita Scarano que centrou sua pesquisa na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII¹³ e

¹⁰ *Ibidem*, p. 189-190.

¹¹ THOMPSON. *As peculiaridades dos Ingleses*. Campinas: UNICAMP, 1993, pp. 81-98 (Textos Didáticos do IFHC, nº 10).

¹² THOMPSON. *Tradición, Revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p. 38.

¹³ SCARANO, *op. cit.*

Os Leigos e o Poder, de Caio César Boschi que procurou analisar a presença das irmandades no interior das relações estabelecidas entre Igreja e Estado em Minas Gerais durante o século XVIII.¹⁴ Em linhas gerais, ambos parecem ter seguido os passos de pesquisadores como Florestan Fernandes definindo os escravos, “pela própria natureza de sua condição”, como uma “espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos (...)”.¹⁵

Conforme observou Dedival da Silva Brandão¹⁶, grosso modo, as abordagens feitas sobre a questão das irmandades de escravos no Brasil oscilam entre o enfoque socioassistencial, dado por certos autores a essas associações, ou entre o seu enfoque político dado por outros, porém vendo-as como meros mecanismos de cooptação pelos grupos dominantes, ou como associações resultantes de uma concessão senhorial.

O compromisso da irmandade do Glorioso São Benedito, organizada por escravos na igreja paroquial da Vila de Cintra (atual Maracanã) nos ajuda a repensar essa questão quando em seu artigo 14 determina que “o Tesoureiro e Escrivão serão nomeados de entre os senhores dos escravos Irmãos da confraria, e o Procurador poderá ser um dos irmãos ou escravo”.¹⁷

Seguindo a lógica do escravo “aríete” o citado artigo poderia ser interpretado como uma evidência da submissão e incapacidade dos negros de se auto-organizarem ou de serem sujeitos de sua própria história, na medida em que estariam “entregando” cargos fundamentais para o funcionamento da irmandade aos seus senhores. Ou então, a presença dos senhores nestes cargos seria vista como uma forma de controle, uma maneira de limitar a autonomia dos passivos confrades. Entretanto, pode-se pensar também que o recurso à classe senhorial para o preenchimento dos cargos de tesoureiro e escrivão pode ser pensado em termos de uma estratégia dos escravos confrades que sabiam muito bem as possíveis vantagens ou os possíveis ganhos que isso poderia trazer para a irmandade. Esses ganhos passam

¹⁴ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁵ FERNANDES, *op. cit.*, p. 16.

¹⁶ SILVA, Dedival Brandão da. “Religião e etnicidade na cultura popular: a Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança – Pará”. *Cadernos do CFCH*, nº 18 (1988), p. 26.

¹⁷ Arquivo do Cartório do Primeiro Ofício da Cidade da Vigia (ACPOCV). Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito na Igreja paroquial da vila de Cintra, 1856. Para atuarem dentro da legalidade, as irmandades precisavam ter seus estatutos, ou compromissos, como eram chamados, aprovados em instâncias civil e religiosa, obedecendo as prerrogativas do regime de Padroado vigente no Brasil. Na instância civil, os compromissos eram aprovados pelo presidente da província a partir de uma autorização que lhe foi conferida pela Assembléia Legislativa Provincial, em 1842. Mas antes da confirmação do presidente da província, os compromissos deveriam ser analisados e confirmados pelo bispo diocesano.

desde a questão do “status” que a presença senhorial poderia conferir à irmandade, até questões mais práticas como um maior brilho na festividade do santo (a contribuição financeira do senhor poderia ser maior) ou um maior poder de barganha em conflitos com o poder civil e/ou religioso. Não se trata aqui de expurgar o escravo do epíteto depreciativo de “aríete”, transferindo-o para o senhor, mas de apontar para um campo de possibilidades de análise da questão muito mais amplo.

Em *Os Leigos e o Poder*, Boschi reforça ou reproduz a ideia da coisificação do escravo, corroborando a concepção de Julita Scarano ao definir as irmandades de negros como as

únicas instituições nas quais os homens de cor podiam exercer, dentro da legalidade, certas atividades que pairavam acima da sua condição... onde esquecida a sua situação de escravo, poderia viver como um ser humano.¹⁸

O autor acaba por atribuir aos homens de cor uma dupla condição: em algumas situações o escravo se comportaria como “coisa”, em outras (dentro dos quadros das irmandades), ele “esquecia” que era escravo e passava a se comportar como ser humano. Em outra passagem, ao se referir à tentativa da Coroa de acomodar e integrar o negro escravo à sociedade colonial, Boschi afirma que tudo isso era “ideologicamente realizado de modo a não despertar a condição humana dos escravos ...”.¹⁹

Essas ideias traduzem uma visão muito homogênea da escravidão brasileira. Não se trata aqui de negar a brutalidade que marcou as relações entre senhores e escravos no Brasil, mas sim de ampliar as possibilidades de análise e de interpretação dessa questão.

Num ofício de 2 de outubro de 1873, o vigário Severino Euzébio de Mattos, da paróquia de São Miguel do Rio Guamá, procurou mostrar ao então presidente da Província do Pará, Dr. Domingos José da Cunha Jr., o estado de “imoralidade” em que se encontrava o seu município, “onde os escravos julgam-se superiores aos seus senhores”.²⁰ Ainda que o padre Severino não dissesse no ofício quais as atitudes dos escravos que demonstravam esse suposto ar de superioridade, podem-se perceber nas entrelinhas, ações autônomas dos escravos que escapavam aos limites das irmandades religiosas.

¹⁸ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p. 14.

¹⁹ *Ibidem*, p. 170.

²⁰ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Fundo: Secretaria da Presidência da Província (FSP), Série: 13. Ofícios (S13. Of). 1870-1874. Ofícios das Autoridades Religiosas (OAR). Cx. 310, doc. 322.

As fontes nos levam a crer, ao contrário do que disse Julita Scarano, que não eram somente as irmandades que davam uma “dimensão humana ao escravo” e que não era apenas nessas associações que ele era considerado “alguém”.²¹ A noção de humanidade está presente no cotidiano dos escravos e, portanto, pode ser percebida nos mais variados momentos e ambientes. Desmistificar essa visão do escravo-coisa significa também repensar quais eram as motivações que levavam os escravos a ingressarem nesse tipo de associação. Se a possibilidade de oferecer auxílio e proteção não eram suficientes para isso, também não é suficiente afirmar que “foi o poder agir como criatura humana que levou o homem de cor a se interessar pela Irmandade”.²²

Um outro ponto a ser discutido na obra de Boschi diz respeito à singularidade que o culto dos santos adquiriu na experiência religiosa dos confrades. Ao apontar o caráter intimista e familiar do culto, o autor acaba fazendo uma separação muito radical entre os “santos dos brancos” e os “santos dos negros”. Nesse sentido, diz o autor:

Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia, eram invocações dos negros não apenas pela afinidade epidérmica ou pela identidade de origem geográfica, mas também pela identidade com suas agruras. Os santos dos brancos (supunha-se) não saberiam compreender os dissabores e os sofrimentos dos negros.²³

Na prática, ou seja, no cotidiano dos escravos, esse universo simbólico que gira em torno de suas crenças não parece ser tão fechado, tão bem delimitado. Nesse sentido, Eurípedes Funes relata que os negros dos mocambos do baixo Amazonas diziam que pressentiam as expedições destinadas à destruição dos quilombos, contando com o apoio de aliados que lhes avisavam sobre a movimentação das tropas com antecedência. Diz o autor que

Nesse particular, é interessante uma menção à devoção desses grupos, ao atribuírem poder de ajuda aos santos como fatores fundamentais na luta contra seus perseguidores. Conforme José Santa Rita, todas as vezes que o santo Antonio virava de costas, era sinal de que um ataque ao mocambo estava para ocorrer.²⁴

21 SCARANO, *op. cit.*, p. 176.

22 SCARANO, *op. cit.*, p. 176.

23 BOSCHI, *op. cit.*, p. 25-26.

24 FUNES, Eurípedes. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 487.

Nota-se com isso a forma ambígua que marcou as relações de Santo Antonio com os escravos, ora os perseguindo, ora os protegendo. Por outro lado, no campo das batalhas simbólicas, a aliança que os quilombolas do baixo Amazonas fazem com Santo Antonio ajuda a repensar a ideia de que os santos dos brancos não saberiam compreender os dissabores e os sofrimentos dos negros. É como se os negros procurassem atrair para a causa da liberdade a proteção do santo conhecido por caçar escravos fugidos. Analisando o papel de Santo Antonio como “divino capitão-do-mato”, Luiz Mott observa que, com relação à religiosidade do quilombo dos palmares, o santo não tinha do que reclamar, haja vista que, segundo relato dos holandeses, foram encontradas imagens de Jesus Menino, Nossa Senhora da Conceição e São Brás. E Mott se pergunta: “(s)e tivesse encontrado sua própria imagem, que partido haveria de tomar o santo guerreiro?”.²⁵ No caso do quilombo do Curuá, no baixo Amazonas, em que Santo Antonio acompanha as tropas de assalto e se depara com sua própria imagem no quilombo, temos a resposta: o santo se debandou para o lado dos negros, muitas vezes ajudando-os a fugir.

AS EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS DOS ESCRAVOS: ENTRE LENDAS E HISTÓRIAS

As irmandades religiosas constituíram-se num espaço privilegiado onde os escravos puderam expressar suas práticas culturais e manter um certo grau de autonomia diante de seus senhores e até mesmo diante de representantes do chamado catolicismo oficial. Para além da proteção de um santo ou do assistencialismo peculiar a essas associações, elas proporcionaram aos escravos um espaço de atuação política e de expressão de suas angústias diante das tensões da escravidão, bem como um canal de expressão de sua religiosidade “... abafada no interior das senzalas, nos porões das casas grandes e no silêncio das fazendas e encruzilhadas”.²⁶

No Pará elas também proliferaram e em nada deixaram a desejar se comparadas com as irmandades que proibiam o acesso aos escravos. Também elas construíram igrejas suntuosas e celebraram suas festas com toda a pompa possível, atraindo multidões de fiéis. Da mesma forma, ao usufruírem da relativa autonomia que lhes conferia o espaço das irmandades, os escravos do Pará se envolveram em inúmeros conflitos com os representantes da Igreja e do poder público estadual.

²⁵ MOTT, Luiz. “Santo Antonio, o divino capitão do mato”, In: REIS, João José & GOMES Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 125.

²⁶ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Os reis de Mina: a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos no Pará do século XVII ao XIX”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 9, n. 1, 1994, p. 109.

Não se trata simplesmente de inverter a História, reconstituindo a religiosidade dos escravos a partir da chamada “lógica dos oprimidos” em contraposição à “lógica do opressor”.²⁷ Mais do que isso, trata-se de chamar a atenção para a multiplicidade de interpretações possíveis dentro do campo da religiosidade, bem como mostrar os conflitos existentes entre as diferentes visões de mundo que perpassam as ações dos sujeitos sociais. Dessa forma, a religiosidade aparece como um processo de embate, de choque entre diferentes tradições.

Em várias regiões do Brasil conta-se uma lenda a respeito da origem da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Segundo esta lenda, a Virgem teria aparecido para um grupo de brancos, que fizeram de tudo a fim de levá-la para a Igreja. Viola, violão, flauta, nada conseguiu convencer a “santa” a acompanhar os brancos. Então vieram os negros com seus tambores e batuques e Nossa Senhora resolveu ir com eles até a Igreja.²⁸ O que se percebe aqui é o entrecruzamento entre tempos diferenciados sustentando uma devoção popular. No tempo teológico da devoção, a Virgem do Rosário, ao optar pelos tambores e batuques, mostrou aos negros que ela os aceitava como eles eram, com seus costumes e tradições. Dessa forma, os escravos buscavam na esfera do sagrado, o reconhecimento social que lhes era negado em suas experiências cotidianas, utilizando-se das contas do rosário como “balas de artilharia” na luta contra a escravidão.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ereta na igreja da Campina, em Belém, teve seu primeiro compromisso aprovado em 1682. Considerando que nem sempre a data do compromisso corresponde à data de fundação da irmandade, é provável que os homens de cor já estivessem reunidos em torno da devoção à Virgem há mais tempo.²⁹

A primeira ermida dos irmãos do Rosário, que inclusive serviu como sede da 2ª paróquia de Belém, foi demolida em 1725, dando lugar a uma outra que pudesse comportar melhor os fiéis. Em 1820, os pretos decidiram alterar alguns itens do seu compromisso e dar início à construção do templo atual, o que exi-

²⁷ Esta linha é geralmente seguida pelos pesquisadores da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA). Conferir HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

²⁸ Essa lenda possui diversas variações regionais. Algumas referências dessas variações, bem como uma discussão sobre a relação mito-História na origem da Irmandade do Rosário podem ser encontradas em FIGUEIREDO, *op. cit.*

²⁹ Segundo o folclorista Arthur Ramos, “no próprio Congo já havia essas confrarias negras com o santo da sua proteção, introduzido pela catequese dos missionários portugueses: Nossa Senhora do Rosário”. Dessa forma, chegando ao Brasil os negros do Congo teriam apenas dado continuidade a uma prática já conhecida. Conferir RAMOS, Arthur. *O Folclore Negro do Brasil*. São Paulo: Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1935, p. 78-79. Uma crítica a essa idéia pode ser encontrada em BENJAMIM, Roberto Emerson Câmara. *Festa do Rosário do Pombal*. Paraíba: ed. Universitária. s/d. Col. documentos paraibanos 1.

giu grandes esforços e sacrifícios.³⁰ Com a precariedade de recursos disponíveis na confraria, foi preciso contar com o trabalho dos próprios irmãos. Durante sua passagem por Belém, em 1848, o viajante inglês Henry Walter Bates ainda pôde ver “frequentemente uma fila de negros e negras, tarde da noite, caminhando pelas ruas, cantando em côro”. Uns levavam sobre suas cabeças pedras, outros tijolos, argamassa ou tábuas. Bates observou ainda que “eram principalmente escravos que depois de um dia pesado de trabalho, contribuía um pouco para a construção de sua igreja”. Cantando, os escravos tentavam amenizar o cansaço e mostrar à Virgem do Rosário a alegria com que estavam contribuindo para o esplendor do seu culto. Em 1849, o interior da igreja estava concluído e “decorado com o mesmo luxo que as outras igrejas, construídas com muito mais dinheiro...”.³¹

De acordo com o compromisso da Irmandade do Rosário da Campina, sua administração deveria ser uma exclusividade dos pretos. A única brecha existente estava no capítulo 11 que determinava que quando não houvesse um preto capaz de servir o cargo de escrivão, poderia ser eleito um branco, desde que este fosse “dotado de piedade, zelo, inteireza, fidelidade, de um gênio dócil e caritativo...”.³² No entanto, essa brecha pode ser explicada diante do grande número de irmãos da confraria que não sabiam ler e escrever, o que dificultava o preenchimento do cargo de escrivão, que era vital para o funcionamento da irmandade. Como observou Aldrin Figueiredo³³, é interessante observar como os escravos se apropriavam do discurso que era familiar à classe senhorial e o reelaboravam de acordo com seus interesses. Afinal, os atributos exigidos para a admissão de um irmão branco no cargo de escrivão correspondiam à própria imagem que se queria ter do escravo no Brasil, piedoso, fiel, dócil.

Nesse sentido, a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, situada na igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo, com compromisso confirmado em 1855, apresentava uma relação curiosa entre senhores e escravos. Nela, os “irmãos de fé” faziam todos o mesmo trabalho

ficando desde já de acordo as pessoas brancas, que tiverem a mesma devoção, que esta Irmandade deve conduzir a uma perfeita humildade, abstendo-se de preferência nos atos, assistência e serviços da

³⁰ Os cargos existentes na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos eram: rei, rainha, príncipe, juiz, juíza e quatro mordomos, escrivão, tesoureiro, procurador e zelador.

³¹ BATES, Henry Walter. *O Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 129.

³² CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973, p. 194.

³³ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Um Natal de Negros: esboço etnográfico sobre um ritual religioso num quilombo amazônico”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP: 1995, v. 38, n. 22.

dita Irmandade, pois no emprego e lugares dela hão de misturar-se com os irmãos que não forem brancos ... sejam livres ou escravos.³⁴

Neste caso, os “inimigos de classe” tornavam-se “irmãos de fé”, ou seja, a devoção aos mesmos santos colocava escravos e senhores num mesmo patamar (pelo menos simbolicamente). Isso não implica dizer que os conflitos entre eles deixavam de existir. A questão é que essa tensão existente entre os “irmãos de fé” aparece com mais evidência no cotidiano dos confrades e não nos compromissos das irmandades.

Ocupando um altar lateral na igreja do Rosário, funcionava também a Irmandade de São Benedito, que teve seu primeiro compromisso aprovado em 1769 e, em 1873, chegou a ter cerca de 1500 membros. Irmãos de cor e de fé, a convivência entre os devotos de São Benedito e os do Rosário nem sempre foi isenta de conflitos. Os primeiros não aceitavam ser tratados como hóspedes pelos irmãos do Rosário, pois eles também haviam contribuído com o suor do seu trabalho para a construção do templo. Esta ideia aparece de forma bastante evidente nos ofícios da irmandade, que geralmente se iniciavam assim: “A Irmandade do Glorioso São Benedito, ereta em sua Igreja, metade da do Rosário da Campina...”.³⁵ A ideia de metade aponta para algo que é compartilhado, remetendo à ideia de que a igreja não pertencia a uma irmandade mais do que à outra, daí porque os devotos de São Benedito se referiam a ela como “sua Igreja”.

Os conflitos entre essas duas irmandades, compostas basicamente por “homens de cor”, nos ajudam a repensar a ideia da religião funcionando como algo que dilui as diferenças entre os negros. Apesar de todo o discurso voltado para a igualdade, na prática o que se percebe é a tentativa do isolamento, da segregação. E isto se dá tanto entre irmandades de brancos e de negros - o fato de duas irmandades de negros conviverem numa mesma igreja é bastante significativo disso - quanto entre as próprias irmandades de negros, que não diluem suas diferenças por causa da mesma fé ou da “afinidade epidérmica”.³⁶ Bastante interessante também é o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento da cidade de Santarém que aceitava a entrada de homens e mulheres livres ou escravos “crioulos”, que deveriam apresentar licença de seus senhores. Diante

³⁴ APEP. FSPP. Códice 1003. Livro de registro dos Compromissos de Irmandades religiosas (LRCIR). Registro da Carta de Confirmação do Compromisso Antigo da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Mesa da confraria, cidade do Pará, 10/01/1855.

³⁵ Arquivo da Arquidiocese de Belém (AAB). Clero, Editais, Excomunhão, Cartas Demissórias e outros, 1845.

³⁶ BOSCHI, *op. cit.*, p. 25.

de um quadro de irmandades que não faziam objeção alguma à situação racial ou a cor de seus membros, esta confraria chama a atenção por fechar suas portas aos escravos africanos.³⁷

Muitas outras irmandades de escravos devotos de São Benedito existiram pelo interior da província. Na vila de Cintra (atual Maracanã), a irmandade de São Benedito era aberta à participação de “índios, mestiços e pretos, quer forros, quer escravos de ambos os sexos”.³⁸ No caso dos escravos, deveriam apresentar licença por escrito de seus senhores. Havia uma brecha para a participação de brancos, entre os quais se escolheria o tesoureiro e o escrivão. A de São Caetano de Odiveias surgiu em 1833. Sem patrimônio e dispondo de poucos recursos, sua receita restringia-se às joias e anuidades dos irmãos além das esmolos dos fiéis.³⁹ De acordo com o primeiro compromisso desta irmandade,

os devotos pretos deste lugar, desejosos de tributar uma agradecida demonstração do seu muito grande aspecto ao bem aventurado, muito glorioso, Preclaríssimo e Milagrosíssimo Preto o Senhor São Benedito ... sempre pretenderam chegar para seu supremo especial patrono para que mediante a sua proteção consigam a primamente felicidade de lhes assistir e levar no céu.⁴⁰

Neste caso, pode-se perceber claramente a relação entre o surgimento da devoção, organizada em torno da irmandade, e a necessidade de uma proteção do santo voltada para o cotidiano dos irmãos. Afinal, o que se espera em primeiro lugar é a assistência do santo para garantir a felicidade nesta vida. Por outro lado, é bastante significativa a posição ocupada por São Benedito na devoção dos pretos: ele é o “supremo e especial patrono”, o que reforça a ideia de uma reelaboração da hierarquia celestial, na medida em que o santo dos pretos parece retirar o Criador de sua primazia.

Os devotos de São Benedito em São Caetano de Odiveias declaravam em seu compromisso que a irmandade era aberta a

³⁷ APEP. FSPP. LRCIR. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento da cidade de Santarém. 1854.

³⁸ Arquivo do Cartório do 1º Ofício da Cidade da Vigia. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito, Vila de Cintra, 1856.

³⁹ Para pertencer à irmandade e poder usufruir de suas benesses, os irmãos deveriam pagar as chamadas entradas (no momento da admissão), as jóias (mensalmente) e anuais (anualmente). Os valores pagos variavam muito. A admissão era feita por petição ou por sugestão de algum confrade, a partir do que se fazia uma verificação da vida social do pretendente.

⁴⁰ Arquivo do Cartório do 10º Ofício da Cidade da Vigia. Compromisso da Irmandade de São Benedito de São Caetano de Odiveias, 1873.

todo o gênero de pessoas, não só pretos ... pretos livres ou escravos, mas até de brancos, mamelucos, mulatos, cafusos e índios, pois é justo que todos se aproveitem do patrocínio do senhor São Benedito.⁴¹

Esta flexibilidade nos critérios de admissão com relação à cor dos devotos era característica de grande parte das irmandades paraenses. Por outro lado, o acesso a todo o gênero de pessoas não era garantia de que todos poderiam fazer parte da mesa diretora. Os cargos nesta irmandade deveriam ser exclusivos dos pretos, que determinavam em seu compromisso que “se entre nós não se achar quem ocupe igualmente estes ofícios, permitimos sejam homem branco ou pardo”.⁴² Ainda assim o acesso não era a todos, pois excluía “mamelucos, cafusos e índios”.

A Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança teve seu primeiro compromisso aprovado em 1853. Pela análise dos autos de prestação de contas desta irmandade, na despesa referente ao ano de 1876 destacam-se os gastos feitos com foguetes (32\$000) e com os músicos (41\$000). Neste ano, a irmandade também gastou com farinha, peixe seco e chapéu de sol de seda. Não faltavam nos autos de prestação de contas os valores pagos aos padres pelo desempenho de suas funções. Donos de sua igreja e dos objetos necessários ao culto católico, os escravos devotos de São Benedito tratavam os padres como seus funcionários, pagos para o desempenho das funções litúrgicas. No tocante à receita, além das esmoladas recolhidas entre os fiéis, uma outra fonte de recursos era a prática de alugar o caixão da irmandade para o enterro de pessoas que não fizessem parte de seus quadros e que também estivessem preocupadas com um enterro “decente”.

A Confraria de São Benedito de Gurupá tornou-se bastante conhecida a partir da obra *Santos e Visagens*, de Eduardo Galvão.⁴³ De acordo com as informações que Galvão colheu em Itá (Gurupá), esta irmandade era muito bem organizada e contava com um grande número de irmãos. A folia de São Benedito era a maior de toda a região do baixo Amazonas e, em algumas ocasiões, chegou a ultrapassar os trinta dias.

Como vimos no início deste artigo, a mais popular das associações religiosas paraenses da segunda metade do século XIX era a irmandade de São Raimundo

⁴¹ Arquivo do Cartório do 1º Ofício da Cidade da Vigia. Compromisso da Irmandade de São Benedito de São Caetano de Odivelas, 1873, cap. 2. Sobre as irmandades de índios na Amazônia, conferir FIGUEIREDO, Aldrin Moura de e HENRIQUE, Márcio Couto. *Os Devotos do Vimioso: uma confraria de índios na Amazônia do século XIX. Cadernos de História Social*, n. 5, Campinas, SP, 1997.

⁴² Arquivo do Cartório do 1º Ofício da Cidade da Vigia. Compromisso da Irmandade de São Benedito de São Caetano de Odivelas, 1873, cap. 5.

⁴³ GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo: Cia. ed. Nacional, 1955.

Nonato, fundada em 1870 na igreja de Santana, bairro da Campina, em Belém.⁴⁴ Destacou-se nesta irmandade seu principal líder e organizador: Leopoldino do Espírito Santo Figueira de Andrade. Mulato dotado de muita vivacidade, mestre Leopoldino, como era chamado, desempenhou inúmeras atividades. Foi pedreiro, barbeiro, sineiro, sacristão, endireitador de membros deslocados e também muito apegado a serestas, onde se destacava como cantor e compositor de modinhas. Era filho da negra Mônica Maria da Assunção, popularmente chamada de tia Mônica, que nascera escrava, mas foi libertada aos sete anos de idade por sua mãe Joana Paula, escrava do cônego Bernardino Henrique Diniz.

Impedido de continuar o ofício de pedreiro devido a um acidente de trabalho, mestre Leopoldino instalou uma barbearia no largo de Santana, à época ponto de encontro da “rapaziada folgazã”. Com a morte do mestre André, antigo sineiro da igreja de Santana, mestre Leopoldino ocupou seu lugar como sacristão. A partir de então, via-se em sua barbearia, além dos seus habituais fregueses, devotos querendo missas, ladainhas, novenas, repiques e dobres de sino, pessoas com membros do corpo deslocados e, posteriormente, as irmãs de São Raimundo.⁴⁵

“Amigo das pândegas, dos bailes estrepidosos onde fremia o lundum”, mestre Leopoldino resolveu, em 1870, ir até a Ilha das Onças, em frente à Belém, participar da tradicional festa de São João, na casa de seu amigo João Penna. Na canoa que o conduzia, iam mais sete mulheres, “mulatas de tom, vendedeiras nas ruas”.⁴⁶ Entre modinhas, chulas e trovas populares, “falou-se acidentalmente em São Raimundo, no culto que lhe dedicavam as mulheres, nos milagres com que ele as acudia e no muito que era preciso querê-lo e venerá-lo”.⁴⁷ Bastou isso para que alguém sugerisse a criação de uma irmandade, idéia aceita por todos que, ali mesmo, em plena baía do Guajará, delegaram ao mestre Leopoldino a responsabilidade de organizar a devoção.

Neste caso, a hagiografia pode ser útil para compreendermos a relação entre o cotidiano dos escravos e a devoção a um determinado santo. São Raimundo Nonato nasceu na Catalunha, no castelo de Portel, em 1204, filho de uma família “nobre” por suas alianças com as casas de Foix e Cardona.⁴⁸ Veio ao mundo depois

⁴⁴ Assim como a Irmandade de São Benedito de Gurupá, foram encontradas poucas referências à Irmandade de São Raimundo Nonato nos arquivos de Belém. Grande parte das informações aqui relatadas são devidas ao historiador e folclorista Arthur Vianna, que foi contemporâneo da devoção dos pretos da Campina e nos deixou uma magistral narrativa das experiências dos escravos nesta confraria até o início do século XX. Conferir VIANNA, *op. cit.*, p. 373-389.

⁴⁵ VIANNA, *op. cit.*, p. 175.

⁴⁶ VIANNA, *op. cit.*, p. 376.

⁴⁷ VIANNA, *op. cit.*, p. 377.

⁴⁸ CROISET, Pe. *Anno Christão (ou exercícios de piedade para todos os dias do anno)*. Lisboa: Typografia de F. X. de Sousa e Filho, 1868, p. 433.

da morte de sua mãe durante o parto, donde lhe veio o sobrenome Nonato, que significa “não-nascido”.⁴⁹ Por causa de “sua difícil vinda à luz do mundo, ele é invocado como o patrono e protetor das parturientes e parteiras”⁵⁰ o que nos ajuda a entender o porquê da atração que a irmandade de sua devoção exerceu sobre as mais de mil mulheres que vieram a compor seus quadros. Sendo a maioria dessas mulheres escravas, é interessante também observar que mesmo privadas de sua liberdade, elas não abriam mão da possibilidade de ser mãe e constituir família, procurando a proteção de São Raimundo para os trabalhos do parto e também para as agruras que seus filhos iriam enfrentar no cotidiano escravo.

Em 1222 São Raimundo Nonato entrou para a Ordem de Nossa Senhora das Mercês (mercedários), criada especialmente para libertar os escravos cristãos da Espanha, ocupada pelos mouros. Foi enviado à África para tratar com os “infieis” da libertação dos cristãos cativos, chegando a se entregar como escravo, em troca da liberdade de outros. Preso, começou a pregar o cristianismo entre os muçulmanos, o que fez com que lhe furassem os lábios com um ferro quente, fechando-os com um cadeado.⁵¹ Trata-se, portanto, de um santo cuja experiência de vida possui uma certa identidade com o cotidiano dos escravos. Afinal, também foi torturado, escravizado e conhecia bem as atribuições da escravidão. Mas, fundamentalmente, ele foi enviado à África como libertador dos escravos, chegando a entregar a si próprio para bem cumprir sua missão. Mais uma vez, tempo mítico e tempo histórico se entrecruzam, dando origem a uma devoção popular.

Mas voltemos ao tempo histórico. De volta a Belém, mestre Leopoldino procurou a ajuda de seu compadre José do Espírito Santo e Pinho que, além de saber ler e escrever - condições necessárias para o cargo de secretário -, era fogueteiro. Depois de conseguida a permissão do monsenhor Sebastião Borges de Castilho para que a irmandade funcionasse na Igreja de Santana, realizou-se no dia 30 de agosto de 1870, a primeira festa de São Raimundo Nonato, com véspera, missa solene e contando com a participação de um grande número de mulheres.⁵²

A significativa participação de mulheres nesta irmandade foi uma de suas peculiaridades. Segundo Arthur Vianna, pouco tempo depois de sua criação, contava a irmandade com cerca de mil irmãs, em grande parte escravas. Mas não era apenas

⁴⁹ PARSCH, Pius. *Testemunhas do Cristo (o ciclo santoral do calendário litúrgico)*. Bahia: Oficinas tipográficas do Mosteiro de São Bento, 1942, p. 392.

⁵⁰ SCARBOSSA, Mário e GIOVANNINI, Luigi. *Um Santo Para Cada Dia*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 277.

⁵¹ CROISSET, *op. cit.*, p. 437.

⁵² A partir de 1876, começam a surgir entre os anúncios do jornal *A Boa Nova* a programação da festividade de São Raimundo Nonato, já no mês de agosto e assinado pelo “encarregado”: mestre Leopoldino. Como ele era analfabeto, é provável que os programas da festa fossem escritos por seu compadre Pinho.

em termos numéricos que a participação das mulheres era significativa. Na grande maioria das irmandades espalhadas pela província do Grão-Pará, as mulheres não tinham acesso à mesa diretora. Em alguns casos isolados, elas nem mesmo poderiam ser admitidas, como na Irmandade do Divino Espírito Santo ou Império Real, em Belém, onde só eram admitidas pessoas livres do sexo masculino.⁵³ No caso das irmãs de São Raimundo Nonato, apesar da centralização das atividades nas mãos do mestre Leopoldino, as mulheres tinham oportunidade de se manifestar sobre as deliberações da irmandade. Segundo Arthur Vianna, ao fim de cada ano mestre Leopoldino reunia os irmãos em assembleia geral para fazer um balanço das finanças da irmandade. Depois de expor a arrecadação e os gastos, ele se dirigia às irmãs nestes termos: “as senhoras que aprovam queiram levantar-se”. Em caso de aprovação, as mulheres levantavam e diziam em voz alta: “viva o mestre Leopoldino!”⁵⁴

Outra peculiaridade desta irmandade diz respeito à forma como ela era administrada. A fim de conferir à associação um caráter legal, era necessário organizar o compromisso ou estatuto da irmandade. Como vimos, mestre Leopoldino chegou a buscar auxílio em seu compadre José do Espírito Santo e Pinho que, sabendo ler e escrever, poderia ocupar o cargo de secretário. Mas pelo visto, o compadre Pinho teve que se contentar com a foguetaria, haja vista que com o passar dos anos, as atividades acabaram por se concentrar nas mãos do mestre Leopoldino que, mesmo sendo analfabeto,

recebia jóias e mensalidades, aplicava os dinheiros recebidos, acudia com remédios e médicos as Irmãs enfermas, mandava enterrar as que sucumbiam, isso tudo sem livros de escrituração, sem notas e papeladas.⁵⁵

Esta é uma das questões que precisariam de uma pesquisa mais aprofundada, pois é difícil conceber uma confraria que funcionasse de modo tão informal num contexto em que havia uma grande preocupação do bispado do Pará em controlar as irmandades por meio de seus compromissos e de sua mesa diretora. Além do mais, a irmandade de São Raimundo Nonato funcionava na igreja de Santana, sede da 2ª paróquia de Belém, estando, portanto, bem próxima da cúpula da Igreja. Diante disso, os irmãos e irmãs de São Raimundo Nonato devem ter criado muitas estratégias para driblar a política reformista do bispado.

⁵³ APEP, Códice 1003 (1835-1857). Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo, denominada Império Real.

⁵⁴ VIANNA, *op. cit.*, p. 379.

⁵⁵ VIANNA, *op. cit.*, p. 379.

IRMANDADES ESCRAVAS E EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Partindo da noção thompsoniana de que a experiência de classes também pode ser percebida nas práticas culturais, pelo embate entre padrões morais ou convicções religiosas divergentes, pode-se pensar nas irmandades enquanto espaço de atuação cultural e política onde, a partir da construção de uma certa identidade de interesses, os negros puderam sustentar formas alternativas de vida, ora se aproximando, ora se distanciando dos interesses da classe senhorial, o que dava ensejo a inúmeros conflitos envolvendo escravos, senhores, membros da Igreja e do Estado.

Aos 24 de abril de 1873, D. Macedo Costa, bispo do Pará, escreveu ao então presidente da província, Domingos José da Cunha Júnior, informando-o de que a Irmandade de São Benedito da Campina havia sido intimada pela secretaria do bispado a apresentar ao prelado diocesano o seu compromisso e o livro das atas. Para surpresa do bispo, a irmandade enviou o compromisso “mas recusa o das atas, sob o pretexto que a autoridade religiosa nada tem que ver com a administração das Irmandades”.⁵⁶

Ao pedir providências ao presidente da província, D. Macedo ressalta que nesse episódio, “verdade é, nenhuma parte tem os pobres pretos, que mal sabem assinar de cruz, mas algumas pessoas fanáticas que procuram revoltar as confrarias contra a autoridade legítima do primeiro pastor”.⁵⁷ Dessa forma, na visão de D. Macedo Costa, os pretos seriam aliciados por “algumas pessoas fanáticas”, sendo inesperada deles uma ação autônoma. Para além da perspectiva do aliciamento, o que se percebe é uma reivindicação de autonomia dos devotos de São Benedito diante do que eles consideravam uma intromissão ou uma tentativa de controle de suas práticas religiosas. Em contrapartida, ao apelar para o presidente da província, D. Macedo Costa se refere à necessidade de se manter “a força moral da autoridade”, que se encontrava ameaçada pela autonomia dos adeptos do catolicismo popular. Na perspectiva romanizante do bispo, este princípio da autoridade só existiria na medida em que as práticas religiosas dos leigos estivessem sob o controle da Igreja. Sem controle, não haveria autoridade e sem autoridade não haveria ordem.

Como expressão maior do poder de organização das irmandades, as festas constituíam um espaço de muitos conflitos, na medida em que eram utilizadas pelos negros como possibilidade de expressão de suas práticas culturais, manifestando uma experiência corporal nem sempre vista com bons olhos pelos senhores.

⁵⁶ APEP. FSPP. S13.Of. OAR. cx. 310, doc. 375.

⁵⁷ APEP. FSPP. S13.Of. OAR. cx. 310, doc. 375.

Na descrição que Arthur Vianna fez da festa de São Raimundo Nonato, sobressai no olhar do folclorista a visão evolucionista de uma festa que em que a vida social aparece como uma marcha lenta e contínua para a perfeição. Vianna observa que o baile “nada oferecia em si de curioso”⁵⁸, mas era digno de atenção pela “mistura profusa de trajos” ou a partir do momento em que se percebia que entre as mulatas e mamelucas sensualmente vestidas com seus “corpetes muito decotados e de mangas curtas (...), os pés nus”, podia-se encontrar mestiças “já atingidas pela evolução”, com suas “roupas copiadas dos figurinos europeus”. Em outras palavras, aos poucos a volúpia permissiva da mulher negra vai cedendo espaço ao comportamento distinto e mais acanhado das donzelas “evoluídas”.

Quanto ao programa da festa, Arthur Vianna registra que era marcado pelo “estrangeirismo: dançava-se valsas, polkas e quadrilhas, metodicamente dispostas de três a três pelo regente da orquestra”. Até esse momento, o baile era digno de nota, pois ainda era possível perceber elementos que sugeriam a ordem, a disciplina, a harmonia, presentes nas danças estrangeiras “metodicamente” controladas pelo regente. Mas predominando no baile “a mescla das raças primitivas - o branco, o índio e o negro - numa camada inferior, ainda não deturpada profundamente, arraigada, portanto, aos seus costumes nativos”, o rigor do baile não poderia durar muito tempo, sendo “muitas vezes derrotado pela expansão natural e tendência dos dançarinos para quebrarem a imitação”. Todo o rigor do baile, na visão de Vianna, não passava de uma tentativa dos devotos de São Raimundo de imitar a gente “civilizada”, mas isso era dificultado pela própria natureza da raça mestiça que lhes compelia a suas práticas “primitivas”.

E quando se quebrava a imitação, prossegue Vianna, “transformava-se tudo (...), às velhas danças sem graça e monótonas, substituía o lundum; era languídos requebros do corpo; passos cadenciados em ritmos caprichosos, ora avançando, ora recuando; meneios de garridice provocadora; posições múltiplas, pondo em relevo as formas do corpo, tudo sem regras convencionadas e obrigatórias (...)”. A partir de então, a “imitação” cedia espaço à natureza “primitiva” dos devotos, momento em que aflorava a lascívia, a permissividade. Em contraste com as danças “civilizadas”, não haveria regras convencionadas na dança dos pretos. E era justamente a ausência dessas regras que tornava o baile “palpitante, ardente”, fazendo os devotos dançarem até o despertar da aurora.⁵⁹

⁵⁸ Para todas as citações a seguir, referentes à festa de São Raimundo Nonato, conferir VIANNA, *op. cit.*

⁵⁹ *Ibidem, passim.*

Para além da perspectiva da “imitação” o que se percebe mais uma vez é a utilização que os negros faziam do espaço da irmandade como um canal de expressão de seus costumes, de suas danças, enfim, um espaço de relativa autonomia que eles procuravam aproveitar a fim de expressar suas tradições abafadas no mundo da escravidão.⁶⁰ Era um espaço regido por suas próprias normas e onde a regra primordial era a liberdade. Liberdade de movimento, de expressão corporal, de horário e até mesmo para executar a dança dos seus senhores.

Outro episódio, desta vez envolvendo a Irmandade de São Benedito da freguesia de Gurupá é bastante significativo quanto à percepção das festas enquanto espaço de conflitos. Corria o ano de 1866 e a mesa diretora desta irmandade enviou à secretaria do bispado do Pará um requerimento solicitando permissão para mais uma de suas folias, haja vista a proximidade da festa que anualmente deveriam prestar ao seu santo protetor. Aos 16 de setembro do mesmo ano o secretário do bispado concedeu a provisão solicitada, mas com algumas condições:

- 1a) Que a irmandade dos pretos se reunisse e, através de uma eleição, constituísse regularmente uma mesa diretora;
- 2a) que prestasse conta ao Juiz de Capelas “dos dinheiros que tem em cofre e que dizem subir a cerca de 60:000#000 R\$”.⁶¹ Através do Juizado de Resíduos e Capelas, a Igreja procurava controlar a polêmica questão dos rendimentos da irmandade e a própria exigência de que a mesa diretora funcionasse aponta para isso, na medida em que ela registraria nos livros de receita e despesa a movimentação financeira da irmandade;
- 3a) Que o pároco acompanhasse o tiramento de esmolas dirigindo a folia no sentido de manter o “respeito, decência e espírito religioso que deve presidir a esse ato”. Neste caso, a presença do padre seria uma forma de exercer um controle maior sobre a folia de São Benedito, expurgando-a dos batuques, sambas e bebedeiras, elementos profanos e incompatíveis com a noção de “espírito religioso” tão propagada pelos representantes da Igreja;
- 4a) “que tanto o capital já existente, como todo o dinheiro e valores que se arrecadarem nesta saída da imagem do glorioso S. Benedito, sejam integralmente empregados em concertos e ornatos da atual igreja e edificação de uma nova, sem que nada se distraia para fins profanos ...”. Durante sua estada em Gurupá, Galvão recolheu

⁶⁰ Para uma análise da utilização do espaço das irmandades do Rosário no processo de “negociação cultural” nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, ver: BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.

⁶¹ Para todas as citações a seguir, referentes à Irmandade de São Benedito da freguesia de Gurupá, conferir AAB, Registro de Despachos (1886), pp. 32-35.

preciosas informações do modo como os devotos de São Benedito aplicavam os rendimentos da irmandade até o início do século XX. Não faltavam nas festividades do santo os empolgantes bailes, movidos pela abundância de comidas e bebidas pagas às custas dos cofres da irmandade, fins profanos que a política romanizante da Igreja brasileira queria acabar;

5a) “que as atuais alfaias e ornamentos sejam postas à disposição do Reverendo Pároco para os usos do culto e não subtraídas ao uso da Igreja, como estão, sob pretexto que são propriedade da dita Irmandade”. Este é outro ponto polêmico no embate entre Igreja e irmandades. Na maioria das vezes, eram os próprios confrades que compravam os objetos necessários à celebração da liturgia católica e estes objetos só eram utilizados pelos padres na hora das missas e demais rituais onde a irmandade se fizesse presente. Esta situação colocava os padres numa condição de funcionários dos confrades, que eram donos dos objetos do culto e, em alguns casos, até das igrejas, construídas com seus próprios recursos. No caso dos irmãos de São Benedito de Gurupá, é curioso perceber como os escravos se utilizavam da irmandade como um espaço de liberdade, canal de expressão de seus desejos abafados no cotidiano da escravidão.

A 6a e última condição imposta pelo secretário do bispado para a realização da folia de São Benedito exigia que todos os membros da Irmandade estivessem

em tudo sujeitos ao Rev.do Pároco, servindo ao culto de Deus e praticando os deveres religiosos sob a direção dele, sem se arrojam dominação sobre as coisas e pessoas eclesiásticas, invertendo a ordem estabelecida não só pelos sagrados cânones, mas até pelo direito divino, pois os leigos não têm poder algum sobre os sacerdotes e os objetos sagrados destinados ao culto

A ênfase dada na “dominação sobre as coisas e pessoas eclesiásticas” é um indício bastante significativo da autonomia usufruída pelos escravos na Irmandade de São Benedito. Além do mais, a experiência religiosa dos devotos de São Benedito em Gurupá é um elemento a mais para se repensar a “teoria do escravo coisa” ou a ideia do escravo cooptado pela elite branca, sem qualquer tipo de consciência política. Ao contrário, o que se percebe é um campo de conflitos onde, para além de uma disputa em torno do controle do culto católico, estão em choque visões de mundo diferenciadas, movidas por valores e concepções de ordem e autoridade diferentes e conflitantes entre si. Afinal, restringir a noção de ação política a um modelo pré-concebido que separa a política dos valores culturais de seus agentes é limitar também nossa capacidade de perceber a multiplicidade de mediações pos-

síveis no embate entre diferentes tradições. Na ânsia de ver mantida a “ordem estabelecida pelos sagrados cânones e pelo direito divino”, as condições impostas pela secretaria do bispado terminaram com uma ameaça: “esperamos que a Irmandade de São Benedito de Gurupá se sujeitará a todas elas e as cumprirá religiosamente, poupando-nos assim usar da severidade dos cânones”.

Cumprir lembrar que a repressão às “exterioridades temporais” das festas das irmandades era um processo bem mais antigo e que muitas vezes aproximava Igreja e governo da província. Em 1844, por exemplo, a Assembleia Legislativa provincial tomou uma série de medidas visando controlar os “desvios” dos esmoleiros determinando que

O tiramento de esmolos para festividades de santos autorizados pelos compromissos das Irmandades desta província só se permitirá dentro dos limites das paróquias a que pertencerem as mesmas Irmandades; devendo ir os esmoleiros vestidos decentemente com as insígnias de suas Irmandades sem aparatos de tambores e folias: as Irmandades porém, que não tiverem compromissos aprovados não poderão tirar esmolos.⁶²

Dessa forma, o governo provincial procurava delimitar o espaço de atuação dos foliões, bem como a maneira como a folia deveria ser feita, sem o aspecto ruidoso e profano causado pelos tambores e demais instrumentos utilizados na coleta de esmolos. A exigência de as irmandades terem seus compromissos aprovados também aponta para uma tentativa de controle, pois assim as autoridades políticas e religiosas teriam como detectar e expurgar mais facilmente os elementos considerados profanos dos estatutos das confrarias.

De acordo com a análise que Eduardo Galvão fez da irmandade de São Benedito de Gurupá, “a passada grandeza da Irmandade foi mais provavelmente consequência de fatores ligados ao ciclo da borracha”.⁶³ Dessa forma, o brilhantismo da devoção no tempo dos pretos seria consequência da generosidade dos patrões que, motivados pelos lucros obtidos com a comercialização da borracha, contribuía com grandes somas para os festejos, além da contribuição do seringueiro devoto. A crise da borracha marcaria então a própria decadência da irmandade. Mesmo reconhecendo que a desorganização da Irmandade de São Benedito “foi apressada pelas reformas que a Igreja oficial impôs” (1955, p. 49) Galvão parece menosprezar o impacto que a Romanização teve sobre as práticas religiosas leigas até o início do século XX.⁶⁴

⁶² Coleção das Leis da Província do Grão-Pará. Tomo VII. 1844. Parte 1ª, p. 47.

⁶³ GALVÃO, *op. cit.*, p. 49.

⁶⁴ A chamada “romanização” tinha como característica central a tentativa de aplicar efetivamente no

De fato, não se pode atribuir à Romanização toda a responsabilidade por essas mudanças, mas os fatos indicam que o seu papel foi bem mais do que apressar a decadência das Irmandades. Como o próprio Galvão observou, ainda no início deste século a folia de São Benedito acompanhava a procissão pelas ruas de Gurupá, mas não mais podia recolher esmolas ou tocar dentro da igreja como se fazia até o final do século XIX. A Igreja também havia proibido a realização do banquete oferecido aos devotos que participavam do baile de São Benedito, substituindo-o por uma “mesa dos inocentes”, da qual participavam “meninos pobres”.⁶⁵ Como se pôde perceber no conflito entre a secretaria do bispado e os devotos, a partir do final do século XIX a presença do padre foi muito mais marcante nas manifestações da irmandade, como forma de expurgar os festejos dos elementos considerados profanos pela Igreja, separando bailes e missas, rezas e danças, sagrado e profano, para o bem do “espírito religioso”.

CONCLUSÃO

O campo de pesquisa sobre as irmandades paraenses é muito vasto e ainda há muito a ser pesquisado. A experiência dos escravos nessas associações é apenas um aspecto da multifacetada religiosidade popular paraense. A documentação disponível, longe de se restringir à experiência estritamente religiosa dos escravos, se constitui num campo fértil se cruzada com a discussão em torno da escravidão no Brasil, permitindo rediscutir certas visões cristalizadas a esse respeito.

Como vimos, a experiência religiosa dos escravos nas irmandades paraenses é um elemento fundamental para o reconhecimento do escravo como sujeito histórico. São homens e mulheres comuns com seus sonhos e angústias, capazes de atos de rebeldia ou submissão, de acordo com o momento vivenciado por eles ou com seus interesses e que pensam, sentem e agem como seres humanos dentro e fora das irmandades. Nas fazendas a luta poderia ser por um pedaço de terra onde pudessem garantir sua subsistência ou pelo direito de vender um possível excedente da produção. Poderiam ainda lutar por melhores condições de trabalho ou simplesmente fugir, numa atitude expressa de ruptura com a dominação senhorial. Mas as lutas escravas não se restringiam às reivindicações

Brasil as resoluções do Concílio de Trento, reforçadas no Concílio Vaticano I (1869-1870). Através da aplicação das resoluções tridentinas, a Igreja buscava maior vinculação com o Papa e, por outro lado, uma desvinculação do Padroado Régio e o reforço da hierarquia clerical, o que implicava diminuição da autonomia usufruída pelos leigos em suas práticas religiosas, principalmente em torno das irmandades de santos.

⁶⁵ GALVÃO, *op. cit.*, p. 46.

de melhores padrões materiais de vida. Pensar assim seria negar aos escravos a dimensão espiritual que faz parte da condição humana e também relegá-los a uma “coisa”. É por exigirem o reconhecimento de um espaço para suas atividades lúdicas, para seus folguedos e devoções, que as escravas de São Raimundo, lideradas pela liberta Lucinda, enfrentam o rigor de seus senhores, reivindicando a liberdade de fazer sua festa no dia próprio do santo.

Nas irmandades, os escravos tinham um espaço para suas danças, para coroar seus reis e rainhas e expressar suas angústias diante das tensões da escravidão. Preocupada com essa autonomia, a Igreja se volta contra elas e contra toda e qualquer manifestação do catolicismo popular que não se encaixasse na sua noção de “espírito religioso”. Pouco a pouco, os negros vão perdendo o controle sobre suas igrejas e sobre suas práticas religiosas. Assim ocorreu com o Império de São Benedito, com a festa e a Irmandade de São Raimundo e com todas as outras irmandades organizadas por negros no interior do Pará. Tudo isso marcado por uma série de conflitos que mostram que os negros não assistiram passivamente o processo de expropriação de suas igrejas e práticas religiosas.

Com o advento da República e o fim do Padroado, deixou de existir a figura do presidente da província funcionando muitas vezes como um intermediador entre Igreja e confrarias. Com o controle da organização civil da sociedade, o Estado estabeleceu medidas como a Regulamentação dos Cemitérios através do Decreto de 11 de fevereiro de 1936 por meio do qual os cemitérios ficavam inteiramente sujeitos à fiscalização e controle das autoridades municipais, estaduais e federais.⁶⁶ Por outro lado, a Igreja promoveu a criação de associações religiosas diretamente subordinadas ao bispo e, a partir de 1906, ao Arcebispo Metropolitano de Belém. É nesse contexto que surgem associações como as Damas de Caridade (que tinha como um de seus objetivos a “defesa contra o comunismo”), Apostolados da Oração (“defesa contra o espiritismo”, “legitimação de casamentos” e “cristianização das modas”), Filhas de Maria (“contrapropaganda protestante”), Escoteiros Católicos (“o esporte como meio educativo-moral”), Amiguinhos de Jesus, todas reunidas na Confederação Católica dos Sodalícios Religiosos de Belém.⁶⁷ O fim do Padroado propiciou também a retomada da atividade missionária, com a chegada de grande contingente de religiosos para a Amazônia, estimulando outras devoções entre os leigos, como a devoção a Santa

⁶⁶ Estado do Pará. Decreto N. 1913, de 11.02.1936. Aprova para todos os efeitos o regulamento dos cemitérios. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1936.

⁶⁷ Arquidiocese do Pará. Confederação Católica de Belém. Pontos do Regulamento da Confederação Católica dos Sodalícios Religiosos de Belém. Belém: Seção de Obras do *A Palavra*, 1932.

Rita de Cássia.⁶⁸ Isso não significa dizer que a religiosidade leiga foi totalmente eliminada do catolicismo no Pará, ou que a Romanização saiu como “vencedora” desse processo, pois os conflitos entre irmandades e clero católico se estenderam pelo século XX. As diretorias de festas de santos continuaram lutando pelo direito de dispor de tudo quanto se referia ao santo de sua devoção e também pela posse de suas capelas, igrejas, altares e alfaias.

A partir do final do século XIX, os critérios de admissão nas irmandades começaram a apresentar uma preocupação maior com o “espírito religioso” de seus membros, fechando o cerco aos suspeitos de “heresias”, aos filiados a sociedades condenadas pela Igreja ou aos que estivessem unidos apenas pelo casamento civil. Quanto aos escravos, ganharam a liberdade formal do “cidadão”, mas perderam a liberdade de cultuar seus santos protetores com toda a pompa com que o fizeram nos tempos da escravidão.

⁶⁸ CARRERA DA MATA, Raimundo Possidônio. “A Igreja Católica na Amazônia da atualidade”. In: HOORNAERT, Eduardo (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 341-65.

Capítulo 6



Francivaldo Alves Nunes

Entre a lei e costume: A revolta de colonos no Núcleo Agrícola de Benevides (Pará, 1879)

INTRODUÇÃO

A revolta envolvendo colonos que ocupavam as terras de Benevides, núcleo colonial distante aproximadamente cinco léguas de Belém, capital da província do Pará, até então, não tinha sido objeto de interesse dos historiadores. Não se tratava de um movimento contra o Estado imperial, nem teria provocado a derrubada de algum governante ou a morte de dezenas de revoltosos. O máximo que se observou, nos momentos mais radicais, foi à ameaça a algumas autoridades, ou uma possível marcha sobre a cidade de Belém.

A revolta, de fato, não foi cruenta; e se seguisse por este caminho, de quanto mais sanguinária mais atraente para se estudar, teria passado despercebido. A pouca importância dada aos seus protagonistas centrais, a sobrevivência de algo aparentemente irrelevante, a indiscutível falta de motivação política dos seus atores

principais, foram as questões que despertaram a atenção para este episódio. Isto se explica, pois, entendemos que a ação revoltosa dos colonos ganha uma dimensão de importância, inclusive para os próprios revoltosos, não apenas no ato de revolta em si e nas ações que isso produz, mas como esta prática revoltosa passa a ser interpretada pelas autoridades provinciais; o que permite aos colonos se utilizar dessas interpretações para pleitear novas demandas.

A preocupação central deste trabalho não é apresentar os acontecimentos provocados pelos revoltosos, embora isto seja feito. Quando estes são descritos é para permitir melhor compreensão das diferentes interpretações dadas à revolta e como o posicionamento do judiciário brasileiro frente ao movimento, marcado pela busca em pautar suas decisões no cumprimento da lei, não deixou de considerar os costumes desenvolvidos pelos colonos. Em outras palavras diria que este estudo está voltado para o entendimento dos usos políticos que se faz deste episódio.

As ações de revolta se apresentam, portanto, como elemento motivador para um amplo debate envolvendo as autoridades provinciais e do Império, numa demonstração, como veremos posteriormente, que negava a ideia de que as atuações das camadas populares pouco interferiam nas práticas dos governos, ou que as ações desses grupos eram conduzidas pelas classes dominantes, vendo uma incapacidade da população pobre em reivindicar e gerenciar suas demandas. Contribui para a consolidação desta abordagem sobre os grupos populares a análise do Estado como “demiurgo da sociedade e da história”. Mesmo considerando as variações entre um ou outro pensador, o que se observa é que a sociedade civil e a atuação dos grupos populares são percebidas como resultado das ações do Estado; chega-se inclusive a apresentar as classes pobres, enquanto coletividades que precisam ser criadas e tuteladas.¹ Compartilhamos, no entanto, com a concepção que concebe as camadas populares mais ativas e desejosas de participação nas decisões que interferem mais diretamente na sua condição de vida.²

¹ Das abordagens que se aproximam desta perspectiva, destacamos: LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência 1821-1822*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1987; MONTEIRO, Tobias. *História do Império: A elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981; VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

² Compartilham com esta concepção os trabalhos de: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República - Momentos Decisivos*. 7ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 1999; _____. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998; DIAS, Maria Odila Leite da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflito antilusitano no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

CONDIÇÕES PARA REVOLTA

A redução de despesas parece ter sido a principal ordenação do governo provincial quando deu posse ao novo diretor da Colônia Benevides em 24 de abril de 1879. Fundada em 1875, pelo então presidente Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, foi a princípio organizada para receber imigrantes europeus, sendo que a partir de 1877 passou a abrigar colonos nacionais, principalmente da província do Ceará, que migravam para Amazônia em função da escassez de chuva que atingiu as províncias do Nordeste do Brasil naquela época. No caso da nomeação do diretor, tratava-se de Antonio Bernardino Jorge Sobrinho, escriturário da tesouraria da fazenda provincial, muito acostumado com contas e gastos públicos. Essa experiência era tida por Gama e Abreu, presidente do Pará e responsável pela nomeação, como requisito principal para a escolha do novo diretor. O governo provincial havia solicitado ao recente administrador que diminuísse o custo com as diárias concedidas aos colonos que trabalhavam na construção de estradas, limpezas de terrenos e outras obras públicas. Não satisfeito, exigiu que Jorge Sobrinho tomasse a frente nos trabalhos de regularização de toda a contabilidade do núcleo, de forma a exercer maior economia nos gastos públicos com a manutenção da colônia.³

Em 16 de junho de 1879, Gama e Abreu fazia uma avaliação positiva do novo diretor. De acordo com administração provincial, este teria correspondido fielmente às ordenações do governo, uma vez que, havia posto em dia os pagamentos atrasados, que já chegavam a cerca de 20:000\$000 réis, além de ter conseguido a diminuição das despesas em quase cinco contos de réis por semana.⁴ O corte no fornecimento de vestuário, gêneros de alimentação e medicamentos era o fator responsável pela diminuição das despesas.

Mesmo considerando a possibilidade de que as insatisfações de alguns colonos pudessem tomar dimensões mais graves, Jorge Sobrinho estava disposto a continuar cortando as despesas com os colonos, principalmente diminuindo os socorros públicos; no caso, um auxílio em dinheiro e alimentação que recebiam, quando dos primeiros seis meses de permanência no núcleo agrícola; tempo em que o governo entendia como suficiente para as primeiras colheitas. Para complicar a situação, resolveu reduzir o número de trabalhadores que prestavam serviço para a direção do núcleo, principalmente nos trabalhos de limpeza e demarcação dos lotes, permanecendo apenas os que executavam os trabalhos de derrubadas, abertura

³ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleos Coloniais*. Belém, 02 de outubro de 1879, p. 01.

⁴ Falla do Presidente da Província do Pará, em 16 de junho de 1879, p. 20.

de valas e aterramentos de estradas. No caso dos que permaneceram trabalhando, estes tiveram seus salários reduzidos. De acordo com a contabilidade da administração provincial, as despesas da colônia que giravam em torno de 14 contos por semana ou 56 por mês ficaram reduzidas a 20 contos mensais.⁵

As medidas tomadas até então eram acompanhadas por uma série de ameaças contra Jorge Sobrinho. Em maio de 1879, quando da demissão de alguns colonos que prestavam serviço à diretoria do núcleo, o cearense Alvino Vieira Santos, um dos milhares de retirantes que migraram para a Amazônia, a partir de 1877, não deixou por menos a dispensa de seus serviços. Na ocasião, agrediu um dos empregados da sede da diretoria, e quando chamado à repartição para prestar esclarecimentos, não apenas justificou a agressão como resultado de sua dispensa, mas também ameaçou o diretor com um revólver, prometendo dar cabo de sua vida, caso o seu trabalho não fosse restabelecido. Contido por alguns empregados da diretoria, o colono foi encaminhado para subdelegacia de polícia que funcionava na própria colônia; o que para direção do núcleo de nada adiantou, visto que no dia seguinte a prisão, “já estava solto e promovendo distúrbios de toda qualidade, assim como ameaçando os trabalhos da diretoria do núcleo”.⁶ A justificativa para a liberação de Alvino Santos era que sua atuação não resultava de quem “agia por má índole”, mais de “um trabalhador, preocupado com o sustento da família”, pois, “qual era o criminoso que brigava para trabalhar?”. “Um caso desses, diz respeito apenas aqueles que querem viver honestamente do suor do seu rosto”, dizia o comunicado redigido pelo subdelegado de polícia de Benevides, Antonio José de Freitas, à Chefatura de Polícia sediada em Belém.⁷ A ação do colono era interpretada pelo subdelegado como descontrole de quem havia perdido, usando a expressão do próprio chefe de polícia, “o seu ganha pão”. Sendo assim, a manutenção da prisão não se justificaria, pois se entendia que, embora houvesse um desrespeito com a principal autoridade da colônia, no caso o seu diretor, a ação do colono havia sido provocada pela insensatez das autoridades, que privou o homem do que era considerado como valor precioso, o trabalho. Mantê-lo na cadeia era, portanto, ao mesmo tempo em que privá-lo do seu ofício, deixá-lo de que provesse o seu próprio sustento e mantê-lo na dependência dos cofres públicos.

O parecer do subdelegado a Chefatura de Polícia causou certa animosidade deste com o diretor da colônia, tanto que Jorge Sobrinho não só lamentava a

⁵ Relatório do Presidente da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1880, p. 26.

⁶ APEP (Arquivo Público do Estado do Pará). Caixa 340 (1874-1879). Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 14 de maio de 1879.

⁷ APEP. Códice 367 (1877-1879). Ofício da Subdelegacia de Benevides de 17 de maio de 1879.

decisão do chefe de polícia, mas dizia que ao manter o colono em liberdade estava se atentando contra a manutenção da autoridade do diretor do núcleo.⁸ A preocupação com o retorno de Alvíno Santos era que pudesse estimular outros levantes. Situação bem provável de acontecer, afinal, eram muitos os colonos insatisfeitos com as decisões tomadas por Jorge Sobrinho que, além de reduzir salários, era responsável pela dispensa de vários operários; o que faziam com que os colonos que prestassem serviço para a diretoria do núcleo ficassem sem a principal verba necessária para a sua manutenção e da família. Nesse caso, o parecer do chefe de polícia local e as divergências de entendimento entre as autoridades, de fato, criavam condições para que novos levantes pudessem ocorrer.

As ameaças à atuação do diretor da colônia não se restringiram ao período de administração de Jorge Sobrinho. Em 03 de dezembro de 1878, o diretor Henrique Costard comunicava ao então presidente Joaquim do Carmo que havia expulsado os colonos Antonio Pedro de Almeida e Luciano Columbiier, autores de provocações e ameaças, isto porque tinham deixado de receber os auxílios do governo.⁹ Nesse caso, Henrique Costard advertia as autoridades policiais para manterem os colonos distantes do núcleo, uma vez que poderiam realizar novas desordens.

Este cenário, um tanto quanto tumultuado, que demonstra que os espaços dos núcleos coloniais eram, quase sempre, marcados por conflitos entre os colonos e as autoridades, exigia um aparato policial capaz de garantir o controle sobre as ações revoltosas dos colonos; o que não era o caso de Benevides. Diante das ameaças, muito pouco podia fazer a administração da colônia, isto porque contava com o apoio de apenas quatro praças e um subdelegado e escrivão que deveriam atender uma população de mais de 8.000 colonos. A diretoria do núcleo destacava ainda que “para piorar a situação, do pouco número de praças disponíveis para manter a ordem, estes ainda se envolviam em rixas com os moradores do povoado”; como a que ocorreu em 08 de dezembro de 1878 às 10 horas da noite, quando a briga, resultado de embriaguez, foi responsável pelo espancamento e ferimentos de praças e colonos.¹⁰

Diante das ameaças ao diretor Jorge Sobrinho, e da impossibilidade de uma ação repressora, o governo passou a acusar os colonos de “turbulentos e díscolos”, atribuindo essas atitudes a “meia dúzia de cearenses”.¹¹ A ideia era encontrar entre os colonos as possíveis lideranças desses movimentos de contestação. Como

⁸ APEP. Caixa 340 (1874-1879). Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 14 de maio de 1879.

⁹ APEP. Caixa 340 (1874-1879). Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 03 de dezembro de 1878.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Falla do Presidente da Província do Pará, em 16 de junho de 1879, p. 20.

consequência dessa identificação garantir que fossem expulsos da colônia. O que se observa é que para desqualificar as ações dos colonos, os administradores utilizam um discurso, um tanto quanto contraditório, pois, ao mesmo tempo em que afirmava que não haveria qualquer possibilidade de um levante, admitia que as ameaças tornavam-se cada vez mais constantes. Nesse caso, o comportamento do governo, ou refletia a atitude de quem tentava minimizar os problemas, ou demonstrava total desconhecimento das consequências provocadas com a redução dos auxílios aos colonos; que era a principal reivindicação dos revoltosos.

Assim, na manhã de 20 de julho de 1879 alguns colonos, insatisfeitos com as últimas decisões tomadas pelo governo provincial, principalmente a diminuição dos socorros encaminhados aos cearenses, resolveram ocupar a sede da diretoria da colônia. Conforme depoimento do capitão Alfredo Leopoldo Moura Ribeiro, que havia participado do movimento, um número grande de pessoas se juntou desde as primeiras horas da manhã em diversos locais da colônia. Muitos se diziam prejudicados com o fim do auxílio e acreditavam que precisariam exigir do governo “o retorno imediato do pagamento”.¹² Ao final da manhã já era grande o número de colonos que se encontravam em frente à diretoria do núcleo e mais colonos se dirigiam em marcha para falar com Jorge Sobrinho. “Armados de cassetes, terçados e facas” os colonos “irromperam a sala pública da casa da diretoria” e “os aposentos particulares do diretor”. Em poucos minutos “a casa estava tomada, tendo colonos não apenas do lado de dentro, mas a quantidade de pessoas era tanta que a diretoria estava completamente cercada”. Jorge Sobrinho “entre gritos e pancadas de terçados e cacetes nas paredes da sede da diretoria era logo feito prisioneiro”.¹³

Contido o ímpeto de alguns colonos que responsabilizavam o então diretor pela suspensão no pagamento dos socorros públicos, ficou acertado que precisavam enviar suas reivindicações para a presidência do Pará, e nesse caso, decidiram utilizar o próprio Jorge Sobrinho como portador. O colono Manuel Francisco do Nascimento se encarregou de imediato em arranjar um cavalo que deveria levar o diretor até Belém; a orientação era para que comunicasse ao presidente Gama e Abreu o que havia ocorrido e que as exigências para que a situação se normalizasse seria o retorno imediato do envio de socorros públicos; caso não atendesse a solicitação, afirmavam que estavam dispostos a fazer uma marcha até a capital e cobrar pessoalmente aquilo que o governo havia lhe retirado. No início da tarde, Jorge Sobrinho partiu de Benevides em direção a Belém.

¹² O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides*. Belém, 20 de agosto de 1879, p. 02.

¹³ *Ibidem*.

Assim que tomou conhecimento do levante, a administração provincial resolveu pedir auxílio ao governo imperial solicitando o envio de tropas para combater uma possível invasão à capital. De acordo com o senador Leitão da Cunha, foi enviado do Maranhão, por ordem do Imperador, a canhoneira *Lamego* levando 30 praças que deveriam restabelecer a ordem na colônia. Número considerado insuficiente pelo senador; o que impossibilitava que o governo exercesse qualquer tipo de reação.¹⁴ Dispondo apenas de um batalhão, Gama e Abreu se via obrigado ou a atender às solicitações dos colonos, ou aguardar reforço militar da província do Maranhão; que conforme advertia Leitão da Cunha não seria suficiente para combater os revoltosos.

O temor de que os colonos marchassem até Belém preocupava não apenas as autoridades provinciais.¹⁵ O governo imperial aconselhava parte do batalhão da 11ª infantaria que seguia para o Amazonas, a permanecer em Belém até que fosse restabelecida a tranquilidade pública. Outra recomendação era que o governo provincial estabelecesse um acordo de forma a atender parte das reivindicações, “evitando que situações mais graves pudessem ocorrer”.¹⁶ Diante das recomendações o presidente Gama e Abreu resolve fazer o envio de força militar acompanhado da informação de que os socorros públicos seriam mantidos e que as despesas de alguns colonos que prestavam serviço para a diretoria do núcleo seriam revistas; mostrando que o governo havia cedido às pressões dos colonos.

O comunicado do retorno do pagamento dos benefícios aos colonos foi suficiente para acalmar os ânimos, não se registrando, pela administração provincial, conflitos com os praças que foram enviados para manter a ordem. Apesar de não se ter o registro de grandes resistências oferecidas pelos colonos,

¹⁴ Para o governo imperial o número de 30 praças estava dentro das possibilidades dos recursos militares, afinal há poucos meses por decisão do Parlamento Nacional o número de praças do exército foi reduzido de 15.000 para 13.000; quantidade que deveria atender a demanda de todo o país. Para o Senador Leitão da Cunha se já era difícil garantir um efetivo de praças na longínqua província do Pará, com a redução a província ficaria mais desguarnecida. No caso de levantes como em Benevides, advertia o senador, a província não dispunha de efetivo, tendo que solicitar praças da província do Maranhão. Ver: *Annaes do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 84.

¹⁵ Ao longo da segunda metade do século XIX o temor de uma nova revolta exigia um controle do Estado nas áreas rurais do Pará. A Cabanagem de 1835 ainda atemorizava os grandes proprietários e autoridades provinciais. Neste aspecto, as ações dos colonos em Benevides e as ameaças de ocupação da capital poderiam estar associadas à memória que se construiu da Cabanagem; o que poderia explicar o temor das autoridades frente a possíveis ações de tomada da capital pelos colonos de Benevides. Para uma leitura sobre a Cabanagem a partir das perspectivas da história social ver os trabalhos de RICCI, Magda. “De la independencia a la revolución cabana: la Amazonia y el nacimiento del Brasil (1808-1840)”. In: PEREZ, Jose Manuel Santos & PETIT, Pere. *La Amazonia Brasileña em perspectiva histórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006; e da mesma autora *História Amotinada: memórias da cabanagem*. Cadernos do CFCH, v. 12, nº. 1-2. Belém: 1993, pp. 13-28.

¹⁶ APEP. Códice 1667 (1879). Ofício do Ministério da Agricultura de 03 de agosto de 1879.

a documentação pesquisada sugere que a administração precisava tomar algumas medidas de forma a não ficar desmoralizada frente aos revoltosos, uma vez que, o movimento havia obtido êxito, principalmente quanto ao restabelecimento dos socorros públicos. Diante disso o presidente Gama e Abreu solicitou ao chefe de polícia da capital, Antonio Muniz Sodré de Aragão, que fizesse um trabalho de investigação de forma a “apurar os fatos, identificar os motivos para o movimento e apontar os líderes da insurreição”.¹⁷

Em cumprimento às determinações do presidente Gama e Abreu, Antonio Muniz Sodré de Aragão, ainda em 07 de agosto de 1879, dava por encerrado o processo de investigação do conflito ocorrido em Benevides. As conclusões apontavam para alguns colonos citados como “cabeças” do movimento. O inquérito limitava-se a descrever os principais acontecimentos do dia em que se deu à revolta, apontava os principais envolvidos e identificava as lideranças.¹⁸ De acordo com a conclusão dos autos foram indiciados como participantes diretos da revolta Antonio Pedro de Almeida, Manoel Vicente Ferreira Pinto, capitão Alfredo Leopoldo de Moura Ribeiro, Henrique José Pereira, Manoel Francisco do Nascimento, Pedro de Matos Arraes conhecido como Pedrão, Francell Gaspar de Barros, João Alves da Silveira, João Ferreira Braga, Antonio da Silva Salgado, Antonio Tavares Dubas, João Maurício Cabral, João Ferreira Filho, Raymundo Nogueira, Sesostres Pereira de Andrade, Balthazar Ferreira do Valle, Antonio Rufo, Francklim Marinho e Manuel Roiz Machado, conhecido como Manoel Roiz Peixe.

Para o chefe de polícia os colonos haviam cometido crime de sedição, ou seja, ajuntamento de pessoas armadas com intuito de promover a desordem publica; e neste aspecto indiciava os colonos Antonio Pedro de Almeida, Manoel Vicente Ferreira Pinto, capitão Alfredo Leopoldo de Moura Ribeiro, Henrique José Pereira, Manoel Francisco do Nascimento, Pedro de Matos Arraes e Francell Gaspar de Barros como lideranças do movimento e os demais como cúmplices. Antes do final do mês de agosto a imprensa dava conta da revogação do mandado de prisão contra os indiciados.¹⁹ O alvará de soltura emitido pelo juízo da capital não só era em favor dos que se achavam presos, como ainda daqueles a respeito dos quais ainda não tinham sido executadas as prisões.

¹⁷ O LIBERAL DO PARÁ. *Processo Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

¹⁸ O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides*. Belém, 20 de agosto de 1879, p. 02.

¹⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Processo Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

AS INTERPRETAÇÕES E DEFESAS DE INTERESSES

O conflito que até então se materializou na tomada da diretoria da colônia, ameaça de ocupar a cidade de Belém, além de outras ações isoladas dos colonos, tomava agora o caminho dos debates entre as autoridades gerando acusações, defesas e interpretações divergentes sobre a revolta. Gama e Abreu, assim como Jorge Sobrinho, acreditavam que o motim teria um caráter muito mais de desmoralizar as suas administrações, do que uma real necessidade dos socorros públicos.²⁰ Nesse caso, a principal acusação recai sobre o ex-diretor Pinto Braga, que o próprio Jorge Sobrinho admitia ter grande prestígio sobre a maioria dos colonos. Suspeitava-se ainda dos que estavam sendo prejudicados com o fim do envio dos socorros públicos, no caso, não os colonos, a quem os socorros deveriam atender, mas os que se aproveitavam da verba pública para aumentar os seus patrimônios particulares. Há de se considerar que era interessante para o governo desviar a atenção sobre alguns problemas enfrentados pelos colonos e que de certa forma demonstram as fragilidades de suas administrações. Estamos nos referindo à criação de situações que dificultavam a permanência dos colonos em Benevides, principalmente provocadas pela falta de sementes para plantio, o limitado tamanho dos lotes que não permitia que a produção de alimentos atendesse o consumo da família e a comercialização, a não entrega de terrenos nos períodos apropriados para plantio, entre outras situações que condicionam os colonos a dependência do auxílio do governo.

O senador Leitão da Cunha era de parecer que os colonos não teriam responsabilidades na revolta, pois esta teria sido provocada pela insensatez do Ministério da Fazenda. A insensatez a que se refere o senador, dizia respeito a um aviso encaminhado às províncias do Pará e Amazonas comunicando para que fossem suspensos os recursos aos retirantes cearenses.²¹ A execução do aviso deixaria, segundo avaliação, mais de 8.000 colonos, somente em Benevides, sem os auxílios dos socorros públicos. O caso mais grave para Leitão da Cunha foi o de não se avaliar os efeitos desse tipo de medida, subestimando qualquer possibilidade de reação dos colonos. Por outro lado, a administração provincial não se posicionou diante das ordens do governo imperial, o que se por um lado demonstrava a não preocupação com os problemas da província, por outro, pode refletir um desconhecimento das reais situações em que viviam os colonos. Para Leitão da Cunha, ao presidente da província não caberia apenas o papel de fiel cumpridor das ordens do Império,

²⁰ Falla do Presidente da Província do Pará, em 16 de junho de 1879, pp. 20-21.

²¹ Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, pp. 84-86.

sua fidelidade para com a Coroa seria assegurada na apresentação da real situação de cada província; papel que não teria sido cumprido, uma vez que, o presidente do Pará não apresentou com fidelidade a situação da província, nem se posicionou frente ao governo imperial de que estava impossibilitado de cumprir as ordenações quanto ao corte de despesas com manutenção dos colonos.

O que se observa, é que o conflito havia suscitado um debate quanto à relação que as administrações provinciais estabeleciam com o Império. Nesse caso, o que se chama atenção é para as atribuições do presidente de província que, muito mais do cumpridor dos interesses do Império nas províncias, deveria se constituir como articulador, negociando os diferentes interesses que estavam sendo postos em disputa. Esta situação contribui para negar a concepção de que o Estado brasileiro é construído a partir da imposição de interesses das classes dominantes da região Centro-Sul sobre o restante do país²²; aproximando muito mais com a perspectiva de que a consolidação do Estado Imperial no Brasil foi consequência de conflitos e cooperações instáveis.²³

De acordo com os dados apresentados por Leitão da Cunha às ordens para diminuição das despesas com os colonos cearenses não atingiam apenas os de Benevides. Os locais de atendimento dos migrantes que chegavam ao Pará se encontravam em condições precárias, como por exemplo, o asilo de cearenses que estaria com a sua capacidade de atendimento reduzida à metade e o fechamento da enfermaria de atendimento a retirantes no Braz, subúrbio de Belém. Destacava-se ainda o caso de que muitas comissões de socorros no interior tiveram de encerrar as suas atividades por falta de recursos. As palavras do senador Leitão da Cunha permitem, portanto, entender que o levante que havia ocorrido em Benevides era consequência de toda uma situação que refletia o descaso do governo provincial com a migração de cearen-

²² Esta concepção pode ser encontrada na noção de “interiorização da metrópole”; formulada por Maria Odila Silva Dias, a de “idéias fora do lugar”, de Robert Schwatz, na de “formalismo brasileiro”, utilizada por autores como Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho; na metáfora da “moda colonial”, concebida por Ilmar Rohloff Mattos. Nesse caso, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981; _____. *Teatro de Sombras: A política Imperial*. São Paulo: Vértice, 1988; DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. São Paulo: Perspectiva, 1986; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978; SCHWARTZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as Batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981, p. 13-28.

²³ Sobre esta questão ver: DOHLNIKOFF, Miriam. As elites regionais e a construção do estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP. 2003, p. 431-468. DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005; JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP. 2003, p. 15-28.

ses para Amazônia, não se restringindo apenas a suspensão dos auxílios concedidos aos retirantes; o que dava uma dimensão muito maior ao conflito. Nesse caso, concebemos a revolta também como consequência da incapacidade das autoridades em promover condições mínimas de sobrevivência. Essa fragilidade das instituições do Estado não permite que o governo perceba as reivindicações e o grau de insatisfação dos colonos; e quando percebe, são incapazes de atendê-las.²⁴

As acusações do senador Leitão da Cunha suscitaram uma série de debates no Senado. Nesse aspecto, o senador Jaguaribe, representante da província do Ceará, indagou se não havia outros interesses, além dos que naturalmente motivariam os colonos. Leitão da Cunha não descartava a possibilidade de que a rebelião recebesse apoio, inclusive de funcionários do próprio governo. De acordo com a carta que recebera de um de seus informantes, esta dava a entender que tinha muita gente enriquecendo com os socorros públicos, e que não eram os colonos que gozavam desse enriquecimento. Segundo o informante de todo o dinheiro que o governo tinha gasto e continuava gastando, a títulos de socorros, apenas uma terça parte, quando muito, teria tido a devida aplicação.²⁵

Esta situação no mínimo causaria estranhamento para o Senado. Isto por que as documentações apresentadas pelo presidente Joaquim do Carmo na Assembleia Legislativa Provincial em 22 de abril de 1878²⁶ e relatório do presidente Gama e Abreu de 16 de junho de 1879²⁷, apontavam várias distorções nos seus dados sobre os gastos com o núcleo Benevides. Enquanto que o primeiro procurava demonstrar que a colônia não apresentava qualquer problema do ponto de vista do excesso de despesas com manutenção dos colonos, o segundo mostrava-se surpreso com o volume de gastos que se fazia a título de socorros aos cearenses. Nesse aspecto, o entendimento do Senado era de que, se havia possibilidade de uma economia de 3\$500, feita na administração de Gama e Abreu em cada semana, isto demonstrava que parte dos recursos não estaria sendo aplicada em favor dos cearenses.²⁸

De acordo com Leitão da Cunha a omissão de informações poderia estar associada a uma série de irregularidades cometidas quanto ao uso dos socorros públicos; situação que para o senador precisaria ser mais bem investigada. Sobre as

²⁴ Aqui utilizamos as reflexões de Edward Thompson sobre revoltas e insatisfações relacionadas a crises políticas e legais; reflexão que associa à rebelião a fragilidade do Estado. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 94.

²⁵ Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 84-86.

²⁶ Falla do Presidente da Província do Pará, em 16 de junho de 1879, p. 20.

²⁷ Falla do Presidente da Província do Pará, em 22 de abril de 1878, p. 06.

²⁸ Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 86.

omissões, tratava-se do requerimento de 31 de março de 1879 em que o Senado havia solicitado informações quanto às despesas que haviam sido feitas na província do Pará pela verba de socorro público. Dados que até 8 de maio do mesmo ano não haviam sido apresentados. Em razão de não ter nenhuma posição da administração do Pará, o Senado resolveu aprovar uma nova solicitação, agora para o governo imperial. Nesse caso, o ministro do império na época, Leôncio de Carvalho, respondeu dizendo que havia solicitado informações da presidência provincial. Posterior a isso, nenhuma comunicação foi emitida. O descaso tanto do governo imperial quanto da província testemunhava a omissão ou a cumplicidade com os equívocos cometidos pela administração pública em Benevides, concluía o senador.²⁹

Uma primeira irregularidade apontada pelos senadores estava no fato do Ministério da Agricultura considerar o núcleo como não incluído no regime de colônias do Império, ou seja, sustentado com as verbas do Ministério. No caso de Benevides, esta seria sustentada, estrategicamente, pela verba socorro público, pois assim seria possível ao presidente da província ir abrindo crédito extraordinário quantas vezes quisesse; o que não oferecia qualquer limite nos custos com a manutenção da colônia. Nesse caso, eram diversos os interesses que estariam por trás de tudo isso. A falta de controle dos gastos estaria favorecendo, desde os fornecedores até funcionários públicos, e nesse aspecto, não se poderia deixar de suspeitar que essas pessoas tivessem apoiado a rebelião dos colonos, quando os socorros públicos foram cortados.

Convocado para prestar esclarecimento aos senadores, o Ministro Cansação de Sinumbú afirmou que toda atuação da presidência do Pará, quanto ao conflito, seguiu recomendação do governo imperial. De fato, em circular do Ministério da Agricultura de 15 de janeiro de 1879 o ministro José Luis Vieira Carneiro solicita a administração provincial uma completa redução das despesas com a colônia de forma que os custos fossem suprimidos “aos mais estreitos limites que a organização dos serviços comporte”.³⁰ Cansação de Sinimbu não acreditava no envolvimento de outros interesses, seja dos partidários ou críticos a administração de Gama e Abreu. Descartava também qualquer possibilidade de envolvimento de comerciantes e funcionários públicos. Para o ministro todas as providências teriam sido tomadas para resolver o problema, afinal, assim que recebeu informações do que ocorria no Pará, a administração geral mandou suspender a ordem de interrupção no fornecimento de auxílio aos colonos, no entanto, recomendou que o

²⁹ *Ibidem.*

³⁰ APEP. Códice 1667 (1879). Ofício do Ministério da Agricultura de 15 de janeiro de 1879.

governo verificasse a situação de cada um, de forma que se mantivessem os socorros públicos para os cearenses recém-chegados e para os que ainda não tivessem tempo de desenvolver algum cultivo.³¹

A participação do Ministério da agricultura, em uma análise mais superficial, poderia evidenciar uma resposta imediata da administração imperial, motivada pelos possíveis problemas que poderiam atingir as autoridades do Pará, caso se efetivasse a marcha dos colonos sobre Belém. Não se pode, no entanto, descartar que a atuação do Império em atender as exigências dos colonos, pode está relacionado ao período que Ricardo Salles, em estudo sobre o Segundo Reinado, chamou de “crise de hegemonia”, ou seja, momento em que a ação da Coroa “passou a refletir uma atitude de defensivismo” frente a ações populares. Esta situação era consequência do fortalecimento do movimento abolicionista, republicano e falta de estabilidade nas províncias; o que fazia com que as ações do governo durante o final da década de 1870 e os anos de 1880, guardadas as devidas proporcionais, estivessem relacionadas às respostas a pressões sociais, evitando maiores embates e consequentemente novos desgastes do governo.³²

Ainda sobre os esclarecimentos do ministro Cansansão de Sinimbu aos senadores e a reclamação de que o Ministério da Agricultura não havia assumido as despesas com a manutenção da colônia, deixando todos os gastos por conta dos cofres provinciais, este afirmava não se tratar de uma jogada política para não exercer qualquer controle sobre as despesas com a colônia, como acusava o senador Leitão da Cunha, mas era a única alternativa encontrada pela administração imperial para garantir auxílio aos retirantes; afinal um dos meios de sustentar a população desvalida era dar-lhe alimento, asilo e assegurar o seu estabelecimento em terras no interior da província. Essas despesas não podiam correr por conta da verba do Ministério da Agricultura para manutenção dos núcleos coloniais, mas através da verba socorros públicos, isto porque o Ministério teria a seu cargo apenas o serviço de colonização estrangeira, ou seja, não estavam estabelecidas no orçamento as despesas com a manutenção de colônias ocupadas por trabalhadores nacionais, nem tão pouco havia um programa ou uma legislação que atribuísse ao governo imperial o estabelecimento desse tipo de colonização.³³

Diante dos senadores, Cansansão de Sinimbu se compromete a criar medidas que evitasse novos conflitos em Benevides. Nesse caso iria entrar em

³¹ Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 88.

³² SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pp. 170-171.

³³ Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 88.

contato com o presidente do Pará e recomendar que fossem garantidos os auxílios públicos aos colonos, e que se evitasse que novos retirantes fossem encaminhados para Benevides até que a ordem e tranquilidade fossem restabelecidas. Além disso, autorizava o envio de um contingente de soldados à colônia, pois de acordo com as informações era significativo o número de colonos insatisfeitos, e nesse caso, a presença das autoridades policiais deveria ser assegurada de forma a evitar qualquer tipo de levante.³⁴

Não se tem os dados da quantidade de soldados enviados a Benevides. No entanto, sabe-se que o governo tinha à sua disposição, além da canhoneira Lamega com os praças da província do Maranhão, os soldados do 1º batalhão com sede em Belém e parte da infantaria que seguia para o Amazonas. A presença da força policial na colônia facilitou a execução de algumas medidas de retaliações aos colonos que participaram da revolta. Em 15 de fevereiro de 1880 o governo dava por conta a saída de 1.500 colonos, qualificados como “rixosos e turbulentos e que só serviam para alterar a ordem”.³⁵ Esses colonos, segundo o presidente Gama e Abreu não queriam lotes para o trabalho agrícola, estando apenas habituado ao trabalho garantido pelo governo, no qual recebiam diárias, sendo constantes as suas faltas em grande número de dias, todavia mantinham-se incluídos nas folhas de pagamento. Para Gama e Abreu a moralização dessas práticas de receber e não trabalhar teria levantado a ira dos colonos contra o governo e a ameaça de ocupar Belém. Esta versão dos acontecimentos e os diversos adjetivos atribuídos aos colonos tinham o propósito de omitir, conforme observamos, a fragilidade do projeto de colonização oficial, que não conseguia garantir as condições básicas de sobrevivência nesses espaços.

A JUSTIÇA ENTRE A LEI E O COSTUME

Diante dos acontecimentos o governo não estava satisfeito apenas com a saída de colonos, nem apenas desqualificar a revolta; a intenção era prender e condenar alguns revoltosos. Neste aspecto, o auto do processo de investigação conduzido por Antonio Muniz Sodré de Aragão atendia às expectativas do governo provincial, pois, recomendava a prisão imediata de alguns envolvidos que se encontravam em liberdade e solicitava a manutenção da prisão dos que foram detidos durante o processo de investigação do levante.³⁶

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Relatório do Presidente da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1880, p. 26.

³⁶ O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides*. Belém, 20 de agosto de 1879, p. 02.

A posição do chefe de polícia, elogiada pelo presidente do Pará, foi desaprovada pelo Superior Tribunal de Relação, que reformou o despacho, inocentando os réus e mandando executar alvará de soltura não só em favor dos que se achavam presos, como ainda daqueles a respeito dos quais não tinham sido executadas as prisões. Diante da posição do Tribunal de Relação, responsável em emitir parecer às solicitações constantes nos autos de investigação da chefatura de polícia, o jornal *O Liberal do Pará* insinua uma possibilidade de manobra dos que tinham interesses com o conflito em Benevides; no caso fazia referência aos que poderiam estar se beneficiando com o constante envio de verbas públicas para o socorro aos colonos.³⁷

O parecer do tribunal era criticado pelo jornal *O Liberal do Pará* por ter diminuído a gravidade do que ocorreu em Benevides, uma vez que, não qualificava o levante como crime de sedição ou revolta. Representante do Partido Liberal no Pará, este jornal se prestou a produzir vários artigos comentando o posicionamento do Superior Tribunal de Relação sobre o conflito em Benevides.³⁸ Nesses escritos ficava evidente a posição de crítica quanto à decisão de inocentar os envolvidos no conflito, compartilhando com a posição defendida pela administração provincial. Pode-se dizer que o jornal estava sendo utilizado por setores da sociedade paraenses, ligados aos interesses da administração provincial, para exercer uma pressão junto ao tribunal para que fosse revisto seu posicionamento.

A justificativa da decisão de inocentar os acusados era que não se poderia atribuir o caráter de sedição a uma reunião de pessoas não armadas. O tribunal alegava ainda que o ocorrido em Benevides não podia ser identificado como ajuntamento ilícito, uma vez que, os elementos que motivaram os colonos a se reunir na sede administrativa do núcleo era, apenas, obter informações dos motivos que levaram a administração a suspender os auxílios aos colonos, não havendo qualquer plano anterior de tomada da diretoria da colônia ou de ameaça de ocupação de Belém; situações que “se deram apenas no calor do movimento”.³⁹

O conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa, responsável pelo parecer do Tribunal de Relação, concluía suas observações destacando que o chefe de polícia não tinha competência para proferir sentenças, sendo que a sua atuação se limitava ape-

³⁷ O LIBERAL DO PARÁ. *Processo Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

³⁸ Sobre esses editoriais quanto ao conflito ver: O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides*. Belém, 27 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides (I)*. Belém, 29 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (I): Competência do juiz processante*. Belém, 27 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (II)*. Belém, 30 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (III)*. Belém, 30 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (IV)*. Belém, 03 de setembro de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (V)*. Belém, 10 de setembro de 1879, p. 02.

³⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

nas aos aspectos investigativos; e nesse caso não era a sua atribuição concluir os autos do processo com parecer favorável à prisão dos revoltosos ou manutenção na cadeia dos que haviam sido presos, devendo manter as suas observações apenas na descrição dos fatos. O conselheiro Paula Pessoa evocava neste parecer o artigo 9º da Lei nº 2033 de 20 de setembro de 1871 que extinguiu a competência do chefe de polícia, delegados e subdelegados quanto a pronúncia ou parecer nos crimes comuns.⁴⁰

A edição de 21 de agosto de 1879 de *O Liberal do Pará* lamentava a decisão do Tribunal em desconsiderar o parecer do chefe de polícia; outro equívoco, segundo o jornal, era não ter levado em consideração que muitas pessoas estavam de posse de cacetes e facas, conforme descreveram as testemunhas. Para o jornal, a sentença apresenta dois erros principais: o primeiro, por não atentar que vários colonos estavam armados de cacetes, e nesse caso os desconsiderava como armas; e o segundo, que o tribunal se deixava levar pelas conversas de que era hábito dos colonos cearenses usam facas embainhadas na cintura, o que demonstrava que a presença de alguns colonos portando este instrumento não se devia ao levante, mais a um costume dos cearenses em andarem armados.⁴¹ O entendimento do Tribunal de Relação era de que, embora a lei estabelecesse a faca como arma, no caso dos cearenses, estes não podiam ser qualificados como portadores de armas, pois, se entendia que o uso desse armamento era comum entre essas pessoas, configurando muito mais um costume do que crime.⁴²

O Liberal do Pará, como representantes dos interesses da presidência da província, resumia a decisão do Tribunal como ato que estimulava a desordem e o desrespeito às instituições em troca de favores a amigos e correligionários. A sentença do conselheiro Paula Pessoa, segundo o jornal, em vez de garantir “que os sediciosos de Benevides estivessem na cadeia, lá estão na colônia soltando foguetes em louvor ao ilustre presidente do Tribunal da Relação e a quem apoia”.⁴³

Mesmo considerando os interesses que estão presentes na decisão do Tribunal de Relação, principalmente quanto aos que apoiavam a rebelião dos colonos em Benevides, não se pode deixar de registrar que a divergência entre as autoridades foi um fator decisivo para o êxito da revolta, que tinha como reivindicação mais imediata o retorno dos auxílios e socorros públicos. No entanto, observa-se

⁴⁰ Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1872.

⁴¹ O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

⁴² A concepção de costume apresentada pelo parecer do conselheiro Paulo Pessoa se aproximava do que Thompson definiu como “usos habituais: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados”. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 15.

⁴³ O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

também, que o conflito provocou diversas discussões e ações do governo tanto provincial, quanto do Império, no sentido de corrigir equívocos cometidos que, guardadas as devidas proporções, favoreceram a atuação dos colonos, ampliando as suas possibilidades de conquistas de outras demandas, principalmente quanto ao fim das demissões dos colonos que prestavam serviço nas obras públicas na colônia.

No caso mais específico do parecer do Tribunal de Relação, em que inocentou os colonos, por considerar legítima a sua ação de tomar satisfações junto aos poderes públicos, ou ainda por não considerar o uso da faca por cearenses como armamento, mas como parte dos costumes desses colonos. O que se observa é que o posicionamento da justiça, além de legitimar a atuação dos colonos, amplia o campo de disputa, permitindo que estes recorram ao judiciário na tentativa de que seus interesses sejam atendidos; sem contar que os colonos percebem que os diferentes posicionamentos das autoridades, ao mesmo tempo em que reflete um conflito de interesses, amplia a possibilidade de assegurar apoio para suas reivindicações. O judiciário se constitui, então, como espaço onde diferentes concepções, valores, intenções e interesses estão em tensão e conflito⁴⁴ e a lei como matéria de disputa de diferentes projetos políticos e reveladora das categorias que organizam a percepção da sociedade.⁴⁵

Trata-se, portanto, de tomar as práticas que se repetiam costumeiramente como fonte produtora de direitos. Sendo assim, o costume, embora não se constituísse nesse momento como texto da lei, teve uma eficácia expressiva, na medida em que, se constitui como elemento de interpretação da legislação. Isto justifica, como observado, a não acusação de sediciosos pelo uso de armas, pois esta prática é concebida como uso comum dos colonos cearenses. Estamos dizendo que embora não esteja produzida nenhuma ordenação legal quanto à liberação de usar armas por cearenses, esta prática se legitima pela força do hábito.

Os conflitos de interesses entre as autoridades provinciais, e como os colonos se aproveitavam dessa situação para assegurar apoio para suas reivindicações, fica evidente nas eleições de 1880. Segundo o jornal *O Liberal do Pará*, era evidente o apoio dos colonos de Benevides aos candidatos de oposição à administração provincial. Em tom de denúncia, o jornal citava a presença de muitos colonos cearenses armados pelas ruas de Belém “intimidando os eleitores”. O jornal identificava esses colonos como “os malvados Abel Bertholdo, João da Lenha e Chico

⁴⁴ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁴⁵ HESPANHA, A. Manuel. *Justiça e litigiosidade – História e prospectiva*. Lisboa, Calouste Gulbekian, 1993.

Beißola”.⁴⁶ O conflito do ano anterior às eleições, de fato, parece ter contribuído para um desgaste da administração provincial junto aos colonos; o que poderia ter facilitado uma aproximação maior dos candidatos ligados ao Partido Conservado, que fazia oposição ao governo. No caso dos colonos Abel Bertholdo, João da Lenha e Chico Beißola, entre outros colonos que são citados pelo jornal, estes atuavam a serviço do padre José Lourenço da Costa Aguiar, candidato a deputado provincial pelo Partido Conservador, e que havia se posicionado favorável ao movimento de revolta em Benevides e a retomada do pagamento dos socorros públicos; o que provavelmente deva ter contribuído para receber o apoio dos colonos.⁴⁷ Nesse caso, a presença de colonos atuando nas eleições de 1880 parece evidenciar que a revolta de 1879 possibilitou uma articulação de interesses, em que as demandas dos colonos passam a estarem envolvidas num espaço de disputa que não está circunscrito aos interesses dos grupos dominantes locais.

Esta situação demonstrava, somadas as muitas outras já citadas, que o conflito em Benevides havia tomado diversas proporções. A princípio ganhou na imprensa e na fala dos poderes público feições de intrigas e disputas políticas, e quando necessário nesses mesmos discursos, os conflitos e reivindicações são representados como um levante de proporções tão grandes a ponto de se temer a invasão da capital do Pará por colonos empobrecidos, e de se colocar à disposição das autoridades uma canhoneira com praças do Maranhão a fim de intimidar os possíveis revoltosos. Ao lado disso, parece-nos que para os colonos o evento se revestia de um caráter reivindicatório em que ameaça é vista como elemento que possibilitaria uma resposta imediata do governo para resolver problemas cotidianos que exigia solução também imediata; afinal tratava-se do pagamento de auxílios, dos quais dependia a alimentação de muitos colonos.

CONCLUSÃO

Embora a princípio se revestisse de um caráter imediato, as motivações da revolta e os rumos que tomou, deu um caráter ao movimento incorporando novas demandas, como por exemplo, a necessidade de manutenção dos postos de traba-

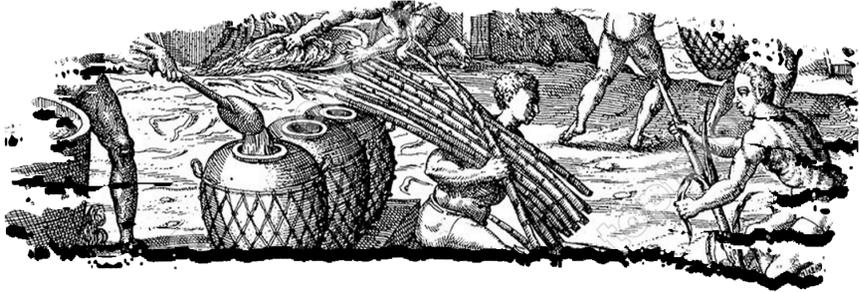
⁴⁶ O LIBERAL DO PARÁ. *Os cearenses no Pará (III)*. Belém, 27 de novembro de 1885, p. 01.

⁴⁷ O caso dos colonos Abel Bertholdo, João da Lenha e Chico Beißola faz referência ao que José Murilo de Carvalho, em trabalho sobre a construção da cidadania no Brasil, chamou de “capanga eleitoral”. Segundo o autor, eram figuras importantes que cuidavam da parte mais truculenta do processo eleitoral. Cabia a eles “a proteção dos partidários e, sobretudo, ameaçar e amedrontar os adversários, se possível evitando que não comparecessem à eleição. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.

lhos aos colonos. Apontou que administrar a província significava compartilhar interesses com outras instâncias de poder, como o judiciário. Há de se destacar que possibilitou um amplo debate junto às autoridades provinciais sobre as condições de vida no interior dos núcleos coloniais e posicionamento dos administradores junto a esta questão; sem contar que a atuação dos colonos criou outro espaço de disputas antes restrito a diretoria da colônia e a presidência de província; tratava-se do judiciário que passa a ser vista pelos colonos como instância onde as suas demandas podem ser debatidas e asseguradas.

Destaca-se ainda, a percepção dos colonos quanto ao posicionamento das autoridades frente ao conflito; o que demonstra divergência de concepções, que por sua vez é revestida por diferentes interesses. As divergências são encaradas, do ponto de vista dos revoltosos, como caminhos possíveis de negociação de interesses; o campo de negociação, nesse aspecto, não estava circunscrito aos setores dominantes da sociedade, mas incorporava demandas construídas ao longo da revolta. Diríamos que a experiência vivenciada pelos colonos de Benevides em 1879, não apenas assegurou a retomada dos auxílios e socorros públicos, mas possibilitou um repensar das ações públicas em torno dos programas de colonização, assim como legitimou novos campos de atuação dos colonos na luta por melhores condições de vida.

Capítulo 7



José Maia Bezerra Neto

Uma história do tráfico em verbetes: etimologia e história conceitual do tráfico a partir dos dicionários

“O pensamento não é nada de ‘interior’,
ele não existe fora do mundo
e fora das palavras”.

Maurice Merleau-Ponty, Fenomenologia
da Percepção.

1

No século XIX, entre os anos de 1831 e 1850, o comércio brasileiro de escravos africanos existiu como contrabando, uma vez que desde 7 de novembro de 1831 havia sido legalmente proibido e, a partir da Lei de 4 de setembro de 1850, foi duramente combatido e efetivamente extinto. Antes disso, era uma atividade comercial legal e lícita, senão legítima, sendo uma das formas de comércio denominadas como *tráfico* ou *trafego*, realizada por mercadores ou comerciantes também chamados de *traficantes*, isto é, aquele que leva uma mercadoria de um lugar ao outro, negociando-a com terceiros. Quando de sua proibição legal e,

principalmente, quando de sua efetiva repressão, o comércio de escravos africanos tornou-se prática ilícita e condenada moralmente, sendo por isso muitas vezes denominado como *tráfico ilícito*, distinguindo-se, portanto, esse comércio infame de outras práticas comerciais denominadas como *tráfico*. Iniciava-se assim a construção da identidade dos comerciantes de escravos como *traficantes* e de seu comércio como *tráfico*, com o sentido negativo que essas palavras são usualmente empregadas no Brasil contemporâneo; ou seja, *tráfico* como negócio ilegal ou sujo e *traficante* como sujeito imoral e criminoso.¹

Então, a identificação negativa do comércio de escravos africanos como *tráfico* e de seus promotores como *traficantes*, que qualquer estudante logo aprende como sinônimos ao abrir os livros de história nas páginas que tratam da abolição do

¹ Sobre o tráfico de escravos africanos para o Brasil, inclusive sobre o que foi dito aqui já existe uma significativa produção historiográfica. Ver, por exemplo, ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Comércio de Escravos 1807-1869. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira); CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negroiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, n. 52 (1006), p. 79-114; CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; CURTO, José. *Alcohol and slaves: the luso-brazilian alcohol commerce at Mpinda, Luanda, and Benguela during the Atlantic slave trade c. 1480-1830 and its impact on the societies of West Central Africa*. Los Angeles: Tese de doutorado, UCLA, 1996; FERREIRA, Roquinaldo. “Abolicionismo e fim do tráfico de escravos em Angola, séc. XIX”, *Cadernos do CHDD*, ano IV, número especial (2005), p. 159-176; FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic Slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*. Los Angeles: Tese de Doutorado, UCLA, 2003; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII-XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997; GRADEN, Dale T. “Uma lei ... até de segurança pública: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 30 (1986), p. 113-150; HOCHSCHILD, Adam. *Enterrem as correntes*. Profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos. Rio de Janeiro: Record, 2007; KODAMA, Kaori. “Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo (1849-1852)* e a formação do povo: doenças, raça e escravidão”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, nº 56 (2008), p. 407-430; MACLACHLAN, Colin M. “African Slave Trade and Economic Development in Amazônia, 1700-1800”. In: TOPLIN, Robert Brent (ed.). *Slavery and Race Relations in Latin America*. Westport: Greenwood Press, 1974, p. 112-145; NEEDELL, Jeffrey. “The abolition of the Brazilian slave trade in 1850: historiography, slave agency and statesmanship”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 33 (2002), p. 681-711; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do Tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Unicamp, 2000; RODRIGUES. *De costa a costa*. Escravos e tripulantes no tráfico negroiro (Angola-Rio de Janeiro, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; SILVA, Alberto da Costa e. “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”. In: SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: EdUFRRJ/Nova Fronteira, 2003, p. 53-74; SILVA, Anaíza Vergolino e. “O negro no Pará – A notícia histórica”. In: ROCQUE, Carlos (org.). *Antologia da Cultura Amazônica*. Belém: Amazônia Edições Culturais LTDA/AMADA, 1971, vol. VI, p. 17-33; SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. “Memórias do tráfico ilegal de escravos nas ações de liberdade: Bahia, 1885-1888”. *Afro-Ásia*, vol. 35 (2007), p. 37-82; TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Editora Ática, 1988; TAVARES. “O capitalismo no comércio proibido de escravos”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 28 (1998), p. 37-52; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo*. Do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

comércio negreiro no Brasil, ainda que quase sempre nos soe tão natural, tem a sua história. Foi justamente a partir das lutas empreendidas contra o comércio brasileiro de escravos africanos e seus agentes, que o *tráfico* de escravos no sentido de comércio vai perdendo a sua condição lícita. Mas essa ressignificação foi construída sobre terreno movediço. Em 1868, por exemplo, o Conselheiro Tito Franco de Almeida, advogado e político liberal, quando publicou seu trabalho sobre a extinção do comércio negreiro, o denominou como *O Brasil e a Inglaterra ou Tráfico de Africanos*.² Assim, esse intelectual, como muitos outros de sua época, não reduzia simplesmente todo o *tráfico* ao comércio ilegal de escravos africanos e ponto final, mas procurava situar este como uma de suas modalidades quando assim dizia o *tráfico de africanos*, ou seja, uma modalidade de fazer o *tráfico* ou *traficar* que havia se tornado ilícita e imoral, podendo haver, como havia, outras formas de *tráfico* legais. Coube, então à historiografia brasileira, novecentista principalmente, a consolidação do conceito do comércio brasileiro ilegal de escravos extinto em meados do século XIX com a palavra *tráfico*; bem como a associação entre os negociantes de escravos africanos com o rótulo de *traficantes*. Embora, seja oportuno lembrar, não fosse um processo de mão única, havendo variantes, antes que *tráfico* se tornasse sinônimo de comércio de escravos e seu promotor, *traficante*. Nos anos de 1930, por exemplo, quando o historiador Jorge Hurley publicou seu trabalho “Noções de História do Brasil e do Pará”, no volume XI da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, ele próprio não utilizou a palavra tráfico, mas termos como “importação do homem africano”, “comercio de compra e venda dos pretos africanos”, “comercio torpe do africano”, “resgate de escravos africanos”, “comercio do escravo africano” e “contrabando”. Em seu texto, a palavra *tráfico* aparece então apenas duas vezes em citações reproduzidas por Hurley das obras *Repertório da Legislação Servil* de Luiz Maria Vidal, de 1883, e *Os Africanos no Brasil* de Nina Rodrigues, tomando como sinônimo de comércio de escravos.³

Os caminhos sinuosos, portanto, que apresenta o processo de ressignificação do conceito de *tráfico*, revelando a natureza polissêmica dessa palavra, lembramos o que Reinhart Koselleck nos diz acerca da *História Conceitual*, quando afirmou que: “permanencia, cambio y novedad se captan diacrónicamente, a lo largo de los significados e del uso del lenguaje de una y la misma palabra”.⁴ Aliás, o capítulo

² Cf. ALMEIDA, Tito Franco de. *O Brasil e a Inglaterra ou Tráfico de Africanos*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868.

³ Cf. HURLEY, Jorge. “Noções de História do Brasil e do Pará”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. XI (1938), pp. 199-200. Luiz Maria Vidal usa o termo “origem do tráfico” e Nina Rodrigues fala de “O grande tráfico”, nos períodos citados por Hurley.

⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Buenos Aires: Paidós, 1993, p. 116.

“Historia Conceptual e Historia Social”, do livro *Futuro pasado* de Koselleck, inspira a escrita deste texto, quando, por exemplo, nos ensina que: “en el cambio de perspectiva pueden hacerse visibles eliminaciones entre los significados antiguos de palabras que apuntan a un estado de cosas que se extingue y los nuevos contenidos que surgen para esa misma palabra”.⁵ Enfim, Koselleck nos revela a importância de se pensar a *História Conceitual* distinta da *História Social*, bem como da *História das Idéias* ou *História da Linguagem*, apesar das interconexões e bricolagens com as mesmas, a qual “puede definirse como una parte metódicamente autónoma de la investigación en historia social”⁶, sendo a *História Conceitual* “en primer lugar un método especializado para la crítica de las fuentes, que atiende al uso de los términos relevantes social o políticamente y que analiza especialmente las expresiones centrales que tienen un contenido social o político”.⁷

Ainda lembro, a partir de Koselleck, que não se deve tomar o conceito pela palavra, pois nem toda palavra traduz um conceito social e político, sendo estes definidos como aqueles que “contienen una concreta pretensión de generalidad y son siempre polisémicos – y contienen ambas cosas no solo como simples palabras para la ciencia de la historia”, Não sendo toda palavra um conceito, Koselleck alerta que, ao contrário da palavra, “un concepto tiene que seguir siendo polívoco para poder ser concepto”, uma vez que “una palabra se convierte en concepto si la totalidad de un contexto de experiencia y significado sociopolítico, en el que se usa y para el que se usa una palabra, pasa a formar parte globalmente de esa única palabra”.⁸ Assim, penso ser possível trabalhar a palavra *tráfico* (com suas variações: *traficar*, *traficância* e *traficante*) como um conceito social e político, a partir de uma perspectiva sincrônica e, principalmente, diacrônica, até porque, como ensina Koselleck

Solo diacrónicamente se pueden percibir la permanencia y la fuerza de validez de un concepto social o político junto con las estructuras que le corresponden. Las palabras que se han mantenido, tomadas en sí mismas, no son un indicio suficiente de que las circunstancias hayan permanecido igual.⁹

⁵ *Ibidem*, p. 122.

⁶ *Ibidem*, p. 122.

⁷ *Ibidem*, p. 112.

⁸ *Ibidem*, p. 116-117.

⁹ *Ibidem*, p. 114-115.

Assim se pode pensar a palavra *Tráfico*, que carrega um sentido negativo em seu uso diário, ainda que mantenha outros significados positivos, dado o seu caráter polissêmico, quando se busca na sua análise diacrônica, portanto histórica, perceber que a permanência dessa palavra não implica que as circunstâncias tenham permanecido as mesmas, até porque a mudança de sentido em termos negativos da palavra *Tráfico* tem uma história que remete à luta contra o comércio atlântico de escravos africanos e a sua extinção no Brasil, em meados do século XIX. Conceituação negativa de *tráfico* assim construída inclusive pela historiografia, a partir das leituras das obras e documentos do século XIX. Leituras essas que perdiam de vista, no entanto, a ausência de um sentido único para determinar o significado de *tráfico* contido nas fontes.

Então, perceber o caráter polissêmico da palavra Tráfico e sua ressignificação a partir de uma análise diacrônica, associada ao comércio de escravos africanos, é o que se quer estudar aqui, fazendo uso dos verbetes de dicionários publicados no século XIX e início do XX. Os anos foram em grande parte escolhidos aleatoriamente, conforme a disponibilidade dos dicionários, e, intencionalmente, em menor medida quando escolhi as balizas temporais de 1842, após 1831 e antes de 1850, e de 1913, após a abolição da escravidão e queda da monarquia, como marcos inicial e final para esta análise, ainda que a título de contraprova tenha feito consulta de dicionário de fins do século XVIII.

2

No dicionário Aurélio, Século XXI, no verbete *Tráfico*, existem três possibilidades de definição, sendo a primeira, a que o define como *comércio, negócio, tráfico*.¹⁰ Neste sentido, faz coro com a tradição mais antiga de conceituar essa palavra como atividade comercial, uma vez que nos dicionários do século XIX, esta forma de definir *Tráfico* era a forma primordial e usual, que ainda permanece até hoje, porém já sem seu sentido usual. No *Diccionario dos Termos Homonymos e Equívocos da Língua Portuguesa*, de Antonio Maria do Couto, de 1842, *Tráfico* visto como sinônimo de *Tráfego* era definido como *negócio, comércio ou tracto mercantil*.¹¹ No *Diccionario da Língua Portuguesa*, de José da Fonseca, revisto por

¹⁰ Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico. Século XXI. Versão 3.0*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Lexikon Informática Ltda., novembro de 1999.

¹¹ Cf. COUTO, Antonio Maria do. *Diccionario da maior parte dos Termos Homonymos e Equívocos da Língua Portuguesa*, augmentado com huma grande cópia de vocábulos técnicos, e sua etymologia; e enriquecido com muitos adágios da língua, e trechos de história, crítica e antigüidades. Lisboa: Typographia de Antonio Joze da Rocha, 1842.

J. Roquette, de 1860, *Tráfico* aparece como *commércio* ou *negócio*.¹² Na terceira edição, em 1870, do *Dicionário Encyclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de José Maria de Almeida e Araújo Corrêa de Lacerda, *Tráfico*, tomado como sinônimo de *Tráfego*, possuía o significado de *trato mercantil* ou *negocio*, explicando o autor a sua etimologia a partir das palavras latinas *trans* (além) e *efficio/ere* (fazer, conseguir).¹³ No *Dicionário dos Synonymos Poéticos e de Epithetos da Língua Portuguesa*, por J. I. Roquette e José da Fonseca, de 1871, comerciante, negociante, mercador, tratante, chatim e traficante são arrolados como sinônimos no verbete 231, aparecendo a seguinte definição:

Tráfico ou *Tráfego* (Parece-me que esta palavra se formou, assim como o verbo *trafegar*, de *transfêro*, trasladar, levar d'um lugar para outro) é o *commércio* ou antes o transporte d'um lugar para outro, sobre tudo mui distante; porém commummente se toma na idéa de entreposição, mediação bastante análoga á palavra e mui adequada para designar a acção do último vendedor, que se põe, por assim dizer, entre o primeiro e o consumidor, para trasladar d'um a outro uma mercadoria, como a lã, a seda, o algodão, etc...¹⁴

Entende-se, assim, porque *Tráfico* e *Tráfego* acabaram tomados como sinônimos, uma vez que todo *tráfico* seria *tráfego* de mercadorias de um ponto ao outro feito por um mercador ou negociante, sendo, portanto, *tráfico* uma forma de *negócio* ou modalidade de *comércio*; o *traficante*, aquele que faz comércio, ou seja, *comerciante* ou *homem de negócios*. Daí, segundo Roquette e Fonseca, o *traficante* ser aquele que traslada “d'um a outro uma mercadoria, como a lã, a seda, o algodão”, entre outras, não colocando os dicionaristas aí a mercadoria humana, ou seja, os escravos, embora publicando a terceira edição de sua obra em 1871. Assim, embora o comércio de escravos considerado pirataria já fosse visto como *tráfico* ilícito, nem todo *tráfico* o seria, pois existiam aqueles legítimos, lícitos e legais, como o de seda, lã ou algodão citado por Roquette e Fonseca. Em 1877, no *Dicionário Prosódico de Portugal e Brazil*, de Antonio José de Carvalho e João de Deus, *Tráfico* é o mesmo que *Commércio* e *Negócio*, sendo *Tráfego* definido

¹² Cf. ROQUETTE, J. I. *Dicionário da Língua Portuguesa*, de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por J. I. Roquette. Pariz: Casa de V^a J. P. Aillaud, Molon e C^a, 1860.

¹³ Cf. LACERDA, José Maria de Almeida e Araújo Corrêa de. *Dicionário Encyclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, para uso dos portuguezes e brasileiros, o mais exacto e mais completo de todos os dicionários até hoje publicados, seguido do Dicionário de Synonymos com Reflexões Críticas. Terceira Edição. Lisboa: Escripório de Francisco Arthur da Silva, 1870.

¹⁴ Cf. FONSECA, José da & ROQUETTE, J. I. *Dicionário dos Synonymos Poéticos e de Epithetos da Língua Portuguesa*. Pariz: Casa de V^a J. P. Aillaud, Guillard e C^a, 1871.

como *Lida, Negócio, Trato Mercantil e Conversação*.¹⁵ Em 1889, no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva *Tráfico* aparece igualmente como *Tracto, Tráfego, Negócio e Comércio*.¹⁶ Em 1913, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Candido de Figueiredo, cuja primeira edição remonta a 1899, *Tráfico* continua aparecendo como *Comércio* ou *Negociação*, e *Tráfego* sendo dado como o “mesmo que *tráfico*”, sendo definido ainda como “Transporte de mercadorias nas linhas férreas. Repartição ou pessoal, que se ocupa dêsse transporte”, sendo, inclusive, *Trafêgo* o “mesmo que *tráfego*”.¹⁷

Creio, então, que essa definição do *tráfico* como *negócio, comércio* ou *trato mercantil* que vem de longa data, ainda aparece nos verbetes dos dicionários contemporâneos muito mais por uma perspectiva conservadora dos dicionaristas, uma vez que hodiernamente o uso do termo *Tráfico* no cotidiano brasileiro o associa a qualquer atividade ilícita, imoral ou criminosa lucrativa, seja o tráfico de mulheres para exploração sexual; o tráfico de drogas; ou o tráfico de órgãos, entre outros tantos negócios escusos. Desconheço que alguém diga viver do *tráfico* disto ou daquilo no sentido de *atividade comercial*, nem que alguém que vive de algum tipo de *comércio* se apresente como *traficante*, como se quisesse dizer *comerciante* ou *negociante*. Daí, inclusive, o dicionário *Aurélio, Século XXI*, dar como uma segunda definição para *Tráfico* como *Negócio indecoroso*; acrescentando uma terceira, da seguinte forma, bastante atual na vida política brasileira: “Uso de prestígio junto a autoridade ou órgão público a fim de conseguir vantagens, benefícios, favores ilegais ou irregulares”.¹⁸

3

Então, vem a pergunta: a partir de que momento *tráfico* passa a ser um conceito associado ao banditismo, pirataria ou práticas ilícitas, ilegais, sinônimo de desonra e vergonha? Para responder esta questão, convido a continuarmos a consulta dos dicionários já citados acima. Em 1842, no *Dicionário da Maior Parte dos Termos Homonymos e Equívocos da Língua Portuguesa*, de Antonio Maria do

¹⁵ Cf. CARVALHO, Antonio José & DEUS, João de. *Dicionario Prosodico de Portugal e Brazil*. Lisboa: Pacheco & Barbosa; Rio de Janeiro: A. A. Lopes do Couto, 1877, vol. 2.

¹⁶ Cf. SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, nova edição revista e melhorada, 2 volumes. Rio de Janeiro: Editora – Empreza Litteraria Fluminense, 1889.

¹⁷ Cf. FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Nova edição, essencialmente refundida, corrigida e copiosamente ampliada. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1913, volume II.

¹⁸ Cf. FERREIRA. *Dicionário Aurélio Eletrônico. Século XXI*.

Couto, logo abaixo do verbete Tráfico, substantivo masculino sinônimo de *Tracto Mercantil*, *Negócio* ou *Commércio*, vem *Trafico*, primeira pessoa do presente do verbo *Traficar*, definido como “negociar sem lizúra, exercitar o tráfico”; Couto informa, ainda, haver derivações da palavra *Trafico* associado aos sufixos *ante* e *cância*, possuindo o significado de *alicantina*, isto é, astúcia, manha, trapaça ou treta, portanto. Para esse dicionarista, portanto, se *Trafico* e *Traficar* podiam remeter ao ilícito, não deixavam por sua vez de expressar a ação de quem fazia *Tráfico* como comércio, já *Traficante* e *Traficancia* eram identificados de forma negativa, ainda que não possuíssem qualquer destaque, afinal não possuíam verbetes próprios.

No *Dicionário* de José da Fonseca, ampliado e revisto por J. Roquette, de 1860, no qual *Tráfico* aparecia como *negócio* ou *commércio*, nota-se também que traz ainda dois outros verbetes: *Traficar*, verbo que traduz a prática de quem vive do tráfico, portanto, visto como sinônimo de *commerciar*, *negociar*, mas também identificado como *negociar com gírias*, isto é, sem lisura; e, *Traficancia*, definido como *trato*, *vida de traficante*; *falta de lisura*. Não há um verbete para *traficante*, embora palavra conhecida. Note-se, portanto, que igualmente aparece nesta edição do *Dicionário* de José da Fonseca/J. Roquette, a tendência de identificar *Traficar* como ato ardisoso, embora preservando sua conotação lícita, bem como a definição de *traficancia* como *falta de lisura*, embora distinguindo *traficancia* (substantivo feminino) de *tráfico* (substantivo masculino), sendo este tomado como prática comercial lícita.

No *Dicionário Encyclopédico* de José Lacerda, de 1870, embora *Tráfico* seja tido como *trato mercantil* ou *negocio*, tomando-o, portanto, como atividade lícita; o dicionarista traz outros três verbetes associados: *Traficancia*, *Traficante* e *Traficar*, todos os três trazendo a idéia de negócio ilícito ou fraudulento. Assim, *Traficancia* aparece como *trato de traficante*, embora seu uso familiar fosse tomado como *negócio feito de má fé*, *com fraude*, *fraudulento*. *Traficante*, embora visto como negociante, o que tem *trato mercantil*, é também dado a partir de seu uso comum como *homem frauduloso*. *Traficar* é visto como *negociar*, *chatinar*, *ter trato mercantil*, mas igualmente como ato de *fazer traficâncias*, *fraudes em commercio*.

Há aqui uma diferença entre os *Dicionários* de 1860, por José da Fonseca/J. Roquette, e de 1870, por José Lacerda; e o *Dicionário* de Antonio Maria do Couto, de 1842. Neste há a ausência dos verbetes *Traficancia* e *Traficante*, embora existisse o de *Traficar*, sendo *Tráfico* visto como *commércio*, *tracto mercantil*, *Negócio* ou como sinônimo de *Tráfego*. Em 1842, as definições negativas do tráfico como negócio fraudulento ainda que não estivessem ausentes do dicionário de Couto, não tinham destaque algum, apesar das lutas contra o comércio de

escravos africanos ao longo do século XIX, principalmente desde 1807, quando foi abolido o tráfico inglês de africanos, tivesse feito do comércio de escravos uma atividade ilícita, criminosa ou pirataria, portanto, o associasse ao ilícito e ilegal, deixando o tráfico de ser uma atividade tão-somente vista como legal. Da mesma forma que a imagem do negociante de escravos como um mercador ou comerciante passava a ser vista como infame, deixando o traficante de ser cada vez menos um homem honrado que vivia de traficar ou comerciar honestamente para ser um sujeito inescrupuloso.¹⁹

Acredito, então, que na década de 1840, bem como nas que lhe seguem, o termo *Tráfico* aos poucos passou a incorporar dubiamente uma definição negativa, ao mesmo tempo em que preservou a sua conceituação tradicional como *trato comercial, negócio ou comércio*, sendo o comércio ilegal de escravos africanos a faceta ilícita do *tráfico*, que ainda poderia ser feito licitamente, inclusive negociando escravos entre os municípios e províncias do Império do Brasil.²⁰ Daí, como já foi dito, os diversos dicionaristas do século XIX definirem *Tráfico* como *negócio* ou *comércio*, ao mesmo tempo em que nos *Dicionários* consultados *Traficancia* passe a ser a palavra que, distinta de *Tráfico*, traz uma conotação negativa. Lembrando, todavia, que em 1860, em José Fonseca/J. Roquette *Traficar* não era exclusivamente visto como algo negativo; e o termo *Traficante* não possuía verbete próprio. Em 1870, em José Lacerda, no entanto, *Traficar* ainda que possuísse uma conotação ambígua, usualmente já definia uma atividade fraudulenta; enquanto *Traficante*, igualmente ambíguo, já constava como verbete. Assim, *Tráfico* continuava incólume como atividade comercial lícita, enquanto *Traficancia* era definido dubiamente como ato de negociar e fazer negócios fraudulentos, ao mesmo tempo em que o verbo *Traficar* podia ainda ser algo honesto, mas já era usual ser definido como fraudulento.

No seu *Dicionário dos Synonyms*, de 1871, Fonseca e Roquette deixam bastante claro essa mudança de sentido e significado em relação ao conceito de *Traficante*, quando diz que:

Ao que se occupa no **tráfico** chama-se *traficante*; mas este vocábulo, innocente em sua origem, toma-se hoje em máo sentido

¹⁹ Sobre a abolição do tráfico brasileiro de escravos e as lutas contra o tráfico de escravos ao longo do século XIX, ver o excelente trabalho de BETHELL. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. Sobre a imagem negativa do tráfico e traficantes, ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio* e RODRIGUES. *De costa a costa*.

²⁰ A esse respeito, ver: BEZERRA NETO, José Maia. "O Africano Indesejado. Extinção do tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará, 1850-1860)". Trabalho apresentado no *VI Encontro Regional da ANPUH-Núcleo do Pará e II Simpósio Internacional de História da Amazônia. Entre mares, matas e rios: Amazônias e Áfricas*, 2006 – mimeo.

para designar o que no seu trato usa de industrias e não *negocia* lisa e honradamente.

Tratante significa propriamente o que trata, o que se emprega em trato, no sentido de *commércio, negocio, tráfico de mercadorias*. Hoje porém toma-se á má parte, e é quase synônimo de traficante: diz-se dos que fazem negócios com dolo e fraude.²¹

Não é à toa, portanto, que Fonseca & Roquette, na segunda parte de seu *Dicionário*, juntamente com o verbete de *Tráfico* tão-somente identificado como *commércio* ou *negócio*, coloquem *Traficancia* como sinônimo de *trafego* ou *tráfico*, mas definindo-a como *embuste* ou *velbacada*; da mesma forma que *Traficar*, visto como *negociar* e *commerciar* tinham uma conotação negativa quando identificada como *chatinar*. Ou seja, ato de fazer *chatim*, definido por esses dicionaristas como palavra de origem asiática, que “designa o *negociante* astuto, talvez de pouca conta, que confia mais na sua esperteza, que na lisura do trato, e valia de seus cabedaes”.²²

Em 1877, no *Dicionário Prosodico de Portugal e Brazil*, de Antonio José de Carvalho e João de Deus, antes do verbete *Tráfico*, visto como *commercio* ou *negócio*, eram listados os de *Traficancia*, *Traficante* e *Traficar*. O primeiro, substantivo feminino que quer dizer “trato de traficante; negócio fraudulento”. O segundo, substantivo masculino sinônimo de negociante, mas igualmente de “homem fraudulento”. O terceiro, verbo que significa tanto “commerciar”, como “fazer traficancias”, ou seja, negócios escusos.²³

Em 1889, no *Dicionário* de Antonio de Moraes Silva, na mesma coluna do verbete *Tráfico*, definido como *Tracto, Trafego, Negócio e Commércio*, o autor incorpora os de *Traficância*, *Traficante* e *Traficar*. Sendo, ao que parece, essa forma já consagrada pelos dicionaristas desde pelo menos a década de 1870, segundo os dicionários consultados. Moraes Silva, inclusive, segue a tradição na conceituação de cada um desses enunciados. Assim, embora definindo *Traficância* como *Ação ou effeito de traficar; tracto do traficante*, diz que popularmente é tido como *falta de lizura; negócio fraudulento* ou *fraude*. No caso de *Traficante*, Moraes Silva é mais explícito quando explica que antes se dizia de pessoa “que tractava em commercio, e vivia da industria; negociante, commerciante”, mas que “Hoje usa-se a má parte; tratante; fraudulento”. O dicionarista também foi enfático em definir *Traficar* como a ação verbal que, embora

²¹ Cf. FONSECA & ROQUETTE. *Dicionário dos Synonyms Poéticos e de Epithetos da Língua Portuguesa*. Destaques dos autores.

²² *Ibidem*. Destaques dos autores.

²³ Cf. CARVALHO & DEUS. *Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil*.

denotando a prática de exercer o *trafego*, ou *tráfico*, *commerciar* ou *negociar*, era definido como “Fazer negócios fraudulentos; negociar. § Negociar com gírias, ardis, não lizamente; fazer alicantinas, enliços, fraudes; iliçar”.²⁴

Qualquer dúvida acerca do percurso que está sendo apontado aqui, é possível ainda dissipá-la ao consultarmos o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Candido de Figueiredo, de 1899 e reeditado em 1913. Neste, aparece a seguinte seqüência de verbetes, um seguido do outro: *Traficancia*, *Traficante*, *Traficar* e *Tráfico*. *Traficancia* é definido como “Acto ou efeito de traficar”, sendo popularmente sinônimo de “Tratantada. Negócio fraudulento”. *Traficante* foi definido como adjetivo popular para o “que pratica fraudes em negócios; tratante”, embora informando como sinônimo de *Negociante*. Aqui se vê a importância que a adjetivação de traficante como sujeito de práticas ilícitas adquiriu na definição desse verbete, vindo em primeiro lugar, o que possivelmente demonstra a amplitude de seu uso social que acabou incorporada pelo dicionarista. *Traficar*, por sua vez, aparecendo como *Commerciar*, aparecia igualmente pelo seu uso familiar ou comum como ato próprio daquele que faz “negócios fraudulentos”, mantendo seu sentido ambíguo. Mas, o que importa mesmo aqui é que no verbete *Tráfico*, definido como *Commercio* ou *Negociação*, era acrescentado o seu uso familiar no sentido de “Negócio indecoroso: o tráfico da escravatura”.²⁵ Pela primeira vez encontro entre os dicionários pesquisados a associação direta entre a palavra *Tráfico* e *Negócio indecoroso* no sentido de *Tráfico da escravatura*; o que demonstra, portanto, a dimensão que tal construção havia adquirido ao longo da segunda metade do século XIX, tornando-se seu uso social tão conhecido a ponto de ser a exemplificação elegida pelo dicionarista para dar a entender porque era familiar ou comum conceituar o *Tráfico* como *Negócio indecoroso*.

No *Aurélio, Século XXI*, mantém-se a tradição de se enfileirar na mesma coluna os verbetes *Traficância*, *Traficante*, *Traficar* e *Tráfico* um seguido do outro. Mantém-se igualmente a definição para cada um deles, forjada ou alterada ao longo do século XIX, tanto assim que *Traficância* é definida como *ato de negociar* ou *traficar*, mas adjetivado popularmente de forma negativa como *negócio fraudulento* ou *tratantada*. *Traficante*, embora tido como *negociante* ou *mercador* visto tão-somente aquele que pratica *negócios fraudulentos*. *Traficar*, por sua vez, mesmo sendo identificado como *comerciar*, *mercadejar* ou *trafegar*, aparece identificado como ato de quem faz *negócios fraudulentos*. *Tráfico*, mesmo mantendo o conceito

²⁴ Cf. SILVA. *Dicionário da Língua Portuguesa*.

²⁵ Cf. FIGUEIREDO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Destaques do dicionarista.

tradicional de *comércio* ou *negócio*, já é tomado como atividade ilícita ou fraudulenta, não sendo exemplificado como *tráfico de africanos* é verdade, mas, como *tráfico de mulheres* para exploração sexual e *tráfico de influência* visando vantagens pecuniárias. Aliás, não é tomado como exemplo de sua definição o comércio ilegal de africanos, porque hoje são outros os comércios ilegais.

4

Vê-se, então, como a partir da pesquisa com dicionários, aqui utilizados como fontes, torna-se possível o estudo das mudanças conceituais relativas à definição de tráfico; tomando como referencial a mudança de percepção social acerca do comércio de escravos africanos, que deixa de ser visto como uma prática comercial lícita feita por traficantes, ou seja, por aqueles que negociam mercadorias de um lugar para outro, para ser vista como ilícita, crime, contrabando, pirataria ou especulação infame. Pelas leituras dos verbetes *Tráfico*, *Traficantes*, *Traficância* e *Traficar*, é possível perceber como o seu uso político pelos que combatiam o comércio de escravos e seus agentes, associando esse comércio com a idéia de tráfico ilícito e esses homens de negócios à de falta de escrúpulos, foi sendo socialmente transformado e perceber também seus novos significados e sentidos, ainda que não unívocos. E, assim sendo, acabaram sendo incorporados pelos dicionaristas, nos revelando como a conceituação negativa de *Tráfico*, *Traficantes*, *Traficância* e *Traficar*, tem sua história construída a partir das lutas empreendidas contra o tráfico de escravos africanos e contra a escravidão ao longo do século XIX, configurando, desde o século XX, rótulos para definir toda e qualquer prática comercial criminosa, escusa ou fraudulenta.

Processo esse, ao que me parece, próprio ao século XIX, caso seja levado em conta consulta feita ao *Vocabulario Portuguez Latino* de Raphael Bluteau, publicado em oito volumes ao longo de nove anos, entre 1712 e 1721, havendo ainda dois volumes suplementares editados entre 1727 e 1728. Nesta obra não consta a palavra tráfico, havendo os verbetes *Trafegar*, *Tráfego* e *Trafeguear* (na página 234), bem como *Trasfegado* e *Trasfegar* (na página 254). No verbete *Trafegar*, o leitor é remetido para o verbete *Trasfegar* que quer dizer passar de uma vasilha para outra, sendo palavra portanto que traz a idéia de mudança ou de ir de um lugar para o outro, sendo *Trasfegado* aquele sofre a ação de *Trasfegar*. *Trafeguear*, por sua vez, era definido como “Negociar com muito trafego”, informando Bluteau ser muito pouco usado. Sendo que o verbete *Tráfego* me interessa mais de perto em sua de-

finição dada pelo dicionarista, já que evidencia justamente a ausência de aspecto negativo em relação ao conceito de *Tráfego*, que vem a assumir a palavra *Tráfico* no século XIX. Diz então Bluteau, fazendo uso de diversos exemplos, que *Tráfego*, cuja etimologia remete à palavra *Tráfico*: “Deriva-se do Italiano *Traffico*, ou do Francez *Traffic*, que quer dizer *Negocio*, *Commercio*, porque nas praças de grande negocio, de ordinário há concurso de muita gente, com muita bulha, & muito trafego. O trafego humano, o trafego da vida”.²⁶

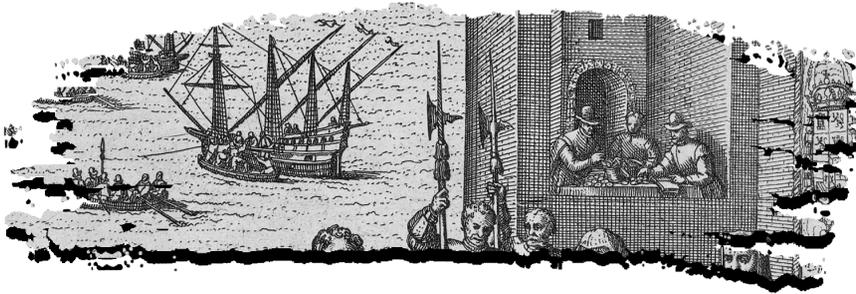
Por outro lado, não deixa de ser verdade, este texto podia muito bem ter sido escrito a partir da pesquisa com fontes documentais escritas, tais como os avisos circulares e ofícios reservados do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, ou então da pasta ministerial dos Negócios Estrangeiros, dirigidos aos presidentes da província paraense, com os quais tenho trabalhado.²⁷ Mas, a opção pelo uso documental dos dicionários tem a vantagem de sua amplitude social, ou seja, documentos governamentais, ainda mais reservados, possuem um sentido político preciso e um público destinado de antemão, já os dicionários podem ser visto como retratos de ou retratando uma dada “comunidade lingüística”²⁸, no caso os países lusófonos: Brasil e Portugal. Ou seja, torna-se possível visualizar as mudanças conceituais em relação ao que é *tráfico* ou *traficância*, o que é *traficar*, ou ser *traficante*, para além da instrumentalização política, indicando, portanto, como a sociedade mudou sua maneira de ver o comércio de escravos. Uma mudança da opinião pública brasileira e internacional sobre esse tipo de tráfico que, aliás, veio a ser fator responsável pelo sucesso das políticas de combate a esse comércio, que visto antes, no período colonial, como resgate, no século XIX já era pensado como tráfico que aos poucos perdia sua definição como prática comercial lícita e legal, se tornando ilícita, criminosa e infame.

²⁶ Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez Latino*, áulico, anatômico, architectonico. Lisboa: na Officina de Pasoal da Sylva 1721, p. 234 e 254.

²⁷ Cf. BEZERRA NETO, “O Africano Indesejado”.

²⁸ Tomo aqui emprestado o conceito de “comunidade lingüística” da maneira como aparece em KOSELLECK. *Futuro pasado*, p. 108.

Capítulo 8



Élson Luiz Rocha Monteiro

A maçonaria paraense e a imprensa no século XIX

Ao longo da segunda metade do século XIX, no Brasil e no Pará percebe-se a existência de uma imprensa maçônica, com jornais produzidos e financiados pela maçonaria, sendo seus proprietários e redatores membros importantes dessa instituição. A imprensa escrita, principalmente jornais, foi o grande órgão de comunicação do período e que servia de porta-voz e divulgador das novas ideias ligadas principalmente ao pensamento iluminista do século XVIII. Antes de falarmos especificamente desses jornais, vamos falar dos homens que estavam por trás dessas publicações, ligadas à maçonaria em alguns casos, ou, no caso da chamada imprensa “profana”, ou grande imprensa, não ligada diretamente à maçonaria, mas que, na maioria das vezes, seus proprietários eram maçons.

É importante buscar saber quem eram esses maçons, que lideraram a instituição e enorme influência tiveram na história do Pará, nesse período. De modo geral eram homens de sólida formação cultural, e que, considerando a época, deviam ser homens de posse, o que refletia provavelmente uma origem de classe da elite socioeconômica. É possível verificar que o seu posicionamento político não deixava de refletir, que agiam, no sentido gramsciano do termo, como intelectuais orgânicos de uma classe, que, naquele momento, confrontava com uma elite conservadora. Ao expressar as ideias cientificistas e liberais, assim

como anticlericais, não deixavam de serem ideólogos de um capitalismo burguês que se apresentava como fator de progresso, ao qual se alinhavam as propostas de um Estado laico, republicano e moderno.

Alguns membros dessa categoria de intelectuais urbanos e maçons paraenses, não eram necessariamente republicanos, alguns eram monarquistas liberais e modernizantes, como Tito Franco, MacDowell e Sousa Franco, que eram maçons, liberais, inclusive membros do Partido Liberal, mas monarquistas que propunham reformas no sistema monárquico, no sentido que propunha o Visconde do Rio Branco. Visavam uma sociedade liberal progressista que acabaria inviabilizando a república.

Ainda que em sua origem familiar, muitos desses jornalistas e intelectuais, tivessem origem, em alguns casos, da elite senhorial agrária, tornaram-se pelos estudos, profissionais liberais urbanos mais identificados com os novos tempos que se descortinavam, não deixando de pertencer a uma nova classe média que saía da total dependência das elites agrárias, identificando-se com o segmento empresarial, naquele momento representado pelo comércio urbano.

Muitos desses “novos homens urbanos” eram proprietários de jornal e não somente jornalistas, assim como profissionais liberais voltados para a produção de conhecimento intelectual e para a construção de uma sociedade liberal progressista, daí a sua face abolicionista, republicana e laica. Ainda que pudessem não ter plena consciência disso, atuavam como intelectuais orgânicos de uma camada empresarial e de uma classe média urbana que crescia no Brasil, na medida em que a sociedade se diversificava na segunda metade do século XIX.

As novas elites se desprendiam da velha elite escravocrata, conservadora, clerical e monarquista, que em certo sentido, tinha uma aliança com a Igreja católica, que no Brasil era formal, já que estava formalizada através dos institutos do padroado e do beneplácito. Aqueles, antenados com os novos tempos, se utilizavam da mídia moderna da época - a imprensa - principalmente os jornais, que funcionavam como importante rede social de divulgação e defesa das novas ideias.

Os maçons nunca deixaram de mostrar o caráter liberal e abolicionista da maçonaria como contraponto à posição reacionária e conservadora da Igreja católica, como vemos nesta notícia publicada pelo Pelicano:

Assumptos Diversos.

Mais uma liberdade.

Por ocasião de festejarem os maçons de Santarém a nova do Aviso de 12 de junho, que quebrou os grilhões da theocracia entre nós,

com que os Vitas e Macedos pretendiam aniquillar-nos, foi libertada uma creança de de 2 annos de idade, com o produto da subscrição, promovida entre aquelles, a quem a cúria romana chama ímpios e hereges.¹

Ainda no início da década de 1870, uma publicação maçônica, A Regeneração, fundada pelo maçon e advogado Samuel Wallace MacDowell, outro importante personagem da história do Pará no século XIX, vai demonstrar seu engajamento na campanha emancipacionista, utilizando as páginas de sua publicação para divulgar as ações voltadas para a libertação de escravos e principalmente as levadas a efeito pela maçonaria, como a que noticiou em seu número 01. Declarando que registra com imenso prazer, a libertação do escravo Martinho, de seis anos de idade, último descendente escravo de uma família já liberta, libertação esta feita em homenagem ao aparecimento da Regeneração, sendo testemunha no documento de manumissão, registrado em cartório, o próprio Samuel Wallace MacDowell.²

É a mesma Regeneração que informa em 05 de outubro de 1873, sobre a “Sociedade Manumissora”, de cuja diretoria, faziam parte os “irmãos” José Gaune e Raimundo José Pereira de Castro e o Major Perdigão, publicando que no dia 7, às 11 horas da manhã, em sessão magna daquela sociedade, foram distribuídas cartas de liberdade às pessoas manumitidas naquele ano a expensas da mesma sociedade. Informa ainda, que após a chegada do Sr. Presidente da Província, foi feito um discurso análogo ao ato pelo Sr. Tolentino, e em seguida foram distribuídas cinco cartas de alforria às seguintes escravas:

Ignes, mulata de 45 anos;
Narcisa, preta, de 14 anos;
Marilha, preta de 45 anos;
Cordolina, mulata de 26 anos;
Filomena, mulata de 20 anos.³

Considerando que o termo “irmão”, é como os maçons se tratam, percebe-se a presença de vários maçons nesta ‘Sociedade Manumissora’. Vemos então, que os maçons estavam envolvidos em todas as atividades relacionadas à campanha abolicionista, e seus membros envolveram-se não só nas atividades das sociedades emancipacionistas, como trabalharam com inúmeras publicações que divulgavam todos os fatos relacionados à libertação de escravos.

¹ O PELICANO. Belém, 17 de agosto de 1873. nº 14, p.4. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

² A REGENERAÇÃO. Belém, 01 de maio de 1873, nº 01, p.4. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

³ A REGENERAÇÃO. Belém, 05 de outubro de 1873, nº 46, p. 2.

O interessante é que o bacharel Samuel Wallace MacDowell, declaradamente maçom, membro e presidente do “capítulo da Aug.: Loj.: Harmonia” e honrado com o título de membro do Grande Oriente Unido do Brasil⁴, quando ocorre a denominada “Questão Religiosa”, posiciona-se em alguns momentos como maçom, ao lado da maçonaria, participando da redação do jornal O Pelicano. Em outros momentos defende a Igreja, escrevendo artigos na publicação católica A Boa Nova, declarando-se católico e condenando o que ele classifica de excessos de ambos os lados⁵, como quando defende a autoridade episcopal de ataques de O Liberal do Pará. Diz MacDowell em sua resposta: “Não devemos a mais insignificante satisfação à maçonaria quanto às nossas crenças políticas e religiosas; continuaremos a defender as prerrogativas da autoridade episcopal, que o Liberal em vão pretende aniquilar com suas cincadas”.⁶

O posicionamento da Regeneração e de seu proprietário MacDowell, fará com que esta publicação ora defenda a Maçonaria contra a publicação católica A Boa Nova, como também reage a ataques dos jornais maçônicos como O Pelicano ou jornais “profanos”, de propriedades de maçons, como O Liberal do Pará, de Tito Franco. Nesse contexto, vejamos duas situações com textos da Regeneração. Primeiramente respondendo ao ataque do A Boa Nova, responsabilizando a Maçonaria pela “Questão Religiosa”.

Pela honra maç.ª. devemos declarar, com a mesma franqueza de que nos servimos para combater os que desvirtuam a Ord.ª. Maç.ª. , o seguinte:

1º - “Que perseveramos na convicção de que foi o alto clero brasileiro, isto é, o episcopado, que provocou a luta desastrada, cujas consequências lamentáveis estamos presenciando, por não terem querido evitá-las os nossos estadista e legisladores.”⁷

Em outro momento, responde a ataques do Liberal do Pará.

O Liberal do Pará e sua intriga.

Esforça-se o denodado campeão das transcrições por intrigar-nos como os chefes liberais lá da corte, e com a maçonaria brasileira.

(...).

Diz o Liberal que fazemos uma insinuação pérfida ao Exmo. Sr. Senador Visconde de Sousa Franco, dizendo, a propósito da Questão Religiosa, que S. Exc. é “uma forte columna, em que se apoia o ministério Rio Branco.”⁸

⁴ A REGENERAÇÃO. 04 de janeiro de 1874, nº 73, p. 02.

⁵ *Idem.*

⁶ *Idem.*

⁷ A REGENERAÇÃO . Belém, 25 de janeiro de 1874 – n. 78, p. 04.

⁸ A REGENERAÇÃO. Belém, 11 de janeiro de 1874, n.74, p. 01.

Com o passar do tempo, na medida em que a situação se tornava mais conflituosa, A Regeneração passou a apresentar uma postura de certa forma mais favorável em relação à Igreja, com o Dr. Mac-Dowell assumindo uma clara postura pró-Igreja, como vemos a seguir:

Somos do número d`aqueles que não reconhecem na Maçonaria o direito de atacar nenhum dos dogmas da religião que professamos, como de nenhuma seita religiosa; não nos confundimos, portanto, com a imprensa intolerante que procede de outra forma.

E note-se que assim obrando, cremos ser igualmente bons maçons e bons cathólicos porque cumprimos a lei da tolerância, que nos impõe o código maçônico, ao mesmo tempo que prezamos a verdade única, exhibindo umvalioso título da firmeza de nossa fé, da hora e lealdade de nosso character, atributos essenciaes a um maçom perfeito.⁹

Porém, em nenhum momento, a Regeneração para de publicar e estimular a libertação de escravos, como quando noticia, em seu número seguinte, a inauguração do Cabo Telegráfico Submarino, na presença do Presidente e dos vereadores da Câmara Municipal de Belém, em janeiro de 1874. Nessa data, resolveram, “em nome do município, redimir da escravidão, dez creaturas, que eram até então escravas, e que entram na posse de si mesmas, recebendo suas cartas de manumissão”.¹⁰

A insistência do noticiário sobre a libertação de escravos foi uma característica dos jornais maçônicos dessa época, conforme pode ser observado ao longo deste trabalho, buscando-se com isso criar na opinião pública um sentimento contrário à escravidão. Essas notícias eram sempre acompanhadas de artigos e editoriais condenando a existência de trabalho escravo em nosso país, como o noticiário que constantemente acompanhava essas libertações, dizendo que confraterniza com o povo pela conquista da mais brilhante de todas as vitórias do progresso.¹¹

Na segunda metade do século XIX, surgiram várias publicações maçônicas, incluindo jornais, revistas etc, que refletiram os posicionamentos da maçonaria e de maçons ilustres, que foram em sua época lideranças da sociedade civil e que, em alguns casos, possuidores de alguns recursos financeiros e intelectuais, fundaram e utilizaram os jornais, principal meio de comunicação da época, para exposição e defesa de suas ideias.

⁹ A REGENERAÇÃO. Belém, 17 de julho de 1873, nº 23, p.01.

¹⁰ A REGENERAÇÃO. Belém, 08 janeiro de 1874, nº 74, p. 04.

¹¹ *Idem*.

Sem dúvida nenhuma, é preciso ressaltar que a maçonaria era um dos segmentos organizados da sociedade brasileira mais atuante na busca de promover a abolição do trabalho servil no Brasil. O seu lugar enquanto instituição reflete o posicionamento de seus membros e sua ação no seio da sociedade. Na segunda metade do século XIX, a Ordem Maçônica conquistou muitas adesões no conjunto da sociedade brasileira, inclusive e principalmente em suas camadas dirigentes, representando um capital humano de forte presença no meio cultural, político e social.

Na questão abolicionista, foi o jornal o principal instrumento de campanha, o que se observa pela quantidade de publicações de matriz maçônica que existiram no período ora estudado, destacando-se além do *O Pelicano*, *A Flamígera*, *O Filho da Viúva*, *O Santo Ofício*, assim como jornais profanos, como o *Jornal do Amazonas* e posteriormente *O Liberal do Pará*, ambos fundados pelo maçom Tito Franco¹², sem falar na *Província do Pará*, fundada pelo Dr. Assis, importante líder maçônico.

Os jornais serão trabalhados e analisados sempre na perspectiva da questão abolicionista e da participação da maçonaria paraense através de suas campanhas de arrecadação de fundos, quermesses, libertação em lojas, cuja repercussão devia-se basicamente a sua divulgação pelos jornais, que também funcionavam com porta-vozes da campanha emancipacionista, com artigos e divulgação do noticiário das Associações engajadas no fim do trabalho escravo. Serviram, portanto, de instrumentos de mobilização da sociedade para a causa. Serviram até mesmo como elemento panfletário, reproduzindo discursos, muitos deles feitos dentro de lojas maçônicas, buscando sempre mostrar o engajamento da instituição maçônica no processo que se desenvolveu naquele período, sendo também porta-voz do pensamento liberal da época, do qual os maçons foram, talvez, seus principais porta-vozes.

JORNAIS MAÇÔNICOS OU DE PROPRIEDADE DE MAÇONS

O Pelicano

O jornal *O Pelicano*, diretamente ligado à maçonaria, é bem representativo desse período. Já em seus primeiros números, buscava dar notícias maçônicas associadas à libertação de escravos e até mesmo fazendo exaltações de figuras republicanas, como o noticiário que aparece em 24 de outubro de 1872, informando sobre uma reunião maçônica realizada pela Loja *Harmonia*, com a finalidade de deliberar sobre assuntos de grande transcendência à

¹² VIEIRA, *op. cit.*, p. 304.

Maçonaria. Notícia essa que é antecedida de uma manumissão, em que “O 1º. Tenente da Armada, Comandante da Companhia d’ aprendizes marinheiros desta província, Miguel Joaquim Pederneira, em atenção aos bons serviços prestados por sua escrava à sua veneranda mãe, residente na corte do Império, deliberou libertar gratuitamente a dita escrava, enviando a respectiva carta pelo paquete americano”.¹³ Em seguida, usando termos maçônicos, o articulista agradece ao “Grande Arquiteto do Universo”, que como se sabe, simboliza o nome de Deus no vocabulário maçônico. Mais adiante, o jornal faz uma exaltação à morte de Benito Juarez, presidente da República mexicana, maçom e figura heroica da história do México.¹⁴

Em seu noticiário no número 41, o mesmo jornal, ao lado de uma notícia sobre a maçonaria, ressalta o ato filantrópico realizado em uma sessão de iniciação (quando a loja recebe um novo membro), na Loja Capitular Harmonia, destacando que a maçonaria, que é incontestavelmente a verdadeira associação de beneficência, que mostra dia para dia, que os que a abraçam possuem em alto grau esse sublime sentimento que assemelha o homem a Deus!¹⁵ E continua afirmando que da maçonaria partiu a iniciativa da emancipação dos escravos. A ela deve-se a Lei do Ventre Livre, e, continuando, informa que por ocasião da filiação de um distinto Maçom à Loja Capitular Harmonia em uma sessão magna, foi libertada uma pobre escrava, a quem faltava cerca de 200\$000(duzentos mil réis) para completar o valor pelo qual seus senhores estimaram sua liberdade. Foi a mesma libertada nessa sessão magna de filiação (quando a loja recebe um novo membro que já é maçom e vem de outra loja), vendo-se assim “desassomburada deste pesadelo e completamente quebrado o igminioso ello que a prendia à escravidão”.¹⁶

A ligação desse jornal à maçonaria é atestada também pelas atas das lojas maçônicas que relatam as discussões de propostas voltadas para a doação de recursos para a manutenção dessas publicações, como em ata da Loja Harmonia, em que foi aprovada uma proposta de doação de cem mil réis mensais para manutenção do jornal O Pelicano.¹⁷

Vê-se assim que as doações da maçonaria, associado à publicidade paga por comerciantes e profissionais liberais maçons, foram a principal fonte de fi-

¹³ O PELICANO. Belém, 24 de outubro de 1872, no. 32, p. 3. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ O PELICANO. Belém, 10 de novembro de 1872, no. 41, p. 3.

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ ATA de 5 de dezembro de 1873. Livro de Atas de 21/07/1873 a 29/10/1880, p. 11. Belém: Secretaria da Loja Harmonia nº 08.

nanciamento desses jornais, que assim podiam atuar com desenvoltura na questão emancipacionista, pois este posicionamento não contrariava ao posicionamento ideológico da Instituição que lhes dava apoio financeiro.

O Santo Offício

No início dos anos 1870, um jornal maçônico de relevante atuação, foi O Santo Offício. Esse jornal era dirigido pelo maçom Arthur Soares Costa. Do mesmo modo que as outras publicações maçônicas, essa publicação trabalhava a questão da emancipação do trabalho servil, noticiando intensamente a libertação de escravos. Essa publicação caracterizava-se por noticiar mais especificamente as libertações que ocorriam nas lojas maçônicas. Há uma notícia sobre a realização de uma festa maçônica ocorrida no dia 13 de abril de 1874 na Loja Harmonia e Fraternidade que descreve uma festa pública, também chamada pelos maçons de “festa branca”, hoje festa pública, em que a Loja abriu suas portas para receber seus obreiros, e a todos os maçons regulares, e respeitáveis famílias, sendo recebida ainda uma comissão de senhoras da Estrela do Oriente (organização formada por esposas de maçons) assim como “irmãos visitantes”.¹⁸

Após o Mestre de Cerimônia ter anunciado que “à porta do templo uma infeliz rapariguinha, da classe que a ambição e o orgulho dos homens fez escrava e que pedia à Loja a liberdade para ser creatura e ter nome, que o direito da força lhe negara, essa força do direito de igualdade perante Deos”.¹⁹ Mais adiante o jornal descrevia a libertação ocorrida.

O irmão venerável mandou franquear o ingresso, e a menina escrava, entre duas meninas de sociedade, que com suas custosas vestes, cândidas como suas almas, pareciam dous anjos, amparando a inocente victima da iniquidade, penetraram no templo precedidas daquelle irmão Mês:. De Cerim.: , que as conduziu ao alt.: , e ali em breves phrases pedio ao venerável da officina que, praticando em nome d'ella a mais bella ação de philantropia que carateriza os maçons, quebrasse os grillhões que prendiam a innocente à degradada classe para a qual a vida não tem manhã nem a noite crepúsculo e a existência é por si só o mais cruel castigo.

Então o venerável, passando às mãos do inspector geral a carta de manumissão feita em nome da Loja, foi por elle lida em alta voz e depois entregue à libertanda, ao som do himno nacional.²⁰

¹⁸ O SANTO OFFICIO. Belém, 20 de abril de 1874, nº 16, p. 2. Arquivo da Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

¹⁹ *Idem.*

²⁰ *Idem.*

O mesmo jornal descreve em seguida os discursos que foram feitos questionando o trabalho servil e defendendo a libertação dos escravos.

Como já referido, um dos aspectos que mais aparecem nas publicações maçônicas do século XIX, é o constante noticiário sobre a libertação de escravos. Fez parte dessa campanha abolicionista levada a efeito pelas lojas maçônicas a divulgação desses fatos, buscando assim galvanizar a opinião pública para a imoralidade da escravidão.

O Santo Offício divulgou fatos ocorridos na Bahia, sob o título “Caridade Universal”, informando sobre a festa de posse da loja maçônica “Caridade Universal”, publicada pelo Diário da Bahia, que informa aparecendo o escravo Manuel, cabra, à porta do edifício, pedindo que alguém se interessasse por sua liberdade. Descreve que os maçons que ali se encontravam obtiveram em favor deste escravo uma quantia que foi depositada em mãos do venerável para ser-lhe entregue oportunamente.²¹ No mesmo noticiário, informa que duas noites depois, uma comissão de cinco senhoras dirigiu-se ao templo para solicitar em favor da parda Etelvina, escrava de D. Felismina de Figueiredo, o óbolo dos irmãos da loja e dos visitantes, que depois foram completados pela loja, conseguindo assim a libertação da dita escrava.²²

No Pará, a situação não era diferente. O mesmo Santo Offício descreve (mantida a grafia original), outra festa maçônica, na qual estavam reunidos representantes em

comissões das lojas Aurora, Renascença, Cosmopolita, Firmeza e Humanidade, estas três últimas, com seus luxuosos estandartes por serem do rito escossez, e Harmonia, que ocuparam os lugares merecidos, prontos para receber o poderoso irmão Inspector Geral, que teve ingresso no templo com todas às formalidades devidas à sua alta jerarquia, e ao som de aclamações ao Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, à que a banda de música juntou sua harmonia.²³

Em seguida, o noticiário informa que o Mestre de Cerimônia (cargo presente na ritualística maçônica), informa ao venerável que se achava à porta do templo um infeliz rapaz, que tinha vindo solicitar o auxílio da Loja para sua libertação. O venerável então solicita que os irmãos fossem generosos ao doar para o “tronco de solidariedade”, naquela noite, pois, a importância arrecadada seria depositada em mãos do “esmoler” da Loja, e esta obrigada a completar a quantia exigida pelo

²¹ O SANTO OFFÍCIO. Belém, 06 de outubro de 1873, nº 40, p. 04.

²² *Idem.*

²³ O SANTO OFFÍCIO. Belém, 27 de setembro de 1874, nº 78, P.03.

senhor do dito escravo.²⁴ O “tronco de solidariedade” é um óbolo que é recolhido em todas as sessões de ritualística maçônica, com a finalidade de ajudar “irmãos” ou seus familiares em caso de necessidade. Dinheiro este que normalmente fica recolhido junto à tesouraria da Loja.

Como é fato conhecido na história nacional, ao longo da década de 1870, a maçonaria recebeu muitos ataques e críticas, principalmente por parte da Igreja, o que deu origem à “Questão Religiosa”. Os maçons em sua defesa procuravam sempre mostrar o caráter humanitário da Instituição maçônica, que está ligado ao pensamento iluminista do “século das luzes”. A presença nas lojas maçônicas de alguns dos pensadores que constituíram com suas obras a base do pensamento democrático e liberal da sociedade ocidental levou a Maçonaria, imbuída desses princípios, a trilhar de forma natural o caminho da oposição à utilização do trabalho escravo.

Essas publicações maçônicas também se envolveram fortemente na chamada “Questão Religiosa”, travando amplos debates com os representantes da Igreja católica que combatia a maçonaria, principalmente através de sua publicação *A Boa Nova*.

O Santo Offício foi sempre muito criticado pela igreja por sua posição de sempre responder aos ataques do Bispo D. Macedo Costa, que chegou a proibir os membros de sua diocese de ler o “maçônico Santo Offício”. Proibiu também de ser lido pelos católicos de Belém, *O Liberal do Pará* e o republicano *A Tribuna*, que divulgavam pontos de vista semelhantes, considerando que qualquer pessoa que aceitasse tais doutrinas era culpada de pecado grave.²⁵

O Filho da Viúva

Outra publicação que funcionou como porta-voz da maçonaria paraense no período ora estudado, foi **O Filho da Viúva**, de propriedade de Dheny de Gusmão. Essa publicação surgiu em 1873, para, principalmente, travar o embate com a Igreja na “Questão Religiosa”. A origem de seu nome decorre de uma importante lenda maçônica, que é a história de Hiram Abiff, tido como o arquiteto que dirigiu a construção do Templo de Salomão. Segundo a tradição maçônica, foi assassinado por três companheiros, que queriam o segredo da palavra de passe de mestre, para receber seu salário como “mestre” e não como “companheiro”. Sua história seria uma das origens remotas da maçonaria. Reza ainda esta lenda, que Hiram Abiff, seria filho de uma viúva da tribo de Neftali, uma das doze tribos de Israel. Por ser

²⁴ *Idem*.

²⁵ VIEIRA, *op. cit.*, p. 305.

considerado fundador da maçonaria operativa, que teria surgido durante a construção do templo, os maçons, seguidores de Hiram Abiff, também são conhecidos como “Filhos da Viúva”.²⁶ Cabe esta explicação para entendermos a origem do nome dessa publicação maçônica.

Em meio a editoriais que respondiam às perseguições da Igreja à maçonaria, O Filho da Viúva, na mesma linha dos periódicos maçônicos, noticiava com ênfase a libertação de escravos em lojas maçônicas, como em sua edição de treze de junho de 1873, mantida a grafia da época:

Enquanto a maldita seita jesuítica insulta e injuría a sublime Ordem Maçônica, prossegue esta desassombadamente na senda das grandes obras ea crear proselytos inherentes aos grandes e immutaveis fins que Ella sustenta e defende.

... Na quarta feira regularizou-se a Aug.: e Resp.: Loj.: Aurora, do rito adonhiramita, sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brazil. A solemnidade esteve na altura do assunto e teve mais realce por um acto de philantropia: A Loj.: Aurora commemorou sua instituição quebrando as algemas do captivo a um outr' ora infeliz menor.²⁷

O ano de 1873 é importante para a instituição maçônica, pois a mesma viu-se diante dos ataques violentos da Igreja católica no Brasil, através principalmente dos bispos de Olinda, Belém e Rio de Janeiro, que nesse momento, lideravam o Bispado nacional nos ataques à maçonaria. No O Filho da Viúva, os maçons respondem a estes ataques com editoriais em que consideram que a maçonaria “é chamada à contenda do fanatismo contra o espírito esclarecido pelas sciencias. A todos os seus filhos cabe parte na luta”.²⁸ Mais adiante, o mesmo jornal, faz uma crítica à Igreja, por atacar a maçonaria, que é colocada como uma instituição que só os injustos e os homens do erro e da política mundana atacam e anatematizam. Estendem esta crítica, por a Igreja não ter o mesmo empenho no ataque à instituição da escravidão, afirmando que em nome de Deus, tanta impiedade é consumada, isto em um século esclarecido e cheio de fé. Dizendo ainda que a escravidão é “um crime imperdoável e digno de castigo severo, contra o qual a sotaina nada faz”.²⁹

²⁶ FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. Dicionário de Maçonaria. São Paulo: Ed. Pensamento, 2008. p.157.

²⁷ O FILHO DA VIUVA. Belém, 13 de junho de 1873, p. 02. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

²⁸ O FILHO DA VIUVA. Belém, 29 de julho de 1873. P. 01.

²⁹ Ibidem, p. 2.

Figura 1 - Publicação maçônica O Filho da Viúva



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna. Belém, Centur.

Foto: Élon Monteiro (2013)

O Liberal do Pará

Ainda na década de 1870, uma importante publicação “profana”, de grande circulação pública, é o jornal O Liberal do Pará. Não se trata de uma publicação maçônica, mas da grande imprensa da época, que também se engajou na questão abolicionista. No entanto, não deixou de haver o dedo da maçonaria nessa publicação. Esse jornal foi fundado por Tito Franco, um dos mais importantes líderes da Maçonaria paraense nesse período³⁰.

Segundo David Gueiros, em 10 de janeiro de 1869, o velho jornal de Tito Franco, Jornal do Amazonas, cedeu lugar a uma nova publicação chamada O Liberal do Pará³¹. Essa publicação terá maior importância pela sua durabilidade. Os jornais maçônicos, em sua maioria, duraram alguns poucos anos da década de 1870, tendo sido mais utilizados no período dos embates com a Igreja católica.

O Liberal do Pará percorreu as duas décadas que marcaram a luta abolicionista no Brasil, posicionando-se desde a primeira hora da luta abolicionista até os estertores da escravidão no Brasil, como veremos através de seus posicionamentos no início da década de 1870 e no final da década de 1880, sempre se definindo politicamente ao lado da emancipação dos escravos. Na década da “Questão Religiosa”, defendeu a maçonaria e combateu a intolerância do Bispo D. Macedo Costa, que chegou a proibir os católicos de lerem tal publicação, conforme já referenciado.

Esse jornal foi também um importante veículo de afirmação das ideias liberais, sendo inclusive um porta-voz do Partido Liberal, do qual Tito Franco

³⁰ Vieira, *op. cit.*, p. 308.

³¹ *Ibidem*, p., 304.

foi militante e representante parlamentar. A proibição do Bispo aos seus diocesanos de ler o jornal, não foi por causa das reformas liberais nem com as formas de governo, mas pelos ataques à fé.³²

Sobre esses posicionamentos da Igreja, o Partido Liberal publicou uma nota de protesto, em que afirmava que a portaria do Bispo era um atentado escandaloso contra os direitos da razão absoluta e do pensamento livre. Era uma tentativa para voltar aos tempos medievais, aos tempos das trevas, quando o pensamento do homem era abafado nas torturas dos cárceres ou nos “cintilantes clarões das fogueiras”.³³

Em seguida abordaremos especificamente o posicionamento deste jornal na questão de seu envolvimento na campanha abolicionista e sua relação com as atividades dos maçons, a partir das posições de seu proprietário, o líder maçom Tito Franco³⁴.

Figura 2 - O Liberal do Pará. Fundado pelo maçom Tito Franco



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna, Belém, Centur.
Foto: Élson Monteiro (2014).

Tito Franco

Falar do jornal O Liberal do Pará, implica em falar de seu fundador, deputado Tito Franco de Almeida (1824 – 1899). Nascido em uma fazenda, situada no rio Moju, no Pará, sendo seu pai um advogado português. Foi mandado para Portugal com a idade de 10 anos, para estudar, tendo lá ficado alguns anos. Ao vol-

³² VIEIRA, *op. cit.*, p. 305.

³³ *Idem.*

³⁴ VIEIRA, *op. cit.*, p.278.

tar para o Brasil foi estudar direito na Escola de Direito de Olinda, onde se formou bacharel em 1850. Voltou à Belém em 1852, passando a ensinar filosofia no Liceu Paraense, e, com alguns amigos, fundou o jornal *Diário do Grão Pará*, que foi o primeiro dos jornais que criou em nosso Estado.³⁵

Abraçou desde cedo as ideias liberais. Ainda quando estudante em Olinda participou da revolução liberal de 1848, tendo, entre outras coisas, escrito artigos para o jornal pernambucano *O Liberal*, o que provavelmente o inspirou, anos mais tarde, a fundar em Belém, *O Liberal do Pará*. Em 1856, foi eleito deputado provincial da Assembleia Legislativa do Pará e em 1858 elegeu-se para o Parlamento do Império. Dois anos depois fundou *O Jornal do Amazonas*, que seria depois substituído pelo *O Liberal do Pará*.³⁶

Na mesma linha de todos os demais, *O Liberal do Pará* usava como forma de propaganda abolicionista o intenso noticiário sobre a libertação de escravos, buscando também ressaltar o papel da maçonaria nesta campanha libertária, como nesta notícia em sua edição de junho de 1873: “Manumissão – O Sr. João Baptista Machado Janahu, em atenção à maçonaria brasileira, deu liberdade à sua escrava Raymunda, como consta do annuncio que está sendo publicado neste jornal”.³⁷

Este tipo de notícia foi uma constante ao longo da existência desse jornal. Destacaremos aqui alguns pontos do noticiário diário dessa publicação, que percorreu a década de 1870, intensificando a publicação de notícias que vinculavam a maçonaria à campanha abolicionista, mostrando assim os seus laços com a maçonaria. Em seu número 107, em que noticia em linguagem maçônica a posse das luzes e dignidades da Loja Cosmopolita³⁸, destaca a presença de oitenta senhoras que abrilhantaram a referida festa, na qual, a Loja, em sinal de regozijo pelo festivo dia da posse da nova diretoria. Dando expansão aos elevados sentimentos da beneficência que a ordem maçônica sempre tem praticado, informa que nesse dia foram entregues três cartas de liberdade e que a Loja prometeu remir a uma menina de nove anos, com o produto do Tronco de Beneficência, que nessa noite teria rendido, 202\$000 (duzentos e dois mil réis), elevado a 302\$000 (trezentos e dois mil réis), pela generosa oferta de 100\$000 (cem mil réis) feita nessa ocasião pelo maçom o Sr. João Francisco Fernandes.³⁹

³⁵ *Ibidem*, p. 173.

³⁶ VIEIRA, *op. cit.*, p. 174.

³⁷ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 06 de março de 1873, nº 53, p.1. Biblioteca Arthur Vianna – Centur, Belém.

³⁸ Referência à posse dos novos dirigentes da Loja Cosmopolita.

³⁹ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 13 de maio de 1873, nº 107, p.1.

O jornal não deixa de criticar a Igreja e o Bispo D. Antonio de Macedo Costa, já que, neste mesmo período, estávamos em plena “Questão Religiosa”, envolvendo a Igreja e a Maçonaria, ao estender, na mesma notícia, o comentário de que atos como este não precisam de comentários e desengane-se o Sr. D. Antonio. Afirma ainda que a maçonaria perseguida pelos jesuítas sairá triunfante como saíram os primitivos cristãos da luta com o paganismo.⁴⁰ Vê-se que aí há uma referência crítica a D. Antonio de Macedo Costa, com o jornal elogiando a entrega de cartas de liberdade feita pelas lojas maçônicas.

Ainda em 1873, o mesmo jornal noticia uma “reunião do povo maçônico”, realizada em um domingo às 11 horas da manhã, no edifício da loja Harmonia, à travessa do Pelourinho, para mais adiante afirmar que assumiu a direção dos trabalhos o ilustre irmão Sr. Dr. Assis, venerável da Loja Firmeza e Humanidade, a quem o respeitável irmão delegado do Grande Oriente outorgou os necessários poderes. Noticiando ainda, que:

Por indicação do Sr. Muniz, venerável da loja “Harmonia e Fraternidade”, correu o tronco da beneficência, cujo producto resolveu-se que fosse aplicado à libertação de crianças do sexo feminino e entregue à “Sociedade philantropica d’emancipação de escravos”. “ainda não sabemos quanto produziram as esmollas dadas para esta obra de caridade que foi recebida pelo Sr. Dr. Samuel, presidente d’aquella sociedade.”⁴¹

Por esses jornais, fica muito claro, o engajamento da maçonaria paraense desde o final dos anos 1860, até a abolição, em 1888, na luta pelo fim da escravidão no estado e no país, do qual os jornais são os maiores divulgadores dessa ação dos maçons. Os editoriais assinados por reconhecidas figuras de maçons e liberais, em publicações maçônicas ou em jornais “profanos”, mas de propriedades de maçons, ou com a presença destes em seu corpo editorial, desencadearam e deram continuidade à campanha abolicionista, a qual, sem a presença e o apoio de uma instituição tão influente na época, talvez esta campanha não tivesse a mesma envergadura.

Interessante fato ocorre ainda no ano de 1873, quando O Liberal do Pará, noticiando mais uma vez a libertação de cativos em lojas maçônicas, aparece o nome do Dr. Antonio Lemos, figura notável da história do Pará, principalmente da cidade de Belém, onde seria intendente e ainda hoje considerado o maior dos prefeitos que a cidade teve, sendo responsável pelo seu embelezamento à época da

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 04 de dezembro de 1873, nº, 28. p. 1.

borracha.⁴² Foi sócio de Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, no jornal *A Província do Pará*, do qual posteriormente tornou-se único proprietário, o que demonstra a presença dos maçons na imprensa da época.

Em noticiário informa que, em ação conjunta, as lojas maçônicas “Firmeza e Humanidade”, “Harmonia” e “Cosmopolita”, libertaram em uma festa maçônica três crianças.⁴³ O mesmo noticiário destaca que “é assim que esta santa associação responde às torpes acusações e aos embustes e calúrnias que contra ella espalha urbi et orbi a satânica seita de Loyola”. Para mais adiante afirmar que com atos assim, a maçonaria age contra aqueles que pretendem fazer recuar o carro do progresso.⁴⁴

Aspecto relevante na participação da maçonaria na campanha abolicionista, que sabemos através dos jornais, é o fato de que grande parte do apoio financeiro dado às sociedades emancipacionistas, vinha da contribuição das lojas maçônicas. O mesmo *Liberal do Pará* em sua edição de 13 de fevereiro de 1873, informa ao lado de uma notícia sobre a libertação de mais uma criança escrava, realizada pela Loja Harmonia, que a mesma loja entregou nessa ocasião à Associação Philantropica de Emancipação de Escravos, na pessoa de seu presidente, Samuel Wallace MacDowell, a quantia de duzentos e quarenta e seis mil reis (246\$000), produto do Tronco de Beneficência, que deveriam ser aplicados na manumissão de escravos.⁴⁵

A IMPRENSA “PROFANA” DE PROPRIEDADE DE MAÇONS

Na década de 1880, no Pará, os jornais maçônicos deixaram de circular, o que é explicado, no nosso entendimento, pelo fato de que, ao final da “Questão Religiosa”, houve uma diminuição dos ataques à maçonaria, o que acabou levando ao desaparecimento daquelas publicações que foram a trincheira de defesa dos maçons contra os editoriais dos jornais católicos e os sermões dos bispos. Exceção feita ao *Pelicano* que tem breve republicação por volta de 1890.

⁴² SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: riquezas produzindo a bella época – 1870/1012. Paka-Tatu. Belém: Paka-Tatu, 2000.

⁴³ O *LIBERAL DO PARÁ*. Belém, 22 de abril de 1873, nº 90, p. 1.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ O *LIBERAL DO PARÁ*. Belém, 13 de fevereiro de 1873, p.1.

**Figura 3 - Sede de “A Província do Pará”,
de propriedade do maçom Antonio Lemos**



Fonte: A Província do Pará. Belém, edição de 06/05/1977

Continuou existindo, porém, uma grande imprensa, com grandes jornais de circulação aberta, mas que eram de propriedades de maçons e continuaram divulgando assuntos de interesse da maçonaria. Essas publicações continuaram refletindo a atuação da maçonaria em várias questões, principalmente na questão abolicionista. Ao longo da década de 1880, destacam-se principalmente, O Liberal do Pará, de propriedade do maçom Tito Franco e “A Província do Pará”, fundada pelo notório membro da maçonaria, que foi o Dr. Joaquim José de Assis. O Dr. Assis fundou esta publicação juntamente com Antonio Lemos, também irmão de Ordem, e que posteriormente tornou-se seu único proprietário⁴⁶. Ressalte-se que Antonio Lemos estreou no jornalismo participando da redação do jornal O Pelicano, “órgão do Oriente maçônico do Pará”, como era colocado em seu frontispício.

Antonio Lemos, foi outro importante personagem representativo dessa época como figura de maçom ilustre e político paraense. Carlos Roque diz que Lemos nasceu em São Luís, no Maranhão em 1843 e aos 17 anos inscreveu-se na Marinha, tendo participado do bloqueio de Montevidéu. Posteriormente tomou parte nas lutas contra o Paraguai, servindo na corveta “Paraense”. Depois de algumas idas e vindas entre Belém e o Rio de Janeiro, estabeleceu-se em Belém a partir de 1869.⁴⁷

⁴⁶ SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente: Antonio Lemos – 1869-1973*. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2002, p. 49.

⁴⁷ ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua Época: História Política do Pará*. Belém: Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA), 1973, p. 49-50.

Segundo Carlos Roque, a vocação jornalística de Antonio Lemos deu-se pelo fato de este passar sempre pela porta do jornal O Pelicano e lá ter travado relações de amizade com Francisco Cerqueira, que era maçom e jornalista. Daí veio a travar amizade com o Dr. Joaquim José de Assis, um dos chefes do Partido Liberal do Pará e diretor de O Pelicano. Amizade essa que teria tido início na loja maçônica a que ambos pertenciam e Lemos nem hesitou ao receber o convite para integrar o corpo de redatores de “O Pelicano”, de cujo corpo editorial faziam parte, além do Dr. Assis e Francisco Cerqueira, padre Eutichio Pereira da Rocha, Cármino Leal, Cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery e Jorge Sobrinho, todos maçons. Quando foi fundada A Província do Pará, Joaquim José de Assis era o diretor; Antonio Lemos, o gerente; e Francisco Cerqueira o responsável pela parte gráfica.⁴⁸

A partir dos meados da década de 1880, a campanha abolicionista intensificou-se e cresceram os editoriais que atacavam o trabalho servil em nosso país. Os jornais paraenses abrem espaço para o debate parlamentar sobre a questão servil, sempre buscando reproduzir os pronunciamentos dos deputados abolicionistas e publicando crônicas permanentes discutindo tão relevante assunto, sem deixar de referenciar as atividades da maçonaria em sua campanha de libertação de escravos.

Esses periódicos usaram suas páginas para denunciar maus tratos e iniqüidades feitas contra os indefesos escravos. Estamos sempre demonstrando estes fatos, pois a campanha abolicionista foi a de maior participação da Maçonaria nesse período, sendo o aspecto que mais aparece no noticiário desses jornais, como O Liberal do Pará, e A Província do Pará, que a partir dos meados da década de 1880, assumiram como campanha de massa a questão da abolição do trabalho servil. Por suas ligações com a maçonaria, já que seus proprietários eram ilustres e conhecidos maçons, refletirão sempre em suas páginas as posições e as ações dessa instituição na reta final da luta pela abolição do trabalho servil em nosso país.

Em 1885, O Liberal do Pará publicou em sua coluna denominada “Chronica Politica”, um artigo enviado à redação do jornal pelo ilustre mestre e “irmão”, (denominação maçônica), Pedro Ferreira Vianna, sob o título de “A Liberdade”.

No artigo, o articulista, dirigindo-se ao “Sr. Redactor”, afirma que as nações civilizadas contemplam o Brasil com maior interesse, porque neste grande cenário da América do Sul vão-se quebrar os últimos grilhões da escravidão. O artigo tem continuidade e afirma mais adiante que são felizes os homens desta época, porque “foram escolhidos para enxugar as lágrimas de um milhão de desgraçados”.⁴⁹

⁴⁸ *Ibidem*, p. 52.

⁴⁹ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 02 de abril de 1885, nº 74, p. 2. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

O mesmo jornal, em editorial de seu número onze, toma posição em nome dos liberais paraenses de integral apoio à “Ideia Abolicionista”, que é o título do editorial.

O nosso estimável colega do “Diário de Notícias” ocupando-se do nosso editorial de 13 do corrente, não acredita nas proposições que avançamos a respeito da emancipação do braço escravo, porque há liberaes que se prestam ao desempenho do papel repugnante de perseguidores cruéis de escravos ... há liberaes que investidos de cargos policiaes, se vangloriam em transformar-se, representandos de capitães do mato, e deshumanos, bárbaros, brutaes torturadores desses infelizes etc.⁵⁰

Percebe-se que na divisão existente entre os liberais do Pará, os que eram ligados à maçonaria, eram ao mesmo tempo abolicionistas. A posição do jornal, mesmo não sendo um órgão da maçonaria e sim uma publicação “profana”, decorria do fato de seus proprietários e editorialistas serem maçons. O jornal nesse artigo está defendendo a sua linha de atuação, pois os editoriais representam a posição da publicação.

Considerando que Tito Franco e Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, eram dois dos mais eminentes maçons daquele período, não deixavam de refletir em seu jornal, aquilo que era uma posição definida da maçonaria brasileira e paraense sobre a questão da mão-de-obra servil, chegando a afirmar com convicção no mesmo editorial:

Somos abolicionistas convictos, desejamos ardentemene ver a escravidão abolida em nosso paiz, empregamos neste empenho toda a nossa boa vontade, todo o nosso exforço; isto, porém, não importa dizer, que todos os liberais estejam, como nós, convictos da necessidade de levar por diante o extermínio dessa nodoa, que ainda enegrece o nosso horizonte social.⁵¹

Se observarmos nos números seguintes da mesma publicação, veremos que foi uma constante os editoriais sobre a questão servil, com esta publicação sempre se posicionando ao lado das ideias abolicionistas, assim como a Província do Pará que veremos mais adiante, que também foi fundada pelos maçons, Joaquim José de Assis, o Dr. Assis e Antonio Lemos, conforme já referenciado nas páginas anteriores.

A campanha abolicionista pela imprensa, através dos jornais de propriedades de maçons, foi intensa. Qualquer fato que demonstrasse o hediondo caráter

⁵⁰ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 15 de janeiro de 1885, nº 11, p. 2.

⁵¹ *Idem*.

da instituição escravista era utilizado para divulgação e ataques ao escravismo. O Liberal do Pará, em sua edição de 01 de outubro de 1886, relata vários fatos que revelam o horror da escravidão, assim como denuncia a cumplicidade do governo na questão. Criticando o governo conservador do período, que, apoderando-se do governo do país, desenvolve uma política reacionária que leva à impunidade e à injustiça, mas destacando que a imprensa atua para registrar os fatos.⁵²

Dentre as notícias veiculadas naquele dia, o jornal destaca o fato de que no distrito do Mojú, uma senhora de nome Maria Emília Durão, declarou com muita antecedência, que libertava suas escravas Maria e Antonia, pedindo até ao Senhor Tenente Raymundo, que escrevesse as cartas de liberdade e procurasse testemunhas para assiná-las, declarando a todos, inclusive parentes, como o Sr. Sebastião Gonçalves Campos, que era essa sua vontade irretroatável. Informa então o jornal, que após a morte da Sra. Maria Emília Durão, as cartas não aparecem e que “as pobres libertas continuam escravizadas” (grafia original) em poder do irmão da falecida, “sem que um curador, um promotor, um juiz venha em auxílio dessas infelizes”.⁵³

Na continuidade da notícia, o jornal atacava a polícia referenciando mais um fato em que o proprietário de dois escravos assassinou a ambos, no mesmo distrito do Mojú, e que o chefe de polícia e o juiz nada faziam para esclarecer os assassinatos. Denuncia ainda que o mesmo proprietário acusado pelo jornal, Sr. Leôncio H. Lobato, foi processado por ter matado uma escrava, processo de que se livrara, porque não foram inquiridas as testemunhas da denúncia, o que serviu de pretexto para não ser pronunciado por falta de provas. Em seguida o redator das notícias faz feroz crítica ao juiz da comarca que não toma conhecimento desses crimes e ainda ataca os adversários políticos do governo. Conclui as informações com a afirmativa “persigam os adversários, mas não roubem a liberdade nem a vida”⁵⁴.

Outro aspecto importante da questão abolicionista reproduzido pela imprensa ligada à Maçonaria foram os debates realizados no parlamento envolvendo a questão da escravidão. Os jornais de propriedades de maçons procuravam destacar a participação de políticos ligados à ordem maçônica reproduzindo seus artigos e seus discursos, como este, publicado em 24 de agosto de 1886, no Liberal do Pará, em que deputados definidos como membros da “Ordem”, são exaltados na sua participação nos debates parlamentares. O jornal referênciava que o ilustre Sr. Dantas, “imbuído de seu espírito maçônico”, lê um artigo

⁵² O LIBERAL DO PARÁ. No. 221, de 01/10/1886, p. 1.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Idem.*

escrito e assinado por seu “irmão”, o ilustrado Dr. Joaquim Nabuco, declarado como inegável campeão em defesa da causa da abolição dos escravos no Brasil, à qual sempre prestou relevantes serviços.

Lê-se o seguinte:

Hontem, em Entre-Rios, um amigo nosso assistio a uma das mais terríveis tragédias da escravidão nestes últimos annos”.

“Cinco escravos do Sr. Caetano do Valle, accusados de terem morto a um outro, foram comndenados pelo juiz, um a prisão perpétua e os outros quatro a penas de 300 açoites cada um. Depois dos açoites, foram mandados a pé para a fazenda. A scenna a que nosso amigo assistio, foi esta: dous dos escravos estavam alli mortos, emquanto que dous outros, moribundos, seguiam, num carro de boi para o seu destino.⁵⁵

Em seguida, o jornal reproduz o contundente pronunciamento do parlamentar, identificado como ilustre membro da ordem maçônica, em que o mesmo defende o fim da escravidão, mas enquanto essa não for possível, é pedida o fim da pena de açoites, como sendo condição para conciliar o rigor da lei com os princípios de humanidade⁵⁶, para em seguida requerer que “liquidemos, apuremos as nossas cousas, vejamos o que seremos sem os escravos, e sobre esta base assentemos os nossos alicerces da riqueza e da grandeza do Brazil”. “Tenho concluído. (Muito bem)”.⁵⁷

Esses jornais mostravam constantemente a tomada de posição no Parlamento por parte de parlamentares ligados à maçonaria era uma constante, como vemos nos discursos parlamentares de Samuel Wallace MacDowell, como estes pronunciados em sessão parlamentar de 10 de agosto de 1885, por ocasião da discussão do projeto de extinção gradual do elemento servil, cujos trechos reproduzimos abaixo:

Além disso, e já me tem sido aqui exporbrado, desde 1869, antes da promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, entrei em cooperação com alguns amigos para fundarmos no Pará uma associação de emancipação de escravos, a qual perdurou por muito tempo. Consideram-me por isso abolicionista e na minha primeira eleição fui cumprimentado com um aperto de mão de um jornal intitulado “O Abolicionista”, quando parti da província para esta Corte; tive o prazer, em summa, para mim inapreciável de receber por duas vezes, a manifestação significativa de amigos meus, libertando escravos no

⁵⁵ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 24 de agosto de 1886, nº 190, p.1.

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ *Idem.*

acto de meu embarque para vir tomar assento nesta Câmara⁵⁸.

Mais adiante, prossegue o mesmo parlamentar.

Na questão da sociedade abolicionista a que eu pertenci, há um engano ou erro de facto. Trata-se de uma associação que se chamava Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos. O nome já está demonstrando a diferença. Fundada em 1869, Ella tinha por fim libertar crianças do sexo feminino, o mesmo pensamento, portanto, que depois, por outra forma, foi incarnado na lei de 28 de setembro (...).⁵⁹

Percebe-se também por este discurso, que o parlamentar maçônico, Samuel Wallace MacDowell, tem uma postura que é claramente identificada com a posição da maçonaria de maneira geral, que defendia uma abolição gradual e sem traumas que não ocasionassem a desestruturação da produção, como era o pensamento majoritário e predominante nas lojas maçônicas.

O jornal *A Província do Pará*, de propriedade dos maçons Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, e de Antonio Lemos, já referenciados nas páginas anteriores, passou a editar através da *Corporação Artística dos Empregados da Província do Pará*, uma publicação semanal denominada *O Abolicionista Paraense*, que fez uma campanha aberta e contundente pela abolição. Esta publicação era impressa na tipografia de *A Província*.

Importante destacar que em sua página de capa há a informação de que o produto da venda, para a qual não havia preço estipulado, reverteria em benefício da libertação dos escravos do município de Belém.⁶⁰ Encontramos apenas dois números dessa publicação, mas que são fartos em informações da época e na variedade de sua estrutura jornalística.

Foi uma publicação que se caracterizou pela forma contundente com que noticiava os fatos, além de publicar frases e poesia a respeito da questão escravista. Desenvolveu também uma espécie de novela jornalística, sob a forma de folhetim, muito apreciado na época, em que descrevia as desventuras dos personagens (escravos), de uma forma a inspirar revolta nos leitores contra o escravismo. E assim era contada a história.

Em vão, mil vezes o desventurado escravo tentava escapar-se à vigilância de seus senhores, e lançar-se ao mar que se espedaçava de encontro aos rochedos”. Continuando, “Um dia porém o mar se incapellou furiosamente, e os tripulantes da embarcação oravam em vão ao Deus que adoravam”.... Os tímidos companheiros de zolpick

⁵⁸ DISCURSOS PARLAMENTARES. Typ. de F. da Costa Junior. 1885. Impressas – Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna. P. 2

⁵⁹ *Ibidem*, p.4.

⁶⁰ O ABOLICIONISTA PARAENSE. Belém, 24 de junho de 1883, nº 04, p. 01. Biblioteca Arthur Vianna. Centur.

soltaram exclamações e gritos de pavor, e elle abatido, preparava-se a chegar em breve os fins de seus tormentos que dilaceravão seu coração. Preferia a morte a escravidão.⁶¹

E conclui a triste história. “Mas o que vale-me quebrar por alguns momentos as algemas da escravidão? ... Estou longe de minha pátria, e quando o sol amanhã despertar por entre estas rochas meus tyrannos me perseguirão de novo, e outra vez estarei em suas garras... Maldição”.

O Infeliz Zoldick tomou uma resolução desesperada.

“Morrer”

“A morte era o único meio que lhe restava para recobrar o elle pre-sava mais que a vida, a liberdade! ... “o desventurado ia reunir-se ao pai de sua Zaljira...”.

Quando no dia seguinte a tripulação do navio procurava o fugitivo, por entre os penhascos das ilhas, encontrou um cadáver ensangüentado no cimo de uma rocha.⁶²

Figura 4 - “O Abolicionista Paraense”.



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna. Belém, Centur.

Foto: Élson Monteiro (2012)

Ao lado destes folhetins, o *Abolicionista Paraense* publicava notícias de libertação de escravos, assim como denunciava maus-tratos feitos por senhores escravocratas contra seus escravos. Denunciavam o que chamavam “ato de selvageria” de um senhor que deixou suas duas escravas sem comer nem beber nada, até que terminassem o serviço de duas redes⁶³ que o mesmo mandara fazer. Os redatores

⁶¹ *Idem.*

⁶² *Idem.*

⁶³ O ABOLICIONISTA PARAENSE. Belém, 24 de junho de 1883, nº 04, p. 1.

o atacavam com os piores epítetos, respondendo aos mesmos. “Os retrógrados, os escravagistas, esses inimigos terríveis das idéias nobilíssimas que affagamos, procuram a todo transe fazer arrefecer em nosso espírito o entusiasmo que a cada passo mais se avulta deante do grandioso problema que deve ser resolvido com máxima brevidade. Nada, porém, conseguirão”.⁶⁴

Outro aspecto interessante é a publicação de uma coluna com pensamentos abolicionistas, como os publicados na página três do mesmo hebdomadário.

Os abolicionistas trabalham o que Deus destina, “remir os escravos”.
A escravidão é uma mancha que só a liberdade pode tirá-la.
Sede livres foram as palavras de Christo.
Liberdade e civilização é a alavanca do progresso.
O escravo hoje liberto aprecia a liberdade duas vezes mais que os próprios libertos, porque só se sabe apreciar a verdadeira felicidade depois de ter experimentado a desgraça
Ser livre é ser feliz.⁶⁵

O Abolicionista notabilizou-se pela variedade de suas edições, com as poesias que publicava, sempre abordando a questão da escravidão, com poemas assinados abertamente por maçons. Em sua edição de 01 de julho de 1883, aparece um poema de autoria de J. Amazonas e outra de Paulo Pereira que se assinam como Irmãos, das quais publicamos apenas a primeira e última estrofe de cada.

AOS ESCRAVOCRATAS
Arredai-vos do caminho
Infamesmesclavagistas!
Não queremos confundir-nos,
Nós somos abolicionistas!
Arredai-vos do caminho
Para trás escravagistas.
.....
Arredai-vos do caminho
Nós queremos liberdade,
Não queremos como irmão
Senhores da humanidade
Arredai-vos do caminho
Ei-a, avante, liberdade.
Ir.: J. Amazonas.⁶⁶

⁶⁴ *Ibidem*, p. 2.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 3.

⁶⁶ O ABOLICIONISTA PARAENSE. Belém, 01 julho de 1883, nº 05, p. 3.

Em outra poesia, em que é referenciado como autor “o insigne maçom Paulo Pereira”⁶⁷, que assim se expressa. Reproduzimos apenas a primeira e última estrofe.

BRADO ABOLICIONISTA

Away! Away!

(Byron)

desabem d`uma vez os preconceitos!

Por terra o despotismo, o vil direito

Da negra escravidão!

Que o sol da liberdade já se mostra

Altivo, fulgurante, iluminando

Os plainos d`amplidão!

.....
Avante briareus dos novos tempos

Soldados valorosos de uma nova

Cruzada só de luz!

Avante! Pois que temos como estrella

A santa liberdade que nos guia,

Pharol que nos conduz.⁶⁸

Vemos assim que por trás dessas publicações, quando não eram diretamente ligadas à Maçonaria, estavam sempre presentes os maçons, seja através de proprietários, que financiavam tais publicações, ou através de alguns dos seus colaboradores que escreviam e assumiam deliberadamente sua condição de maçom.

Assim sendo, procurei demonstrar ao longo deste texto, não só a existência de uma imprensa maçônica, mas como também a presença de jornais de propriedades de maçons, que foram porta-vozes e articuladores importantes daquela que foi a maior campanha da história brasileira, a abolição da escravidão, assim como também, esses jornais funcionaram como órgãos de defesa da Maçonaria quando sob críticas, como no caso da “Questão Religiosa”.

Vê-se assim que as campanhas mais importantes e que agitaram a segunda metade do século XIX, foi feita através da imprensa, que, naquele momento, foi em boa parte de propriedade de maçons ou publicações vinculadas diretamente à maçonaria, o que dá a importância dessa imprensa maçônica ou de propriedade de maçons no contexto trabalhado.

⁶⁷ *Ibidem*, p.4.

⁶⁸ *Idem*.

Capítulo 9



Conceição Maria Rocha de Almeida
Antonio Otaviano Vieira Junior

As Vozes do ilícito: cidade, trabalho e insultos na Belém do Pará¹ (1850 – 1900)

No as rezas, período situado entre os anos cinquenta a noventa do século XIX, a cidade de Belém do Pará obteve marcas importantes, construídas a partir de múltiplos sons que preencheram os espaços que definiram a cidade. Lançando um olhar retrospectivo, a partir de onde me encontro hoje, o século XXI, aquele foi um interregno no qual eram significativas as *assombrações* da luta cabana, as dores geradas pelas numerosas epidemias como também emanadas das celebrações religiosas, e em meio a tudo isso, o desenvolvimento da produção gomífera.

Ao longo daqueles anos, a palavra falada foi alvo da atenção do poder público e instigador das marcas sociais. Tais considerações motivaram-me a pensar, paradoxalmente, numa Belém silenciosa agora, no século XXI. Como seria esta cidade desprovida da multiplicidade de sons que a identificam? Seria possível identificar a cidade de Belém desvinculadamente dos sons múltiplos e *indiscretos* das feiras, das celebrações juninas e nazarenas, dos ônibus disputando espaço em

¹ O presente trabalho constitui parte das reflexões contidas em minha dissertação de Mestrado intitulada “O Termo Insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)”, defendida em fevereiro de 2006, para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia, pelo PPHIST/UFPA, e orientada pelo Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Júnior.

suas ruas e dos pregões dos vendeiros? Admito que seria extremamente difícil, uma vez que tais ruídos compõem, também para mim, as faces desta cidade. Ou seja, em qualquer período, os sons também imprimem suas marcas, diversamente, nos espaços múltiplos das urbes.

Diante disso, talvez para muitos, dentre aqueles que viveram em Belém, esta significasse um lugar marcado, sobretudo, pelo sofrimento. Entretanto, é também possível que para outros, ela significasse uma cidade afortunada, geradora de sentimentos de esperança em uma vida melhor. Cidade querida ou desprezada, ela pôde ser pensada e sentida mediante olhares de diferentes testemunhos.

Recorrendo ao estudo de significados de ofensas verbais, busquei identificar alguns desses testemunhos. Eles foram localizados entre as páginas frágeis e sépias pelo calor e umidade, de autos crimes dos mais diversos teores, encerrados em pastas e caixas, depositadas nos Arquivos públicos da cidade. Foi dessa forma, por exemplo, que pude conhecer uma situação vivenciada por Henrique e Antonio, moradores de Belém lá pelos anos setenta dos oitocentos.

O COMERCIANTE E O FOGUETEIRO: CONFLITOS EM NOME DA HONESTIDADE E DO TRABALHO

Em outubro de 1874, o fogueteiro espanhol Antonio Rodrigues Pardal, morador na rua da Constituição, foi processado pelo comerciante brasileiro Henrique Felipe Benicio, residente na rua de São Vicente de Fora, pelo crime de injúrias verbais.²

Segundo Henrique Benicio, Pardal teria dirigido a ele a seguinte *frase injuriosa*:

O Snr. Benicio o que quer é comer o meu dinheiro, que vive as custas de quem trabalha mas esta enganado eu não lhe dou nenhum vintém, que faço com que trabalho para viver.³

O auto não esclarece os motivos pelos quais Antonio Pardal dirigiu a Benicio a referida sentença. Todavia, que as palavras do fogueteiro podem sugerir algumas reflexões.

² “Auto crime por Injurias Verbaes em que he Author Henrique Felipe Benicio e Reo Antonio Rodrigues Pardal. Anno de 1874”. Depositado no Arquivo Geral do Poder Judiciário. Grupo: 2º Distrito Criminal. Série: crimes contra a honra. Sub-série: injúrias. Nº do processo: 36. Caixa 02. Doc. 03. A rua da Constituição deve ser a mesma estrada da Constituição, atual avenida Gentil Bittencourt. e a de São Vicente de Fora, Paes de Carvalho. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992, p. 79 e 37, respectivamente.

³ “Auto crime por Injurias Verbaes em que he Author Henrique Felipe Benicio....”. Já referido.

Um indicativo inicial, por exemplo, é o fato de que o espanhol parecia estar convicto de que Benicio não trabalhava realmente, vivendo na verdade, do trabalho de outros. A expressão *outros* poderia referir-se aos que adquiriam, mediante compra, os produtos vendidos por Benicio ou que de algum modo endividavam-se com o comerciante, ou as duas situações. Provavelmente, Pardal avaliava que as cobranças fossem demasiadas, ou ainda que os preços lançados fossem elevados e/ou indevidos, daí a afirmação de que Benicio queria mesmo era *comer* o dinheiro alheio.

Penso também que pudesse haver uma outra possibilidade neste caso, a de que Pardal até não dispusesse de indícios de desonestidades cometidas por Benicio, mas, uma vez desejoso de causar indignação e este, optar por proferir em altas vozes, os ditos *comentários injuriosos*.

O sentido do verbo empregado é explícito para o período em questão, ou seja, “*comer*” sugeria apropriar-se indevidamente do dinheiro alheio, ou seja, furtar. Para o fogueteiro, o sustento próprio dependia do trabalho que ele realizava: cada *vintém* que ganhava era para garantir-lhe a vida, logo não considerava correto pagar o que acreditava não dever. Parece então, que se pensava como alguém bem distinto de Benicio, o qual “*vive as custas de quem trabalha*”.

Ao que parece, a postura de Antonio Rodrigues Pardal era de valorização de si mesmo e do trabalho que era capaz de realizar e que, por conseguinte o mantinha. Este seria possivelmente, o sentido do trabalho para o fogueteiro Pardal – envolver-se diretamente no processo de construção dos objetos, neste caso os fogos de artifício, donde resultava o ganho que proveria a moradia, a alimentação, o vestuário, o lazer enfim. Desse modo, Pardal reconhecia-se em seu trabalho, daí sentenciar num momento de indignação, que Benicio não trabalhava, vivia desonestamente, visto que às custas de quem o fazia.

Considero importante destacar que na Belém da segunda metade do século XIX, havia uma proliferação de atividades laborais. Estas impregnavam a cidade com seus sons característicos ao longos de suas ruas, praças, largos, estradas e travessas.⁴

A diversidade de trabalhadores era expressiva. Até os anos oitenta eles podiam ser divididos de um modo geral em escravizados, livres e libertos, havendo, contudo, atividades comuns a todos estes, tais como aquelas que eram desenvolvidas no âmbito doméstico. Fora desse âmbito, havia outras, que se espalhavam pelos recantos

⁴ Segundo Ernesto Cruz, “Até o ano de 1839, Belém possuía 35 ruas, 31 travessas e 12 largos. Em 1848 foram abertas duas ruas e três travessas a partir do arraial de Nazaré. Nos anos noventa mais ruas, travessas, praças e avenidas foram também abertas, de tal maneira que em 1905, “a cidade estava dividida em 47 ruas, 52 travessas, 15 estradas, um bulevar, seis praças, dez largos e três avenidas. Dois anos mais tarde, o número de ruas estava aumentado para 105, e o das praças para 22”. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992, p. 16-7.

da cidade e revelavam-se importantes para o funcionamento da mesma como, por exemplo, as oficinas de sapateiros, as de alfaiates e de marcenaria. Havia ainda as lojas em geral, mercados, açougues, além de serviços como o de aguadeiro e carroceiro.⁵

Para inúmeros moradores de Belém nos oitocentos, ter uma ocupação, ou um ofício considerado lícito, era importante. Essa era uma preocupação muito presente entre as autoridades dirigentes – tanto do Império do Brasil como das províncias em particular e o Grão Pará não foi uma exceção – daí ser constituído todo um aparato legal, como os códigos criminais e os de posturas, no sentido de assegurar a regência da expansão do *progresso da civilização*.

Portanto, ser um trabalhador significava não ser um *desviante* à ordem civilizadora que estava sendo construída, e nesse ponto, a cidade de Belém não se constituiu numa exceção. Nos autos crimes, por exemplo, era obrigatório que, ao proceder-se à qualificação das partes envolvidas, ou de testemunhas e informantes, indagar-se a ocupação de cada uma delas. Logo, se alguém se declarava sem ocupação, poderia ser reconhecido como um adepto da “vadiagem” ou da “malandrice”.⁶

Considerando então a mentalidade expressada na época em questão, certamente não interessaria a Benício ser reconhecido como uma pessoa desonesta, possível de ser equiparado aos que já eram conhecidos das autoridades como enganadores de pessoas simples.

Gostaria de ressaltar também que ser um fogueteiro em Belém era um trabalho cujo produto costumava ser muito apreciado por um número expressivo de moradores e visitantes. A explosão dos fogos – e os efeitos visuais da mesma – era, e é ainda hoje no século XXI, um dos sons mais marcantes da capital do Grão Pará. Esses sons demarcavam as datas festivas e, sobretudo, as festas religiosas. Nesse sentido não é inoportuno (re) lembrar Wallace, o qual registrou em sua passagem em fins da década de quarenta, que

Os foguetes são considerados componentes indispensáveis das comemorações religiosas. Certa manhã perguntei a um velho negro por que estavam soltando foguetes já àquela hora. Levantando os olhos para o céu, respondeu-me solene: “Por Deus”.⁷

⁵ Ver CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. V. 2. (Coleção Amazônia)

⁶ Ver VELHO, Gilberto (org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Introdução e capítulos 1 e 6.

Sobre o tema da vadiagem ver MELLO e SOUZA. Laura. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. Pp. 51 a 90 e 215 a 222. FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 48-9. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX*. São Paulo: ANPOCS / EDUSC, 2004.

⁷ WALLACE, Alfred Russel. WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979., p. 27.

Nos anos sessenta era possível localizar anúncios como os da “Fabrica de fogo artificial”, situada na rua do Príncipe nº 16, na qual vendia-se “(...) *um completo sortimento de fogos de todas as qualidades, que se vende muito baratos, em consequência do grande sortimento que há (...)*”.

O fogueteiro Pardal desenvolvia então um trabalho cujos produtos tinham decerto, receptividade entre as gentes que viviam em Belém. De qualquer modo, em decorrência da *frase insultuosa* que proferiu a Benício, Pardal acabou sendo condenado a um mês de detenção e a pagar os custos processuais.

Henrique Benício por sua vez era um comerciante brasileiro estabelecido na capital do Grão Pará. O auto crime em questão, não presta maiores esclarecimentos acerca dos negócios por ele desenvolvidos, tudo indica, porém, que ele e Pardal já haviam tido desavenças, pois quando o fogueteiro dirigiu a ele a tal sentença insultuosa, os dois encontravam-se frente ao Juiz de Direito do 1º Distrito Criminal, na sala das audiências, provavelmente para encaminhar solução para algum problema anterior.

Indignado com as afirmações de Pardal, o comerciante processou o fogueteiro baseando-se no Código Criminal do Império. O argumento enunciado por Benício era que Antonio Pardal havia prejudicado “grandemente a reputação do queixoso” diante do que, Benício buscava reparações.⁸

Para Benício deveria importar o resguardo da boa reputação por implicar em ser reconhecido como um comerciante honrado. Neste caso, a honra masculina seria definida pelas atitudes de Benício no mundo do trabalho, ou seja, uma vez que fosse reconhecidamente um trabalhador empenhado, alguém que conduzia seus negócios honestamente, poderia ser visto como um homem confiável perante seus fregueses, família, conhecidos, autoridades enfim.

A honra de Benício estava conectada também ao trabalho, desde que este fosse desempenhado de conformidade com as regras da sociedade em que o comerciante estava estabelecido. Pelo visto, não era interessante para Benício, ser

Acerca dos sons dos fogos, Ernesto Cruz faz referência à festa do Divino Espírito Santo. Segundo Cruz, tratava-se de um “acontecimento” cujo término era assinalado com o “FÔGO DE VISTA, queimado à meia noite, sob os acordes das bandas militares, que encerravam o ato com o hino nacional.” In: CRUZ, Ernesto. *História de Belém* – 2 v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. (Coleção Amazônia/Série José Veríssimo), p. 269-70.

⁸ No Código Criminal, o crime de injúria era previsto no art. 236 e seria perpetrado sempre que houvesse “imputação de um facto criminoso não compreendido no artigo 229” (referente à calúnia); “imputação de vícios ou defeitos, que possam expor ao odio, ou desprezo publico”; “em tudo que pode prejudicar a reputação de alguém”; “em discursos, gestos, ou signaes reputados insultantes na opinião publica. Ver Código Criminal do Império do Brasil. Parte Terceira – Dos crimes particulares. Titulo II. Capítulo II. Secção III. P.178.

confundido com um transgressor. Em decorrência disso, era importante para ele que Pardal fosse punido, posto que o fogueiteiro colocou em dúvida o exercício honesto de seu trabalho como comerciante, através de palavras faladas em tom expressivo e diante de várias pessoas, inclusive de autoridades.

Neste caso o perfil de gênero masculino aqui definido se reafirmaria mediante o cumprimento dos compromissos assumidos, não emprego de tempo em atividades reconhecidamente *desonestas*, regularidade no exercício do papel de provedor.

Ora, a frase dita e reafirmada por Pardal, contrapunha a essa imagem a do negociante desonesto e *descansado*, posto que gostava de *comer* o dinheiro ganho com o suor alheio e não *trabalhava realmente*. Nesse sentido, o discurso ofensivo comprometia a boa fama enquanto “homem de bem”, ou seja, de boa reputação.

A frase ofendia porque atingia a honra de Benicio, depositada neste caso, no trabalho que ele desenvolvia na cidade em que morava. Possivelmente, sentia-se honrado (também) em função de ser um negociante, atividade que desempenhava com (suposta) competência. Estando, portanto, sua honra também contida no desempenho de seus negócios, considerava importante preservar sua reputação e guardar a boa fama de tal modo que opiniões como as de Pardal não fossem emitidas, sobretudo perante outras pessoas e no caso de o serem, padecessem às punições exemplares previstas na lei.⁹

O NEGOCIANTE E O ALFAIATE: OUTROS CONFRONTOS EM DEFESA DA REPUTAÇÃO

O confronto vivenciado por Henrique Benicio e Antonio Pardal não foi o único. A Belém da segunda metade do século XIX vivenciou uma longa prenhez de tensões que demarcaram os mundos do trabalho. Muitas dessas tensões foram extravasadas por intermédio do verbo insultuoso. Em março do ano de 1862, por exemplo, o escrivão Marcelino Marques de Lima, registrou uma querela envolvendo João Tavares Cesar e José Ferreira Mathosinhos.¹⁰

⁹ Acerca da honra, Pitt-Rivers observa que esta “é individual, mas também é coletiva” daí a relação que procurei estabelecer entre o comerciante Benicio e o trabalho por ele realizado na cidade de Belém – o de comerciante. Pitt-Rivers pondera ainda que “a conduta ditada pela honra varia de acordo com o lugar de cada um na sociedade (...). (...) Os componentes da honra também variam de acordo com a classe social: a honra aristocrática, originalmente militar, se distinguia da honra burguesa ou da honra popular, sem contar as diferenças entre grupos sociais e entre profissões, comunidades ou regiões. (...)”. In: PITT-RIVERS, Julian. *A doença da honra*. IN: CZECHOWSKY, Nicole. *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 18.

¹⁰ Autos crimes de appelação em que é appellante João Tavares Cesar e appellado José Ferreira Mathosinhos. Anno de 1862. Depositado no APEPA. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Caixa de 1860-65. Pasta de 1862.

Tavares César era alfaiate estabelecido com loja e morador no 2º Distrito. Ele processou José Mathosinhos, português, negociante, por injúrias verbais. Segundo João Tavares, Mathosinhos o insultara na rua, por volta de seis horas da manhã, enquanto Cesar conversava com outros homens.

De acordo com os registros contidos no auto, Mathosinhos chamou Cesar de “velhaco, ordinário, patife, e que, andava pelas tavernas, comendo o dinheiro d’outros de obras e feitos”. Diante disso, Cesar formalizou a queixa, no sentido de servir de exemplo a Mathosinhos, pois segundo os registros contidos no auto, seria preferível a João Tavares “perder toda a sua fortuna, do que ver ultrajada a sua reputação”.

Então, de modo similar à querela que envolveu o comerciante Benício e o fogueteiro Pardal nos anos setenta, a masculinidade (re)afirmava-se neste caso, no exercício do trabalho que parecia dignificar o sujeito em questão (masculino), em função da (suposta) honestidade do mesmo.¹¹

Após a leitura da queixa Mathosinhos “produziu sua defesa” através de seu advogado Domingos Antonio Rayol. Este afirmou que a queixa era desprovida de fundamento pois ele jamais pronunciara as palavras ofensivas constantes da denúncia.

Foram ouvidas quatro testemunhas e um informante, todos levados por João Tavares Cesar. De modo geral confirmaram a versão do queixoso, mas houve contradições entre os depoimentos, que não passaram despercebidas ao advogado de Mathosinhos. Este também “produziu” suas testemunhas de defesa, em cujos depoimentos também foram observadas contradições que concorreram para absolver Mathosinhos em primeira instância. Inconformado com a decisão desfavorável, João Tavares Cesar apelou, porém o juiz ratificou a sentença inicial e absolveu novamente José Ferreira Mathosinhos.¹²

O conflito vivenciado por Cesar e Mathosinhos denota também preocupação com a “reputação” perante a “opinião pública”. De acordo com João Baptista Passos, advogado de Tavares Cesar, o crime de injúria poderia prejudicar a reputa-

¹¹ Autos crimes de apelação em que é appellante João Tavares Cesar e appellado José Ferreira Mathosinhos. Já referido.

Velhaco – o que engana com dolo não cumprindo a promessa.

Ordinário – o mesmo que patife, “indivíduo de baixa condição”.

Patife – no sentido figurado, o mesmo que maroto, malicioso, malandro.

In: SILVA, Antonio de Moraes. “*Dicionário de Língua Portuguesa*” – Recopilado – dos vocábulos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina. Anno de 1813, p. 544 e 837.

¹² Duas testemunhas arroladas pela Defesa de Mathosinhos entraram em contradição em seus depoimentos quanto ao horário em que havia ocorrido a alteração entre os dois envolvidos. A testemunha José Coelho de Meirelles, declarou o horário de nove horas da manhã. E José Ferreira Guimarães afirmou que não estava certo se o ocorrido dera-se ao meio dia ou às seis da tarde. In: Autos crimes de apelação em que é appellante João Tavares Cesar e appellado José Ferreira Mathosinhos. Já referido.

ção de alguém, sendo justamente o que ocorrera com o queixoso, pois expressões como “patife”, ou “velhaco”, ditas em público acrescidas do comentário acerca do “costume de vender as obras dos fregueses e comer-lhes o dinheiro” implicariam sim em prejuízo para a reputação, configurando então crime de injúria, de acordo com o Código Criminal do Império do Brasil.¹³

Cesar era alfaiate e subsistia de seus ganhos. Uma acusação como a que consta nos registros do auto – mais especificamente a de que ele “comeria nas tavernas com o dinheiro que recebia adiantado” e que depois vendia as obras a outros – poderia despertar a desconfiança em pessoas que viessem a recorrer aos serviços dele, ou fazê-lo perder clientes já constituídos.

Nesta perspectiva procurei refletir acerca de “identidades marcadas” por intermédio de representações contidas nos discursos, inclusive, como é o caso discutido aqui, considerados ofensivos. Ora, num momento de extravasamento de tensões, Cesar teria sido denominado de “velhaco, ordinário, patife (...)”. A propagação do ocorrido e a repetição dos termos insultuosos poderiam marcá-lo como um homem desprovido de condições de confiabilidade. Ou seja, Cesar poderia vir a ser identificado e reconhecido através de epítetos indesejáveis posto que o desqualificavam.¹⁴

É importante considerar também que Tavares Cesar não era o único alfaiate da cidade de Belém, o que poderia implicar em mais problemas com relação à clientela. Aliás os jornais da segunda metade do século XIX informavam regularmente os serviços prestados por alfaiates, bem como a necessidade de alguns em instruir principiantes em suas oficinas.

Em agosto de 1876, em sua “secção de annuncios”, a “Província do Pará” publicou que Manoel da Costa Val, alfaiate e batineiro

(...) com casa de alfaiate e batineiro, à rua do Espírito santo engarrega-se de quaesquer obras tendentes a estes officios, as quais prepara com mais acceio e presteza do que em outra qualquer parte.

Já se achando este estabelecimento bem acreditado pelo bem acabado de suas obras chama para elle a concurrencia do respeitável corpo commercial e do publico em geral, que nunca olvidaram em proteger um artista laborioso.

¹³ O artigo referente a injuria é o de número 236, já citado anteriormente.

¹⁴ Ver LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, Gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”*. In: LOURO, Guacira Lopes, NECKEL, Jane Felipe e GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 46.

Talvez em decorrência também desse tipo de tensão, Tavares Cesar tenha empreendido uma luta tão marcante pela condenação de Mathosinhos, afinal, como bem registrou em sua denúncia, ele esperava que esta servisse de exemplo ao acusado, “em virtude da lei” e a lei referida qualificava os “crimes contra a segurança da honra” e estabelecia punições para os mesmos.

Os insultos irrogados a Cesar comprometiam elementos que compunham a concepção de masculinidade idealizada pelo alfaiate em relação a si próprio pois, identificavam-no como uma pessoa menor, ou seja, “ordinária”, de reputação mais do que duvidosa, uma vez que procuraria agir “maliciosamente”, com segundas intenções para com aqueles que encomendavam-lhe trabalhos. Bem, se assim procedia, Cesar podia ser identificado também como alguém acostumado a cometer “malandragens” e um “malandro” não estaria necessariamente comprometido com o cumprimento de compromissos supostamente assumidos.

Ora, vivendo numa cidade onde o sustento próprio seria buscado através das labutas como alfaiate, essa era uma imagem que Cesar parecia não desejar que alguém tivesse a seu respeito e desse modo, lutava para preservar uma outra, contraposta àquela que Mathosinhos teria propalado. Sendo assim, é possível crer no desejo de João Tavares de ser identificado como um “homem honesto”, e, portanto, um profissional cumpridor de seus compromissos e que respeitava a palavra empenhada junto àqueles que procuravam seus serviços. Uma vez assim reconhecido, o seria também como um “homem honrado”.

Mediante o estudo dos relatos preservados por escrivães e juristas, creio na possibilidade da identificação de semelhanças entre os dois casos aqui expostos, mesmo observando o relativo distanciamento cronológico de doze anos que os separou. Ou seja, mesmo em momentos distintos, a cidade de Belém foi também o lugar de tensões vivenciadas no mundo do trabalho e traduzidas pelos mordazes sons dos insultos.

Mas, eles também não foram os únicos a vivenciarem tensões, muitas outras, geradas pelas “artimanhas mortais das ofensas” foram tecidas caprichosamente, por entre ruas, estradas, travessas e quintais daquela que foi a “Cidade do Pará”. Nesse sentido é preciso lembrar que a documentação investigada aponta para a existência de trabalhadores de variadas origens, idades e ocupações.

Boleiros, alfaiates, sapateiros, barbeiros, marceneiros, aguadeiros, fogueteiros, carroceiros, guardas urbanos, caixeiros, carregadores, cozinheiros e cozinheiras, lavadeiras, parteiras, engomadeiras, amas, criadas (os) de servir, costureiras, vendedeiras de rua, médicos, professores, bacharéis em direito, es-

crivães, delegados, redatores de jornais, juízes entre outros. Além é claro daquelas que se ocupavam em atividades menos consideradas, como a mendicância e até mesmo aquelas qualificadas como ilícitas.

Homens e mulheres puderam desempenhar ocupações e profissões diversas na Belém da segunda metade do século XIX. Todavia houve atividades nas quais aparentemente, deu-se a predominância de uns ou de outros. Ou seja, parece que determinadas atividades, ocupações e/ou profissões foram feminilizadas e/ou masculinizadas nos espaços de trabalho da cidade de Belém.

Dentre os documentos que pesquisei: autos crimes depositados no Arquivo Público do Estado do Pará como também os depositados no Arquivo Geral do Poder Judiciário, além do noticiário jornalístico no período situado entre 1850 a 1900, não encontrei indícios do envolvimento laboral masculino nos processos de lavagem e engomagem de roupas. O mesmo ocorreu com relação a profissões como carpinteiro, boleiro, sapateiro, barbeiro, carroceiro, escrivães e alfaiates, onde a especialização de desempenho parecia ser eminentemente masculina, não havendo - pelo menos na pesquisa que até o presente momento desenvolvi - sinais de participação feminina.

De qualquer modo, em meio à realização de tão variados trabalhos, as pessoas urdiam um cotidiano demarcado por sentimentos múltiplos, pelos quais poderiam perpassar alegrias, rancores, serenidade, angústia ou tristeza. As tensões poderiam fluir das mais diferentes origens e explodir em manifestações prenches de agressividade, fosse verbal ou física.

Conforme já expressei caro leitor, muitas dessas manifestações foram registradas em subdelegacias da cidade de Belém durante os oitocentos assim como alimentaram a criatividade e a inventividade jornalística do período, marcando presença nas páginas do noticiário de inúmeros jornais. Graças à pesquisa, pude deparar-me com elas, o que me levou a construir um trabalho que na realidade, propõe-se a falar de Belém, recorrendo, contudo, à análise do significado das ofensas verbais. Elas são, portanto, os médiuns dessa construção histórica.

Capítulo 10



Fernando Arthur de Freitas Neves

Sem Padroado e sem Primaz, a igreja no Brasil no início da república

A república convertida em regime teve de ocupar-se da gestão do estado em suas miudezas, como a folha de pagamento dos funcionários públicos, a gestão da mão de obra devido à ausência do trabalho escravo, a imigração, a modernização da malha de transporte, a instrução pública, a saúde pública, a questão tributária; no entanto, o chefe do executivo, Deodoro de Mendonça, acredita que sem as reformas no corpo do exército e marinha tudo mais corre o risco de soçobrar como ocorreu com a monarquia.¹ Na sua mensagem ao congresso nacional de 1890, não há nenhuma referência às relações entre estado e igreja. Isto posto, podemos perceber uma efetiva superação do bloco de poder ao secundarizar a importância da igreja na gestão da política como foi característica das sociedades tradicionais. Contudo seria enganoso não perceber a relevância da aliança entre estado e igreja no bloco histórico; a formação do consenso na sociedade burguesa ainda não dispunha de hegemonia sobre a estrutura do estado para desconhecer o púlpito, a instrução religiosa na instrução pública, e a política propriamente à margem da influência da política católica.

Finda a liderança do recém-nomeado primaz do Brasil, D. Macedo Costa, a igreja brasileira teve de articular uma vigilância dobrada para poder continuar a

¹ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório em 15 de Novembro de 1890.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

subordinar seu clero às teses ratificadas pelo concílio Vaticano, cujo pendore para as coisas da religião, mais do que às coisas do século, obrigaram a hierarquia católica a despir-se das ilusões de um retorno ao bloco de poder anterior à proclamação da república no Brasil. Na cultura estava instalado o vigor da religiosidade, pois o chefe do executivo na república sustenta na providência seu fazer político. Assim atestava,

A Providencia, que regulou por leis eternas e imutaveis, tudo quanto o universo encerra, aprouve que eu fosse elevado à magistratura suprema de nossa pátria na hora histórica de 15 de novembro do anno passado. E conservar-me a existência muito ameaçada, então, para, atravez de um período que se me afigurava longo demais, pelas tremendas responsabilidades que assumi.²

Se é lícito perceber a separação política de estado e igreja, na cultura vicejava o valor da esfera espiritual sagrando o poder e sobre ele derramando suas bênçãos para proteger o ungido. A sociedade continuou a usar da teleologia da teoria da história cristã para explicar os acontecimentos; este recurso em plena modernidade denota a presença das categorias religiosas para significar aquele tempo presente. Caiu a monarquia, mas a igreja persistia em anunciar sua perenidade no século.

Pedro Ribeiro de Oliveira propõe um rearranjo da igreja na passagem do século XIX ao XX através do compromisso selado entre a república e a igreja para formarem cidadãos para aquela, sem descuidar da preparação espiritual tão necessária para os católicos terem de suportar o fim do monopólio espiritual gozado em quatrocentos anos de história sob o *regalismo*.³ As iniciativas da igreja tinham por preceito legitimar suas propriedades sem permitir novos confiscos a obstar a reprodução material mais elementar da instituição, sob pena da ameaça de fragilizar o clero ainda mais pelo acossamento das mensagens liberais e maçônicas, e em menor escala das correntes protestantes lançadas todas ao mesmo plano por tornar o estado laico. Emmanuel Sodré, biografando seu pai, Lauro Sodré, político republicano desse período, descreve a disputa com a igreja sobre o valor do progresso contra a tradição, encarnada pela religião do crucificado, inflando as denegações à igreja para orientar a *intelligentsia* e ao comum dos mortais na edificação de uma sociedade livre da tutela moral da religião.⁴ O positivismo de Sodré foi o expoente de uma cultura política liberal

² *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório em 15 de Novembro de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 1.

³ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁴ Esta discussão entre a igreja e os positivistas foi sendo acentuada no final do império e prosseguindo na república. O militar positivista opôs a teologia católica uma razão teológica. Ver: SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1970. Uma série de artigos

já saturada da imagem profética da igreja da anunciação, de uma mística redentora no espírito, suportando de *per se* na razão instrumental da ciência e da técnica, sem os preconceitos da mentalidade religiosa.

A carência dos recursos materiais para a igreja brasileira era bastante acentuada, como atestam os reclamos dos bispos contra as tentativas das irmandades continuarem a gerir seus patrimônios e réctas sem a devida orientação da hierarquia. Se as dotações para igreja estavam asseguradas nas peças orçamentárias do império⁵ e das províncias, doravante teriam de suportar por si mesmas a sustentação do culto, do clero, das edificações de templos⁶ e obras pias, tendo de recorrer apenas no suporte de seus óbolos e esmolações, além de ter de adaptar-se à extração de renda ativa do que era anteriormente mão morta.

Durante o século XIX, a igreja não dispunha de centros de formação intelectual independentes do estado; embora desconfiasse das limitações impostas à igreja pelas constantes intervenções na administração dos seminários através das nomeações de lentes, a suspensão das cóngruas dos clérigos, o sequestro de bens e rendas, as proibições do noviciado, a subordinação do ensino religioso à instituição civil da instrução pública, ainda assim havia o comprometimento com uma renda do estado para o sustento da religião oficial. Toda uma rede de dependência ao estado já vinha sendo contestada pela religião católica, motivando vários conflitos cujo mais pujante caso foi a prisão dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa⁷; em consequência, as atitudes dos religiosos passaram a cultivar um exercício de inde-

nos periódicos da virada do século, Lauro Sodré recusava à igreja a possibilidade de formação de consenso na sociedade civil como fica exposto em SODRÉ, Lauro Nina. *Crenças e opiniões*. 2ª edição. Brasília: Fac-similar, Senado Federal. 1997. O processo de gestão de um estado gerido segundo os preceitos da modernidade pode ser visto na dissertação de mestrado em História de Alan Coelho enfatizando como novos quadros mentais no século haviam sido assentados nos governos e se julgavam portadores de reformas no regime. COELHO, Alan Watrin. *A ciência do governar*: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Belém: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2006.

⁵ *Relatório apresentado à Assembléia Geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios do império Antonio Ferreira Vianna*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1989, p. 79.

⁶ Segundo Vianna, as obras de restauração na catedral de Belém já duravam perto de quatorze anos, ficando até impedido de realizar o culto. Os apetrechos de sua equipagem foram adquiridos na Europa, contudo um naufrágio levou para as profundezas “os mármore preparados em Roma para o pavimento da nave e do transepto da igreja”. Segundo este prócere a restauração da catedral do Pará já havia consumido mais de 150:000\$000 das finanças da província, além da contribuição do governo geral de 80:000\$000. A província compareceria com mais recursos; ao império foi solicitado mais 20:000\$000, porém o ministro disse não poder atender. *Relatório apresentado à Assembléia Geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios do império Antonio Ferreira Vianna*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1989, p 83.

⁷ NEVES, Fernando Arthur de Freitas. “Estado e iglesia: aliados y adversarios del siglo XIX”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel dos; PETIT, Pere (orgs.). *La Amazonia brasileña en perspectiva histórica*. Salamanca: Aquilafuente/Universidad de Salamanca, 2006, pp. 109-25.

pendência cada vez mais substanciada no predicado da missão de guia da humanidade para redenção, necessitando no século da moldagem de um campo católico disposto a seguir suas orientações políticas e espirituais.

Consoante a esse objetivo, a igreja deveria ser capaz de envolver os católicos em uma revisão dos postulados liberais de modo a adaptá-los aos cânones católicos. As pastorais dos bispos incidem sobre o drama da igreja com o mundo moderno. Se, no papado de Pio IX, o rompimento com o século é explícito, logo a seguir, Leão XIII irá conciliar com o espírito do século retornando as concordatas surgidas das revoluções burguesas. De modo bem ilustrativo, a maioria dos bispos trouxe para si a responsabilidade de convocar os católicos sob seu pastorado para tecerem armas contra as investidas do século.

A audiência ao concílio foi extremamente expressiva; depois de quase três séculos, a igreja tentou dar outras providências nascidas em Trento, sobretudo quando esta sofreu o deslocamento do bloco de poder nos estados nacionais. Os desabridos ataques contra as posições assumidas pela igreja foram interpretados como uma sina das forças políticas representada na ascensão dos postulados liberais já em batalha contínua para deslanchar as instituições burguesas na sociedade civil e na sociedade política. Isto ficou bastante evidente das revoluções liberais do século XIX, quando as proposições de separação entre igreja e estado sacudiram as forças sociais querelantes na edificação dos estados nacionais tanto da Europa como da América.

A igreja católica sofrendo as agruras do tempo lança mão de um princípio caro à sua cultura – o universalismo. Essa tomada de consciência será vital à noção orgânica de uma mesma igreja colada a uma mesma salvação, motivada numa mesma mensagem de boa nova. Porém é necessário introjetar esse valor nas igrejas espalhadas pelos países muito ciosos de suas soberanias nacionais, restando ao catolicismo atar sua integração não só simbólica com o Vaticano como um estado político católico, mas com a cultura religiosa de Roma, ressignificando a experiência comum no tempo da história. Esse cimento só foi possibilitado pela linha hierárquica da igreja que subordina as dioceses a Roma, e em cascata subordina o clero aos príncipes diocesanos, alterando as relações entre clero regular e secular, de modo mobilizar suas forças materiais e morais como se fosse um só exército de novo tipo, mas com alma do tipo antigo.

QUANDO FALA O PAPA, O CATÓLICO OBEDECE, MAS OBEDECER QUAL PAPA QUANDO HÁ DUAS FALAS?

Pio IX compreendeu a necessidade da igreja em implantar esse organismo vivo da vivência religiosa ao abandonar as alianças iniciais de seu governo como papa-rei. Incumbindo-se de re-educar seu clero e rebanho, despiu-se de qualquer relação com a cultura do liberalismo para torná-lo inimigo da causa da religião; e ativa um dogma que sela a unidade na igreja ao falar *ex cathedra* como pontífice infalível. É como imposição ou impostação do espírito santo que se pronuncia o papa, não cabendo o erro em sua resolução, desta forma, o neotomismo anuncia seu retorno, proclamando ao mundo a verdade de sua religião. Logo, não pode a igreja abdicar de talhar senão a unanimidade, pelo menos a unidade necessária ao conflito com o estado.

No Concílio Vaticano, as diferenças de como deveria ser conquistada a hegemonia católica sobre as mentalidades ficaram expressas nas dificuldades de reconhecer a subordinação de todos os católicos ao bispado de Roma. No ocidente, a história do papado mais recente permitia uma subordinação espiritual e material, efetiva e afetiva, contudo, não havia uma inculturação *in totum* dos dogmas de fé, princípios e sobremaneira sobre as experiências dos católicos no cotidiano das dioceses, igrejas, capelas e no interior de cada alma. Pijoan, na *História del Mundo*, supõe uma inflexão na consolidação do projeto de hegemonia do papado, orientando a formação do concílio para debater as teses liberais como originalmente estava configurado, acabou por denunciá-las como vício.⁸ Entretanto, não se tratava de optar entre o liberalismo e suas mediações *versus* a tradição, mas a sublimação da mensagem religiosa deveria ainda suplantar as iniciativas das igrejas nacionais que podiam redundar em novas separações do tipo das igrejas nacionais, como anteriormente no Brasil foi sustentado em alguns discursos de Feijó.

Pautando a infalibilidade, no concílio, os advogados da causa do papa quiseram ratificar a plenitude do dogma diante da secular razão. Valendo-se de uma maioria de 535 bispos para ratificarem o que já vinha sendo executado, como os decretos da Imaculada Conceição e o *Syllabus*; a pretensa unanimidade veio abaixo quando duzentos dissidentes não concordaram em sufragar a decisão e retiraram-se de Roma antes de o concílio terminar. Até aqueles mui chegados ao papa lhe contestaram a primazia como foi o caso de Newman, católico inglês cuja vida tinha dedicado ao reflorescimento do catolicismo em Inglaterra ou de Montlambert católico ultramontano francês desejoso de uma igreja unida.

⁸ Pijoan, J. *Historia del mundo*. 5 volumes. Barcelona : Editora Salvat, 1955.

O orbe católico continuava muito dividido em suas lealdades, as iniciativas liberais na América são tomadas como autênticas provocações contra a solidez do catolicismo barroco, maneirista, e em muitos casos declaradamente hostil às transformações promovidas pelas revoluções burguesas. Graças à difusão da literatura da ilustração, muitos religiosos tiveram acesso a essa visão de mundo e sinceramente a abraçaram, embora não vissem ou vivessem em uma oposição plena entre liberalismo e igreja; convertendo-se ao credo liberal, suscitaram várias tentativas de levante, rebelião e processos revolucionários na constituição de estados organicamente plasmados por esse espírito.⁹

Fredrich Katz no seu estudo sobre o porfiriato anuncia a resolução do conflito entre estado e igreja responsabilizando esta última pelo atraso no qual o México havia mergulhado depois da proclamação da república e as aventuras de Maximiliano naquelas plagas. Premente para os liberais era dotar a sociedade de uma nova formação, passando ao largo dos quadros da igreja ou de mentalidade sumamente religiosa. Esse diagnóstico sobre a igreja foi sendo confirmado pelas colaborações dos bispos com constantes levantes orquestrados no campo da tradição da aliança rei-igreja. Se inicialmente foi possível suportar o catolicismo como religião oficial do estado mexicano, não mais houve essa tolerância com a herança do período colonial confirmando um estado laico, e mais..., indisposto em colaborar ativamente com a igreja como parte constitutiva de um bloco histórico.¹⁰

No Brasil, esse conflito teve que esperar 1890 para que o decreto 119A de 7 de janeiro explicitasse a separação entre estado e igreja. André Luiz Caes aponta como a igreja percebeu seu papel diante da política e a responsabilidade de organizá-la definindo uma série de pastorais para demonstrarem o reto caminho para manter-se nos bancos do catolicismo e da sociedade civil e política.¹¹ A estratégia de reestruturação precisava, primeiro, pacificar as diferenças entre estado e igreja pelo reconhecimento do fundamento cristão na composição das sociedades, significando, portanto, uma renovação dos postulados até então defendidos pela igreja, sem necessariamente desautorizar as prédicas e concepções de Pio IX. Como é do feito da igreja em sua história, foi imprescindível harmonizar as interpretações de Leão XIII e seu antecessor. Segundo Rodrigues

⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto. "Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu". *Análise Social*, vol. XVI (1980), pp. 407-28; AUBERT, R. & DUROSELLE, J.B. & JEMOLO, A.C. "Le Libéralisme religieux au XIXe siècle". In : *Relazioni del XI Congresso di Scienze storiche*, tomo XXV (1955).

¹⁰ KATZ, Friedrich. *The secret war in Mexico: Europe, the United States, and the Mexican Revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

¹¹ CAES, André Luiz. "A igreja católica no Brasil: as estratégias de reestruturação, 1890-1934". *Cadernos de Historia Social*, nº 1 (1995), pp. 21-34.

Leão XIII, mais aberto ao diálogo e às interrogações do seu tempo, embora continuasse em muitos pontos a obra do seu antecessor, mostrou-se mais cauteloso no que toca a condenações das novas correntes de pensamento, tentou situar o poder civil num plano de independência em relação ao poder eclesiástico, procurou abrir novos caminhos na esfera da justiça social e ir ao encontro das massas populares e deu um relevo muito particular ao papel dos leigos, às missões e às igrejas orientais.¹²

Nesse sentido não assevera a oposição entre estado e igreja, pois ambos se fundam no princípio do mútuo favorecimento para o engrandecimento da obra; poder civil e poder religioso podem partilhar a criação nesta interpretação teológica, embora continuasse o drama sobre os problemas referentes à gestão dos negócios materiais da igreja. A 1ª Carta Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil trabalha pela aproximação da hierarquia do novo sistema de governo, se as desconfianças eram muito profundas, um sentido de *realpolitik* tornou-se imprescindível para a igreja poder apresentar-se como protagonista da ação civilizatória credenciando uma vez mais a cultura de solidariedade ativa entre estado e igreja. A relevância da crítica à exploração capitalista não pode ser reduzida apenas ao pragmatismo da perda de fiéis; a expectativa de algum conforto às classes subalternas era parte do encontro entre a noção cristã de caridade com a sociedade tradicional. Saliento apenas não ser esta crítica um ponto fulcral para a resolução as relações entre estado e igreja, mas também não se deve desconsiderar as implicações da previdência social característica dos estados modernos e o ofício de assistência caritativa praticado pela igreja.

A preponderância da igreja sobre o estado diz respeito a uma cultura medieval, bastante distante da realidade do século XIX; sobretudo quando pesados os últimos acontecimentos não era factível a acolhida de um retorno no tempo, embora desejado secreta ou abertamente. André Luiz Caes apreende uma dinâmica na igreja no Brasil, no período de 1890 a 1934, para responder as necessidades de gerir materialmente as sedes administrativas a viabilizar a hegemonia, para tanto teve de ocupar-se com a disciplinarização do clero fazendo deste um ente político tradicional cristalizado. Contudo as tentações são sempre um problema, parte do clero não estava convencida da intervenção direta dispensando o sistema do partido moderno, decorrendo

¹² RODRIGUES, Manuel Augusto. “Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu”, p. 413.

daí as muitas tentativas de estruturar um partido católico¹³ embebendo-se na cultura religiosa.

Não mais houve dúvida no seio do episcopado quando da publicação do decreto separando estado e igreja. Doravante, não mais haveria um culto oficial para despertar valores retos do cristianismo. A longa pendenga arrastada desde a constituição de 1824 tomou um rumo preciso ao promover o estado laico na organização política da república. Se durante todo século a igreja ocupou-se sobremaneira com a gestão do estado, por sua vez, este agora não mais teria qualquer responsabilidade em subsistir aquele culto específico, tornando-o um entre os demais. Será mesmo?

A infiltração da cultura católica há muito moldara mentes e corações, portanto não seria a configuração da nova ambiência de per se que poderia alterar a concepção religiosa dos brasileiros e dessa convicta condição, embora paralela à cultura do liberalismo; a igreja irá pugnar para ver reconhecida pelo estado sua preponderância sobre as outras culturas de fé fossem do campo cristão ou outros como era o caso da igreja positivista abancada no poder de estado. Em nível mundial, Leão XIII removeu as desconfianças com o século quando habilitou a organização social do estado por via da igreja através da “Constituição Cristã dos Estados” na encíclica *Immortale Dei* partindo do pressuposto da tendência humana para viver em sociedade. Leão XIII clama para o bem viver nas modernas sociedades civis, a utilidade do homem destinado pela providência a realizar o bem material e espiritual. Dessa forma, o papa não descarta a sociedade liberal, por outra, coloca esta sob a proteção de deus, fundamento de todo poder.

Na busca de legitimação, a Sé de Roma e as suas congêneres tentam justificar uma eficácia do poder civil a partir do favorecimento prestado à igreja, colaborando na sua manutenção e na sua difusão. Quando a igreja assim se impõe, crê ter forças suficientes para continuar a partilhar a direção do estado, ao menos da sociedade, sem as concessões pleiteadas pela cultura liberal investida no poder civil fosse ao império ou na república. À interpretação de Caes sobre a posição assumida pela igreja de que bastava aos regimes não desprezarem a religião, no intuito de bem fazer a felicidade temporal dos povos, gostaria de impri-

¹³ NEVES. “Partido católico no Pará: o partido de deua na secularidade”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, pp. 169-83. Ver também LUSTOSA, Oscar F. *Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade*. São Paulo: Paulinas, 1982. Este último demonstra a expressão nacional dessa articulação na virada do século XIX ao XX, contudo salienta mais o caráter eleitoral da Liga Católica dos anos de 1930. Percebo uma linha de continuidade no que respeita a importância da política para igreja, sem, entretanto ter de mobilizar a organização do partido católico propriamente dito como chegou a apresentar-se no Pará, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul no final do século XIX.

mir uma inflexão – quando a igreja fala em Religião não circunscrevia outra coisa senão o catolicismo romano, desprezando outras possibilidades de religião para colocarem-se em pé de igualdade com ela na composição do bloco de poder. Se trono e altar foram aliados por quase dois mil anos, porque não altar e *res publica*? Perseguindo a continuação da aliança, a igreja pretende justificar sua capacidade e perfil já moldado para cumprir esta tarefa. Usando a categoria de “dispositivo” da *Microfísica do Poder*, de Foucault, Caes sustenta que a igreja favoreceu através de suas pastorais a confirmação de uma nação católica ratificando um ideário de ordem e salvação no estado e na igreja ao mesmo tempo.¹⁴

Na prática, o que assistimos na república é a maioria do episcopado brasileiro ao redigir um programa totalizador da convivência na igreja através do modelo diocesano, congregando as paróquias, sob as quais um clero moldado no espírito romano de sólida formação moral e teológica foi capaz de intervir na sociedade brasileira para lhes conquistar, para experimentarem a religião e a cidadania republicana. Isso representava uma digestão forçada do liberalismo, enquanto conformava um escudo para alijar o comunismo, novo inimigo eleito. As formas religiosas do catolicismo popular continuaram toleradas na margem da convivência religiosa devido à autonomia própria daqueles a exercitar a experiência religiosa. A coluna vertebral do catolicismo é o controle da hierarquia sobre a supra-identidade católica do local ao universal, esta conquista foi materializada nos pronunciamentos do episcopado na república. Sem o padroado, a igreja podia mobilizar todo o seu esforço para assistir aos católicos sem ter de comprometer sua estrutura com veleidades, por exemplo, o uso das dependências sagradas da igreja nas eleições. O estado obrigou-se a constituir a elasticidade de sua estrutura para prover ações anteriormente tocadas pela gestão da igreja, a condição de notário exercida pela cura deixou de ser fundamental, devendo a sociedade privada arcar com função cartorária e patrimonial, tendo a documentação da igreja apenas como fonte auxiliar na gestão dos negócios públicos. A síntese sociedade política e sociedade civil conformando o estado foi acrescida da sociedade religiosa disposta de modo transversal sobre a organização do estado. Não se trata de concordância com Aparelhos Ideológicos do Estado como sugeriu Althusser ao referir-se a corpos especializados na formação de consenso, antes comporta a condição de sujeito coletivo intervindo como força política autoconsciente na modernidade cujo exemplo mais refinado é o partido centralizado; talvez o partido centralizado seja o herdeiro da igreja.

¹⁴ CAES. “A igreja católica no Brasil: as estratégias de reestruturação, 1890-1934”.

Maioridade do episcopado diz respeito à criação de outra estrutura a negar a ação bastante centrífuga da igreja no período colonial e imperial devido às condições da vastidão do território e da incipiente capacidade da igreja para prover as paróquias de clérigos bem preparados para disputarem o modo de ser católico dos fiéis¹⁵. Quase sempre eram os clérigos a se renderem ao modo de ser dos fiéis. Quando da polêmica de D. Macedo e D. Vital com a maçonaria, os bispos bradavam serem tão bons católicos tanto quanto foram seus pais; Saldanha Marinho não cansava de ostentar que a religião católica no Brasil nada tinha de essência do catolicismo do papa, por isso acusava aos bispos obedientes a Roma de estrangeiros.

1890 data a primeira pastoral coletiva dos bispos brasileiros; caracteriza a entrada em cena do episcopado proclamando em nível nacional as orientações da igreja para os brasileiros diante da república. Na década de 1870, há um embrião do episcopado, mas não em idade adulta, as rivalidades dos bispados não eram o óbice principal para uma ação conjunta; antes a inteira autonomia dos mesmos, seja em relação a Roma, seja em relação ao império constituía o real problema. O regime do padroado herdado dos portugueses impedia uma real consolidação de um catolicismo assentado na hierarquia diocesana. À importância das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia deve-se a ausência de regulamentos e estatutos no domínio português na América quanto à moralidade religiosa e às relações civis, fundando uma cultura religiosa de convivência e experiência. A criação de novos bispados foi com a expectativa de estabelecer por parte do estado e da igreja estruturas orgânicas cujo foco era acompanhar as novas frentes de expansão para consolidar seu poder efetivo. Paralelamente, as penetrações das ordens religiosas complementavam a conquista de almas para sociedade colonial, entretanto, estavam fora do controle civil e religioso. Com a expulsão dos religiosos, parte desse poder de reprodução da cultura religiosa foi afetado, e os bispos não cansaram de denunciar o desregramento no qual se refestelava a população das cidades ao interior pela falta de zelo e de dirigentes espirituais no quotidiano das freguesias.

¹⁵ Mesquida trabalha para um período posterior ao estudado no presente trabalho, contudo as intervenções da igreja centralizada já são um prolongamento das conquistas do episcopado da aurora da república. Ver: MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da igreja: educação e os intelectuais orgânicos (1916-1940)". *Revista HISTEDBR On-line*, nº 31 (2008), pp. 31-40.

PRIMADO SIMBÓLICO, EPISCOPADO DE CORTE

Na coroação de D. Pedro II um rasgo de vaidade foi observado entre o Bispo do Rio de Janeiro, D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo¹⁶ e o Primaz do Brasil D. Romualdo de Seixas. Duelaram por uma questão de direito e não de hierarquia. O Conde e Marquez de Santa Cruz, conselheiro do império, cavaleiro da ordem de Cristo recorreu à anterioridade dos privilégios assegurados ao arcebispo da Bahia para sagrar o herdeiro do império e manter-se no primado simbólico da igreja ao lado do estado; embora este episódio não tenha confirmado a liderança do Arcebispo da Bahia sobre os outros prelados, cada qual na sua esfera de autoridade continuava a conferir uma convivência religiosa sem representar uma identidade recorrente do catolicismo do tipo romanizado. A imagem dos prelados presentes na coroação corresponde ao caráter da relação estado e igreja:

S.M. foi recebido à porta da igreja pelo Excelentíssimo Bispo Capelão-Mor e Cabido, e descoberto recebeu a aspersão do mesmo Bispo, e, pondo depois na cabeça o capacete de cavaleiro, dirigiu-se à Capela do Sacramento onde, tirando-o, fez oração, e repondo-o, dirigiu-se aos cancelos, onde foi recebido por uma deputação de seis Bispos, com seus assistentes, mandada pelo Excelentíssimo Arcebispo Metropolitano que em faldistório [cadeira sem espaldar para assento do bispo ao lado do altar-mor] o esperava no presbitério.¹⁷

Os bispados de Dom Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana, e Dom Antônio Joaquim de Melo, de São Paulo, são apresentados como dois exemplos de romanização ao acentuarem uma preocupação com cultura religiosa propriamente dita em detrimento da cultura política da gestão do estado. Wernet a esse respeito demonstrara como as irmandades foram reformadas no intuito de serem absorvidas na capilaridade da romanização ao subtrair a independência de costume por uma subordinação destas aos párocos, por conseguinte e/aos bispos.¹⁸ Os sucessos dos acontecimentos demonstraram quão difícil e tensa foi à constituição

¹⁶ D. Manuel, bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá, fora deputado na Assembléia Geral por Pernambuco, nas 3ª e 4ª legislaturas (1834-1841), e pelo Rio de Janeiro na 6ª legislatura (1845-1847); ocupava a condição de Capelão-Mór do Imperador D. Pedro I e julgava-se no direito de sagrar D. Pedro II; porém seu irmão no episcopado também deputado no parlamento nacional pelo Pará e Bahia, inclusive presidiu a Câmara em 1828 e 1829, cria ser seu direito a sacração. Por vias do ritual, um e outro foram contemplados, a hierarquia prevaleceu com a dignidade secundada ao Capelão-Mor. O episcopado estava presente na solenidade, mas não agiu politicamente como um episcopado romanizado, somente a segunda metade do século XIX verá esta maturação.

¹⁷ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1841 – Ato de coroação e sacração de d. Pedro II como imperador constitucional do Brasil, ocorrido em 18 de julho de 1841.

¹⁸ WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1986.

da hegemonia católica; por vezes a edificação dessa hegemonia contou com planos diversos e até contraditórios entre si. D. Manuel e D. Romualdo foram bispos e parlamentares defensores da fé católica e da união estado e igreja; enquanto D. Viçoso e D. Antonio são o superlativo da romanização por considerarem a efetiva primazia da esfera religiosa sobre a esfera secular. A verticalização na hierarquia católica estava em curso, novas lideranças tiveram de organizar a igreja para o confronto com o século, alguns ensaios demonstraram eficácia duvidosa ou só puderam ser sustentados em determinadas condições. A hierarquia da igreja atuava coletivamente nos oitocentos como se observa nos conflitos entre estado e igreja na América e Europa, mas não era suficiente a indisposição dos bispos com os regimes regalistas; foi preciso um *aggiornamento* representado na romanização para ligar as catolicidades às dioceses, por fim a Roma. Um ensaio de política católica foi o partido.

A formação do partido católico no império expressa a dificuldade de a igreja sair da esfera política justamente quando dela mais precisava para sustentar no parlamento um programa de sustentação do casamento religioso, cemitério religioso, registro religioso e ensino religioso católico. Isso se demonstra evidente quando se investiga a participação dos clérigos investidos de mandatos no parlamento nacional durante a “Questão Religiosa”, cuja postura foi a ausência de pronunciamentos nesse temário, sendo os leigos os defensores mais ardorosos das prerrogativas dos bispos; no início da república, o partido católico nacional foi uma tentativa de parte da igreja para sustentar uma agenda da romanização tal como se efetivou na Alemanha, Itália e Bélgica. A existência de partidos católicos em países de maioria católica é uma realidade diferente de partidos católicos em países de maioria protestante. Não é truísmo, mas o estabelecimento de parâmetros culturais cuja historicidade acentuou ou amainou a tolerância entre os credos e os valores dessas sociedades aplainou o solo para o desenrolar da concorrência material e do mercado de fé. Saliento então a condição particular do caráter nacional na articulação da igreja católica, sobretudo após a Revolução Francesa quando até se proclamou a falência definitiva do universalismo católico. Desde Trento, a igreja procura atrair experiências religiosas católicas distintas para a convivência religiosa na igreja, mas essas ações foram interpretadas como uma insubordinação de parcela da igreja quanto às múltiplas ingerências da Sé de Roma na gestão ordinária das paróquias e dioceses; o caso da igreja em França tornou-se exemplar. Se porventura estado e igreja aparecem como os membros da contenda, L. J. Rogier aponta para as dissensões internas como os responsáveis pela constituição dos fenômenos do

galicanismo, jansenismo, febronianismo e josefismo.¹⁹ O alvorecer do século XIX torna essas posições mais complexas para o centralismo religioso, obrigando a Sé de Roma a encapsular-se como vírus ameaçado para responder as necessidades do século; porém, como percebe a igreja, as agressões provindas dos estatutos do estado laico não podiam desprezar as demandas nacionais; seja através das pastorais internas para o governo da religião, ou sobre necessidade de responder às tentativas de apropriar-se dos recursos auferidos pela igreja para servirem de aporte financeiro às políticas de estado, devia a hierarquia católica tomar posição: se contentar com as benesses porventura ditadas pelo novo arranjo da sociedade política, disputar com a esfera secular a organização da sociedade civil e da sociedade política, ou combinar mediações do catolicismo com o liberalismo e o século. Nesse teatro de guerra a igreja lança mão dessas opções conforme a conjuntura, a mobilização da Eclésia militante e da composição das forças que lhe eram adversas.

Se há especificidade nas pastorais dos bispos, não se deve procurar sua unidade na condição de brasileiros, mas na confecção de um catolicismo ultramontano a partir da virada de Pio IX ao lado dos conservadores, consolidando a tradição como o esteio da contrarrevolução. Ao seu modo, cada bispo vai apresentando-se como um voluntário aderente às teses da Sé de Roma, convém frisar que as indicações aos cargos do bispado partiam do governo civil, posteriormente ratificado pela Sé de Roma. Essas circunstâncias nos autorizam a inferir que o clero brasileiro já desenhava um sentido de subordinação a Roma bem mais sólido do que supunha o estado, disposto a levar sua lealdade ao papa nas questões espirituais, enquanto ratificava o manifesto acordo nas questões já consagradas na constituição de 1824, tais como os registros de nascimento e casamento religioso, cemitérios e educação religiosa, objeto da disputa com a chancela do estado.

A Pastoral Coletiva dos Bispos Brasileiros, de 1890, não permite mais um ensaio, mas converte-se em resultado de um longo esforço dos bispos brasileiros em instituir-se como episcopado, superando as disputas dos regionalismos, do potentado da Nunciatura, do bispado na corte imperial, da diversidade abrupta da interpretação dos desígnios da igreja para os fiéis. Nos tempos modernos deram lugar a uma postura política incisiva dos prelados quanto à nova configuração do regime republicano; naquele documento, as lideranças da igreja fazem um balanço da história recente para demonstrar como a religião católica estava bem alicerçada na cultura do país, podendo até sobreviver à queda do império. Profeticamente, o Primaz do Brasil, tendo os bispos ao seu redor, proclama “Desapareceu o trono...

¹⁹ ROGIER L. J. *Nova História da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1984.

E o Altar? O altar está em pé, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus”.²⁰ Se há ruptura histórica, há continuidade religiosa, em essência, a igreja é trans-histórica, capaz de conviver em harmonia com qualquer regime, desde que não haja nenhuma obstrução às pastorais do catolicismo. Cientes da condição de transição do império à república, os bispos enfatizaram a importância do catolicismo como salvaguarda da permanência das instituições garantidoras da civilização; se outrora a igreja colaborou com regime imperial na promoção da condição humana e na configuração da identidade da nação, pois entendia ser sua tarefa o projeto de engrandecimento espiritual e material, não seria diferente na república.

No entanto, a pastoral atestou a derrota do regime imperial por não se voltar para o catolicismo cujo vigor o protegeria das investidas do republicanismo. Olhando retrospectivamente para a história do Brasil, mas não só esta, a igreja brasileira anuncia sua disposição para valorizar a nova situação dispondo de uma cultura religiosa, um clero verticalmente organizado e centralizado e um senso sobrenatural de justiça capaz de justificar toda diferença porventura insurgente dos dramas sociais do capitalismo industrial.

As sociedades do fim dos oitocentos não podiam olvidar dos problemas advindos da intensificação da luta de classes e dos conflitos entre os estados nacionais; porém para igreja a causa de toda perturbação era a falência dos estados como promotores da igreja e da religião, fundados no liberalismo, assentindo a secularização dos espaços, dos tempos, desfazendo séculos de cultura religiosa, o que Weber compreendeu como o fim de uma era da sacralização aonde não mais havia lugar para os halos.²¹ Contudo, a igreja faz-se resiliente²², responsabilizava a esfera civil por essa perda de prestígio do sagrado, pelo desencantamento da

²⁰ *Pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis do Brasil*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler & Comp., 1890.

²¹ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002; PIERUCCI, Antonio Flavio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito de Max Weber*. São Paulo: EdUSP/Editora 34, 2003.

²² A esse respeito, ver dissertação de mestrado de Edgar Silva Gomes na qual discorre sobre a resiliência adquirida pela igreja no trato com a aproximação do estado. Se houve desconfianças com a república expressa por D. Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, o episcopado assumia o compromisso de colaborar com o regime. Ver: GOMES, Edgar Silva. *A Separação Estado-Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2007; GOMES. “A reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1880-1930)”. *Revista de Cultura Teológica*, v. JAN/MA (2008), pp. 95-110. A idéia principal desenvolvida no conceito de resiliência é de cristalização à mudança mediante a exposição do contrário. Há, porém uma noção de flexibilidade no conceito de resiliência, faceta pouco desenvolvida na análise de Gomes. Não se trata de uma volta ao estado original, nem apenas adaptações possíveis, mas atualização da convivência religiosa na efetivação da experiência religiosa. Por isso desenvolvo a tese da formação do episcopado nacional como mediador da igreja nacional no universalismo católico.

política e demais marginalizações da instituição religiosa. Do lado do bem e da justiça, dizia estar a igreja, e ela cria nisso, denunciando a falta da religião como a causa dos conflitos de todas as ordens, perturbando os sossegos, favorecendo a criação dos ânimos para a irreligião. Só a manutenção da fé – desde o nascedouro, com o sacramento do batismo, pela instrução religiosa no ensino público, na constituição dos governos através da invocação do patronato divino devidamente representado nas repartições públicas, por fim, na hora do descanso eterno sendo embalados pelos ritos de encaminhamento das almas, selados em suas tumbas com os signos da religião – haveria conforto.

Se inicialmente o percurso de D. Macedo Costa não era o mesmo de outros bispos, a proclamação da república implicou todos em um só sentimento de afirmação da igreja no Brasil; as respostas sobre a separação estado/igreja, liberdade de culto e qual deve ser o comportamento dos católicos diante dessas questões foram objeto da pastoral, na qual a alta hierarquia do clero se fez presente no debate público para denunciar os riscos da impiedade e da perseguição da igreja, com as ciências a esvaziar as verdades pronunciadas nos livros santos e o cárcere a que foi submetido até o dignitário maior da fé – o papa. Contesta a tese de Cavour “Igreja livre no estado livre”, ratifica a compreensão do Syllabus “Dois poderes distintos por ordem de Deus”, e iguala na secularidade o “Poder penal, oriundo do judiciário e do legislativo da igreja”; para concluir com sua compreensão da situação vivida a partir do decreto 119-A – “Independência não quer dizer separação”. Ao reivindicar essa interpretação D. Macedo não quer distanciar igreja do estado, antes sinaliza os sentidos complementares da história da civilização no ocidente responsável pelo progresso conquistado na esfera secular.²³

Sendo católica a maioria da população brasileira deveria continuar a ter o privilégio de religião de estado; isso não chegava a ser anacrônico, pois as repúblicas da Argentina, Chile, Equador, Paraguai e Colômbia davam testemunho disso; portanto essa tese não tinha somente o argumento da hierarquia da igreja, esta era uma conquista institucional em estados liberais, logo o episcopado nacional agiu nos termos de ver reconhecido constitucionalmente a condição de maioria.

Antes de 1889, a empreitada de modernização levada a termo pelas forças liberais procurava limitar as iniciativas da tradição para com ela pactuar um projeto de organização política e espiritual capaz de sustentar a estrutura do império do segundo reinado com vistas a alcançar o terceiro. Consideremos as proposições da

²³ *Pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis do Brasil*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler & Comp., 1890.

igreja e estado e veremos o debate da constituinte de 1824 quando se digladiaram os defensores de uma igreja do estado e ou o estado católico, observamos quão eficiente foi a tradição ter assegurado o monopólio de fé embora com a subordinação da igreja ao estado graças ao padroado. Consoante com a cultura liberal, as religiões outras não mais seriam perseguidas, nem aqueles a professarem outros cultos; no entanto não havia reconhecimento pleno desse outro religioso por uma especiosa arquitetura a vedar a efetuação do caráter público da experiência religiosa dos acatólicos.

A igreja obstruiu o estatuto do mercado de fé. Assim, o lugar para o protestantismo estava resguardado à penumbra, sem favorecimento para as campanhas de conversão e expansão de sua crença através da concorrência característica do mercado simbólico do século XX.

PRÓLOGO DE UMA CONCLUSÃO

Ao longo do século XIX as investidas de protestantes na Amazônia e o risco das invasões fizeram da igreja um vigilante contra as possíveis instituições de credos evangélicos ao longo do estuário do grande rio, sobretudo nas fronteiras das Guianas holandesa e inglesa. Os presidentes da província do Pará fizeram várias menções às tentativas de protestantes em consolidar bases sobre o território brasileiro; segundo Andréa, presidente da província e o principal repressor da Cabanagem, sucedido por Souza Franco, ambos informaram ao império e a Assembleia Provincial as intenções melífluas dos protestantes quando desciam os rios e contatavam os indígenas no intuito de aproximá-los da fé da reforma; e por serem considerados muito católicos, alertaram ao bispo D. Romualdo Coelho²⁴ e posteriormente a D. Afonso Torres²⁵ nas suas preocupações diante das ameaças de perda de influência para outras nações e religiões. Mais dramática tornou-se a situação quando se multiplicaram as demandas pela abertura à navegação internacional do Amazonas. Acrescente-se o problema da mão de obra para domar a terra. Coube a igreja se pronunciar sobre as proposituras quanto à imigração das populações oriundas de países maciçamente protestantes, particularmente depois do fim da guerra civil americana quando a província do Pará parecia que iria receber várias

²⁴ *Discurso com que o presidente da província do Pará fez a abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838.* Pará: Typ. de Santos & Menor, 1839. *Discurso recitado pelo exm.o snr. doutor Bernardo de Souza Franco, presidente da província do Pará quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839.* Pará: Typ. de Santos & Menor, 1839.

²⁵ *Discurso recitado pelo exm.o snr. desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, presidente da província do Pará, na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de agosto de 1844.* Pará: Typ. de Santos & Menores, 1844.

levas de sulistas derrotados naquele confronto. A horda protestante não chegou, umas poucas centenas instalaram-se em Santarém, não há concorrência com o catolicismo, mas não houve descuido por parte da igreja.

Ao assumir o bispado do Pará, D. Macedo Costa não titubeou em denunciar ao império a iminente carga dos protestantes contra o escudo da verdadeira fé, mas não se deteve em polêmicas nas folhas, nem nos artificios porventura asacados pelo estado contra a religião oficial do império; bate-se pelas plagas longínquas no fortalecimento de um campo católico capaz de opor-se a essas e outras tentativas de esvaziar o poder espiritual como a representada na maçonaria. Nas suas pastorais, o bispo não poupou de penas espirituais aqueles homens e mulheres de caráter frágil ao se deixarem seduzir por aquela mensagem herética e instava seu clero a ter uma postura incisiva no combate a qualquer tentativa de estabelecimento de missões protestantes em seu bispado. Dada as dimensões de sua diocese, percebe a necessidade de reestruturá-la também para fazer frente ao envolvimento das populações amazônicas com outras possibilidades de fé.

Protestantismo, positivismo, maçonaria, catolicismo popular são ameaças mais recalcitrantes ao catolicismo ultramontano. São tomados ora como sinônimos, ora como particulares. Eleitos à peleja, aos inimigos da igreja não havia concessões, pelo menos enquanto havia posição de força para impedir a progressão de seus concorrentes. Os prelados do Grão-Pará mantiveram estrita vigilância para não progredirem as seitas nem os males do século. Com muito cuidado, D Macedo edificou um vasto programa de educação do clero e, por conseguinte dos fiéis nas paróquias para estarem alertas à ilusão da modernidade e às promessas de salvação fora do átrio da igreja; porém a religião oficial do estado não dispunha por si dos recursos materiais para empenhar-se na conquista das almas, sendo obrigada a adquiri-los a expensas do estado.

O período que antecede ao papado de Pio IX talvez merecesse uma denominação específica como pré-romanização, no entanto nunca reconheci na literatura algo similar. Para efeito explicativo adoto-o como intenção de explicitar uma corrente tradicional no seio da igreja que se consolida a partir de 1850, sintomaticamente após as derrotas das revoluções liberais de 1848, ou a primavera dos povos. O concílio eleitor de Pio IX foi um dos mais rápidos da história, a revolução ainda não fora derrotada totalmente, mas em Itália o perigo de um levante era tomado como certo contra o qual França e Áustria estavam prontas a reprimir, por isso, em 1846, os cardeais miravam com temor a possibilidade da Revolução e queriam manter a sucessão nos parâmetros do papado de Gregório XVI, ou seja, intole-

rância com a cultura liberal e a ratificação do absolutismo, embora se livrando dos vetos das potências. Portanto, o papado de Gregório XVI é o instante de ruptura com as tentativas de conciliação, não deixará ocupar-se de reforçar a idéia da igreja como centro hegemônico da sociedade tradicional devendo a ela a obediência no plano espiritual, organizando toda sua estrutura para continuar a reproduzir sua instituição adjunta a sua concepção de mundo.

Leão XIII é a resiliência com o século, cumpriu a tarefa de organizar a igreja para validar a esfera secular como espaço particular da intervenção política da sociedade civil. Esta ação foi pronunciada graças à constituição do episcopado nacional capaz de defender o universalismo do catolicismo no estado nacional cujo arquétipo era liberal. Resistência e flexibilidade acordaram na mobilização do catolicismo romanizado para revitalizar um poder para igreja de sociedade civil dentro da sociedade civil. A prematura morte de D. Macedo na condição de primaz do Brasil não deixou a igreja órfã de liderança, permitiu a ascensão de um corpo religioso afeito à modernidade posto que não fosse místico, mas profundamente espiritualizado para dirigir a esfera espiritual e a esfera secular.

Capítulo 11



Daniella de Almeida Moura
William Gaia Farias

Invenção republicana no Pará: entre datas, ruas e festas

BALIZAMENTO NECESSÁRIO

Momento importante da história brasileira, a República, desde o seu início, levantou uma série de controvérsias e discussões. Algumas dessas questões foram bastante debatidas, como no caso a discussão em torno dos envolvidos na ação inaugural, o caráter dessa participação, os debates sobre os candidatos a heróis republicanos, o papel da imprensa no limiar do regime. Enfim, importantes temas que, além de enriquecerem o acervo de pesquisas sobre a transição política operada no final do XIX e início do XX acabam inspirando novos debates.

Desta forma, no caso deste artigo optamos por abordar os significados das investidas na construção de simbologias republicanas por meio da organização de festejos e renomeação de lugares, enquanto recurso estratégico de promoção do poder pelos governos republicanos paraenses. Como baliza, logo no contato com as primeiras fontes sobre o tema surgiram as seguintes questões que logo desencadearam novas trilhas: Quais datas deveriam ser festejadas? Como organizar os grandes festejos cívicos? Quais as justificativas para a renomeação dos lugares.

A respeito dos trabalhos dedicados a esta temática, destacamos um artigo de Lúcia Lippi de Oliveira, partindo de um debate historiográfico analisa de forma consistente alguns momentos e significados da Revolução Francesa, na intenção de explicar que “as revoluções têm que lidar ao mesmo tempo com a organização de uma nova vida social e política e com a construção de um imaginário capaz de recuperar um equilíbrio perdido ao longo do tempo”.¹ Diante dessa argumentação, entram em cena as festas cívicas. Nesse sentido, destaca o calendário republicano das datas nacionais oficiais, mas se dedica a discorrer em especial do dia 15 de novembro, não do festejo em si, mas de alguns personagens e o processo que se desenrolou para a mudança do regime e o desenvolvimento dos seus primeiros anos.

Já Carla Siqueira analisa a comemoração do dia 15 de novembro de 1890, a partir da imprensa do Rio de Janeiro. De um lado *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Revista Ilustrada*, que como “parte da imprensa republicana carioca que, após anos ocupada em atear fogo ao trono, torna-se situação”.² Do outro, *A Tribuna* e o *Jornal do Comércio*, grupo de tendência monarquista, o que justifica a linguagem direcionada à tentativa de desvinculação do 15 de novembro como marco dos novos tempos, segundo defendiam os republicanos históricos. A referida autora, a partir da análise desses órgãos da imprensa carioca, aponta como propósito observar a função da imprensa como instrumento dos grupos que lutam pelo poder, embate este que no momento comemorativo transparece como luta pela memória, através dos diferentes discursos.

RENOMEANDO LUGARES E REFAZENDO CALENDÁRIO

Tentando compreender um pouco mais sobre os momentos iniciais da República, em especial no Pará surgiu a ideia de estudar as investidas dos governos paraenses nas festas republicanas, uma vez que partindo de outro enfoque, serão discutidas as ideias, os personagens, os discursos, as rupturas e as permanências, as intrigas e as alianças que estiveram presentes nesse período político marcante da história regional e nacional. Desse modo, têm-se como ponto de partida a análise do cenário e dos acontecimentos que se sucederam à Proclamação da República no Pará, como as mudanças dos nomes de algumas ruas e praças, a discussão sobre o calendário das festas republicanas, a disseminação do uso de símbolos e, em torno disso, o debate sobre a importância da ideia de comemorações.

¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 4 (1989), p. 172.

² SIQUEIRA, Carla. “A imprensa comemora a República: Memórias em luta no 15 de novembro de 1890”. *Estudos Históricos*, vol. 7, nº 14 (1994), p. 165.

No que se refere aos significados dos nomes das ruas, considerando as mais antigas da cidade de Belém, sabe-se da sensação de estar acolhido pela história, já que a cada esquina encontram-se placas com nomes de pessoas ou fatos importantes seja do contexto local, nacional e internacional. O interessante é perceber a ligação dos significados dos nomes das ruas, prédios e praças, que muitas vezes têm como finalidade destacar um acontecimento, que no caso deste estudo é a República. Nesse sentido, “a cidade é como uma grande galeria imaginária e os nomes das ruas seriam molduras de quadros sem imagens, preenchidos à medida que são percorridos os corredores desse lugar artístico”, que representa a memória coletiva de uma sociedade, de uma época.³

No final do século XIX, Belém, como o Brasil em geral, foi marcada pela transformação política que retirou de cena a Monarquia e apresentou a República. Com a mudança de regime, trocou-se o grupo político que estava no poder, transformou-se a relação com a Igreja e a estrutura política e administrativa, fundamentais à formação do novo Estado republicano no país que, organizado por meio de estados confederados sepultou o centralismo do Império expresso nas províncias. Se houve alteração em vários níveis, porque os nomes das ruas não haveriam de se modificar também? Afinal, seria incômodo a um republicano convicto caminhar por uma travessa chamada de Príncipe⁴ ou por uma Praça denominada de D. Pedro II⁵, principalmente considerando que a República, produto de um golpe militar, precisava se promover diante da sociedade civil. Nesse contexto, a política influenciou consideravelmente na decisão dos *vogaes* (vereadores), em épocas da vida administrativa e partidária do Pará.

Lília Schwarcz trata sobre o cenário de incertezas e mudanças dos anos iniciais da República e lembra do tratamento irônico e humorístico de Machado de Assis no romance *Esauí e Jacó*, ao falar das dúvidas do personagem Custódio, dono de uma confeitaria que na manhã do dia 15 de novembro não sabia que nome colocar na tabuleta do seu estabelecimento: se mantinha “Confeitaria do Império” ou se trocava para “Confeitaria da República”, dentre outras denominações. Ao final, depois de muito pensar e debater com o personagem Conselheiro Aires decidiu por “Confeitaria do Custódio”, seu próprio nome, que não trazia nenhuma significação política ou figuração histórica, “nada que chamasse atenção dos dois regimes”.⁶ Nessa discussão sobre o incipiente regime republicano:

³ CRUZ, Ernesto. *As ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. 2ª edição. Belém: Cejup, 1992, p. 177.

⁴ Atual Travessa Quintino Bocaiuva.

⁵ Atual Praça da República.

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. “Drama cívico entre bolachas e cafezinhos”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1. N° 5. Novembro, 2005.

não há como negar o paralelo irônico entre a troca de governos e a mudança das tabuletas. Em questão está não só o caráter da nova situação política, como a importância dos ‘nomes’ e de sua incidência sobre o real. (...) Afinal, boa parte dos primeiros atos da República centrou-se na alternância acelerada nos nomes de ruas, praças, escolas e instituições.⁷

Essas transformações também são percebidas no estado no Norte com a adesão do Pará à Proclamação da República com o célebre discurso de Paes de Carvalho ao discursar em cima de uma mesa de centro e Aclamar a República no Pará, e no momento da formação do Governo Provisório⁸, quando a Câmara Municipal, em sessão ocorrida no dia 18 de novembro de 1889, sob a presidência de Antônio Lemos, aprovou por unanimidade a proposta do Conselheiro Municipal Gentil Bittencourt, que defendia a mudança dos nomes das ruas Imperador e Imperatriz⁹ para, respectivamente, República¹⁰ e 15 de Novembro.

No mês seguinte, o presidente do Conselho Municipal, Manuel Barata, republicano atuante que participou da organização do Partido Republica Pará (PRP) propôs a substituição do nome da estrada de São José para 16 de Novembro, assim como a denominação *boulevard* da República à área da antiga Rua Nova do Imperador. À Avenida 2 de Dezembro, que lembrava a data comemorativa ao aniversário do imperador D. Pedro II, foi dado o nome de Generalíssimo Deodoro, proclamador do novo regime. Pela mesma razão, a praça D. Pedro II, passou a ser Praça da República.

Percebe-se que uma das preocupações dos legisladores municipais é homenagear as figuras políticas e fatos da história, gravando-lhes os nomes nas ruas e logradouros da cidade. Vale destacar ainda que muitas dessas ruas, praças e prédios republicanos foram constantemente fotografadas e registradas nas publicações dos Relatórios Municipais da Intendência de Belém, outra forma de guardar a memória do início do novo regime.

Assim como algumas ruas foram renomeadas em homenagem à República e aos republicanos, as datas comemorativas¹¹ também acompanharam esse

⁷ *Ibidem*, p.19.

⁸ Sobre os primeiros atos dos Governos Provisório Republicanos, ver: BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. 2ª edição. Belém: Cejup, 1986.

⁹ A Rua Imperatriz foi anteriormente chamada rua da Praia, da Boa Vista. Atualmente, é denominada de 15 de Novembro.

¹⁰ Atualmente é conhecida como Avenida Presidente Vargas.

¹¹ Sobre o estudo de datas e comemorações na Amazônia ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Datas antigas, festas modernas, 1616-1923”. In: *Eternos modernos: Uma história social da arte e da*

processo de mudança e passaram a destacar momentos importantes de acordo com a visão dos principais líderes republicanos. Em 14 de janeiro de 1890, foi elaborado por decreto n° 155B o calendário republicano, que considerava como dias de festa nacional as seguintes datas: 1 de janeiro: Comemoração da fraternidade universal; 21 de abril: Comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes; 3 de maio: Comemoração da Descoberta do Brasil; 13 de maio: Confraternização da fraternidade dos brasileiros; 14 de julho: Comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos; 7 de setembro: Comemoração da Independência do Brasil; 12 de outubro: Comemoração da Descoberta da América; 2 de novembro: Comemoração geral dos mortos e o 15 de novembro: Comemoração da Pátria brasileira.¹²

O termo calendário deriva do latim *calendarium*, cujo significado é livro de contas, e denota o sentido de controlar o tempo de modo a assegurar que “outros grupos sociais não venham a fazê-lo. Nesse sentido, o tempo configura-se como um dos emblemas mais significativos da batalha simbólica. Quem elaborou esse Calendário republicano? Fizeram-se presentes à sala de sessões durante a elaboração desse decreto Manoel Deodoro da Fonseca, Ruy Barbosa, Quintino Bocaiuva, Benjamin Constant, Eduardo Wandenkolk, Aristides da Silveira Lobo, M. Ferraz de Campos Salles e Demétrio Nunes Ribeiro, todos atuando na administração do Governo Provisório. Qual o motivo da escolha dessas datas? Quais datas saíram do calendário anterior? Para começarmos a entender essas inquietações, primeiramente é preciso levar em consideração o papel das datas, que é de manter a memória de um determinado fato, pessoa ou grupo, marcando seu início e fim, tornando-se marcos referenciais, “transformadas em comemoração, passam a ter poder, a ser referência”.¹³ Como bem nos orienta Le Goff: “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção”. desses acontecimentos.¹⁴ Desse modo, para muitas datas que se transformaram em marcos comemorativos, como as datas oficiais, como mencionado acima pelo Decreto 155B, criaram-se rituais objetivando o envolvimento da sociedade, visando a consolidação do novo regime.

literatura na Amazônia (1908-1929). Campinas: Tese de doutorado, Unicamp, 2001.

¹² Decreto n° 155B de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional no Brasil. No Pará, este decreto foi repassado na íntegra para diversas repartições, como por exemplo, no ofício encaminhado ao Arsenal de Marinha. Documentação do governo localizada no Arquivo público do Pará. Belém, 4 de fevereiro de 1890.

¹³ BITTENCOURT, Circe (org). *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 12.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª edição. Campinas: EdUnicamp, 1992, p. 548.

Ao observarmos as datas comemorativas, principalmente no processo de mudança da Monarquia para a República, “podemos identificar como são mudadas, reforçadas ou simplesmente desaparecem do calendário oficial”, já que tudo depende das opiniões e posicionamentos do grupo que está no poder. Então, “lembrar ou fazer esquecer uma data é um ato político”.¹⁵ Logo, festejar o 15 de Novembro se tornou imprescindível, como veremos a seguir.

COMEMORAÇÕES DE 15 E 16 DE NOVEMBRO: SENTIDOS E SIGNIFICADOS

E o 15 de Novembro? Como todo ato político, esta data deveria ser muito bem lembrada, já que deveria consolidar as ideias do novo regime. “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”¹⁶, por isso muitos foram os meios para divulgar as ideias republicanas, através dos seus símbolos (bandeira, selo, brasão, hino), da imprensa, alegorias, rituais e das suas comemorações através dos festejos cívicos. No Pará, além do dia 15, também o 16 se tornou parte do calendário das festas oficiais, comemorando o dia em que o Estado aderiu à Proclamação da República Brasileira, através do decreto nº 19 de 11 de janeiro de 1890, que declarou “de gala e feriado o dia 16 de novembro”.¹⁷

Nesse contexto, em se tratando da nossa perspectiva regional, é necessário destacar que as notícias sobre essas comemorações publicadas nos jornais da época como *A República*, *O Democrata*, *O Pará*, *A Folha do Norte* e *A Província do Pará*, muitas vezes apresentam informações controversas, uma vez que os interesses políticos de cada redação falavam mais alto e teciam a relação de poder daqueles que apoiavam ou não o governo republicano. Por esse motivo, não é de se estranhar que geralmente os jornais fossem vinculados a partidos políticos.

Passado um ano do golpe militar que inaugurou a República no Brasil e sua Aclamação no Pará, o clima de festa para os republicanos históricos era visível ao planejarem com ostentação as comemorações cívicas, visando à participação de toda a sociedade. Pelo menos esse era o seu discurso aparente. Por outro lado, a oposição se demonstrava imbatível em evidenciar os pontos que consideravam negativos do novo regime, bem como as falhas existentes no programa das festas

¹⁵ BITTENCOURT. *Dicionário de datas da história do Brasil*, p. 12

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11.

¹⁷ *Arquivo Público do Estado do Pará [APEP]*. Decreto nº 19 de 11 de janeiro de 1890. In: *Atos do Governo Provisório do Pará*, 1890. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893, p. 6.

patrióticas, em especial o sentimento e a forma com que o povo participou. Nesse confronto de afirmação e negação, os festejos republicanos foram organizados e apresentados nas ruas de Belém nos dias 15 e 16 de novembro de 1890.

A imprensa paraense desde a Proclamação da República e sua Aclamação no Pará foi incansável em publicar artigos, imagens, notas, folhetins a favor ou contra o governo. Dois jornais, *O Democrata* e *A República*, travaram disputas diárias com textos recheados de intrigas, polêmicas e exaltações a suas opiniões. Um dos momentos do ano (fora os períodos marcantes das eleições) em que o trabalho dos jornalistas se tornava mais incessante era em novembro, mês de aniversário da mudança de regime político, de Monarquia para República.

Desse modo, a notícia de comemoração do primeiro aniversário da República começou a ser publicada nos jornais em outubro com a divulgação dos nomes dos integrantes da comissão organizadora dos festejos e da programação que seria seguida. Enfim, todos os preparativos para a festa cívica. Unir toda a sociedade numa grande festa pública era o propósito inicial do evento. Atualmente, essa tradição de comemorar o 15 de novembro está mais associada ao feriado nacional, que simboliza o dia em que as pessoas normalmente não trabalham e não vão à escola do que vinculado ao dia da Proclamação da República no Brasil. Todavia, essa data em outros tempos era lembrada e comemorada com muita pompa, principalmente pelos republicanos históricos¹⁸, fato que começou em 15 de novembro de 1890, primeiro aniversário da mudança de regime político e que estava descrita no decreto 155-B do governo provisório, visto sua significância, que percorreu em forma de circular aos juizes de direito das comarcas do Pará¹⁹, e a todas as repartições públicas e conselhos de intendências municipais²⁰, informando-lhes da importância dessa data:

que o regime republicano se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal; que esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas; que cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos de todos os povos.²¹

¹⁸ Entende-se por republicanos históricos os divulgadores do regime republicano que atuaram desde o período que antecedeu a proclamação e que não faziam parte de nenhum partido político vigente na Monarquia.

¹⁹ APEP. Ofícios às autoridades judiciárias. Documentação do Governo. Belém, 9 de janeiro de 1890.

²⁰ APEP. Ofícios aos conselhos municipais de Intendência Municipal. Documentação do Governo. Belém, 4 de fevereiro de 1890.

²¹ Decreto n° 155B de 14 de janeiro de 1890 e também expresso na Documentação do governo localizada no Arquivo público do Pará. Belém, 4 de fevereiro de 1890.

Assim, à primeira vista, as festas significavam união e fraternidade. Contudo, cabe indagar: o que esses festejos realmente representavam e visavam alcançar segundo? Será que todos participavam e atribuíam a mesma importância a uma gama de eventos comemorativos do 15 e 16 de novembro?

Segundo a perspectiva positivista de Augusto Comte, cumpre instituir para cada pátria “um sistema de comemorações que periodicamente congregate e estimulem os cidadãos, sob o influxo das recordações gloriosas e dos serviços realizados pelas gerações precedentes”.²² A base de tal sistema fornece a data que recorda o acontecimento mais característico da evolução de cada sociedade. Tais datas não são destinadas, como acreditam os homens indiferentes, ao descanso corporal. Elas são consideradas especialmente ao exercício e a cultura do mais fundamental dos sentimentos sociais – a veneração cívica. O entendimento de Lúcia Lippi Oliveira “ao proporem a lembrança de fatos, de feitos heroicos passados a serem recuperados, as festas contribuem para ratificar e dar coesão social à nação”.²³ O importante era exaltar para consolidar, legitimar o novo regime, destacando seus princípios, valores e principalmente seu diferencial em relação à Monarquia, afirmando ser agora um grupo de pessoas que governava por um período determinado sem estar sustentado em uma cadeia hierárquica pertencente à mesma linhagem.

Passado um ano da mudança de regime o clima ainda estava tenso e os embates entre os partidos políticos eram muito fortes. O Partido Republicano Democrático (PRD), fosse em comícios ou por meio do jornal *O Democrata*, permanecia aguerrido no ataque ao governo e ao PRP, pois como remanescentes do extinto Partido Liberal investiam na retomada do poder. A roda da vida política tinha girado e com isso a oposição tornou-se situação. Portanto, era preciso mudar os discursos e fazer com que o novo cenário e personagens fossem reconhecidos e respeitados pela sociedade. Visando abrandar as contendas internas pela hegemonia, além de se deparar com os monarquistas, para transparecer que tudo corria muito bem, assim como para garantir uma coesão social, uma das saídas foi realizar grandes festas oficiais, em que os discursos exaltavam a República e os seus representantes. Neste contexto, “preocupados com a sobrevivência do novo regime, os republicanos chegam a uma unanimidade: a sacralidade da data. O 15 de novembro torna-se um marco indiscutível”.²⁴ Sendo assim, nos desfiles de Aclamação à República, o grupo situacionista simultaneamente procurava construir a imagem

²² COMTE, Augusto. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Editora Escala, 2001, p. 23.

²³ OLIVEIRA. “As festas que a República manda guardar”, p. 180.

²⁴ SIQUEIRA. “A imprensa comemora a República: Memórias em luta no 15 de novembro de 1890”, p. 162.

de união e harmonia entre governo, PRP e sociedade civil e tudo em torno de uma questão maior: a prosperidade da República, mas conduzida pelos republicanos históricos, ou seja, os inventores do regime.

Eis então o surgimento de uma tradição, ou melhor, como define Hobsbawm, de uma “tradição inventada”, construída e formalmente institucionalizada. Essa expressão pode ser entendida como um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade e relação ao passado.²⁵ Tal repetição não era uma opção ingênua, muito pelo contrário possuía uma ação bem direcionada.

No caso desta tradição, como é uma cerimônia oficialmente instituída, sabe-se quando começou não estando perdida no tempo, já que estão bem documentadas, e por este quesito a investigação não significa obstáculo. Quanto aos valores que pretendiam lançar, estão o patriotismo, a igualdade, o civismo e a coletividade, estes expressos nos desfiles republicanos que apresentavam como elementos fundamentais os símbolos nacionais como o hino, a bandeira, as armas, selo. Enfim, caracteres que representam a unidade de valores, que segundo o governo alcançava a todos da sociedade.

Na ânsia de propagar o regime, era comum que documentos fossem enviados ao governo paraense, solicitando recursos para a compra de bandeira nacional²⁶, aquisição de retratos do chefe do governo brasileiro.²⁷ Geralmente, esses pedidos eram realizados pelas repartições do estado e intendências do interior. Com essa perspectiva, Geraldo Mártires Coelho afirma que a festa republicana tinha o intuito de convencer o cidadão a integrar-se ao universo de simbologias que redefiniam os parâmetros de seu entendimento sobre a República. Havia, portanto, “uma nítida preocupação em formar uma alma republicana a habitar o corpo social, de modo que o novo regime imperasse sobre todos os pensamentos e vontades”.²⁸ É necessário dizer que esses cultos patrióticos e comemorações cívicas que se baseiam num forte simbolismo ideológico, já eram realizados na França no início da 3ª República. Nesse sentido, os republicanos instituíram suas festas procurando estabelecer uma continuidade com eventos históricos passados, ou seja, a proposta da tradição republicana

²⁵ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁶ APEP. Avisos do Ministério do Interior. Códice n° 2011. Documentação do Governo. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1890.

²⁷ APEP. Ofícios as autoridades militares. Documentação do Governo. Códice n° 2018. Belém, 7 de abril de 1890.

²⁸ COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o monumento à República em Belém – 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 132.

“não destacava a singularidade do país e sim seu pertencimento a uma fraternidade com países e/ou momentos visualizados como representantes do lema liberdade, igualdade e fraternidade”.²⁹

Hobsbawm assevera que a maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal, permanece associada a símbolos e práticas rituais ou semi-rituais (por exemplo, as eleições).³⁰ Associados a esses emblemas, pode-se dizer que outra linguagem do discurso simbólico público, a teatral, revelou-se mais duradoura. As cerimônias e desfiles públicos não eram novidade. Mesmo assim, foi notável sua utilização com objetivos oficiais e não-oficiais.

Oficialmente, segundo o discurso do governo expresso em minutas que se destinavam a todas as repartições do Estado, os dias de festa nacional, como o 15 de novembro, são datas dos acontecimentos mais importantes na história e nas glórias de uma nação. É praxe em todos os países honrar esses dias com solenidades comemorativas de caráter oficial. Tais solenidades não significam em geral uma deferência ou homenagem prestada aos chefes do Estado, mas um meio de manter e estimular os sentimentos cívicos entre os povos:

É inspirado nestes intuitos que o dr. governador manda recomendar-vos que estabeleçaes entre o pessoal da repartição a vosso cargo a pratica de comparecer convosco às recepções officaes que S. Ex^a dá nos dias (...) 15 e 16 de novembro e a quaisquer outras que forem previamente annunciadas pelo Diário Official.³¹

A presença de todos os diretores e subordinados nessas cerimônias, sem representar um ato obrigatório, seria aceita pelo governo como uma demonstração de patriotismo e um estímulo ao sentimento cívico nacional. Ainda a respeito dos discursos do Estado, categoricamente escreveu-se alguns anos depois, em 1905, na segunda reunião do congresso político que não era necessário exemplificar sobre o valor das grandes datas comemoradas, quanto à formação e ao desenvolvimento do caráter coletivo alegando que:

Um povo que não soleniza os dias que recordam as páginas mais admiráveis da sua história está destinado a perder a consciência de si mesmo, a memória dos seus antepassados, a reminiscência augusta dos que trabalharam pela sua emancipação. As nações, como os

²⁹ OLIVEIRA. “As festas que a República manda guardar”, p. 184.

³⁰ HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³¹ APEP. Minutas de ofícios à Diretoria Geral da Instrução Pública. Documentação do Governo. Códice n° 2142. Belém, 20 de junho de 1898.

indivíduos, possuem também o culto dos seus maiores. A comemoração cívica é uma evocação das sombras augustas dos que honram a história e, ao mesmo tempo, a mais doce reverência do presente às idades extintas, que guardam o tesouro dos feitos imorais, a origem das glórias imperecíveis, único patrimônio moral das nações.³²

Como podemos notar, não parece um pouco confuso este discurso do governo? Os objetivos declarados eram vários, já que ora afirmava-se ser o de “estimular os sentimentos cívicos” e não exaltar os chefes políticos. Anos depois, destaca-se que a comemoração visava fazer uma apologia aos grandes homens que contribuíram para a construção dessa mudança política. Além destes, ainda é ressaltado nos Relatórios da Intendência Municipal³³ que as festas oficiais servem para propiciar ensejos para novas mostras de cordialidade entre os poderes do Município, Estado e da União.

Os significados e amplitude das festas republicanas se refaziam entre discursos e justificativas apresentadas nas comunicações oficiais. A essas abordagens sobre o real valor das festas cívicas, é possível levantar que, em meio aos turbulentos acontecimentos que surgiram ao longo do novo regime, todas essas ideias visavam, pelo menos no campo ideológico, elevar as bases republicanas, que embora não representassem o espelho francês, ao menos nos dias de paradas militares de 15 e 16 de novembro, conseguiriam atingir uma aparente coesão social. Pode-se imaginar o que seria dessas solenidades republicanas sem as paradas militares? Murilo de Carvalho, comentando sobre a apatia da participação do povo, ratifica que “foi preciso que a República introduzisse as paradas de tropas para salvar o decoro cívico das festas nacionais”.³⁴

O papel da imprensa nesse momento se apresenta como um campo do poder simbólico, uma vez que cumpre a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a força de um grupo sobre outro. Dessa maneira, revelam-se como “construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos”.³⁵ Nesta linha de entendimento, lembramos de Bourdieu ao considerar que os diferentes

³² *Um festival republicano*: segunda reunião do congresso política. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1905, p. 21.

³³ LEMOS, Antônio. *O Município de Belém: 1903 – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1904*. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1904, vol. 2.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 68.

³⁵ FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói: Tese de Doutorado, UFF, 2005, p. 35.

grupos e frações de grupo estão envolvidos numa luta propriamente simbólica para impor a definição do mundo social de acordo com seus interesses.³⁶

No limiar do novo regime, dois partidos propagandeavam suas ideias e opiniões de forma constante: o Partido Republicano Paraense e o Partido Republicano Democrático. O primeiro, “através da vantagem de estar à frente da administração do Estado, operava com o uso dos expedientes públicos”³⁷, com vistas a garantir favorecimento em suas ações e campanhas simbólicas. Representavam o governo, defendendo a legitimidade da República e assinalavam para a necessidade de assegurar viabilidade para o cumprimento das promessas feitas no decorrer da campanha republicana, além de divulgar justificativas para aquelas não cumpridas. Divulgavam suas idéias também no jornal *A República*, que voltou a circular em 1890 e se estendeu até os anos de 1900.³⁸

Com o seu discurso de exaltar o novo regime o jornal *A Província do Pará*, embora se dizendo imparcial em política (depois de sua vinculação com o Partido Liberal), sem ter envolvimento formal com algum partido político, também colabora para enfatizar as boas práticas e divulgar seu programa de governo com o apoio de todas as classes sociais, ao menos em tese. Assim, *A República* e *A Província do Pará*, como defensores do grupo dirigente, tinham o trabalho de “manter viva a ideia de República como *slogan* organizador da sociedade”.³⁹

Já o PRD “preocupava-se em denunciar o jogo político do governo (...), apontando suas práticas políticas como arbitrárias”⁴⁰, ou seja, simbolizava a oposição, que se propunha pôr às claras os bastidores do governo, geralmente, criticando-o. Expunham suas opiniões no jornal *O Democrata*⁴¹, representante maior da aversão aos discursos dos integrantes do PRP. Alguns anos depois da Proclamação da República, surgiu em 1896 o *Folha do Norte*, fundado por Enéas Martins, Cipriano Santos e outros, tendo por objetivo principal lutar pelo desenvolvimento político e social da região, combatendo a política de Antônio Lemos,

³⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Thomaz. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

³⁷ FARIAS. *A construção da República no Pará (1886-1897)*, p.88.

³⁸ Este jornal teve seu início em 1886, em 1887 cessou os seus trabalhos. Os republicanos para contarem com um jornal partidário fizeram com que *A República* voltasse a circular com seu primeiro número saindo a 16 de fevereiro de 1890. Seus redatores políticos eram Raimundo Martins, Manoel Barata, Theotonio de Brito e Martins Pinheiro.

³⁹ SIQUEIRA. “A imprensa comemora a República: Memórias em luta no 15 de novembro de 1890”, p. 4.

⁴⁰ FARIAS. *A construção da República no Pará (1886-1897)*, p. 88.

⁴¹ Começou sua circulação em 1890, tendo como seu término o ano de 1895. *O Democrata* foi um jornal de circulação diária, órgão do Partido Republicano Democrático, circulou sob a direção dos chefes do extinto Partido Liberal (daí pode ser sua tendência monarquista), redigido por Américo Marques Santa Rosa.

na época, proprietário do jornal *A Província do Pará*. Lemos em 1897 assumiria a Intendência, ficando até 1911, defendendo o Partido Republicano Federal (resultado do rompimento do PRP).

Aldrin Moura entende que a existência de diferentes partidos e tendências políticas serviram de estímulo ao embate de ideias, posicionamentos e projetos sociais muito diversos.⁴² Nesse sentido, representou a forma encontrada tanto pelo PRP, quanto pelo PRD, de exporem nos seus respectivos jornais suas ideias, homenagear representantes políticos, denunciar seus adversários, defenderem-se diante de uma acusação, forjar uma notícia, assim como satirizar o outro grupo.

Nesse momento, a imprensa paraense assume o papel de espaço de luta política, destacando-se como o principal meio de comunicação, ou seja, veículo de divulgação de ideias e propaganda partidária, além da manifestação de intelectuais. Eram inúmeros os papéis e funções daqueles que escreviam, incluindo nesta diversidade, literatos, professores, articulistas e políticos. É importante destacar que a intriga entre esses periódicos era intensa e marcou acaloradas discussões durante muitos anos:

Para os republicanos históricos a linguagem da imprensa democrata era vulgar, uma vez que menosprezava os ícones da República, ao passo que exaltava homens que nada teriam contribuído para a construção do novo regime. Os combates pela imprensa, portanto, iam além das trocas de acusações relacionadas a questões de âmbito meramente administrativo. O aspecto simbólico era igualmente relevante na batalha pelo imaginário republicano no Pará.⁴³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partidos e jornais se fundiam, ligados a eles estavam os intelectuais, cuja tarefa era a concretização de uma nova hegemonia a partir da repetição constante dos mesmos argumentos, variando literariamente a sua forma, já que a repetição é o meio mais didático e eficaz para agir sobre a mentalidade da sociedade. Eram comuns as exibições de representantes políticos com postura imponente e altiva; e de simbologias republicanas como bandeiras, brasões, retratos de chefes políticos, principalmente, estampados na primeira página dos jornais da época, seja em datas oficiais, em período eleitoral ou em comemoração ao aniversário de algum chefe político.

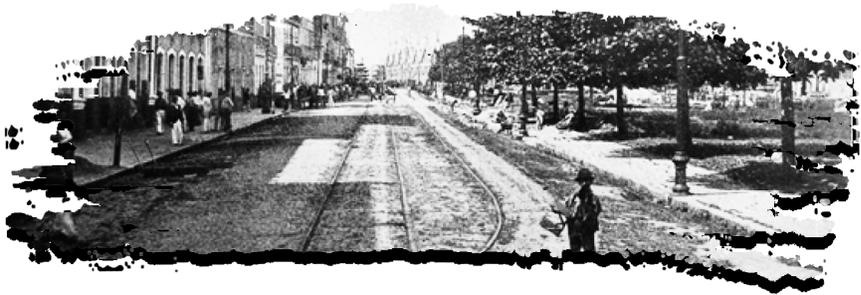
No alvorecer republicano paraense estes periódicos, também passaram por novos direcionamentos político-partidários, o que é expressivo ao entendi-

⁴² FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. *Margens*, vol. 2, nº 3 (2005), pp. 245-66.

⁴³ FARIAS. *A construção da República no Pará (1886-1897)*, p. 80.

mento sobre as transformações operadas na transição política, já que os jornais atuam na sociedade civil, lugar privilegiado para sustentação do grupo dominante. Afinal, como bem define a tese gramsciana, o estado é uma relação social em que as agências privadas (tais como jornais, partidos políticos, Igreja, escolas, sindicatos) operam na sociedade civil como espaços de produção da hegemonia. Assim, dia após dia e, principalmente, em épocas de eleições e no mês de novembro, as ideias de cada partido eram descritas de forma harmônica, exemplo de perfeição e igualdade, quando quem escrevia era do jornal aliado; em contrapartida, farpas e fagulhas eram lançadas pelos adversários políticos, criando uma intensa batalha de versões e de simbologias entre os jornais da época.

Capítulo 12



Maria de Nazaré Sarges
Rosa Cláudia Cerqueira Pereira

Photografia Fidanza: um foco sobre Belém (XIX/XX)¹

A produção do fotógrafo Felipe Augusto Fidanza representa um acervo documental importante para a história da cidade e dos agentes sociais de Belém do século XIX e início do XX. Nestas fotografias, a maioria representa cenas que retrata o cotidiano² dos transeuntes nos espaços dos mercados, das praças e das principais avenidas e ruas. Embora haja fotografias que excluam totalmente a presença humana, às vezes as pessoas aparecem apenas em primeiro plano, deixando-nos a percepção de que nestes recortes fotográficos o fotógrafo estava ciente da presença humana, mesmo quando a deixava aparecer no cenário como detalhe secundário.

Por isso, é possível afirmar que a fotografia, fruto do século XIX, foi um dos meios de comunicação e informação que pontuou e acompanhou as transformações urbanas ocasionadas pela modernidade, pois revela a intensi-

¹ O presente artigo constitui parte das reflexões contidas na dissertação de Mestrado intitulada “Paisagens Urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)” defendida por Rosa Cláudia Cerqueira Pereira em setembro de 2006, para obtenção do título de Mestre em História pelo PPHIST/UFPA, e orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré dos Santos Sarges.

² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. A autora afirma que “(...) a história do cotidiano não é um terreno relegado aos hábitos e rotinas obscuras (...), mas sim vivenciada de diferentes formas (...)”, p. 26

dade e a rapidez das mudanças que ocorreram no ambiente urbano de Belém. Os ícones da modernidade, introduzidos com o dinamismo da economia da borracha, são revelados pelas fotografias e vão ganhando destaque nos espaços da cidade, na arquitetura dos edifícios públicos e particulares, nos logradouros e nos equipamentos urbanos.³

Além de Fidanza, fotógrafos como Girard, Oliveira, Júlio Siza e outros produziram e divulgaram imagens da cidade de Belém, apresentando-a sob o viés da modernidade (ou um viés de), com características indicativas de uma cidade que aparentava noções de progresso muito em voga naquela época. Evidenciam as pesquisas que essas imagens foram intencionalmente reproduzidas, balizadas por uma concepção política de cidade que permeou todo o trajeto de sua construção.

Nesse contexto, a partir das imagens visuais produzidas por esses profissionais, a cidade foi sendo exibida por meio dos cartões-postais, álbuns, revistas, jornais, em que o ponto de partida era a paisagem e a sua figuração, para então evidenciar as formas como as pessoas foram retratadas na hora em que se deixavam fotografar. Compreende-se que essas pessoas não ocupavam o espaço urbano da mesma maneira, uma vez que esses espaços constituem uma representação simbólica das relações de poder. As ruas, praças, mercados e teatros são dispostos de maneira diferente e, geralmente, hierarquizados.

As paisagens congeladas pela subjetividade dos fotógrafos revelam crianças, mulheres, homens em seus uniformes de trabalho, carroceiros e demais grupos sociais ocupando o primeiro plano das fotos com os atributos que se perdem diante da análise comparativa das condições de trabalho e dos trajes dos sujeitos em destaque nos documentos. A cidade de Belém constituiu-se em um lugar privilegiado de exposição de tipos sociais onde o fotógrafo Felipe Fidanza, por meio de sua subjetividade, registrou evidências de uma Belém que se movimentava sob os “acordes” da modernização dos espaços urbanos.

UMA VERSÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE FELIPE AUGUSTO FIDANZA

Fidanza, português, natural da cidade de Lisboa, veio para o Brasil e tornou-se a maior expressão da fotografia no Pará. Sobre sua chegada ao Brasil, especificamente em Belém, não se tem registro, entretanto os anúncios de suas ati-

³ Ver SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1920)*. 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

vidades começaram a aparecer no ano de 1867, como *retratista photographo*, tendo à época aproximadamente 20 anos e já se dedicava à fotografia. Sobre sua infância, vida pessoal e profissional, antes de vir para Belém, existem poucas informações, mas sabemos que seus pais eram portugueses e chamavam-se: Fernando Gabriel Fidanza e Maria de Jesus Fidanza. As lacunas sobre a vida pessoal de Fidanza não prejudicam a tarefa de trazer à cena as realizações desse lusitano que exerceu a arte de fotografar até 1903.

Fidanza destacou-se profissionalmente a partir das produções, não só como retratista, mas também pelas de paisagens urbanas. Seu primeiro trabalho a ganhar destaque em âmbito nacional foram as fotografias que documentaram os preparativos da chegada de D. Pedro II a Belém, no ano de 1867.⁴ Com esse trabalho, Pedro Vasquez⁵ considera que Fidanza “documentou de forma inovadora e antecipatória o espírito jornalístico”, apresentando um impacto visual em que o cenário deixa transparecer a existência de edifícios e de um arco que constituíam o panorama da cidade, quando na verdade era apenas um efeito visual.



Figura 1 - Felipe Augusto Fidanza (- 1903). Reprodução do retrato de Fidanza, *Album do Pará em 1899*

Com a divulgação desse trabalho difundiu-se, equivocadamente, que Fidanza teria vindo para Belém com a comitiva de fotógrafos do imperador.⁶ Não se tem como afirmar que sua chegada estivesse relacionada a esse momento da inauguração, pois o estabelecimento *Fidanza & Com*⁷ já estava em pleno funcionamento há pelo menos nove meses antes da chegada da comitiva de D. Pedro II, conforme notícias do jornal local que registraram a existência desse ateliê desde o dia 1º de janeiro de 1867⁸.

⁴ Ver sobre o assunto: FERREZ, Gilberto; NAEF, Weston J. *Pioneer Photographers of Brasil (1840-1920)*. New York: Center for Inter-American Relations, 1976; VASQUEZ, Pedro. *O Brasil na Fotografia Oitocentista*. São Paulo: Metalivros, 2003. 296p.

⁵ VASQUEZ, Pedro. *O Brasil na Fotografia Oitocentista*. São Paulo: Metalivros, 2003, p.16.

⁶ Essa hipótese é apresentada por LEAL, Cláudio de La Rocque. *Retrato paraense*. Belém: Fundação Rômulo Maiorana, 1998.

⁷ Em relação às primeiras informações pesquisadas sobre Fidanza, refere-se ao anúncio que aparece no início do ano de 1867, sobre seu ateliê *Fidanza & Cia.*. Há um limite nessa pesquisa, pois verificamos uma lacuna entre 64 – 67 do jornal *Diário do Gram-Pará*, tendo disponível para consulta apenas os anos de 1857, 1858, 1860, 1861, 1863, 1864, 1867 e 1868.

⁸ Cf. *Diário do Gram-Pará*, 1 jan. 1867, p. 4. Sob o Título PHOTOGRAPHIA, ao largo das Mercez

Durante as ausências de Fidanza, quando viajava para a Europa, o estabelecimento ficava sob a responsabilidade de Girard. É possível que nesses anos em que trabalharam juntos, Girard tenha sido influenciado no modo de ver e de retratar os espaços da cidade. Sob essa perspectiva, é relevante ressaltar que em suas fotografias exibe certas semelhanças com o estilo de Fidanza, retratando também pessoas que pertenciam aos grupos sociais mais humildes da sociedade belenense.

Verificou-se ainda, em 1897, que Fidanza estabeleceu alguns contatos com outros profissionais do ramo da fotografia que pretendiam exercer suas atividades em Belém, entre eles, Júlio Siza.⁹ Sobre atividades profissionais de Júlio Siza percebe-se que o fotógrafo tinha a intenção de se estabelecer onde funcionava a *Photographia Fidanza*.¹⁰ Não se sabe ao certo qual o motivo para a dissolução do contrato, talvez pretendesse realizar um outro tipo de acordo que atendesse melhor a seus interesses, podendo-se deduzir, entre os motivos, criar sua própria logomarca. Somente em novembro é que foi feito outro contrato de arrendamento por cinco anos, a partir do dia primeiro de dezembro, do pavimento superior da Rua Conselheiro João Alfredo, nº 7. Local em que deu início ao estabelecimento *Photographia Amazônia*.¹¹

Durante o período em que fotografou as pessoas e a cidade de Belém, Felipe Fidanza preocupou-se com as questões técnicas da produção da fotografia, tanto que empregou os mais diversos processos e sistemas de apresentação disponíveis na segunda metade do século XIX, demonstrando conhecimento técnico e estético na escolha dos temas e dos enquadramentos, ângulos e composição do

, nº 5, *Fidanza & Com*. Este anúncio fica por mais de três meses, depois “desaparece”, considerando a dificuldade de informações nos periódicos, devido sua ausência nos arquivos do jornal *Diário do Gram Pará* dos anos anteriores a 1867 e posteriores a 1868.

⁹ Júlio Siza era português, nasceu em Braga no ano de 1841. A trajetória profissional de Siza no Brasil tem início no ano de 1897, quando chegou ao Pará com sua segunda esposa e seus filhos. Mas sua história no ramo da fotografia teria iniciado desde a década de 1860 em Portugal. Ainda jovem se aperfeiçoou na atividade fotográfica trabalhando em vários estúdios, o que permitiu deixar a sua arte no mundo da fotografia. Os principais países em que ele desenvolveu suas atividades profissionais como fotógrafo foram Portugal, Guiana Inglesa e Brasil.

¹⁰ As negociações referentes ao tipo de contrato foram identificadas no Cartório Chermont (Belém-PA), através das duas escrituras no mês de junho de 1897. A primeira de compra e venda, e outra de sublocação de arrendamento de salas ao alto do andar superior situado na Rua Conselheiro João Alfredo, nº 22 e 24. Consta na escritura (contrato) que a entrega do referido móveis e utensílios e da transferência de sublocação de arrendamento seria realizada no dia 15 de julho corrente. Entretanto, esta transação não se consolidou, pois no dia 9 de julho do corrente ano, Siza retornou ao cartório para realizar a escritura de distrato de compra e venda e a escritura de revogação e distrato de transferência de sublocação do arrendamento entre partes Júlio Augusto Siza e Felipe Augusto Fidanza.

¹¹ A partir do mês de março de 1898, os jornais locais, *A província do Pará* e *A Folha do Norte* anunciam os serviços através do estúdio *Photographia Amazônia*. Mas depois fica no anonimato entre os anos de 1900 e 1902. Somente no mês de dezembro de 1902, os jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará* assinalam que estava “reabrindo o seu atelier” *Photographia Amazônia*.

cenário. Contudo são os registros fotográficos sobre as transformações urbanísticas ocorridas em Belém e Manaus, em decorrência da opulência proporcionada pela economia da borracha, que tornaram Fidanza o mais referenciado (ou reverenciado?) dos fotógrafos da época.

As fotografias de sua autoria foram apresentadas na Exposição de História do Brasil no Rio de Janeiro, em 1881, na Exposição Universal de Paris em 1889 e de Chicago em 1892, nas quais as fotografias foram reconhecidas e premiadas.

As viagens de Fidanza para a Europa permitiam que o profissional se aprimorasse na arte da fotografia, as quais eram divulgadas em notas de jornais informando as novidades trazidas e as reformas realizadas em seu ateliê. *Photographia Fidanza* também era um espaço onde se faziam as exposições de pinturas de vários autores que passavam pela cidade de Belém para divulgar seus trabalhos.

Participou de excursões por Paris, Lisboa e Londres, para mostrar sua arte e adquirir novos conhecimentos para aperfeiçoar a sua prática profissional. Demonstrou sintonia com as tendências estéticas internacionais. Viveu a febre das *carte de visite* e das *cartes cabinet* na fase do colódio úmido e chegou a empregar as placas secas. Essa preocupação com a evolução da técnica se reflete no anúncio sobre a reinauguração do ateliê *Photographia Fidanza* em 1869, utilizando pela primeira vez a câmara solar.

Fidanza fotografou pessoas de diferentes grupos sociais. Algumas dessas fotografias do período de 1869 a 1875 pertencem à *Collection Alphons Stübel*.¹² Criou cenários para dar sentido ao tema fotografado, colocando seu objeto de representação diante de um fundo artificial, transformando o negro, o índio e o mestiço em modelos fotográficos a serviço do fotógrafo. Sem perceber, promoveu um discurso de cidade moderna, urbanizada, condizente com os ideais de transformações da época, ao narrar, por meio de suas fotografias, o cotidiano da cidade de Belém, onde morou a maior parte de sua vida.

Portanto, antes de produzir fotografias que fizeram parte do *Álbum descriptivo Annuario dello Stato del Parà* e do *Álbum do Pará* em 1899, ele já comercializava fotografias em avulso no formato de *carte de visite*, confirmado pelo anúncio já citado. Além do anúncio, foram identificadas duas fotografias que também fazem parte da Coleção Alphons Stübel, com o título original *Estrada do Pará* de 1875.

A produção fotográfica de Fidanza se sobressai, sendo reconhecida pela qualidade técnica e nítida delicadeza de suas paisagens, destacando-se nos recortes fotográficos de obras públicas, ao registrar o desenvolvimento da cidade, registros

¹² As imagens estão disponíveis no site: <<http://www.ifl-leipzig.com>>.

estes que estão organizados no *Álbum do Pará* de 1899 e no *Álbum de Belém* de 1902. Os álbuns representam luxuosas obras comemorativas que exibem as marcas de uma cidade em transformação e foram editados a pedido do governador e do intendente, cujo objetivo era pôr em destaque os grandes acervos que correspondem ao período do governo. Fotografias de edifícios, de ruas, de avenidas, de praças, de jardins públicos, de Igrejas e outras realizações arquitetônicas serviam para mostrar o desenvolvimento, o progresso e melhorias efetuadas.

Além dessas produções citadas, Fidanza responsabilizou-se pela composição de álbuns em outros Estados. Sua atuação profissional não ficou restrita ao Pará. Em 1902, o governador de Manaus convidou-o para produzir fotografias contendo “vistas do Pará” para compor o *Álbum do Amazonas*. Para confeccionar o álbum, ele embarcou com sua família em agosto de 1902 no vapor *Madeirense* com destino à Europa. No mesmo ano foram enviados a Belém, pelo vapor *Cyriel*, dois mil exemplares do referido álbum. Esses exemplares foram impressos em Paris, sem o acompanhamento do fotógrafo e enviados com algumas imperfeições, permitindo críticas e insinuações de algumas pessoas que iriam abalar a integridade moral e profissional do fotógrafo. O fato de seu trabalho não ter tido o desempenho desejado influenciou no surgimento de difamações em relação ao seu caráter. Junto aos amigos, ele afirmava que “não era ladrão”, e que, assim que fosse possível, provaria sua integridade.

Não se tem notícia precisa de como Fidanza reagiu aos comentários, pois alguns meses depois, em janeiro de 1903¹³, foi divulgado o suicídio do fotógrafo ocorrido quando retornava a Belém no vapor *Christiania*, provavelmente teria se jogado ao mar no momento em que estava às proximidades das ilhas da Madeira e Canárias. Surgem indagações no próprio jornal sobre o que teria levado Fidanza a cometer o suicídio. Em uma das hipóteses, o jornal afirma que a causa teria sido as notícias caluniosas a respeito da produção do *Álbum* encomendado pelo governo de Manaus. Isto teria ferido a sua autoestima, levando-o a cometer o ato extremo. As notícias dos jornais afirmam que talvez sofresse de desequilíbrio mental e alucinações provocadas pelo “excesso de devotamento à arte”, abalado por informações indiscretas que foram enviadas de Belém. Permanece a interrogação sobre os motivos que levaram Felipe Fidanza ao suicídio, mas o que tem maior importância é o legado de registros da cidade e pessoas na história visual do Estado do Pará e da Amazônia, destacando-se pelo tempo de trabalho na produção fotográfica, pelo respeito do nome *Fidanza* e pela arte que envolve as suas imagens instantâneas.

¹³ Cf. Jornal *Folha do Norte*, 30 jan. 1903, p. 01.

O estúdio *Photografia Fidanza* foi considerado um dos mais importantes da cidade e que, mesmo após a sua morte, permaneceu em funcionamento. Em junho de 1903, cinco meses após o suicídio, foi anunciado o leilão do seu estabelecimento. Em 1904, o novo proprietário do estabelecimento Photographia Fidanza, Jayme da Costa Nunes, rerepresentou o ateliê, considerando a tradição do conceituado estabelecimento, reforçando a ideia de que também podia realizar os mesmos serviços e com a mesma qualidade do antigo proprietário, pois, além de ter todos os equipamentos, havia reformado o estúdio com o objetivo de manter a credibilidade do estabelecimento e garantir a clientela. Nesse sentido percebe-se, que o nome Fidanza já estava arraigado no imaginário da sociedade paraense como sinônimo de qualidade, prestígio e confiança. O profissional Jayme da Costa Nunes, em todos os anúncios do ateliê, sempre ressaltava o nome Fidanza como sinônimo de qualidade.

George Huebner e Libanio Amaral, anos depois, foram os novos proprietários da *Photographia Fidanza*, reinaugurada em abril de 1906, permanecendo até o ano de 1910. Outro proprietário foi Henrique Schöenemberg nos anos de 1910 a 1919 e de 1922 a 1924, que, no intervalo de sua permanência em Belém, foi para cidade de Recife e inaugurou em 28 de agosto de 1920 o ateliê “Fotografia Fidanza”. Verifica-se que a sigla Fidanza transitou, além de em Belém, pelas capitais de Manaus e Recife. Segundo o jornalista Cláudio de La Rocque Leal¹⁴, o estabelecimento fotográfico sob o nome “Fidanza” fez parte de nossa história até 1969. *Fidanza* tornou-se uma marca da fotografia visto que, mesmo após a morte, seu nome permaneceu no cenário da produção fotográfica e na memória paraense, tanto que outros profissionais, ao adquirirem o seu ateliê, mantiveram o mesmo nome.

O FOTÓGRAFO E A CIDADE DE BELÉM

Em relação às fotografias produzidas sobre a paisagem urbana, Fidanza imprimiu um estilo ou padrão de composição que o diferencia de outros fotógrafos contemporâneos. Essa diferença pode ser percebida nas fotografias escolhidas para serem comercializadas, pois, tratava-se de um serviço e propagação de um produto cuja iniciativa dependia exclusivamente do fotógrafo, desde a escolha do cenário até a composição dos detalhes que ornamentam a fotografia. Assim, Fidanza, além de fotógrafo, foi um artista que produziu imagens de uma cidade que nos envolve e fascina, transmitindo conteúdos urbanos de ordem social, cultural e arquitetônico. Foi um dos primeiros fotógrafos a registrar, com intenção comercial, a cidade de Belém.

¹⁴ Cf. LEAL, Cláudio de La Rocque. *Retrato paraense*. Belém: Fundação Rômulo Maiorana, 1998.

Nas paisagens congeladas pela subjetividade dos fotógrafos, as crianças no mercado de trabalho, engraxates, carroceiros, vendedores ambulantes e demais grupos sociais ocupam o primeiro plano das fotos tanto quanto os endinheirados da borracha, em uma alusão à igualdade tão sonhada pela República; atributo que se perde diante da análise comparativa das condições de trabalho e dos trajes dos sujeitos em destaque no documento. O indivíduo de origem econômica humilde não foi colocado à margem dos registros fotográficos. Tais indivíduos, trabalhadores urbanos e ambulantes são influências do Romantismo e mais tarde do Realismo, exerceram papel preponderante para o estabelecimento da fotografia de rua, que passa a constituir em vitrine para todos esses tipos de sujeitos que transitam na cidade.

Figura 2 - Felipe Fidanza, *Rua de Belém*. (12,0 x 16,5 cm)

Album do Pará em 1899, p 114.



Fonte: acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Cultural “Tancredo Neves” CENTUR

A fotografia “Rua de Belém”, entre outras, registra uma das muitas ruas da cidade, em que os fotógrafos direcionaram o foco principal para os trilhos de bondes, destacando tipos sociais que circulavam cotidianamente nesses espaços. Na análise do corpo documental fotográfico, fica evidente o quanto os grupos sociais tornaram-se foco dos profissionais que circularam na Belém da “bela época”. As imagens fotográficas, aqui escolhidas, retratam aspectos da ci-

dade e fazem parte de um projeto que tinha por objetivo selecionar cenas dessa modernidade, para serem exibidas pelos instrumentos de propagandas entre os finais do século XIX e início do XX.

Esse cenário, como tantos outros, fez parte dos álbuns e relatórios utilizados como instrumentos de divulgação e propaganda de Belém. O recorte selecionado pelos fotógrafos fez da fotografia um testemunho¹⁵ das maneiras de ver e pensar a cidade, evidenciando as práticas cotidianas daqueles que faziam parte do cenário urbano. Nesse sentido, os registros fotográficos de Felipe Augusto Fidanza, dentre outros, revelam a existência de sujeitos sociais excluídos que foram se ajustando à modernidade, transformando-se em personagens nas principais vias da cidade de Belém. Fidanza foi um dos profissionais que mais deu a visibilidade aos tipos sociais flagrados sutilmente pelas câmeras fotográficas a serviço da propaganda do governo que pretendia divulgar uma cidade moderna.

**Figura 3 - Felipe Fidanza, *Praça da República - tirada do nascente* (14,0 x 20,5 cm)
Álbum de Belém. 15 de novembro de 1902**



Fonte: acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Cultural “Tancredo Neves” CENTUR

Na fotografia sob o título *Praça da República - tirada do nascente*, o Teatro da Paz aparece apenas como um dos detalhes do cenário da praça. Em primeiro plano,

¹⁵ Sobre o tema fotografia como documento ver: KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1990. KOSSOY, Boris. *Os Tempos da Fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007

estão as pessoas que frequentavam a praça e que, voluntariamente ou não, aceitaram fazer parte desta vista, então se trata de cenas do cotidiano, provavelmente, de um ambiente que se define como lugar caracterizado pela permanência regular dos indivíduos nele envolvidos, vendedores ambulantes ou simplesmente passantes.

Ainda comentando sobre o Teatro da Paz, os ambientes internos também foram alvos de registros dos fotógrafos. Esses ambientes apresentam detalhes relacionados às artes plásticas, como pode ser verificado nas fotografias do salão nobre, o *foyer*¹⁶ (figura 3). Na composição destas fotografias, o fotógrafo apresenta informações que estão no teto com a pintura original¹⁷ de Domenico de Angelis e Giovanni Capranesi¹⁸ e os lustres posicionados na parte horizontal do salão; o acabamento das janelas, portas, pisos e cadeiras proporcionando uma impressão de organização e beleza ao ambiente.

A fotografia do *Salão Nobre do Teatro da Paz* de Fidanza (figura 4), diferente de outros fotógrafos, apresenta algo bastante singular ao momento do registro. Ao compor as cenas da maneira como o fez, Fidanza humaniza o cenário fotografado, pois inclui pessoas ao ato do registro, demonstrando um aspecto mais “natural” a um dos espaços culturais do teatro. As referências sugerem que essas pessoas fotografadas estariam simbolizando uma família do grupo social da elite em Belém.

Embora apareçam apenas três pessoas, um casal e uma criança, provavelmente representando uma família admirando o salão, Fidanza teve a capacidade de registrar, ainda no século XIX, pessoas que aparentemente estariam se comportando naturalmente sem a “pose” tão usual nas fotografias desse período.

Para uma reflexão sobre o uso diferenciado dos espaços, supõe-se que a parte interna do teatro era destinada à elite, enquanto os ambientes próximos ao teatro eram caracterizados pela diversificação de grupos sociais, destacando principalmente pessoas pertencentes às camadas pobres que transitavam ou trabalhavam às proximidades, conforme flagrante de um grupo de pessoas

¹⁶ O *foyer* do Teatro da Paz foi muitas vezes utilizado para exposições dos mais significativos pintores do Brasil, durante o contexto do período áureo da economia da borracha, entre elas foram anunciadas as exposições dos pintores: Parreiras, Aurélio Figueredo, Benedicto Calixto, Fernandez Machado, Francisco Estrada e Carlo de Servi.

¹⁷ No salão Nobre, Domenico de Angelis pintou o teto sobre madeira que com o passar do tempo foi deteriorada e seu trabalho foi substituído pela obra de Armando Bolloni.

¹⁸ Os pintores italianos Domenico de Angelis e Giovanni Capranesi estudaram na Academia di San Luca. Em 1887 foram contratados pelo governo provincial para, inicialmente, decorar o teto da sala de espetáculos do Teatro da Paz. Em 1890 foi inaugurado o famoso pano de boca, que celebra a República e a afirmação do positivismo no Pará. O painel intitulado *Alegoria à República* reúne os representantes do povo paraense, índios, mestiços e lusitanos, cortejando os novos tempos.

fazendo parte do recorte espacial na fotografia. Portanto, Fidanza, nessas fotografias, definiu, possivelmente, os personagens que deveriam fazer parte do espaço externo e interno do Teatro da Paz.

**Figura 4 - Felipe Fidanza, *Salão nobre do Teatro da Paz* (13,0 x 17,5 cm)¹⁹
Album do Pará em 1899, p 27.**



Fonte: acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Cultural “Tancredo Neves” CENTUR

As pessoas fotografadas no salão nobre do Teatro (figura 4) estão vestidas com roupas que evidenciam um grupo social representante da elite local. Os trajes femininos, tanto da mulher quanto da menina, demonstram os padrões da época para as pessoas de ordem econômica mais elevada.

Outro espaço registrado por Fidanza (figura 3) representa um ambiente, para todos os estratos sociais, onde era permitido regularmente o acesso às pessoas, definindo o uso público do espaço da praça. Observe atentamente os indivíduos (detalhe A, fig. 3), captados pela lente do artis-



¹⁹ Esta fotografia foi publicada no mesmo ano por Arthur Caccavoni. In: CACCAVONI, Arthur. *Álbum descritivo Amazônico*. Gênova: F. Armanino, 1899. (13 x 19 cm) Acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Cultural “Tancredo Neves” CENTUR.

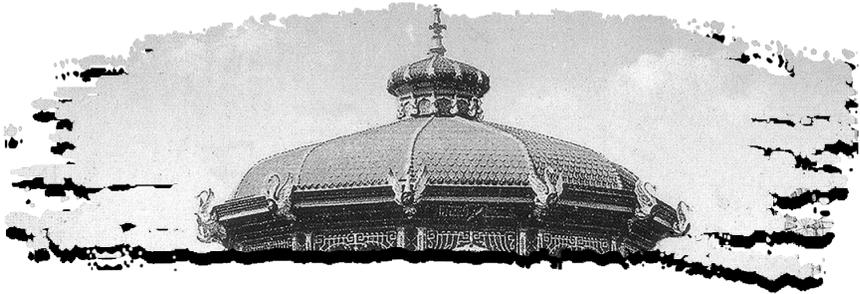
ta, representando um pequeno grupo de vendedores ambulantes que por ali trabalhava. São pessoas pobres dos anos intermediários do século XIX e XX. Esse grupo está no primeiro plano da fotografia, certamente não se pode afirmar se era essa a intenção do fotógrafo, mas não se pode descartar essa possibilidade. Talvez estejam ali por acaso. Suas presenças fazem parte de um cenário mais amplo: a Praça da República, com seus monumentos imponentes ao fundo, do lado direito o Teatro da Paz e do outro lado a *Mariane*²⁰, monumento recentemente inaugurado.

Nas fotografias sobre cenas urbanas demonstrou um olhar voltado para os estilos arquitetônicos, isso nos permite afirmar que ele não estava simplesmente fotografando para comercializar, mas produzindo verdadeiros documentos que registraram a cidade no seu cotidiano e os vários monumentos representativos da modernidade. Ao mesmo tempo, identificou os tipos de transportes e pessoas que circulavam pelas vias da cidade.

Por esses documentos visuais, podemos conceber a importância da sigla *Fidanza* na produção de uma memória fotográfica de Belém, visto que, nenhum outro estabelecimento fotográfico durou tanto tempo. As fotografias produzidas por *Fidanza* são testemunhos de seu intenso trabalho realizado no Estado do Pará, na segunda metade do século XIX, e que permanecem até hoje, graças aos colecionadores particulares e aos álbuns comemorativos dos gestores públicos. Essas fotografias revelam cenas e personagens, principalmente da cidade de Belém, num momento em que o espaço urbano passava por melhorias, influenciando as transformações econômicas, sociais e políticas.

²⁰ O Monumento à República, *Marianne*, foi inaugurada em 15 de novembro de 1897 pelo Governador do Estado e pelo Intendente Municipal de Belém, Paes de Carvalho. Cf. COELHO, Geraldo M. *No coração do povo*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

Capítulo 13



Cristina Donza Cancela

Riqueza, alianças e contratos de dotação em Belém, 1870-1920

O período que compreendeu os anos de 1870 a 1920 foi marcado pela intensificação e a diversificação do comércio na capital paraense, incrementado pela economia da borracha. As relações sociais foram redefinidas a partir da formação, consolidação e rearranjo dos grupos sociais. Famílias da elite local enraizadas na província ainda no período colonial, tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente às novas demandas do mercado e aos indivíduos recém-chegados, sem tradição de nome, mas com fortunas centradas no negócio da borracha ou, às atividades incentivadas a partir da expansão gomífera. Com o estabelecimento de novos signos de riqueza, as famílias proprietárias tradicionais, cujo patrimônio e prestígio estavam pautados preferencialmente na posse de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios da borracha e aos comerciantes, muitos deles estrangeiros.¹

De que forma essas mudanças econômicas podem ser percebidas na configuração do *portfolio* das famílias proprietárias locais? Que novos signos de riqueza se estabelecem na capital paraense? Até que ponto a chegada e consolidação de co-

¹ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha*. Belém 1870-1920. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2006.

merciantes estrangeiros alteraram o padrão de casamento das famílias proprietárias locais e suas alianças matrimoniais? Essas são algumas das principais questões que me proponho a discutir neste trabalho.

SIGNOS DE RIQUEZA FAMILIAR: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

Como iniciei afirmando, a expansão mercantil intensificada no final do século XIX, vai estar refletida nas mudanças do perfil da riqueza e do patrimônio das famílias da elite, entendidas aqui como o grupo de indivíduos abastados que têm privilégios, influência e poder inacessíveis aos demais membros da sociedade.²

Com o fortalecimento do comércio da borracha que se torna o segundo maior produto na pauta de exportação brasileira, temos uma maior liquidez na economia da capital paraense, a diversificação dos produtos e serviços e o incremento das instituições bancárias e das sociedades por ações. Estas mudanças geraram a valorização de alguns bens em detrimento de outros e a ascensão de novos tipos de investimento, com a consequente recriação dos signos de valor, prestígio e poder.

É um pouco do fluxo do movimento destas riquezas que passo a comentar de acordo com as décadas que compreendem o período deste trabalho, tomando como fonte autos inventariais³ localizados no *Centro de Memória da Amazônia*.⁴

Assim, ao longo da década de 1870, dentre os principais bens contidos nos legados, ganhavam destaque: os escravos, as terras com as benfeitorias nelas realizadas e o gado. Em relação aos escravos, vale dizer que, neste decênio, um cativo entre 17 e 30 anos de idade, com boa saúde e uma profissão (calafate, pintor, alfaiate, marceneiro...) comumente era avaliado em algo em torno de um conto de réis.

No conjunto de 101 inventários pesquisados para aquela década, em 54% deles – portanto um pouco mais da metade – havia o arrolamento de escravos entre os bens descritos, perfazendo um total de 373 indivíduos.

A maior parte desses escravos pertencia a cerca de cinco grandes proprietários que, em sua maioria, eram donos de engenhos. Dentre eles encontrava-se o coronel Antonio Francisco Corrêa Caripuna, natural da então *Villa de Igarapé-Miry*. Seu engenho, localizado na mesma vila, possuía maquinário e utensílios para funcionamento de olaria e alambique. Os 47 escravos arrolados em seu inventário equivaliam

² HEINZ, Flávio (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

³ No total foram consultados 942 inventários pertencentes ao cartório Odon Rhossard.

⁴ Quando a pesquisa foi realizada os inventários pertenciam ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, contudo, esta documentação atualmente encontra-se no recém criado Centro de Memória da Amazônia [CMA/UFPA], que pertence à Universidade Federal do Pará.

a um total de 36% de seus bens. Esse valor era apenas 4% menor do que a avaliação feita dos dois engenhos de sua propriedade, aí somadas as maquinarias, os utensílios e as demais benfeitorias como trapiches, casas e pontes. De uma maneira geral, o patrimônio desses proprietários era composto pelos escravos, engenhos e algumas sortes de terras, juntamente com casas e terrenos localizados em Belém.

Em relação aos bens dos proprietários de fazendas de gado, somavam-se aos itens acima destacados, os inúmeros animais e, por vezes, barcos utilizados para o transporte dos mesmos. Quando da morte de sua mulher Maria Bárbara, em 1872, o então presidente da câmara municipal de Soure, o major da guarda nacional Francisco Xavier Pereira de Mello, possuía várias fazendas de gado naquele município, localizado na Ilha do Marajó. Faziam também parte de seu patrimônio um total de 17 escravos, alguns residentes nas fazendas, outros em Belém. Embora pecuaristas no Marajó, a família possuía várias casas em Belém, além de investimentos em ações da Companhia Urbana dessa cidade.⁵

Portanto, escravos, terras e animais constituíam-se nos bens mais valiosos encontrados nos legados da década de 1870. É curioso como nesses autos inventariais ainda se encontra a descrição pormenorizada de móveis, utensílios domésticos, roupas, objetos de uso pessoal, imagens sagradas e joias, um costume que vai, pouco a pouco, perdendo espaço nos documentos das décadas seguintes, onde a descrição desses itens tende a desaparecer, ou ser feita de forma global, sem detalhamento, com exceção das joias e objetos de prata e ouro.

Ao chegar à década de 1880, percebo que os signos de riqueza permaneceram os mesmos da década anterior. No entanto, alguns elementos começavam timidamente a se diferenciar. Exemplo disto pode ser encontrado no fato de que a presença de escravos arrolados nos inventários deste período, embora ainda ocorresse, sofre um decréscimo. De certo modo, esta queda se explica pelos fatos que antecederam ao fim da escravidão, como as restrições e, finalmente, o término do tráfico, as recorrentes fugas, o aumento no número de libertos e as vendas de cativos para as demais províncias brasileiras.

Talvez por conta disto, os legados onde houve o arrolamento de escravos, concentraram-se nos anos de 1880 e 1881, havendo uma diminuição considerável nos demais anos posteriores a essa data e anteriores a 1888, quando se tem o fim da escravidão.

E ainda, se no decênio anterior, em 54% dos legados havia referência à existência de cativos, durante a década de 1880 esse número cai para 34%. Não

⁵ *CMA/UFPA*. Cartório Odon Rhosard. Ano: 1872.

apenas o número de legados contendo escravos foi reduzido, como o próprio número de cativos existentes no patrimônio dos inventariados também sofreu um decréscimo considerável na década de 1880, em relação a 1870, passando de 373 indivíduos, para 153. Por outro lado, assim como na década anterior, observou-se a concentração de cativos em poder de alguns poucos proprietários. Basta destacar que cerca de 40% do total de escravos arrolados nos inventários pertenciam a cinco indivíduos, de famílias distintas das anteriormente encontradas para 1870.

Além da diminuição gradativa no número de escravos nos legados, uma outra mudança pôde ser encontrada neste período. O inventário de José Joaquim Alves Picanço é bastante exemplar no que diz respeito a essa mudança. Proprietário de um plantel significativo de escravos e de um engenho de moer cana, onde havia maquinário de olaria, serraria e marcenaria, declarou em suas terras a existência de estradas de seringais.⁶ Pouco a pouco, as sortes de terras contendo seringas passam a ser identificadas nos arrolamentos dos inventários, pelo valor econômico que começam a agregar.

Chegando à década de 1890, as mudanças no perfil do patrimônio finalmente se acentuam. Estradas de seringueiras, casas de aviação⁷ e firmas comerciais constam cada vez com mais frequência nos legados, tendência essa que persistirá até a década de 1920.

Aqui cabe uma observação, nos inventários referentes à década de 1870 e primeira metade de 1880, em poucos deles há registro de estradas de seringueiras nos legados. Verifica-se, entretanto, que aqueles abertos a partir de 1885 trazem essa informação de forma não apenas mais corriqueira, como também detalhada, pormenorizando o número de estradas, a área de terra demarcada e o fato de possuir, ou não, o título da terra. É possível que, em algumas das terras relacionadas nos inventários anteriores àquela data, não houvesse, de fato, estradas de seringas a declarar. No entanto, outros fatores podem igualmente justificar tal minimização no registro desse dado.

Um primeiro fator estaria associado às Leis Imperiais da Terra, de 1850, que tornaram necessária a justificação da ocupação da propriedade através de plantação de lavoura ou cultivo de árvores frutíferas, a fim de garantir a posse. A seringueira, árvore silvestre, não se enquadrava como benfeitoria, portanto não

⁶ *CMA/UFPA*. Cartório Odon Rhosard. Ano: 1880.

⁷ *Casas aviadoras* eram os estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios, recebendo, em troca, o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora, ou mesmo uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1953, pp. 84-89.

legitimava a posse da propriedade, não sendo necessário arrolá-las nos inventários. Daí a preocupação em enumerar as árvores frutíferas, os cacauais, os pés de café, os engenhos e seus utensílios, as palhoças, trapiches, igarités e, ao mesmo tempo, a despreocupação em arrolar a existência de seringueiras. Some-se a isso um segundo elemento, associado ao fato de que os proprietários de engenhos e fazendas de gado não enveredaram imediatamente no negócio da borracha. Assim, muitas vezes, mesmo havendo estradas de seringas em suas terras, essas não eram sistematicamente exploradas, o que se constitui em um elemento a mais para se entender a ausência de referência a essa espécie nos inventários. Foi necessário haver o crescimento da demanda da borracha, o maior destaque e valor conferido a este produto, um volume maior de negócios e casas comerciais além do aumento da influência política dos comerciantes a eles ligados, para que a elite de proprietários locais, particularmente aqueles pertencentes às famílias tradicionais, enveredasse mais estreitamente por esse comércio.

Podemos tomar como referência o exemplo da família Pombo. Advinda da Galizia ainda no século XVIII, esta família era proprietária de terras e escravos na Ilha do Marajó. A partir da segunda metade do século XIX, começam a aparecer as primeiras referências à existência de estradas de seringa em suas terras e, no final daquele século, os negócios com a borracha já chegavam a corresponder a 40% do valor dos bens arrolados no inventário de um de seus principais representantes.⁸ Embora os Pombo continuassem desenvolvendo a atividade agrícola e/ou pastoril nas terras do Marajó, a extração de seringa passou a ser um produto importante de riqueza da família.

Dando continuidade ao movimento dos bens que ganharam destaque ao longo da pesquisa, passo a destacar a década de 1890. Nela, além da expansão do número de firmas comerciais e terras com estradas de seringas arroladas nos inventários, destaca-se a compra de ações e, principalmente, a aquisição de imóveis urbanos.

No que diz respeito ao mercado de ações, vê-se seu crescimento em Belém a partir da ampliação do número de bancos e seguradoras. Vale destacar que ainda na década de 80, temos a fundação, na capital do Banco do Pará, do Banco de Belém e o fortalecimento do Banco do Comércio. Nessa mesma década, implementam-se sete novas firmas seguradoras. No ano de 1900, cerca de 20% dos inventários de famílias proprietárias continham investimentos em ações de firmas e bancos. Figuravam nesse grupo donos de seringais, proprietários de firmas de avia-

⁸ *CMA/UFGA*. Inventário Ambrósio Henriques da Silva Pombo, 1893.

mento, donos de indústria, donos de fazendas de criação de gado e proprietários de engenho. Entretanto, a despeito da grande quantidade dessas pessoas possuírem legados volumosos, encontrei 32 inventários de pessoas que possuíam pequenos valores a serem partilhados, que também fizeram algum investimento na compra de ações. Nesse grupo destacavam-se militares, funcionários públicos, profissionais liberais e proprietários de pequenas firmas comerciais.

O reflexo da influência dessas novas formas de investimento no perfil e volume dos bens e dos signos de riqueza das pessoas à época pode também ser observado no item *seguro de vida*. Entre as décadas de 1870 e 1880, esse investimento não apareceu na partilha dos inventários levantados. Entretanto, ele estava presente em 4,5% dos inventários arrolados para a década de 1890, multiplicando em 1900 e 1910, para 9,5% e 8,5%, respectivamente.⁹

Juntamente com as ações e seguros de vida, a compra de imóveis em áreas urbanas centrais e da periferia da cidade cresce no patrimônio das famílias, sendo este um dos investimentos mais requisitados pela elite local. Em pouco mais de 50% dos inventários deste período, foi comum encontrar o arrolamento de várias casas e terrenos de diferentes dimensões e qualidade, nos autos inventariais, particularmente aquelas descritas como “casas de porta e janela”, ou “casas de ¼”, como aparecem nos documentos. Isto, de certa forma, reitera a ideia de que a compra desses imóveis era realizada para efeito de investimento, servindo como fonte de renda a partir da venda e/ou cobrança de aluguéis. Em uma cidade que crescia com a intensa migração não é de se estranhar o valor dado a este tipo de aplicação, tendo em conta a grande procura por casas e prédios.

Um dos fatos que caracteriza a compra de imóveis, para fins de investimento imobiliário, era a compra destes bens em áreas distantes dos bairros mais tradicionais de Belém. Ou ainda, em áreas recém-ocupadas, como as ruas do *Marco*, do *Umarizal*, do *Jurunas* e da *rua grande da Pedreira*. Essa situação pode ser encontrada no inventário do médico José da Gama Malcher, que por diversas vezes foi vereador na câmara municipal de Belém, além de intendente da cidade na década de 1890. Quando de suas funções administrativas, “rasgou as estradas, hoje avenidas povoadas, dos bairros Batista Campos, São João, Umarizal, até o perímetro entre Nazaré e o cemitério de Santa Izabel: prolongou a travessa São Matheus até a baía do Guajará e a Doca de Souza Franco, além do bairro do Reducto”.¹⁰ Ao falecer, em 1882, José Malcher possuía dois sobrados em uma das principais

⁹ CMA/UFPA. Inventários.

¹⁰ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986, pp. 92-93.

artérias da cidade, a rua do Imperador, onde deveria morar com a família, e diversos terrenos e casas, próximos às ruas acima descritas que José Malcher “ajudou a rasgar” na cidade.¹¹ Muitos deles estavam localizados no bairro denominado *Jurunas*, pouco urbanizado e formado por casas de madeira e palha.

Poderiam ser citados vários inventários de pessoas que possuíam casas e terrenos nas ruas recém-cortadas da cidade. No entanto, o inventário acima deixa bem claro o caráter de investimento desses imóveis pela elite belenense, priorizando os bairros mais distantes, sem muita infraestrutura e de povoamento hodierno.

A compra de imóveis pode também ser entendida dentro do contexto da situação oscilante e frágil da economia local. É importante lembrar que, no final do século XIX, a praça de Belém vivenciava a crise do sistema bancário, havendo dificuldade em depositar dinheiro nessas instituições financeiras. O desembargador Napoleão Oliveira, ao solicitar a utilização do dinheiro do inventário de seu sogro, o fazendeiro Antonio Theodomiro Ferreira Penna, para a compra de imóveis, argumenta que não tem onde aplicar a herança, pois

suspensos os pagamentos dos bancos não os quis depositar nestes, entregando-os aos azares da crise que actualmente assola a praça comercial desta capital... o supplente vem pedir a V.Sa. se digne conceder alvará de autorização para... applicá-lo em Hypothecas de prédios e terrenos de reconhecida valorização e sitos nesta capital a juros razoáveis.¹²

Os imóveis se configuravam, dessa forma, na alternativa mais viável de investimento do período, tendo em vista as oscilações do sistema de crédito bancário, que gerava desconfiança entre os proprietários.

Com isso, encerro a descrição do perfil e das transformações da fortuna dos indivíduos, a partir dos legados encontrados para Belém, ao longo das décadas de 1870 a 1920. Tentei evidenciar de que forma novos tipos de bens como imóveis, ações, terras com seringais e firmas comerciais/casas de aviação ganharam espaço nos *portfolios* das famílias, antes marcados pela posse de terras, escravos e gado. Isto reflete a influência das mudanças socioeconômicas proporcionadas pelo comércio da borracha, nos investimentos e na configuração da riqueza.

¹¹ CMA/UFPA. Inventário José da Gama Malcher, 1882.

¹² CMA/UFPA. Inventário Antonio Theodomiro Ferreira Penna, 1899.

CASAMENTO E FAMÍLIAS

Como já mencionei anteriormente esse período marca o incremento da produção gomífera e do setor de comércio. Boa parte dos indivíduos ligados a estes investimentos comerciais possuía nacionalidade estrangeira, embora tenha encontrado um número significativo de comerciantes nacionais vindos de outros estados brasileiros. Contudo, os portugueses, ou filhos de portugueses naturalizados, destacavam-se no comércio local, em particular nas casas de aviação. Pessoas recém-chegadas à capital, sem tradição ou nome de família, mas com renda e propriedade. Alguns fizeram fortuna no Estado, outros já vieram com algum recurso de seus locais de origem. Seus negócios estavam, de alguma forma, ligados à produção da borracha, ou foram por ela incentivados em função da intensificação comercial e da demanda gerada pela maior circulação de pessoas e liquidez econômica.

Embora a fortuna lhes abrisse a possibilidade de participação no universo restrito da elite paraense, nem sempre ela era garantia de prestígio e reconhecimento. Fazia-se necessário aliar à riqueza outros fatores como nome e tradição familiar, o que poderia ser alcançado através de alianças comerciais e conjugais com membros das famílias locais. É sempre bom lembrar que para fazer parte dos grupos de elite não é necessário apenas possuir bens e dinheiro. Deve-se aliar a essas prerrogativas a capacidade de mostrar-se e ser reconhecido como pertencente a uma determinada classe social, ter um *status* diferenciado. Elementos como comportamento, modos de falar, relacionamentos estabelecidos, roupas, educação e estilos de moradia constituem-se em alguns dos predicados que expressam a forma pela qual as pessoas se reconhecem na sociedade, determinam seu lugar, o qual deve não apenas ser mapeado por si, mas também pelos demais. Essa espécie de capital simbólico ou de mitificação de uma espécie de *bom gosto* ou *dom*, que nos fala Bourdieu¹³, é tão fundamental quanto o conjunto de bens e riqueza mantidos pelos indivíduos. A origem e a trajetória familiar também se constituem em critérios fundamentais de pertencimento e de distinção dos grupos de elite. Os recursos e o nome da família são importantes para se definir a posição na hierarquia social; todavia, não menos importantes são as alianças de amizade e de afinidade constituídas pela parentela, formando uma rede de influência e de poder.

É nesse contexto que se deve entender as alianças matrimoniais em meio aos grupos da elite local, onde se tem casamentos envolvendo indivíduos com re-

¹³ BOURDIEU, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 66.

curtos, mas sem tradição familiar, com pessoas advindas de antigas linhagens de proprietários paraenses. Estas famílias ligadas a terra e ao gado, podiam se abrir à novas atividades e negócios a partir de alianças matrimoniais.

Assim como os Pombo, anteriormente referidos, muitas famílias tiveram que flexibilizar suas atividades econômicas e, de alguma forma, para algumas delas, as alianças matrimoniais significaram a possibilidade de reestruturação do patrimônio, ou ainda, no caso daqueles com fortunas abaladas, a possibilidade dos descendentes conseguirem manter o padrão de riqueza e prestígio, através do dinheiro de comerciantes sem tradição e *status* social, mas com negócios rentáveis.

É importante neste ponto que se matize a trajetória deste grupo de comerciantes. É bem verdade que, com o crescimento da produção gomífera, houve o aumento no grupo de migrantes para a capital, com destaque para os estrangeiros que abriram novos negócios no Estado. Contudo, esse deslocamento não se deu apenas no momento de auge daquela produção, podendo ser encontrada a instalação de várias famílias de comerciantes em Belém, ainda na primeira metade do século XIX. Nomes como La Rocque, Castro e Costa destacavam-se na sociedade paraense do início dos oitocentos, com negócios direcionados preferencialmente para o comércio de mercadorias em geral, e da borracha, em particular. Mesmo alguns membros dessas famílias, pelo tempo em que se encontravam na província, investiram também na aquisição de propriedades rurais, ampliando seu leque de atividades, assim como na formação profissional de seus filhos, o que permitiu com que, já na segunda metade do século XIX, eles fossem reconhecidos na sociedade local por atividades que extrapolavam o âmbito do comércio.¹⁴

É nesse universo de uma elite proprietária de terra e gado, e ainda, comerciantes há mais tempo instalados na capital, que os recém-chegados homens de negócio vão estabelecer suas alianças, buscando associar à fortuna, o prestígio e o poder, critérios fundamentais para a ascensão na hierarquia social e a condição de pertencimento aos grupos de elite.

Para situar estas alianças, destaco o exemplo do matrimônio de João Gualberto da Costa Cunha e Anna Cândida *Malcher* Cunha.

Maranhense de ascendência portuguesa, João Gualberto da Costa Cunha nasceu em 1844. Membro de uma importante e rica família de comerciantes daquela província, recebeu o nome homônimo de seu avô português que

¹⁴ Sobre as famílias e suas riquezas ao longo do século XIX, ver: MARIN, Rosa Acevedo. "As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX". *Revista Estudos Econômicos*. nº 15 (1985), p. 153-167. BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850- c.1870*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2004.

chegara ao Maranhão ainda no início do século XIX, onde recebera a insígnia de comendador. Uma vez em Belém, João Gualberto tornou-se um dos maiores comerciantes locais, participando de uma das firmas de aviamento mais importantes da cidade a “Darlindo Rocha & Companhia”.¹⁵

Participou, ainda, da instituição e publicidade do Banco Emissor. Casou-se com Anna Cândida Malcher Cunha, filha de uma família de proprietários de terras concedidas por sesmarias. Seu pai, José da Gama Malcher, era médico, tendo ocupado diversos cargos na administração da província, como o de vereança, chegando mesmo a ser, durante muitos anos, intendente de Belém. Vê-se assim de que forma um migrante maranhense pertencente a uma rica família de origem portuguesa, casou-se com uma representante da elite local.

Na verdade, ao chegar ao Pará, João Gualberto não estava sozinho. Seu tio, Francisco Gaudêncio da Costa, irmão de sua mãe, era um rico comerciante instalado em Belém desde a primeira metade dos oitocentos. Francisco era casado com a paraense Carlota Pombo Brício, sobrinha de um dos maiores pecuaristas do Pará, Ambrozio Henrique da Silva Pombo, já aqui citado. Carlota era também irmã de Maria Pombo Brício, casada com o Barão do Marajó, José Coelho da Gama e Abreu, que foi presidente da província do Pará, em 1879.

Esses dados deixam claro como membros de duas gerações de uma mesma linhagem de comerciantes vindos de fora da província o português Francisco, e o maranhense, com ascendência portuguesa, João Gualberto, casaram-se com mulheres de famílias tradicionais paraenses, proprietárias de terra, firmas comerciais e com grande influência na política local; afinal, a cunhada de Francisco fora casada com um presidente de província, e seu sobrinho, João Gualberto, casou-se com a filha de um intendente da capital paraense.

O poder e o patrimônio de um genro bem-sucedido poderiam vir a tornar-se um fator importante para conseguir ou fortalecer cargos administrativos e funções políticas, da mesma forma que ter um sogro ou cunhado com influência política poderia abrir portas a novas atividades, mercados e favores que potencializassem os negócios. Tratava-se, portanto, de uma via de mão dupla, onde os interesses da elite local se coadunavam com o dos comerciantes estrangeiros, que se tornam um grupo cada vez mais nítido e numeroso, ampliando suas fortunas, relações de poder e organização política.

¹⁵ *CMA/UFPA*. Cartório Odon Rhosard, 1908.

Através dessas alianças as famílias fortificavam o patrimônio e ampliavam a rede de influência política, o que, particularmente para os migrantes, poderia tornar-se um elemento importante de integração à sociedade e aos espaços de sociabilidade da elite local.

DOTES E CONTRATOS NUPCIAIS

Passo agora a analisar alguns contratos de dotação nupcial que encontrei nos inventários pesquisados, e que vão ser discutidos no sentido de compreender melhor o perfil das alianças matrimoniais dos grupos de elite. Contudo, antes é necessário se entender um pouco mais acerca da legislação que envolvia esses contratos, começando por enfatizar que o sistema de casamento português, atualizado no Brasil, estabelecia a comunhão total de bens, que poderia não ser adotada pelo casal, sendo, nesses casos, necessário assinar uma escritura de contrato antenupcial.

Em meio aos inventários, encontrei 15 casais que estabeleceram escrituras de contrato antenupciais, sendo as mais comuns aquelas que determinavam a separação total de bens seguida de disposição dotal. Isso significa dizer que os bens do casal ficavam incomunicáveis, ou seja, tudo aquilo que por herança, doação, legado, enfim, qualquer aquisição gratuita ou onerosa que os cônjuges viessem a receber, não poderia ser partilhada pelo(a) viúvo(a). E, ainda, pela disposição dotal, os bens da noiva já existentes ou adquiridos durante a vigência do matrimônio, gozariam de todos os privilégios de um dote, entre eles, o fato de voltar aos seus ascendentes ou tutores, no caso de falecimento ou separação. Como, na maioria das vezes, eram os pais ou tutores que doavam à mulher os bens com os quais ela entrava no casamento, ficava assim assegurada a possibilidade de retorno do benefício se algo ocorresse, como uma separação ou ausência de herdeiros.

Esse acordo incluía, da mesma forma, o privilégio dos bens serem inalienáveis, o que significa dizer que:

não ficarão sujeitos a pagamentos de dívidas contrahidas antes ou depois do matrimonio ainda que ella para isso tenha emprestado sua outorga e assignatura porque dado tal caso desde já reclama como constringida e por obediência a seu marido.¹⁶

O esposo poderia ter o usufruto e a administração dos bens que a noiva trazia para o casamento, porém não poderia deles tomar posse. Nem,

¹⁶ *CMA/UFPA*. Escritura antenupcial de Leonardo José da Silva e Maria José de Azevedo Portal. Inventário Leonardo José da Silva, 1899.

tampouco, deles fazer uso para pagamento de dívidas e empréstimos contraidos, evitando assim que o patrimônio da família ascendente da noiva fosse prejudicado pelos reveses dos negócios do marido.

Nesses contratos de separação de bens e dote, o noivo também podia dotar a noiva, e isso ocorria com certa frequência nos acordos. Nestes casos, o valor ou bem dotado gozava dos mesmos privilégios dos bens que ela, esposa, trazia para o casamento.

De forma sintética, as disposições acima apontadas transformavam em regime dotal todo e qualquer bem que a mulher conduzia para o casamento e aqueles que ela recebia do marido sob forma de dote. Essas determinações fazem pensar que: os contratos matrimoniais pré-nupciais visavam claramente a proteger os bens de cada um dos cônjuges dos direitos do outro cônjuge dentro do sistema de comunhão de bens. Assim é possível que os contratos reflitam a desigualdade econômica inicial entre os cônjuges.¹⁷

Ou seja, no caso de casamentos assimétricos, o cônjuge com maior fortuna usava o regime de separação de bens como forma de preservação e garantia do patrimônio individual e familiar. Quando esta situação cabia à mulher, seus bens não poderiam ser possuídos pelo marido, apenas administrados. No caso de ser o esposo o cônjuge de maior fortuna, ele legava à mulher apenas o dote concedido ao casar, ficando esta sem direito a outros bens do casal no momento da partilha, salvo disposição testamentária em contrário.

Dos 15 contratos levantados, um pouco mais da metade deles envolvia indivíduos estrangeiros, mais especificamente portugueses, havendo apenas um dentre eles que era de nacionalidade francesa. Em meio aos estrangeiros, todos eram comerciantes com fortunas que poderiam variar em torno de 100 a 300 contos de réis, havendo um único caso de um comerciante cujo monte-mor alcançou a faixa dos 800 contos de réis. Pelo valor médio dos legados posso aferir que as pessoas que procuravam esse tipo de acordo, embora tivessem recursos, nem sempre possuíam somas volumosas ou eram necessariamente grandes proprietários. Destarte, o fato de serem estrangeiros diz muito acerca desta prática pois se de um lado, isto poderia apontar para a familiaridade desses indivíduos com este tipo de contrato em seus locais de origem, de outro, poderia significar uma forma de as famílias preservarem seu patrimônio, contra as revelias do negócio de um genro sem tradição familiar.¹⁸

¹⁷ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulher, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.232.

¹⁸ Dentre os casais que adotaram a separação dos bens e dotação, encontrei apenas um caso de pro-

É interessante observar que a maior parte dos documentos cotejados foram contratados no século XIX, sendo verificado apenas um para o século XX, datado de 1912. Por sua vez, os dotes estabelecidos pelos maridos variavam em valor, mas todos eles ficaram em torno de 10 a 30 contos de réis, quantias pouco volumosas para o montante dos valores arrolados nos inventários. Basta citar o exemplo do comerciante português Bento Rabello de Andrade, que dotou sua esposa, Emilia *La Roque*, em 20 contos de réis, no ano de 1875, um valor que não chega a alcançar nem 3% do seu patrimônio avaliado em cerca de 818 contos de réis quando de seu falecimento.¹⁹

Esses dados, de alguma forma, corroboram os argumentos de Nazzari sobre a decadência do dote na sociedade brasileira, onde cada vez diminuía mais o número de famílias e maridos que dotavam suas filhas e esposas, respectivamente; assim como se verifica a queda no valor do dote concedido, o que se justifica pelo crescimento do individualismo e a separação entre família e negócio.

Em geral, o dote era feito em moeda, não se encontrando casos em que o marido dotava a esposa através de bens imobiliários ou títulos. Quando a esposa se dotava, ou por outra, atribuía aos bens que trazia para o casamento os privilégios do regime dotal, esses bens, frequentemente, encerravam casas, terrenos e, menos regularmente, ações e títulos.

Em alguns casos, o contrato previa a quebra da incomunicabilidade dos bens, se o casal viesse a ter filhos. É o caso da escritura assinada, em 1886, pelo português Julio Lambert Pereira, 31 anos de idade, e a paraense Olívia Pereira da Motta, de 21 anos de idade. Nela os cônjuges asseguram que, “se houver filhos ou filhas de seu matrimônio, por morte de um dos cônjuges, haverá perfeita comunhão de bens, pertencendo metade do monte ao cônjuge sobrevivente e a outra metade ao filho ou filhos existentes”.²⁰ E, de fato, ao falecer no ano de 1913, Olívia ficou com a metade do legado do marido, enquanto seus cinco filhos herdaram a outra metade.

Do que foi exposto, concluo que a maior parte das escrituras de contrato antenupcial pautava-se na separação total dos bens e de dote, sendo que alguns acordos acenavam com a possibilidade de haver a comunhão dos bens, no caso da existência de filhos. O número de estrangeiros, em particular, portugueses, casados com mulheres brasileiras, ou mesmo com suas conterrâneas, foi mais significativo

prietário de terra e criador de gado. Nesta condição encontravam-se José Teixeira e Irene Góes, que se constituíam também, em um, dos três únicos casais paraenses a estabelecer o contrato *antenupcial* de casamento.

¹⁹ CMA/UFPA. Inventário Bento Rabello de Andrade, 1900.

²⁰ CMA/UFPA. Escritura de contrato Antenupcial. Inventário Julio Lambert Pereira, 1913.

dentre os casais que assinaram esses contratos. Como, em boa parte, eles eram proprietários que tinham no comércio sua principal fonte de renda, fica sugerida a possibilidade disso se constituir em uma estratégia de manutenção do patrimônio da família da noiva, que, dessa maneira, ficava a salvo dos reveses da economia e dos negócios do esposo. Por outro lado, nos casamentos em que não prevalecia a simetria de riqueza e prestígio, esses acordos podiam significar uma tentativa de assegurar a manutenção do patrimônio por parte do cônjuge de maior fortuna, resguardando seus bens de possíveis separações ou uniões sem prole.

Com isto, encerro este trabalho onde procurei analisar as famílias de elite da capital paraense, observando seu perfil de riqueza, as alianças matrimoniais estabelecidas e os contratos de dotação realizados, num momento de intensa mudança impulsionada pela economia da borracha. Desta forma, acredito ter destacado a relação bastante próxima das articulações econômicas com o casamento, assim como, as diferenças internas do que chamei aqui de famílias de elite, particularmente no que diz respeito à origem, a renda e ao prestígio, cuja assimetria os contratos de dotação expuseram mais claramente. Espero, deste modo, ter mostrado de que maneira o estudo das relações familiares e do casamento pode ajudar a trazer um novo olhar sobre a economia da borracha, assim como, a configuração econômica pode ser importante à compreensão dos arranjos matrimoniais. A História da Família torna-se assim, um recorte importante para a análise da época estudada, atraindo novas perspectivas de olhar a Belém da dita *belle époque*.

Capítulo 14



Aldrin Moura de Figueiredo

Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20

Uma semana depois dos festejos da independência em 1923, ano em que o Pará comemorava o centenário de sua “adesão” ao Império do Brasil, os círculos intelectuais de Belém viram nascer mais um magazine literário. A revista apareceu reclamando uma novidade: o modernismo nas artes. Com uma alcunha sugestiva, *Belém Nova* parecia contrapor-se a tudo que já havia ocorrido no campo das artes paraenses. O assunto percorria o que à época chamava-se mundanismo, capturado sob diversos ângulos e diferentes linguagens visuais – da fotografia à crônica, da pintura ao cinema, do teatro à poesia. Nomes respeitáveis não faltaram no primeiro número da revista. Mas se a proposta da ilustrada era nova, muitos de seus colaboradores já haviam passado há muito dos verdes anos. Velhos conhecidos na imprensa da capital do Pará, como José Simões; veneráveis acadêmicos como Severino Silva, o “príncipe dos poetas paraenses”; famosos e temidos lentes de gramática, como o professor Carlos Nascimento, todos estavam ali para pôr em suspeição o modernismo do periódico. Entremeando esses nomes, no entanto, estavam outros menos conhecidos, alguns completamente ignorados pela maioria de seus futuros leitores. Entre os tais, alguns confrades de uma recém-criada sociedade literária, aparecida em 1921, com o nome de *Associação dos Novos*: Ernani Vieira, Abgvar

Bastos, Jacques Flores, Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro e o próprio diretor da revista, Bruno de Menezes (1893-1963), dispunham-se entre os estreantes.

Enquanto Severino Silva escrevia um “pórtico”, à guisa de apresentação do magazine, justificando a nobreza de ideais da juventude paraense, Abguar Bastos criticava a hipocrisia e o excessivo moralismo social, em almas que plagiavam valores alienígenas. Ao mesmo tempo em que Carlos Nascimento publicava, ainda nos ecos da efeméride da independência, um soneto em alusão à “Terra Mater”, De Campos Ribeiro comentava numa bela crônica o acontecido “à margem de uma vespéral artística”, aproveitando para denunciar “a vulgaridade cabotina dos medíocres”, dos artistas que viviam de sua própria efígie.¹ Certamente havia algo de explicitamente novo naquela revista. Um longo percurso nas artes amazônicas parecia concluir-se ali, num trajeto que começou antes, muito antes. No Pará, a história inventou o modernismo e, certamente, o modernismo criou uma certa leitura da história da nação. Se no princípio foi necessário pintar um novo passado amazônico, como na tela inaugural de Theodoro Braga, e com isso firmar uma nova interpretação da Amazônia na história do país, nos anos seguintes, foi imprescindível estabelecer os contornos políticos desse movimento intelectual, no intenso cotidiano de festas e datas cívicas revestidas de cunho literário. O modernismo amazônico, vale dizer, se configurou no rescaldo de tudo isso, com o aprendizado e a indignação dos novos letrados locais.

Nas cinzas dos festejos do centenário da independência no Pará, em 1922 e 1923, ficaram as histórias da história paraense. Os intelectuais que militavam entre os “novos” utilizaram-se da efeméride para tentar imprimir novos significados para as legendas pátrias.² Das contendas em torno do conceito da adesão do Pará ao Império do Brasil conservou-se, mais do que tudo, o seu valor heurístico, agora crivado por uma nova ideia de contato entre o Norte e o Sul do Brasil. A independência política passou afinal por um processo de tradução para o campo literário. O Rio de Janeiro, corte de outrora, deu lugar a São Paulo, que buscava ser o centro do presente. A aparente antinomia na atuação dos literatos locais revelou de fato a ambiguidade do modernismo dos anos 20 por plagas amazônicas. Era hora de rever a história do antigo Grão-Pará, forjada à distância da trajetória brasileira, do mesmo modo que se deveriam estabelecer contatos no âmbito da literatura, das artes, dos

¹ DE CAMPOS RIBEIRO, José Sampaio. “À margem de uma vespéral artística”. *Belém Nova*, nº 1, 19 de setembro de 1923.

² Sobre os festejos da Independência, ver também MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992, e ALBUQUERQUE, Wlamira. *Algazarras nas ruas: comemorações da Independência na Bahia, 1889-1923*. Campinas: EdUnicamp/Cecult, 1999.

costumes do cotidiano. A década de 1820 acabou se tornando uma espécie de mito de origem para um novo projeto de nação, agora retomado cem anos depois, não mais apenas numa perspectiva política, mas sobretudo literária. Enquanto isso, nos anos de 1920, de modo análogo, os literatos paraenses também se aproximaram do Brasil, aderindo, conflitando e, ao mesmo tempo, propondo a construção de uma nova identidade nacional, enquadrada sob o ângulo do Norte.

Foi, sem nenhuma dúvida, exemplar que a primeira publicação coletiva dos jovens literatos paraenses, antes do aparecimento de *Belém Nova*, tenha sido feita justamente em homenagem ao centenário da independência. O livrinho *Os novos e o centenário: verso e reverso* saiu do prelo em 1922, com 31 poemas escolhidos entre os membros da *Associação dos Novos*.³ Entre os jovens, Ernani Vieira tomou a si a responsabilidade de abrir o volume com um soneto alusivo à data – *Auri-verde-safírico pendão*, retomando a velha fórmula republicana da bandeira como símbolo da pátria, monumento da nacionalidade.

Vê, admira, repara: ali vibra em renovo,
a flora, o fruto e o céu, e o lema de uma Pátria,
e mais, e muito mais: o coração de um Povo!.⁴

O tom parnasiano dos versos, mais do que fórmula estilística, representava ainda o melhor canal para descrição da grandeza do país, na linha palavrosa e retumbante do cânone. Tanto isto foi certo, que os demais poetas estiveram livres para versejar sobre os temas mais diversos, todos aparentemente alheios ao sentido da ocasião. Diferentemente do que acontecia no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, ou mesmo nas sessões da Academia Paraense de Letras, que tinha como confrades praticamente os mesmos nomes daquele instituto, os moços da *Associação dos Novos* já anunciavam seu desejo de liberdade intelectual e exercício pleno da poesia. A princípio, as impressões foram as melhores entre os velhos letrados da terra, certamente endossadas pelo ar cívico da homenagem de 22. Ignacio Moura, por exemplo, aquele mesmo que havia presidido a comissão dos festejos do tricentenário de Belém, em 1916, esteve em visita à Associação, publicando em jornal uma cuidadosa observação da nova sociedade. O eco entre os jovens foi tamanho que o texto acabou servindo de prefácio ao livro. “To-

³ Colaboraram nessa publicação, Ernani Vieira, A. Ribeiro de Castro, José Sampaio De Campos Ribeiro, Paulo de Oliveira, J. Rocha Júnior, Mário Plátilha, Farias Gama, Raymundo Nonnato, Bruno de Menezes, Luiz Moraes, David Gervásio, João Mesquita, Muniz Barreto, Clóvis de Gusmão, Brites Motta, Pedro Lisboa, Eurico Fernandes e Gabriel Lage.

⁴ VIEIRA, Ernani. “Auri-verde-safírico pendão”. In: *Os novos e o centenário: verso e reverso*. Belém: Associação dos Novos, 1922, p. 5.

mamos à *Folha do Norte* o brilhante suelto abaixo, no qual o velho mestre Dr. Ignacio Moura, descreve a sua visita a nossa humilde sede. Honra-nos abrimos as páginas de prosa, com este trabalho do sábio paraense”, escreve Farias Gama, o presidente da sociedade e responsável pela edição.⁵

Mais do que o texto de Ignacio Moura, é o significado de sua visita o mais importante a ser comentado aqui, pois representava como que um retrato muito fiel das origens e da formação do modernismo na Amazônia – o aspecto por vezes conciliador entre as gerações intelectuais, entre o presente e o passado. Não era sem sentido que José Eustachio de Azevedo, contemporâneo de Ignacio Moura, afirmou, ainda em 1922, que os *Novos* eram “dignos sucessores das últimas camadas de intelectuais que se foram, herdando-lhes toda a pujança de espírito e todos os ideais falazes daqueles vencidos da vida”.⁶ O encontro dos jovens com os velhos ainda dava-se à moda do século XIX e do sarau literário. Ignacio Moura lembrava a fluência dos mancebos:

Ernani Vieira, em castigados alexandrinos, descreveu um velho castelo, onde morava a Afeição, a Esperança e a Tristeza; De Campos Ribeiro, Abguar Bastos, Paulo de Oliveira, A. Ribeiro de Castro, Clóvis de Gusmão, Lauro Paredes, Mario Platilha e tantos outros, que por maior encanto do meu espírito já esqueci os nomes, transformaram aquela velha casa em resplandecente Tabor.⁷

De “convívio de Musas” à “morada de fadas”, os epítetos variavam guardando o mesmo sentido. A diversidade, embora tênue, ficava por conta das performances individuais que não mereceram o comentário mais cuidadoso do velho Ignacio Moura. Paulo de Oliveira começava enveredar pelo campo existencial e filosófico⁸; De Campos Ribeiro viajava literalmente pelos estrangeirismos⁹ e, uma moça, única entre os poetas, chamada Brites Motta, relia as angústias e sentimentos femininos.¹⁰ A temática do nacional, da efeméride

⁵ *Os novos e o centenário*, 1922, p. 2.

⁶ AZEVEDO, José Eustachio de. *Literatura paraense*. 2a edição. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1943 [1922], p. 151.

⁷ *Os novos e o centenário*, 1922, p. 3. Referência ao Monte Tabor, uma alta colina da Galiléia. Muitos acreditam que foi no topo deste monte que, segundo os Evangelhos, teria ocorrido a transfiguração de Jesus Cristo, sendo por isso considerado como um dos lugares místicos do Cristianismo, ligado ao culto da Transfiguração, particularmente reverenciado pelas igrejas orientais, nomeadamente pela Igreja Ortodoxa Grega.

⁸ OLIVEIRA, Paulo de. “Corpo” e “Super Omnia”. In: *Os novos e o centenário*, p. 10 e 16 (respectivamente).

⁹ DE CAMPOS RIBEIRO. “Postal” e “For ever!”. In: *Os novos e o centenário*, p. 9 e 12-13 (respectivamente).

¹⁰ MOTTA, Brites. “Renuncia Suprema” e “Último sonho”. In: *Os novos e o centenário*, pp. 32 e 37 (respectivamente).

pátria, do elogio cívico era apenas mais um entre os assuntos cultivados, como em “Olhando a minha Pátria”, de Antonio Ribeiro de Castro¹¹, ou em “A mãe seringueira”, de Farias Gama, no qual a Amazônia e o seu símbolo máximo à época acabaram por sintetizar a nação.¹²

Mas afinal o que diferenciava esses jovens em relação aos velhos? Longe de ser apenas uma questão etária, havia o tópico da identidade intelectual em questão. Os rapazes não apenas se diziam “novos”, mas eram identificados politicamente como tais. Diferentemente do que se viu nas décadas anteriores, o gosto pelo passado estava perdendo espaço para uma outra leitura da história, muito mais vinculada ao tempo presente. E o que é mais interessante é que a mudança no eixo interpretativo desses literatos se deu exatamente na experiência de reificação do passado, na eleição e edificação das efemérides, poliantéias e datas cívicas. A construção imagética e historiográfica da *Belém Velha*, que tinha sido o fundamento máximo da geração de Theodoro Braga, perdia lugar para a construção de uma *Belém Nova*, simbolizada exemplarmente no título do magazine homônimo, festejado já à época como embrião da nova geração moderna do Pará.¹³ Além de juntar *novos* e *velhos* numa ambiciosa empresa literária, a revista contou com a colaboração e o trânsito de literatos oriundos de outros estados, especialmente do Amazonas, Maranhão, Rio de Grande do Norte e Pernambuco, sinalizando para uma das principais preocupações dos escritores locais: o nacional e o regional na literatura brasileira. Num dos primeiros números da revista, Bruno de Menezes e Abguar Bastos expuseram, em manifestos, essa inquietação nortista. Bruno chamava de “reação necessária” o movimento que ocorria de “norte a sul” numa espécie de “endosse de concepção e sentimento, revolucionando as artes e as letras”. Mais adiante, reconhecia o papel da “bizarra Paulicéia” como a “sede” onde pontificava uma “plêiade de reformadores” – encorajados por Monteiro Lobato e pelo editor Fernão Dias Pais Leme. Em São Paulo, afinal, existia um dos centros que irradiava novidade pelo país afora, não mais que isto. O “Sul” sim, este representava um ente político que ignorava solenemente a literatura do “Norte”.¹⁴ Abguar Bastos afirmava, no mesmo número da revista: “O Sul, propositadamente, se esquece de nós”. Clamando aos colegas que se unissem pela liberdade das letras amazônicas, provocava os brios paraenses: “a literatura equatorial é uma história de mitologia que se anda a contar nos corredores da Academia Brasileira”. Portanto era urgente

¹¹ CASTRO, A. Ribeiro de. “Olhando a minha Pátria, maio-9-1922”. In: *Os novos e o centenário*, p. 17.

¹² FARIAS GAMA. “A mãe seringueira”. In: *Os novos e o centenário*, pp. 43-45.

¹³ BASTOS, Abguar. “À geração que surge”. *Belém Nova*, nº 5, 10 de novembro de 1923.

¹⁴ MENEZES, Bruno de. “Uma reação necessária”. *Belém Nova*, nº 5. Belém, 10 de novembro de 1923.

uma nova independência: “criemos a Academia Brasileira do Norte!”, bradava o poeta. E concluía, endossando um dos propósitos de *Belém Nova*: “que Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão e Amazonas, se unam, se fraternizem para o apoio da nossa Renascença!”, e mais: “que o intercâmbio entre esses Estados seja um fato nacional!”.¹⁵

Independência e adesão, bem entendido, fazem parte de um mesmo jogo político no interior das genealogias intelectuais. Era necessário aderir ao grito de renovação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se fundamental manter a independência da hegemonia sulista. Na década de 1920, as ideias de bairrismo, regionalismo e nacionalismo ganharam uma politização conceitual nunca vista por essas bandas.¹⁶ Ao lado disto, os literatos passaram a enfatizar cada vez mais em seus ensaios, crônicas e editoriais a questão da constituição de um *centro* e das várias *periferias* como um dos principais problemas na literatura e nas artes brasileiras. Na verdade, esse questionamento convivia com um outro: os literatos paraenses não estavam mais seguindo o mesmo itinerário intelectual dos fins do século XIX, procurando espaço entre aqueles que militavam na capital da República. Quando em vez, as revistas lembravam de alguns nomes, como José Veríssimo (1857-1916) ou Inglês de Souza (1853-1918), que haviam feito esse percurso em busca de um reconhecimento maior. Mas agora a situação parecia muito diferente. Não era possível que, do ponto de vista intelectual, um velho quadro político brasileiro estivesse desmoronando. Era mesmo estarrecedor assistir a antiga corte imperial e depois capital de República perdendo o espaço de vitrine intelectual do país para uma “província” como São Paulo.¹⁷

Por mais que as notícias dos sucessos alcançados pela “metrópole do café” chegassem às redações paraenses, os articulistas continuavam cheios de reservas. A situação, porém, era muito ambígua. Apesar de críticos da centralização cultural, os literatos não somente conviviam com essa realidade como também reificavam a existência de um ponto de propagação e convergência de todas as vanguardas artísticas nacionais. Em 1923, o escritor Carlos Leão analisando o

¹⁵ BASTOS. “À geração que surge”.

¹⁶ O problema do regionalismo teve enorme repercussão praticamente em todos os Estados do Norte e do Nordeste, em especial em Pernambuco, onde Gilberto Freyre destacou-se na crítica à pretensa hegemonia cultural e intelectual de São Paulo sobre o resto do país. Cf. FREYRE, Gilberto. “A propósito de paulistas”. In: Problemas brasileiros de antropologia. Rio de Janeiro: CEB, 1943, pp.76-133. Sobre o contexto desse debate, ver AZEVEDO, Neroaldo. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

¹⁷ Essa também era uma questão para os literatos paulistas das primeiras décadas do século, mas obviamente lida de outro modo. Cf. CAMARGOS, Marcia. “São Paulo: província ou metrópole?”. In: *Villa Kyrial*: crônica da belle-époque paulistana. São Paulo: Senac, 2001, p. 32-35.

problema econômico vivido pelo Pará com o declínio da borracha, afirmava que estava em São Paulo o melhor exemplo para se driblar a crise, pois o estado além do café havia prosperado “com a policultura e a indústria”.¹⁸ De um campo a outro, os elogios continuavam no mesmo número da revista. Num poema-manifesto, o amazonense Francisco Galvão afirmava: “São Paulo está com as nossas ideias. *Klaxon* é um grito de revolta na amplidão”.¹⁹ Mas, não havia consenso sobre as boas intenções paulistas. Em 1922, alguns meses depois da Semana de Arte Moderna, Bianor Penalber, secretário da revista *A Semana*, ao registrar o lançamento do livro *O inconfidente*, do escritor pernambucano Zeferino Galvão, tecia elogios ao seu autor por ter, entre outros feitos, conseguido sucesso em São Paulo, já que, como todos sabiam, os paulistas eram “ciosos de que todas as glórias lhes pertençam”.²⁰ E, já que a discussão parecia interminável e insolúvel, cada canto do país teria que procurar seu próprio caminho. Dentre todos, o regionalismo foi, sem nenhuma dúvida o percurso mais procurado.

Ainda em 1923, a revista *Belém Nova* expunha em outro manifesto que, para lutar contra o “arcaísmo” e para fazer “predominar no Brasil uma outra Arte, isenta de modelos estrangeiros, livre de imitações escolásticas, independente no sentido lato da palavra”, era fundamental assumir o “regional” – principal abrigo da “vitalidade de uma raça”.²¹ No ano seguinte, Camillo Athayde, colaborador do magazine, constatava o alcance dessa perspectiva entre os literatos locais. Atestava que uma simples observação no meio intelectual da terra era capaz de assinalar o “grande movimento de reação” que se operava na “esfera da nossa literatura regional”. A vivacidade da imprensa e o aparecimento de publicações diversas pareciam demonstrar que “o ressurgimento das letras na Amazônia” era, afinal, “uma verdade incontestável”.²² Regional, regionalismo e regionalista serão a partir daí expressões polissêmicas, manipuladas com múltiplos significados, mas que guardavam um sentido comum quando se queria definir uma certa autenticidade à produção literária local. Símbolo do regionalismo paraense poderia ser inclusive um velho escritor passadista como Severino Silva, apontado, por Abgvar Bastos, como um “clássico” na poesia regional.²³ Noutra direção, o escritor Alfredo

¹⁸ LEÃO, Carlos. “Natureza Amazônica”. *Belém Nova*, nº 2. Belém, 30 de setembro de 1923.

¹⁹ GALVÃO, Francisco. “Manifesto da Belleza”. *Belém Nova*, nº 2. Belém, 30 de setembro de 1923.

²⁰ PENALBER, Bianor. “Nos domínios das letras”. *AS*, nº 229. Belém, 2 de setembro de 1922.

²¹ MENEZES “Uma reação necessária”. *Belém Nova*, nº 5. Belém, 10 de novembro de 1923.

²² ATHAYDE, Camillo. “O Pará literário e a geração moderna”. *Belém Nova*, nº 15. Belém, 31 de maio de 1924.

²³ BASTOS. “A poesia na terra das Amazonas”. *Belém Nova*, nº 2. Belém, 30 de setembro de 1923.

Ladislau, discípulo de Euclides da Cunha, apostava na existência de um “homem regional” que, como a natureza amazônica, parecia já fazer parte da “riqueza estética da paisagem”.²⁴ Havia ainda quem situasse a importância do regional no contexto nacional, como Bruno de Menezes, que, ao fazer um primeiro retrospecto das atividades de *Belém Nova*, acabou por construir uma visão idealizada do Sul do Brasil. Sustentava que nesses centros havia o hábito mais corrente da leitura, o que se refletia no “natural e louvável orgulho em valorizar as publicações regionais”, fruto de uma forte corrente intelectual, semeadora do bom gosto estético”. No Pará, entretanto, muitos ainda viviam “nédios, felizes, lendo apenas os matutinos e os libretos, por um princípio de boa e fácil digestão”. Mais adiante concluía: “estamos no momento em que mais nos preocupamos com as oscilações do câmbio, do que com letras de forma”.²⁵

O desdobramento dessa controvérsia sobre o regionalismo opôs pelo menos duas visões distintas: de um lado, um ponto de vista que, à época, foi qualificado de “paroquiano” por defender e apostar que a literatura era o bem maior de uma região, de uma “comunidade”, importando essencialmente a seus filhos e membros o conhecimento e identificação dessa realidade; de outro lado, punham-se os universalistas, apelidados de “cosmopolitas” por bradarem em favor da propagação da linguagem e dos costumes da Amazônia pelo mundo afora. No contexto dos anos de 1920, as duas tendências pareciam muito bem fundamentadas sob o ponto de vista político. A diferença nas interpretações explicava-se no próprio conceito de regionalismo. Para os primeiros, estava em jogo um caráter literário peculiar, baseado nas locuções tradicionais, que desvelava um problema de identidade regional, capaz de ser compreendido em sua totalidade apenas por quem partilhasse aqueles mesmos valores e experiências. Para os opositores dessa ideia, havia um outro ponto que superava essa interpretação: o “regional” só poderia de fato se afirmar em um contexto mais amplo – nacional ou mesmo “universal” – por contraposição, confronto e comparação. Ao buscar os representantes de tais correntes, reencontramos alguns nomes conhecidos: o velho José Eustachio de Azevedo e Jorge Hurley, mais moço, por exemplo, já vinham de uma antiga militância nas letras locais. A

²⁴ LADISLAU, Alfredo. “Psychologia dos lagos”. *Belém Nova*, nº 4. Belém, 31 de outubro de 1923. A obra mais importante desse autor foi *Terra immatura*. 2a edição revista. Belém: Livraria Clássica, 1925, cujos capítulos foram largamente reproduzidos na imprensa, em toda a década de 1920, mitificados como exemplos de uma interpretação do Brasil, a partir da Amazônia. Para uma leitura dos pressupostos de Alfredo Ladislau, vide CUNHA, Euclides da. *A margem da história*. Porto: Livraria Chardron, 1909 e RANGEL, Alberto. *O inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. Florença: Typ. Minerva, 1908; e RANGEL. *Sombras n'água: vidas e paisagens no Basil equatorial*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1913.

²⁵ MENEZES. “Pra frente!”. *Belém Nova*, nº 4. Belém, 31 de outubro de 1923.

seu lado, estavam outros, como o poeta Rocha Moreira, figura de proa na revista *A Semana*, e os jovens Manoel Nunes Pereira e José Carvalho, que anos depois irão se destacar nos estudos de etnologia e folclore, área que se mostrou candente à perspectiva política que abraçaram. Em outra direção estavam os principais nomes da revista *Belém Nova*: Bruno de Menezes, Clóvis de Gusmão, Francisco Galvão, Paulo de Oliveira, Jacques Flores e De Campos Ribeiro. Mas, como sempre, não parecia haver um critério muito rígido para o literato acompanhar esta ou aquela tendência. Misturavam-se aí sonhos políticos e trajetórias individuais, mais do que qualquer filiação partidária a uma redação de jornal ou facção doutrinária. Muitos colaboradores de *A Semana*, como era o caso do escritor Sandoval Lage, por exemplo, caminhavam nesse particular ao lado dos “concorrentes” do outro magazine.

Embora existissem disposições contrárias de parte a parte, o trânsito de idéias e de atitudes era permitido e enfatizado entre os literatos de então. Era até certo ponto costumeiro abrir espaço nos jornais e revistas aos críticos de oposição mais ferrenhos. Em toda a década de 1920, uma gazeta iria sobressair nesse aspecto – *O Imparcial*, de propriedade do advogado e jornalista Dr. Dejard de Mendonça. O jornal, aparecido em 1913, teve, desde sua origem, um forte pendor de oposição ao governo, o que implicou no empastelamento de suas oficinas já no ano seguinte, devido às violentas críticas dirigidas à administração de Enéas Martins (1913-1917). A partir de 1917, sob novo comando, o jornal retomou suas atividades e também a diretriz oposicionista que iria caracterizá-lo nos anos de 1920. Vários intelectuais, das mais diversas tendências políticas frequentaram suas colunas, mas nenhum deles sobressaiu tanto quanto o crítico literário Ramiro Ribeiro de Castro. Dono de um texto áspero, irônico e profundamente severo com os iniciantes nas letras, este sujeito foi o principal encaixe na trajetória dos modernistas paraenses. Por enquanto é necessário reiterar apenas que o exercício da polêmica fazia parte do *savoir-faire* dos literatos, como algo constitutivo do próprio ofício na arena política. Tanto isso era certo que, fora dos limites das sociedades literárias e da imprensa paraense, os intelectuais apareciam em bloco como representantes de um amplo movimento de renovação que tomava conta das letras amazônicas.

Já em 1922, *O Mundo Literário* (*mensário de literatura nacional e estrangeira*), dirigido por Pereira da Silva e Théo Filho, veiculado principalmente na capital carioca, trazia a seção *Literatura nos Estados*, onde apareciam as resenhas sobre a produção literária nos vários cantos do Brasil. Além da presença constante de autores que fizeram fama no Pará, como Peregrino Júnior e Oswald Orico, publicando contos e crônicas, alternavam-se, na escrita dos informes da seção, os escri-

tores Emílio de Macedo e Francisco Galvão. Logo no segundo número, Macedo procurou fazer um retrospecto do que havia acontecido nas últimas décadas com a literatura paraense, utilizando-se, para isso, de uma crônica publicada por Assis Chateaubriand, no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Retomando a perspectiva do cosmopolitismo regional, a notícia pretendia desvelar rapidamente “a situação passada e presente da Amazônia longínqua”, ignorada quase que completamente no centro-sul do país. E assim os nomes iam aparecendo, quase todos remanescentes da “corte suntuária de Antônio Lemos – experimentado político nortista, da escola de Maquiavel, que durante vários quinquênios dominou soberanamente o Pará”.²⁶ Essa volta no tempo havia sido lembrada por Chateaubriand por um único motivo: não se podia, no Rio de Janeiro, fazer-se “a mínima ideia do que eram Belém e Manaus, quando a borracha mantinha com o café o câmbio do Brasil, atingindo em 1910 um superávit de 254 mil contos contra 140 mil de Santos”. O dinheiro era tanto que, em apenas 5 anos, a Amazônia permitiu ao tesouro nacional arrecadar “só da *Hevea* 300 mil contos e aos dois estados 114 mil”.²⁷ Os investimentos em artes e literatura foram vistos então como apenas uma consequência da extravagância e do esbanjamento da época.

O importante nessa memória do velho Lemos era, no entanto, o que havia ficado para os novos literatos dos anos de 1920, justamente os que viveram o fim desse tempo de fausto. O poeta amazonense Francisco Galvão, que residia no Rio de Janeiro, deu conta dessa geração subsequente. Reiterava o distanciamento que persistia entre Belém e a capital da República, deixando os literatos locais escondidos em “doloroso mutismo”, vivendo “enclausurados em sua própria arte, longinquamente, sem que se tenha notícias de suas obras”.²⁸ Nessas resenhas, parecia, no entanto, que o Pará ainda vivia entre os remanescentes de seu *fin-de-siècle* e a nova geração que despontava. Galvão, que era um dos “novos”, elogiava os mais velhos exatamente naqueles aspectos que fizeram parte do discurso político dos modernos. O poeta Severino Silva, que a essa altura com 37 anos já aparecia entre os decanos paraenses, era lembrado por escrever “indiferente aos clangores do cabotinismo em moda”. Dejad de Mendonça recebia o epíteto de “vigoroso panfletário”, cuja pena era um “azorrague violento” contra a usurpação dos medíocres. O jornalista Paulo Maranhão, proprietário do jornal *A Folha do Norte* desde 1917,

²⁶ MACEDO, Emílio de. “Literatura nos Estados: Pará”. *Mundo Literário*, vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro, 1922, p. 243. Sobre a construção da memória de Antonio Lemos, vide: SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antonio Lemos, 1869-1973*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

²⁷ MACEDO. “Literatura nos Estados: Pará”.

²⁸ GALVÃO, Francisco. “Literatura nos Estados: Pará”. *Mundo Literário*, vol. 4, nº 12. Rio de Janeiro, 1923, p. 105.

também era citado com a mesma ênfase por ter feito dura oposição às oligarquias locais. Enquanto isso, o padre francês Florêncio Dubois, principal redator do jornal católico *A Palavra*, era mencionado pelo tom combativo e polêmico com que se dirigia aos desafetos das letras, embora fosse simpático ao modernismo que se lançava. Além desses nomes, Galvão procurou dar destaque aos mais novos, seus companheiros de geração. Lembrava do cronista Genaro Ponte de Souza e do poeta Arnaldo Valle. Mas foi Bruno de Menezes, o diretor de *Belém Nova*, que ganhou a atenção especial de Francisco Galvão.

A razão parecia simples: Bruno de Menezes representava de fato uma grande novidade. Galvão afirmava que a crítica minuciosa havia de julgá-lo “simbolista, pela maneira rebeldemente criadora de como escreve seus poemas”. Contestando a sentença, o poeta amazonense retrucava: “eu o classificarei muito justamente de modernista, e assim o designo, pela originalidade de seus versos bem feitos (...) tão diferentes da craveira comum”. Esquadrinhando a estilística, Galvão reiterava: “sua técnica é moderna” e o seu “estilo não segue o espartilhamento rigoroso das escolas”. Longe, no Rio de Janeiro, o resenhista imaginava a campanha contrária que Bruno deveria estar sofrendo por causa de “seu sentimento de rebeldia” que se encontrava, à época, no mesmo plano de Ribeiro Couto, Menotti del Pichia, Onestaldo Pennafort e Guilherme de Almeida.²⁹ Mais do que tudo, Bruno havia realizado uma façanha impossível de igualar, qual seja, criado a *Belém-Nova*. O texto de Francisco Galvão relatando como recebeu a notícia do feito merece ser transcrito.

Belém, a linda capital do Norte, desperta de um grande sono. Abriu os olhos para a distância. Olhou assustada para a agitação cotidiana da vida. Olhou e sorriu. Recordou o passado. De suas terras vieram para a Academia Humberto de Campos, o poeta panteísta; José Veríssimo, o crítico consciencioso da geração antiga; Inglês de Souza, o jurista que todos nós respeitamos. Depois vieram Celso Vieira, Oswaldo Orico, Peregrino Júnior, Martins Napoleão, Mecenas Dourado. E assim como a Bela Adormecida acorda em meio ao bosque, Belém olhou deslumbrada para o que vira. Calma em tudo. Os seus poetas não mais acreditavam na Arte. De Severino Silva, o maior de todos (...), eu assistia do Rio, sem poder crer absolutamente na paralisação do ambiente literário de Belém. De longe em longe, lia nas revistas, um soneto de Rocha Moreira, uma crônica de Bruno de Menezes, uma descompostura do Pe. Dubois. Tive uma surpresa, deliciosa uma tarde. O correio me trouxera a correspondência. Eu estava num dia melancólico. Lera algumas páginas do

²⁹ GALVÃO, Francisco. “Literatura nos Estados: Pará”. *Mundo Literário*, vol. 4, nº 12. Rio de Janeiro, 1923, p. 105.

meu Maeterlinck. A espátula me rasgou os envelopes. Li a carta perfumada do Mucher Lion, vinda de Paris e da Argentina. Uma de Alfredo Barrios, excelente. O poeta tem 20 anos. É um lindo adolescente de olhos verdes como os de Carlos Maul. Di Cavalcanti me envia de Paris um álbum de Paul Cézanne. Mas, entre as cartas havia uma de Bruno de Menezes. Abri-a com a curiosidade de sempre. Numa letra sugestivamente encantadora, o poeta (...) dizia-me da publicação de Belém Nova, onde (...) iria reunir os elementos antigos e modernos para a Arte Maravilhosa que nos deu um Gabriel Danunzio e um Emile Carrieri. (...) Paulo de Oliveira me havia dito que a cidade de Belém tangia novamente as frutas abandonadas pelos que partiram para novos rumos, para novos destinos. E o poeta teve razão. A revista de Bruno de Menezes é um grito de revolta contra o desânimo.³⁰

O texto emocionado de Francisco Galvão era contundente: Bruno de Menezes apenas havia reunido o que já existia e essa foi sua grande obra. O modernismo brotara de algo plantado muito antes pelas gerações passadas. Bruno, a seu modo, também acreditava nisso, tanto que *Belém Nova* foi, a um só tempo, passadista e modernista – nos conceitos da época. Mas o que se publicava no Rio de Janeiro sobre o modernismo paraense era muito sumário, embora esse desconhecimento não fosse privilégio somente da Amazônia. Além disso, havia um pecado reproduzido infinitamente pelos próprios modernistas de então. Sempre que se queria anunciar a adesão de uma “província” à nova estética, usava-se um critério análogo ao da matemática. O grupo de literatos era tomado, assim, como um conjunto de elementos, fechado, para uma operação binária, unívoca e associativa. Para os participantes do movimento, isso era muito claro e evidente. Joaquim Inojosa, um dos mais ativos literatos pernambucanos da década de 1920, explicava esse ponto de vista do seguinte modo: depois de formado o grupo dos modernistas de São Paulo, “coube a Pernambuco o privilégio de ter sido a primeira província a entrar em contato (...) e deles receber mandato expresso para divulgar-lhes as ideias renovadoras, ainda incubadas na chocadeira da Semana de Arte Moderna”.³¹ Mais adiante arrematava: “Constituiu-se o Recife numa espécie de torre de repetição, através da qual de Maceió a Belém do Pará se iriam captar as mensagens enviadas”.³² Os grupos se formavam para desenvolver sua “própria personalidade”, tomando as referências estrangeiras “apenas por modelos de rebeldia literária”,

³⁰ *Ibidem*, p. 105-106.

³¹ INOJOSA, Joaquim. “O modernismo nas províncias”. *Boletim de Ariel*, vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro, 1973, p. 9.

³² *Ibidem*.

acreditava Sérgio Buarque de Holanda, ainda em 1922.³³ O intelectual politizado estava fadado a acreditar no discurso homogêneo e unívoco dos *novos* de então.

Embora a percepção prosopográfica das confrarias literárias não escondesse a importância dos líderes e dos fundadores do movimento, era fundamental para cada grupo afirmar sua identidade coletiva. Sérgio Buarque de Holanda reconhecia em Menotti del Pichia aquele que “abriu caminho (...) para a nova geração”, dando o “primeiro grito de alarme” contra o passadismo. Lúcido, o crítico reiterava mais à frente: “esse grito de alarme não era um poema moderno para a época mas era moderno para São Paulo”.³⁴ Em 1923, Oswald de Andrade apontava Joaquim Inojosa como o introdutor das “novas ideias” em Pernambuco, assim como Carlos Drummond de Andrade e Mário Ruís em Minas Gerais.³⁵ Enquanto isso, o próprio Inojosa afirmava a preeminência de Bruno de Menezes em Belém: “caberia a este atender ao apelo dos modernistas de Pernambuco e arregimentar os jovens do Pará para a batalha renovadora”.³⁶ Essas lideranças, no entanto, não passavam, na leitura da época, de porta-vozes de um anseio coletivo. Foi o mesmo Bruno de Menezes que em carta a Inojosa esclarecia a respeito: “Em Belém, segundo meus irmãos em arte, tenho sido um inovador e um progressista (...). Daí querer, com frenesi, a idéia nova, a poesia inédita”.³⁷ De Campos Ribeiro, parceiro de Bruno, concluía que a razão de tudo era a existência do “grupo intelectualmente homogêneo”.³⁸ Essa visão política sobre o predomínio do coletivo sobre o individual, gestada contemporaneamente pelos próprios participantes do movimento, produziu, no entanto, uma visão limitada e bastante superficial das diferentes origens dos membros do grupo. Vistos de longe, pelas páginas dos magazines, nas acirradas polêmicas da imprensa, eram todos de fato muito parecidos, de perto, nem tanto.

Numa nota à guisa de conclusão seria importante reiterar o esforço desses jovens intelectuais num movimento de construção daquilo que pensavam ser uma nova identidade da nação. A moderna cultura brasileira é, neste sentido, impossível de ser visualizada sem a análise comparativa dos grupos de intelectuais, artistas

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Literatura nos Estados: São Paulo”. *Mundo Literário*, vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro, 1922, p. 251.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ ANDRADE, Oswald de. “O esforço intelectual do Brasil contemporâneo”. *Revista do Brasil*, nº 96. São Paulo, 1923, p. 10.

³⁶ INOJOSA. “Variações do Grão-Pará I”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1971, p. 2.

³⁷ *Fundação Casa de Rui Barbosa*, Coleção Joaquim Inojosa, “Carta de Bruno de Menezes a Joaquim Inojosa”. Belém, 25 de maio de 1924.

³⁸ DE CAMPOS RIBEIRO, *Graça Aranha e o modernismo no Pará*. 2a edição. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p.23.

e escritores, que contribuíram para a sua formulação, crítica e atualização. Para Raymond Williams, que tem uma obra lapidar neste sentido, o trabalho analítico com as comunidades intelectuais apresenta uma série de problemas metodológicos que podem, grosso modo, ser resumidos em duas ordens que iluminam o caso paraense. O primeiro diz respeito ao número relativamente pequeno de membros, o que significa que não é possível (ou talvez não satisfatório) analisá-los com um instrumental estatístico. Por outro lado, os princípios e os valores que unem os integrantes dos grupos não são codificados institucionalmente. Estes princípios estão ancorados num corpo de práticas e de representações e, simultaneamente, numa espécie de “estrutura de sentimentos” e ou ainda no que seria “ethos” do grupo.³⁹

O exemplo inglês me parece oportuno. Raymond Williams, em suas investidas sobre alguns ajuntamentos de letrados na Inglaterra das primeiras décadas do século XX, teve a sagacidade de duvidar e ir além da autodefinição de seus membros. Mais do que a simples convergência de amizade, esses grupos entrecruzavam amplas relações sociais e culturais. Em outras palavras, Williams sugere, a partir do caso do *Bloomsbury Group*, que, além dos códigos internos pelos quais os membros do grupo se viam e queriam ser vistos, existiam outros valores em cena, especialmente de classe, que eram partilhados, defendidos e reproduzidos nas ações de sociabilidade dessa “fração” da alta burguesia inglesa.⁴⁰ Partilha de valores, ideias e sentimentos pessoais misturados a projetos coletivos marcaram a trajetória política desses intelectuais, por meio da experiência social na arena pública.⁴¹ Manipulando conceitos, transitando entre a ruptura estética e o nacionalismo nascente, essa geração paraense de 1920 forjou uma leitura da história baseada no tempo presente, na apropriação da “vida dos nossos dias”. Contrariando as gerações precedentes de 1890 a 1910 e suas utopias baseadas na riqueza da goma elástica, os novos e os modernistas de 1920 se mostraram descontentes com a grande história, com os feitos magnânimos dos heróis do passado e com o traçado ilustre do civismo republicano. O resultado disso foi uma geração atenta à mudança, à transformação e ao diálogo com o moderno, porém angulada pelo visor da região.

³⁹ WILLIAMS, Raymond. “The Bloomsbury fraction”. In: *Problems in materialism and culture*. Londres: Verso, 1982, p. 148.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 165.

⁴¹ Ver, neste aspecto, PONTES, Heloisa. “Círculos de intelectuais e experiência social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 34 (1997), pp. 57-69, e MICELI, Sergio. “Experiência social e imaginário literário nos livros de estréia dos modernistas em São Paulo”. *Revista Tempo Social*, vol. 16, nº 1 (2004), p. 167-207.

Capítulo 15



Barbara Weinstein

The Amazon Awakens: Uma Modern(ização) de conto de fadas

Era uma vez uma região bonita e virtuosa, um “paraíso de riquezas além dos “sonhos humanos que atraía a cobiça de caçadores de fortunas vindos de longe. Mas esta região, amaldiçoada por sua cultura e local de sofrimento por conta de sua tecnologia arcaica e de capital de risco insuficiente, dormia, um sono profundo, infinito até que um dia um Príncipe Encantado (notável por sua semelhança com Henry Ford) deu-lhe o beijo de seu copioso capital e empolgantes inovações tecnológicas, e a região finalmente transformou-se, despertando de seu tremendo sono para se unir ao Príncipe Encantado no caminho do progresso.

O “conto de fadas” acima esboçado poderia soar burlesco, mas sinceramente acredito que detém as convenções do gênero e do espírito do filme *The Amazon Awakens*, um documentário produzido em 1944 por um empreendimento conjunto do Escritório do Coordenador de Negócios Interamericanos (encabeçado pelo jovem Nelson Rockefeller), e os Estúdios Disney.¹ Ele era parte de um extenso corpo caracterizado por filmes documentários dedicados a promover a “Política da Boa Vizinhança” na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. Esta coleção

¹ Meu agradecimento a Pennee Bender por me proporcionar uma cópia deste filme e por seus insights sobre o uso do filme pelos arquitetos da Política da Boa Vizinhança.

cinemática incluía ambos os releases desde os cinematográficos – desenhos típicos de Disney tais como *O Três Cavaleiros* e *Alô Amigos* – como também numerosos trabalhos não fictícios que incluíam, à parte *The Amazon Awakens*, filmes de assuntos edificantes como as transformações na estrutura agrária do Chile e a versatilidade do feijão-soja. O público esperado na época para estes filmes não cinematográficos é um pouco difícil de determinar; muitos, com dublagem em espanhol ou em português, foram rotineiramente exibidos como filmes educativos em cinemas ao ar livre para um público latino americano.² No caso de filmes dirigidos ao espectador norte-americano, como *The Amazon Awakens*, é provável que fossem distribuídos a instituições educacionais e as organizações empresariais nos EUA para promover a “compreensão hemisférica” dos investimentos estrangeiros. A decisão de fazer um filme específico sobre a Amazônia, refletia a antiga (e contínua) fascinação norte-americana com a região, bem como o intenso interesse pela Bacia Amazônica inspirado pela campanha para reavivar a produção da borracha durante o esforço de guerra.

Há vários aspectos deste filme que são fascinantes para o estudo da história da Amazônia e das relações EUA-América Latina, mas o assunto que proponho elaborar neste artigo é o uso precoce das doutrinas teóricas de modernização – comumente associadas ao pós-guerra – na representação do filme sobre a Amazônia. Isto está claramente presente, eu argumento, na posição ocupada pelos homens da Amazônia no filme – até na posição da Amazônia – como uma região madura para o desenvolvimento contanto que fossem disponibilizados os recursos tecnológicos e financeiros necessários. Mais especificamente, os habitantes da Amazônia possuíam aspiração humana “universal” para o progresso e para uma vida melhor; realmente, a capacidade deles para modernidade e para o progresso está definida como dormente, mas imanente, esperando só o estímulo do capital estrangeiro e da tecnologia para despertar completamente. Em sua insistência na inclinação “natural” da população amazônica para progresso, o filme adota uma aproximação muito diferente da anterior “missão de civilização” que caracterizou o auge do colonialismo e neocolonialismo, quando os poderes imperiais enfatizaram a necessidade de inculcar no povo “atrasado” os rudimentos de uma cultura moderna e civilizada.

Apenas quando este povo mantinha-se sujeito à tutela prolongada de sociedades

² Sobre o papel do filme nas relações EUA-América Latina ver: FEIN, Seth. *Everyday Forms of Transnational Collaboration: US Film Propaganda in Cold War Mexico*. In: JOSEPH, Gilbert et al., *Close Encounters of Empire*. Durham: Duke U. Press, 1998, p. 400-450. O trabalho de Fein sobre o filme e as relações intra-americanas é especialmente notável por sua crítica constrangedora da visão “cultura imperialista” articulada por Ariel Dorfman e outros, e a atenção ao modo pelo qual os mexicanos se apropriavam dos filmes norte-americanos para seus próprios propósitos nacionais. Porém, no caso da Amazônia, este argumento provavelmente não se aplicaria tão bem pois a interação entre os diretores da Disney e os representantes locais foi mínima.

mais avançadas eles seriam capazes de tirar proveito da ciência e da tecnologia que posteriormente se lhes ofereciam. Distintamente, *The Amazon Awakens* retrata uma sociedade apta para tirar proveito da tecnologia e do capital que o EUA está ansioso para ofertar. É claro, que a Amazônia tinha que ser despertada, e tinha que se livrar de antigos hábitos e atitudes, mas o filme retrata os habitantes da região como notadamente predispostos a fazer isso.

Uma preocupação secundária e relacionada a este papel será localizar o que foi incluído, e o que foi omitido, na reconstrução (a) histórica do filme sobre a Amazônia, do passado, presente e futuro. Não é apenas certo que temáticas inteiras estão ausentes do filme (como a questão da preservação ou dos povos indígenas) que seriam extremamente relevantes em qualquer documentário feito hoje em dia, mas eles foram nitidamente omitidos até mesmo dentro dos padrões do conhecimento da história ecológica e da Amazônia que estavam disponíveis na hora da produção do filme. Estas omissões, argumentarei, são sistemáticas e servem para desenrolar a narrativa da história da Amazônia (natural e humana) de modo coerente com o discurso da modernização do filme.

The Amazon Awakens abre com uma seqüência de desenho animado que expõe o conceito familiar da Amazônia como o “*El Dorado*”, um reino dourado cuja suspeita representação visual se parece com aquele outro símbolo familiar de outro “reino mágico”, o do castelo da *Bela Adormecida*. Esta seqüência de crônicas, extremamente simplificada e sanitarizada em sua forma, relatam o período inicial da conquista e da exploração da Amazônia, e culmina com uma alusão aos Europeus agora convidados a virem para a Amazônia aquele vale prometido “uma fronteira nova para todo o gênero humano”. Aqui se pode notar (pois a referência também foi feita, em espanhol, em um rolo de Disneyish), que as palavras originais eram “*a todo la humanidad un nuevo horizonte*”. A tradução de “horizonte” como “fronteira” pode parecer lingüisticamente razoável, mas certamente, dada a natureza carregada do termo “fronteira” na cultura dos EUA, não pode ser tomada como ideologicamente neutra. Enquanto o narrador alude ao fato que a Amazônia é compartilhada por “Seis Grandes Nações” (em um adorno estilístico clássico da política bajuladora da Boa Vizinhaça), o filme trata a Amazônia constantemente como um espaço “transnacional”, cuja modernização e desenvolvimento poderiam prover “comida e abrigo para incontáveis milhões”.

Nenhum filme produzido nos EUA sobre a Amazônia poderia estar totalmente pronto sem que seu tema fosse precedido pelo potencial da “Geografia Nacional”, e assim a primeira sucessão não animada por desenhos em “*The Amazon*

Awakens” são rastros da formação das águas da bacia amazônica dos Andes ao Atlântico, e amostras da exótica flora e fauna da região. Estas cenas apresentam um paraíso intocado mesmo por aquele outro elo da Geografia Nacional – a cultura tribal primitiva. Porém, esta é uma omissão previsível para um filme que pretende, por um lado, sublinhar a exuberância e a abundância da natureza na Amazônia, e, por outro lado, retratar a modernidade incipiente de seus habitantes. Como fica aparente conforme o filme avança “descendo o rio”, esta não é a Amazônia dos *Tristes Tropiques*; o ponto não é enfatizar a “diferença” ou a alteridade da população regional. De certa forma, em um golpe de orientalismo inverso (ou como Fernando Coronil chama isto, ocidentalismo), o filme busca mostrar o quanto os habitantes amazônicos são como “nós”, como eles têm as mesmas inclinações e aspirações.³ Em um tal empreendimento, não há nenhum lugar para as habituais tangas, cocares de pena, peitos nus e botoques.

Como tacitamente se reconhece que a maioria dos norte-americanos acredita que a Amazônia era uma enorme área de preservação da vida selvagem, o narrador introduz o próximo segmento do filme por uma observação jovial “que, também, há pessoas lá”. O *setting* desloca-se então para o alto rio na cidade peruana de Iquitos, o primeiro de três centros urbanos que o filme perfilará. Uma vez mais percebemos a tensão entre o desejo do diretor explorar a fascinação dos EUA pelo pitoresco e o exótico (por exemplo, um macaco brincalhão em um centro urbano) com a missão de representar a Amazônia como “não diferente” de qualquer outra sociedade que se moderniza. Assim tomadas da cidade focalizam alunas uniformizadas em filas, bonitas mulheres em vestidos simples, modernos edifícios e hospitais de última geração, e há referências a “lugares elegantes”. Realmente, a vida em Iquitos, apesar dos coloridos toques tropicais, é retratada como pouco diferente da prosaica vida da classe-média norte-americana. Em nenhuma parte há o mais leve sinal de pobreza, ruína ou decadência.

Realmente, até mesmo uma tomada feita fora de Iquitos que poderia ser percebida como alegórica da pobreza local, marcada pelo trabalho endêmico de uma mulher cabeça de família e de uma criança, contraditoriamente foi lançada como a essência inventiva do pequeno empreendimento capitalista local. A tomada é de uma “fábrica de botão” onde uma mulher, junto com seu filho pré-adolescente, é apresentada produzindo milhares de botões feitos de um material local, simultaneamente também balança um bebê muito jovem enquanto trabalha. Em vez

³ Outra discussão deste orientalismo inverso pode ser localizada em KENWORTHY, Eldon. *America/Américas: Myth in the Making of US Policy toward Latin America*. University Park: Penn State U. Press, 1995.

de enfatizar a aspereza ou a monotonia da vida nesta “fábrica” em miniatura, ou a exploração de um menor, a narração dá claramente ênfase à natureza engenhosa do processo de trabalho, elogiando o empreendimento como precursor da moderna produção em massa, apesar de se operacionalizar debaixo destas circunstâncias constrangedoras. Realmente, o espectador é encorajado a imaginar como seria maravilhoso se fossem associadas esta determinação e ingenuidade a um capital suficiente e a uma tecnologia apropriada.

Não é surpreendente para um filme determinado a retratar a Amazônia como emergindo em modernidade, uma quantia incomum de tempo gasta nos centros urbanos. Mas como a narrativa se move rio abaixo (o caminho previsível para modernidade), a ação é pontuada por várias cenas significativas que demonstram a capacidade modernizante das áreas rurais. Assim, testemunhamos um médico chegando de barco em uma modesta habitação fluvial para aplicar vacina em uma criança pequena. Claramente, a Amazônia já ostenta um sistema de bem-estar social e uma moderna preocupação com a higiene e a saúde pública. Imediatamente a seguir, visitamos uma serraria, um outro potencial indicador da riqueza da região onde nos relatam que a Amazônia “possui incontáveis árvores de floresta ainda intocada”. Realmente, ao longo do filme nos será lembrado repetidamente os recursos inesgotáveis que a Amazônia pode oferecer a qualquer um com caráter, capital e, acima de tudo, tecnologia para os explorar. E claramente quando os recursos são inesgotáveis, não há necessidade de preocupação com a preservação ou com a reposição.

A próxima parada é a cidade de Manaus, normalmente tratada (até muito recentemente) como uma curiosa relíquia do boom da borracha, uma cidade de esplendor enfraquecido inserida no meio da floresta tropical. Aqui novamente, *The Amazon Awakens* parte de narrativas convencionais para retratar Manaus, contrariamente, como símbolo de um despertar da modernidade. Para que nenhum espectador se perca neste ponto, a cidade nos é apresentada com as tensões musicais de um trem correndo sob trilhos, sincronizando-se a vida cotidiana de Manaus aos ritmos da modernidade industrial. E longe da floresta tropical conquistando uma capital decadente, somos apresentados às forças da tecnologia que empurram a floresta para trás abrindo espaço para um centro urbano em expansão. Em uma cena que é particularmente concretizada na data do filme, nós somos apresentados uma escavadeira no local da construção do aeroporto que luta para derrubar uma árvore tropical muito alta que literalmente estava no caminho do progresso. O diretor ordena a cena de forma que toda ela seja importante, assim a tensão aumenta

com a árvore que continua resistindo à arremetida da maquinaria moderna, mas sua resistência se prova fútil no final das contas, e ela cai finalmente (para a alegria da silenciosa plateia) diante do poder do homem e da tecnologia.

Numa referência direta à participação do Brasil no esforço de guerra, somos congratulados também com uma cena dos “soldados da borracha” – homens recrutados para colher borracha selvagem para compensar a perda temporária do acesso à plantação asiática – que foram despachados para dentro da floresta com toda a pompa dada aquelas pessoas associadas ao tipo mais convencional de combatente. Ironicamente, esta é a mais antiga referência à produção e ao transporte da borracha no filme; nenhuma menção prévia tinha sido feita acerca do papel do *boom* da borracha para o desenvolvimento dos centros urbanos da Amazônia ou do crescimento de sua população. Até mesmo em Manaus, só há uma referência indireta ao auge do comércio de borracha quando alguns palacetes foram chamados de produtos de uma “era antiga” (entretanto o que aquela era poderia ser nunca é especificado).⁴ A exemplo dos povos indígenas, este silêncio não é um equívoco especial. Afinal de contas, em um filme sobre o “despertar” Amazônico, seria altamente inconveniente recorrer a outro momento histórico quando a Amazônia supostamente despertou-se, só para voltar atrás novamente caindo em um profundo sono (dentro dos padrões modernizadores). Assim, embora o *boom* da borracha fosse responsável por boa parte do desenvolvimento urbano celebrado neste filme, ele teve que ser virtualmente ignorado.

O interlúdio entre Manaus e Belém, a maior cidade da Amazônia, é o mais longo do filme. Primeiro visitamos uma colônia agrícola onde, nos é relatado, que a “antiga floresta deu lugar a uma comunidade modelo”. Realmente, ao longo do filme, a natureza retrocede face ao poder tecnológico do Homem. Mas o ponto alto deste interlúdio é a visita a outro reino mágico: não a Disneylândia mas a Fordlândia, a experiência volumosa de plantação de árvores de borracha iniciada por Henry Ford nos anos trinta. A despeito do fato de que já havia ampla evidência indicando que a experiência era um fabuloso fracasso, o retrato de Fordlândia no filme é completamente otimista e triunfante. Tanto a inabilidade para superar os problemas postos pela ferrugem de folha, quanto para impor disciplina industrial a sua mão-de-obra, são encobertos a favor das relações públicas. Henry Ford é disposto como o Príncipe Encantando, o galante cavaleiro que desafiou as convicções convencionais na ânsia de trazer a modernidade para

⁴ Sobre a elite amazonense em Manaus durante o *boom* da borracha, ver: DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense, *História Ciências Saude-Manguinhos* VI (Set. 2000), p. 867-888.

a selva. Há muito sobre a realização de seus métodos científicos de enxertos de árvores e a criação de disciplina, de ambiente higiênico para os seus empregados. Fordlândia é felicitada por prover refeições “cientificamente equilibradas para os conquistadores futuros da Amazônia”. E o filme moderada e casualmente mistura cenas que envolvem os trabalhadores e os gerentes (os quais, na realidade, viviam de forma muito separadas) para dar um senso de lisura e privilégio ao estilo de vida daqueles que trabalhavam para Henry Ford. E se por via de dúvida nós perdemos o essencial, Fordlândia é rotulada como “um tributo à habilidade e à ciência, as armas novas do pioneiro do vigésimo-século”.

Nenhum segmento do filme demonstra melhor do que esta visita a Fordlândia a determinação dos diretores da Política da Boa Vizinhança em apresentar uma visão otimista do futuro de ambos a Amazônia e o papel que os EUA tinha naquele futuro. Afinal de contas, esta política é parte de um enorme esforço de relações públicas, uma volumosa produção da Câmara-de-Comércio dentro de uma escala sem precedente. Como resultado, os diretores estavam pouco inclinados a prestar atenção aos resultados das pesquisas surgidas em instituições como o Museu Goeldi, ou mesmo no interior de Fordlândia, que já, no início dos anos de 1940, indicavam que a terra amazônica desgastava-se facilmente quando a cobertura da floresta era derrubada, ou que a ferrugem da folha era um obstáculo muito mais intratável para o cultivo da árvore da borracha – do que previamente se assumia. Mas além da necessidade política – a base para um tom otimista no filme estava na exaltação da ciência e da tecnologia, representada como capaz de superar qualquer obstáculo “natural”, garantia de que *The Amazon Awakens* encolhia os ombros para qualquer conhecimento desencorajante do potencial da Amazônia para o desenvolvimento.⁵

Em Belém somos levados mais uma vez para ambos o exótico e o familiar em uma cidade amazônica. Também é interessante notar que o clima de Belém é calorosamente elogiado – não apenas se trata de uma Amazônia incipientemente moderna, ela realmente não é tão tropical quanto as pessoas acreditam (no caso de alguém que ainda acredite na idéia que o progresso é de alguma maneira incompatível com climas tropicais). E é possível observar que o clima nunca, ainda que chova neste filme, surpreenderia ninguém que já tenha feito uma visita mesmo que breve até à região. Na Amazônia imaginada pelos Estúdios Disney, o clima é sempre límpido.

⁵ Para uma visão consideravelmente menos romântica de Fordlândia, veja o DEAN, Warren. *Brazil and the Struggle for Rubber*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1987, capítulo. V.

Belém, como o principal porto da Amazônia, ilustra outra premissa deste filme. A longa filmagem de navios que descarregam suas mercadorias nos cais das docas dá a medida na qual os elementos materiais de modernidade estão chegando do estrangeiro à Amazônia. As pessoas amazônicas compartilham a aspiração “universal” para progredir, e a região (especialmente suas cidades e Fordlândia) já tem os rudimentos da vida moderna, mas o desenvolvimento da modernização só pode passar pela troca das matérias-primas superabundantes da Amazônia para a ciência, conhecimento, e artigos que as economias mais avançadas podem prover.

A visita à Belém também é a ocasião para uma parada no Instituto Agrônomo do Norte o qual, junto com o Museu Goeldi, era o principal estabelecimento de pesquisa na Amazônia daquela época. Neste segmento, empenhou-se para em primeiro plano se aplaudir os esforços locais por inovação tecnológica, até mesmo do tipo mais superficial, e posicionar o Instituto como o empreendedor da modernização. Por exemplo, há muito sobre uma “experiência” bastante rotineira com placas em camadas horizontais (flat paddles) para produzir borracha em folhas em lugar da bola mais tradicional – uma “inovação” que tinha sido proposta há muitas décadas, principalmente para prevenir a adulteração deliberada do látex feita por comerciantes de borracha (rubber tappers) que aumentavam o peso de seu produto.⁶ Ainda assim isto é apresentado como tecnologia de ponta, indubitavelmente para lisonjear os pesquisadores do Instituto que foram identificados como possíveis colaboradores de investigadores estrangeiros demonstrando a existência de um “espírito de inovação” no despertar da Amazônia.⁷ Uma vez mais, por via de dúvida se o espectador não entendeu completamente o essencial, o segmento termina com a declaração de que o “treinamento de crianças nestes métodos [sic] científicos é de importância primordial”.

A parte final do filme é uma sucessão de sonhos semianimados na qual a vida na Amazônia torna-se feliz para sempre. A antiga bela adormecida é aclamada como um “paraíso de riquezas além dos sonhos dos homens”, e neste futuro, a região (e, realmente, todo gênero humano) se beneficiará dos tesouros produzidos por seu “solo rico e profundo”. Um mapa com vias de comunicação arterial que rascam caminhos diante dos projetos de exportação de riquezas da bacia remetidas para locais distantes, e desenhos em *tecnicolor* anunciam uma Amazônia unida –

⁶ Para esta e outras formas de resistência e negociação pelos seringueiros, ver WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon Rubber Boom 1850–1920*. Stanford: Stanford U. Press, 1983, capítulo VI.

⁷ Em estabelecimentos de pesquisa na Amazônia durante este período, ver: MAIO, Marcos Chor e SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa, *História Ciências Saúde* VI (Set. 2000), p. 975-1018.

cheia de edifícios ultramodernos e de plantas de hidroelétricas gigantescas. Em suma, a ciência e a tecnologia permitirão que os antigos sonhos do *El Dorado* finalmente tornem-se realidade na Amazônia.

The Amazon Awakens não só nos oferece um exemplo retroativamente divertido do modo pelo qual os diretores norte-americanos, comprometidos com o avanço da Política da Boa Vizinhança, representavam uma região tropical supostamente subdesenvolvida. Seu discurso habilmente também ilustra ambas as atrações e as tensões/contradições da teoria da modernização – uma teoria que dominaria os EUA – tornando-se a base do conhecimento das ciências sociais sobre a América Latina no pós-guerra. Realmente, enquanto eu acho que se acredita amplamente que teoria de modernização emergiu dos corredores da academia e foi assim disseminada penetrando nos corredores do poder, este filme fornece forçosa evidência de um processo precisamente oposto. Pelo menos já em 1944, os fornecedores da Política da Boa Vizinhança já estavam esboçando as premissas básicas de teoria da modernização. A suposição daquela teoria de que os latino americanos compartilhavam das mesmas aspirações dos norte-americanos que havia um impulso universal/natural rumo ao progresso e tudo aquilo que estava faltando era o conhecimento científico apropriado e a tecnologia, já está à mostra em *The Amazon Awakens*. Talvez se possa atribuir razoavelmente as origens da teoria da modernização ao Escritório de Nelson Rockefeller o Coordenador das Relações Latino americanas e aos Estúdios Disney, em lugar de Walt Rostow ou Joseph Kahl ou Daniel Lerner.⁸

Além disso, as ambiguidades que marcam este filme, e a política dos EUA para a América Latina em geral, ficariam caracterizadas como um todo da teoria da modernização. Por um lado, os EUA debaixo da Política da Boa Vizinhança garantiram a semelhança (igualdade?) em lugar da diferença, e caracterizaram a América Latina como pronta para se modernizar (i.e., pronta para reproduzir a trajetória desenvolvimentista dos Estados Unidos). Por outro lado, o EUA não estava especialmente ansioso para ver as nações latino-americanas industrializadas, autossuficientes, ou até mesmo como economias competitivas. Enquanto as exigências da guerra e as alianças da guerra produziram acordos neste sentido entre Vargas e Roosevelt para a construção de Volta Redonda, a primeira siderúrgica de aço completamente moderna da América Latina, a maioria dos administradores dos EUA relutava em favorecer o completo desen-

⁸ ROSTOW, W. W. *The Economics of Take-Off into Sustained Growth*. London: Macmillan, 1963; KAHL, Joseph. *The Measurement of Modernism*. Austin: U. of Texas Press, 1968; LERNER, Daniel. *The Passing of Traditional Society*. Glencoe, IL: The Free Press, 1958.

volvimento industrial, e uma vez encerrada a guerra, a administração Truman pressionou vários governos latino-americanos a retroceder em sua política prol industrialização e voltar ao papel de produtores primários.⁹

Neste sentido, a Amazônia era o assunto perfeito para uma produção de OCIAA/Disney. Não só ofereceu o pitoresco e o exótico, e a atração adicional da batalha da borracha, mas também proveu um caso “limite” sob dois ângulos diferentes. Se os habitantes da Amazônia adormecida pudessem ser retratados como prontos e ansiosos para o beijo da modernidade, então seguramente toda a América Latina poderia ser retratada assim. Ao mesmo tempo, quase não se esperava que a Amazônia se tornasse outra Detroit ou Chicago. Apesar do breve *flerte* com o prospecto da industrialização no drama da fábrica de botão, era o produto/exportador “natural” da Amazônia que proveria a moeda corrente para adquirir modernidade – seja na forma do conhecimento científico, tecnológico, ou de novos bens de consumo. E a modernidade nestes disfarces viria como uma cortesia dos Estados Unidos à Amazônia. Em outras palavras, a imagem da Amazônia como o local de um tesouro de produtos tropicais naturais que espera para ser revelado por novas tecnologias permitiu aos promotores da Política da Boa Vizinhança evitar o irritante assunto da industrialização e de seu lugar no futuro da América Latina. Mas também exigiu uma pequena ou nenhuma menção ao *boom* da borracha (aquele da “era antiga”) com suas consequências aparentemente maléficas, pois aquilo que os EUA estavam propondo para a Amazônia não era radicalmente diferente do que comercializar a borracha, entretanto os agrônomos do período poderiam pregar as virtudes das placas em camadas horizontais e de outras “inovações tecnológicas”. (E numa perspectiva sexualizada a Amazônia posicionava-se como a fêmea natural/passiva, e os Estados Unidos como o macho racional/ativo – em outras palavras, a Bela Adormecida e o Príncipe Encantado).

Ainda outro ponto ambíguo era o modo pelo qual a natureza se punha no caminho da modernização. Por um lado, a natureza era a extraordinária fonte de riqueza que a Amazônia tinha a oferecer ao mundo; por outro lado, a natureza era um obstáculo que o “Homem” tinha que superar.¹⁰ O único meio de superar esta contradição era pressupor recursos infinitos – os homens podiam derrubar as árvores, abrir clareiras na terra, ampliar seus estabelecimentos, desenvolver a agricultura, e

⁹ Sobre a pressão dos EUA no pós-guerra por um retorno protecionista e outras medidas favoráveis a industrialização ver: WEINSTEIN, Barbara. *For Social Peace in Brazil: Industrialists and the Remaking of the Working Class in São Paulo, 1920-1964*. Chapel Hill: U. of North Carolina Press, 1996, capítulo. IV.

¹⁰ Para uma anterior aproximação entre a natureza e a Amazônia, ver: COELHO, Geraldo Mártires. “Natureza x Cultura em A selva, ou uma leitura civilizacional de Ferreira de Castro.” *Colóquio Internacional sobre Ferreira de Castro*. Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Portugal, 23 de maio de 1999.

ainda assim o meio ambiente natural proveria madeira, borracha, babaçu, etc., ajudando a Amazônia, e o mundo inteiro, a prosperar. Em nenhuma parte neste filme há qualquer menção sobre o assunto da preservação, e da população indígena, como também qualquer conhecimento que estes poderiam oferecer, também é apagado completamente da paisagem. Desta forma para um filme que crê na pesquisa científica e na tecnologia, isso não se estendeu para pesquisas que colidiam com a visão rósea do futuro da Amazônia. Já, pesquisadores do Museu Goeldi e de outros locais da Amazônia estavam publicando artigos que levantavam dúvidas sobre a suposta fertilidade da terra amazônica e a sustentabilidade de agricultura na região.¹¹ E dez anos de resultados frustrantes na lendária Fordlândia já tinham indicado que o cultivo da árvore da borracha seria muito mais assustador do que Henry Ford tinha suposto. Mas justamente pode ter sido o enorme otimismo sobre o poder de transformação tecnológica que permitiu aos diretores ignorar a evidência contrária.

Finalmente, se as descontinuidades entre *The Amazon Awakens* e qualquer filme feito hoje são dramáticas e óbvias, há uma continuidade que vale a pena apontar – o retrato da Amazônia como uma fonte de recursos internacionais ou globais. Ela foi, de saída, descrita como uma região cujo futuro não era apenas de interesse das “Seis Grandes Nações” que dividiam seu território, mas das nações ao redor do globo (e a linguagem do filme deixa aparente que o interesse internacional sobreviveria ao esforço de guerra). Considerando que os territórios ocidentais dos Estados Unidos tinham sido uma fronteira para os (norte) americanos, a Amazônia era sugestivamente uma fronteira para o “Homem”. Este senso da Amazônia como uma região de importância transnacional (e transcendente) cujo destino interessa a toda a humanidade, ainda pode ser discernido hoje no discurso dos EUA – baseados nos meio-ambientalistas, e constitui um elemento contínuo em virtualmente todas as representações norte-americanas da Amazônia. E esta construção da Amazônia como uma região cuja significação se coloca para além das definições normais de soberania nacional pode servir, em troca, para perpetuar os medos aparentemente “irracionais” dos brasileiros sobre “a cobiça internacional”.¹²

¹¹ Sobre as tentativas das instituições locais para conciliar o rumo do desenvolvimento com os ermos resultados da pesquisa agrônômica, ver DEAN, *Brazil and the Struggle for Rubber*, capítulo 7.

¹² A frase é de REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972 [1960].

Capítulo 16



Oscar de la Torre

O carimbó e a história social da Grande Vigia, Pará, 1900-1950¹

Na década de 1960, o pesquisador vigiense José Soeiro começou a recopilar uma coleção de letras do carimbó da Vigia e arredores. Foi nos festivais que começariam na década seguinte e nas rodas de carimbó locais, que pesquisadores e folcloristas começavam já a frequentar, que ele desenvolveu esse interesse pelo folclore local, e especificamente pelo carimbó como forma musical “cabocla.” Simultaneamente a outros pesquisadores do folclore paraense, como Vicente Salles, Soeiro começava a estudar as origens e características de um gênero musical que se destacava comercialmente nessa década, mas que nos espaços populares existia pelo menos desde fins do século XIX.²

¹ Este artigo é parte da minha tese de doutorado na University of Pittsburgh, inicialmente intitulada “The incorporation of Amazonian Maroons to local economies in Pará, Brazil, 1888-1940,” e foi escrito graças ao Andrew W. Mellon Fellowship, outorgado pela School of Arts and Sciences. O autor gostaria de agradecer a Paulo Cordeiro, Igo Soeiro, à Sociedade 5 de Agosto, Seu Cebola e Seu Nunes, e todos os entrevistados, pela ajuda na pesquisa. Rafael Chambouleyron e José Maia Bezerra Neto sugeriram trabalhar a área do Salgado, pelo qual lhes estou muito agradecido.

² Sobre o carimbó, ver: ANDRADE, Julieta de. *Folclore na Região do Salgado*, Pará: Profissões Ribeirinhas. São Paulo: Escola de Folclore, 1983; CONCEIÇÃO, Agripino Almeida da. *Marapanim – Reconstituição Histórica Cultural Mística e Chistosa*. Belém: Gráfica Norte, 1995; FERREIRA, Margarida Calandrini. *O Carimbó: mecanismo e fenômeno de integração*. Belém: Monografia de Graduação, UFPA, 1988; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *As Composições do Uirapurú: Experiências do Cotidiano Expressas em Letras do Conjunto de Carimbó de Verequete*. Belém: Monografia de Especialização

A coleção de letras reunidas por Soeiro é composta por 85 peças, e inclui as cantadas nas rodas de carimbó de grupos como *Tauapará Zimba*, *Os Tapaioaras*, *Alegria Vigienense*, *O Beija-Flor*, e outros. Elas refletem, de maneira singular, diferentes espaços sociais que podiam achar-se na região do Salgado na primeira metade do século XX.³ O mundo dos roceiros e agregados nas fazendas da região e do trabalho agrícola em geral; o universo social e cultural da pesca num território a cavalo entre o rio e o mar; as realidades vivas e cambiantes dos descendentes das senzalas, e as múltiplas celebrações profanas e religiosas do calendário cultural da área, são todos eles elementos que aparecem ricamente narrados e cantados nessa coleção de letras. É por isso que proponho utilizar as letras como fonte para a história da região do Salgado da primeira metade de 1900.

Obviamente, não podemos tratar as letras do carimbó da mesma maneira que trataríamos uma coleção de inventários post-mortem ou de jornais da época. As informações que elas contêm nunca vão nos dar informações muito precisas sobre eventos políticos ou sobre as quantidades de grude que foram exportadas da Vigia naquela ou em outra década. Porém, esses fragmentos de evidência empírica trazem para nós um conjunto de representações sobre espaços sociais e atividades econômicas que podem ser desentranhados e, quando analisados tomando em conta as particularidades da lírica, podem produzir valiosas informações históricas.⁴

em Teoria Antropológica, UFPA, 1999; LOBO, Lislene Mendes & CARVALHO, Manoel Dias de, *Memória do Grupo de Carimbó "Os Tapaioaras" na Cidade de Vigia (1998-2006)*. Vigia: Monografia de Graduação, UVA, 2008; MACIEL, Francisco Antônio. *Carimbó – Um Canto Caboclo* Campinas: Dissertação de Mestrado, PUCC, 1983; NOBRE, Deyvison C. Barbosa & RABELO, Francisco Ney de Sousa. *O Carimbó em Sua Origem e o Processo de Transformação, em Seus Aspectos Estruturais Rítmicos, Melódicos, Harmônicos e Timbrísticos*. Vigia: Monografia de Graduação, UFPA, 2006; PENA, João Carlos de Oliveira. *Carimbó na Vigia*. Belém: Monografia de Graduação, UFPA, 1995; RODRIGUES, João Sérgio Coutinho. *Memórias do Carimbó no Município de Vigia de 1988/2005*. Castanhal: Monografia de Graduação, UFPA, 2006; SALLES, Vicente. "Carimbó: trabalho e lazer do caboclo". *Revista de Folclore*, vol. 25 (1969), p. 257-282.

³ A historiografia do Salgado no século XX ainda é pouco explorada, mas os trabalhos pioneiros são: ACEVEDO MARIN, Rosa, *Julgados da Terra: Cadeia de Apropriação e Atores Sociais em Conflito na Ilha de Colares*. Belém: UFPA, 2004; ALMEIDA, Wilkler. *Tauapará*. Vigia: Edição do Autor, 2005; CORDEIRO, Paulo. *Memórias dos Carnavais de Vigia (1932-1970)*. Vigia: Ed. do autor, 2007; FAVACHO, José Ildone. *Noções de História da Vigia*. Belém: Edições CEJUP, 1991; MAUÉS, Raymundo Herald. *Padres, Pajés, Santos e Festas: Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico*. Belém: Edições CEJUP, 1995; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. "*Trabalhadeiras*" e "*Camarados*": Relações de Gênero, Simbolismo e Ritualização numa Comunidade Amazônica. Belém: UFPA, 1993; SOEIRO, Antônio Igo Palheta. *Cultura Funerária na Cidade de Vigia no Final dos Oitocentos: Transformações e Permanências em Torno do Imaginário da Morte (1860-1885)*. Belém: Monografia de Especialização, UFPA, 2008.

⁴ William H. Sewell, Jr., "The Concept(s) of Culture", em Victoria E. Bonnell e Lynn Hunt, ed., *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture* (California: University of California Press, 1999), 52; Ronald Grigor Suny, "Back and Beyond: Reversing the Cultural Turn?," *American Historical Review* 107 (2002), 1485. Um uso produtivo do conceito de representação acha-se em Mary Nash, *Mujeres en el Mundo: Historia, Retos y Movimientos* (Barcelona: Alianza, 2004).

Elas mostram como os vigienses e as vigienses da época experimentavam os mundos do trabalho, do lazer, das relações de gênero, etc.; informações que são muito difíceis de obter por outros meios, dada a escassez de fontes escritas produzidas pelos grupos populares na época. Mas se é quase impossível achar documentos escritos pelas mãos dos vigienses naquele período, conservamos sim uma rica documentação gravada no carimbó em forma de letras.

Muitas delas provêm do repertório do grupo de carimbó *Os Tapaioaras*, formado em 1965 por roceiros e pescadores das comunidades de Guajará e Cacau, dentro dos limites do município de Vigia. Neste texto, porém, vamos repassar a trajetória vital e familiar de Joaquim Benício de Miranda, pai de um dos fundadores, a qual condensa os principais espaços sociais em que os carimboleiros da época se inspiraram para escrever as letras do carimbó. O itinerário vital do Sr. Miranda, nascido em 1914 e falecido em finais do século XX, servirá para dar sentido à narrativa e articular esses espaços numa ordem coerente, ainda que outros aportes culturais de diferentes grupos e indivíduos possam ser identificados nos conteúdos das músicas. Vamos nos unir ao seu peregrinar pelo município de Vigia durante a primeira metade do século XX para conhecer as experiências sociais nos diferentes espaços geográficos da região.

MUNDOS DO TRABALHO

Em 1938, o fazendeiro de origem nordestina Francisco Soares de Melo comprou o imóvel rural Santo Antônio da Campina, na ilha de Colares, também chamado Tauaparã por causa do rio que o cruzava.⁵ Até o final da década de 20 existia no imóvel um engenho de fabricação de açúcar – e provavelmente de cachaça – movido à força animal, e que datava de época colonial. Porém, entre 1928 e 1933, o dono das terras anterior a Melo, Plínio Wilfrido de Campos, desmantelou a maquinaria do engenho e vendeu-a por peças.⁶ Soares de Melo iniciou a transição para a cria de gado bovino, depois continuada com a venda da propriedade em favor de Rodolfo Englehard, filho do proeminente baratista e ex-prefeito de Belém, Alberto Englehard, em 1943. Conjuntamente com a atividade pecuária, esses três proprietários mantinham um sistema de sítios agrícolas

⁵ ACEVEDO MARIN. *Julgados da Terra*; ALMEIDA. *Tauaparã*. Há uma descrição de meados do XIX do engenho que ali existiu em: EDWARDS, William H. *A Voyage Up the River Amazon Including a Residence at Pará*. Londres: John Murray, Albemarle Street, 1861, p. 68-74. Para uma descrição mais recente, ver: TOCANTINS, Sylvia Helena. *No Tronco da Sapopema: Vivências Interioranas*. Belém: Imprensa Oficial, 1998.

⁶ Depoimento de Seu Nunhes, 11 de março de 2009.

espalhados pelas terras do antigo engenho, e exerciam igualmente a extração de diversos produtos silvestres, como o turú, a seringa e o caranguejo, produtos de comercialização ocasional – mas significativa – na área.

Foi para ter um sítio nesta propriedade que Benício Miranda pediu autorização a Francisco de Melo em finais da década de 30. Proveniente do interior, Miranda se dirigiu ao Coronel num tono pacato e respeitoso – como correspondia à condição de fazendeiro de Melo – para poder se estabelecer no Tauapará e poder cultivar um sítio onde produzisse milho, feijão, mandioca, macaxeira, abóbora, batata doce, maxixe, melancia, e outros produtos. Ficava claro que Benício tinha direito a se estabelecer com família, como faziam os agregados e roceiros nas fazendas da época.⁷ Aliás, ele tomaria conta dos sítios chamados Bandarra, Cacau, e Ifigênia, e em pagamento pelo direito a cultivar e se estabelecer, entregaria periodicamente uma parte da farinha e as frutas que semeava.⁸

Nessa época, a mobilidade geográfica dos camponeses e em geral da mão de obra da área progrediu, ao mesmo tempo em que se dava uma lenta recuperação nos anos após o *boom* da borracha. Assim, nas festividades religiosas ou nos puxiruns que reuniam os diferentes habitantes dos diversos sítios do Tauapará, os santos tradicionalmente celebrados pelos afro-brasileiros, como São Benedito e muitos outros, foram gradativamente adotados por outros grupos de camponeses, ao mesmo tempo em que os descendentes de escravos passavam a celebrar festividades sacras ou profanas novas na sua comunidade. Processos como esses foram postos em prática no terreiro do sítio Bandarra, próximo à atual comunidade do Cacau. Os descendentes de Benício Miranda, que anos depois teriam um papel central na formação do grupo *Os Tapaioaras*, começaram a se familiarizar com o carimbó nesses espaços.

Os sítios e as diversas roças de propriedade do “patrão” eram mantidos produtivos e vigiados por vários grupos de trabalhadores, empregados sob diferen-

⁷ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997 [1969], pp. 98-113; GOMES, Flavio dos Santos. “Roceiros, mocambeiros e as fronteiras da emancipação no Maranhão”. In: CUNHA, Olívia Maria da & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-Cidadão*: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 164-65; GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação*: Família, Trabalho, Terra e Conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo/Juiz de Fora: Annablume/Funalfa, 2006, p. 233-261; IANNI, Octavio. *A Luta Pela Terra*: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 65; RIOS, Ana Maria Rios & MATTOS, Hebe Maria. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição”. In: CUNHA & GOMES (orgs.). *Quase-Cidadão*, p. 23-55; STOLCKE, Verena. “Moralidade e trabalho familiar”. In: CUNHA & GOMES (orgs.). *Quase-Cidadão*, p. 171-215.

⁸ Depoimento de Santana Miranda a Paulo Cordeiro, 22 de maio de 2009.

tes regimes de trabalho. Os ocupantes e trabalhadores mais antigos das terras do engenho eram os antigos escravos e seus descendentes, já presentes quando o Barão de Guajará era o proprietário do engenho, entre 1874 e 1912. A maioria deles morava nos anos 30 e 40 no lugar chamado “Mané João”, próximo ao furo de Guajará-Mirim, onde se estabeleceram como comunidade depois da abolição.⁹ Enquanto alguns deles trabalhavam como braçais eventuais para Melo ou Englehard, outros se ocupavam autonomamente nas roças familiares e conseguiam rendas eventuais mediante a pesca ou a extração de diversos itens. Salvo em ocasiões pontuais, os proprietários respeitavam, durante esse período, o direito consuetudinário dos descendentes dos escravos a morar nas terras do engenho.¹⁰ Outro grupo de trabalhadores eram os trabalhadores nordestinos que vinham fugindo das secas, os chamados “retirantes”, cuja entrada foi ativamente promovida por Francisco de Melo. No caso deles, eram empregados sob supervisão direta da fazenda, na agricultura de mandioca, feijão, ou milho, conjugada às atividades extrativas, ou na criação e cuidado do gado. Possivelmente em finais do XIX, tinham já entrado ao engenho trabalhadores da mesma origem.¹¹ Finalmente, alguns moradores de comunidades ribeirinhas, sítios e até cidades próximas, como Santo Antônio do Tauapará, Ariry, ou a mesma Vigia, chegaram à fazenda a procura de terras para formar um sítio e se estabelecer, com ou sem família. O regime de trabalho deles era parecido ao dos descendentes das senzalas, dado que eram autorizados a se estabelecer no Tauapará em troca de uma taxa de produtos da roça, como frutas ou farinha. À diferença dos afrodescendentes, porém, este grupo de roceiros (como Benício Miranda) demorou mais algumas gerações para desenvolver um sentido coletivo tão forte de pertença e de propriedade consuetudinária das terras do Tauapará, já que eles normalmente tiveram que negociar o assentamento no imóvel com o proprietário.

Na década de 30, época em que Benício Miranda se estabeleceu no Tauapará como trabalhador agrícola, o calendário das tarefas da roça ainda estruturava os hábitos religiosos, culturais e sociais da maioria da população local. No caso dos descendentes da senzala, a sua comunidade estava já submersa no trabalho agrícola semiautônomo, com alguns deles se empregando como braçais ou vaqueiros eventuais nos roçados e campos controlados pelo Coronel Melo.¹² Apesar do fato de que o trabalho agrícola era a principal ocupação desse grupo, o

⁹ Depoimento de Ilson Melo Pereira, 10 de março de 2009.

¹⁰ Depoimento de Manoel da Conceição, 11 de março de 2009 e 31 de março de 2009.

¹¹ Depoimento Sylvia Helena Tocantins, 3 de março de 2009. Ver também: *O Liberal da Vigia*, 1877.

¹² Depoimento Sylvia Helena Tocantins, 3 de março de 2009; Depoimento de Ilson Melo Pereira, 10 de março de 2009.

passado marcado pela escravidão continuava bem presente nas letras do carimbó, como testemunham as que chegaram até o repertório de *Os Tapaioaras*.

49 – CANAVIÁ PEGÔ FOGO

Canavial pegou fogo maninha,
Chama a gente para apagar
Canavial pegou fogo maninha
Chama a gente para apagar
(coro).

Eu não, eu não vou lá,
Eu tenho medo
Pode o fogo me pegar.

Em “Canavial Pegou Fogo”, é evocado um dos principais espaços do engenho Santo Antônio da Campina, o qual, lembremos, esteve funcionando até a década de 20. Neste caso o canavial é lembrado por causa de um incêndio – uma das formas tradicionais de sabotagem escrava, vale lembrar. Neste caso, porém não sabemos se está sendo retratada uma sabotagem ou não. O que é claro é que o autor busca ajuda para confrontar o problema, ainda que tenha “medo” de “o fogo lhe pegar.” Mas a dúvida é: está o autor realmente expressando medo do fogo, ou é o temor causado por algum outro aspecto relacionado com o canavial, e expressado de maneira metafórica? O fogo é símbolo de ciclos de destruição e renovação, mas a parte assustadora dele é a parte destrutiva. A escolha do autor ao focalizar o fogo do canavial não é gratuita: ele está marcando o caráter destrutivo e violento do trabalho lá realizado, aspectos que os ouvintes e dançantes do carimbó evocariam com a imagem do fogo devorador da cana e dos homens. O autor não se envergonha do medo, porque “pode o fogo me pegar.”

De fato, a face violenta e exploradora do trabalho escravo, assim como as marcas indeléveis que ele deixou na memória dos descendentes das senzalas aparece retratada em outra das letras, como a da peça número 79, “Nego no Tronco”.

79 – NEGO NO TRONCO

O nego chegou suado,
Veio do canavial
O Senhor chamou o carrasco
Mandou logo espancar.

(coro)

Ai não apanha, não apanha,
O nego não vai apanhar
Ai não apanha, não apanha.
O nego não vai apanhar

O nego estava no tronco
O Senhor mandô amarrar.
Com as correntes nos pés
O nego vai apanhar
(coro)
A mulher do branco veio
Chorando que nem criança
Não bata no nego velho
Que é da nossa confiança.

Nesta peça presenciamos de novo a dureza do trabalho no canavial, no qual, aliás, o trabalhador escravizado estava sujeito à crueldade do castigo físico exercido pelo senhor e executado pelo “carrasco”. De fato, o tronco de castigo é um lugar altamente simbólico, e lembrado pelos descendentes da senzala do Tauapará até o presente.¹³ Porém, neste carimbó a mulher do patrão ou “branco” se apieda do “negro” que ia ser castigado, e implora ao seu marido para perdoar o castigo, alegando confiança. Temos aqui um tema recorrente no imaginário dos trabalhadores rurais e, especialmente, dos ex-escravos. O coronel representa os valores da virilidade e a inflexibilidade, o grande patrão, enquanto a esposa dele representa a caridade e a piedade cristãs. Poderia ser que este retrato estivesse inspirado em lembranças do Barão de Guajará, quem de acordo com uma ex-escrava que dizia ter sido trabalhadora doméstica na Casa-Grande, sofria súbitos ataques de ira e castigo contra os escravos.¹⁴ A Baronesa, porém, ficou representada na memória da antiga escrava como um contraponto de compreensão, ternura, e caridade cristã. Curiosamente, a esposa de Francisco Soares de Melo, o criador de gado e proprietário do engenho entre 1938 e 1943 encarna os mesmos valores no romance *No Tronco da Sapopema*, obra escrita pela romancista paraense e filha do Coronel Melo, Sylvia Helena Tocantins, em 1998. O que fica claro, em qualquer caso, é que na dupla patrão/patroa uma das duas partes expressa o paternalismo e a piedade, enquanto a outra representa a faceta exploratória e cruel na relação entre escravos e senhores. São na verdade as duas caras da moeda que se comple-

¹³ Depoimento de Manoel da Conceição, 31 de março de 2009.

¹⁴ “Raiol na lembrança de sua escrava”. *O Liberal* 14/11/1976; O Barão de Guajará era Domingos Antônio Raiol ou Rayol, segundo as fontes (Vigia 4/3/1830 – Belém 27/10/1912). Formado advogado em Recife, foi promotor fiscal da Tesouraria de Fazenda do Pará em 1856, eleito deputado pelo Partido Liberal em 1864, e presidente das províncias de Ceará, Alagoas, e São Paulo a partir de 1882. Com o advento da República deixou a política ativa e publicou vários trabalhos de história e outras disciplinas sociais, dentre os quais se destacam *Motins Políticos*, uma monumental crônica da Cabanagem que narra os seus fatos políticos e confrontos militares. *Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Catálogo da Primera Série de Uma Galeria Histórica*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará 1918, p. 36-37.

mentam, simbolizando o regime patriarcal na grande propriedade agrária ou pecuária, uma figura fundamental na história do Brasil.¹⁵

É importante acrescentar, por outro lado, que quando Benício Miranda chegou ao Tauapará nenhum dos universos culturais dos descendentes da senzala nem dos camponeses de origem cultural cabocla, mestiça ou europeia, estava isolado dos outros. Quase nunca tinha estado. Por um lado, em Vigia e a sua área de influência existiam desde o século XIX numerosas famílias de libertos que desde bem cedo se uniram maritalmente aos descendentes de indígenas e europeus. A população pré-escravidão da Vigia, por outro lado, descendia já da mistura étnica entre colonos de origem portuguesa e indígenas “aldeados” pelas missões jesuítas ou franciscanas que existiam desde o século XVII. A região foi desde cedo na sua história o berço de múltiplos processos de fusão étnica marcados, porém, por tensões e relações desiguais de poder entre grupos de gênero, de classe, étnicos e raciais. No caso da fusão étnica e racial, ela afetou as diferentes camadas sociais em períodos diferenciados, e foi muito mais comum entre grupos populares que entre a elite local, que se mantinha menos inclinada a se misturar com descendentes de indígenas ou de africanos que mantivessem marcadores visíveis do seu passado.

A PESCA

Na região do Salgado, a tradicional economia da pesca fomentava a mobilidade geográfica entre as diferentes vilas e sítios. Assim, um pescador podia ter visitado a ilha de Colares, ter posto os seus pés em Belém do Pará, e até ter trabalhado em barcos de grande ou médio porte no Amapá, e tudo isso enquanto morava por exemplo no bairro de Arapiranga, em Vigia. O carimbó reflexa essa mobilidade geográfica, tanto ao nível da região de Vigia como em maiores distâncias.¹⁶

Benício Miranda participou desta mobilidade intra e inter-regional, ao ter se instalado em Colares para roçar. Por outro lado, segundo seu filho, Benício manteve amizade com muitos pescadores na região tanto antes como depois de se instalar em Colares.¹⁷ A importância das atividades pesqueiras é fundamental na cultura do

¹⁵ A obra fundamental para compreender o peso da família patriarcal na formação histórica do Brasil, especialmente no campo, é GIUCCI, Guillermo *et al.* *Gilberto Freyre: Casa-Grande & Senzala: edição crítica*. Paris: Ed. Unesco, 2002, pp. 78, 214, 269; Ver também: FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*; SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971; SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantation in the formation of Bahian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1985, p. 253, 466.

¹⁶ Sobre a pesca no Pará e na Vigia, ver: MOTTA-MAUÉS. “Trabalhadeiras” e “Camarados” e José VERÍSSIMO. *A Pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Classica de Alves & Cia., 1895.

¹⁷ Depoimento Santana Miranda a Paulo Cordeiro, 22 de maio de 2009.

carimbó, pois tanto elas como os seres mitológicos que as rodeiam (e que analisaremos numa outra seção) aparecem representadas nas letras do carimbó com uma frequência maior do que as agrícolas. Vale dizer, por outro lado, que o mar sempre exerceu uma fascinação cultural muito marcante nas regiões pesqueiras, gerando toda uma mitologia de seres fantásticos desde tempos imemoriais. Várias letras de carimbó dos Tapaioaras refletem as longas viagens das “pescarias de fora” (uma semana ou mais em alta mar), como “Arirí”, peça número 10, ou “Barco Chamado Ubá”, a 73.

10 – ARIRÍ

Ô arirí, arirí, arirí.
Ô arirí meu canapijó
Botei meu navio para fora
Na ilha do Marajó
(coro)
Botei meu navio para fora
Na ilha do Marajó
Botei meu navio para fora
Na ilha do Marajó.

73 – BARCO CHAMADO UBÁ

No Oiapoque tem um barco
Que se chama de ubá
Não tem pôpa não tem proa
Quem o fez foi Samaracá
(coro)
Mas eu ouvia falar
No barão da camboa
A cachoeira madame
Não é coisa boa
Ticu-ticu, ticu lá.
Quem te ensinou a falar
Foi a língua estrangeira
E também Samaracá.

28 – NAVIO DE OURO

Meu navio era de ouro
Mastareu era de prata
Meu navio saiu para as minas
Carregado de mulata
(coro)
Olê, olê, olê, olê, olê, olá
Meu navio vem se quebrando
Na entrada do Pará.

Nestes casos, um faz referência à Ilha do Marajó, e o outro ao rio Oiapoque, na fronteira entre Brasil e a Guiana Francesa, ambos os destinos tradicionais das pescarias de fora.¹⁸ Assim são refletidos os vínculos com territórios distantes geograficamente da Vigia, mas próximos em termos de relações culturais. É curioso que dentre todos os grupos étnicos dessas regiões, os únicos mencionados diretamente são os Saramacas surinameses, isto é, os descendentes dos escravos amocambados no interior do Suriname durante o período da escravidão.¹⁹ Alguns dos descendentes deles trabalharam em finais do século XIX e inícios do XX nas minas de ouro e outros minerais do rio Oiapoque, na Guiana Francesa, e é ali que provavelmente participaram do carimbó que os pescadores vigienses praticavam.

Por outro lado, se muitos carimbós dos *Tapaioaras* falavam das saídas e as pescarias em alta mar, outros expressavam o desejo de voltar ao porto de saída, ou se despediam daqueles que saíam a pescar em águas longínquas. Expressava-se assim a linguagem universal da saudade marinheira, do desejo de retornar à casa, ou da despedida dos que vão.

18 – MEU BARCO VAI SAINDO

O meu barco vai saindu
Do pôrto de São Mateus
Uma mão puxando a amarra
E a outra fazendo adéus
(coro)
Adeus, adeus, para nunca mais.
Barco vai saindo
Marinheiro vai ficar.

31 – VELEIRO DA PRAIA

Nós somos veleiro da beira da praia
Vimos remando com remo de fâia.
Nós somos veleiro da beira da praia
Vimos remando com remo de faia.
(coro)
Olê-olê, olê olê-olá.
Rema ligero, que nós queremos chegar.
Olê-olê, olê-Olá;
Rema ligero, que nós queremos chegar.

¹⁸ MOTTA-MAUÉS “*Trabalhadeiras*” e “*Camarados*”, p. 28; VERÍSSIMO, *A Pesca na Amazônia*, 16.

¹⁹ Richard PRICE. *First-Time: the historical vision of an Afro-American people*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983 e PRICE. “Liberdade, Fronteras e Deuses: Saramacas no Oiapoque (c. 1900)”. In: CUNHA & GOMES (orgs.). *Quase-Cidadão*, pp. 119-147; THOMPSON, Alvin O. *Flight to Freedom: African runaways and maroons in the Americas*. Jamaica: University of the West Indies Press, 2006.

76 – MÃE MARIÁ
Rema para a beira.
Mãe Mariá (coro)
A maré está correndo
Mãe Mariá (coro)
A canoa está furada
Mãe Mariá (coro)
Vai afundar
Mãe Mariá (coro)
Ai – ai, ai-ai.
Mãe Mariá (coro)
O vento esta forte
Mãe Maria (coro)
Rema ligero
Mãe Mariá (coro)
Que eu quero chegar
Mãe Maria (coro)

Esta temática era às vezes misturada com a do amor ausente:

6 – REMA REMADOR.
Rema, rema, rema
Rema meu remador.
Que eu quero chegar na cidade
Para perto do meu amor
(coro)
Oví, oví-oví.
Oví o pilôto falar.
O barco vai carregado
Ele não pode navegar

Ou também podia se impregnar com as freqüentes temáticas religiosas.

43 – QUANDO DEUS ANDOU NO MUNDO
Eu vi Menué, eu vi,
Roncá no mar
Barco suspendeu bandeira, Mané;
A maré está preamár.
(coro)
Quando Deus andou no mundo,
São Pedro também andou.
São Pedro bebeu veneno, Mené
Pensando que era licor.

Em muitas das letras aparece também a divisão do trabalho na atividade pesqueira. Embarcados numa embarcação de porte médio, como um reboque ou uma vigilenga, e usando uma rede de malhar, ou mais raramente um espinhel, nestas pescarias anteriores à aparição do barco frigorífico se embarcavam como mínimo três pescadores.²⁰ Vemos esta qualidade coletiva da pescaria em “Mandei Fazer um Barco,” peça número 1. É também o caso de “Entrada da Barca,” na qual se expressa a solidariedade entre os marinheiros face às dificuldades da vida marinheira.

1 – MANDEI FAZER UM BARCO

Eu mandei fazer um barco
Para o Manduca pilotar
O Manduca mal piloto
Ia dexando o barco afundar
(coro)
Pilota a barco Mané
Sigura o jacumã
Que eu quero chegar lá em casa
Às quatro da manhã (bis)

11 – ENTRADA DA BARCA

Quando a barca entrou, eu vi gemer.
Os nossos tripulantes
Já ficaram sem beber
(coro)
Já ficaram sem beber
Já ficaram sem beber
Os nossos tripulantes
Já ficaram sem beber
A cachaça no copo é para se beber
A farinha na cuia é para se comer
(coro)
Para se comer, para se comer.
A farinha na cuia é para se comer
Para se beber, para se beber
A cachaça no copo é para se beber.

OUTROS ESPAÇOS DO TRABALHO

Porém, uma série de atividades extrativas complementava as puramente agrícolas e até as pesqueiras, e permitia aos camponeses diversificar os produtos

²⁰ MOTTA-MAUÉS. “Trabalhadeiras” e “Camarados”, p. 32, 37; VERÍSSIMO. *A Pesca na Amazonia*, p. 90, 93.

que consumiam e, sobretudo, que comercializavam. No caso de Benício Miranda e as outras famílias de camponeses no Tauapará, esses produtos eram o caranguejo, recolhido normalmente nas áreas de mangue; o tordo, no mesmo habitat; e diversos produtos vegetais, como o açaí e, em inícios do século, a seringa. Todos esses produtos aparecem nas letras do carimbó.

28 – SERINGAL

Eu não quero o teu dinheiro
Nem também o teu capital
Quero que você me ajude
Na vida do seringal
(coro)
Ai mamaia, ai mamaia.
O homê quando não presta
Tira calça e veste saia.

44 – SAMBARIRÍ

Apanha bacaba repela açaí...
Sambarirí olha lá (coro)
Apanha bacaba, repela açaí.
Sambarirí olha lá (coro)
Oh samba, samba devagar...
Sambarirí olha lá (coro)
Oh samba, samba pelo chão...
Sambarirí olha lá (coro)

42 – QUERO APANHAR AÇAÍ

Mariquinha, tu já vai,
Eu também queria ir.
Me leva lá para otro lado
Quero quero apanhar açaí
(coro)
Repela bacaba, repela 'çaí.
Ai morena me leva
Que eu queru apanhar açaí.

Na segunda peça, 'Sambarirí,' percebe-se a fusão do trabalho agrícola com a música e a folga do carimbó, testemunhando as relações festividade-trabalho que mencionava antes. Ainda deveríamos considerar outras fontes de trabalho no caso dos habitantes do Tauapará, na época em que Benício Miranda ali se instalou.

48 – SARACURA DA OLARIA

Saracura vem cantando,
Lá para a parte do igapé

Saracura vem cantando
Lá para a parte do igapé
Ara canta minha saracura,
Siricó, siricó.
(coro)
Ara canta minha saracura,
Siricó, siricó, siricó.
Saracura vai cantando
Lá para a parte da olaria.

Uma ocupação eventual foi a do trabalho na olaria, onde se praticava o fabrico de telhas e tijolos desde o século XIX até algum momento do XX, provavelmente em regime de trabalho assalariado contratado pelos proprietários do engenho.²¹ A outra era a caça de pequenos mamíferos, como a paca e a cotia, ou de diversas espécies de tartarugas, como o jaboti e o tracajá. Esta atividade, entretanto, era praticada de maneira independente, embora devesse contar, em teoria, com a permissão do proprietário das terras. O fazendeiro Francisco de Melo mantinha pelo menos um caçador entre os empregados da sua fazenda, o personagem Juvenal do romance *No Tronco da Sapopema*.²² Note-se a ligação com o mundo natural, e como ele se introduz e entrelaça com as atividades de subsistência, aparecendo em ocasiões de maneira ameaçadora, como na peça 74, “Tamanduá”.

74 – TAMANDUÁ
Eu fui fazer uma caçada,
Encontrei um tamanduá
O bicho estava valente
Não queria deixar eu passar.
(coro)
Ai olê-olê, ai olê-olá.
Eu fiquei com medo, do tamanduá.
Ai olê-olê, ai olê-olá.
Eu fiquei com medo, do tamanduá.

Vale dizer, por último, que o recurso ao trabalho urbano foi sempre mais uma alternativa para os habitantes da região de Vigia. Ainda que a cidade não participasse muito intensamente do auge da borracha nas primeiras décadas do século, nem da castanha entre 1920 e 1940, os serviços urbanos, o comércio

²¹ Depoimento Ilson Melo Pereira, 23 de março de 2009.

²² TOCANTINS. *No Tronco da Sapopema*, p. 34-35.

– ambulante ou não – e o emprego público, foram sempre alternativas para uma pequena parte da população.²³ É o que mostram peças como “Somos Geleros”.

62 – SOMOS GELEROS

Somos geleros da beira da praia,
Viemos remando com remo de faia
Somos geleros da beira da praia,
(coro)
Viemos remando, ê,ê
Viemos remando,ê,ê
Rema ligero, que nós queremos chegar.

ROÇA, FAMÍLIA E GÊNERO

Voltemos à terra firme do Tauapará, em Colares, onde Benício Miranda desenvolveu a atividade que ele escolheu para dar sustento à família. O trabalho agrário era, é claro, duro e de baixa remuneração. Os camponeses da época provavelmente consumiam a maior parte do milho, feijão, e a mandioca que produziam, comercializando só uma pequena parte.²⁴ No caso de Benício, aliás, ele tinha que ceder uma parte ao proprietário das terras do Tauapará. O primeiro passo para criar a roça de mandioca e os outros hortos era a queima e a coivara, que normalmente se realizava em regime de trabalho de *puxirum* ou mutirão. No seu caso, isso realizou-se com a ajuda dos descendentes de escravos de Mané João, e talvez dos braçais do Coronel Melo. Assim começava o ciclo anual agrícola, normalmente entre julho e dezembro.

Nesse ciclo, a divisão e complementação de tarefas domésticas se convertiam em algo fundamental. Normalmente, era o homem quem fazia só o trabalho fisicamente mais exigente na roça, como a derruba de árvores. A mulher era, porém, quem cuidava da roça durante o ano, convertendo esse espaço em caracteristicamente feminino. Isto se dava mais ainda nas unidades domésticas unifamiliares, comuns na época.²⁵ Assim, as letras dos *Tapaioaras* têm nos legado imagens de trabalho feminino familiar, como por exemplo as da mãe da família Miranda, Dona Maria Porto Miranda. O trabalho que ela e muitas outras mulheres faziam aparece refletido em peças como a número 3, “Quebra Milho,” e a 22, “Mamãe faz o Fogo”.

²³ Acervo do Cartório Raiol, Vigia, doravante ACR-V, Livro de Audiências do Subprefeito de Collares, 1902-08, e Protocolo de Audiências do Subprefeito de Segurança de Collares, 1901-1909.

²⁴ Depoimento Alcides Souza de Jesus, 26 de março de 2009.

²⁵ MOTTA-MAUÉS, “*Trabalhadeiras*” e “*Camarados*”, p. 45-50.

3 – QUEBRA MILHO

Mamãe quebra milho
Papai está pilando.
Enquanto papai pila.
Eu já vou penerando
(coro)
Quero passar, quero passar.
Na beira do rio.
A mamãe que me dá

22 – MAMÃE FAZ O FOGO.

Mamãe faz o fogo
Para sentar, a panela.
PESCOÇO DE GALO
Boca de gamela
(coro)
PESCOÇO DE GALO
Boca de gamela
Ela está dançando, está disfarçando.
Não é com ela.

Houve outras ocupações laborais tipicamente femininas que também existiram, ainda que notadamente no âmbito urbano. Numa economia urbana com pouco desenvolvimento na primeira metade do século XX, a maioria das mulheres dedicava-se ao trabalho doméstico, quando o cuidado da própria família o permitia. Elas são a onipresente esposa doméstica, a quem se situa principalmente no âmbito familiar, e a quem se considera responsável por cuidar desse espaço, em consonância com as representações patriarcais do anjo doméstico imperantes à época.²⁶

67 – BAMBÚ BAMBUÁ

Mariquinha cadê meu tamanco
Deixei em casa em cima do banco
(coro)
Ei bambú, ei bambuá
Ei bambú, ei bambuá
Mariquinha cadê meu sapato
Deixei em casa dentro do quarto
(coro)
Ei bambú, ei bambuá
Ei bambú, ei bambuá.
Mariquinha cadê meu lençol
Deixei na corda estendido no sol.

²⁶ Para uma análise dessa representação em Colômbia, ver LUNA, Lola G. "La construcción del sujeto maternal en el discurso colombiano, 1930-1957". *Boletín Americanista*, nº 53 (2003), p. 227-35.

50 – LAVADEIRA

Oh lava, lava, lavadeira...
Estou aprendendo a lavar (coro)
Engoma, engoma, engomadeira...
Estou aprendendo a engomar (coro)
Oi lava esta roupa
Que eu quero ir na festa...
Estou aprendendo a lavar (coro)
Oi lava esta roupa até por favor...
Estou aprendendo a lavar (coro).

Para as mulheres camponesas, o trabalho nas tarefas agrícolas fazia mais difícil o emprego remunerado em relação ao caso das mulheres com maridos pescadores, como temos visto em “Quebra Milho,” ainda que estas também tomassem conta da roça. Assim, as mulheres que casavam com pescadores, ou com outros homens ocupados em empregos puramente urbanos, recorriam com mais frequência às rendas provenientes do trabalho doméstico remunerado, como lavar, engomar, cozinhar. Essa situação gerou representações do trabalho feminino que ficaram gravadas no carimbó. Várias peças representam tais ocupações, como vemos na número 84 e a 61, “Cirandinha”.

84 – LAVA LAVADEIRA

Lava, lava, lavadeira ô lê-lê,
Moça que não sabe lavar
Lava, lava, lavadeira ô lê-lê.
Moça que não sabe lavar
(coro)
Eu mandei fazê um terno.
Mandei lavar, engomar.
Lava, lava, lavadeira ô lê-lê.
Só moça que sabe lavar.

61 – CIRANDINHA

(...)
Tira a dama que eu quero ver
Tira a dama que eu quero olhar (bis)
Lava, lava lavadeira.
Quem te ensinou a lavar
Tira a dama que eu quero ver
Tira a dama que eu quero olhar.

Ambas as peças chamam a atenção para mulheres jovens que não sabiam lavar, como era imperativo na época, dada a manutenção dos papéis de gênero tradicionais (ver também a peça número 50, “Lavadeira”). Os carimbós que Benício Miranda e outros carimboleiros como os irmãos Lobato cantavam e compunham também retratavam as mulheres cozinhando. Neste caso, a peça 81, “Ralando Coco,” retrata uma mulher “morena” fazendo mingau com o coco ralado pelo autor, provavelmente expressando a admiração ou a atração do autor pela protagonista da música.

81 – RALANDO COCO

Estava ralando meu coco
Em cima do meu jiráu
Veio a mulata bonita
Tira coco e faz mingáu
(coro)
Na casa da Bibiana
Debaixo da amendoeira
Na casa da Bibiana
Debaixo da amendoeira.

“Ralando Coco” não é em absoluto a única letra em que a mulher é invocada mediante um qualificativo racializado. De fato, em muitas letras que têm como protagonistas mulheres das camadas sociais populares elas aparecem como “mulatas”, “morenas” e adjetivos similares referentes à cor. Esta reiteração da cor das mulheres que aparecem nas letras tem uma dupla leitura. Por um lado, expressa a descrição racial das mulheres de extração popular, ainda que de um modo bastante ambíguo, indefinido e genérico.²⁷ Em outras palavras, as mulheres são descritas como “moreninhas” e “mulatas” em parte porque é a cor que os carimboleiros percebiam como mais característica nas mulheres que não pertenciam à elite, em virtude dos processos de mistura racial que antes mencionei. Este uso puramente descritivo dos epítetos raciais se constata em peças como “Cajueiro” ou “Téu Teu”.

72 – CAJUEIRO

Morena, mamãe te chama
Vai dizer que lá não vou,
Agora que me sentei
Para cantar seringador (...)

16 – TÉU TÉU

²⁷ Sobre o registro descritivo no sistema de classificação racial brasileiro, ver SHERIFF, Robin E. *Dreaming equality: color, race and racism in urban Brazil*. Londres: Rutgers, 2001, p. 57, 220; TELLES, Edward. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004, p. 90.

Téu, téu – téu, téu mariscador.
Estava na ponta da areia
Quando eu vi o galo cantou
(coro)
Lá vem aurora, lá vem o dia
Lá vem a morena
Que eu tanto queria.

Mas em outras peças se advertem atribuições de significado – e não só descrições – especificamente raciais. Nelas se usam juízos de valor com os grupos raciais, juízos de valor baseados em representações estereotipadas das mulheres negras e mulatas. É o caso das peças número 80, 58, e 60, “Amarrei o Burro” e “Ariramba Caiu na Água” e “Avoa Minha Ariramba”, as quais formulam representações que atribuem determinadas qualidades à categoria de “mulata”, que são o erotismo e o apego desmedido ao lazer.

80 – AMARREI O BURRO

Amarrei o meu burrinho,
No cercado do quintal
Veio a mulata sapeca
E me sortou o animal
(coro)
Ai olê-olê, ai olê-alá
Mulata sapeca
E me sortou o animal.

58 – ARIRAMBA CAIU NA ÁGUA

Ariranba caiu na água,
No meio do aturiá
Ela vai, ela vem
Mulatinha no samba tem
(coro)
Ela vai, ela vem
Mulatinha no samba tem
Ela vai, ela vem
Mulatinha no samba tem.

60 – AVOA MINHA ARIRAMBA

Avoa minha ariramba
Para o galho da mutamba,
Para fazer o seu ninho
Onde as morenas faz o samba.
(...)

No caso de “Amarrei o Burro”, o termo “sapecá” pode se interpretar como pessoa levada ou arteira, por um lado, ou pessoa namoradeira ou saliente de outro²⁸ mas ambos os significados ressaltam a simplicidade, e se enquadram numa peça que metaforicamente refere ao desejo sexual desatado. A letra da peça “Bem-Te-Vi” atribui aliás a condição de malvada à representação da “mulata”.

30 – BEM-TE-VÍ
Bem-te-vi bateu asa
No galho do meu pau,
E a malvada morena
Pegou na espingarda e matou (...)

Estas representações da mulata sexualizada ou diabólica continham provavelmente certo grau de realismo, desde o ponto de vista dos carimboleiros. As mulheres afrodescendentes procediam das camadas sociais mais carentes, provavelmente foram discriminadas no mercado de trabalho por várias décadas após o fim da escravidão, e muitas vezes viram-se obrigadas a se sustentar com o recurso à prostituição.²⁹ Não é de estranhar que utilizassem todas as estratégias possíveis, incluindo o engano e a fraude, para poder subsistir num mundo marcado pelo patriarcalismo exacerbado e as desigualdades sociais agudas. Porém, a imagem cultural da “mulata de fogo” ou mulher afrodescendente hipersexualizada virou representação patriarcal, convertendo a situação de exploração sexual em qualidade racial inata, como se plasmou na literatura brasileira do século XX. Dos expoentes notáveis no uso dessa imagem a partir dos anos 30 e 40 foram Gilberto Freyre e Jorge Amado nos seus primeiros romances (incluindo *Gabriela, Cravo e Canela*).

TRABALHO, LAZER, E ADAPTAÇÃO AO MEIO

Mas nem tudo era trabalho e sofrimento na vida dos vigienses e das vi-gienses nas primeiras décadas do século XX. No caso dos camponeses como Benício Miranda, a criação de um novo roçado era encerrada com uma roda de carimbó,

²⁸ “Sapecá: Diz-se de, ou pessoa assanhada, saliente, namoradeira. Diz-se de, ou pessoa levada, arteira [astuciosa, artilosa, travessa]”. *Dicionário Aurélio Eletrônico: Século XXI 3.0*. Lexikon Informática Ltda., 1999.

²⁹ ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991; BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998; LEITE, José Correia & Cuti. *E disse o velho militante ... José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1992. Sobre o uso feminino das relações sexuais para a melhoria das condições sociais, ver: JIMENEZ, Michael F. “Class, Gender, and Peasant Resistance in Central Colombia, 1900-1930”. In: COLBURN, Forrest D. (org.). *Everyday Forms of Peasant Resistance*. Armonk: M.E. Sharpe, 1989, p. 122-49.

na qual não faltavam comida e bebida até o amanhecer. Foi nesse tempo que o carimbó virou um hábito consolidado e relacionado às tarefas agrárias. A peça 57 é um bom exemplo disso.

57 – QUERO VER O SOL NASCER

Eu quero ver, eu quero ver, ô,ô,ô

Eu quero ver o sol nascer, ô,ô,ô.

Eu quero ver, eu quero ver, ô,ô,ô

Eu quero ver o sol nascer, ô,ô,ô

(coro)

O batuque vai rolando,

Vai rolando, vai rolando,

Vai rolando, vai rolando.

De uma vez, ê,ê,ê.

E não tinham reparos os camponeses carimboleiros em declarar que o carimbó tinha que ser aproveitado, e que assistir às rodas que se celebravam periodicamente nas diferentes comunidades do Tauapará e arredores era quase uma necessidade para combater as dificuldades da vida camponesa.

26 – DANCE MINHA GENTE

Dance, dance minha gente

Aproveite a mocidade

A velhice quando chega

Carimbó dexa saudade

(repete o côro)

Dance, dance minha gente.

Aproveite a mocidade

A velhice quando chega

Carimbó dexa saudade

13 – DÁ MEU CHAPÉU.

Mariquinha me dá meu chapéu

Que eu quero ir no baile

Na casa do Manél

(coro)

Mariquinha eu também quero ir

Lá no baile, na casa do Manelí

54 – NA ENTRADA DO SAMBA

Ô, na entrada do samba,

Benzinha, tu sabe como é

Aí, depois da batucada,

Vai sambar como quizer.

(coro)

Como quizer, como quizer
Aí, depôs da batucada.
Vai sambar como quizer.

Tanto para os Miranda, como para as outras famílias que moravam na região do Tauapará, as rodas de carimbó periódicas, que coincidiam com as festividades religiosas e o calendário agrícola, eram uma oportunidade única para socializar e manter o contato com os membros das outras comunidades. Assim, os povoadores do Mané João, que pouco depois iria se converter em Cacau, eram visitados quando se celebrava uma roda de carimbó pelos de Ovos e pelos de Santo Antônio do Tauapará, camponeses e pescadores descendentes dos camponeses livres e libertos, tanto brancos como negros, que nesses lugares se instalaram durante o século XIX.³⁰ Era nesses encontros que podiam se encontrar parceiros sentimentais e domésticos, e inclusive onde muitas famílias se formaram. E eram esses os encontros que os *Tapaioaras* evocavam em várias letras, como “Tenho Camisa de Meia”.

51 – TENHO CAMISA DE MEIA

Tenho camisa de meia, olê.
Peço quem queira me dar, olá.
Tenho camisa de meia, olê.
Peço quem queira me dar, olá.
(coro)
Eu vô, eu vô, eu vô,
Para o Tuapará
Vou buscar uma moça
Para me casar.

Destaca-se na peça o espaço da celebração lúdica unido à possibilidade de encontrar mulher no sentido de encontrar esposa, companheira estável. É por isso que em “Avoa Minha Ariramba”, uma das peças que fala das “mulatas” como mulheres promíscuas, menciona-se o ninho como símbolo da formação da família, indo além das relações puramente esporádicas. E é por isso que em “Tenho Camisa de Meia” o autor afirma ir ao Tauapará para buscar “uma moça para me casar.”

Mas a alegria com que os Miranda e outros camponeses celebravam as datas marcadas no calendário agrícola pode ser entendida desde outro ponto de vista. Num contexto de dificuldades de acesso a melhorias tecnológicas básicas ou ao capital necessário para elas, os camponeses deviam sentir-se frequentemente numa situação de vulnerabilidade face a dificuldades provenientes tanto do mundo

³⁰ Depoimento Nadi Ramos, 19 de março de 2009.

social como do natural.³¹ No primeiro caso, a coexistência com as atividades pecuárias podia revelar-se difícil: dado que os roçados se achavam às vezes em áreas longínquas das zonas de habitação, e que não existia o cercamento delas, algumas das famílias de Mané João e de Santo Antônio do Tauapará alegam que os bois invadiam e danavam os roçados familiares.³² Por outro lado, a variada fauna da ilha de Colares podia também representar um perigo, tanto para os roçados de mandioca como para os hortos de milho ou feijão. É o que expressam numerosas letras.

2 – MILHO NA ROÇA
Eu plantei milho na roça
Plantei, plantei.
O macaco já comeu (bis)
Comeu, comeu.
(coro)
Valei-me, meu pai valei-me.
Meu pai valei-me
Que o milho não era meu. (bis)
Não era meu.

Achamos também ameaças provenientes do mundo natural, mas formuladas como uma agressão direta ao sujeito camponês.

75 – MANHUARA
Estava na minha roça
Manhuara me mordeu,
Estava na minha roça
Manhuara me mordeu (coro)
Ai Jesus o tatú me mordeu
Tamanha dentada que o bicho me deu
Ai Jesus o tatú me mordeu
Tamanha dentada que o bicho me deu.

69 – APANHANDO GUAJIRO
Eu fui na roça, apanhar guajiro
A formiga de fogo, já me mordeu
(coro)
Já me mordeu, já me mordeu.
A formiga de fogo
Já me mordeu.

³¹ DEAN, Warren. *Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 148, 167; DEAN. "Latifundia and land policy in nineteenth-century Brazil". *Hispanic American Historical Review*, vol. 51 (1971), p. 606-25; LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 76-96.

³² Depoimento Alcides Souza de Jesus, 26 de março de 2009.

Cabe afirmar, por outro lado, que é possível que estas letras expressem ameaças de forma metafórica. Assim, “Manhuara” e “Apanhando Guajiru” poderiam ser mais propriamente uma queixa pela dureza do trabalho agrário, talvez em comparação a outras ocupações. A formiga de fogo, o tatu, o macaco que come o milho, são figuras metafóricas que expressam a incômodo e os riscos da subsistência e a economia agrária. Uma outra possibilidade é que o tatu e a formiga de fogo expressem uma ameaça para as mulheres camponesas, evocando a violência sexual repetida e acusada a que os senhores de escravos, primeiro, e os coronéis rurais, depois, as submetiam permanentemente.³³

Talvez o uso extremo da metáfora esteja na raiz da criação dos seres míticos que também povoam as matas e os espaços associados à roça. A Matinta Pereira é um deles, especialmente na região amazônica. Os carimbós se referem a ela como um ser sobrenatural, cuja aparição é assustadora e escapa ao controle humano.

33 – MATINTA PEREIRA

Minha comadre reme para a beira
Olhe que vem a matinta pereira
Minha comadre reme para a beira
Olhe que vem a matinta pereira
(coro)
Olha que vem, olha que vem
Olha que vem a matinta pereira
Olha que vem, olha que vem
Olha que vem a matinta pereira.

85 – MATINTA PEREIRA

Quinta, sexta e sábado,
É noite de fiticeira, ô.
Quinta, sexta e sábado.
É noite de fiticeira, ô.
(coro)
Atira, atira, atira
Atira a matinta pereira
Atira a matinta pereira.

A aparição da Matinta Pereira nestes carimbós se efetivava para expressar a incerteza, os perigos e as instâncias naturais que fugiam do entendimento dos vigienses da época. De fato, no contexto essencialmente masculino da pajelança as mulheres que desempenham um papel ativo são também chamadas de Matinta Pe-

³³ GIUCCI. *Gilberto Freyre: Casa-Grande & Senzala*, capítulo 4.

reira.³⁴ Igual função fazia a invocação de todos os seres animais tradicionais da área, a quem se representava, porém de um jeito nem tão ameaçador nem tão perigoso como o da Matinta Pereira. Já no caso desses animais humanizados, expressa-se todo o espectro de qualidades, desde as admiradas às temidas. Do uirapuru e a cigarra se admira o fato de ser “rei da mata” e do canto, respectivamente; do sapo mencionam-se fenômenos não entendidos; e na imagem do gavião que come a pomba expressa-se de novo a agressão do mundo natural ao do camponês:

83 – CIGARRA

Me chamaram para cantar,
Julgaram que eu não sabia
Eu sou parece a cigarra,
Quando não canta assovia (...)

77 – UIRAPURU

Eu nasci na mata
Na mata me criei
Mais é por isso
Que todos me chamam rei.
(coro)
Mas falta ainda
Dizer quem eu sou
Sou um passarinho chamado uirapuru

36 – O SAPO NA LAGOA

O sapo na lagoa cantou
Meu passarinho na gaiola, se calou.
O sapo na lagoa cantou
Meu passarinho na gaiola, se calou.
(coro)
Agora não sei o que aconteceu,
Meu passarinho, na gaiola emudeceu.
Agora não sei o que aconteceu
Meu passarinho, na gaiola emudeceu.

37 – GAVIÃO QUE COMEU A POMBA

O gavião que comeu a pomba
Merece ser atirado
Que é para perder o costume
De comer pomba criada
(coro)
Olha pomba juruti
O gavião comeu

³⁴ Agradeço esta apreciação a Paulo Cordeiro.

Olha pomba juruti
O gavião comeu.

Humanizar os animais do entorno, atribuir-lhes qualidades humanas, ressaltar as qualidades deles, foram mecanismos sintomáticos do desenvolvimento de uma familiaridade com as condições do meio natural. Conhecendo e reconhecendo os atributos dos animais que povoavam a região da Vigia, os camponeses que participavam do carimbó iam se apropriando do território para torná-lo paulatinamente mais humano e habitável.

A DANÇA DA ONÇA

Mas de todas as expressões de adaptação e convívio com o mundo natural que os camponeses como Benício Miranda cantaram no carimbó, a que despertou mais admiração por parte dos observadores externos, fossem eles folcloristas ou simples aficionados, foi a Dança da Onça. Já desde inícios do século XX, e mais tarde com as tias do carimbó³⁵ a Dança da Onça constituía uma visão fascinante para o observador, com os requebros e a violência implícita nos passos da dança, na qual a mulher representa uma onça e o homem é quem é “pegado,” e suas roupas esfarrapadas por ela. A Dança da Onça é, por outro lado, uma variante do carimbó exclusiva da Vigia, e provavelmente nascida no Tauaparará. A versão da letra recolhida por José Soeiro diz assim:

14 – ONÇA TE PEGA
Olha a onça te pula.
Não deixa pular
Olha a onça te arranha
Não deixa arranhar (bis)
Olha a onça te come
Não deixa comer
(coro)
Eu bem que te dizia
Que não fosse lá
Na beira do lago
Onde a onça está (bis)

Aparentemente, nos achamos perante uma advertência do perigo que se corria quando a onça se achava por perto. Ela era um dos animais mais perigosos da floresta, e com certeza se achava entre os mais temidos. Porém, a violência im-

³⁵ CORDEIRO, Paulo. *O Carimbó da Vigia*. Vigia: Edição do Autor, capítulo 2 – no prelo.

plícita na letra e na dança encerrava também outros significados simbólicos. O fato de essa Dança ter sido interpretada tradicionalmente pelas tias do carimbó, e o fato de ser praticamente a única na qual a mulher e o homem assumem papéis muito diferenciados e marcados, me leva a pensar que a Dança da Onça simbolizava, mais uma vez, os riscos que o mundo do trabalho agrícola reservava especialmente para as mulheres. A Dança da Onça não expressa essa ideia de maneira explícita, uma vez que os papéis se acham invertidos: é a mulher, representando a onça, a que rasga as vestiduras do homem. E é o homem quem se acha numa situação indefesa perante os ataques da onça. Daí que as tias representassem a Dança da Onça com tanta obstinação e intensidade: nela as mulheres vingavam-se simbolicamente dos perigos que a floresta albergava para as mulheres camponesas, submersas aliás em laços de patronagem que para elas podiam implicar relações sexuais.

São muitos os indicadores da existência desses significados culturais. A ruptura das roupas, por exemplo, é um ato que também se relaciona diretamente à violência sexual. A advertência para o dançador não ir aonde se encontra a onça, e a descrição reiterativa das agressões que a onça pratica, assim como o caráter de sujeição delas (“olha a onça te pula / não deixa pular / olha a onça te arranha / não deixa arrANHAR”) são características de uma relação onça-vítima na qual o animal não só captura uma presa, como não permite a ela fugir. A última sujeição a que é submetida a vítima, o “olha a onça te come / não deixa a onça te comer,” contém claras referências ao ato sexual, implicando um jogo de palavras que mistura o ato de comer com o ato sexual.

Considerando a importância que tiveram as mulheres no carimbó na era pre-comercialização (antes da década de 70), é na verdade surpreendente que não existam mais letras e significados culturais que quebrem as representações masculinas que predominavam no carimbó na época que estamos estudando. O mais provável é que quando o carimbó evoluiu desde uma forma musical que se praticava predominantemente na roça até uma que se fazia mais no âmbito urbano e pesqueiro, e que entrou no âmbito comercial, as mulheres perdessem parte da capacidade de dar forma aos significados e representações culturais nele contidos. O carimbó viajou desde um domínio essencialmente feminino (de acordo com a interpretação de Angélica Motta-Maués) até outros masculinos, ainda que dois espaços fundamentais continuaram a ser predominantemente femininos: os terreiros das tias do carimbó e a Dança da Onça.³⁶ Esta dança seria, assim, uma mostra subversiva do poder que antigamente as mulheres tinham nas rodas de carimbó.

³⁶ *Ibidem*.

Finalmente, a estrutura da letra na sua totalidade evoca o discurso tradicional que se inculcava às mulheres jovens a respeito das relações sexuais.³⁷ Com a intenção de protegê-las de agressões e estupros, às vezes por parte dos próprios namorados ou amigos, o discurso das mães e tutoras das mulheres jovens é absolutamente o mesmo que aparece nos últimos versos da Dança da Onça: “Eu bem que te dizia / Que não fosse lá / Na bera do lago / Onde a onça está”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santana Miranda, o filho de Benício Miranda, evoca com saudades o tempo do seu pai. Na roça do Tauapará, nos sítios Bandarra, Ifigênia e Cacau, ele participou durante as décadas centrais do século XX dos múltiplos elos culturais que uniam os pescadores vigienses com os descendentes das senzalas, os camponeses livres com os trabalhadores urbanos, os homens em busca de mulher durante as festas de santo, com as tias que dançavam a Dança da Onça. Entre todos eles estavam tecendo os significados culturais expressados pela coleção de letras que José Soeiro iria recolher a partir dos anos 60, e que foram cantadas por múltiplos grupos de carimbó, desde *Os Tapaioaras* até o grupo *Tauapará Zimba*.

As letras mostravam os circuitos migratórios e as preocupações laborais dos pescadores da área, os quais se empregavam numa ocupação que lhes proporcionava muitas oportunidades para a mobilidade geográfica. Os posseiros, braçais e peões do Tauapará e os arredores da Vigia expressavam também a dureza do seu trabalho, ao tempo que, por meio de mecanismos como a metáfora ou as festividades, tentavam se familiarizar com o meio natural onde moravam e expressar os seus medos, as suas alegrias, e os seus projetos. As mulheres, ainda que submetidas ao regime patriarcal rural, usavam o espaço simbólico do carimbó para quebrar em pedaços a sua submissão ao Coronel e aos homens em geral. Mas a delas não era a única submissão que era expressa, e as vezes reiterada, com o carimbó. As representações raciais também eram recriadas, renovadas, e postas em circulação nas letras que se cantavam, contribuindo às vezes para a manutenção de estereótipos raciais negativos sobre a população negra.

Cada um desses fios, provenientes dos diferentes espaços sociais por onde Benício Miranda passou, se atrelam para tecer o tapiz da vida rural no Salgado da primeira metade do século XX, desde o ponto de vista das camadas populares

³⁷ CAUFIELD, SueAnn. *In defense of honor: sexual morality, modernity, and nation in early-twentieth-century Brazil*. Durham: Duke University Press, 2000.

da sociedade vigiense. Analisar as características desses mundos sociais usando as letras do carimbó implica os perigos de desentranhar informações a partir de uma fonte que mudou quando foi transmitida entre diferentes músicos e entre diferentes participantes da vida cultural coletiva. Mas neste caso as virtudes da fonte valem mais do que seus riscos, já que se a fonte é um “alvo em movimento”, os próprios espaços sociais do trabalho e o lazer no mundo rural nunca foram uma realidade estática ou imutável, e muito menos arcaica. A natureza mutável das estruturas musicais talvez reflita melhor do que qualquer outra como esses mundos eram experimentados e percebidos pelos vigienses das gerações antigas.

Hoje em dia, tal e como no período analisado, elas continuam a mudar em paralelo às realidades locais. Se, no final da década de 1960, Vicente Salles registrou o carimbó da Tia Pé e publicou um estudo sobre ele na *Revista Brasileira de Folclore*³⁸, pouco depois o cantor paraense Ely Farias, em seu LP denominado Carimbó, gravou também várias composições. Farias foi o percussor na divulgação da mídia musical do carimbó vigiense. Viria depois a década de 70, com o Festival de Carimbó de 1974 e as apresentações dos *Tapaióaras* por todo o Brasil. O historiador Luis Augusto Pinheiro Leal mostra que nas décadas de 70/80 a comercialização do carimbó foi bastante rica, ainda que poucos sejam os grupos que sobreviveram até os nossos dias.³⁹ Das décadas temos as gravações de Grupo da Pesada (1977), Vieira e seu Conjunto (1980), Candango do Ypê (1977), Os Populares de Igarapé Mirim (1980), Pím (1978, 1979 e 1982), Hery Tapajós (1980), ou Carlos Santos – Bangüê (1975). São assim também daquele tempo de efervescência musical em todo o Brasil, o grande precursor Verequete (1971) e o popularizador por excelência, Pinduca (1975, 1979, 1980, 1982, 1983 e 1984). O carimbó virou um gênero folclórico sancionado pelo mercado e pelo Estado, e novas forças de mudança participaram na sua evolução. Mas este é um processo que deve ser analisado em outro lugar.

³⁸ SALLES. “Carimbó: Trabalho e Lazer do Caboclo”.

³⁹ LEAL. *As Composições do Uirapurú*.

Capítulo 17



Antonio Maurício Dias da Costa

*Do Nacional ao Local: O meio musical paraense na Era do Rádio (1940-1950)*¹

A chamada “Era de Ouro” do rádio no Brasil corresponde à fase de auge do empreendimento radiofônico no país.² As décadas de 1940 e 1950 marcaram um período de disponibilidade de vultosas verbas publicitárias para o rádio, de aumento vertiginoso da contratação de profissionais e de ampliação do público ouvinte de um conteúdo variado nas programações.

As atrações musicais e os programas de auditório ocupavam a maior parte do tempo das transmissões³ desde a década de 1940. Como decorrência, surge o rádio-espetáculo na década seguinte, no qual as transmissões musicais exerciam papel central⁴. A consolidação do rádio como meio de comunicação de massa, naquela última década, transformou o veículo em principal meio propagador da música popular no país.

¹ Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Na Periferia do Sucesso: rádio e música popular de massa em Belém nas décadas de 1940 e 1950”, financiado pelo Edital Universal 14/2013 do CNPq e vinculado à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.

² Ver AZEVEDO, Lia Calabre de. *No Tempo do Rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960*, Tese de Doutorado, História, PPGH, UFF, 2002; CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

³ ROCHA, Amara. *Nas Ondas da Modernização: o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970*. Rio de Janeiro: Aeroplano / FAPERJ, 2007, p. 114.

⁴ *Idem*, p. 114-115.

As emissoras de alcance nacional divulgavam as principais estrelas da canção (cartazes) e os ritmos de sucesso massivo do período. Já, às emissoras de alcance regional, cabia o papel de conectar o cenário de recepção e difusão de música popular ao repertório de canções e ritmos de sucesso propagado pelo *broadcasting* nacional.

É sobre esta conexão que trata este artigo. A imprensa paraense, de meados do século XX, em jornais e revistas de variedades, destacava a atuação de artistas da música popular em registros sobre o alcance e a repercussão da programação musical de emissoras da cidade. As fontes mais extensamente exploradas nesta pesquisa foram as revistas “Amazônia” e “Hiléia Magazine”, ambas publicadas por literatos locais nos anos 1950 e que cobriam um amplo raio de temas, como literatura, artes, cultura, ciência, economia, rádio, cinema e esportes. Eram também revistas ilustradas que tinham uma clara orientação para o público feminino, ouvinte majoritário de rádio. Neste campo, aliás, as duas publicações mantinham colunas permanentes voltadas para o rádio e para a música.

A Hélieia Magazine, de subtítulo “do Pará para a Amazônia e da Amazônia para o Brasil”, foi fundada em 1954 e é de difícil acesso ao pesquisador, dada a existência de somente dois volumes no Acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Pará. Já a Revista Amazônia, de subtítulo “revista da planície para o Brasil”, tem mais números disponíveis para pesquisa no referido acervo. Quase todos os números mensais de Amazônia, desde a sua fundação em 1955 até 1958, estão disponíveis na Biblioteca Pública.

As fontes jornalísticas são aqui consideradas como representações dos profissionais de imprensa da época sobre mundo do rádio e da música popular. Aliás, literatos e jornalistas mantinham um trânsito considerável entre artistas da música e produtores radiofônicos da cidade. A noção de representação aqui adotada segue a perspectiva de Roger Chartier, enquanto “esquemas intelectuais”⁵, que produzem sentidos mediados pelos interesses dos sujeitos envolvidos com os desdobramentos destas construções. Assim, o texto jornalístico deve ser lido perfazendo-se a busca, nas entrelinhas, das redes de poder que atravessam a produção⁶, a divulgação e a repercussão do texto.

Estes registros servem como pistas para a compreensão da formação de um mercado musical no período, considerando-se o cruzamento entre o lo-

⁵ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17. Sobre isto ver também CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994, p. 82.

⁶ MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

cal e o nacional. Intercâmbios entre os dois níveis de desenvolvimento do chamado “sem-fio” envolviam atividades de produção radiofônica, de divulgação artística e de interação com o público. Tais atividades são aqui apresentadas no intuito de discutir a transformação do rádio em meio de comunicação de massa no Pará de meados do século XX, a partir de condicionantes locais e nacionais associadas à divulgação musical.

O leque da produção radiofônica compreendia programas humorísticos, esportivos, jornalísticos, radionovelas, anúncios comerciais e apresentações musicais. A divulgação musical, em particular, exercia função destacada na programação mais ampla, tanto em programas especificamente musicais, como pano de fundo de outras apresentações. Mais ainda, segundo Azevedo, atuavam grupos e atores sociais diversos no campo musical cujas práticas e discursos revelam um sentido de disputa por poder e/ou prestígio.⁷

O estudo deste campo é amplamente revelador da visão de mundo de artistas, de profissionais dos meios de comunicação e do público consumidor da cultura de massa de sua época. Estes personagens, nos anos de 1940-50, estão situados em um intervalo pouco estudado da história da música popular do Brasil: a suposta lacuna entre a era “de ouro” dos sambas cariocas dos anos 1930 e os anos 1960-70, época da Bossa Nova e da conformação da MPB como movimento musical.⁸

Para Marcos Napolitano, os anos 1950 são considerados por seus críticos como um período de música de baixa qualidade, comparados às décadas imediatamente anteriores e posteriores.⁹ A época dos boleros, dos sambas-canções e dos seresteiros, segundo o autor, não teria sido uma “idade das trevas” musical para o país. Muito ao contrário. Como afirma Lenharo, foi o período intermédio do século XX tornado época das “fãs apaixonadas por seus ídolos, das canções conhecidas na ponta da língua, dos fãs clubes espalhados pelo país e dos discos vendidos em grande tiragem”.¹⁰ Vejamos como isto se deu numa realidade distante das sedes das grandes emissoras do sudeste do país.

⁷ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 25.

⁸ Ver LENHARO, Alcir. *Cantores do Rádio: a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo*. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1995, p. 08.

⁹ NAPOLITANO, Marcos. *A Síncopa das Idéias. A questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 63.

¹⁰ LENHARO, *op. cit.*, p. 08.

O CENÁRIO DA “ERA DE OURO” DO RÁDIO PARAENSE

O campo de produção radiofônica no Pará começou a formar-se em 1928 com a fundação do Rádio Clube do Pará¹¹, primeira emissora da Amazônia. A PRC-5 surgiu no formato de emissora de associados, de acordo com a tendência mais geral.¹² Funcionou a difusora até meados dos anos 1950 com um transmissor de pequeno alcance¹³, inclusive com dificuldades para atingir os bairros mais distantes da cidade.

Os fundadores da PRC-5 mantinham laços importantes com a elite política local, como era o caso do bacharel em Direito e radioamador Roberto Camelier, do ex-governador do estado Dionísio Ausier Bentes, sócio-fundador da emissora; do telegrafista Eriberto Pio e do jornalista Edgar Proença, que ingressou na sociedade logo após sua criação.¹⁴ Estas ligações facilitaram com que o Rádio Clube fosse presenteado em 1937 pela prefeitura municipal com um terreno no bairro do Jurunas, numa localidade um tanto afastada do centro da cidade.

A assim chamada “Aldeia do Rádio” foi erguida no terreno concedido. Lá foram instalados seus transmissores e um estúdio para produção de programas, inaugurados em 1939, permitindo-se assim a realização de apresentações musicais ao vivo com artistas locais. A programação musical tornou-se diversificada, com atrações voltadas para música clássica e música popular, esta última dividida entre músicas estrangeiras, nacionais e regionais.

Vários músicos e cantores da PRC-5 foram revelados em programas de calouros da emissora nos anos 1940. O auditório da emissora foi inaugurado em 1945 na Aldeia do Rádio e comportava cento e cinquenta lugares. Neste período, conjuntos musicais “regionais” (de pequeno porte) e uma Orquestra passaram a fazer parte do Rádio Clube.¹⁵

¹¹ Assim mencionado no masculino nas fontes jornalísticas consultadas.

¹² Esta e as demais informações sobre a história do rádio paraense foram consultadas em VIEIRA, Ruth; GONÇALVES, Fátima. *Ligo o Rádio pra Sonbar*. A história do rádio no Pará. Belém: Prefeitura Municipal, 2003, p. 15-138.

¹³ O primeiro transmissor de 2 *kilowatts* funcionou até meados dos anos 1940, quando foi substituído pela “polaquinha” (denominação atribuída pela gente de rádio local), um transmissor de 5 kw. Em 1955, a emissora pôs em funcionamento um novo transmissor de ondas médias de 10 kw, que permitiu ao sinal da PRC-5 o alcance da maior parte da região amazônica. Ver Revista Amazônia, ano 2, n. 15, março de 1956.

¹⁴ Sobre a trajetória dos fundadores da Rádio Clube do Pará ver OLIVEIRA, Érito. *Modernidade e Integração na Amazônia: intelligentsia e broadcasting no entre guerras, 1923-1937*. Dissertação de Mestrado, História Social da Amazônia, PPHIST, UFPA, 2011. Consultar especialmente o Capítulo 1 “Uma proto-história do rádio na Amazônia, 1923-1929”, p. 18-85.

¹⁵ VIEIRA; GONÇALVES, *op. cit.*, p. 57.

Outra doação de terreno público possibilitou à PRC-5 inaugurar em 1954 sua nova sede no Edifício “Palácio do Rádio”, erguido na Avenida Quinze de Agosto, centro da cidade. A falta de recursos para a construção obrigou os dirigentes da emissora a transferirem o terreno a um empresário local que deveria ceder, em troca, todo o segundo andar (de um prédio de quinze andares) à PRC-5.¹⁶

No mesmo ano de 1954 foi inaugurada a segunda emissora do estado. A Rádio Marajoara, ZYE-20, foi fundada como empreendimento dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand.¹⁷ Os profissionais fundadores da emissora vieram das rádios “associadas” do Rio de Janeiro e de São Paulo e seus equipamentos foram importados da multinacional RCA-Vitor. Seu estúdio e auditório (com capacidade para mil pessoas) foram instalados no centro da cidade, próximo à Praça Justo Chermont, também conhecida como Largo de Nazaré. Além destas, foram erguidas outras instalações da emissora no Largo de Nazaré, como o cassino “Rancho Grande” e o Teatro “Marajoara”.¹⁸

A “caçula associada” do Pará, como os jornalistas locais chamavam a Rádio Marajoara, iniciou suas atividades com um transmissor de dez kilowatts. Foram contratados locutores, radioatores, cantores e músicos locais para trabalhar na emissora, após seleção organizada por especialistas de rádios do sudeste. Entretanto, a maior parte dos ingressantes na nova emissora era proveniente da PRC-5. Cantores e músicos foram contratados, assim como na concorrente, para compor conjuntos vocais, regionais e a orquestra oficial.

Os eventos musicais no auditório e no teatro da emissora mobilizavam parcela considerável da população da cidade, principalmente, durante o Carnaval e as festividades do Círio de Nazaré.¹⁹ As apresentações musicais eram comuns nestes eventos, exercendo o papel de carro chefe da atuação do *cast* das emissoras. Cantores e músicos paraenses ocupavam a vitrine artística local ao lado das atrações nacionais e internacionais que visitavam periodicamente a cidade. Esta movimentação artístico-cultural será esmiuçada adiante.

¹⁶ Ver O Pará nas Ondas do Rádio. Disponível em www.oparanasondasdoradio.ufpa.br, acesso em 05/05/2010.

¹⁷ A rede de empresas de Assis Chateaubriand compunha um total de vinte jornais, cinco revistas e nove emissoras de rádio em fins dos anos 1940. Ver ROCHA, *op. cit.*, p. 43.

¹⁸ VIEIRA; GONÇALVES, *op. cit.*, p. 100.

¹⁹ O Pará nas Ondas do Rádio, *op. cit.*

O UNIVERSO MUSICAL DAS PROGRAMAÇÕES DO RÁDIO PARAENSE

Antes de tratar da programação musical das emissoras locais é preciso discutir as condições infraestruturais que garantiriam algum sucesso para a produção radiofônica paraense. Neste campo, a questão da extensão das ondas sonoras foi tomada por jornalistas, ao longo dos anos 1950, como um grande problema da radiodifusão local. No primeiro mês do ano de lançamento da Revista *Amazônia* (1955), o colunista Edyr Proença informava que o transmissor de ondas de dez kilowatts da Marajoara seria substituído por outro de ondas curtas com dois kilowatts no aniversário da emissora em abril daquele ano. A expectativa era de impor forte concorrência ao Rádio Clube que alcançava com dificuldades o interior do estado.²⁰

No entanto, o prometido novo transmissor da Marajoara não foi instalado naquele ano, nem nos seguintes. De qualquer forma, este não era um problema para a “caçula emissora associada”, como apelidavam os jornalistas da época. O sinal do Rádio Clube era mesmo sofrível²¹ dentro de Belém, como destaca em suas memórias o ex-diretor musical daquela emissora.²²

Esta preocupação das emissoras se explicava, em grande medida, pelo interesse em alcançar os resultados prometidos aos anunciantes e de buscar superar o concorrente. Ao mesmo tempo, o efeito da expansão das emissões tendia a estimular o interesse pelo modo de vida urbano entre moradores das localidades do interior.²³

Os programas de rádio alcançavam o público do interior do estado, apresentando-se como espécie de vitrine da vida na capital. As tramas das radionovelas e a carreira das estrelas canção, divulgadas pelo rádio e por revistas de variedades, faziam parte desta vitrine, que apresentava, à sua maneira, o modo de vida urbano. Isto acontecia, em grande escala, com a programação das emissoras cariocas e paulistas, cujo sinal alcançava grande parte do país através de ondas curtas. As emissoras paraenses só passaram a abranger a maior parte do estado em meados dos anos 1950, com a instalação de transmissores de ondas médias.

²⁰ Revista *Amazônia*, ano 1, n. 01, janeiro de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

²¹ No número III de março de 1955 da Revista *Amazônia*, o autor da coluna “Aqui se fala de rádio” reclamava do “som sofrível do Rádio Clube do Pará”.

²² BARROS, Manoel Guiães de. *Ah! Essa gente de rádio e televisão*. Belém: Sem Editora, 1980, p. 25.

²³ TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular – do Gramofone ao Rádio e TV*, São Paulo. Ática: 1981, p. 66.

A PRC-5, por exemplo, tinha um transmissor de cinco kilowatts (chamado pela imprensa de “a polaquinha”) que serviu à emissora durante toda a década de 1940 e início da seguinte. Seu campo de abrangência só seria ampliado em junho de 1955, com a chegada do novo transmissor de ondas médias de dez quilowatts.²⁴ O equipamento, no entanto, foi somente instalado em março do ano seguinte.²⁵ Mas mesmo com atraso, este foi um motivo de festa para imprensa local, já que seria possível “levar até muito mais distante a mensagem fraternal dos brasileiros da Amazônia”.²⁶

Neste ponto é preciso perguntar: que mensagem era essa? Uma resposta possível é o destaque que se buscava dar à existência de atividade radiofônica naquela vasta região do país. O rádio paraense da época concorria de forma desigual com as emissoras do Sudeste, especialmente com a poderosa Rádio Nacional. A resposta particular das emissoras locais poderia ser também a sua programação musical, divulgando conjuntos e cantores locais, nacionais e internacionais.

De fato, a programação musical era o carro chefe da grade das emissoras. Napolitano assinala que a Nacional, nos anos de 1940 e 1950, com seu alcance em todo o país, tornou a música popular um “lugar definitivo na cultura brasileira”. Sua programação “voltada para o lazer das massas, ancorada em programas musicais, radionovelas e programas de informação”²⁷ tornou-se modelo para as diversas emissoras de alcance regional no país. A diferença entre as programações das emissoras seria não somente uma questão de escala, mas de nível de intercâmbio com as difusoras centrais.

No caso das estações paraenses, a preocupação com seu desempenho, na visão da imprensa, situava-se tanto no conteúdo da programação quanto na excelência na montagem e organização dos programas. É este o alerta dado pelo colunista de rádio de Amazônia após o carnaval de 1955: “(...) Chegou a hora de apagar tudo e começar de novo, planejando, saindo do ramerrão de todos os dias, evitando que à noite *dials* se estejam virando para estações do sul onde os programas são mais atraentes, bem montados, bem feitos. (...)”²⁸

O carnaval era uma grande ocasião para as atividades musicais das emissoras e para buscar alto retorno com as rendas de anunciantes. Naturalmente, o sucesso da programação significava tornar a emissora mais atrativa aos anun-

²⁴ Revista Amazônia, ano 1, n. 06, junho de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

²⁵ Idem, ano 2, n. 15, março de 1956. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

²⁶ Idem, ano 1, n. 5, maio de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

²⁷ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 52.

²⁸ Revista Amazônia, ano 1, n. 02, fevereiro de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”. Grifos Meus.

cientes²⁹. As emissoras organizavam concursos de música de carnaval³⁰, traziam cantores de fora para apresentar os “sucessos para o próximo carnaval”³¹ e criavam programas com o tema momesco, mobilizando seu *cast* artístico em atrações que faziam distribuição de prêmios.

A opinião da coluna acima citada sustenta que o sucesso desta periódica reorganização da grade de programação das emissoras era principalmente responsabilidade dos produtores. Eles deveriam estar preparados para quando terminasse o carnaval. A fórmula de sucesso dos produtores seria promover a excelência na organização dos programas, seguindo o exemplo das grandes estações do Sudeste, e combiná-la com a feição típica das atrações do “sem-fio” local.

Outro ponto alto da programação musical das emissoras de rádio ao longo do ano eram as festas de comemoração de seus aniversários de fundação. Eram elas grandes oportunidades para os produtores trazerem “cartazes nacionais” para apresentações nos palcos locais.³² Tais espetáculos compunham a fórmula de sucesso das emissoras locais para a conquista do público, constituindo momentos especiais de sua programação anual.

No mais, ao longo do ano, a atividade musical das emissoras poderia ser pontuada por apresentações que também contavam com cartazes de fora entre cantores, comediantes, locutores e até mesmo equilibristas. Shows com este feito eram a tônica das atrações das emissoras de rádio durante as festividades do Círio de Nazaré. Este formato de “grande espetáculo” foi regularmente promovido pela Marajoara nos primeiros anos de seu funcionamento mesmo fora de grandes datas festivas.³³ Na sua esteira, o Rádio Clube realizava

²⁹ Segundo Azevedo, a relação entre rádio e publicidade conduziu a expansão nacional das programações de rádio, ajudando a tornar nacionais “certas práticas culturais do eixo urbano do sudeste do país”. AZEVEDO, *op. cit.*, p. 158.

³⁰ A coluna “No mundo das Artes”, da Hílcia Magazine de maio de 1954 (ano 1, n. 01), destaca o sucesso do concurso de músicas carnavalescas e das batalhas de confete do Rádio Clube, realizadas com o “apóio de grandes firmas comerciais de nossa praça”.

³¹ Revista *Amazônia*, ano 1, n. 12, dezembro de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”. Segundo Lenharo, o carnaval era o “celeiro” de novos compositores e novas canções de sucesso, que poderiam seguir cantadas durante o ano todo. Ver LENHARO, *op. cit.*, p. 145.

³² A Revista *Amazônia* de abril de 1956 (ano 2, n. 16) anunciou a vinda de vários artistas de sucesso para o aniversário do Rádio Clube, como “oportunidade de ver, ouvir e aplaudir Ademilde Fonseca, ‘a rainha do chôrinho’, Dilermando Reis, ‘o maior violonista das Américas’, Isaurinha Garcia, a personíssima ‘estrêla’ paulista, Antonio Laborda, a voz bonita que Recife nos mandou, Bené Nunes, ‘o poeta do teclado’, Antonio de Menezes, o tenor português intérprete sentimental das canções napolitanas, Nora Ney, ‘a voz mistério’ da nossa música popular, e Jorge Goulart, prêmio ‘Roquette Pinto de 1955’.

³³ Como no “Big Show” promovido pela Marajoara em julho de 1956, que contou com a presença de artistas de rádios cariocas e paulistas. Revista *Amazônia*, ano 2, n. 19, julho de 1956. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

apresentações com teor semelhante em seu auditório da Aldeia do Rádio, lançando mão de atrações nacionais e mesmo estrangeiras.³⁴

O intercâmbio com o *cast* de artistas do rádio dos grandes centros do país, no entanto, não se limitava a eventos festivos locais de grande porte. Havia certo trânsito entre profissionais de rádio de diferentes regiões do país. A Rádio Marajoara, por estar inserida na rede de Diários e Emissoras Associadas, contava com maior facilidade de circulação de profissionais de fora.³⁵ Em escala menor, o Rádio Clube contava de forma esporádica com a presença de locutores de outros estados.³⁶

A ocorrência deste trânsito contribuía para a profissionalização das emissoras e, ao mesmo tempo, para a uniformização da organização dos programas³⁷ e para o surgimento de um padrão de interação com o público³⁸ em escala nacional. É certo que este padrão (recebimento de cartas de ouvintes, presença de público em programas de auditório, produção de programas voltados ao entretenimento etc.) poderia apresentar matizes diferentes nas programações locais, de modo a “atender satisfatoriamente aos desejos de seus milhares de sintonizadores”.³⁹

É o caso do concurso de calouros criado pelo locutor baiano Lustosa Filho na PRC-5 em março de 1956.⁴⁰ Seu programa de auditório “Atrações Lustosa Filho”, apresentado aos domingos, teria o concurso como um dos seus quadros, com o objetivo de revelar “novas intérpretes da genuína música popular brasileira”.⁴¹ A seleção nas fases iniciais da competição seria feita pelo público do auditório. Somente na última fase (a nona) é que viria a ser empregado um júri formado por gente de imprensa. Há neste caso uma substancial valorização da opinião do público do auditório, num concurso que oferecia prêmios vários e contratos com a

³⁴ Uma apresentação em fevereiro de 1958 teve a presença de uma vedete, um tenor mexicano, uma rumbeira cubana, um conjunto musical carioca, dentre outras atrações. Revista Amazônia, ano 4, n. 38, fevereiro de 1958. Coluna “Rádio”.

³⁵ Seu produtor geral de programas, J. Barroso, proveniente de Minas Gerais, atuou na emissora entre 1954 e 1957, após o que foi remetido ao seu estado natal pela rede associada.

³⁶ É o caso dos locutores baianos cuja despedida foi noticiada pela imprensa local em 1956. Revista Amazônia, ano 2, n. 16, abril de 1956.

³⁷ Para Azevedo, os programas de rádio sempre foram pautados na reação do público ouvinte e na fórmula de sucesso já empregada, ambos orientados pela lógica do mercado. AZEVEDO, Lia Calabre de. Op. Cit., p. 256-257.

³⁸ Aqui entendido como construção midiática, equacionada pela sociedade abrangente. O público dos meios de comunicação é formado a partir de padrões de gosto e de consumo estipulados na sociedade num dado contexto histórico. Ver ROCHA, *op. cit.*, p. 23.

³⁹ Revista Amazônia, ano 1, n. 05, maio de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

⁴⁰ *Idem*, ano 2, n. 15, março de 1956. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

⁴¹ *Idem. Ibidem.*

emissora.⁴² Esta valorização estava, na verdade, calcada no papel ativo dos espectadores como “sujeito[s] capaz[es] de alterar o curso da programação, capaz de, seja gritando, aplaudindo ou vaiando, realizar processos evasivos vetados em outros gêneros de produção cultural”.⁴³

A programação musical, portanto, desempenhava este papel de termômetro do sucesso geral da emissora, em grande parte, pelo contato próximo entre os artistas e o público. Os programas musicais do Rádio Clube e da Marajoara tinham, na maioria, uma orientação para a diversão e o entretenimento. Exemplo disso é a atração “Cocktail de Ritmos”, transmitida em 1955 pela PRC-5⁴⁴ e que contava com o quadro humorístico “Travessuras de Pinduca”.⁴⁵ O contrário também era possível. O programa humorístico “Cidade do Barulho”, também da PRC-5, reunia comediantes, cantores e jazz orquestra.⁴⁶

Entre os diversos ritmos musicais presentes nestes programas, os boleros⁴⁷, os ritmos dançantes latinos⁴⁸ (especialmente o mambo e a rumba) e as variações do samba (chorinho, marchinha, samba de roda, samba canção) tinham a preferência do público. Estes eram apresentados não só como repertório de programas, mas como fundo musical dos anúncios comerciais. A popularidade destes estilos musicais pode ser deduzida da ênfase da imprensa local no sucesso de seus artistas representativos. A cantora Geruza Sousa, por exemplo, era comumente apresentada nas páginas da Revista Amazônia como típica intérprete do samba no *cast* da PRC-5.⁴⁹ O mesmo ocorria com Ary Lobo, sempre apresentado na programação da C-5 como o “cidadão samba”. Outros artistas eram classificados como seresteiros, românticos, rumbeiros etc.

Estes enquadramentos das atrações musicais atendiam não só ao repertório de preferência dos artistas, mas também ao perfil musical dos programas das

⁴² Referência importante neste tema é o estudo de João Batista Borges Pereira sobre o negro no rádio paulista nos anos 1950 e 1960. O autor aborda o fenômeno da revelação de cantores e radialistas entre negros e mulatos pobres que frequentavam programas de calouros no período. Ver PEREIRA, João Batista Borges. *Cor, Profissão e Mobilidade – o negro e o rádio em São Paulo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

⁴³ GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 144.

⁴⁴ Revista Amazônia, ano 1, n. 06, junho de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

⁴⁵ Que não era referência ao músico e cantor de carimbó que se tornou nacionalmente conhecido como divulgador deste gênero musical nos anos 1970. O nome do quadro humorístico se refere a um personagem infantil do ator Mário Barradas.

⁴⁶ *Idem*, ano 1, n. 08, agosto de 1955.

⁴⁷ Lenharo fala em “sucesso avassalador do bolero mexicano” no início da década de 1950 no Rio de Janeiro. LENHARO, *op. cit.*, p. 74.

⁴⁸ Tango argentino, rancheira mexicana e guarânia paraguaia também faziam sucesso em rádios cariocas nos anos 1950. LENHARO, *op. cit.*, p. 146.

⁴⁹ *Idem*, ano 2, n. 21, setembro de 1956.

emissoras. Programas com músicas mais ou menos dançantes, com conteúdo mais romântico ou mais humorístico, se baseavam na apresentação de artistas emblemáticos, representativos da atração. Isto era certamente definido pela tradução que os produtores de rádio tinham das expectativas do público, conforme as manifestações nos auditórios, nas apresentações dos cantores fora das emissoras e nas cartas enviadas pelos ouvintes às estações.

A importância deste intercâmbio era destacada não só pelos produtores de rádio da época, mas também por jornalistas interessados no “sem-fio”. Nivaldo Frazão, autor da coluna de rádio da Revista Amazônica em 1957, por exemplo, se colocava à disposição do leitor tanto para responder perguntas quanto para receber críticas.⁵⁰ A ação combinada da imprensa e dos produtores de rádio visava tornar mais efetivo este intercâmbio com o público, algo sempre alardeado nas páginas de colunas sobre rádio, especialmente no caso das atrações musicais.

Exemplo deste intercâmbio é reportado pela coluna “Rádio” da Revista Amazônia de março de 1958 (ano 4, n. 39), que informava terem os fãs que frequentavam o auditório da Rádio Marajoara cognominado o conjunto musical “Os Iguanos” de “Campeões”. O relato foi aproveitado na coluna em favor da promoção do conjunto, pois seguia a matéria apresentando o perfil dos músicos.

Além disso, um registro frequente da coluna sobre rádio da Revista Amazônia era o balanço de apresentações de cantores e conjuntos musicais de fora (do estado e do país) ao longo do ano. Isto era normalmente divulgado no final de cada semestre e servia como uma forma de medir o empenho (ou falta dele) das emissoras locais no atendimento da suposta expectativa do público local quanto às apresentações musicais. Quanto mais “espetáculos de linha” ou de “grande estilo”, isto é, quanto mais famosos os “cartazes” nacionais e estrangeiros trazidos à Belém, mais os diretores das emissoras ganhariam “a simpatia e a confiança” do público e dos profissionais de rádio locais.⁵¹

O objetivo claro dessas iniciativas de mobilização de público em torno de apresentações de estrelas nacionais e internacionais seria, na verdade, alinhar-se com o padrão de programação e de repercussão das grandes emissoras do país. Por isso foi tão festejada pela Revista Amazônia a criação do primeiro fã-clubes⁵² da

⁵⁰ *Idem*, ano 3, n. 39, outubro de 1957. Coluna “Rádio”.

⁵¹ Revista Amazônia, ano 4, n. 41, maio de 1958. Coluna “Rádio”.

⁵² Sobre o funcionamento dos fã-clubes de cantores do rádio nos anos 1950 ver TINHORÃO, *op. cit.*, p. 75-83. Lenharo afirma que o fã-clubes era um meio de “disciplinar o assédio do fã”. Suas funções primordiais eram: dar contribuições em dinheiro mensais ao clube, buscar acompanhar as apresentações do ídolo, defendê-lo de fãs de outras estrelas, comportar-se como membro da família de fãs da estrela. LENHARO, *op. cit.*, p. 142.

cantora Ângela Maria em março de 1956. A “crescente popularidade” da estrela da música no “extremo norte” foi atribuída pelo autor da coluna sobre rádio às duas excursões por ela feitas à Belém em 1956, o que teria aumentado “da noite para o dia” seu número de fãs paraenses.⁵³ O fã-clubes contaria com o apoio direto das emissoras locais de rádio: alguns dos seus artistas atuavam mesmo como padrinhos do fã-clubes, que poderia ser batizado com o comparecimento de Ângela Maria num evento das emissoras locais.

Mas o batismo com a presença de Ângela Maria não ocorreu (já que não foi noticiado), talvez por conta da competição entre as emissoras pelo privilégio de realizá-lo. De fato, os eventos musicais das emissoras eram estratégicos para a ampliação de sua popularidade e para a maior aproximação do público com os produtores radiofônicos. Desde os anos 1940 que o Rádio Clube promovia no programa “Navio Escola”, um concurso de calouros que contribuía para o ingresso de muitos novos cantores, músicos e radioatores na emissora.⁵⁴

Eram também comuns concursos que envolviam as emissoras e que ritualizavam a concorrência pelo público (e pelos anunciantes), através das figuras de proa das programações: cantores, músicos, locutores, radioatores etc. É o caso do concurso de “Miss Imprensa e Rádio” de 1955, promovido pela Associação dos Desportos Recreativa Bancrévea. O evento foi organizado como um baile no *Pálace Theatre*, em que se fizeram presentes os candidatos dos órgãos de imprensa e das emissoras de rádio.⁵⁵ Concursos como esse claramente se inspiravam naqueles que envolviam os artistas das emissoras do Sudeste. Eram frequentes as notícias na imprensa local da época sobre o resultado de concursos dos “melhores do rádio carioca”.⁵⁶

Em 1956, a Associação de Rádio do Pará (ARP), fundada no ano anterior, promoveu o primeiro concurso de “Rainha do Rádio do Pará”, declarando na imprensa que tudo seguiria “os moldes (...) do certame que se realiza na capital do país, anualmente”.⁵⁷ Mas uma peculiaridade deste concurso, nos seus primeiros anos, foi ter a competição envolvido cantoras, locutoras e radioatrizes. A divulgação dos resultados anunciava as vencedoras como “radialistas”, de modo a cobrir todas as suas pos-

⁵³ Idem, ano 2, n. 15, março de 1956. Coluna “Aqui se fala de rádio”. Há aqui correspondência com o argumento de Michel de Certeau, de que o espectador-observador compreende que as criações dos meios de comunicação são aparências, mas ele se inclina, ao mesmo tempo, a tratá-las como expressões reais. CERTEAU, *op. cit.*, p. 289.

⁵⁴ VIEIRA; GONÇALVES, *op. cit.*, p. 57. Programa apresentado pelo radialista Lourival Penalber. Segundo as autoras, o programa era realizado, de forma itinerante, na sede de clubes esportivos da cidade, já que a emissora ainda não tinha auditório.

⁵⁵ Revista Amazônia, ano 1, n. 11, novembro de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

⁵⁶ Idem, ano 2, n. 13, janeiro de 1955. Coluna “Ronda Musical”.

⁵⁷ Idem, ano 2, n. 21, setembro de 1956. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

sibilidades de atuação profissional no rádio. Além disso, os profissionais da imprensa local eram os eleitores que definiam o resultado destes concursos, diferentemente do que ocorria no concurso da Rádio Nacional à época, no qual os votos das candidatas eram pagos por empresas privadas, muitas delas patrocinadoras da própria emissora.⁵⁸

O resultado do concurso era apresentado num baile organizado pela ARP, no qual todos os ingredientes de uma aura “aristocrática” e de “realeza” eram destacados e, posteriormente, ressaltados na divulgação da imprensa. Os relatos da imprensa local mencionam a “coroação de Sua Majestade”, a “Rainha” do rádio; a presença de “graciosas princezas”; os “aristocráticos sorrisos”, tudo isso justificado pelo decantado propósito do concurso de “angariar meios para a construção de um hospital para os radialistas paraenses”.⁵⁹

Mas para além dos “nobres propósitos”, concursos como estes serviam como forma de alavancar a carreira de profissionais do rádio. Embora com o campo restrito da atuação de duas únicas emissoras locais na segunda metade da década de 1950, cantores, músicos, locutores e radioatores premiados podiam sonhar com um contrato numa grande emissora do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Os títulos de rainha e princesa do rádio, ou de melhor cantor, melhor instrumentista, melhor locutor, melhor radioatriz, dentre outros, serviam para promover o reconhecimento público destes profissionais e, também, para estimular a busca pelo estrelato em escala nacional.⁶⁰

Havia uma tendência, após a fundação da Marajoara em 1954, que alguns artistas do Rádio Clube buscassem melhor remuneração e maior projeção para fora do estado, seguindo a rede de que fazia parte a emissora “caçula associada”.⁶¹ O próprio maestro da PRC-5, Guiães de Barros, e conjuntos musicais como os “Namorados Tropicais”⁶², transferiram-se para a “Taba”⁶³ nos seus primeiros anos de funcionamento.

Mas a movimentação dos artistas de rádio locais se fazia também em outras direções. Seguindo a prática dos artistas Rádio Nacional (e de outras emissoras do sudeste) que faziam excursões periódicas a outras capitais de estado e ao interior

⁵⁸ LENHARO, *op. cit.*, p. 70.

⁵⁹ *Idem*, ano 3, n. 25, janeiro de 1957. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

⁶⁰ Nas grandes emissoras do país, segundo Azevedo, os vencedores de concursos de calouros, de desconhecidos, tornavam-se instantaneamente famosos, “passando alguns a contar inclusive com fãs-clubes”. Ver AZEVEDO, *op. cit.*, p. 238.

⁶¹ Já que a rede “associada” promovia apresentações de cantores, músicos e locutores em eventos de outras afiliadas pelo país.

⁶² Revista Amazônia, ano 2, n. 22, agosto de 1956. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

⁶³ Apelido da rede de emissoras associadas na imprensa, em razão dos nomes indígenas de várias emissoras da rede dos Diários Associados.

do Brasil para complementar seus ganhos, cantores e conjuntos musicais paraenses se apresentavam regularmente no interior do estado e em estados vizinhos. A “melhor cantora de 1956”, Carmem Silva, foi convidada em 1957 para se apresentar no aniversário da Rádio Poty no Rio Grande do Norte, aproveitando para estender excursão a Fortaleza, onde se apresentou na “Boite Alabama”.⁶⁴ O conjunto vocal “Namorados Tropicais” fez em 1955 uma excursão a São Luís do Maranhão para se apresentar na Rádio Timbiras.⁶⁵ Naquele mesmo ano, Ary Lobo, ainda conhecido localmente como “cidadão samba” e contratado da PRC-5, vinha “de realizar uma excursão vitoriosa à vizinha capital maranhense”.⁶⁶

O grupo musical “Os Iguanos”, do *cast* da Marajoara, ganhou destaque na Revista Amazônia em 1958 por sua trajetória de sucesso, que incluía apresentações em municípios do interior do estado e no Território Federal do Amapá.⁶⁷ Outras excursões de cantores e músicos de rádios locais foram realizadas naquele período para apresentações em eventos públicos ou em programas de emissoras locais de outras cidades do norte e do nordeste.

Há notícia também de uma excursão de artistas locais ao exterior: a turnê das irmãs Soares (Aline e Alzira), que se apresentaram com o cantor Alberto Yone e o baterista Beroca em um teatro e em programas de rádio em Paramaribo, no Suriname.⁶⁸ A notícia ganhou destaque na Revista Amazônia, informando que os artistas foram recebidos pelo público estrangeiro como embaixadores do samba brasileiro no exterior. A notoriedade dos cantores e músicos de sucesso das grandes emissoras brasileiras havia sido capitalizada pelos artistas do Rádio Clube, anunciados na imprensa local como representantes do samba brasileiro naquela viagem.

Mas não eram comuns turnês de artistas de rádio paraenses com destinos internacionais. Cantores e músicos locais tendiam a circular mais pelos municípios do interior do estado e se apresentavam habitualmente nos palcos dos auditórios de rádio da cidade e de lá seguiam para os clubes e os teatros. Sua atuação era comumente ofuscada pelas visitas dos cartazes nacionais de sucesso, cuja presença na cidade era sempre reclamada pela imprensa local da era do rádio.

⁶⁴ Revista Amazônia, ano 3, n. 36, dezembro de 1957. Coluna “Rádio”.

⁶⁵ *Idem*, ano 1, n. 5, maio de 1955. Coluna “Aqui se fala de rádio”.

⁶⁶ *Idem. Ibidem*.

⁶⁷ *Idem*, ano 4, n. 39, março de 1958. Coluna “Rádio”.

⁶⁸ *Idem*, ano 3, n. 36, dezembro de 1957. Coluna “Rádio”.

CONEXÕES ENTRE O NACIONAL E O LOCAL

Os diferentes campos de abrangência do *broadcasting* nacional e local compunham, no terreno das atrações musicais, uma mesma cadeia de sistema estelar, no ponto de vista dos ouvintes e frequentadores de auditórios de rádio. Esta conexão concebida pelo público garantia o surgimento de estrelas locais da música que, por sua vez, eram promovidas pelo rádio de acordo com a fórmula de sucesso estipulada pelas grandes emissoras do sudeste (e em particular, pela Rádio Nacional).

O sucesso da chamada “côr local” na programação musical de rádio pode ser considerado, a partir dos exemplos aqui apresentados, como extensão regional do repertório da cultura de massa veiculado pelo “sem-fio” por todo o país. Isto, particularmente, é aqui observado a partir do registro jornalístico, que cobria os acontecimentos correntes no meio radiofônico local.

Muitos jornalistas eram ligados a produtores, empresários e artistas do rádio paraense. As entrevistas estampadas na coluna de rádio da Revista Amazônia, durante toda a sua existência, atestam estas ligações e o comprometimento jornalístico com o desenvolvimento do “sem-fio” local.⁶⁹ Mais do que isto: relatos e opiniões jornalísticas sobre o rádio paraense refletiam sua interlocução com personagens deste meio, bem como sua visão crítica dos desdobramentos relativos à recepção de programas junto ao público.

Jornais e revistas falam de um relativo intercâmbio entre o *broadcasting* nacional e local pautado em acontecimentos pontuais. No entanto, a conquista de um espaço cativo entre os fãs locais de rádio passava necessariamente pelo desenvolvimento de programação musical compatível com o padrão da que era veiculada nacionalmente. Isto, por seu turno, só seria alcançado com o cumprimento de algumas metas, almejadas por jornalistas e apreciadores do “sem-fio” local, como é possível deduzir das fontes discutidas anteriormente.

Assim, as emissoras deveriam investir na ampliação do seu raio de alcance, de modo a atingir público maior em escala regional. Isto completaria o necessário esforço dos produtores em organizar programas de “boa qualidade”, o que pode ser traduzido por montagens sonoras e visuais (nos auditórios) bem-feitas e voltadas tanto para programas locais como para cartazes nacionais.

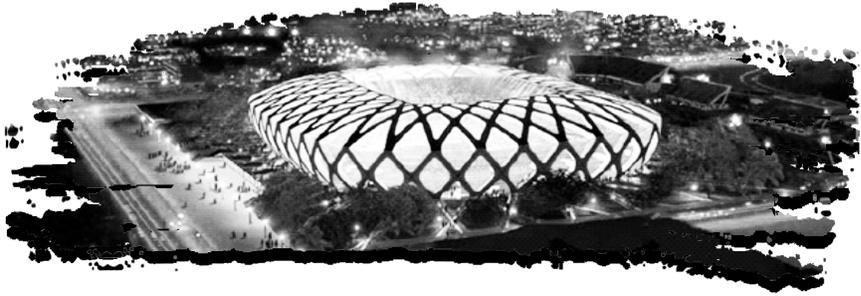
⁶⁹ Exemplo disto é o compromisso assumido por Nivaldo Frazão, ao tornar-se responsável pela Coluna “Rádio” da Revista Amazônia, em outubro de 1957 (ano 3, n. 39): “(...) O nosso desejo ao assumirmos o compromisso de elaborar esta página, foi o de sermos o veículo, de darmos a nossa colaboração para o crescimento do rádio paraense. (...)”.

Outra meta importante era a valorização do intercâmbio entre produtores de rádio e público ouvinte, por meio da recepção de cartas, da realização de eventos em auditórios e do atendimento das expectativas do público em termos da programação musical. Neste último aspecto, a programação musical bem-sucedida deveria destacar os ritmos e cantores de preferência do público. As estrelas produzidas nas emissoras locais podiam tornar-se cartazes ocupando um espaço entre o modelo das grandes estrelas nacionais e a singularidade de suas performances e talento musical.⁷⁰

Com isso, o surgimento de estrelas da canção popular na “Era do Rádio” paraense seguia um percurso à margem, mas conectado à lógica do *broadcasting* nacional. Este era um terreno comum tanto para os que atuaram unicamente nos microfones locais, como para os que (como Ary Lobo, Zilda Ferreira, Carrapêta e Sacy), saídos das rádios locais, tentaram o sucesso nas emissoras do Sudeste.

⁷⁰ Um exemplo é o conjunto “Namorados Tropicais”, formado na PRC-5 no início dos anos 1950 e depois transferido para a Rádio Marajoara. O perfil do conjunto vocal de cinco integrantes foi sempre associado pela imprensa local (e pelos próprios artistas) a outros conjuntos vocais de sucesso como “Demônios da Garoa” e “Os Cariocas”. Informação obtida em entrevista com o cantor Tácito Cantuária, ex-integrante dos Namorados Tropicais. Entrevista realizada em 04 de dezembro de 2010.

Capítulo 18



Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Manaus na rota da Copa e o dilema de mudar com o passado ou contra o passado

O inferno dos vivos, se existe, não é o que foi nem o que será. É aquele que formamos vivendo juntos. Há duas maneiras de não sofrer: a primeira é fácil, basta você se adaptar ao inferno, fazer parte dele, ao ponto de não mais percebê-lo; a segunda é árdua e exige atenção e cuidado contínuos, que é no meio do inferno, você descobrir quem e o que não é inferno, preservá-lo e ir adiante...

Ítalo Calvino

INTRODUÇÃO

Sob o impacto da definição da cidade de Manaus como uma das subsedes da Copa do Mundo de 2014, a imprensa amazonense, no final do ano de 2010, trouxe à tona a delicada questão das intervenções urbanas que seriam necessárias à adequação da cidade aos requisitos estabelecidos pela FIFA. Em especial dois grandes empreendimentos (a *Arena da Amazônia* e o *Monotrilho*), por sua envergadura, chamaram mais atenção e suscitaram debate, notadamente pela possibilidade de produzirem impactos ao patrimônio histórico da cidade.

Oportunizando a discussão desses eventos, a 1ª Coordenação Regional do IPHAN também fez divulgar, embora timidamente, que ultimava estudos para o tombamento, não de edificações ou conjuntos monumentais específicos da cidade, mas o tombamento integral do “centro histórico de Manaus”.¹

Com décadas de sistemático abandono e servindo exclusivamente de cenário para um pífio campeonato estadual de futebol, onde um punhado de times improvisados e à beira da falência se enfrentam sem a maior atenção do público, o Estádio Vivaldo Lima, o “Vivaldão”, construído em 1969 e com uma capacidade para 70 mil espectadores, foi rapidamente demolido, sem que por ele se derramasse uma só lágrima. No caso específico do Vivaldão, que saía de cena para a implementação do milionário projeto da “Arena da Amazônia”, as licenças ambientais (Estudos de Impactos Ambientais e o Relatório de Impactos ao Meio Ambiente) sequer incluíram relatórios e estudos de impacto ao Patrimônio Histórico.

Já a proposição do *Monotrilho*, por suas características e dimensões, configurando importante processo de intervenção, não apenas na malha viária urbana, mas na vida da cidade de Manaus em seu conjunto, suscitou maior debate e um volume maior de estudos ambientais, incluindo-se aí os referentes ao patrimônio histórico.

O transporte modal monotrilho, sendo um equipamento urbano de grande envergadura, contará com uma malha de 20 quilômetros de vias suspensas que percorrerão a cidade desde sua populosa e precária Zona Leste até as imediações do Porto de Manaus, já em pleno centro da cidade. Sua implantação visa favorecer parte significativa da população cidadina, com fortes índices de marginalização e vitimada por um dos sistemas de transporte urbano mais ineficiente, opressivo e caro do país.

O presente artigo busca contribuir com o debate acerca das intervenções urbanísticas motivados pela Copa do Mundo de 2014, e enfocará preliminarmente uma síntese da evolução histórica da cidade de Manaus atenta ao estabelecimento de marcos do seu patrimônio histórico, para então estabelecer preocupações e ponderações ao mais recente projeto modernizador, notadamente quanto à possibilidade de a implantação do *Transporte Modal Monotrilho* vir a causar impactos e danos significativos ao patrimônio histórico da cidade de Manaus.

¹ O projeto do IPHAN, embrionário e ainda não oficializado, embora mereça reparos e considerações, não será aqui alvo de avaliação.

UMA CIDADE DE COSTAS AO SEU PASSADO

Não custa lembrar que a dinâmica do desenvolvimento urbano de Manaus, em boa medida materializada na forma de *booms* econômicos periódicos, tendeu a impulsionar a cidade para processos modernizadores abruptos e de curta duração, seguidos por momentos de forte retração e até letargia. A cada nova dinamização econômica assistia-se um surto renovador associado à implementação de projetos urbanísticos de grande envergadura que traziam, invariavelmente, a marca da superação de um passado tido como problemático.

O discurso do *novo* se consagra em detrimento de tudo que possa associar a cidade (que se quer modernizada) ao seu passado “arcaico”, “atrasado”, “inulto”. Nos sucessivos projetos urbanísticos, ganha força o ideal de *civilização* a suplantando a *barbárie*; de cultura sobre a *natureza*. Assim, a cada nova ação modernizadora, o *novo* impôs a saída de cena do igarapé, do rio e até mesmo dos referenciais indígenas impressos na língua e cultura.²

Com o passar do tempo, a adesão incondicional dos administradores locais ao discurso modernizador introjetou-se no inconsciente coletivo da população manauara, gerando a tradicional apatia ante as ações reiteradas de agressão ao patrimônio histórico. Mobilizações de segmentos sociais em defesa desse patrimônio ameaçado só parecem ter emergido, timidamente, no final dos anos 1970, como a que denunciou a destruição do Cine Teatro Guarany, antigo Alcazar, que por muitas décadas animou o cenário cultural de Manaus.³

Em linhas gerais, o processo histórico da cidade de Manaus conheceu cinco momentos específicos ao longo de sua história tridentenária. Pode-se definir o *primeiro momento* dessa evolução como sendo o do *nucleamento inicial* e seu lento percurso até as primeiras décadas do século XIX, portanto, o período verificado

² É neste arrogante desprezo ao passado e nesta luta contínua e desesperada em prol do “novo” (seja ele o que for) que se torna possível pensar a crítica ácida de Euclides da Cunha, que via Manaus como uma cidade com fortes problemas de identidade. Em carta a Domício da Gama, datada de 13 de janeiro de 1905, Euclides materializa esse desencanto: “O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio europeia, onde o tejuar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do ianque espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que elas nos incute é a de uma maloca transformada em Grand”. CUNHA, E. *Um Paraíso Perdido*: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 221.

³ Ainda assim, a edificação de dois espigões (os prédios da Coencil e Receita Federal) defronte à igreja Matriz e ao lado do prédio da Alfândega, mesmo tendo impactado severamente a área de mais alto valor histórico da cidade e de ter interferido significativamente na sua fisionomia e paisagismo (maculando o “cartão postal” que desde o início do século XX projetava Manaus ao mundo), não suscitou reações dignas de nota. O mesmo silêncio se materializou na descaracterização sistemática das praças (da Saudade, Oswaldo Cruz, do Rodoviário, etc.) e parques de uma cidade carente refúgios de lazer e áreas verdes.

ainda nos marcos da ocupação colonial portuguesa na Amazônia. É praticamente consenso na historiografia local que o marco inicial da história de Manaus recue à segunda metade do século XVII, sendo resultante de um duplo impulso. O primeiro impulso teria sido dado pelo aldeamento que missionários jesuítas procederam nas imediações da confluência do rio Tarumã com o Negro, aglutinando ali população de índios Tarumã e, posteriormente de outras etnias, como os Baré, Passé, Baniwa e Manaus.⁴ Com pouco tempo de existência os missionários acharam melhor transferir o aldeamento para a margem esquerda do Rio Negro, mais próximo da confluência com o Amazonas.⁵ O outro impulso – na verdade coetâneo e correlato à ação missionária – materializou-se na fundação da pequena Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, por volta de 1669.⁶

Tais ações, interferindo na correlação de forças, já que asseguravam maior poderio e controle dos colonos portugueses sobre os grupos indígenas ainda arredios e reativos à conquista de seus territórios ancestrais, acabaram por favorecer o lento povoamento colonial. Há pouquíssimos registros de época, sugerindo que o povoado passou a ganhar vida aos lentamente, sem alcançar qualquer projeção econômica ou política por mais de um século. Como sustenta Otoni Mesquita, “naquele momento, o embrião da atual cidade de Manaus não era mais que uma grande aldeia”.⁷

Com efeito, cerca de cem anos após a fundação do forte, cronistas e viajantes o descrevem o povoado ainda com dimensões bastante acanhadas, como o fizeram o Ouvidor Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira. Em 1º de dezembro de 1774, Sampaio registra que “junto à fortaleza está uma não pequena povoação de índios, na qual habitam juntamente vários moradores brancos”.⁸ Mais detalhista, Ferreira descreve o sítio histórico nos seguintes termos:

Está a fortaleza fundada na frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos; a qual se divide em dois bairros, ao longo da margem boreal; ambos eles ocupam uma porção da barreira

⁴ FREIRE, J. R. B. “Barés, Manãos e Tarumãs”. *Amazônia em Cadernos*, nº 2/3 (1994/1995), pp. 168-169.

⁵ MESQUITA, O. M. de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: Edua, 2009, p. 109.

⁶ A data de 1669 se consagra no discurso historiográfico, não sem antes suscitar dúvidas, ponderações e objeções, como se pode ver no ácido debate entre dois importantes intelectuais manauaras e membros do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, o Pe. Raimundo Nonato Pinheiro e o historiador Mário Ypiranga Monteiro. Cf. “332 Anos de Manaus: história e verdade”. *Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*. Manaus: Valer/Edições Governo do Estado, 2001.

⁷ MESQUITA. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*, p. 112.

⁸ SAMPAIO, F. X. R. *As Viagens do Ouvidor Sampaio*. Manaus: ACA, 1985, p. 101.

que medeia entre os dois igarapés da Tapera de Maués, e dito dos Manaus. Porém a porção da barreira, que serve de base ao primeiro bairro, onde estavam situadas a matriz e ambas as residências do Reverendo vigário e do comandante, é mais alta e mais avançada sobre o rio, do que a do segundo bairro, onde só há oito casas.

Uma e outra é bordada de grandes Lages de pedras, com pouco sensíveis interrupções. Pelo tabuleiro superior da barreira ao primeiro bairro, está disposto o arruamento das casas sobre 3 linhas de fundo; contam-se 10 na frente, incluídas as residências; para fora da linha saem 2 no topo do tabuleiro, além das que, pelo comprimento da mesma linha, avançam em frente sobre o rio; como são a casa das canoas no porto da povoação, dita do forro no declive da barreira e da dita olaria. Na segunda linha do fundo contei 11 e na terceira 14. Havia em todas elas alguns vazios por encher, além do seu alinhamento não ser o mais geométrico.⁹

Por volta da última década do século XVIII, mudanças importantes vão ocorrer na história da cidade, momento em que ela é referenciada na documentação como “Lugar da Barra do Rio Negro”, ou simplesmente “Lugar da Barra”, nomes que vão aos poucos se consagrando na documentação de época. Artur Cezar Ferreira Reis atribui importância, nesse momento, à ação dos carmelitas, a quem coube a construção, em 1795 de pequena ermida, junto à qual o povoamento se adensou, favorecido ainda por descimentos de índios patrocinados por particulares.¹⁰

Desse período é também a ação de Manoel da Gama Lobo d’Almada no sentido de fazer ir para Barra, em 1791, a sede da administração da Capitania de São José do Rio Negro, ao que parece por sua melhor situação geográfica. O empenho reformador de Almada resultou comprometido e obstaculizado por força das querelas políticas que contra ele lançou seu superior hierárquico, Souza Coutinho. Dessa ação resultou a volta da seda da Capitania para Barcelos em 1799.¹¹

Todavia, a ação de Lobo d’Almada, em especial a montagem de pequenos empreendimentos (olaria, padaria, fábrica de panos de algodão, etc.) deram maior dinamicidade ao povoado que, mesmo sem o apoio de Souza Coutinho, prosperou. Ajudava-o o “comércio das canoas” que desde Belém se fazia com as povoações do Solimões e mesmo com o Peru. A transferência da sede, tentada por Lobo d’Almada,

⁹ FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu paraense Emílio Goeldi/CNPq, 1971, p. 576-577.

¹⁰ REIS, A. C. F. *Manãos e Outras Villas*. 2ª edição. Manaus: Edua, 1999, p. 35.

¹¹ MIRANDA, B. de. *A Cidade de Manãos: sua história e seus motins políticos*. 2ª edição. Manaus: ACA, 1984, p. 14-15.

por fim se efetivaria em 1808, resultando em novo impulso ao povoamento. Embora os registros históricos sejam ainda dispersos sobre o período, o esforço historiográfico resultou em importantes representações do cenário urbano que ia se delineando:

O casario começou a ser disposto em arruamentos. Pelas tradições, pelas descrições levíssimas de velhos cronistas, sabe-se que o Lugar da Barra estendia-se a leste até São Vicente, a oeste morria nos Remédios, sendo de notar-se que não havia ocupação continuada de terrenos. Ao norte chegava a Praça General Osório. Aí, o Bairro da Campina. As ruas não tinham nome. Conheciam-se pelo morador mais importante, pelo das casas do serviço público. Quantas ruas? Havia igarapés cortando o povoado. As ondulações de terreno dificultavam, por sua vez, a concentração uniforme da população. O grosso, porém, vivia em torno do fortim, do palácio dos governadores, distribuindo-se pelo que é presentemente rua Demétrio Ribeiro, Independência, até São Vicente.¹²

Embora nada tenha sobrevivido em termos de patrimônio construído e, obviamente, de grande interesse histórico neste primeiro momento da história de Manaus, a prospecção arqueológica em eventuais projetos futuros de intervenção no sítio histórico, em especial na área adjacente ao porto, pode resultar na descoberta de suas ruínas, o que seria extremamente relevante. À exceção de sua estação terminal (T-0)¹³, prevista para estabelecer-se nas imediações da Igreja Matriz, em frente ao Porto, o trajeto previsto no projeto do monotrilho parece não resultar em maior ameaça a tais vestígios, cuja existência é, de resto, apenas suposta.

O *segundo momento* da evolução histórica de Manaus é o que se materializa entre o início da década de 1830 e fins da década de 1870. Neste momento a cidade oportunizará os benefícios advindos de dois grandes reordenamentos político-administrativos, a saber: a implantação do Código do Processo (1833) e a Criação da Província do Amazonas (1850).

Já em 1833, o Lugar da Barra avança nos predicativos, passando à condição de vila e, em 1848, a cidade. O ápice é seguramente o momento em que a Cidade da Barra do Rio Negro passa a ser capital da nova Província do Amazonas, cuja criação ocorre em 5 de setembro de 1850 e a implantação, dois anos depois, em 1852. Será ainda em 1856 que a cidade passará a receber sua designação contemporânea, de Cidade de Manaus.

¹² REIS. *Manãos e Outras Villas*, p. 47-48.

¹³ Há quatro estações terminais de ônibus em Manaus, indo da Av. Constantino Nery (Y-1) à Zona Leste (T-3, T-4 e T-5). Como o trajeto do Monotrilho utilizará esses terminais e construirá outro já no centro da cidade, este, como Estação Terminal, tem sido nomeado como T-0.

Convém salientar que a simples transferência da sede da Capitania de São José do Rio Negro, de Barcelos para Barra, embora importante, não dera a Manaus maior autonomia política, já que não sendo ainda Vila, não dispunha de Câmara própria, submetendo-se à de Barcelos e, posteriormente, à de Serpa. Contudo, o despontar havido no início do século XIX avança em ritmo lento, porém perceptível, e o lugarejo vai galgando mudanças em seu status por força dos ordenamentos jurídicos que vão alcançando a velha capitania, já agora Comarca do Alto Amazonas. Com a implementação do Código do Processo, em 1833, Barra consagra sua liderança política frente às demais localidades da Comarca. As mudanças operadas são descritas com enfática satisfação por Bertino de Miranda, um de seus mais importantes historiadores: “A Manaus cabe um quinhão ótimo; vê-se livre da sujeição de Serpa, como já se havia visto, em 1828, da de Barcelos. Toca-lhe ser cabeça de Termo! Este lhe dá direito de possuir uma Câmara Municipal própria. Enfim, se realiza um de seus sonhos dourados!”¹⁴

A atribuição do predicativo de Vila, com o nome de Manáos, em 1833, impulsionou ainda mais o pequeno comércio local (ou expressava esse maior dinamismo) e o povoamento tendeu a se espraiar, alcançando os arrabaldes. Essa dinâmica foi mantida mesmo após os abalos políticos das rebeliões populares de 1832 e 1836 – esta última marcada pela invasão dos cabanos, que chegaram a controlar a vila em duas breves oportunidades –, o que se pode inferir pelo fato de que em 1848, a antiga vila seja promovida à condição de Cidade da Barra do Rio Negro.

Embora desse momento não se tenha preservado nenhuma edificação, em especial pela precariedade dos materiais ali empregados, mesmo nas edificações públicas (madeira e palha), ficaram os primeiros arruamentos, estreitos e sinuosos, que configuram, ainda hoje, as ruas do entorno da Praça Pedro II, no antigo Bairro de São Vicente.

A instalação da Província, em 1852, requerendo infraestrutura necessária para o funcionamento do ordenamento jurídico e a burocracia provincial, patrocinou a construção de prédios públicos e iniciou um primeiro leque de planejamento e reorganização racional do espaço urbano, através de significativas intervenções destinadas não apenas à funcionalidade da locomoção e trânsito de mercadorias e pessoas, mas também voltada para preocupações estéticas, com políticas de “aformoseamento” da cidade.

Embora a historiografia tenha tendido muito rapidamente a localizar o processo de modernização urbana apenas a partir da expansão da economia de

¹⁴ MIRANDA. *A Cidade de Manáos: sua história e seus motins políticos*, p. 33.

exportação da borracha, cujo marco inicial estaria entre os anos de 1880 e 1890, a cidade foi verdadeiramente impactada pelos governos provinciais, embora num ritmo mais modesto até meados de 1880.

A pouca atenção ao urbanismo provincial deve-se, em boa medida, a força das descrições, por vezes depreciativas e etnocêntricas, emanadas das narrativas produzidas por naturalistas e viajantes que passaram pela região. Neste sentido, chega a ser clássica a observação do casal Agassiz:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É um pequeno aglomerado de casas, metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com os nomes de edifícios públicos: Tesouro, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência.¹⁵

Muito empregadas para descrever a Manaus do “período provincial”, boa parte dessas viagens e observações são, contudo, anteriores a 1870 e mesmo anteriores a 1880.¹⁶ A própria publicação da obra de Keller-Leuzinger é de 1874, momento em que a cidade se mostrava em vias de rápida transformação.

O que não se quer perder de vista é a relevância de muitas intervenções concretizadas ainda durante a vida provincial da cidade. Do contrário, ficamos à mercê de uma narrativa histórica, onde o merecido reconhecimento da ação urbanística de um Eduardo Ribeiro acaba se fazendo por sobre silêncios indevidos a outros administradores e urbanistas, como José Paranguá, a quem a cidade tanto deve em termos de melhoramentos urbanos e edificações públicas.

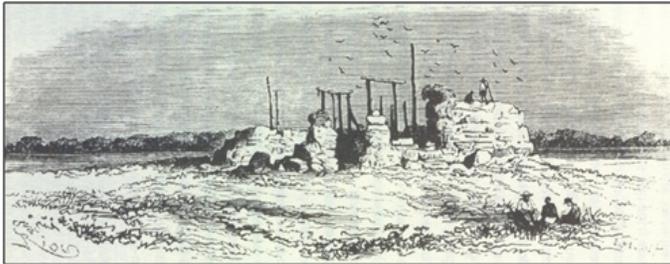
Aqui, duas questões se impõem em nossa narrativa, pelo muito que podem elucidar os projetos de intervenção urbana pretendidos. A primeira diz respeito ao fato de que as preocupações visando à realização de melhoramentos urbanos passaram ao largo de todo e qualquer preocupação preservacionista, antes, possíveis referências do passado colonial. O próprio forte de 1669, já não passava de ruínas em meados do século XIX, quando Paul Marcoy lhe dedicou atenção, registrando em desenho seus destroços (ver figura 1). Isso significa que a abertura e o alinhamento de ruas, os aterros e desaterros faziam-se sem muita

¹⁵ AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975, p. 127.

¹⁶ MARCOY, P. *Viagem pelo Rio Amazonas*. 2ª edição. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Edua, 2001; BATES, H. W. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979; WALLACE, A. R. *Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979; BIARD, A.F. *Dois Anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004; AVÉ-LALLEMANT, R. *No Rio Amazonas* (1859). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980; AGASSIZ & AGASSIZ. *Viagem ao Brasil*.

preocupação frente às edificações antigas, ainda mais pelo fato destas, quase sempre, trazerem o agravante de serem não apenas edificações ligeiras, mas também por serem construções ancoradas, como se disse, em materiais frágeis e de baixa qualidade. Mesmo edificações públicas traziam essa marca, o que, por si só, já comprometia sua preservação.

Figura 1 - Ruínas da Fortaleza de São José do Rio Negro



Fonte: MARCOY. *Viagem pelo Rio Amazonas*, p. 161

A segunda questão a ser destacada é a forte emergência, durante o período provincial, dos registros iconográficos e mesmo cartográficos, que muito podem orientar as políticas preservacionistas contemporâneas. Na iconografia, não apenas as gravuras e desenhos a bico de pena estão presentes e começam a apresentar registros importantes da cidade. Também a fotografia, já muito cedo, começa a dar sua contribuição.

A cartografia voltada para a cidade ganhou força na segunda metade do século XIX e deixou registros importantes para o trabalho de reconstituição histórica do sítio e do centro histórico de Manaus. Neste particular, é digno de nota o croqui elaborado na administração de Tenreiro Aranha, em 1852, por onde se percebe o avanço da ocupação do sítio em direção à Campina e Cachoeira Grande, ao norte; e à Cachoeirinha, a leste.

De resto, a cartografia de época permite constatar que o desenvolvimento urbano de Manaus se processa até então alheio a planejamentos prévios, em geral adaptando o espaço aos imperativos da ocupação populacional que avança de forma espontânea. Na verdade, essa é uma característica que marcou profundamente o desenvolvimento urbano no Brasil ao longo do período colonial e boa parte do século XIX.

Figura 2 - Planta da Cidade de Manaus – 1852



Fonte: MESQUITA. *La Belle Vitrine*, p. 156

Da mesma forma que ao iniciar sua trajetória a cidade provincial já se via praticamente desprovida dos vestígios materiais do outrora Lugar da Barra, poucas edificações da Manaus Provincial chegaram à contemporaneidade. Em obra recente, Otoni Mesquita produziu um rápido inventário dessas edificações (como adiante se verá), calcando sua narrativa nos trabalhos historiográficos que lhe precederam, enquanto denunciava seus silêncios a toda arquitetura que não se enquadrasse nos arquétipos da monumentalidade. Tal inventário nos parece fundamental, exatamente pelo fato de todas essas edificações “menores” se configurarem também como exemplos importantes do patrimônio a ser resguardado em toda e qualquer proposta de intervenção urbana que se faça na atualidade ou que venha a se fazer no futuro, razão pela qual é pertinente guardarmos suas observações:

Orientado por abordagens mais tradicionais, os autores que tratam da cidade de Manaus, no período monárquico, raramente mencionam obras arquitetônicas de pequeno formato ou de aspecto popular. Em geral, suas abordagens privilegiam as obras de caráter monumental e valorizam os exemplares de grande formato e comprometidos com os padrões da arquitetura tradicional. Ignoram, entre as construções locais, exemplares de pequeno formato ou de aparência estética menos elaborada.

Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Luiz de Miranda Corrêa, autores amazonenses que, de alguma forma, trataram da arquitetura da cidade, no século XIX, indicam como “prédios destacáveis” do período provincial apenas a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Prefeitura Municipal de Manaus e o Colégio Estadual D. Pedro II; entretanto, Mi-

randa Corrêa amplia essa pequena relação, incluindo, também, o prédio do antigo Tesouro Público.

No entanto, a valorização de outros aspectos das obras públicas daquele período forneceu um levantamento mais amplo do ponto de vista quantitativo. Assim, incluem-se, também, entre as realizações arquitetônicas do período, as seguintes obras: a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, antes de ser a fachada projetada pelo italiano Filinθο Santhoro, o Palacete Provincial, atual Quartel da Praça da Polícia; o Mercado de Ferro, cuja fachada voltada para o Rio Negro, foi construída em 1882-1883; a Igreja de São Sebastião, antes da reforma de sua fachada; a Ponte de Ferro dos Remédios, que foi demolida na primeira década do século XX, quando se aterrou o Igarapé dos Remédios; o Coreto da Praça D. Pedro II; o Reservatório da castelhana; a Estação de Bombeamento; a Represa da Cachoeira Grande e o Teatro Provincial, cujas obras em construção tinham tido início.¹⁷

Além das ponderações de Mesquita, parece-nos necessário incluir no rol do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade outros elementos do patrimônio edificado, cuja atenção tem escapado à ação de administradores e urbanistas. Trata-se das praças, parques, jardins e largos que compunham importantes referências ao paisagismo urbano. Algumas dessas áreas acabaram por receber a cobertura de processos de tombamento federais voltados aos prédios públicos “e seus entornos”, como ocorreu com a Igreja Matriz, o Teatro Amazonas e o Porto de Manaus. De qualquer forma, nem mesmo nestes casos, a cobertura jurídica propiciada pelo tombamento tem sido capaz de impedir agressões e danos a esses sítios.

O *terceiro momento* da história da cidade de Manaus é o que coincide com o período de expansão e crise da economia de exportação da borracha, que consagrou a memória de administradores urbanistas como Eduardo Gonçalves Ribeiro, uma espécie de Pereira Passos da história regional.¹⁸ Este período é iniciado nas duas últimas décadas do século XIX (c. 1880) e estende suas marcas no cenário urbano até meados da década de 1960. Incorpora um movimento de fluxo e refluxo da dinâmica econômica, com os quarenta primeiros anos marcados por forte expansão – consistindo no período histórico da cidade mais frequentado pela historiografia –, tal o impacto e as dimensões alcançadas pelas transformações processadas.

Esses quarenta anos iniciais (1880-1920) são por excelência um período da crença inabalável no progresso, na ciência e no desenvolvimento tecnológico.

¹⁷ MESQUITA. *La Belle Vitrine*, p. 129-130.

¹⁸ Mesquita vai mais além, chamando-o de “Hausmann Mulato”, numa referência direta ao paradigmático urbanista francês e prefeito de Paris, Barão Hausmann. *Ibidem*, p. 191.

Mas é também, no rastro do iluminismo, um período de valorização do esclarecimento, da razão e da cultura, com forte influência do refinamento estético que marcou a *Belle Époque* em escala planetária. Em Manaus, o urbanismo assume uma posição preponderante no interior das ações que embasam as políticas públicas e, pela primeira vez na história da cidade, um planejamento urbano minucioso antecipa boa parte das ações de intervenção. Exemplos dessa racionalidade e planejamento podem ser percebidos em fins do século XIX quando da abertura de bairros periféricos como a Cachoeirinha e, mais a noroeste, a Vila Municipal, cujos traçados incorporam-se, em quadriláteros perfeitos, à cartografia urbana. O próprio arruamento, levando em conta a expansão da cidade e os dilemas da mobilidade urbana, já então emergente, reforça a opção pela abertura de ruas largas e avenidas, enquanto a preocupação estética define a opção pelo *boulevard*, largo, arborizado e que previa igualmente o “passeio público” em seu centro ou em suas laterais.

Ancorado nos lucros auferidos pela borracha, as ações urbanísticas assumiram a tarefa imperiosa da implementação de equipamentos urbanos capazes de dotar a cidade de funcionalidade, dinamismo e arejamento estético. É ainda o momento de emergência (e mesmo o ápice) de uma arquitetura monumental vir à cena, em obras suntuosas e esteticamente orientadas que se incorporaram fortemente ao patrimônio da cidade, acabando, em alguns casos, por traduzir os ideais de modernidade e civilização pretendidos pelos administradores locais. Esse é o caso, por exemplo, do Teatro Amazonas, do Palácio da Justiça, da Ponte de Ferro da Cachoeirinha e do próprio Porto de Manaus, com seus inovadores cais flutuantes, em cujo planejamento e execuções mesclaram-se influências locais e estrangeiras.¹⁹

Neste momento, problemas de grande envergadura que a cidade apresentava foram enfrentados, resultando num conjunto de inovações tecnológicas e melhorias urbanas, materializadas em políticas públicas voltadas para a implementação de linhas telegráficas, abastecimento de água e víveres, serviço de esgotos e coleta de lixo, saneamento de áreas degradadas, além das questões relacionadas à mobilidade urbana e dotação de melhor racionalidade no trânsito, que já em 1910 começa a se configurar como um dilema. O próprio Governador Eduardo Ribeiro chegou a justificar a adoção de uma série de medidas drásticas, como as desapropriações, por força das “péssimas condições de trânsito”.²⁰ Neste

¹⁹ CAPPELLI, V. *Storie di Italiani nelle Altre Americhe*. Roma: Editore Rubbettino, 2009; PENNINGTON, D. *Manaus e Liverpool: uma ponte marítima centenária*. Manaus: EdUA, 2009; PINHEIRO, M.L.U. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 2ª edição. Manaus: EdUA, 2003.

²⁰ MESQUITA. *La Belle Vitrine*, p. 177.

questo, as saídas encontradas foram particularmente ousadas, incorporando um moderno sistema de locomoção sobre trilhos, articulando os espaços centrais e dinâmicos da cidade com seus cada vez mais populosos bairros periféricos e arrabaldes. Como argumenta Otoni Mesquita,

Com o crescimento da cidade, alguns bairros afastados do centro, como Cachoeira Grande, Cachoeirinha, Nazaré e Rio Branco, tornaram-se populosos, requisitando transporte público. Por outro lado, a instalação desse serviço viabilizaria o plano de expansão implantado por [Eduardo] Ribeiro, que pretendia ver os arrabaldes ocupados.²¹

Já os quarenta anos que marcam a parte final deste terceiro momento (1920-1960) da história da cidade, embora seja igualmente impactante, o é por motivações diferenciadas do das décadas que o antecederam. Trata-se do período caracterizado pela aguda crise da economia de exportação da borracha, responsável, em sua face urbana, pelo influxo populacional e pelo fechamento de diversos estabelecimentos comerciais e industriais, articulados à saída massiva de capitais estrangeiros e nacionais. Esta situação já está plenamente configurada nos anos vinte e se estende, com ligeiros impulsos reformadores até meados da década de sessenta já em pleno governo militar.

É período pouco visitado pela historiografia, que em regra o define como de acentuada decadência, traduzida, por exemplo, na falência de diversos serviços urbanos, como o de abastecimento de águas, iluminação elétrica e mesmo o transporte público dos bondes elétricos, enfim suplantados pela introdução e difusão do ônibus. Eduardo Galvão lembra que, ao passear pela Cachoeirinha, em 1951, o bairro era “servido de luz elétrica, mas, aparentemente, não possuía água encanada, pois observamos grande número de meninos conduzindo água em latas”.²²

Se a historiografia²³ e os cientistas sociais produziram poucos estudos sobre o período da crise²⁴, contudo, um volume significativo de memorialistas que agregaram, em vívidas narrativas, dimensões importantíssimas de uma cidade que se via abandonada pelo capital e pela atenção da classe política e empresarial nacional. Suas narrativas indicam que a cidade, retraída, ganhou dimensões intimistas,

²¹ *Ibidem*, p. 221.

²² GALVÃO, E. “Impressões e reflexões de Eduardo Galvão, em Manaus – Notas de Viagem, 1951”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 7, nº 2 (1991), p. 128.

²³ Por exemplo, LOUREIRO, A. *A Grande Crise*. Manaus: T. Loureiro, 1985.

²⁴ AGUIAR, J. V. S. *Manaus: Praça, Café, Colégio e Cinema nos Anos 50 e 60*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Valer/EdUA, 2002; OLIVEIRA, J. A. *Manaus de 1920 a 1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Valer/EdUA, 2003.

com a (re)valorização das relações sociais, que parecem ter se desenvolvido numa dimensão mais lenta e cordial. Com a memória de sua vivência na Manaus dos anos de 1940, Thiago de Mello aponta essa dimensão:

É no período de grande depressão econômica, em que o Amazonas chega a perder 90% do seu produto territorial bruto (fato que se considera sem paralelo) que Manaus abre para a sua gente caminhos de reencontro com a sua própria autenticidade cultural. Apagados os brilhos das lantejoulas estrangeiras, que tanto ofuscaram, a cidade redescobriu e deu seu devido valor à sossegada, mas permanente luz que lhe nascia dos âmagos mais fundos. É acertado e é justo reconhecer que houve naquele período um instintivo e bonito movimento de recuperação da nossa amazonidade. Imposto dialeticamente pela dura contingência.²⁵

É evidente que essa percepção intimista que muitos memorialistas trazem em suas narrativas da Manaus da crise pode ser, se não contraditada, pelo menos relativizada por aqueles que buscam perceber a cidade como sendo, também naquele momento, palco de disputas pelos diversos segmentos sociais.²⁶ Assim, da mesma forma que uma historiografia mais recente sentiu a necessidade de chamar a atenção para os espaços do trabalho e dos conflitos sociais havidos no período áureo da borracha²⁷, a atenção dos estudiosos contemporâneos não descuidada de alertar para a crueza das vivências populares nessa cidade em crise. É o que faz José Aldemir de Oliveira, ao reconhecer e argumentar que:

A cidade da década de vinte, a cidade harmoniosa estava em crise, embora mantivesse a ostentação dos magníficos casarões resultantes do fastígio da economia da borracha, sobrepondo-se à pobreza da maioria sempre crescente. Com a crise, veio à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos, e surgiram os trabalhadores dos grotões, dos outros lados dos igarapés e do outro lado do rio, emergindo os bairros de Educandos, do Curre, do Plano Inclinado, da Matinha, do São Raimundo, do Morro da Liberdade, onde os moradores buscavam integrar como sujeitos da produção do espaço urbano. Para eles a crise da cidade tinha outra dimensão e não se enquadrava nem nas determinações da elite extrativista, nem nas do Estado.²⁸

²⁵ MELLO, T de. *Manaus, Amor e Memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984, p. 29-30.

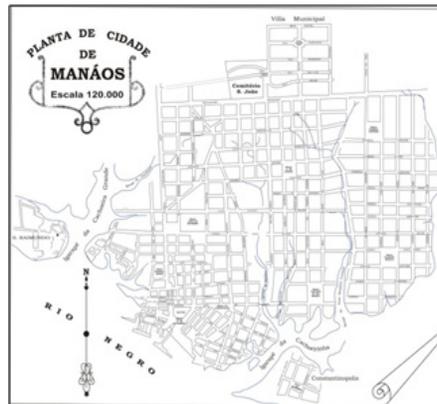
²⁶ MELLO. *Manaus, Amor e Memória*; MATA, J.N. *Antiquilhas Manauaras*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1991; BRAGA, G. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1975; PERES, J. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*. Manaus: Imprensa Oficial, 2002.

²⁷ DIAS, E. M. *A Ilusão do Fausto*. Manaus – 1900-1920. Manaus: Valer, 1999; PINHEIRO. *A Cidade Sobre os Ombros*.

²⁸ OLIVEIRA. *Manaus de 1920 a 1967*, p. 135.

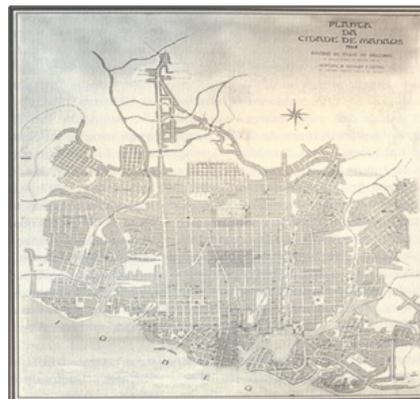
Do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, Manaus é basicamente a herdada do período áureo da borracha, com pequenos espraiamentos em direção ao norte. Uma breve comparação entre a cartografia dos anos trinta e a dos anos sessenta, permite perceber que o traçado urbano avançou relativamente pouco, como é possível perceber nos mapas a seguir.

Figura 3 - Mapa da cidade de Manaus, 1932.



Fonte: Oliveira. *Manaus de 1920 a 1967*, p. 92.

Figura 4 - Mapa da cidade de Manaus, 1968.



Fonte: Oliveira. *Manaus de 1920 a 1967*, p. 95.

Um ponto de destaque é que a vivência mais popular impôs também marcas profundas de inovação, já no final dos anos 1940, ao avançar moradias improvisadas por sobre o rio, em frente da cidade, numa extensão que ia da praia do

mercado público ao igarapé dos Educandos. Eram habitações e empreendimentos flutuantes em tal volume que chegam ao início dos anos sessenta referenciadas quase como uma cidade à parte.²⁹ De acordo com o importante estudo de Celso Serra e Wilson Cruz (1964) a cidade flutuante chegou a ter 10.000 moradores e, além de escolas e espaços de lazer, chegou a ter intenso comércio (estivas, malharias, bares e restaurantes, bazares, mercearias, drogarias, armarinhos, etc.) e desenvolver atividades industriais (oficinas, serrarias, fábricas de gelo, de calçados, de móveis e bebidas), antes de seu completo desmantelamento dois anos depois.³⁰

O *quarto e último momento* da história de Manaus é o que se abre em meados dos anos sessenta sob a égide da implantação da Zona Franca de Manaus, sob cuja influência a vida econômica e social da cidade de Manaus está ainda intimamente ancorada, reverberando seus fluxos e refluxos. Tal período será apenas mencionado aqui, não só porque tende, por contemporâneo, a escapar ao olhar do historiador – mais afeito ao tempo distante de sua própria vivência –, mas também, pelos mesmos motivos, porque escapa também das preocupações mais ligadas ao patrimônio histórico.

Do aspecto urbano, o período se inicia com um ato de impacto do governador Arthur Cezar Ferreira Reis, ao patrocinar, nos anos de 1965 e 1966, o desmantelamento da cidade flutuante, e o deslocamento da população para as áreas de expansão da Raiz, Crespo e Compensa. Empreendimentos habitacionais, pretendidos para os mesmos fins ainda na administração do Governador Gilberto Mestrinho, em 1961, acabam se desenvolvendo na direção do Parque Dez e Japiim, destacando-se a implantação de projetos da COHAB.

Planejada é também a adaptação de parte do centro da cidade que vai lentamente assumindo feição eminentemente comercial, destinada aos produtos importados – dimensão mais impactante da Zona Franca em seu momento inicial – e à acolhida aos turistas (na verdade mais propriamente consumidores vindos de outros estados). Nos anos setenta, sob o impacto das ações do Prefeito Jorge Teixeira, surgiram os primeiros calçadões e, no plano dos transportes urbanos, os corredores exclusivos para a circulação de coletivos (os chamados “*lombrições*”). De igual forma, a estruturação de um Distrito Industrial, já previsto no projeto de implantação da Zona Franca, abriu caminho para a

²⁹ De acordo com Celso Serra e Wilson Cruz, os primeiros flutuantes de Manaus recuam aos anos vinte, nas margens do bairro do Educandos, mas já nos anos cinquenta surgiam os primeiros flutuantes comerciais. SERRA, C. L. R. & CRUZ, W. R. *Aspectos Econômicos e Sociais da Cidade Flutuante*. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964, p. 21-22.

³⁰ SERRA & CRUZ. *Aspectos Econômicos e Sociais da Cidade Flutuante*.

expansão desordenada de bairros populares (verdadeiras favelas) em seu entorno, alternativa desesperada de boa parte dos novos migrantes que a atração do novo empreendimento fazia chegar aos milhares a cada dia.

De lá para cá, assistiu-se a uma explosão demográfica sem paralelo na história da cidade, fazendo-a alcançar, em poucos anos, dimensões geográficas que extrapolavam em muito à área alcançada pela expansão urbana do momento que a antecedeu. Com tal expansão populacional e geográfica, a cidade transforma-se numa espécie de “monstro urbano”³¹, com uma população de carentes a demandar serviços os mais diversos, como saúde, educação, moradia, transporte, segurança, lazer e cidadania.

Do ponto de vista do patrimônio é preciso reconhecer que tem sido exatamente este último surto expansionista o responsável pelo maior dano ao patrimônio histórico da cidade de Manaus. Se na época da crise da borracha (1920-1960), a falência do Estado, exaurido em suas receitas, levou ao abandono e ao descuido diante do patrimônio edificado, com danos importantes mesmo para a conservação de bens como o Teatro Amazonas³²; no período subsequente (o contemporâneo) ocorreu e continua a ocorrer um verdadeiro ataque às edificações e aos conjuntos arquitetônicos (quarteirões inteiros) construídos no período áureo da borracha, o que tem gerado uma total descaracterização da cidade e de seu mais precioso patrimônio.

Como mencionamos anteriormente, tais ações, em grande parte levadas a cabo por iniciativa de entes privados e ancoradas quase que exclusivamente nos impulsos voltados à execução de lucro na atividade mercantil, foi muito pouco contraditada pela ação dos poderes públicos até bem recentemente, quando então se assistiu a um reforço das ações de instituições públicas destinadas à defesa do patrimônio, uma maior atenção de gestores e legisladores e uma correlata (embora ainda tímida!) conscientização de parcelas da população cidadina para as reais dimensões desse problema.

³¹ BRESCIANI, Maria Stella. “Metrópoles: as faces do monstro urbano”. *Revista Brasileira de História*, vol. 8, nº 9 (1985), p. 35-68.

³² Um breve exemplo pode ser encontrado nas notas de viagem registradas por Eduardo Galvão, quando de sua passagem por Manaus em 1951. Embora impressionado com a grandiosidade do Teatro Amazonas, o antropólogo não deixou de notar que seu interior era “extremamente luxuoso, embora seja flagrante a ausência de conservação”. GALVÃO. “Impressões e reflexões de Eduardo Galvão, em Manaus – Notas de Viagem, 1951”, p. 122.

MUDAR COM OS OLHOS NO PASSADO

O descaso e o desprezo frente ao patrimônio histórico, vivenciados até o passado recente na cidade de Manaus, não deve servir de desculpa ou motivo para a continuação de atitude idêntica no presente. O fato de parte significativa do patrimônio da cidade ter sido sistematicamente destruído, a ponto de ser cada dia mais difícil identificar as marcas do passado no cenário urbano de uma cidade que se refaz continuamente, torna-o ainda mais importante, relevante e estratégico do ponto de vista de sua preservação.

Já asseveramos que, ao se travestir continuamente de “nova” e “contemporânea”, a cidade conheceu sucessivos processos de descaracterização que fizeram com que, sem o menor esforço, o observador atento percebesse – não sem uma forte dose de desencanto e decepção, como o fez Eduardo Galvão³³, em 1951 –, que “a Manaus de hoje pouco guarda dessa origem remota. No seu aspecto geral nada tem de cidade colonial, no sentido a que estamos acostumados a descrever quando nos referimos a Salvador ou a São Luís”. Podíamos recuar cem anos e a narrativa não se alteraria. Assim, em 1847, Paul Marcoy, comentando acerca de momentos da história da cidade, sentencia: “Não resta nada que mostre o passado da antiga Manaus. Igreja, casas, laranjeiras, tudo se desfez no pó e nem sequer as sementes de laranjeiras germinaram no lugar que essas árvores haviam embelezado”.³⁴

Essas percepções de perda talvez sejam a razão prioritária pela qual devemos cerrar fileiras em defesa da cidade e de seus patrimônios, independente do quão modernos e mirabolantes possam ser os programas e projetos de intervenção urbanas pensados para ela.

Não se trata, entenda-se bem, de defender uma intocabilidade dos sítios históricos, colocando a cidade ou suas edificações numa redoma, que só impediriam sua atualização, funcionalidade e sentido. As falácias e os riscos dessa postura já foram alvo do alerta de Ítalo Calvino, em emblemática passagem em que descreve Maurília, uma de suas *ciudades invisíveis*:

Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como essa visão havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante

³³ *Ibidem*, p. 129.

³⁴ MARCOY. *Viagem pelo Rio Amazonas*, p. 166.

te louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a à atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência e a prosperidade de Maurília metrópole, se comparada com a velha Maurília provinciana, não restitui uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser apreciada através dos velhos cartões postais, enquanto antes, em presença da Maurília provinciana, não se via absolutamente nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia se Maurília tivesse permanecido como antes e que, de qualquer modo, a metrópole tem esse atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudade daquilo que foi.³⁵

O que se deve impedir, todavia, é a descaracterização da cidade e o seu desenraizamento histórico completo, fazendo-a perder sua essência e identidade. Essa dimensão do risco a que se acha submetido o patrimônio histórico da cidade de Manaus aparece, inclusive, nos textos legais, como nas considerações do Decreto nº 7176, de 10 de fevereiro de 2004 que reconhece que “as edificações do Centro Antigo, especialmente no Sítio Histórico, vêm sistematicamente sofrendo degradações diversas, destruindo as relações culturais e históricas entre a cidade e o homem”.

À luz de tais preocupações e observações e das informações contidas na proposta de trajetos para a implantação do transporte modal monotrilho, incluindo seus terminais de acesso, parece não haver dúvidas de que o patrimônio histórico será por ele impactado, o que torna urgente e necessário, dada a relevância que o empreendimento encerra, que se tome uma série de medidas para a redução desse impacto, evitando-se ao máximo os danos ao patrimônio. Essa é, na verdade, uma dimensão importante de ser previamente destacada: a implementação do transporte modal monotrilho, tal como ora apresentado, nos parece vital e imprescindível para a cidade de Manaus e todos os meios possíveis, legais e éticos para sua implementação devem ser utilizados pelos poderes públicos, de forma a viabilizá-lo como um inequívoco ganho ao conjunto da sociedade amazonense. Isto não deve significar, todavia, o desrespeito ao ambiente e ao patrimônio cultural e histórico que lhe é intrínseco. Antes, é preciso entender que a adoção de medidas cautelares pode viabilizar o projeto de uma forma muito menos danosa.

Um primeiro dado a chamar a atenção no projeto é o de que pelo menos três quartos do traçado pretendido para o empreendimento não encontram em seu caminho edificações que estejam configuradas como pertencentes ao patrimônio histórico da cidade, nem preservadas pelo estatuto do tombamento como de interesse primário quanto a sua preservação. Isto é válido para o traçado desde seu pon-

³⁵ CALVINO, I. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 30.

to inicial na Cidade Nova (Zona Leste da cidade), passando pelas Avenidas Noel Nutels, Torquato Tapajós e Constantino Nery até a rua Leonardo Malcher. Nesse percurso, o registro histórico localiza apenas a *Ponte de Ferro “Eduardo Ribeiro”*, nas imediações do Shopping Milênio e Parque dos Bilhares e o igualmente antigo *Estação da Castelhana*, na confluência da Avenida Constantino Nery com o Boulevard Álvaro Maia. É imperioso que a implementação do traçado do monotrilho nesses dois pontos do percurso seja feita de forma criteriosa, assegurando a integridade daqueles bens que, de resto, encontram-se sob o abrigo e/ou são alvo de interesse de tombamento pelo estado e município.

No momento em que o traçado proposto para o monotrilho encontra a Rua Leonardo Malcher e se projeta em direção à estação terminal, já em pleno sítio histórico da cidade, ele começa a cruzar com imóveis abrigados, seja por tombamento estadual, seja pelo decreto municipal nº 7176, seja ainda pelo tombamento na esfera do governo federal, como é o caso da Igreja Matriz e do Porto de Manaus, com seus respectivos entornos. Os outros dois prédios públicos tombados pelo patrimônio histórico nacional, o Teatro Amazonas e o Mercado Público, encontram-se fora da área a ser alcançada pelo empreendimento.

A Matriz, o Porto e, em especial as áreas adjacentes que configuram o seu entorno e estão igualmente sob o abrigo e proteção do tombamento federal, sofreram no passado (inclusive recente), significativas agressões, em boa medida decorrentes das ações e interesses dos poderes públicos em aprimorar e/ou ampliar o acesso de populares ao serviço de transporte coletivo, fazendo afluir para aquela área uma volumosa frota de ônibus, cujas estações (muitas terminais) avançaram pouco a pouco, a ponto de fazer praticamente desaparecer a Praça Oswaldo Cruz, durante décadas marco singular de um urbanismo atento às dimensões estéticas e ao paisagismo.

A área tem chamado mais a atenção das autoridades públicas e motivado situações de confronto dos órgãos de proteção, em especial o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que interpôs embargos e liminares a empreendimentos que, ao arrepio da lei, produziram danos irreparáveis aos imóveis associados a esse conjunto arquitetônico. Decisões judiciais, como a de 13 de junho de 2005³⁶, têm abrigado tais ações preservacionistas e não há razões para uma mu-

³⁶ Os termos do agravo, no caso em questão, parecem ser ilustrativos do que aqui se dispõe: “1. O art 17 do Decreto-lei nº 25, de 30/11/37, dispõe que ‘as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado’. 2. Tendo havido construção em área pública e, não tendo sido o projeto submetido à prévia aprovação do IPHAN, nos termos do art. 17 do Decreto-lei nº 25/37, não há razão para que

dança de posição acerca da área, razão pela qual o empreendimento do Monotrilho e em especial a construção de sua estação terminal, pelas dimensões projetas e impactos que causará, deve, a todo custo, buscar área alternativas nas adjacências.

Ainda com relação ao que aqui estamos nominando de *estação terminal* do Monotrilho, mesmo que em sua localização e construção se opte por área de pouco interesse do ponto de vista do patrimônio edificado e até mesmo considerada algo degradada – como de resto pode ocorrer com o quadrilátero constituído pelas ruas Frei José dos Inocentes, Itamaracá, Governador Vitório e Avenida Sete de Setembro –, há que se atentar para o fato de que tal construção incidirá sobre o sítio histórico, já caracterizado como de interesse arqueológico e onde os registros de ações e prospecções passadas resultaram na identificação e recuperação de artefatos das populações ancestrais, em especial urnas funerárias.

Há larga referência histórica a embasar essa hipótese. José Coelho da Gama Abreu, Barão de Marajó, informou a ocorrência de registros arqueológicos (um cemitério indígena) na ocasião em que governou a Província do Amazonas, em 1867:

Passando eu um dia nas proximidades da fortaleza em um lugar limpo de mato e plano, em companhia do Sr. Domingos Soares Ferreira Pena, notei que tendo chovido havia pouco e escorrido as águas, permaneciam um grande número de pequenas poças de água formando linhas quase regulares e paralelas; tendo essa singularidade excitado o meu interesse, mandei escavar o lugar em que existia uma dessas poças, e a pouca profundidade encontrei uma grande jarra de barro vermelho e feição inteiramente semelhante ao dos nossos potes, com cerca de 1 metro de altura e pouco menos de diâmetro na sua máxima largura.³⁷

o aterro e o equipamento da obra permaneçam no local, se o IPHAN indeferiu o projeto, porque está desconforme o conjunto tombado e prejudica a visibilidade dos prédios da Alfândega e Guardamoria. 3. Conforme concluiu o magistrado a quo, a cláusula oitava do contrato de arrendamento celebrado entre as rés determina que qualquer obra de construção, reforma, ampliação, melhoramento, demolição ou manutenção efetivada nas instalações objeto do contrato dependem sempre de aprovação do IPHAN. 4. Tendo em vista que as obras que a agravante pretendia levar adiante não foram submetidas à prévia apreciação do IPHAN, falta-lhes, um requisito indispensável, qual seja, a adequação da obra à legalidade. Nessa condição, qualquer construção, naquela vizinhança, que lhe impeça ou reduza a visibilidade, não poderá ser efetivada sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 5. Salientou, ainda, o juiz de primeira instância que, pelas fotografias de fls. 70/78, daqueles autos, já se observa o comprometimento da visibilidade dos imóveis tombados, o que caracteriza, ainda mais, a impossibilidade de prosseguimento das obras em discussão. 6. Agravo de instrumento improvido". TRF1 – Agravo de Instrumento: AG 42375 AM 2002.01.00.042375-6.

³⁷ ABREU, J.C.G. (Barão de Marajó). *As Regiões Amazônicas: estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. 2ª edição. Belém: Cejup, 1992, p. 227-228.

A descrição do Barão de Marajó é longa e descreve as urnas funerárias afloradas e por ele extraídas do solo. Anos antes, em 1847, de passagem por Manaus Paul Marcoy não apenas registrou tais vestígios, como também fez deles um precioso desenho.

O que já havia feito parte do registro histórico materializou-se mais recentemente (2004/2005) nas prospecções realizadas por ocasião das obras de reforma da Praça Pedro II, quando equipes do Museu Arqueológico e Etnográfico da Universidade de São Paulo, sob a direção do arqueólogo Eduardo Góes Neves, e com o auxílio de técnicos do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas, localizaram vestígios de dezenas de urnas funerárias e fizeram a extração de pelo menos duas delas. De qualquer forma, quanto ao registro arqueológico, a matéria é regulada por legislação federal e deve suscitar a atenção e a ação decisiva do corpo técnico do IPHAN.

Assim, tão logo seja definido o espaço em que será construída a estação terminal, deve o empreendimento lançar mão da urgência em obter as licenças devidas que viabilizem as ações efetivas de prospecção e salvamento dos bens arqueológicos que por ventura sejam identificados. Se realizada com rigor e cautela, tais ações poderão resultar em benefícios à comunidade, que poderá, assim, integrar ao seu patrimônio, bens que ela até hoje não teve a oportunidade de acesso.

Tem se tornado comum, e é grandemente desejável, que obras de grande envergadura, quando impactam sítios arqueológicos já cadastrados ou ainda não identificados, além do salvamento técnico necessário, contemplem ações que viabilizem o acesso público aos achados arqueológicos, seja indiretamente, por intermédio do patrocínio a ações de preservação das peças em museus, seja ainda, diretamente, com a abertura de espaços tecnicamente orientados que abriguem integral ou parcialmente os artefatos no próprio empreendimento, o que reforça a identificação desses acervos culturais com o sítio específico em que eles tiveram vida no passado.

Outro ponto particular de preocupação é com o trajeto do monotrilho a ser adotado a partir da rua Leonardo Malcher em direção ao centro. É grande a probabilidade de que ele vá demandar processos de desapropriações e que venha também implicar na demolição de bens de interesse ao patrimônio. Além do mais, seguramente causará impacto ao paisagismo dos conjuntos arquitetônicos, uma vez que, como via elevada, ele se interpõe às fachadas, depreciando-as, assim como à integralidade da área. Essa é uma questão que preocupa os urbanistas no mundo todo, uma vez que em diversos lugares, a introdução de vias elevadas resultou, inclusive, na transformação de centros históricos em áreas degradadas, fazendo com que inúmeras municipalidades, como em Boston, nos Estados Unidos, envidem es-

forços e a alocação de cifras bilionárias em ações de reversão daquelas construções (vistas agora como “cicatrizes” na face da cidade), revitalizando as áreas atingidas e buscando outras opções de mobilidade urbana.

Desse ponto de vista, a *opção* pelo trajeto do monotrilho deve levar em consideração pelo menos dois aspectos, a saber: a maior ou menor incidência de bens do patrimônio edificado de interesse para preservação ou já protegidos por legislação e a dimensão lateral das vias, uma vez que em vias mais estreitas, o trilho suspenso seguramente ficará mais próximo dos imóveis, obstruindo com maior impacto as fachadas e, inclusive, com maior possibilidade de causar danos e prejuízos aos moradores, seja pela incidência de ruídos, seja pela trepidação que pode ser causada até mesmo pelo movimento de deslocamento de ar.

Pensamos que, independente da opção que se vier a tomar, será preciso associar ao projeto ações efetivas de salvaguarda e ações mitigadoras e compensatórias de igual envergadura. Aqui também, tais ações, quando bem pensadas e aplicadas, podem inclusive reverter o dano ao patrimônio, agregando valor à área e ao próprio patrimônio por meio de ações e empreendimentos paralelos. Um exemplo pode ser dado através das experiências de “corredores culturais”, abrigando o restauro dos imóveis, a revitalização e cromatização de fachadas, a adoção de iluminação especial, o nivelamento e padronização das calçadas, além da montagem e/ou valorização de diversos empreendimentos (cinemas, teatros, bares, restaurantes, lojas de artesanato, etc.) em imóveis da localidade, de forma a atrair (e não afastar!) a população da cidade e fixar os proprietários.

Além destas ponderações, convém lembrar que a legislação municipal, em especial o Decreto nº 7176 estendeu proteção de tombamento para nada menos que 1.656 unidades de preservação, acrescidas de mais dez unidades referentes ao “conjunto da orla portuária” e 10 praças, dentre as quais a Praça Pedro II, Praça da Matriz, Praça da Saudade, Praça IX de Novembro e Praça XV de Novembro, com maior probabilidade de serem alcançadas pelo projeto do monotrilho.

Das 1.656 unidades de preservação definidas no Decreto, 301 aparecem definidas como prioritárias ou de 1º grau, devendo “conservar suas características originais, no respeito às suas fachadas mantendo a mesma volumetria da edificação e a mesma taxa de ocupação do terreno, não podendo sofrer qualquer modificação física externa”.³⁸ Já as demais unidades, configuram-se como de 2º grau, obrigam-se a “conservar as características mais marcantes da ambiência local, no que diz respeito às suas fachadas, volumetria atual da edificação e do conjunto onde está inserida”.³⁹

³⁸ Decreto Municipal nº 7176/2004. Art. 5º. Manaus, 10 de fevereiro de 2004.

³⁹ Decreto Municipal nº 7176/2004. Art. 6º. Manaus, 10 de fevereiro de 2004.

De acordo com o Art. 1º percebe-se que a ação do município teve por finalidade a “proteção, acautelamento e programação especial”, não se configurando, portanto, em óbice intransponível que impeça a efetivação de intervenções urbanas, ainda mais quando não estende a proteção ao entorno de todas as edificações. Contudo, é bom atentar para o fato de que o Art. 10 sujeita toda e qualquer intervenção nessas unidades “à tutela e à apreciação especiais pela municipalidade”; enquanto o Art. 12 estabelece que “as unidades de primeiro grau só poderão sofrer intervenções para restauração de suas formas arquitetônicas originais. Entretanto, serão permitidas modificações internas para adequação do uso”.

À luz dos dispositivos legais de proteção, e das informações sobre os possíveis traçados do Monotrilho na área central da cidade, a opção que encontraria um volume menor de unidades de preservação é a que, partindo da Avenida Constantino Nery, convergiria à esquerda na Rua Leonardo Malcher e à direita, seguindo a Rua Luiz Antony em toda sua extensão, para então contornar pelos fundos do Colégio Dom Bosco em direção à rua Governador Vitório, chegando então ao quadrilátero acima mencionado como uma das opções de instalação da estação terminal (constituído pelas ruas Frei José dos Inocentes, Itamaracá, Governador Vitório e Avenida Sete de Setembro).

Inversamente, o trajeto pela Avenida Epaminondas e Rua da Instalação mostra-se como aquele de maior potencial de impacto ao patrimônio histórico, inclusive alcançando prédios tombados não apenas pelo Município, mas também pelo Estado.

De qualquer forma, qualquer que venha a ser o trajeto escolhido, sua execução deve, em primeiro lugar, e de forma inequívoca, pautar-se pelo respeito ao patrimônio histórico arquitetônico e este, quando impactado, deve ser alvo de consistentes e eficazes ações preservacionistas que atenuem seus efeitos deletérios. De igual forma, o que nos parece inconcebível é que, nos dias de hoje, quando há clara e sistemática legislação protetora, projetos milionários e mirabolantes prevejam gastos irrisórios para as inevitáveis ações mitigadoras e compensatórias.

Os gestores do Projeto de Manaus 2014 têm em suas mãos a chance de inverter um histórico de descaso e desrespeito ao patrimônio histórico de Manaus e, de olho no passado, reformar a nova metrópole, para que, como sustenta Calvino, num futuro próximo olhar para a renovada Manaus e recordarmos com saudade aquilo que ela foi um dia.

SOBRE OS AUTORES

JOSÉ MAIA BEZERRA NETO, possui graduação em História, Bacharelado (1991) e Licenciatura Plena (1992), pela Universidade Federal do Pará, especialização em Teoria Antropológica pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). É sócio efetivo, ocupante da cadeira 38, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará; e sócio da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto. Atualmente é Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Professor Associado da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/IFCH/UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Escravidão e Abolicionismo na Amazônia - GEPEAM/UFPA/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa História do Abastecimento e da Alimentação na Amazônia - ALERE/UFPA/CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história e memória, Pará, Amazônia e Brasil, história intelectual, história das instituições, história social da educação, abolicionismo, história e historiografia da escravidão negra e relações raciais. Pesquisador do CNPq, entre outros trabalhos é autor dos livros: *Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)*, segunda edição em 2012, e *Estado, Igreja e Instrução Pública. Práticas de reformas civilizadoras no Brasil escravista (Grão-Pará: Séc. XIX)*, em 2021.

FRANCIVALDO ALVES NUNES, doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador do CNPq. Mestre em História Social da Amazônia (2008) e Graduado em História (2000) pela Universidade Federal do Pará. Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém), Ensino de História (Campus de Ananindeua) e Educação e Cultura (Campus de Cametá). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, com os seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração. Desenvolve pesquisas

também voltadas para Ensino de História e História da Educação, com destaque para estudos para a compreensão do conhecimento histórico escolar e o fenômeno da aprendizagem histórica. Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br), sendo Coordenador da Regional Norte. Entre outros trabalhos, publicou os livros: *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*, em 2009; *Colônias Agrícolas na Amazônia*, em 2012; e *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro*, em 2016.

ANDRÉ ROBERTO DE ARRUDA MACHADO, é Professor Associado dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pós-doutorado na Brown University e na Harvard University, ambas nos Estados Unidos (2019-2020). Também fez um pós-doutorado na Área de Pesquisa em História do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), entre 2007 e 2009. É doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2006), mesma universidade em que se graduou em História (2001). Có-editor da revista *Almanack*. Ao longo dos anos vem desenvolvendo pesquisas sobre a formação do Estado e da Nação no Brasil, estudando o processo de independência na província do Grão-Pará, assim como o desenvolvimento do sistema representativo no Império. Atualmente, pesquisa as formas de trabalho compulsório dos indígenas empregados no Pará entre 1821 e 1840, bem como outras formas de trabalho forçado nas Américas. Dentre vários trabalhos é autor do livro: *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*, em 2010.

CLAUDIA MARIA FULLER, possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (1990) e mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Atualmente é analista administrativo na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo. Tem experiência de docência e pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente na área de história social do trabalho. Durante os anos de 1997 a 2001, foi docente no Departamento de História da Universidade Federal do Pará/UFPA. Também atuou em empresas de tecnologia nas áreas de marketing, parcerias institucionais e capacitação de clientes. Autora de artigos, dentre os quais o capítulo deste livro.

SIMÉIA DE NAZARÉ LOPES, professora da Faculdade de História e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Pará - Campus de Ananindeua. Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (1999), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - UFPA (2002). É doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Foi professora do Curso de História da Universidade Federal do Amapá entre 2004-2016. Tem experiência docente na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História, Estágio Docente Supervisionado e História da Amazônia. Também atua em projetos de pesquisa nos seguintes temas: comércio na Amazônia e Caribe dos séculos XVIII-XIX, relações comerciais e sociedades mercantis entre negociantes de Belém, Lisboa e Caiena; as Concepções de História no Ensino e as relações étnico-raciais nas avaliações do SINAES, comunidades negras rurais; Teoria e Metodologia da História e o processo de ensino-aprendizagem nas tarefas das Olimpíadas Nacionais de História do Brasil. É conselheira, desde 2013, da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e é líder no Grupo de Pesquisa Espaços e Poder: Histórias. Autora de vários artigos.

LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA, doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA- 2016), possui Mestrado em História da Amazônia (UFPA-2010), Bacharelado e Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Pará (2000) e Pós-graduação em nível de especialização (Lato Sensu) em Metodologia do Ensino de História (2005). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará e Docente colaborador da Universidade Federal do Pará, pelo Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR), lecionando em diversas localidades do Pará. Filiado a ANPUH, tem experiência nas áreas de História Social da Amazônia e Metodologia da História, realizando pesquisas nos campos da história da imprensa, teoria da história e história social da região nas conjunturas dos séculos XIX e XX. Atualmente dedica-se ao estudo da Cabanagem através das memórias estabelecidas pela imprensa brasileira no decorrer do Segundo Reinado. Autor dentre outros trabalhos dos livros: *Dicionário Histórico e Cultural de Capanema, em 2021*; *Tempos de (In)Tolerância: maçonaria e Cabanagem na Amazônia, em 2020*; *Dos trilhos às rodas: histórias e memórias de Capanema, em 2015*.

MAGDA RICCI, historiadora (bacharelado 1989 e licenciatura 1990) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre (1993) e doutora (1998) pela mesma universidade paulista. Pós-doutorado na Universidade de Barcelona (2011) e Professora Titular da Universidade Federal do Pará (2021), junto à Faculdade de História e Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP, 2007-2009). Atualmente diretora do Centro de Memória da Amazônia (CMA-UFPA) desde 2021. Desenvolveu dois projetos de ensino com atuação na rede estadual de ensino do Pará entre 2014-2016 junto ao PIBID-CAPES-UFPA, que envolveram dezessete bolsistas e no todo, mais de setenta alunos de graduação. No campo da extensão, a autora coordenou dois projetos entre 2015-2018 junto ao Laboratório de História da UFPA com o objetivo de organizar o acervo de monografias de graduação e de especialização em história que abarca os textos produzidos por alunos da capital e do interior do Pará desde o ano de 1979 até 2017. Na pesquisa, a autora desenvolve estudos da história social da Amazônia, com ênfase para o processo de independência e Cabanagem. Escreveu e publicou muitos estudos historiográficos e outros sobre os significados das lutas cabanas: desde táticas de luta por liberdade, passando por representações de suas festividades, até memórias e esquecimentos no fim da Cabanagem e na suposta “anistia” política de 1840-50. Pesquisa atualmente o universo das vidas dos revolucionários cabanos na Amazônia dentro de um processo de longa duração, entre 1790 e 1840, tema da tese de Titular. A autora teve sua tese de doutoramento premiada pela UNICAMP que saiu publicada com o título: *Assombrações de um padre Regente. Diogo Antonio Feijó*, primeira edição em 2001, segunda em 2005.

MÁRCIO COUTO HENRIQUE, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Possui graduação em História (1997), especialização em História Social da Amazônia (2001), mestrado em Antropologia (2003), doutorado em Ciências Sociais/Antropologia (2008) pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pós-Doutorado em História pela *Universitat de Barcelona*, Espanha. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Integrante do grupo de pesquisa HINDIA - História Indígena e do Indigenismo na Amazônia, no qual atua como líder. Tem experiência nas áreas de História e Antropologia, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: história indígena e do indigenismo, história social da medicina, escrita de si e religiosidade popular. Dentre outros trabalhos,

autor dos livros: *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX*, em 2018; *Círio de Nazaré: patrimônio cultural brasileiro*, em 2016; *Diálogos entre história e educação*, em 2014; *Índios na Amazônia do século XIX*, em 2012; *Um toque de voyeu-rismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*, em 2009.

ÉLSON LUIZ ROCHA MONTEIRO, doutor em História pela Universidade Federal do Pará (2014). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1976), graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (1985) e mestrado em História pela Universidade Federal do Pará (2009) e especialização em Instituições Jurídico-políticas pela UFPA (2002). Atualmente é professor aposentado da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará-IHGP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, História do Brasil Contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: política internacional, geopolítica, política nacional, Pará e crises político-econômicas. Dentre seus trabalhos, autor dos livros: *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na Segunda Metade do Século XIX 1850-1900*, em 2016; e *A Maçonaria e a Campanha Abolicionista no Pará*, em 2012.

CONCEIÇÃO MARIA ROCHA DE ALMEIDA, concluiu a Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará em 1982 e a Especialização em História Social da Amazônia, pela UFPA, em 1994. É Mestre em História, pela UFPA (2006) e Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP (2010). De 1983 a 2016 desenvolveu atividades docentes na educação básica e de 1992 a 2018, também no ensino de graduação. Aposentada da carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará desde 2016, desenvolveu atividades docentes como professora colaboradora em turmas do PARFOR/História na UFPA, até 2018. Atualmente é Professora credenciada do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), coordenado pela UFRJ e do qual a UFPA é instituição associada, desenvolvendo atividades docentes no Campus de Ananindeua. Publicou trabalhos em Anais de Eventos e capítulos em livros da área de história e ensino de história. Os termos mais frequentes na contextualização da produção científica são: história social, cidades, cidade de Belém, gênero, sensibilidades, ensino de história.

ANTÔNIO OTAVIANO VIEIRA JUNIOR, possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1994), mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2002) e pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2006) e no Centro de História da Universidade de Lisboa (2014). Bolsista de Produtividade do CNPQ desde 2009. Foi diretor do Centro de Memória da Amazônia/UFPA (2006-2013). É professor Titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará e é líder do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia. Investigador Colaborador do Centro de História da Universidade de Lisboa. Tem experiência na área de História da População, com ênfase em História da América Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: história, demografia, família, imigração, inquisição e Sertão. Dentre seus trabalhos é autor dos livros: *Entre epidemia e imigração: um viés de investigação da história da população no Grão-Pará (1748-1778)*, em 2021; *A Inquisição e o Sertão*, em 2008; *Entre o Futuro e o Passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*, em 2005; *Entre Paredes e Bacamartes - História da Família no Sertão (1780-1850)*, em 2004.

FERNANDO ARTHUR DE FREITAS NEVES, doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1996). Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará (1989). Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará-IHGP e membro da Sociedade Cinco de Agosto. Experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: igreja, ultramontanismo, história das religiões, crítica ao desenvolvimento, semiótica e teoria da História. Dentre vários trabalhos e livros organizados é autor do livro: *Romualdo, José e Antônio: Bispos na Amazônia do oitocentos*, em 2015.

DANIELLA DE ALMEIDA MOURA, possui graduação em História Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Pará (2005), mestrado (2008) e doutorado (2021) pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da UFPA. E graduação em Direito pela Universidade da Amazônia

(2013). Tem experiência no ensino de História para os níveis Fundamental, Médio e Superior. Atualmente tem vínculo na Secretaria de Estado de Educação (Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos) e na Universidade Federal do Pará como professora credenciada junto ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. Atuando principalmente nos seguintes temas: República, Imprensa, comemorações, século XIX. Dentre artigos e demais trabalhos é autora de capítulo deste livro.

WILLIAM GAIA FARIAS, licenciado Pleno e Bacharel em História pelo Departamento de História da Universidade Federal do Pará (1996), Especialista em História Social da Amazônia pelo Departamento de História da Universidade Federal do Pará (1997), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (2000), Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2005), Pós-doutorado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). Atualmente é Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Atua como pesquisador voltado a temas de História Política e Militar da Amazônia, sobretudo os seguintes campos: revoltas republicanas, atuação dos partidos políticos na República, atuação dos policiais militares na República, atuação da Marinha e dos marinheiros na Amazônia do alvorecer republicano, intelectuais e poder. É integrante do Grupo de Pesquisa “História Social da Amazônia”. Dentre seus trabalhos é autor dos livros: *O alvorecer da República no Pará (1886-1897)*, em 2008; *Amazônia Republicana: processos seletivos e outros temas*, em 2007; *A construção da República no Pará (1886-1897)*, em 2016.

MARIA DE NAZARÉ SARGES, possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1968), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1990), doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e pós-doutorado pela *Universitat de Barcelona/Espanha* (2011). É professora titular aposentada da Universidade Federal do Pará, vinculada à Faculdade de História e ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Coordenadora da Cátedra João Lúcio de Azevedo vinculada ao Instituto Camoês - PT. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Belém, cidade, Amazônia, migrações, belle époque. Dentre seus trabalhos é autora dos livros: *Belém:*

Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912), primeira edição em 2000, segunda edição em 2002, terceira edição em 2010; *Memórias do Velho Intendente: Antonio Lemos (1869/1973)*, em 2004.

ROSA CLÁUDIA CERQUEIRA PEREIRA, graduada em História pela Universidade Federal do Pará (1993), especialista em História e Cidade pelo Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos-UFPA (1995), mestre (2006) e doutora (2015) em História do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Desde 1997 é Professora de Nível Fundamental e Médio na Escola do I Comando Regional da Aeronáutica (PA). Tem experiência na área de Ensino de História e dedica-se à pesquisa sobre fotografia e memória do século XIX e XX. Também faz parte do grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Iconografia e Memória/NEIIM. Dentre seus artigos e trabalhos é autora de capítulo deste livro.

CRISTINA DONZA CANCELA, doutora em História pela Universidade de São Paulo-USP (2006), possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (1997), sendo graduada em História pela Universidade Federal do Pará-UFPA (1992). Realizou estágio Pós-doutoral na Universidade de Lisboa (2014). Atualmente é professora titular da Faculdade de História da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. É investigadora integrada da Universidade de Lisboa. Tem experiência na área de estudos de História das Mulheres, Família, Migração, Gênero e Sexualidade. Participa como vice-líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ População, Família e Migração na Amazônia. É pesquisadora do CNPQ. Dentre seus trabalhos é autora dos livros: *“Adoráveis e dissimuladas”: as relações amorosas e sexuais de mulheres pobres na Belém do final do século XIX e início do XX*, em 2021; *A imigração portuguesa no Pará*, em 2012; *A família na economia da borracha*, em 2012; *Casamento e família em uma capital amazônica (Belém 1870-1920)*, em 2011.

ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO, graduado em História (UFPA, 1989), especialista em Antropologia Social (UFPA, 1993), mestre e doutor em História (UNICAMP, 1996, 2001) e bolsista de produtividade do CNPq. Desde 1991 é professor da Faculdade de História da UFPA. Docente do programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA. Sua área de interesse aproxima a história cultural e o ensaio crítico, dedicando-se atualmente às conexões entre arte, racismo e colecionismo na Amazônia entre o século XIX e o XX.

Dedica-se ao estudo das artes plásticas e literárias na Amazônia nos séculos XIX e XX, patrimônio histórico e história social da intelectualidade na Amazônica (séculos XVIII-XX). Realizou curadorias e consultorias em diversos projetos com instituições brasileiras e estrangeiras. Cumpriu estágio avançado em história da arte no Museu de América (Madri, Espanha) e intercâmbios de pesquisa em diversos museus europeus. Foi diretor do Centro de Memória da Amazônia (2013-2017). Membro do Conselho Editorial do Senado Federal e pesquisador vinculado à Cátedra João Lúcio de Azevedo (Instituto Camões e UFPA). Atualmente é o diretor do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará/IHGP e coordena o Grupo de Pesquisa em História Social da Arte (UFPA/CNPq). Dentre seus trabalhos é autor dos livros: *Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20*, em 2012; *Janelas do passado, espelhos do presente: Belém, arte, imagem e história*, em 2011; *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia: 1870-1950*, em 2009; *No tempo dos seringais*, em 2005; *Tempo e memória: cronologia da imigração na Amazônia*, em 2004; *Belém dos imigrantes: história e memória, 1616-2004*, em 2004; *A fundação da cidade de Belém: pintura e história da arte na Amazônia*, em 2004.

BARBARA WEINSTEIN, professora de História da América Latina e do Caribe na New York University. Seus interesses de pesquisa incluem raça, gênero, trabalho e economia política, especialmente em relação à construção do Brasil moderno. Atualmente, escreve uma biografia intelectual do historiador e criminologista Frank Tannenbaum. Dentre outros trabalhos é autora dos livros: *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*, em 2015; *The Making of the Middle Class: Toward a Transnational History*, em 2012; *Reformação da Classe Trabalhadora no Brasil 1920-1964*, em 2000; *For Social Peace in Brazil: Industrialists and the Remaking of the Working Class in São Paulo, 1920-1964*, em 1996. *Borracha Na Amazônia. Expansão E Decadência. 1850-1920*, em 1993; *The Amazon Rubber Boom, 1850-1920*, em 1983.

OSCAR DE LA TORRE, professor de Estudos Africanos na *University of North Carolina/UNC Charlotte-EUA*. Doutor em História pela *University of Pittsburgh* em 2011, e Pós-Doutorado Fellowship na *Yale University's Gilder-Lehrman Center for the Study of Slavery, Resistance, and Abolition*, em 2014. Investiga a escravidão e o período de pós-emancipação no Brasil, Cuba e EUA, com especial foco nas conexões entre meio ambiente, trabalho e identidade. Também interessado na

História da Amazônia, na história oral da escravidão, nos movimentos camponeses negros no tempo presente nas Américas, bem como na história comparada das relações raciais na América Latina e EUA. Dentre outros trabalhos é autor do livro: *The People of the River*, em 2018, uma história social e ambiental das comunidades negras na Amazônia que ganhou em 2019 o Outstanding First Book Award of ASWAD, pela *Association for the Study of the Worldwide African Diaspora*, bem como em 2020 o prêmio de *Best Book on Amazonian Studies Prize from LASA's Amazonia Section*, e uma menção honrosa da *Brazilian Studies Association*.

ANTÔNIO MAURÍCIO DIAS DA COSTA, graduado em História pela Universidade Federal do Pará (1996), mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (1999) e doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2004). Pós-Doutor pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (2019), na área de Antropologia Histórica. Atualmente é Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Tem experiência nas áreas de Antropologia e de História, atuando principalmente nos seguintes temas: sociabilidade, cultura e espaço urbano, festa, lazer, música e cultura de massa. É pesquisador do CNPq. Dentre seus trabalhos é autor dos livros: *Recortes do Cinema na Amazônia*, em 2019; *Cidade dos Sonoros e dos Cantores: estudo sobre a Era do Rádio a partir da capital paraense*, em 2015; *Lazer e Sociabilidade: usos e sentidos*, em 2009. *Festa na Cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará*, em primeira edição em 2007, em segunda edição em 2009.

LUIS BALKAR SÁ PEIXOTO PINHEIRO, professor Titular da Universidade Federal do Amazonas. Possui graduação em História pela UFAM (1988) e doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Atua no ensino de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e tem experiência na área de História Social, com ênfase na História Social do Trabalho, na História da Imprensa e no estudo dos Movimentos Sociais na Amazônia. Atualmente coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA-UFAM) e o Grupo de Pesquisa em História Social da Amazônia. (UFAM/CNPq). Dentre seus trabalhos é autor dos livros: *Visões da Cabanagem: Uma revolta popular e suas representações na historiografia*, primeira edição em 2001, segunda edição em 2018; *Imprensa e Sociedade na Amazônia (1870-1930)*, em 2017; *Vozes Operárias: Fontes para a História do Proletariado Amazonense (1890-1930)*, em 2017.

Tipografia:
Adobe Carlson Pro
IM FELL DW Pica
Bookmania



[3022]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com